



ANEXO I

1 - Processo: 58701.009929/2013-18
 Proponente: Prefeitura Municipal de Contagem
 Título: Projeto Basquete Futuro
 Registro: 01MG024542008
 Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
 CNPJ: 18.175508/0001-31
 Cidade: Contagem - UF: MG
 Valor aprovado para captação: R\$ 309.433,12
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2818 DV: 5

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 38206-X
 Período de Captação até: 02/12/2015
 2 - Processo: 58701.005475/2012-17
 Proponente: Prefeitura do Município de Três Rios
 Título: Progol - Projeto Geração Olímpico
 Registro: 01RJ044122009
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 29.138.377/0001-93
 Cidade: Três Rios - UF: RJ
 Valor aprovado para captação: R\$ 100.000,00
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0315 DV: 8

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 51616-3
 Período de Captação até: 31/12/2015
 3 - Processo: 58701.002666/2014-99
 Proponente: Instituto Internacional Correr Bem
 Título: Circuito de Corrida e Caminhada da Longevidade
 2015 - Capitais I
 Registro: 02RJ068422010
 Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
 CNPJ: 10.705.522/0001-42
 Cidade: Petrópolis - UF: RJ
 Valor aprovado para captação: R\$ 2.858.018,74
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 40919-7
 Período de Captação até: 31/12/2015
 4 - Processo: 58701.002788/2014-85
 Proponente: Central Única da Cidadania
 Título: Gente que Faz Esporte
 Registro: 02BA025862008
 Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
 CNPJ: 08.403.732/0001-34
 Cidade: Salvador - UF: BA
 Valor aprovado para captação: R\$ 345.284,29
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4278 DV: 1

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 2327-2
 Período de Captação até: 31/12/2015
 5 - Processo: 58701.009868/2013-81
 Proponente: Associação Toledana de Handebol
 Título: Handebol Toledana
 Registro: 02PR025172008
 Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
 CNPJ: 05.120.978/0001-00
 Cidade: Toledo - UF: PR
 Valor aprovado para captação: R\$ 660.242,22
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0587 DV: 8

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 77801-X
 Período de Captação até: 31/12/2015
 6 - Processo: 58701.004370/2014-11
 Proponente: Prefeitura Municipal de Cristal do Sul
 Título: 35º Praiano Esportivo de Cristal - Etapa 1 e 2
 Registro: 01RS050772009
 Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
 CNPJ: 90.152.240/0001-02
 Cidade: Cristal - UF: RS
 Valor aprovado para captação: R\$ 33.708,20
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 8301 DV: 1

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 0302-6
 Período de Captação até: 15/12/2015
 7 - Processo: 58701.002701/2014-70
 Proponente: Fundação Gol de Letra
 Título: Vila Albertina Esporte e Educação
 Registro: 02SP001392007
 Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
 CNPJ: 02.820.605/0001-54
 Cidade: São Paulo - UF: SP
 Valor aprovado para captação: R\$ 931.403,63
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1199 DV: 1

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24967-X
 Período de Captação até: 31/12/2015
 8 - Processo: 58701.004324/2014-11
 Proponente: Academia Brasileira de Canoagem
 Título: Centro de Treinamento de Paracanoagem - Ano II
 Registro: 02PR087352011
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 12.502.059/0001-67
 Cidade: Curitiba - UF: PR
 Valor aprovado para captação: R\$ 3.052.198,83
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1876 DV: 7

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 48165-3
 Período de Captação até: 02/12/2015
 ANEXO II
 1 - Processo: 58701.000232/2012-92
 Proponente: Associação Esportiva Sankalp
 Título: Badminton na Comunidade
 Valor aprovado para captação: R\$ 582.409,53
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6957 DV: 4

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6608-7
 Período de Captação até: 30/06/2015
 2 - Processo: 58701.001858/2012-16

Proponente: Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade
 Título: Esporte Apabb: Rugby em Cadeiras de Rodas
 Valor aprovado para captação: R\$ 136.385,43
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3324 DV: 3

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25111-9
 Período de Captação até: 31/12/2015
 3 - Processo: 58701.007617/2013-61
 Proponente: Associação Atlético Banco do Brasil Colatina
 Título: AABB Esportes - Colatina (ES)
 Valor aprovado para captação: R\$ 511.602,67
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0112 DV: 0

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 62434-9
 Período de Captação até: 31/12/2015
 4 - Processo: 58701.009738/2013-48
 Proponente: Associação Atlético Banco do Brasil Sidrolândia
 Título: Quadra Poliesportiva
 Valor aprovado para captação: R\$ 555.583,25
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1147 DV: 9

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 37112-2
 Período de Captação até: 31/12/2015
 5 - Processo: 58701.005135/2012-96
 Proponente: Instituto Brasil Igualdade Social
 Título: IBIS - Esporte Vale Cidadania
 Valor aprovado para captação: R\$ 171.821,54
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2864 DV: 9

Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 49458-5
 Período de Captação até: 31/12/2015

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58701.006205/2014-95
 No Diário Oficial da União nº 252, de 30 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 113 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 684/2014, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R\$ 622.881,90, leia-se: Valor aprovado para captação: R\$ 611.676,52, onde se lê: Período de Captação até: 09/02/2015, leia-se: Período de Captação até: 20/04/2015.

Processo Nº 58701.002634/2014-93
 No Diário Oficial da União nº 251, de 29 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 49 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 683/2014, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 53.747-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 53765-9.

Processo Nº 58701.002931/2014-39
 No Diário Oficial da União nº 251, de 29 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 96 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 683/2014, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23.748-9, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0210 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 53763-2.

Processo Nº 58701.002740/2014-77
 No Diário Oficial da União nº 248, de 23 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 113 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 680/2014, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2865 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32881-2, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2865 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32936-3.

Processo Nº 58701.007522/2013-48
 No Diário Oficial da União nº 248, de 23 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 113 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 680/2014, ANEXO II, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2864 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 49489-3, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2864 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 49459-3.

Processo Nº 58701.004389/2014-59
 No Diário Oficial da União nº 247, de 22 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 96 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 679/2014, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 108 DV: Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25228-X, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0010 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25228-X.

Processo Nº 58701.002642/2014-30
 No Diário Oficial da União nº 247, de 22 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 96 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 679/2014, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1896 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 1659-80, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1896 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16598-0.

Processo Nº 58701.004491/2014-54
 No Diário Oficial da União nº 251, de 29 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 49 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 683/2014, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1534 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31752-7, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1572 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22407-3.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 146, DE 26 DEZEMBRO DE 2014

Aprova o Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento no Estado da Bahia.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, Anexo I, do Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, que aprovou a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes e deu outras providências, e nomeado pela Portaria nº 119, de 23 de abril de 2013, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2013;

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;

Considerando que o Parque Nacional do Descobrimento, no Estado da Bahia, atendeu ao art. 27, da Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, no que concerne a elaboração de seu Plano de Manejo;

Considerando que o Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento foi apresentado ao Conselho Consultivo da Unidade, analisado e aprovado pela Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo do ICMBio;

Considerando que o Art. 16, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da Unidade de Conservação e no Centro de Documentação do Órgão executor, e

Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.000940/2014-12, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento, localizado no Estado da Bahia.

Art. 2º - Aprovar a sugestão de zona de amortecimento proposta no plano de manejo, cuja regulamentação deverá ser estabelecida por instrumento específico, conforme determina a legislação.

Art. 3º - Tornar disponível o texto completo do Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento, localizado no Estado da Bahia impresso e em meio digital, na sede da Unidade de Conservação e na página do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na internet.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 547, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, resolvem:

Art. 1º Autorizar o Ministério da Justiça a contratar, a partir de janeiro de 2015, nos termos do Anexo a esta Portaria, 44 (quarenta e quatro) profissionais, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da alínea "i" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata o caput atuarão na Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos no desenvolvimento dos projetos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e a transferência do legado da Copa do Mundo FIFA 2014.

Art. 2º A contratação dos profissionais deverá ser efetuada por meio de processo seletivo simplificado, observados os critérios e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.745, de 1993.

§ 1º O edital de abertura de inscrições para o processo seletivo simplificado deverá prever o número de vagas, a descrição das atribuições, a remuneração e o prazo de duração do contrato, conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 4.748, de 16 de junho de 2003.

PLANO DE MANEJO



PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

BRASÍLIA . DF . JUNHO DE 2014

VOLUME 1



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Mônica Vieira Teixeira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Roberto Ricardo Vizentin

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - DIMAN

Sérgio Brant Rocha

COORDENAÇÃO GERAL DE CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Lilian Letícia Mitico Hangae

COORDENAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO

Alexandre Lantelme Kirovsky

PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

Etienne Oliveira Silva

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

Coordenação Geral do Plano

Gláucia Moreira Drummond – Fundação Biodiversitas

Equipe de Supervisão e Acompanhamento pelo ICMBio

Aristides Salgado Guimarães Neto

Carlos Henrique Velasquez Fernandes

Dione Angélica de Araújo Corte

Eliane Corbucci

Fernando Brutto

Inês de Fatima Oliveira Dias

Luciana Costa Mota

Raquel Mendes Miguel

Equipe de Supervisão e Acompanhamento pelo PCE

Cornelius von Fürstenberg

Ricardos Guedes Miranda

Sandra Paes Cardoso

Leandro Anjos (UCE-BA)

Cartografia e Geoprocessamento de Dados

Cássio Soares Martins - Fundação Biodiversitas

Cora Carolina - Fundação Biodiversitas

Roberta Cristina Maini - Fundação Biodiversitas

Estruturação e Redação do Diagnóstico

Gláucia Moreira Drummond – Fundação Biodiversitas

Camila Emiliane Mendes de Sá – Fundação Biodiversitas

Estruturação e Redação do Planejamento

Gláucia Moreira Drummond – Fundação Biodiversitas

Camila Emiliane Mendes de Sá – Fundação Biodiversitas

Luciana Costa Mota – Coordenação de Planos de Manejo / ICMBio

Editoração do Documento

Bernardo Torido - Fundação Biodiversitas

José Vicente Carneiro – Fundação Biodiversitas

Equipe da Unidade de Conservação

Alessandro Marcuzzi

Aristides Salgado Guimarães Neto (de 2011 a 2014)

Carmen Vera Marques Barcellos

Eurípedes Pontes Junior (de 2006 a 2009)

Maria Carolina Guarinello (de 2009 a 2010)

Parceiros

IESB – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

SAVE Brasil

Herbário CEPLAC

Laboratório Mastozoologia-UFMG

Apoio Técnico

Adriano Paglia – Conservação Internacional

Carlos Ferraz – Turismólogo

Carlos Schaefer – Universidade Federal de Viçosa

Christiane Holvorcem – Instituto BioAtlântica

Jean François Timmers – Flora Brasil

Marcus Canuto – SOS Falconiformes

Mônica Fonseca – Conservação Internacional

Paulo Henrique Chaves Cordeiro - Golden Brasil

Pedro Fiaschi – Universidade de São Paulo

EQUIPE DE CONSULTORES RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS TEMÁTICAS

Meio Físico

Alecir Antônio Maciel Moreira

Ricardo Augusto de Almeida

Dan Christien Henrique de Oliveira

Flora

André Amorim

Fernando Bittencourt de Matos

Gabriel Martins de Carvalho

Michael S. Pessoa

José Lima da Paixão

Lukas Halla Daneu

Limnologia

Magda Karla Barcelos

Rafael Resck

Coordenação de Fauna

Fabiano Rodrigues de Melo

Mamíferos

Raquel Teixeira de Moura

Fábio Falcão

Leonardo Gomes Neves

Sávio Drummond
Carla Viviane de Assis
Rubens Vieira Lopes

Aves

Pedro Ferreira de Veley
André C. de Luca
Carlos Mendes da Silva

Répteis e Anfíbios

Mirco Solé
Tatiana R. Alves Vilaça
Juliana R. dos Santos Silva
Euvaldo Marciano
Tadeu Medeiros

Peixes

Fábio Vieira
João Pedro Corrêa Gomes

Socioeconomia

Ana Roberta Gomes
Gabriel Rodrigues dos Santos

Uso Público

Fernando Kanni
Raoni Araújo
Mateus Frechiani Romanha

Estrutura Organizacional

José Aurélio Caiut

Planejamento Estratégico

Antônio Paulo Reginato

Apoio em campo

Carlos Mendes da Silva (Contratado)
Brigadistas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Contratados)
Funcionários do Parque Nacional do Descobrimento
Alexandro das Virgens Coelho (mateiro/ auxiliar de campo)
Antônio Geraldo da Silva Calixto (mateiro/ auxiliar de campo)
Carlos Mendes de Jesus da Silva (mateiro/ auxiliar de campo)
Claudinei Tavares do Carmo (mateiro/ auxiliar de campo)
Gilmar Pereira de Souza (mateiro/ auxiliar de campo)
Mauricio Ferreira Rocha (mateiro/ auxiliar de campo)

Agradecimentos especiais à Aliança para Conservação da Mata Atlântica, parceria das ONGs Conservação Internacional e SOS Mata Atlântica para potencializar esforços e acelerar as ações a favor da conservação do Bioma. O apoio financeiro dispensado pela Aliança ao Plano de Manejo viabilizou a realização da Oficina de Planejamento junto aos atores locais, somando esforços para a construção de um instrumento que refletisse o conhecimento e as expectativas desse público sobre o zoneamento e as diretrizes gerais de manejo da Unidade.

Agradecimentos especiais aos analistas ambientais do ICMBio, Eurípedes Pontes Junior, Maria Carolina Guarinello e Aristides Salgado Guimarães Neto, que durante sua permanência à frente da Chefia do Parque Nacional do Descobrimento acompanharam e participaram intensamente do processo de elaboração e/ou conclusão do plano de manejo.

Agradecimentos especiais à RPPN Estação Veracel, na pessoa de Carlos André Gaspar dos Santos, Coordenador de Proteção Florestal e da RPPN, e ao proprietário, Alaor Silva Junior, e funcionários da Fazenda Riacho das Ostras, pelo apoio prestado à hospedagem das equipes durante os estudos de campo.

PARCERIAS

Este Plano de Manejo foi elaborado com vistas a proporcionar o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão do Parque Nacional do Descobrimento. Para este propósito, a Fundação Biodiversitas, o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), a SAVE Brasil – Sociedade para Conservação das Aves do Brasil, a Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira e o Laboratório de Mastozoologia e Manejo de Fauna da UFMG, se organizaram em um consórcio institucional e colocaram o melhor de suas competências a serviço do referido Parque. O desenvolvimento do Plano de Manejo contou com recursos de doação da Cooperação Financeira Alemã no âmbito do Contrato de Contribuição Financeira celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil /Projeto Corredores Ecológicos e o KfW (Banco Alemão de Desenvolvimento).

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio - é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União. Cabe a ele ainda, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS

Com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, a Fundação Biodiversitas é uma organização não-governamental que atua em projetos ligados à conservação da biodiversidade brasileira. Seu principal foco de atuação são as espécies ameaçadas de extinção. Para tanto, investe seus esforços no fortalecimento das Unidades de Conservação, em programas de educação ambiental, em projetos de planejamento ambiental integrados ao desenvolvimento econômico sustentável.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA - IESB

O IESB é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que desenvolve pesquisas, projetos e ações com o objetivo de conservar a Mata Atlântica Brasileira. Foi fundado em 1994 e tem como missão “*Conservar a biodiversidade, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria de vida das comunidades inseridas no Corredor Central da Mata Atlântica*”.

SOCIEDADE PARA A CONSERVAÇÃO DAS AVES DO BRASIL - SAVE Brasil

A SAVE Brasil é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, cujo foco é a conservação das aves brasileiras.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC- HERBÁRIO

A missão da CEPLAC é promover a competitividade e a sustentabilidade dos segmentos agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau. É um órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e atua em seis Estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

LABORATÓRIO DE MASTOZOLOGIA E MANEJO DE FAUNA DA UFMG

O Laboratório de Mastozoologia e Manejo de Fauna da UFMG é voltado para o desenvolvimento de estudos relacionados à conservação da fauna de mamíferos do Brasil, com ênfase nas espécies brasileiras ameaçadas de extinção. O Laboratório também abriga a coleção de mamíferos do departamento de Zoologia da UFMG, um dos maiores e mais completos acervos de mamíferos do país.

PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS - PCE

O PCE faz parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG 7) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tem como principal objetivo a conservação *in situ* da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil por meio da integração de Unidades de Conservação, públicas e privadas, em “Corredores Ecológicos”.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	22
INTRODUÇÃO	24
1. Contextualização da Unidade de Conservação	28
1.1. Enfoque Internacional	28
1.1.1. Parque Nacional do Descobrimento frente aos atos declaratórios internacionais.....	28
1.1.2. Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento – Reservas da Mata Atlântica BA/ES – UNESCO.....	31
1.1.3. Oportunidades e compromissos com organismos internacionais.....	31
1.1.4. Acordos internacionais	32
1.2. Enfoque Federal.....	34
1.2.1. A representatividade do Parna do Descobrimento no âmbito do SNUC e do bioma Mata Atlântica	34
1.3. Enfoque Estadual	41
1.3.1. A representatividade do Parna do Descobrimento no âmbito do Estado da Bahia	41
1.3.2. Implicações Ambientais.....	45
1.3.3. Implicações Institucionais e Potencialidade de Cooperação	47
2. Análise Regional.....	50
2.1. Descrição da Região da Unidade de Conservação	50
2.2. Caracterização ambiental.....	50
2.2.1. Geomorfologia regional	50
2.2.2. Climatologia regional	54
2.2.3. Hidrografia regional	54
2.2.4. Geologia e tectônica regional	57
2.2.5. Pedologia.....	63
2.2.6. Fauna.....	66
2.2.7. Vegetação.....	67
2.3. Aspectos culturais e históricos.....	68
2.3.1. História da ocupação da região do extremo sul	68
2.3.2. Ocupação Indígena no extremo sul da Bahia	70
2.3.3. Sítios históricos.....	71
2.3.4. Aspectos culturais de Prado.....	72
2.4. Uso e ocupação do solo e problemas ambientais decorrentes	73
2.5. Características da população.....	77
2.5.1. Dinâmica populacional da região do entorno do Parna do Descobrimento	77
2.5.2. Aprofundamento relativo ao município de Prado	81
2.5.3. Breve descrição dos aspectos fundiários e socioeconômicos dos assentamentos e comunidades situados no entorno imediato do Parna do Descobrimento.....	88
2.6. Visão das comunidades sobre a Unidade de Conservação	93
2.7. Alternativas de desenvolvimento econômico sustentável para a região	95
2.7.1. Adequação ambiental das atividades produtivas	95
2.7.2. Projetos e programas existentes	95
2.7.3. Potencialidades turísticas.....	96
2.8. Legislação pertinente	97
2.9. Potencial de apoio à Unidade de Conservação	99
2.9.1. Infraestrutura da cidade de Prado	99
2.9.2. Instituições governamentais e não-governamentais	100
3. Análise da Unidade de Conservação	104
3.1. Informações gerais sobre a Unidade de Conservação	104

3.1.1. Acesso à Unidade.....	104
3.1.2. Origem do nome e histórico da criação da UC	104
3.2. Caracterização dos fatores abióticos e bióticos	106
3.2.1. Clima.....	106
3.2.2. Aspectos geológicos.....	113
3.2.3. A geomorfologia.....	116
3.2.4. Solos	121
3.2.5. Hidrografia	127
3.2.6. Qualidade da água no Parna do Descobrimento e entorno	129
3.2.7. Vegetação.....	133
3.2.8. Fauna.....	144
3.3. Patrimônio cultural material e imaterial	183
3.4. Socioeconomia	183
3.5. Situação fundiária.....	184
3.6. Incêndios e outras ocorrências excepcionais	184
3.7. Atividades desenvolvidas na Unidade de Conservação	187
3.7.1. Atividades apropriadas	187
3.7.2. Atividades ou situações conflitantes	215
3.8. Aspectos Institucionais da Unidade de Conservação	217
3.8.1. Pessoal	217
3.8.2. Infraestrutura, equipamentos e Serviços.....	217
3.8.3. Estrutura Organizacional	220
3.8.4. Recursos Financeiros.....	220
3.9. Declaração de significância.....	220
ANEXO I – LISTAS DE ESPÉCIES DA FLORA DO PARNA DO DESCOBRIMENTO	223
ANEXO II – LISTAS DE ESPÉCIES DA FAUNA DO PARNA DO DESCOBRIMENTO	238
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	279

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>Hotspots</i> mundiais de Biodiversidade, com destaque para a Mata Atlântica na costa litorânea brasileira (Myers <i>et al.</i> , 2000).....	28
Figura 2: Localização do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA): aspecto geo-político e relação com área de domínio do bioma Mata Atlântica.....	29
Figura 3: Mapa das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade na região do Parque Nacional do Descobrimento. Fonte: MMA, 2007.....	32
Figura 4: Representatividade das Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável em relação à área do Brasil (em % área).....	35
Figura 5: Representatividade das Unidades de Conservação por categoria de manejo em relação à área total englobada pelo SNUC. Legenda: Esec – Estação Ecológica; Rebio – Reserva Biológica; Revis – Refúgio de Vida Silvestre; APA – Área de Proteção Ambiental; Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico; RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Resex – Reserva Extrativista; RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.....	35
Figura 6: Distribuição das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável nos biomas brasileiros.....	37
Figura 7: Unidades de Conservação no Estado da Bahia.....	41
Figura 8: Representatividade das Unidades de Conservação na Bahia. A) Área protegida (ha) pelas diferentes categorias de manejo do SNUC; B) Participação das Esferas de Poder (%) na gestão das UC da Bahia; C) Área Protegida (%) por parques reconhecidos pelo Governo Federal. (Esec = Estações Ecológicas, MNs = Monumentos Naturais, Revis = Reservas da Vida Silvestre, Rebio = Reservas Biológicas; Obs.: os dados representados não abrangem as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, RPPN).....	45
Figura 9: Localização geográfica do Parque Nacional do Descobrimento no município de Prado na região do Extremo Sul da Bahia.....	51
Figura 10: Rede hidrográfica, limites municipais e UC da região, evidenciando a ZA do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	52
Figura 11: Geomorfologia do Extremo Sul da Bahia e o Parque Nacional do Descobrimento.....	53
Figura 12: Mapa de identificação de bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro, com destaque para o extremo sul da Bahia.....	55
Figura 13: Hidrografia do extremo sul da Bahia, com destaque para o Parque Nacional do Descobrimento.....	56
Figura 14: Seção medida do Grupo Barreiras, a 1 km ao norte de Porto Seguro. Fonte: GATE, 1999....	58
Figura 15: Seção medida do Grupo Barreiras, a 1 km a sudoeste de Coroa Vermelha. Fonte: GATE, 1999.....	59
Figura 16: Litologia da região do extremo sul da Bahia e o Parque Nacional do Descobrimento.....	60
Figura 17: Vale do rio Buranhém e rede de drenagem circunvizinha. Extraído e adaptado do Projeto Radambrasil (Mendes <i>et al.</i> , 1987), folha SE.24-V-B.....	61
Figura 18: Mapa de estruturas neotectônicas na região sudeste da Bahia. Fonte: Saadi, 1996.....	62
Figura 19: Corte à margem da BR-101, ao norte da cidade de Itabela, sobre a linha divisora das bacias hidrográficas dos rios Buranhém e dos Frades. A descontinuidade oblíqua corresponde à interseção do plano topográfico com o de uma falha inversa, nos sedimentos da formação Barreiras. A direção medida é N60E e o mergulho de 65° para SE. Extraído de Saadi (1996).....	63
Figura 20: Pedologia da região do extremo sul da Bahia.....	65
Figura 21: Mosaico de imagens Landsat-TM5 da Costa do descobrimento, mostrando a morfologia típica dos tabuleiros costeiros. Os principais remanescentes de Mata Atlântica aparecem em vermelho e estão protegidos através da criação de três Parques Nacionais. As linhas pontilhadas indicam os trajetos possíveis da esquadra cabralina. O Trajeto 1, Rio Caí - Baía de Cabralia, é defendido por grande parte dos historiadores, enquanto o Trajeto 2, Rio dos Frades - Baía de Cabralia é defendido por M.J. Guedes	

(1996). Fonte: Sigeop.....	72
Figura 22: Uso das terras no entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	75
Figura 23: Vale do rio Formoso – Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	76
Figura 24: População urbana, rural e total de Porto Seguro nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE, 2013).....	78
Figura 25: População urbana, rural e total de Itamaraju nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE, 2013).....	79
Figura 26: População urbana, rural e total de Vereda nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE, 2013).....	79
Figura 27: População urbana, rural e total de Teixeira de Freitas nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE, 2013).....	79
Figura 28: População urbana, rural e total de Alcobaca nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE 2013).....	80
Figura 29: População urbana, rural e total de Prado nos anos de 1991, 2000 e 2010. (Fonte: IBGE 2013).	80
Figura 30: Evolução populacional do município de Prado em comparação com os dados do Estado da Bahia e Brasil. IBGE, 2013.....	82
Figura 31: População censitária do município de Prado no ano 2000, distribuída na área urbana, de acordo com o sexo e a faixa etária. Fonte: IBGE 2013.	83
Figura 32: População censitária do município de Prado no ano 2000, distribuída na área rural, de acordo com o sexo e faixa etária. Fonte: IBGE, 2013.....	83
Figura 33: Matrículas por série no município de Prado comparadas com os dados do Estado da Bahia e Brasil. IBGE, 2007.	84
Figura 34: Número de estabelecimentos no extremo sul da Bahia para os anos de 1970, 1975, 1985, 1995/1996. Fonte: IBGE. Adaptação de dados dos censos agropecuários dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 <i>apud</i> Pedreira (2004).	88
Figura 35: Área dos estabelecimentos no extremo sul da Bahia para os anos de 1970, 1975, 1985, 1995/1996. Fonte: IBGE. Adaptação de dados dos censos agropecuários dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 <i>apud</i> Pedreira (2004).	88
Figura 36: Populações do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	92
Figura 37: Principais acessos ao município de Prado (BA).	105
Figura 38: Precipitação média mensal em Caravelas (BA) – 1961-1991.	107
Figura 39: Pluviosidade média mensal para Porto Seguro (BA) – 1972-2008.	107
Figura 40: Comportamento pluviométrico comparado entre Caravelas (BA) e Porto Seguro (BA).....	108
Figura 41: Precipitação anual acumulada em Porto Seguro (BA) – 1972-2008.	108
Figura 42: Pluviosidade anual em Porto Seguro (BA) – 1972-2008.	109
Figura 43: Temperaturas médias, máximas e mínimas – estação Caravelas (BA) – 1961-1991.	109
Figura 44: Umidade relativa do ar – estação Caravelas (BA) – 1961-1991.	110
Figura 45: Normais climatológicas da pressão atmosférica mensal em Caravelas (BA), 1961-1991.	110
Figura 46: Direção média mensal do vento em Porto Seguro (BA), 2008.	111
Figura 47: Velocidade média mensal do vento em Porto Seguro (BA), 2008.	111
Figura 48: Nebulosidade média mensal em Caravelas (BA), 1961-1991.	112
Figura 49: Insolação média mensal na estação Caravelas (BA), 1961-1991.	112
Figura 50: Evaporação média mensal na estação Caravelas (BA), 1961-1991.	112
Figura 51: A agrupamento em unidades litológicas para a área de abrangência do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fonte: CPRM 2004.	113

Figura 52: Características geológicas do Parque Nacional do Descobrimento e Zona de Amortecimento – (Prado, BA).....	114
Figura 53: Carta geomorfológica do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	117
Figura 54: Carta de declividade do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	118
Figura 55: Mapa hipsométrico do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	119
Figura 56 : Depressões inundadas sobre Tabuleiros Costeiros em propriedade nos limites do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	120
Figura 57 : Superfícies colinosas e montes residuais, componentes da unidade geomorfológica das Superfícies Pré-Litorâneas, proeminentes nas imediações do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	120
Figura 58: Unidades de Paisagem no Parque Nacional do Descobrimento e entorno (Prado, BA).....	122
Figura 59: Bloco diagrama da distribuição dos tipos de solo no Parque Nacional do Descobrimento e sua Zona de Amortecimento (Prado, BA).....	124
Figura 60: Vegetação de muçununga campestre (Prado, BA).....	125
Figura 61: Topossequência do uso do solo na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	126
Figura 62: Hidrografia do Parque Nacional do Descobrimento e Zona de Amortecimento (Prado, BA).....	128
Figura 63: Lagoa Só Não Vou, potencial turístico do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	129
Figura 64: Pontos de amostragem para análises limnológicas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	130
Figura 65. Lagoas e córregos avaliados no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), com presença de material orgânico.....	132
Figura 66: Pesquisadores na área de floresta alta no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	133
Figura 67: Campo nativo com floresta de muçununga no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), em 03/11/2009.....	134
Figura 68 : Formação pioneira com floresta de muçununga ao fundo, no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	135
Figura 69: Campo nativo com floresta de muçununga ao fundo, no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	136
Figura 70: Perfís de diversidade do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), abrangendo as suas duas fitofisionomias (P3 = muçununga; P4 = floresta alta).....	137
Figura 71: Curva de acumulação de espécies do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), considerando a amostragem na fitofisionomia de muçununga (Intervalo de Confiança de 95%).....	138
Figura 72 : Curva de acumulação de espécies do Parque Nacional do Descobrimento considerando a amostragem na fitofisionomia de Floresta Alta (intervalo de confiança de 95%).....	138
Figura 73: Curva de acumulação de espécies do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), considerando a amostragem nas duas fitofisionomias (floresta alta e muçununga) (intervalo de confiança de 95%).....	138
Figura 74: Percentual de espécies de peixes em cada uma das ordens representadas nos cursos d'água na área avaliada do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	146
Figura 75: Similaridade na composição de espécies de peixes entre bacias de drenagem na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários e secundários).....	147
Figura 76: Curva do coletor para a ictiofauna na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários).....	148
Figura 77: Curva de rarefação de espécies por unidade amostral para a ictiofauna na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários).....	149
Figura 78: Espécies de importância ecológica e genética registradas no Parque Nacional do	

Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Google Images (http://www.google.com/imghp); (**) Wikipedia (www.wikipedia.org) Acesso em 11/11/2013.	151
Figura 75: <i>Oreochromis niloticus</i> (tilápia), espécie exótica registrada no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fonte: Google Images (http://www.google.com/imghp); Acesso em 11/11/2013.	151
Figura 80: Número de espécies de anfíbios por unidade de amostragem no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	153
Figura 81: Número de espécies de répteis por unidade de amostragem no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	154
Figura 82: Curva de acumulação das espécies de anfíbios do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), (jun/set de 2009) (y= número de espécies; x= dias de amostragem).	154
Figura 83: Curva de acumulação das espécies de répteis do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (jun/set de 2009 (y= número de espécies; x= dias de amostragem).	154
Figura 84: <i>Ischnocnema vinhai</i> (rãzinha-da-mata), espécie endêmica da Mata Atlântica do sul da Bahia, registrada no Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA). Fonte: (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 14/11/2013. Foto: Alex Popovkin (**).	155
Figura 85: Espécies de anuros endêmicos da Mata Atlântica, registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org); (***) Google Images (http://www.google.com/imghp). Acesso em 14/11/2013.	156
Figura 86: Espécies da herpetofauna registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), que figuram na lista CITES, encontram-se ameaçadas de extinção e/ou constituem espécies cinegéticas. Fonte: (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 14/11/2013.	156
Figura 87: <i>Chiasmocleis schubarti</i> (rãzinha-da-mata), espécie da herpetofauna registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) restrita a ambientes florestais. Foto: J. F. Tonini. Fonte: Google Images (http://www.google.com/imghp). Acesso em 11/11/2013.	157
Figura 88: Duas das três pererecas-das-folhagens indicadas como espécies bandeira, indicadas para o Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org); (***) Google Images (http://www.google.com/imghp). Acesso em 14/11/2013.	158
Figura 89: Espécies de anfíbios bioindicadores registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org); (***) Google Images (http://www.google.com/imghp). Acesso em 14/11/2013.	160
Figura 90: O jacaré-do-papo-amarelo <i>Caiman latirostris</i> , uma das espécies cinegéticas registrada no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Fedaro. Fonte: Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 11/11/2013.	160
Figura 91: <i>Scinax x-signatus</i> (perereca-de-banheiro), espécie oportunista e potencialmente invasora, registrada no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Hugo Claessen. Fonte: Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 11/11/2013.	161
Figura 92: Espécie oportunista e potencialmente invasora, <i>Leptodactylus fuscus</i> (rã-assobiadora), registrada no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Maurício Rivera Correa. Fonte: Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 11/11/2013.	161
Figura 93: Curva do coletor relativa à amostragem qualitativa de aves no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	163
Figura 94: Curva do coletor relativa à amostragem de aves por pontos fixos no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	163
Figura 95: Espécies de aves ameaçadas de extinção, registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Arthur Grosset (www.arthurgrosset.com); (***) Google Images (http://www.google.com/imghp). Acesso em 14/11/2013.	166
Figura 96: Mutum-do-sudeste, <i>Crax blumembachii</i> , espécie ameaçada de extinção e indicada para ser espécie-bandeira do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Arthur Grosset. Fonte: Arthur Grosset.	166

Grosset (www.arthurgrosset.com). Acesso em 14/11/2013.....	167
Figura 97: Espécies de aves indicadoras de qualidade ambiental registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fonte: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org). Acesso em 14/11/2013.	168
Figura 98: Espécie alvo de caça, <i>Penelope supersiliares</i> (jacupemba), ocorrente no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Zimbres. Fonte: Wikipedia (www.wikipedia.org). Acesso em 14/11/2013.....	168
Figura 99: Espécies de aves indicadoras de habitats alterados registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Arthur Grosset (www.arthurgrosset.com). Acesso em 14/11/2013.	170
Figura 100: <i>Circus buffonim</i> , o gavião-do-banhado, registrado no entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Arthur Grosset. Fonte: Arthur Grosset (http://www.arthurgrosset.com). Acesso em 14/11/2013.....	170
Figura 101: Abundância relativa das espécies de pequenos mamíferos não-voadores no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..	171
Figura 102: Número cumulativo de espécies (curva do coletor) de pequenos mamíferos não-voadores registrados no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	172
Figura 103: Curva acumulativa de espécies de morcegos capturadas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) e estimador de riqueza Chao1 (espécies aleatorizadas 100 vezes).	173
Figura 104: Espécies de morcego capturadas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fotos: Fábio Falcão.....	175
Figura 101: Bando de queixada, <i>Tayassu pecari</i> , no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). (Foto: Leonardo Gomes Neves).....	176
Figura 106: Espécies de mamíferos ameaçados de extinção registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 14/11/2013.....	179
Figura 107: Espécies de mamíferos endêmicos da Mata Atlântica, registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fonte: (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 14/11/2013.....	179
Figura 108: Espécies de mamíferos de importância econômica e cinegética, registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 14/11/2013.	181
Figura 109: Espécies de mamíferos registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 14/11/2013.....	182
Figura 110: Focos de incêndio no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) e sua temporalidade (2001 a 2007). Fonte: Parque Nacional do Descobrimento.....	185
Figura 111: Torres de monitoramento de eventuais focos de incêndio no Parque Nacional do Descobrimento: detalhes da Torre Sul (Nova) com seus 42 m, placa solar para rádios HT e goniômetro (Fotos: Aristides S. G. Neto).....	186
Figura 112: Goniômetro do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	186
Figura 113: Unidades de amostragem investigadas em relação ao potencial de uso público no Parque Nacional do Descobrimento e entorno (Prado, BA).	189
Figura 114: Pontos de potencial turístico do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (os números se referem aos trechos investigados em cada local).	190
Figura 115: Trilhas do Trecho 1 da Trilha das Corredeiras, no interior da mata do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	191
Figura 116: Trilhas e atrativos no Trecho 2 da Trilha das Corredeiras, interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	191
Figura 117: Trilhas e atrativos do Trecho 3 da Trilha das Corredeiras, no interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	192

Figura 118: Trilhas e atrativos no Trecho 4 da Trilha das Corredeiras, no interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	193
Figura 119: Trecho 1 da Trilha histórica do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), entre a Lagoa Só Não Vou e a estrada após o km 22.	194
Figura 120: Trecho 2 da Trilha Histórica, potencial turístico do interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	194
Figura 121: Trecho 3 da Trilha Histórica, potencial turístico do interior do Parque Nacional do Descobrimento(Prado, BA).....	194
Figura 122: Trecho 4 da Trilha Histórica no interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	195
Figura 123: Lagoa Só Não Vou, potencial turístico do interior Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	195
Figura 124: Unidades de amostragem na extensão litorânea, definidas no estudo de Uso Público da Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	196
Figura 125: Praia de Guaratiba, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	197
Figura 126: Barra do rio Jucuruçu, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	197
Figura 127: Camping Clube do Brasil e Pousada Condomínio das Falésias, respectivamente, na Praia do Farol, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	198
Figura 128: Praia do Farol, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	198
Figura 129: Ponto de contemplação entre a Praia do Farol e Praia das Amendoeiras, potenciais turísticos do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	198
Figura 130: Praia das Amendoeiras, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	199
Figura 131: Foz de um curso d'água na Praia das Amendoeiras, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	199
Figura 132: Praia da Paixaço, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	199
Figura 133: Infraestrutura turística na Praia do Tororão, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	200
Figura 134: Praia e manguezal na Praia das Ostras, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	200
Figura 135: Praia de Japara Grande, no entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	201
Figura 136: Praia de Japara Mirim, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	202
Figura 137: Distrito de Cumuruxatiba, entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	202
Figura 138: Falésia na praia de Cumuruxatiba, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	203
Figura 139: Trilha de acesso à praia e restaurante Catamarã em Cumuruxatiba, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..	203
Figura 140: Praia do Moreira, entre Cumuruxatiba e Corumbau, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	204
Figura 141: Praia do Calambrião, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	204
Figura 142: Barra do Cahy, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	205

Figura 143: Comunidades de Imbassuaba e Veleiros, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	205
Figura 144: Eco resort próximo à comunidade de Veleiros, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	206
Figura 145: Hospedaria e praia de Corumbau, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	207
Figura 146: Ponta do Corumbau, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	207
Figura 147: Pontos de amostragem da es tudo de Uso Público na parte norte do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	208
Figura 148: Vista panorâmica da mata do Parque Nacional do Descobrimento, com detalhe da Serra de Gaturama e do Monte Pascoal (ao fundo mais à direita). Foto: Aristides S. G. Neto.	209
Figura 149: Acampamento Modelo – Assentamento do MST, potencial turístico na porção norte/nordeste, no entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	210
Figura 150: Pontos de amostragem do estudo de Uso Público na Porção Sudeste/Sul do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	211
Figura 151: Comunidade da Pontinha, potencial turístico na porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	212
Figura 152: Assentamento rural Projeto Guaira, Porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	213
Figura 153: Comunidade Riacho das Ostras, potencial turístico na porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento - Prado (BA).	213
Figura 154: Assentamento 1º. de Abril, potencial turístico na porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	214
Figura 155: Sede da Cooperativa Nova União/Unidos Venceremos no Assentamento 1º de Abril, entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	214
Figura 156: Distrito de Guarani, potencial turístico na porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	215
Figura 157: Sede provisória do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	218
Figura 158: Planta baixa da nova sede administrativa do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), a ser construída em 2014.	219
Figura 159: Layout da nova sede administrativa do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), a ser implantada em 2014.	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ficha Técnica do Parque Nacional do Descobrimento – PND.	25
Quadro 2: Organismos internacionais que representam potenciais parcerias para o Parque Nacional do Descobrimento.	31
Quadro 3: Lista, ano de criação e área das Unidades de Conservação de Proteção Integral federais da Mata Atlântica.	38
Quadro 4: Lista, área total e relativa das Unidades de Conservação do Estado da Bahia.	42
Quadro 5: Síntese das festas e manifestações populares no município de Prado, na Região do Parque Nacional do Descobrimento.	73
Quadro 6: Percentual do volume de água tratada distribuída por dia (m³) de acordo com o tipo de tratamento em Prado-BA (volume total = 3173 m³).	85
Quadro 7: A bastecimento de água, destino do lixo e esgotamento sanitário em Prado-BA (as	

porcentagens referem-se ao número de domicílios por categoria, em relação ao total de domicílios particulares permanentes no município).....	85
Quadro 8: Síntese das características dos solos do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) e entorno de acordo com as Unidades de Paisagem. *Posição na vertente: A – alta; M-média; B-baixa. **Perfil descrito (em negrito)/N/A – não avaliado N/T – não possui.....	123
Quadro 9: Localização geográfica e fitofisionomia dos pontos de coleta de aves por unidade de amostragem no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) e entorno, e respectivas metodologias utilizadas.....	162
Quadro 10: Resultado das amostragens quantitativas realizadas nas três unidades de amostragem no interior do Parque Nacional do Descobrimento (jun/set de 2009).....	163
Quadro 11: Espécies de aves ameaçadas (níveis global e nacional) registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	164
Quadro 12: Unidades amostrais da quiropterofauna, utilizando a metodologia de redes-de-neblina, no Parque Nacional do Descobrimento e entorno (Serra do Gaturama).....	172
Quadro 13: Síntese das ameaças diretas à integridade do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	216
Quadro 14: Funcionários permanentes do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), junho de 2014.....	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número e área total de Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais) por categoria de manejo e representatividade em relação à área total protegida por UC e à área do país .	34
Tabela 2: Biomas brasileiros e seu percentual de áreas abrangidas por Unidades de Conservação.	36
Tabela 3: Situação do Parque Nacional do Descobrimento, Estado da Bahia, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.	36
Tabela 4: Área e % da Mata Atlântica sob Proteção Integral ou Uso Sustentável, e representatividade do Parque Nacional do Descobrimento em relação à primeira categoria.....	37
Tabela 5: Densidade demográfica de Prado, dos seus municípios limítrofes e do Estado da Bahia.	81
Tabela 6: População rural e urbana com taxas de crescimento de acordo com dados da SEI, 2003.	82
Tabela 7: Proporção (%) da População Residente Alfabetizada por Faixa Etária em Prado, na Bahia e no Brasil.....	84
Tabela 8: Porcentagem de domicílios rurais em relação tipo de revestimento das paredes externas em Prado e em municípios circundantes.	86
Tabela 9: Porcentagem de domicílios em relação à densidade de moradores por dormitório em Prado e em municípios circundantes.....	86
Tabela 10: Número de estabelecimentos e de áreas do extremo sul da Bahia para os anos de 1970, 1975, 1985, 1995/1996.....	87
Tabela 11: Resultados das análises físicas e químicas da água, no PND, medidas <i>in situ</i> e em laboratório. Nota: frações aos valores estabelecidos na Resolução CONAMA 357/05 (classe 2) destacados em vermelho).....	131
Tabela 12: Estimativa do número de espécies de peixes com base nos dados primários obtidos na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).....	149
Tabela 13: Número de espécies de aves registradas durante a realização de amostragem qualitativa e quantitativa no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), por sítio de amostragem.	162
Tabela 14: Número de espécies exclusivas registradas nas unidades amostrais no Parque Nacional do Descobrimento, em relação aos respectivos totais, e total regional, número de espécies não registradas e em comum em relação ao número de espécies da região. (PD1: Fl. alta preservada; PD2 e PD5: Fl. de	

muçunuga; PD3: Fl. em diferentes estágios de regeneração; PD4: Fl. em diferentes estágios de regeneração, com enclaves de campos nativos.)..... 173

Tabela 15: Sucesso de captura (indivíduos / noite) e riqueza relativa (espécies / noite) dos morcegos capturados nas diferentes fitofisionomias amostradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..... 173

ANEXOS

Quadro Anexo 1: Espécies de licófitas registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). (*Categoria de distribuição geográfica e abundância*: ED = endêmica da Mata Atlântica)..... 223

Quadro Anexo 2: Espécies de samambaias registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (*Categoria de distribuição geográfica e abundância*: ED = endêmica da Mata Atlântica; RR: rara)..... 223

Quadro Anexo 3: Espécies de angiospermas registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (*Categoria de distribuição geográfica e abundância*: ED = endêmica da Mata Atlântica; DJ = disjunta da Floresta Amazônica; RR: rara)..... 226

Quadro Anexo 4: Espécies de macroinvertebrados bentônicos registrados no Parque Nacional do Descobrimento – (Prado, BA) e avaliação da diversidade de habitats..... 238

Quadro Anexo 5: Espécies de peixes registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..... 240

Quadro Anexo 6: Espécies de peixes do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), considerando-se a totalidade dos dados (primários e secundários) e indicação da origem, *status* de ameaça de extinção e distribuição..... 242

Quadro Anexo 7: Índice de constância e distribuição das espécies de peixes entre pontos de amostragem na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (somente dados primários)..... 244

Quadro Anexo 8: Ocorrência das espécies de peixes entre bacias de drenagem na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários e secundários)..... 247

Quadro Anexo 9: Abundância das espécies de peixes entre bacias de drenagem na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários)..... 248

Quadro Anexo 10: Espécies de anfíbios registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), metodologia de registro e coordenadas do ponto de captura/soltura por unidade de amostragem..... 250

Quadro Anexo 11: Espécies de répteis registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), metodologia de registro e coordenadas do ponto de captura/soltura por unidade de amostragem..... 253

Quadro Anexo 12: Lista das espécies de aves registradas no Parque Nacional do Descobrimento e entorno (Prado, BA). Status: R= Rara e E = Endêmica; Grau de Sensibilidade: H = alto; M = Médio e L = Baixo. Grau de Ameaça: CR (criticamente em Perigo); EN (Em Perigo); VU (Vulnerável); NT (Quase Ameaçada) e DD = Dados deficientes..... 255

Quadro Anexo 13: Ranking de abundância de aves no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..... 265

Quadro Anexo 14: Abundância dos táxons de aves nas trilhas amostradas no interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..... 268

Quadro Anexo 15: Espécies de pequenos mamíferos não-voadores, capturadas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..... 271

Quadro Anexo 16: Abundância e frequência de captura (%) das espécies de morcegos no Parque Nacional do Descobrimento e Serra do Gaturama (SG). Guildas tróficas: (FR) frugívoros, (ON) onívoro, (IN) insetívoro aéreo..... 272

Quadro Anexo 17: Espécies de morcegos capturadas por redes-de-neblina nas no Parque Nacional do Descobrimento (PD), Serra da Guaturama (SG) e Parque Nacional do Pau Brasil (PB), incluindo ambiente, *status* de conservação e distribuição geográfica. (LC = Least Concern (i), espécies em risco mínimo)..... 273

Quadro Anexo 18: Espécies de mamíferos de médio e grande porte registradas pelo método de transectos lineares no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).	274
Quadro Anexo 19: Espécies de mamíferos registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). (método de armadilhas fotográficas, localização, coordenada, data do registro e campanha - 1 ou 2).	275
Quadro Anexo 20: Espécies de mamíferos identificadas por diferentes tipos de registros no Parque Nacional do Descobrimento, categoria de ameaça segundo IUCN (2009), Ibama (2003), e de endemismo da Mata Atlântica. Indicações – VI: visualização, VO: vocalização, P: pegadas, E: entrevista, B: bibliografia (Moura, 2003; 2008), C: registro camera-trap; CAP: captura; VU: vulnerável, EM: em perigo; CR: criticamente ameaçado, END: endêmico Mata Atlântica.	276

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS DO DOCUMENTO

AGU - *Advocacia-Geral da União*

Ameparna - Associação Amigos do Parque Nacional do Descobrimento

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

Appa - Associação Pradense de Proteção Ambiental

Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico

BA - Estado da Bahia

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento, parte do Banco Mundial

BR-5, BR-101, BR-116 e BR-4 – Rodovias federais do Brasil

CEEA - Centro de Ecoturismo e Educação Ambiental

Cepedes – Centro de estudos e Pesquisas para o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia

Ceplac - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CDA - *Coordenadoria de defesa Agropecuária*

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica

CI – Conservação Internacional

CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Funa e Flora Silvestres

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CN-RBMA - Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

DIREP - Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral

DNMET-BA - departamento Nacional de Meteorologia da Bahia

ES – Estado do Espírito Santo

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

Esec– Estação Ecológica

EVC – Estação Veracel

Flona – Floresta Nacional

Funai– Fundação Nacional do Índio

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

GATE - Programa Informações para Gestão Territorial

Ibama– Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de desenvolvimento Humano

IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

IMA - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Incra - *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Inema– Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IUCN - *International Union for Conservation of Nature* (União Internacional para a Conservação da Natureza)

LMMF - Laboratório de Mastozoologia e Manejo de Fauna do departamento de Zoologia da Universidade Federal de Minas Gerais

MaB - *Man and the Biosphere* (Programa Homem e Biosfera)

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MN – Monumento Natural

MST – Movimento Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PEAS – Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade

PIB – Produto Interno Bruto

PND - Parque Nacional do Descobrimento

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PPG - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras

Prevfogo – Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

Probio - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira

Prodetur - Programa de desenvolvimento do Turismo

PROMAB - Programa de Monitoramento em Microbacias

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Rebio-UNA - Reserva Biológica de Una

Resex – Reserva Extrativista

Revis- Refúgio de Vida Silvestre

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAVE - Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado

SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUS - Sistema Único de Saúde

TNC - *The Nature Conservancy*

UC - Unidade de Conservação

UCE - Unidade de Coordenação Estadual

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)

UP – Unidade de Paisagem

ZA – Zona de Amortecimento

APRESENTAÇÃO

A posição do Brasil como um país megadiverso confere uma responsabilidade global maior em proteger três grandes regiões naturais – a Amazônia, o Pantanal e a Caatinga, e dois *hotspots* de biodiversidade – a Mata Atlântica e o Cerrado. Contudo, o Brasil é um país que ainda tem dificuldades em conciliar o desenvolvimento econômico e o respeito ao meio ambiente. Infelizmente os seus biomas vêm sofrendo com sucessivos episódios de degradação, alteração e conversão de sua biota, para dar lugar a atividades produtivas e instalações de infraestrutura. Esse processo é impulsionado por uma lógica antiga, implacável e bem conhecida de desenvolvimento “a qualquer custo”, baseada no imediatismo. Por essa lógica, sucessivas fronteiras de recursos naturais são identificadas, ocupadas, devastadas e exploradas (Drummond, 2005). Da forma como a ocupação do território tem sido realizada, a perda e degradação de habitats são consequências inevitáveis, sendo consideradas as principais causas de ameaça à biodiversidade.

Nesse contexto, as Unidades de Conservação são a chave para proteger o que resta dos ecossistemas naturais. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente Brasileiro, as Unidades de Conservação são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico ali existente.

A Declaração de Bali, elaborada durante o II Congresso Mundial de Parques, realizado em 1982, enfatiza a importância das Unidades de Conservação como elementos indispensáveis para a conservação da biodiversidade. As Unidades de Conservação, se adequadamente distribuídas geograficamente e em extensão, assegurariam a manutenção de amostras representativas de ambientes naturais, da diversidade de espécies e de sua variabilidade genética, além de promover oportunidades para pesquisa científica, educação ambiental, turismo e outras formas menos impactantes de geração de renda, juntamente com a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais à qualidade de vida. Tal premissa foi reforçada pela Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, adotada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD (Rio-92). No âmbito da Convenção, assinada por 175 países, um sistema adequado de Unidades de Conservação é considerado o pilar central para o desenvolvimento de estratégias nacionais de preservação da diversidade biológica.

Com o intuito de definir e regular as Unidades de Conservação brasileiras foi criado o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, oficialmente estabelecido pela Lei 9.985 de 19 de julho de 2000. O SNUC separa as Unidades de Conservação em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável, que permitem várias formas de utilização dos recursos naturais (Rylands & Brandon, 2005). As Unidades de Conservação de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-as, o quanto possível da interferência humana. Nelas, como regra, só se admite o uso indireto dos recursos naturais. Vale a pena dizer que a criação dessas áreas é feita pelos governos federal, estaduais e municipais, após a realização de estudos técnicos e de consulta à população (Oliveira & Barbosa, 2010).

O estabelecimento de parques e reservas no Brasil pode ser considerado um fenômeno ainda recente, sendo que a maioria foi criada nos últimos 30 anos. A percentagem de território brasileiro protegido na forma de Unidades de Conservação federais, sejam estas de proteção integral ou de uso sustentável, é 8,8%, ocupando uma área equivalente a 75.518.500ha (CNUC/MMA, 2012). De acordo com as metas do Plano Estratégico da Convenção da Diversidade Biológica para os anos 2010-2020, os países-membros da Convenção devem alcançar um total de 17% de área protegida em ambientes terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras em seus territórios, o que é um desafio. Soma-se a isso, a necessidade e a importância de que essas áreas sejam representativas de todas as ecorregiões naturais do país.

Com o intuito de aumentar o número de áreas protegidas no país e também de criar o apego da população pela preservação ambiental, os órgãos ambientais brasileiros vêm tentando mudar a concepção nacional, tanto de empresas quanto de políticos e cidadãos, de que as Unidades de Conservação funcionam como um entrave ao desenvolvimento econômico e social, explicando que, na verdade, elas são apenas uma maneira especial de ordenamento territorial (Oliveira & Barbosa, 2010). Ainda que se tenha avançado sobre essa questão, existe ainda a urgência de se fortalecer o sistema de Unidades de Conservação, cuja fragilidade está associada à falta de instrumentos adequados ao seu manejo e proteção.

As Unidades de Conservação, de um modo geral, enfrentam sérios problemas que comprometem a sua efetividade, dentre eles a indefinição fundiária, a caça, as queimadas predatórias, as invasões, a presença de populações humanas no interior das Unidades de Proteção Integral, recursos humanos deficitários, limitação orçamentária e instabilidade política das agências ambientais. No entanto, a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em 2007, pode ser considerada um alento para contornar essas dificuldades.

A este novo órgão do governo coube a execução das ações da Política Nacional do Meio Ambiente no que tange à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das Unidades de Conservação instituídas pela União. No exercício dessa função, os planos de manejo das Unidades de Conservação ganham um *status* prioritário para a sua implementação e gestão. Assim, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento, apresentado neste documento, visa não somente contribuir para o fortalecimento da Unidade, como também do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil.

INTRODUÇÃO

O SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000) define o Plano de Manejo como “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade”. Já segundo o Roteiro Metodológico de Planejamento (Ibama, 2002), o Plano de Manejo se caracteriza como um instrumento de planejamento que ocorre de forma processual e caracteriza-se por ser contínuo, gradativo, flexível e participativo. Estabelece a relação de prioridades entre as ações, mantendo, ao longo do tempo, as grandes linhas e diretrizes que orientam o manejo, permite o ajuste durante a sua implementação e requer o envolvimento da sociedade em diferentes etapas de sua elaboração.

O planejamento como processo contínuo envolve a busca constante de conhecimentos para manter sempre atualizadas as propostas de manejo, de forma a não ocorrerem lacunas e distanciamento entre as ações desenvolvidas e as realidades local e regional. O planejamento é um processo gradativo, onde o grau do conhecimento dos recursos naturais e culturais determina o grau de intervenção na UC que, juntos, determinarão a profundidade de alcance do Plano de Manejo. A implementação dar-se-á também de forma gradativa onde são agregados novos avanços na busca da melhor situação de manejo desejada para a UC. Cada novo planejamento apresenta uma abordagem sempre mais ampliada. O planejamento é flexível porque permite a possibilidade de serem inseridas ou revisadas informações em um plano de manejo sempre que se dispuser de novos dados, sem a necessidade de proceder a toda a revisão do documento. O processo participativo exige o comprometimento da Instituição com a promoção de mudanças na situação existente na Unidade de Conservação e mesmo em suas imediações. Se não acontecerem as mudanças no sentido do aumento da conscientização ambiental da sociedade, dentro e fora da UC, a sua proteção poderá ficar comprometida. O processo participativo busca o envolvimento da sociedade no planejamento e em ações específicas na UC e no seu entorno, tornando-a partícipe e comprometida com as estratégias estabelecidas. É uma oportunidade para se obter o reconhecimento da importância da Unidade de Conservação e de sua contribuição para a sociedade.

A elaboração de planos de manejo para as Unidades de Conservação está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade (decreto nº. 4.339 de 22 de agosto de 2002), sendo que esta iniciativa parece ter ganhado corpo a partir da criação do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em 2007. Dentre as atribuições do ICMBio está a promoção da gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das UC instituídas pela União, sendo o plano de manejo uma ferramenta-chave para a execução dessas ações. O Parque Nacional do Descobrimento (PND) foi criado pelo Decreto Federal de 20 de abril de 1999, com uma área de 21.129ha e ampliado em mais 1.549ha pelo decreto Federal de 05 de Junho de 2012, perfazendo uma área total atual de 22.673,97ha. Localizado na zona costeira do extremo sul da Bahia, situado no município do Prado, destaca-se por se tratar do maior remanescente de Mata Atlântica de tabuleiro ainda em bom estado de conservação na região Nordeste do país; veja Ficha Técnica da UC no Quadro 1.

A elaboração do Plano de Manejo do PND contemplou a área do Parque e seu entorno, seguindo-se os termos do “Roteiro Metodológico de Planejamento – Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas” (Ibama 2002). O Plano de Manejo foi construído por uma equipe multidisciplinar, coordenada por um consórcio de entidades a partir da liderança da Fundação Biodiversitas. A equipe técnica foi composta por profissionais das áreas de biologia, geografia, geologia, sociologia, engenharia florestal, turismo e administração, que atuaram em áreas temáticas, a saber: i) Avaliação Ecológica Rápida (meios biótico e físico); ii) Diagnóstico Socioambiental; iii) Uso Público; iv) Avaliação dos Recursos Hídricos; v) Diagnóstico da Estrutura Organizacional; e vi) Planejamento Estratégico do Parque. Estudos em campo, complementados por dados da literatura e consultas às comunidades de interesse e atores locais, foram integrados e deram suporte aos diagnósticos e as análises necessárias para o Plano de Manejo. Os trabalhos foram assistidos pela Equipe de Supervisão e Acompanhamento do Plano, composta por dois membros representantes do Conselho Consultivo do Parque, dois técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - DIREP/ ICMBio e um técnico de uma Unidade de Coordenação Estadual (UCE-BA) no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos/MMA.

Quadro1: Ficha Técnica do Parque Nacional do Descobrimento – PND.

Parque Nacional do Descobrimento	
Coordenação Regional:	CR7 – Porto Seguro
Unidade Gestora:	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Endereço da sede:	Rua 04, Quadra C, Lote 31, Bairro Novo Prado, Prado, Bahia
Telefone:	(73) 3298-2233
Fax:	(73) 3298-2233
Email:	parnadescobrimento@gmail.com, aristides.neto@icmbio.gov.br
Site:	http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2197-parna-do-descobrimento.html
Superfície da UC (ha):	22.693,97
Perímetro da UC (km):	156,59
Superfície da ZA (ha):	107.239,30
Perímetro da ZA (km):	333,82
Município:	Prado – 13,63%.
Estado:	Bahia.
Coordenadas geográficas:	Entre as coordenadas 16° 55' e 17° 15' de latitude Sul, e 39° 25' e 40° 10' de longitude Oeste.
Data de criação e decreto:	Decreto Federal de 20 de Abril de 1999
Biomas e ecossistemas:	Mata Atlântica - Floresta Ombrófila densa sobre Tabuleiros Costeiros do Brasil
Atividades ocorrentes:	Operacionalização semestral (outubro a março) da Base Avançada de Combate a Incêndios com atividades de manutenção de acéiros, limpeza da área de uso do PND e eventual apoio a outras 15 UC dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia.
Educação ambiental:	Ações isoladas ainda incipientes
Fiscalização	Precária. Realizada conforme demandas específicas em virtude da insuficiência de servidores para tal função.
Pesquisa:	Pontual. Ocorre com apoio de universidades e faculdades locais e regionais e são orientadas por uma câmara técnica criada no âmbito do Conselho Consultivo do Parque.
Visitação:	Apesar da demanda, o Parque ainda não dispõe de estrutura adequada de visitação.
Atividades conflitantes:	Caça; invasões; extração de sementes, plantas, lenha e madeira; retirada de estacas para plantio de maracujás e pimenta-do-reino; uso de agrotóxicos nas nascentes dos rios que atravessam a UC e nas culturas de subsistência nas ocupações irregulares dentro do Parque; presença de animais domésticos (cães e gatos).

DIAGNÓSTICO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



1. Contextualização da Unidade de Conservação

1.1. Enfoque Internacional

O Parque Nacional do Descobrimento possui titulação de reconhecimento mundial. A região onde o Parque se insere é considerada uma das mais importantes para a conservação da biodiversidade do planeta e, por esta razão, está presente nos acordos e programas internacionais para a conservação da biodiversidade.

1.1.1. Parque Nacional do Descobrimento frente aos atos declaratórios internacionais

Mata Atlântica - Hotspot de Biodiversidade

Para priorizar as ações de conservação, uma das estratégias internacionais é proteger áreas onde ocorrem maiores concentrações de biodiversidade e que estão sob maior ameaça. Seguindo esta lógica, Norman Myers criou em 1988 o conceito de *hotspot*, que hoje é reconhecido como uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original (Figura 1). A Mata Atlântica, bioma onde se insere o Parque Nacional do Descobrimento, é considerada um *hotspot* (Figura 2). Este Parque compõe os 2% do território da Mata Atlântica coberto por Unidades de Conservação de Proteção Integral, ou seja, a modalidade que assegura, de fato, a proteção dos ecossistemas naturais.



Figura 1: Hotspots mundiais de Biodiversidade, com destaque para a Mata Atlântica na costa leste brasileira (Myers et al., 2000).

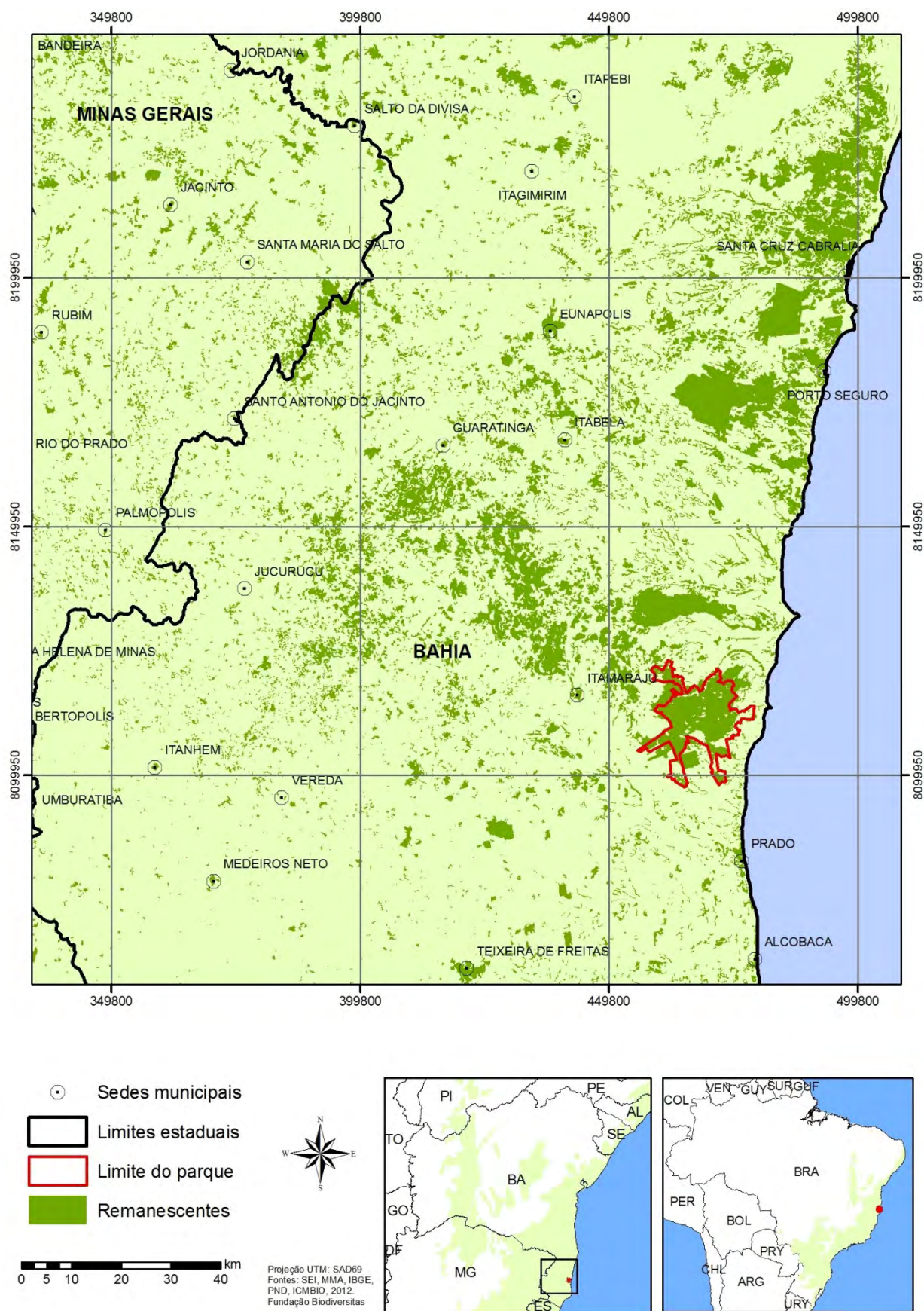


Figura 2: Localização do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA): aspecto geo-político e relação com área de domínio do bioma Mata Atlântica.

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – MaB/UNESCO

Criado em 1971, o Programa o Homem e a Biosfera (*The Man and the Biosphere Programme - MaB*) é um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. As Reservas da Biosfera (RBs) são a principal linha de ação do Programa e sua concepção é um inovador instrumental de planejamento para combater os efeitos dos processos de degradação ambiental.

As Reservas da Biosfera no Brasil são definidas pelo capítulo VI (Das Reservas da Biosfera) da lei nº 9985 de 18/07/2000, do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O artigo nº 41 menciona que “*Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.*” São funções das Reservas da Biosfera (RBMA, 2013):

- **Conservação:** contribuir para a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variedades genéticas;
- **Desenvolvimento:** fomentar o desenvolvimento econômico e humano que seja sociocultural e ecologicamente sustentável; e
- **Apoio Logístico:** apoiar projetos demonstrativos, educação ambiental e capacitação, pesquisa e monitoramento, referentes a temas locais, regionais, nacionais e globais de conservação [da natureza] e de desenvolvimento sustentável.

Para cumprir suas funções, as Reservas da Biosfera estabelecem o zoneamento de seus territórios, incluindo:

- **Zonas Núcleo** – uma ou mais áreas legalmente protegidas, com perímetro definido, cuja função principal é a proteção da biodiversidade. São principalmente constituídas por áreas tombadas, áreas de preservação permanente igualmente instituídas, Unidades de Conservação de Proteção Integral federais, estaduais e municipais, Zonas de Vida Silvestre das Áreas de Proteção Ambiental (APA), dentre outras áreas com objetivos específicos de conservação ambiental. O Parque Nacional do Descobrimento, portanto, é uma das UC que integra a Zona Núcleo da RBMA.
- **Zonas de Amortecimento** – estabelecidas no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, tem por objetivos simultâneos minimizar o impacto sobre esses núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais. São as unidades de conservação de uso sustentável, corredores ecológicos, terras indígenas e quilombolas, dentre outras.
- **Zonas de Transição** – sem limite fixo, destinam-se prioritariamente ao monitoramento e à educação ambiental visando integrar de forma mais harmônica as zonas mais internas da reserva com áreas externas, onde predominam usos e ocupação mais intensivos (urbanização, agricultura, indústria).

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) foi criada em 1991, tendo sido ampliada diversas vezes. Atualmente, possui cerca de 35 milhões de hectares em 15 estados brasileiros ao longo da faixa leste do país. É a maior e uma das mais importantes unidades da Rede Mundial da Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura - UNESCO, que hoje inclui 621 Reservas da Biosfera em 117 países.

A RBMA coordena o Programa “Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica” que busca promover a gestão integrada de Unidades de Conservação vizinhas, bem como utilizar a figura do Mosaico como mecanismo de adequação de limites de categorias de UC para um melhor ordenamento territorial e harmonização das necessidades de conservação e desenvolvimento sustentável na Mata Atlântica. No Projeto Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica encontra-se a iniciativa dos Mosaicos dos Mincorredores do Corredor Central da Mata Atlântica. O Corredor Central da Mata Atlântica abrange uma área de 8,5 milhões de hectares que se estende por todo o Estado do Espírito Santo e porção Sul da Bahia (MMA, 2006). Apenas 0,88% da porção baiana do Corredor Central é coberto por Unidades de Conservação de Proteção Integral, como os Parques Nacionais do Pau-Brasil, Monte Pascoal, Descobrimento e Arolhos. A consolidação (e ampliação)

dessas áreas, portanto, é uma meta a ser perseguida para assegurar a preservação da imensa riqueza biológica e endemismos restritos do Corredor Central da Mata Atlântica. Dada à sua importância para a conservação da biodiversidade global, esse Corredor vem sendo reconhecido internacionalmente pela UNESCO.

1.1.2. Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento – Reservas da Mata Atlântica BA/ES – UNESCO

Em 1972, a UNESCO estabeleceu a Convenção do Patrimônio Mundial para incentivar a preservação de bens culturais e naturais significativos para a humanidade devido a sua importância para a referência e identidade das nações. Ao assinar a Convenção, cada país se compromete a conservar não somente os bens do Patrimônio Mundial localizados em seu território como também a proteger o próprio patrimônio nacional. A UNESCO participa apoiando ações de proteção, pesquisa e divulgação com recursos técnicos e financeiros do Fundo do Patrimônio Mundial.

Reconhecida pela UNESCO em 1999 como Patrimônio Natural Mundial devido ao seu excepcional valor do ponto de vista da ciência e da preservação de ecossistema de interesse universal, a área denominada Costa do descobrimento engloba uma área de 11.930 hectares abrangendo 12 municípios no sul da Bahia e quatro no norte do Espírito Santo. Inclui os Parques Nacionais de Monte Pascoal, Descobrimento e Pau Brasil, além de 23 áreas de proteção ambiental. O status de Patrimônio Natural da Humanidade potencializa o poder de articulação de parcerias intergovernamentais, além da própria captação de recursos internacionais para o Parque Nacional do Descobrimento. Esses atributos contam com intenso apoio e interesse de organizações não-governamentais brasileiras e internacionais das áreas ambiental e social (*World Wildlife Fund - WWF; Conservation International; IUCN*; entre outras).

1.1.3. Oportunidades e compromissos com organismos internacionais

Algumas instituições internacionais des envolvem atividades junto aos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil. Por esse motivo, e por apresentarem linhas de atuação que condizem com os objetivos de conservação do PND, tais instituições representam potenciais parcerias para o desenvolvimento e apoio a atividades de conservação e educação ambiental no Parque e entorno (Quadro 2).

Quadro 2: Organismos internacionais que representam potenciais parcerias para o Parque Nacional do Descobrimento.

Organismo Internacional	Linhas de Atuação	Potencial de Apoio ao PND
Conservação Internacional Brasil	Conservação da biodiversidade; Serviços ambientais; Bem-estar humano; Atua no Corredor central da Mata Atlântica; Atua na região da Costa do Descobrimento;	Parceira do MMA no Programa de Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil; Cooperação na integração com as demais Unidades de Conservação da região; Educação ambiental.
The Nature Conservancy	Conservação de plantas, animais e ecossistemas, para o bem da natureza e do próprio ser humano.	Parceira do MMA no Programa de Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil. Conservação das espécies e dos ecossistemas do PND. Atuação em atividades com as comunidades do entorno.
WWF	Identificação de problemas de conservação, concebendo e implementando, geralmente com parceiros, projetos de caráter demonstrativo que apontam soluções para esses problemas.	Parceira do MMA no Programa de Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil; Conservação das espécies e dos ecossistemas do PND. Atuação em atividades com as comunidades do entorno. Articulação de ações de políticas públicas.
IUCN	Conservação da integridade e diversidade da natureza; Assegurar que o uso dos recursos naturais seja justo e ecologicamente sustentável. Produção e manutenção da lista vermelha de espécies ameaçadas de extinção com base em pesquisas científicas.	Apoio a projetos de manejo sustentável da biodiversidade e recursos naturais; Embasar e influenciar políticas de conservação, especialmente das espécies ameaçadas de extinção;

1.1.4. Acordos internacionais

Convenção a Diversidade Biológica CDB e o PND no contexto das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas e um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente. A Convenção foi estabelecida durante a notória ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 – e é hoje o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema (MMA, 2013).

Um grande desafio para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de prioridades nacionais, regionais e locais, essenciais para a aplicação eficiente dos recursos financeiros disponíveis. Nesse sentido, no intuito de cumprir com as diretrizes e as demandas previstas na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), o MMA no âmbito do PROBIO - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - realizou, em 2004, um mapeamento de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, definindo quatro categorias de prioridade (i.e. Extrema Importância Biológica; Muito Alta Importância Biológica; Alta Importância Biológica; e Provável Importância Biológica) e estabelecendo as ações prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros. Com base em determinados critérios (i.e. número de espécies endêmicas e grau de ameaça às espécies), foram identificadas 900 áreas prioritárias para conservação, apresentadas no Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, regulamentado pela Portaria N^o 126, de 27 de maio de 2004. Em 2005, o MMA realizou a revisão/atualização das áreas prioritárias já definidas, por meio de reuniões técnicas e seminários regionais, realizada de forma simultânea em todos os biomas brasileiros. A conclusão do processo se deu em 2006, com a confecção de um mapa geral contendo as áreas prioritárias para a conservação em cada bioma, aprovado pela Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) e publicado em portaria específica do MMA no ano de 2007.

O Corredor do Descobrimento, onde se insere o PND e um conjunto de outras UC, faz parte e do atual mapa de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade do MMA (Figura 3) e integra as redes ecológicas e programas de corredores dos países da América do Sul citados pela CDB (CDB, 2006).

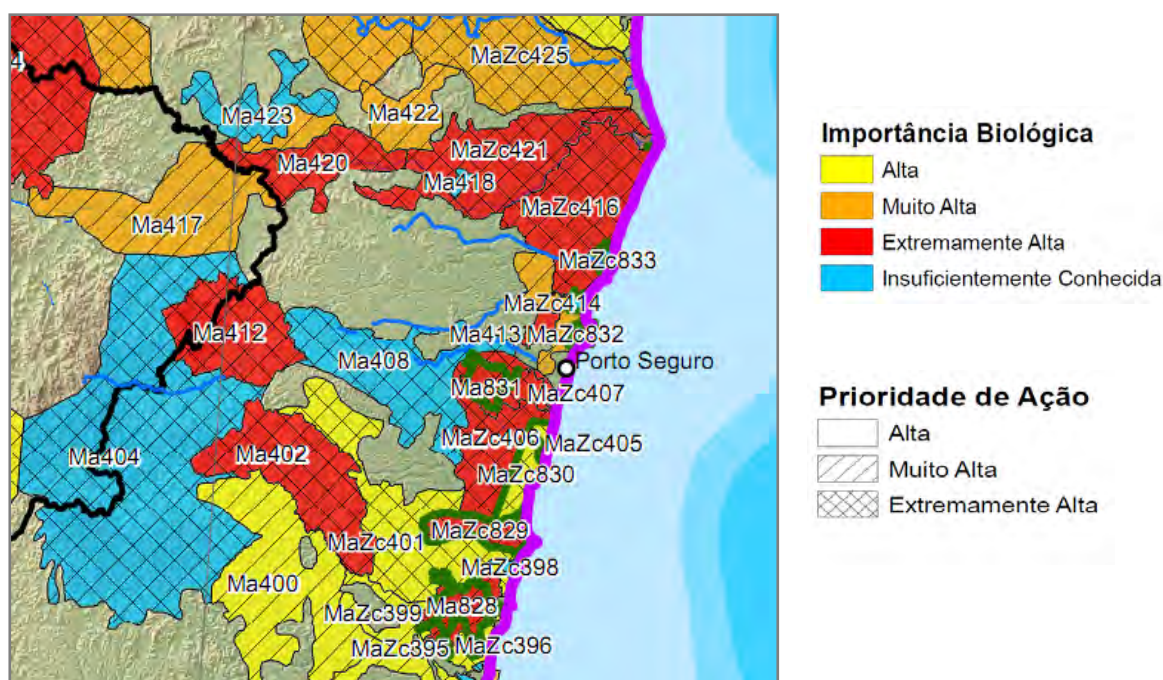


Figura 3: Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade na região do Parque Nacional do Descobrimento. Fonte: MMA, 2007.

Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES)

A CITES foi assinada em Washington por 21 países, em 1973, com o objetivo de controlar o comércio internacional de fauna e flora silvestres, exercendo a fiscalização especialmente quanto ao comércio de espécies ameaçadas, suas partes e derivados, com base em um sistema de licenças e certificados. A atuação da CITES se restringe às transações que envolvem o comércio internacional, não levando em consideração outros fatores de ameaça, nem mesmo o comércio ilegal dentro dos limites do país. As espécies que sofrem o controle da CITES são definidas através de acordo entre as partes e listadas nos Anexos I, II e III, de acordo com o grau de ameaça a que estão submetidas. Mais 130 países aderiram à CITES, desde sua criação. A adesão do Brasil ocorreu por meio do decreto nº 76623/75, que estabelece o cumprimento integral da Convenção em âmbito nacional.

Visto que no Parque há espécies listadas nos anexos da CITES, as ações no Parque devem considerar a identificação e ocorrência de captura e coleta ilegal de espécies animais e vegetais na Unidade,, assim como a informação à comunidade local sobre a Convenção e suas implicações. As espécies listadas pela CITES e registradas no PND incluem: a espécie vegetal *Cyathea phalerata* Mart. (Cyatheaceae, xaxim-espinhento); as espécies de répteis *Tupinambis merianae* (teiú, também conhecido como o tiú, tejú ou tegu), *Boa constrictor* (jiboia-constritora) e *Chelonoidis denticulata* (jabuti); as espécies de mamíferos, *Puma yagouondi* (gato mourisco), *Eira barbara* (irara/papa-mel) e *Pecari tajacu* (caititu).

Agenda 21

A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MMA 2013). Este instrumento 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente.

A Agenda 21 Global foi acordada e assinada por 179 países participantes da Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Este acordo constitui-se em um programa de ação baseado em um documento de 40 capítulos que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. A denominação “Agenda 21” foi utilizada como o eixo de transformações para o novo modelo de desenvolvimento que deveria ser seguido no século XXI.

A Agenda 21 Brasileira, concluída em 2002, resultou de uma consulta pública à população brasileira e foi construída com base nas diretrizes da Agenda 21 global. Constitui, portanto, um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico (MMA, 2013). Dentre as ações prioritárias da agenda nacional, constam, como ações direcionadas à preservação da biodiversidade e dos ambientes naturais: preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas; política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade; modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos; Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 Local é um dos principais instrumentos para conduzir processos de mobilização, troca de informações, geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais e estabelecimento de prioridades para a gestão em diferentes níveis, desde um estado, município, bacia hidrográfica, unidade de conservação, até um bairro ou uma escola. O processo de desenvolver articulado com outros projetos, programas e atividades do governo e sociedade, sendo consolidado a partir do envolvimento dos agentes regionais e locais.

O PND, por estar vinculado ao órgão executivo federal, deve incentivar a adoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioambiental das comunidades locais, dentre elas a elaboração da Agenda 21 no Município de Prado, onde está inserido. A própria elaboração deste Plano de Manejo, como gera e sistematiza muitas informações relativas ao Parque e seu contexto físico e socioeconômico, criando momentos e situações que incentivam a construção da agenda 21 no Município.

1.2. Enfoque Federal

1.2.1. A representatividade do Parque Nacional do Descobrimento no âmbito do SNUC e do bioma Mata Atlântica

O Brasil está em primeiro lugar dentre os países megadiversos, contendo 14% das espécies vegetais e animais do planeta (Brandon *et al.* 2005). Possui, desta forma, uma considerável responsabilidade em proteger e conservar toda essa riqueza biológica, especialmente por meio da proteção das suas grandes regiões naturais. As Unidades de Conservação representam, neste contexto, um dos principais meios para que o patrimônio biológico esteja protegido.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC/MMA 2012), existem hoje no Brasil 1755 Unidades de Conservação, considerando as áreas protegidas federais, estaduais, municipais e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN (CNUC 2012). Este total representa 17,31% da área continental do território nacional (Tabela 1; Figura 4). Deste total, 1073 são UC geridas por órgãos públicos, dentre as quais 340 pertencem à categoria Parques. Os Parques representam 23,25% de toda a área brasileira protegida por UC e 4,02% da área continental do país (Figura 5).

Tabela 1: Número e área total de Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais) por categoria de manejo e representatividade em relação à área total protegida por UC e à área do país.

Categoria	Número	Área (hectares)	Representatividade da área em relação à área total englobada por UC (%)	Representatividade da área em relação à área total do País (%)
Área de Proteção Ambiental - APA	287	39.719.000	26,95	4,66
Área de Relevante Interesse Ecológico - Arie	46	91.500	0,06	0,01
Estação Ecológica – ESEC	96	11.566.600	7,85	1,36
Floresta	105	30.025.300	20,37	3,53
Parque	340	34.266.300	23,25	4,02
Reserva de desenvolvimento Sustentável - RDS	31	11.657.800	7,91	1,37
Reserva Biológica - Rebio	52	5.205.100	3,53	0,61
Reserva Extrativista – Resex	88	13.833.000	9,38	1,62
Refúgio de Vida Silvestre – Revis	28	355.300	0,24	0,04
TOTAL	1073	146.855.200	99,63	17,25
Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN	682	539.800	0,37	0,06
TOTAL	1755	147.395.000	100	17,31

Fonte: CNUC/MMA 2012

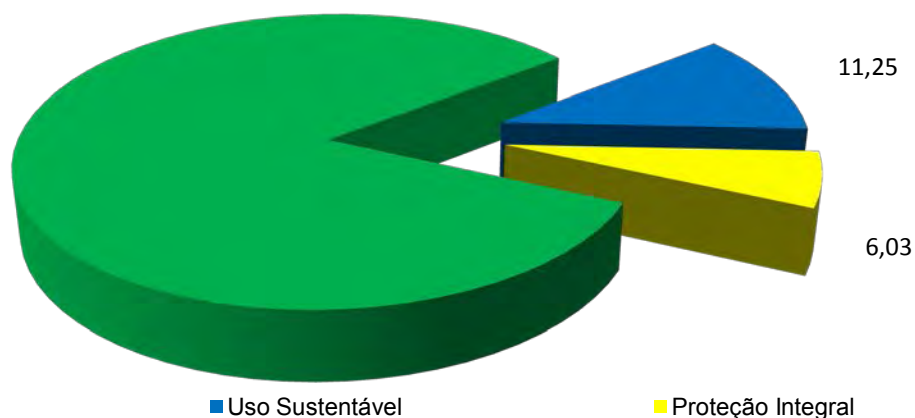


Figura 4: Representatividade das Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável em relação à área do Brasil (em % área).

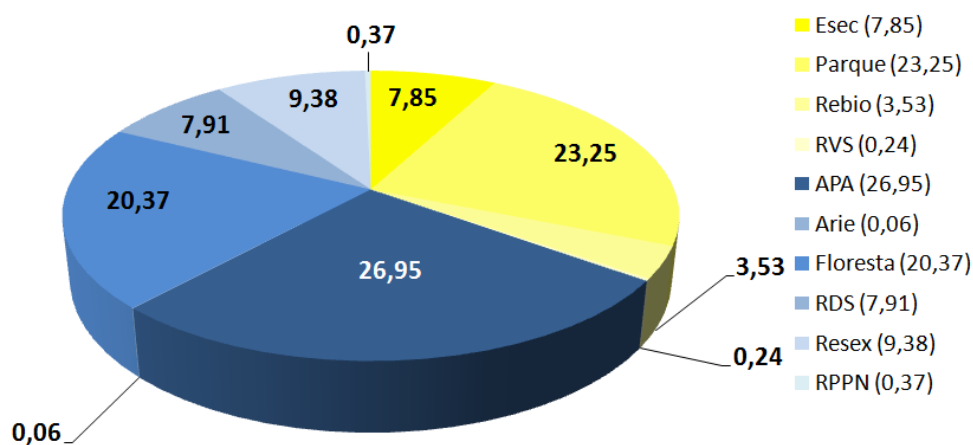


Figura 5: Representatividade das Unidades de Conservação por categoria de manejo em relação à área total englobada pelo SNUC. Legenda: Esec – Estação Ecológica; Rebio – Reserva Biológica; Revis – Refúgio de Vida Silvestre; APA – Área de Proteção Ambiental; Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico; RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Resex – Reserva Extrativista; RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A representatividade de uma rede de áreas protegidas deve considerar a diversidade regional de paisagens e ecossistemas, além de critérios de distribuição de espécies (riqueza, endemismo, raridade, ameaças). É preciso, para usar critérios de distribuição de habitat, definir conjuntos homogêneos representando essas variações (Silva & Dinnouti, 2000).

Em nível nacional, as distorções geográficas do sistema brasileiro de áreas protegidas são claras (Tabela 2). A região amazônica possui cerca de 19% do número de Unidades de Conservação brasileiras, mas concentra 81% do total da área protegida no Brasil. Já a Mata Atlântica, um dos biomas mais ameaçados do planeta, abriga quase a metade do número total de Unidades de Conservação, mas é responsável por apenas 8% da extensão territorial protegida no país. Considerando-se a extensão original de ambos os biomas, esses dados indicam que a Amazônia possui cinco vezes mais área sob proteção do que a Mata Atlântica, que necessita, em função do seu grau de degradação, de uma cobertura mais extensa representada na forma de Unidades de Conservação. O tamanho médio das Unidades de Conservação também indica as diferenças marcantes entre os biomas. Enquanto na Amazônia o tamanho médio das UC é de 356.000ha, na Mata Atlântica é de apenas 14.500ha, ou seja, 25 vezes menor, o que implica na necessidade da adoção de estratégias de manejo e conservação diferenciadas.

Tabela 2: Biomas brasileiros e seu percentual de áreas abrangidas por Unidades de Conservação.

Bioma	Área do bioma (Km ²)	% do Brasil	No. de UC	% de área abrangida por UC
Amazônia	4.196.943	49,29	314	26,2
Caatinga	844.453	9,92	127	7,4
Cerrado	2.036.448	23,92	358	8,2
Mata Atlântica	1.110.182	13,04	947	8,9
Pantanal	150.355	1,77	24	4,6
Pampa	176.496	2,07	20	2,7
Totais	8.514.877	100	1605	17,1

Fonte: CNUC/MMA em 03/11/2011.

Dentro da área original do bioma Mata Atlântica vivem hoje cerca de 70% da população humana brasileira. As maiores cidades e os mais importantes polos industriais, responsáveis por 80% do PIB nacional, encontram-se ao longo do litoral (Cl et al., 2000; Matos, 2001). Trata-se de um bioma extremamente reduzido em tamanho e fragmentado, restando apenas 7,9% de remanescentes florestais em fragmentos acima de 100 hectares representativos para a conservação da biodiversidade (SOS Mata Atlântica 2012). O desmatamento apresenta índices muito mais graves ainda nos estados do Nordeste do Brasil, onde restam apenas 1-2% da cobertura original (Cl et al., 2001, Costa & Guerra 2012). O Sul da Bahia abriga pelo menos 80% dos remanescentes da Mata Atlântica do Nordeste (Ayres *et al.*, 1997).

Estima-se que até o meado do Século XIX, o Sul e o Extremo Sul da Bahia tinham 90% do seu território coberto por florestas. Fotos aéreas de 1945 permitiram registrar que nesse ano mais de 85% da área total do Extremo Sul da Bahia ainda encontrava-se coberto por florestas (Rezende Mendonça, 1994). As avaliações mais atuais são alarmantes. A estimativa, feita em 1990, apontava para uma cobertura de apenas 0,4% das florestas costeiras originais do Sul da Bahia. Pelo menos 3,1% existiam, em fragmentos menores de 400 hectares e geralmente antropizados (Fundação SOS Mata Atlântica, 1992; Thomas *et al.*, 1998). Rezende Mendonça (1994, 1998) estimou que em 1997 restavam no Extremo Sul apenas 4,82% da área de cobertura florestal verificada em 1945, correspondendo a uma redução de 94,13% na cobertura florestal regional.

Atualmente, a Mata Atlântica possui menos de 2% de seu território composto por Unidades de Conservação de Proteção Integral. O PND está totalmente inserido neste bioma, representando 1,08% das áreas de proteção integral protegidas por Unidades de Conservação no bioma Mata Atlântica no Brasil (excluindo-se RPPN). A área do PDN representa, ainda, 0,030% da área das UC federais, 0,063% da área das UC federais de Proteção Integral, e 0,091% da área dos Parques Nacionais (Tabela 3).

Tabela 3: Situação do Parque Nacional do Descobrimento, Estado da Bahia, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Categoria de Dados	UC Federais	UC federais de Proteção Integral	Parques Nacionais	PND
Número de UC	887*	139	68	n.a.
Área Total (ha)	75.518.500	36.180.700	25.222.600	22.693,97
% da área no território brasileiro	8,87	4,25%	2,96%	0,003
% da área em relação ao Sistema de UC Federais	n.a.	47,91%	33,40%	0,030
% da área em relação às UC federais de PI	n.a.	n.a.	69,71%	0,063
% da área em relação aos Parques Nacionais	n.a.	n.a.	n.a.	0,091

Fonte: CNUC/MMA (n.a. = não se aplica)

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente (CNUC/MMA, 2012), a proteção dos ecossistemas no bioma da Mata Atlântica é principalmente realizada por Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Figura 6), que ocupam 7,2% do bioma e representam 75% do total protegido. Com maior concentração na região costeira de São Paulo e Rio de Janeiro, as Unidades de Conservação de Proteção Integral (que representam áreas dedicadas primordialmente à proteção da biodiversidade e seus processos naturais, com severas restrições de uso) englobam apenas 2,4% da Mata Atlântica e 27% da área protegida por UC no bioma. Do total do bioma protegido por UC de Proteção Integral (federais, estaduais e municipais), 0,84% é representado pelo PND, que tem um impacto positivo em nível federal já que se instala em uma área extremamente importante para a conservação da biodiversidade e que atualmente ainda está pouco protegida (Tabela 4). Ainda, o PND representa, 1,90% do total de áreas protegidas no Bioma Mata Atlântica por UC federais de Proteção Integral, que totalizam 52 Unidades, sem considerar as RPPN (Quadro 3).

Tabela 4: Área e % da Mata Atlântica sob Proteção Integral ou Uso Sustentável, e representatividade do Parque Nacional do Descobrimento em relação à primeira categoria.

Área (ha) de Proteção Integral	% Mata Atlântica sob Proteção Integral	Área (ha) sob Uso Sustentável	% Mata Atlântica sob Uso Sustentável	Área (ha) total sob Proteção no Bioma	% total sob Proteção no Bioma	Área (ha) protegida no PND	%* protegida no PNDbrimeto
2.667.800	2,42	8.005.600	7,25	9.924.900	8,94	22.693,97	0,84

Fonte: CNUC/MMA (2012). * Porcentagem calculada com base no total protegido na categoria Proteção Integral.

Não só a extensão reduzida da rede de Unidades de Conservação na Mata Atlântica impede a preservação em longo prazo da diversidade biológica, como também a vitalidade do sistema depende dos padrões de distribuição das áreas protegidas ao longo da paisagem. Se por um lado as regiões Sudeste e Sul estão cobertas por um número considerável de áreas protegidas, o Nordeste encontra-se sub-representado (Figura 6).

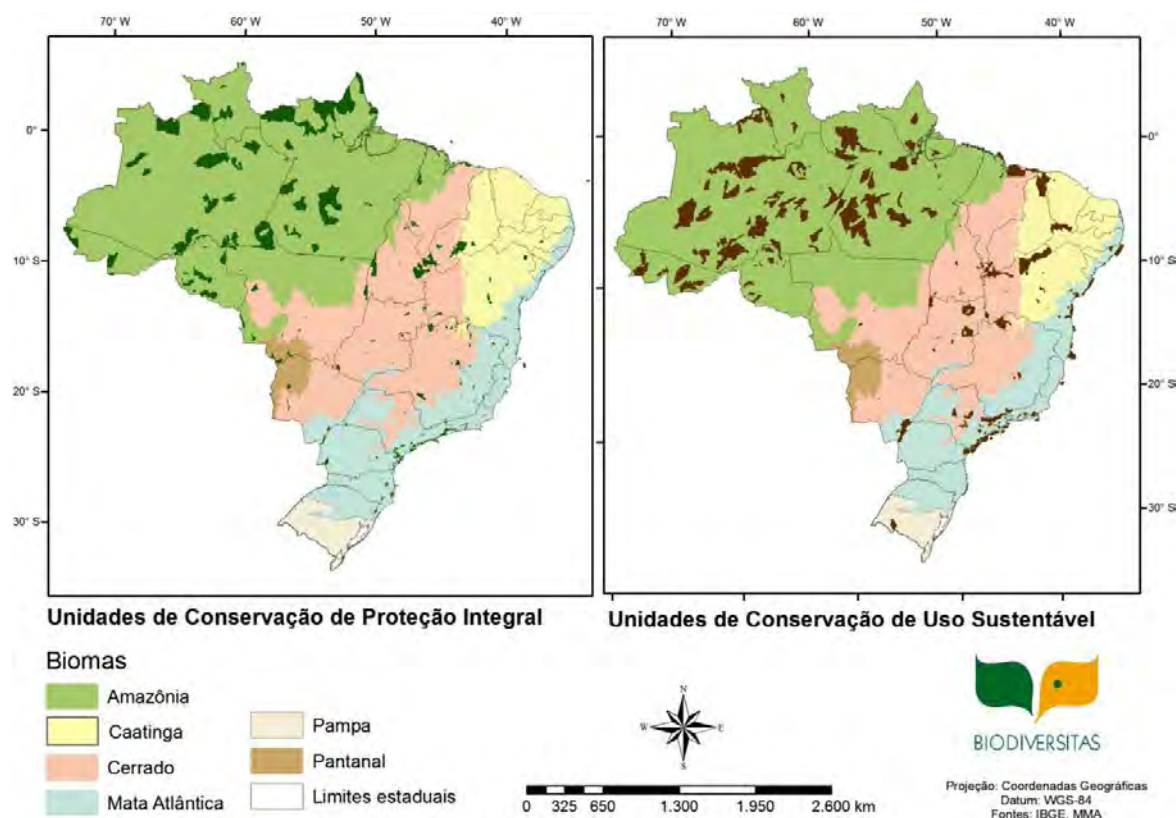


Figura 6: Distribuição das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável nos biomas brasileiros.

As áreas protegidas existentes na região são pequenas e isoladas, comprometendo a manutenção dos processos ecológicos e evolutivos. Medidas urgentes são necessárias na região devido ao alto grau de fragmentação e pressão sobre os últimos remanescentes, existindo poucas oportunidades de se conservar grandes porções da paisagem (CI *et al.*, 2001).

Quadro 3: Lista, ano de criação e área das Unidades de Conservação de Proteção Integral federais da Mata Atlântica.

NOME	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)
ESTAÇÃO ECOLÓGICA		
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MURICI	2001	6.144,81
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS	1990	21.309,54
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MATA PRETA	2005	6.850,34
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ARACURI-ESMERALDA	1981	286,69
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJËS	1987	775,47
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE GUARAQUEÁBA	1982	5.475,36
ESTAÇÃO ECOLÓGICA MICO LEÃO PRETO	2002	6.630,58
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA	2006	1.942,88
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DOS TUPINIQUINS	1986	1.757,79
PARQUE		
PARQUE NACIONAL DESÃO JOAQUIM	1961	43.882,86
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA	1972	13.435,39
PARQUE NACIONAL DE CAPARAO	1961	31.803,92
PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE	1997	114.279,97
PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS	2005	13.373,79
PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS	2006	21.935,83
PARQUE NACIONAL RESTINGA DE JURUBATIBA	1998	14.879,82
PARQUE NACIONAL DA SERRA DE ITABAIANA	2005	7.999,05
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CIPÊ	1984	31.791,75
PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ORGÃOS	1939	10.537,68
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL	1992	17.794,45
PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	1939	179.270,19
PARQUE NACIONAL PAU BRASIL	1999	19.027,22
PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL	1961	22.314,55
PARQUE NACIONAL ITATIAIA	1937	28.297,84
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA	1971	98.622,59
PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI	1989	34.559,21
PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE	2001	25.686,98
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ	2004	58.793,16
PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS	1983	87.878,34
PARQUE NACIONAL DESCOBRIMENTO	1999	22.693,97
PARQUE NACIONAL DA TIJUCA	1961	3.974,10
RESERVA BIOLÓGICA		
RESERVA BIOLÓGICA GUARIBAS	1990	2.706,47
RESERVA BIOLÓGICA DE SALTINHO	1983	564,58

NOME	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)
RESERVA BIOLÓGICA UNIÃO	1998	2.927,65
RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO	1982	2.374,70
RESERVA BIOLÓGICA DO CÊRREGO GRANDE	1989	1.484,37
RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ	1989	24.946,88
RESERVA BIOLÓGICA DE POÃO DAS ANTAS	1974	5.075,42
RESERVA BIOLÓGICA DAS PEROBAS	2006	9.144,14
RESERVA BIOLÓGICA DAS ARAUCÁRIAS	2006	15.421,50
RESERVA BIOLÓGICA AUGUSTO RUSCHI	1982	3.561,74
RESERVA BIOLÓGICA DA MATA ESCURA	2003	50.892,12
RESERVA BIOLÓGICA DE COMBOIOS	1984	784,18
RESERVA BIOLÓGICA DE PEDRA TALHADA	1989	3.746,49
RESERVA BIOLÓGICA DE SOORETAMA	1982	27.846,01
RESERVA BIOLÓGICA DE UNA	1980	18.500,23
RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO	1990	17.458,20
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE		
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS	2006	17.240,89
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DE UNA	2007	23.404,91
REFUGIO DE VIDA SILVESTRE ILHA DOS LOBOS	1983	146,12
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DO RIO DOS FRADES	2007	897,95
MONUMENTO NATURAL		
MONUMENTO NATURAL DOS PONTIES CAPIXABAS	2002	17.444,67
TOTAL		1.200.575,37

As limitações ligadas à extensão e representatividade da rede de Unidades de Conservação, aliadas à progressiva deterioração das áreas protegidas em função de impactos externos, juntamente com as pressões de natureza econômica e social, fazem com que as estratégias para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica requirem de desenhos mais complexos e bem fundamentados cientificamente. A proposta da criação de um Corredor Ecológico na região do PND incorpora esse conceito, visando o planejamento de uma região prioritária do bioma, tendo as Unidades de Conservação como núcleos de proteção e referência para a conservação da biodiversidade regional. Para serem viáveis e assumir seu papel núcleo no Corredor, as áreas protegidas precisam ser inseridas de forma mais harmoniosa no seu contexto socioeconômico e cultural, constituindo polos educativos e de fomento, estimulando a vocação ecoturística excepcional da região, por exemplo.

Na análise da representatividade de áreas protegidas federais de proteção integral da Mata Atlântica, realizada por Silva e Dinouli (2000), observou-se que a maioria das ecorregiões da Mata Atlântica baiana - Floresta de Terras Baixas Sobre Solos Pobres; Floresta de Terras Baixas Sobre Solos Ricos, favoráveis ao cacau; Floresta de Tabuleiro; Muçununga; e, Floresta Submontana (entre 500 e 1000 metros de altitude), apresenta menos de 1% de suas áreas cobertas por Unidades de Conservação. Segundo Thomas e Carvalho (2001) as Unidades de Conservação regionais com área acima de 1000ha, juntas, somam mais de 97% da área total sob proteção integral. Essas UC são as seguintes: Parques Nacionais do Pau-Brasil, do Monte Pascoal e do Descobrimento, RPPN Estação Vera Cruz, Estação Pau-Brasil (CEPLAC), REBIO Una, Parque Estadual da Serra do Conduru e Parque Municipal da Serra do Periperi.

Neste contexto, o Parque Nacional do Descobrimento tem importância fundamental na proteção dos maciços florestais sobre os tabuleiros costeiros - uma fitofisionomia que atualmente está praticamente restrita aos maciços florestais do extremo sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. Estes maciços apresentam composição e estrutura singulares, com presença marcante de elementos amazônicos e

atlânticos. Estas espécies amazônicas disjuntas constituem patrimônio genético ímpar uma vez que se encontram isoladas das suas possíveis populações de origem. A manutenção do PND, e sua integração no Corredor Ecológico regional, possibilita o incremento da viabilidade populacional de diversas espécies vegetais, sobretudo aquelas que apresentam dinamicidade metapopulacional e que apresentam metapopulações em mais de um dos fragmentos regionais, desde que seus dispersores/polinizadores tenham a capacidade de transitar entre esses fragmentos.

No extremo sul da Bahia, o Parque Nacional do Descobrimento representa um dos maiores conjuntos contínuos de Floresta Ombrófila densa sobre Tabuleiros Costeiros do Brasil. Estudos prévios (Peixoto & Gentry 1990; Silva & Nascimento 2001; Thomas 2008; Carvalho, dados não publicados) destacam a alta riqueza de espécies vegetais nessas áreas e os levantamentos atuais indicam a ocorrência de riqueza de espécies vegetais arbóreas equivalentes aos 20 sítios de florestas tropicais mais diversos do mundo. No PND existem registros de ocorrência de espécies raras e endêmicas como *Pseudoxandra bahiensis* P. Mass & Westra; *Couepia belemii* Prance (oiti-boi); *Licania belemii*, *Zollernia modesta* Carvalho e Barneby (mucitaíba-preta); *Eschweilera alvimii* Mori (Biriba-boi); *Inga aptera* Vinha e *Manilkara multifida* Penn. (Thomas et al., 2003).

A área de mata contínua e bem preservada do Parque possibilita uma significativa riqueza de espécies da fauna, com ocorrência de espécies sensíveis à fragmentação florestal e à qualidade do hábitat, como grandes gaviões e frugívoros de dossel de médio e grande porte. O PND apresenta uma das últimas áreas com uma comunidade de aves representativa das matas de baixada do sul da Bahia. No total foram registradas 244 espécies de aves, o que equivale a 13% das espécies de aves do Brasil. Esses valores são extremamente significativos, especialmente quando se considera que a heterogeneidade de habitats dentro do Parque não é tão elevada, sendo dominado basicamente por florestas primárias, secundárias e muçunungas. Ainda, a UC abriga um número significativo de aves ameaçadas ou quase ameaçadas considerando as listas nacionais e globais, com ocorrência de uma população do mutum-do-sudeste *Crax blumembachii*, espécie ameaçada e já localmente extinta na maior parte das UC públicas no Estado da Bahia. Atualmente só existem registros recentes confirmados da espécie na REBIO de Una e alguns registros de funcionários no Parque Nacional do Monte Pascoal. O PND, portanto, é uma área chave para a conservação desta espécie, sendo a única UC da Bahia com registros regulares e comprovados da espécie.

O tamanho do Parque e sua localização são importantes também para a manutenção de populações de mamíferos. As áreas do Parque são áreas ricas em espécies de mamíferos com a existência de espécies raras, endêmicas da Mata Atlântica. É um dos poucos remanescentes que possui tamanho que permite a existência de comunidades de mamíferos bem estruturadas com a ocorrência de grandes herbívoros e predadores de topo. Existem espécies que não são mais encontradas em outras regiões da Mata Atlântica do sul da Bahia como o queixada (*Tayassu pecari*), a anta (*Tapirus terrestris*) e a onça-parda (*Puma concolor*). Ocorrem ainda espécies como *Panthera onca*, *Puma concolor* (suçuarana ou onça-parda), *Puma yagouaroundi* (jaguarundi, gato-mourisco), *Leopardus pardalis* (jaguaritica), *Leopardus wiedii* (gato-maracajá, gato-peludo), o que indica que esta é uma área representativa da comunidade de mamíferos de grande porte da região. Em relação aos morcegos, sua representatividade foi pequena, em relação ao total de espécies potenciais para a região. Em relação aos organismos aquáticos, não foram encontradas espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção, nem mesmo espécies exóticas invasoras. Para o grupo de peixes, a representatividade de espécies é considerada relativamente pequena e sua riqueza de espécies é considerada relativamente baixa, de modo que a raridade e endemismos só ocorrem em nível regional.

Do ponto de vista do quadro fisiográfico, apesar de no contexto geral não possuir nenhuma característica que o torne único, no contexto regional, situa-se numa área de interessante configuração geológica que tem suscitado teorias sobre neotectônica na plataforma brasileira que se manifesta sobre o quadro geomorfológico, na forma de vales profundos (boqueirões) e no arranjo da hidrografia que reflete o movimento de blocos. A ocorrência de espedossolos, cujo processo genético ainda não foi completamente compreendido, assim como os fatores genéticos da precipitação regional, são peculiaridades que torna este Parque uma área potencialmente importante para a pesquisa científica.

O PND abriga importantes nascentes de afluentes de rios estaduais de relevância regional. A avaliação dos parâmetros físicos e químicos nos corpos d'água estudados apontou para águas de boa qualidade, com boas taxas de oxigenação, valores reduzidos de condutividade elétrica e baixos teores de sólidos dissolvidos e nutrientes, destacando a ocorrência de organismos bioindicadores de águas oligotróficas.

1.3. Enfoque Estadual

1.3.1. A representatividade do Parque Nacional do Descobrimento no âmbito do Estado da Bahia

Na Bahia, a maior parte das Unidades de Conservação são de Uso Sustentável (Figura 7). As UC de Uso Sustentável estaduais dividem-se, no entanto, em somente duas categorias - APA e ARIE, com predomínio absoluto das APA, tanto em número como em área, conforme Quadro 4. As UC estaduais de Proteção Integral se dividem em quatro categorias (ESEC, MN, Parque, RVS), e sua distribuição em número e em área é mais equilibrada (Quadro 4). Por sua vez, as UC de Uso Sustentável federais na Bahia são representadas por somente três categorias (FLONA, RESEX e ARIE), enquanto que as de proteção integral estão divididas em cinco categorias (REBIO, ESEC, MN, Parque, RVS). Na região costeira do bioma da Mata Atlântica predominam as Unidades de Conservação de Uso Sustentável. O PND é uma das poucas Unidades de Proteção Integral existentes na região.

Ocupando cerca de 10% do Estado há, em relação à totalidade das UC baianas, o predomínio absoluto das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que ocupam 9,8% da área do Estado, em contraposição aos apenas 0,2% da sua área ocupada pelas UC de Proteção Integral. Quanto às UC federais, a situação se inverte, havendo predomínio das Unidades de Proteção Integral sobre as de Uso Sustentável, conforme Quadro 4. Vale mencionar, no entanto, que as UC de Proteção Integral, ainda que predominantes, englobam apenas 3,7% da área estadual.

Dentre as 27 Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado da Bahia, nove são Parques Nacionais e quatro são Parques Estaduais. A Mata Atlântica presente no Estado está protegida por sete Parques (quatro na região costeira e três no interior), enquanto a Caatinga por quatro e o Cerrado apenas por um. Aproximadamente 90.300ha da Mata Atlântica Costeira estão protegidos na forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral, sendo que o PND, com seus 22.963,97ha, contribui com 25,4% desta área.

No cômputo geral, considerando as Unidades de Conservação federais e estaduais (excetuando-se as RPPN), existem 66 Unidades de Conservação no Estado da Bahia, sendo a maior parte administrada pela esfera estadual (76,86%). No entanto, ao considerar a área protegida (ha) por Parques no Estado, a maior extensão, 93,38%, se encontra sob administração Federal (Figura 8). Este grupo de 66 UC ocupam 14,27% da área do Estado, com predomínio absoluto das UC de Uso Sustentável, que perfazem 10,37% da sua área, enquanto que as UC de Proteção Integral ocupam apenas 3,9% da área da Bahia. Nesse contexto, é de suma importância que novas áreas de proteção integral sejam decretadas na Bahia (tanto na esfera federal como na estadual), dada a baixa representatividade das mesmas em relação à área total protegida no Estado, e considerando, sobretudo, sua importância para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica baiana.

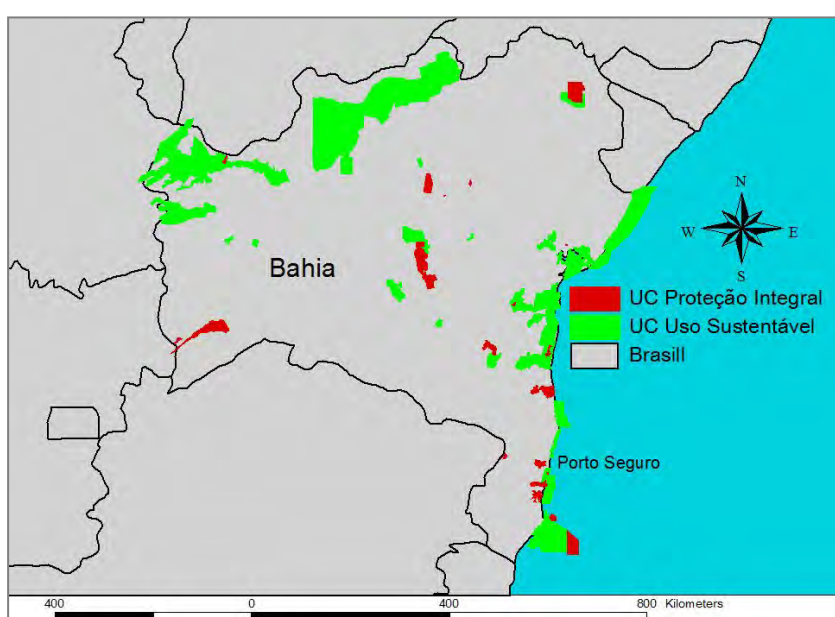


Figura 7: Unidades de Conservação no Estado da Bahia.

Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Quadro 4: Lista, área total e relativa das Unidades de Conservação do Estado da Bahia.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Categoria de Manejo	Esfera Administrativa	Órgão Gestor	Bioma	Estados	Área (ha)	% Área do Estado
Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre / São Bartolomeu	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	1.134	0,00
Área de Proteção Ambiental Bacia do Rio de Janeiro	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Cerrado	BA	351.300	0,62
Área de Proteção Ambiental Baía de Camamu	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	118.000	0,21
Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	80.000	0,14
Área de Proteção Ambiental Caraíva/ Trancoso	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	31.900	0,06
Área de Proteção Ambiental Coroa Vermelha	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	4.100	0,01
Área de Proteção Ambiental Costa de Itacaré / Serra Grande	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	62.960	0,11
Área de Proteção Ambiental da Serra do Ouro	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	50.667	0,09
Área de Proteção Ambiental de São desidério	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Cerrado	BA	10.961	0,02
Área de Proteção Ambiental do Rio Preto	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	1.146.162	2,03
Área de Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	1.029.000	1,82
Área de Proteção Ambiental Grutas Dos Brejões / Veredas do Romão Gramacho	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	11.900	0,02
Área de Proteção Ambiental Guaubim	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	62.960	0,11
Área de Proteção Ambiental Lago de Pedra do Cavallo	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	30.156	0,05
Área de Proteção Ambiental Lago de Sobradinho	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	1.018.000	1,80
Área de Proteção Ambiental Lagoa de Itaparica	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	78.450	0,14
Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	157.745	0,28
Área de Proteção Ambiental Lagoas de Guarajuba	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	2.026	0,00
Área de Proteção Ambiental Lagoas e Dunas do Abaeté	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	1.800	0,00
Área de Proteção Ambiental Litoral Norte	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	142.000	0,25
Área de Proteção Ambiental Mangue Seco	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	3.395	0,01
Área de Proteção Ambiental Marimbus / Iraquara	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	125.400	0,22
Área de Proteção Ambiental Plataforma Continental do Litoral Norte	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Marinho	BA	362.200	0,64
Área de Proteção Ambiental Ponta da Baleia / Abrolhos	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	345.280	0,61
Área de Proteção Ambiental Pratigi	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	85.686	0,15
Área de Proteção Ambiental Rio Capivara	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	1.800	0,00
Área de Proteção Ambiental Santo Antônio	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	23.000	0,04
Área de Proteção Ambiental Serra Branca / Raso da Catarina	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	67.234	0,12
Área de Proteção Ambiental Serra do Barbado	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Cerrado	BA	63.652	0,11
Área de Proteção Ambiental Tinharé / Boipeba	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	43.300	0,08

Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Categoria de Manejo	Esfera Administrativa	Órgão Gestor	Bioma	Estados	Área (ha)	% Área do Estado
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por APA estaduais</i>						5.512.168	9,76
Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	4.771	0,01
Área de Relevante Interesse Ecológico Serra do Orobó	Uso Sustentável	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	7.397	0,01
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por ARIEs estaduais</i>						12.168	0,02
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por Unidades de Conservação de Uso Sustentável estaduais</i>						5.524.336	9,78
Estação Ecológica do Rio Preto	Proteção Integral	Estadual	SEMA/BA	Cerrado	BA	4.536	0,01
Estação Ecológica Estadual Wenceslau Guimarães	Proteção Integral	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	2.418	0,00
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por ESECs estaduais</i>						6.954	0,01
Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido	Proteção Integral	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	400	0,00
Munumento Natural dos Canions do Subaé	Proteção Integral	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	404	0,00
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por MNs estaduais</i>						804	0,00
Parque Estadual da Serra do Conduru	Proteção Integral	Estadual	SEMA/BA	Mata Atlântica	BA	9.275	0,02
Parque Estadual da Serra dos Montes Altos	Proteção Integral	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	18.491	0,03
Parque Estadual das Sete Passagens	Proteção Integral	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	2.821	0,00
Parque Estadual do Morro do Chapéu	Proteção Integral	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	46.000	0,08
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por Parques estaduais</i>						76.587	0,14
Refugio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos	Proteção Integral	Estadual	SEMA/BA	Caatinga	BA	27.499	0,05
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por RVs estaduais</i>						27.499	0,05
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por Unidades de Conservação de Proteção Integral estaduais</i>						111.844	0,20
Área de Relevante Interesse Ecológico Corobobo	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	Caatinga	BA	7.473	0,01
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por ARIEs federais</i>						7.473	0,01
Floresta Nacional de Contendas do Sincorá	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	Caatinga	BA	11.034	0,02
Floresta Nacional de Cristópolis	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	Cerrado	BA	11.953	0,02
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por FLONAs federais</i>						22.987	0,04
Reserva Extrativista Corumbau	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	Marinho	BA	89.500	0,16
Reserva Extrativista de Canavieiras	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	Marinho	BA	100.645	0,18
Reserva Extrativista de Cassurubá	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	Marinho	BA	100.687	0,18
Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguapé	Uso Sustentável	Federal	ICMBio	Marinho	BA	10.074	0,02
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por RESEXs federais</i>						300.906	0,53
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais</i>						331.366	0,59

Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Categoria de Manejo	Esfera Administrativa	Órgão Gestor	Bioma	Estados	Área (ha)	% Área do Estado
Reserva Biológica de Una	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	18.500	0,03
Reserva Biológica do Córrego Grande	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA, ES	1.504	0,00
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por REBIOS federais</i>						20.004	0,04
Estação Ecológica Raso da Catarina	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Caatinga	BA	99.772	0,18
Estacao Ecologica Serra Geral do Tocantins	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Cerrado	BA, TO	716.306	1,27
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por ESECs federais</i>						816.078	1,45
Monumento Natural do Rio São Francisco	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Caatinga	AL, BA, SE	26.715	0,05
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por MNs federais</i>						26.715	0,05
Parque Nacional da Chapada Diamantina	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Caatinga	BA	152.000	0,27
Parque Nacional da Serra Das Lontras	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	11.336	0,02
Parque Nacional das Nascentes Do Rio Parnaíba	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Cerrado	BA, TO, MA, PI	729.813	1,29
Parque Nacional de Boa Nova	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	12.065	0,02
Parque Nacional do Alto Cariri	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	19.264	0,03
Parque Nacional do Descobrimento	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	22.694	0,04
Parque Nacional do Monte Pascoal	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	22.500	0,04
Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Marinho	BA	91.255	0,16
Parque Nacional Pau Brasil	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	19.027	0,03
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por Parques nacionais</i>						1.079.954	1,91
Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	15.024	0,03
Refúgio de Vida Silvestre de Una	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	23.404	0,04
Refúgio de Vida Silvestre do Rio Dos Frades	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Mata Atlântica	BA	894	0,00
Refugio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano	Proteção Integral	Federal	ICMBio	Cerrado	BA	128.521	0,23
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por RVSS federais</i>						167.843	0,30
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por Unidades de Conservação de Proteção Integral federais</i>						2.090.590	3,70
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por Unidades de Conservação de Uso Sustentável</i>						5.855.702	10,37
<i>Total da área do Estado da Bahia protegido por Unidades de Conservação de Proteção Integral</i>						2.202.341	3,90
<i>Área total do Estado da Bahia protegido por Unidades de Conservação</i>						8.058.136	14,27

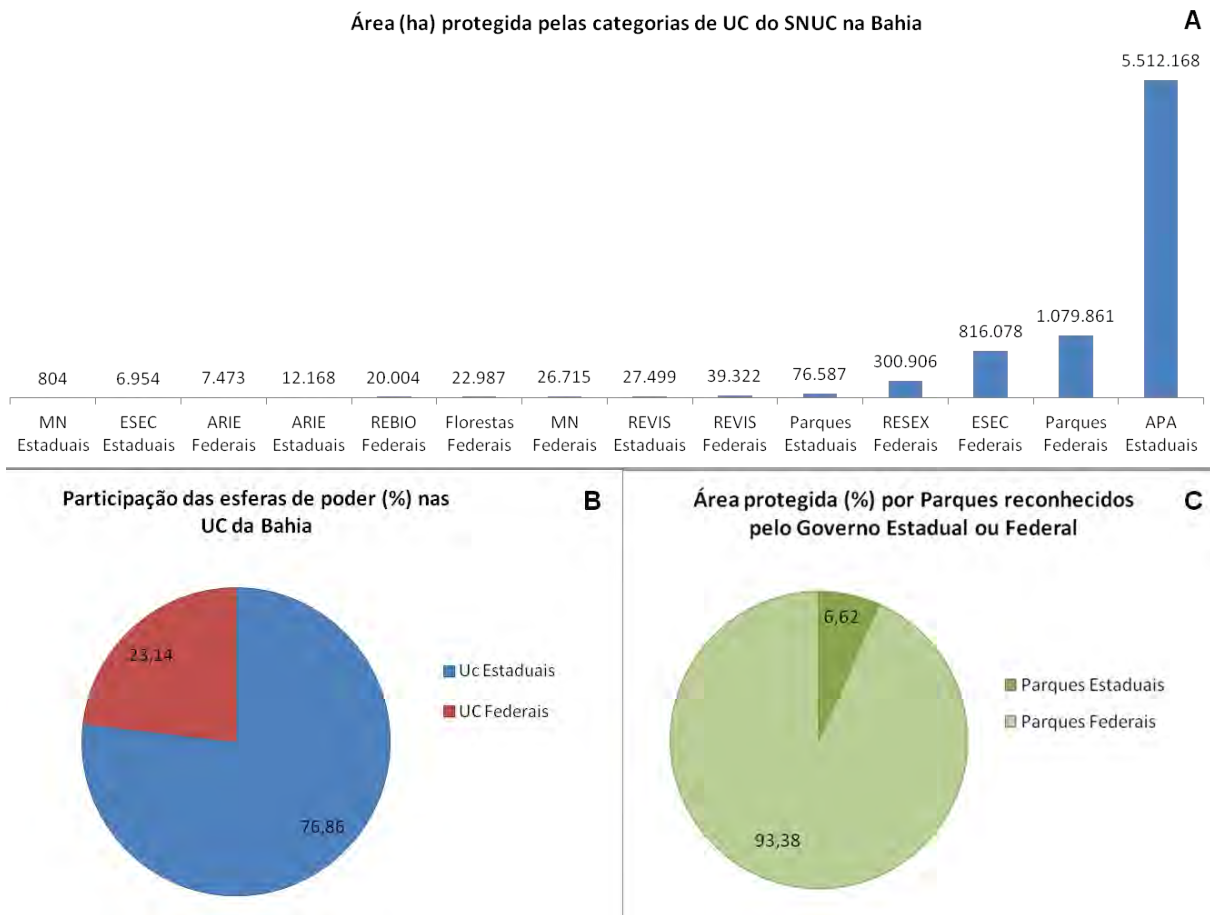


Figura 8: Representatividade das Unidades de Conservação na Bahia. A) Área protegida (ha) pelas diferentes categorias de manejo do SNUC; B) Participação das Esferas de Poder (%) na gestão das UC da Bahia; C) Área Protegida (%) por parques reconhecidos pelo Governo Federal. (Esec = Estações Ecológicas, MNs = Monumentos Naturais, Revis = Reservas da Vida Silvestre, Rebio = Reservas Biológicas; Obs.: os dados representados não abrangem as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, RPPN).

1.3.2. Implicações Ambientais

Situado no Extremo Sul da Bahia, zona de abrangência das Florestas de Tabuleiros, o PND consiste em um dos maiores fragmentos florestais contínuos nessa região e na fitofisionomia referida, juntamente com o Parque Nacional do Monte Pascoal e a RPPN Estação Veracel. Entre os Parques, é uma das maiores Unidades de Conservação da Mata Atlântica sul baiana. Na Bahia, os outros parques nacionais existentes (e.g. Chapada Diamantina, Grande Sertão Veredas, Nascente do Rio Parnaíba, Marinho de Abrolhos e Serra das Lontras), com exceção do Parque Nacional do Monte Pascoal, abrangem formações vegetacionais muito distintas. Atualmente a região onde se insere o PND é denominada “Corredor Central da Mata Atlântica” e abrange o sul da Bahia, o Estado do Espírito Santo em quase toda sua extensão territorial e pequenas áreas do leste de Minas Gerais. Esse Corredor abarca cerca de 12 milhões de hectares, sendo que, aproximadamente 12% de sua área são cobertos por florestas nativas.

Devido às características ambientais da região, em 1999, as agências ambientais do governo federal (MMA e Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e da Bahia, denominaram a região 'Corredor do Descobrimento', em referência a sua herança histórica. Anteriormente a essa denominação, a Conservação Internacional (CI) em parceria com o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) já desenvolviam pesquisas e trabalhos na região contribuindo para a geração de dados e ações visando à conservação da biodiversidade regional, integrada às ações socioambientais. Essa iniciativa foi estabelecida a partir do Projeto Parques e Reservas do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras-PPG/7 (Ayres *et al.*, 1997).

As outras áreas protegidas próximas ao PND são constituídas por outros dois Parques Nacionais (Parques Nacionais do Pau-Brasil e Monte Pascoal), terras indígenas (especialmente Aldeias Pataxó), Áreas de Proteção Ambiental criadas e administradas pelo governo do Estado da Bahia (APA Caraíva-Trancoso, Coroa Vermelha), o Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN Carripiça, Manona, Rio Jardim, a Estação Veracel e a Estação Pau-Brasil, da Estação de Pesquisa da Comissão Executiva da Lavourea Cacaueira (CEPLAC)). O conjunto dessas áreas constitui o Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (Portaria nº. 492, de 17 de dezembro de 2010), cujo objetivo é fortalecer e integrar o Sistema de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia por meio de um desenho estratégico fundamentado em três componentes principais: mobilização social; manejo integrado de áreas protegidas e desenvolvimento territorial em bases conservacionistas.

O Parque Nacional do Descobrimento é também uma das áreas-núcleo do Corredor Central da Mata Atlântica, cuja iniciativa foi estabelecida a partir do Projeto Parques e Reservas do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras-PPG/7 (Ayres *et al.*, 1997). A ideia da criação de corredores ecológicos na região teve como base o fato de que o corredor de biodiversidade é uma unidade de planejamento regional, incluindo tanto áreas protegidas existentes como as em processo de criação, reservas privadas, “núcleos” de manejo, áreas prioritárias para incentivos aos proprietários, projetos demonstrativos e outras áreas de uso econômico intensivo. Sob uma perspectiva biológica, o objetivo principal do planejamento de um corredor é manter ou restaurar a conectividade da paisagem. Esse planejamento pode ocorrer por meio da criação de áreas protegidas adicionais, introdução de estratégias mais adequadas de uso da terra e restauração de trechos de gradados em áreas-chave. Sob uma perspectiva institucional, a estratégia da criação e implantação de um corredor procura melhorar o manejo das áreas protegidas, criar a capacidade de manejo na região e promover pesquisas biológicas e socioeconômicas que ajudem a reduzir a ameaça de extinção de espécies. As aspirações das comunidades e lideranças locais devem ser levadas em consideração como elementos-chave na equação da conservação, para garantir a sustentabilidade em longo prazo de parques e reservas.

O Corredor Central da Mata Atlântica representa cerca de 75% da região biogeográfica “Bahia”, conforme análise efetuada por Silva e Casteleti (2001), abrangendo diferentes tipologias da Mata Atlântica: Floresta Ombrófila densa; Manguezais; Restingas; Floresta Semidecídua; e, Floresta Ombrófila Aberta. O Corredor Central da Mata Atlântica é limitado ao norte pelo rio Jequiçá (limite da divisão do agrossistema do sul da Bahia, de acordo com a CEPLAC), e ao sul pelo vale do rio Doce, cobrindo cerca de 8,6 milhões de hectares.

A região do Corredor Central compreende dois centros de endemismo da Mata Atlântica, conforme estudos disponíveis sobre vertebrados terrestres, borboletas e plantas (Mori & Boom, 1981; Kinzey, 1982). A região é biologicamente diversa e abriga muitas espécies ameaçadas de extinção e de distribuição restrita, como o mico-leão-da-cara-dourada *Leontopithecus chrysomelas*, o macaco-prego-de-peito-amarelo *Cebus xanthosternus*, o ouriço-preto *Chaetomys subspinosus*, o papagaio chauá *Amazona rhodochorytha*, a escarradeira *Xipholena atropurpurea* e a choquinha-do-rabo-cintado *Myrmotherula urosticta*, dentre outras. O Corredor Central abriga mais de 50% das espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica (Cordeiro, 2002). É também particularmente rico em anfíbios, com alto grau de endemismo. Um estudo recente de anfíbios no sul da Bahia confirma a importância biológica da região, tendo sido registradas até o momento 87 espécies de anfíbios anuros, incluindo espécies endêmicas da Mata Atlântica e da região sul da Bahia. Destes, a maior parte (49) não foi conclusivamente identificada, e pelos menos 12 novas espécies de anfíbios anuros já foram confirmadas, mostrando o quanto a fauna da região ainda é desconhecida (Pimenta e Silvano, 2000, 2002).

A diversidade no Corredor é também excepcional para plantas. Em estudo realizado em uma reserva privada de Serra Grande, município de Uruçuca, ao norte de Ilhéus (BA), foram encontradas 458 espécies de árvores em 1ha de floresta, número que foi considerado recorde mundial de riqueza de plantas lenhosas (Thomas *et al.*, 1998). Outro estudo, realizado em área de Floresta Submontana (entre 600 e 900 metros de altitude), na Estação Biológica de Santa Lúcia (ES), revelou a existência de 443 espécies de árvores também em um único hectare (Thomaz e Monteiro, 1997).

Além da grande diversidade de espécies, a região do Corredor Central destaca-se pela presença de diversos táxons de animais e vegetais amazônicos, tipicamente associados à costa atlântica (Mori e Boom 1981; Mori *et al.*, 1983; Vieillard 1990; Sick 1997).

Os ecossistemas terrestres desta região são extremamente importantes, não só para a biodiversidade da Mata Atlântica, como também para a proteção das bacias hidrográficas, e por consequência, dos recifes de coral e outros ecossistemas marinhos no parcel de Abrolhos, Reserva Extrativista do Corumbau, Parque Nacional Marinho de Abrolhos e demais áreas marinhas ao longo do Corredor Central. Esta região constitui-se no maior e mais rico conjunto de recifes de coral do Atlântico Sul, com altíssimo grau de endemismo da fauna marinha (Werner *et al.*, 2000).

O PND representa possui, desta forma, relevância nacional e regional para a manutenção das espécies e dos recursos hídricos. No entanto, apesar de a parte central da Unidade ser coberta por floresta densa de Matas de Tabuleiro com árvores altas, fustes retilíneos e de expressiva biomassa, com grandes áreas bem conservadas, o Parque é composto por uma grande diversidade de ambientes que, no passado, foram manejados por ação de madeireiras. Pode ser identificada uma grande área formada por campos abandonados, onde existem inúmeras árvores mortas, com vegetação rala, brenhas e moitas densas. As matas secundárias do Parque a apresentam, deste modo, dossel descontínuo, árvores esparsas e algumas clareiras de manejo de madeira. Diante disto, faz-se extremamente importante a preservação da área do Parque por meio de ações práticas que privilegiem a preservação dos ambientes naturais e a recomposição natural dos ambientes alterados.

1.3.3. Implicações Institucionais e Potencialidade de Cooperação

O Parque Nacional do Descobrimento possui o apoio de algumas instituições e programas, que podem ter continuidade e/ou serem ampliados. Direta ou indiretamente, os programas mencionados a seguir implicam e impactos para o Parque e seu entorno que podem ser benéficos ou não para a consolidação da UC.

Dentre os programas do governo federal em Pardo destacam-se os sociais como o “Fome Zero” (<http://www.mda.gov.br>), que desde 2003 é desenvolvido como uma estratégia para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. É um programa que envolve a atuação integrada de vários ministérios do governo federal. Programas como o “Bolsa Família” e o “Programa de Aquisição de Alimentos – PAA” são desenvolvidos no âmbito do programa “Fome Zero”. O Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolve o “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf” que financia projetos de geração de renda a agricultores e assentados da reforma agrária com diferentes linhas de financiamento incluindo os Pronaf Agroecologia, Eco e Floresta, todos com perfil sustentável (<http://www.mda.gov.br>). Também se destaca o “Programa Luz para Todos” em parceria com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) que nos últimos anos tem levado energia elétrica para as comunidades rurais.

Dos programas do governo estadual em andamento na região, destacam-se dois programas recentes do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). O programa “Água para todos”, iniciado em setembro de 2007, tem investimentos do governo da Bahia, governo federal e Banco Mundial (*Bird*). A meta é proporcionar água de qualidade e ampliar os serviços de esgotamento sanitário em todo o Estado. O “Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – PEAS” tem como objetivo consolidar a educação ambiental na gestão pública das águas, contemplando a formação continuada e permanente de gestores e educadores, a gestão participativa dos Comitês de Bacia Hidrográfica, o fortalecimento do controle social e a articulação com outras políticas públicas voltadas à sustentabilidade. A Secretaria de Turismo coordena o “Programa de desenvolvimento do Turismo – PRODETUR”, voltado para a qualificação de mão-de-obra turística e hoteleira, recuperação e proteção da bacia do rio dos Mangues e gestão turística municipal.

De um modo geral, os programas municipais e os do Inema referentes à educação ambiental são oportunidades excelentes para o estabelecimento de parcerias com a UC, pois podem servir para abordar questões amplas sobre o Parque e, assim, disseminá-la entre as comunidades, consolidando parcerias e potencializando ações e recursos. Os programas sociais do governo podem contribuir indiretamente para minimizar os impactos sobre a UC (como por exemplo, diminuir a pressão da caça destinada ao comércio ilegal), uma vez que minimizam a condição de pobreza das populações de baixa renda, permitindo acesso a financiamentos para aquisição da terra, manutenção e produção agrícola.

Na iniciativa privada, a empresa Veracel Celulose, empresa do grupo Fibria, é atuante na região do extremo sul da Bahia e mantém o programa “Produtor Florestal” desde 1990 com três linhas de ação voltadas ao fomento da produção de eucalipto. Tal programa necessita de um acompanhamento

cuidadoso, por parte dos gestores da UC, para evitar a conformação de grandes áreas conectadas de produção de eucalipto. A proposta de gestão em mosaico traz importantes benefícios à gestão das Unidades de Conservação integradas no programa. A Veracel mostra-se aberta às parcerias com o PND e as ações de educação ambiental que vierem a ser propostas para a Unidade devem ser complementares àquelas já desenvolvidas pela Veracel, de modo a maximizar os resultados desta estratégia para a conservação e proteção dos recursos naturais da região.

De acordo com informações da Associação Amigos do Parque Nacional do Descobrimento - AMEPARNA, alguns produtores de eucalipto apoiam ações conservacionistas como a recuperação de Reservas Legais em áreas do entorno da UC. O Terceiro Setor está presente no entorno do Parque com diversos projetos levados a cabo por instituições/iniciativas de alcance nacional como o Instituto Bioatlântica, a Conservação Internacional – CI-Brasil, a The Nature Conservancy – TNC, Diálogo Florestal, Flora Brasil, entre outros. Outras ONGs com atuação no entorno do Parque incluem o Instituto Cidade, a Natureza Bela e a Estação Pau-Brasil/CEPLAC. A ONG Terra Viva, atuando na região com projetos voltados para a agricultura familiar e sistemas agroflorestais (<http://mma.gov.br>). A Save Brasil desenvolve o projeto “Mutum-do-Sudeste” voltado para a implementação de um plano nacional de conservação da espécie. O Mutum-do-Sudeste, *Crax blumenbachii*, é uma espécie ameaçada de extinção, sendo o PND um dos últimos locais onde ainda é encontrada. Os programas e projetos desenvolvidos pelas organizações não-governamentais representam um forte apoio à conservação dos remanescentes da Mata Atlântica do entorno do Parque e merecem grande apoio e atenção da gestão da UC.

Especificamente para o desenvolvimento da atividade de educação ambiental no entorno da UC, alguns parceiros potenciais dentre instituições públicas e privadas, podem ser citados: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Ingá, Estação Pau-Brasil/CEPLAC, RPPN Manona, Flora Brasil, Instituto Cidade, Natureza Bela, PAT-Ecosmar, Instituto Bioatlântica, Conservação Internacional – CI-Brasil, The Nature Conservancy – TNC, Empresa Veracel/ Estação Veracel, Empreendimento Terra Vista e universidades públicas e privadas com atuação na região.

Existem no entorno da UC aliados potenciais com interesses na manutenção e consolidação tanto do PND, como também de suas atividades. Diversos povoados rurais se mostraram abertos para estabelecer alianças que podem contribuir para a consolidação da UC. O bom funcionamento do Conselho Consultivo pode ajudar a convergir de forma positiva os interesses difusos locais em benefício do Parque, desde que o Conselho seja construído com base no conceito de gestão participativa e a partir da observação das realidades encontradas no entorno.

Atualmente as sentenças de reforma agrária, pequenos proprietários de terra, médios e grandes proprietários de terra (representados pela AMEPARNA), empresários, pescadores e índios, caracterizam seis grandes grupos sociais no entorno do PND com interesses distintos, mas também com algumas convergências. O desenvolvimento do turismo é um forte interesse comum. Com a abertura do Parque para visitação pública, a comunidade local acredita ter melhores oportunidades de negócios.

Ainda, os pequenos produtores rurais no entorno do Parque têm seus interesses voltados para as questões da obtenção de licenciamentos para uso dos recursos florestais e o reconhecimento formal como grupo produtor. Esses interesses podem ser dialogados com o órgão gestor do Parque, mas sempre deixando claro os direitos e deveres da população local e que a Unidade de Conservação nasceu do interesse coletivo nacional e que não pode simplesmente ter sua gestão reduzida a discussões de interesse local ou do entorno. Os vizinhos do Parque precisam ser sensibilizados da importância da existência da Unidade de Conservação para a conservação da biodiversidade nacional e de como eles podem também contribuir para a proteção deste patrimônio natural.

Permeando os conflitos e as iniciativas dos diversos atores no entorno do PND e do órgão gestor, o objetivo desse Plano de Manejo é servir como base para regulamentar o zoneamento da Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação, minimizando impactos na área do Parque. Com isso, as atividades e as propriedades rurais poderão ser adequadas ambientalmente. Este processo tende a mudar o uso do solo na região e permite uma perspectiva de diálogo, envolvimento e participação da sociedade com o manejo da UC.

ANÁLISE DA REGIÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



PARQUE NACIONAL DO
DESCOBRIMENTO

2. Análise Regional

2.1. Descrição da Região da Unidade de Conservação

O Parque Nacional do Descobrimento, localizado no Município de Prado, é uma das Unidades de Conservação de Proteção Integral situada no Extremo Sul do Estado da Bahia, região inserida entre as coordenadas de 15°40' norte e 18°20' sul, e 38°50' leste e 40°27' oeste, correspondendo às Bacias do Extremo Sul e do rio Jequitinhonha e ocupando uma área aproximada de 3.120,98 km². A Região engloba 21 municípios pertencentes à Região Econômica Extremo Sul (Figura 9).

O PND está totalmente inserido no município de Prado, e sua Zona de Amortecimento (ZA), com uma área de 1.072,39 km², abrange em sua maioria também este município, com uma porção a noroeste que engloba uma pequena parte do município de Iltamaraju (Figura 10). A ZA limita-se ao norte com a localidade de Palmares, sendo seu marco inicial na confluência do córrego de mesmo nome com o rio Queimado, seguindo até a sua foz, a nordeste da área. Até chegar ao marco da localidade de Ponta do Corumbau, três pontos estabelecidos pelas linhas de preamar médias (LPM) e alguns outros pontos de deságue de rios no Oceano Atlântico marcam a delimitação da ZA, como é o caso da foz do rio Embaçuaba e do rio do Peixe. Em seguida, outros cinco pontos de LPM compõem a área até os próximos pontos com marcos geográficos estipulados, que são as desembocaduras dos rios do Ouro, Japarã e Japarã Grande.

Vários outros pontos estipulados por distâncias e LPM continuam delimitando a zona até o ponto marcado na margem esquerda do rio Jucuruçu, de onde segue por sua montante até a confluência dos seus braços norte e sul. O próximo ponto é marcado na confluência desse mesmo rio com o córrego Palmeira, após seguir por sua montante, em seu braço norte. Os próximos marcos geográficos são ainda no rio Jucuruçu, em suas confluências com o córrego Furado e com um afluente sem denominação, da sua margem esquerda. A direção deste último é utilizada com alguns pontos marcados até a nascente do córrego dos Palmares, de onde segue a sua jusante até o primeiro ponto do perímetro dessa Zona de Amortecimento.

2.2. Caracterização ambiental

2.2.1. Geomorfologia regional

Os principais domínios morfoestruturais presentes no Extremo Sul baiano são os depósitos Sedimentares, a Faixa de Dobramentos e os Maciços Plutônicos (Figura 11), estando o PND completamente inserido sobre os Depósitos Sedimentares, e sua Zona de Amortecimento abrangendo ainda, a noroeste, a Faixa de Dobramentos.

A morfologia da paisagem do PND pode ser considerada simples, constituída basicamente por tabuleiros litorâneos bastante planos e desníveis, por vezes abruptos, constituídos pelos boqueirões ondes e encaixada rede de drenagem. A estrutura geológica regional é organizada em três estruturas morfoesculturais:

- **Superfície Pré-Litorânea:** Esculturada sobre rochas pré-cambrianas (granitóides e gnaiesses), originando um relevo de formas arredondadas, convexas e semi-convexas, que formam o cenário “de fundo” dos municípios. Esta superfície ocupa vasta área da Bahia meridional e compõe o contato entre o Planalto Sul-Baiano e os Tabuleiros Costeiros.
- **Tabuleiros Costeiros:** Formas predominantes, modeladas sobre os sedimentos do grupo Barreiras, planas e de baixa declividade; são dissecadas fracamente de forma diferenciada pelo trabalho fluvial. Sua morfologia plana tem sido explorada para formação de pastagens e silvicultura. Seus contatos abruptos com as planícies marinhas e praias compõem um cenário atrativo do ponto de vista estético, constituindo forte potencial turístico regional. Altitude média situa-se entre 50 e 100 m. Encontram-se dispersos sobre os tabuleiros litorâneos pequenas depressões em forma de bacia, sazonal ou permanentemente alagadas, com características pedológicas e vegetacionais originais, localmente denominadas muçunungas.
- **Planícies Flúvio-Marinhas:** As planícies fluviais são importantes, do ponto de vista da extensão territorial, somente no vale dos grandes rios. São constituídas por sedimentos quaternários, de formas planas, baixíssima declividade e que, a grosso modo, constituem as praias e as planícies fluviais das drenagens principais (rios Buranhém, Frades e Jucuruçu).

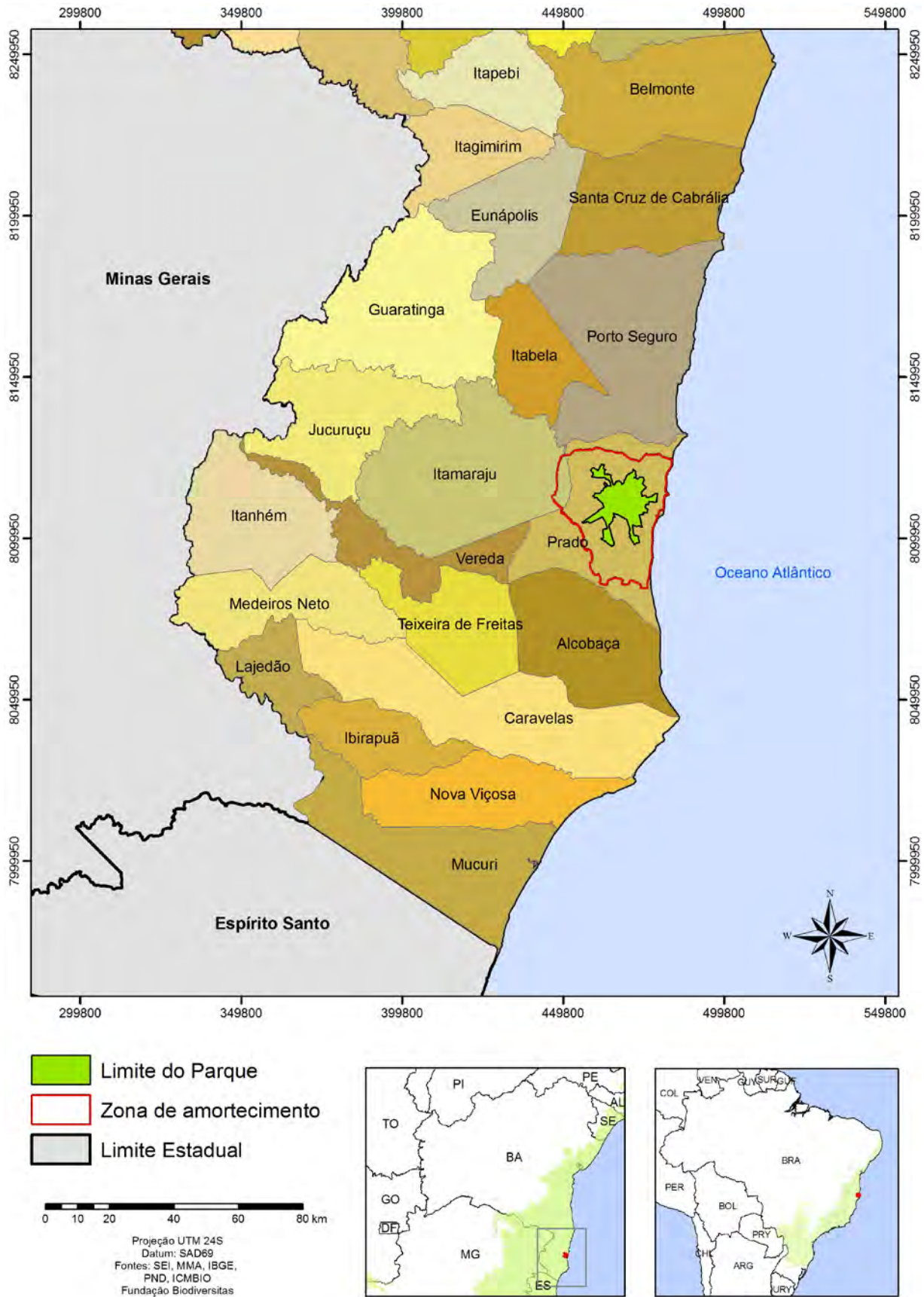
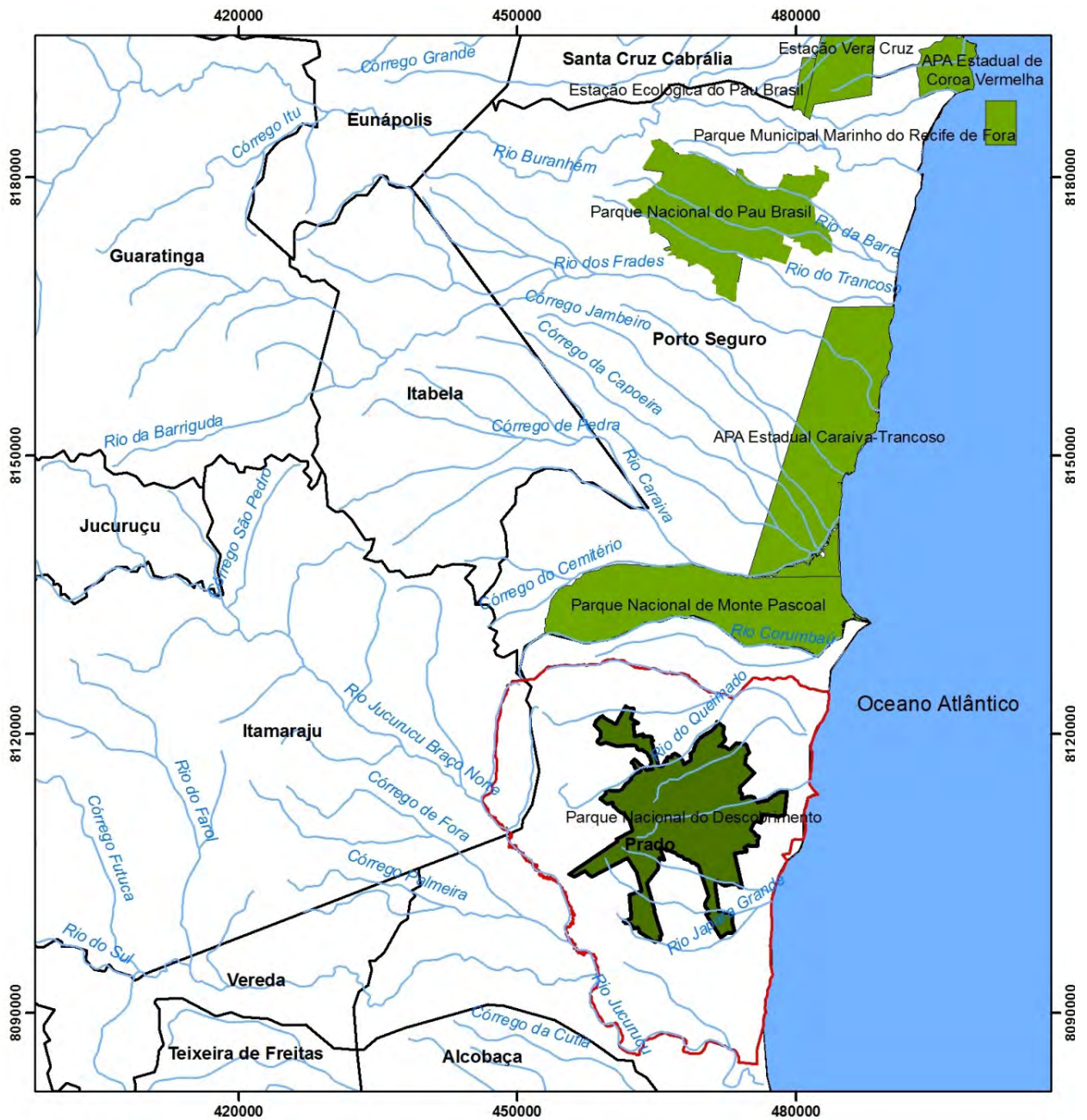







Figura 9: Localização geo gráfica do Parque Nacional do Descobrimento no município de Prado na região do Extremo Sul da Bahia.



-  Hidrografia
-  Limite do Parque
-  Outras Unidades de Conservação
-  Zona de Amortecimento
-  Limites Municipais

0 4 8 16 24 32 Km



Projeção UTM / 24S
 Datum: SAD69
 Fontes: SEI, MMA, IBGE, PND
 ICMBIO, Fundação Biodiversitas



Figura 10: Rede hidrográfica, limites municipais e UC da região, evidenciando a ZA do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

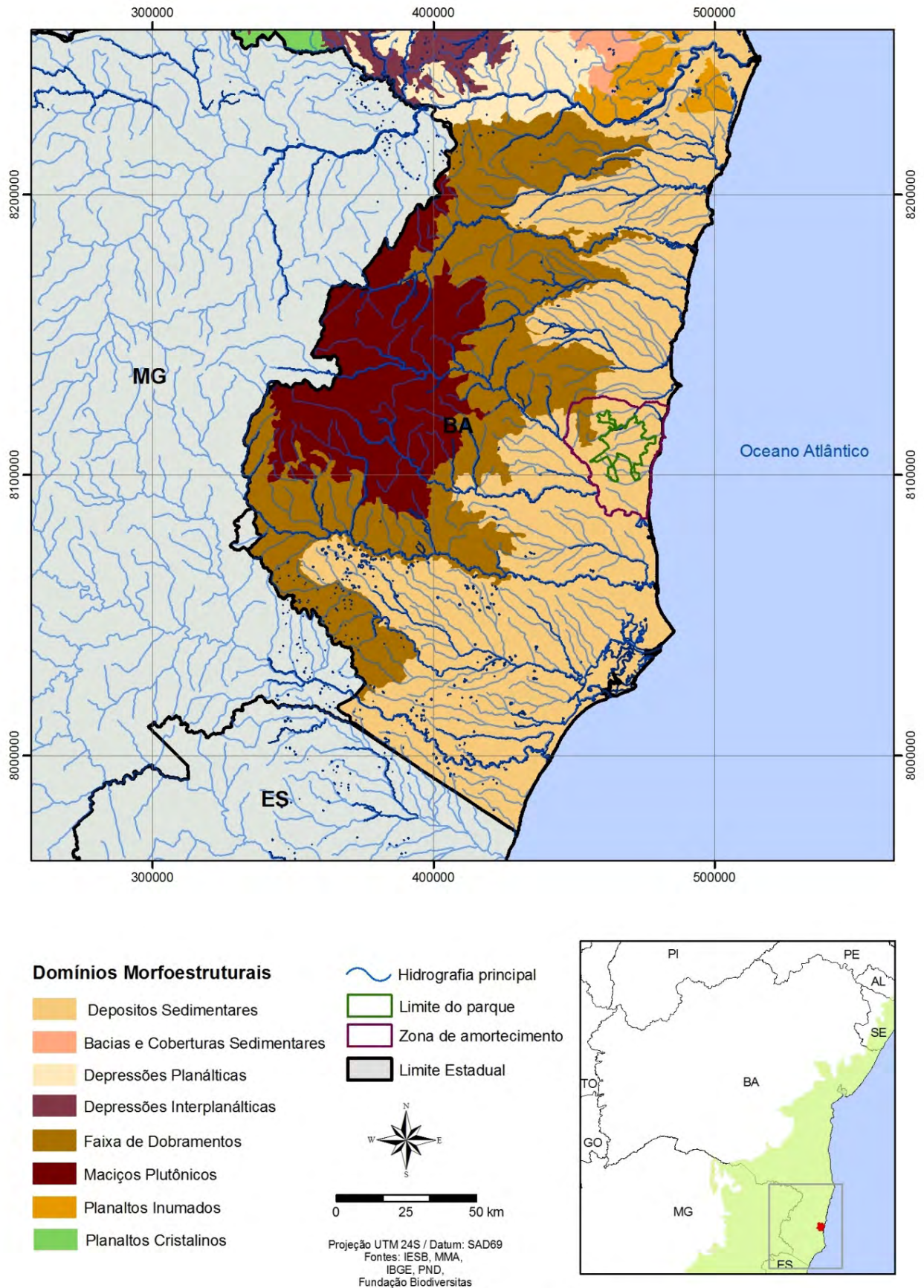


Figura 11: Geomorfologia do Extremo Sul da Bahia e o Parque Nacional do Descobrimento.

2.2.2. Climatologia regional

A posição geográfica da região e sua geomorfologia (com a ampla faixa litorânea, predominantemente plana e com pequena altitude em relação ao nível do mar), aliada à proximidade oceânica, determinam os tipos de climas existentes. Os mecanismos controladores da circulação atmosférica local são de natureza essencialmente tropical, de acordo com análises climáticas baseadas em dados do Departamento Nacional de Meteorologia da Bahia (DNMET-BA) e do Programa de Monitoramento Hidrológico em Microbacias, elaborado pela empresa Veracel em parceria com o Programa de Monitoramento em Microbacias (PROMAB), pertencente ao Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), pode-se destacar as seguintes características climatológicas regionais:

- **Clima:** úmido e mesotérmico devido à sua posição geográfica e sua geomorfologia, aliada à proximidade oceânica. A região sudeste da Bahia, onde se insere a UC, não possui uma estação seca definida.
- **Ventos:** predominantes do quadrante Leste em toda a região. Os mecanismos controladores da circulação atmosférica local são de natureza essencialmente tropical. Além desse sistema de larga-escala, circulações de mesoescala e de escala local complementam o controle da atmosfera na região. Segundo os dados de vento oriundos da estação Veracel do ano de 2008, os ventos locais são oriundos, majoritariamente do quadrante E, com suas variantes de NE e SE. Durante os meses de maio, junho e julho a direção predominante dos ventos varia um pouco, passando a predominar ventos de origem SSW. No entanto, não pode ser constatada a correlação destes elementos com a elevação da velocidade do vento ou a sua direção de origem predominante.
- **Pluviometria:** observam-se dois máximos pluviométricos ao longo do litoral: o primeiro máximo e mais importante ocorre no período de outubro-novembro (efeitos do aquecimento continental decorrente do movimento aparente do sol em direção Sul) e o segundo, durante os meses de abril-maio, provavelmente causado por um mecanismo de mesoescala. Segundo observações locais, mais da metade da precipitação na aquela região ocorre durante o período noturno e o contraste da temperatura terra-mar, que efetivamente força a circulação da brisa, é máximo durante os meses de maio e junho, tornando plausível tal hipótese (Kousky, 1980 *apud* Nobre *et al.*, 1986).

2.2.3. Hidrografia regional

A área do Parque Nacional do Descobrimento está situada na bacia do rio Itanhém e bacias conjugadas. Do ponto de vista geográfico, o PND situa-se em uma região drenada por um conjunto de cursos d'água de pequena extensão que formam pequenas bacias hidrográficas (Figura 13).

A grande maioria dos rios regionais possui pequena extensão. No contexto regional, assumem importância os rios Jucuruçu, Japaró Grande e Cahy, sendo o Jucuruçu o maior deles. Suas nascentes estão localizadas na unidade geomorfológica das Superfícies Pré-litorâneas, que correspondem a elevações importantes do relevo regional. Topografia, litologia e solos contribuíram para tornar estas áreas importantes fontes de recursos hídricos regionais.

Em relação ao regime hidrológico, o padrão de vazão dos rios da região corresponde, a grosso modo, ao comportamento pluviométrico. Neste caso, as maiores vazões deverão ocorrer nos meses de abril-maio e novembro-dezembro.

Neste estudo, visando a caracterização do regime hidrológico¹ em duas estações de amostragem no município de Eunápolis, foram coletados dados fluviométricos e pluviométricos que, embora não forneçam a climatologia do regime, dado o curto tempo de coleta e análise, são considerados ilustrativos do quadro físico regional. Nesse sentido, calculado o balanço hídrico nas duas bacias estudadas observou-se a presença de excedentes hídricos que variaram entre 90 e 120 mm. Segundo o estudo há um aumento da evapotranspiração nas áreas cultivadas com eucalipto em relação àquelas cobertas por

¹ O estudo foi realizado pela Veracel, em parceria com o PROMAB (Programa de Monitoramento em Microbacias) pertencente ao Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais /ESALQ, por meio do Programa de Monitoramento Hidrológico em duas micro-bacias, em uma micro-bacia encaixada em área coberta por silvicultura de eucaliptos, nos anos hídricos compreendidos entre 2006-2009, no município de Eunápolis, denominada Peroba II e em uma estação situada em uma micro-bacia em área de Mata Atlântica, como parâmetro referencial, durante o ano hídrico de 2009.

mata atlântica, o que se traduz em uma redução da água disponível para o escoamento pluvial. Não foram observadas grandes variações nos parâmetros de qualidade da água nas diferentes áreas.



Figura 12: Mapa de identificação de bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro, com destaque para o extremo sul da Bahia.

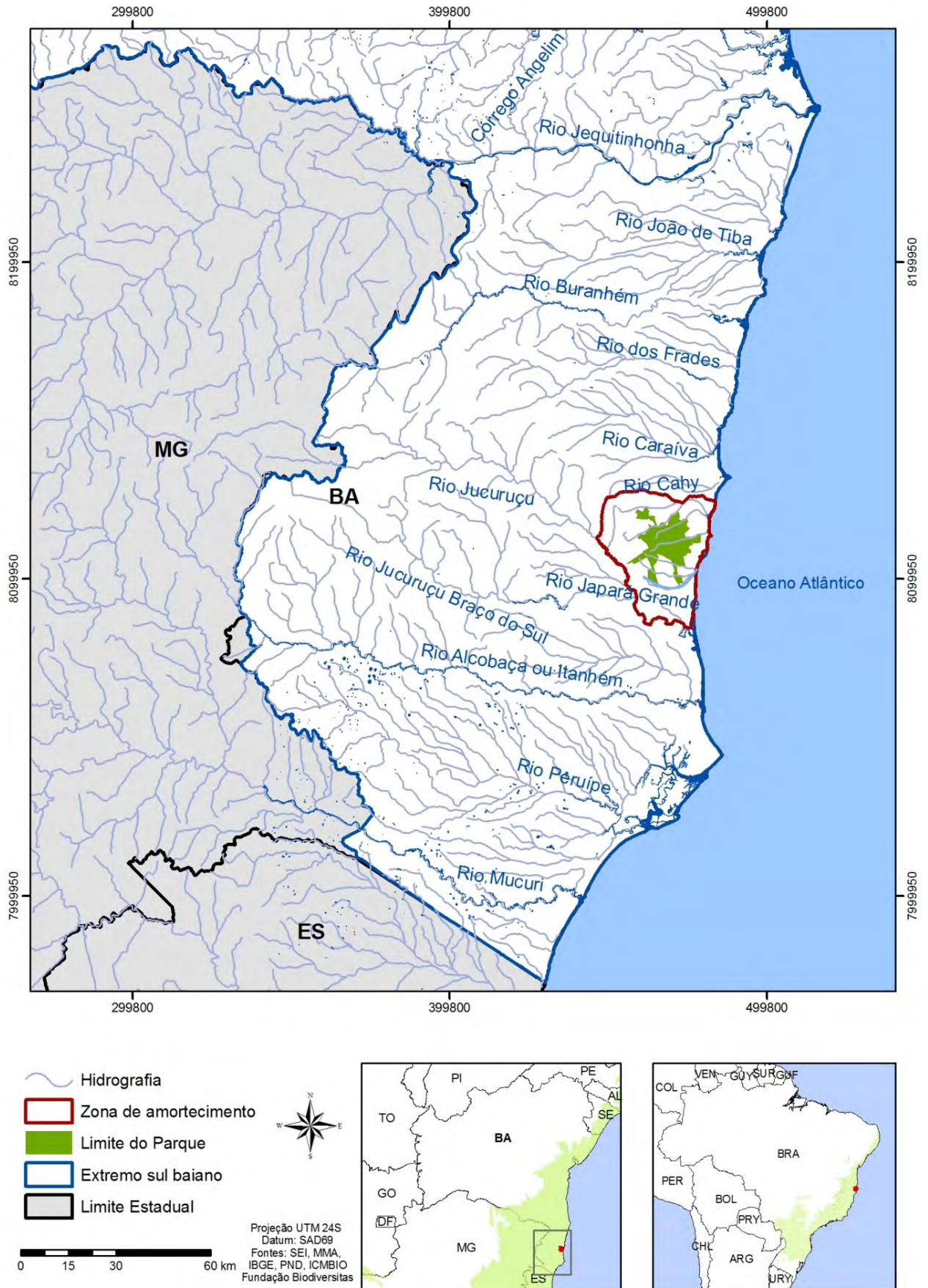


Figura 13: Hidrografia do extremo sul da Bahia, com destaque para o Parque Nacional do Descobrimento.

2.2.4. Geologia e tectônica regional

Do ponto de vista geológico, a região do PND se localiza sobre ocorrências de rochas pré-cambrianas, rochas cenozóicas terciárias (Formação Barreiras) e formações deposicionais quaternárias (depósitos aluvionares, flúvio-lagunares, de pântanos, de mangues e litorâneos):

- **Rochas pré-cambrianas:** litótipos graníticos, gnáissicos, metassedimentos xistosos e quartzíticos, compondo a faixa móvel pré-litorânea disposta em forma de serras ou em afloramentos descontínuos, desfiladouras no relevo como o monte Pascoal, ou nos vales encaixados em áreas de relevo apainado ou como embasamento cristalino no qual os sedimentos do grupo Barreiras estão sobrepostos. Dentro dos limites atuais do Parque não existe a ocorrência destes litótipos pré-cambrianos. Em Porto Seguro (BA), os afloramentos mais elevados estão localizados no extremo noroeste. Nas imediações da UC não existem maiores elevações senão vales profundos em relação à cota de nível dos tabuleiros.
- **Rochas cenozóicas terciárias** (Grupo Barreiras): camadas sedimentares continentais costeiras que formam extensos tabuleiros na costa atlântica (“Barreiras”). Os tabuleiros são interrompidos de forma brusca nas proximidades da linha de costa por falésias.
- **Formações deposicionais quaternárias:** depósitos aluvionares, flúvio-lagunares, de pântanos, de mangues e litorâneos. Ocorrência na área de entorno da UC.

Segundo estudos do mapeamento geológico do projeto Porto Seguro-Santa Cruz Cabrália, executado dentro das atividades do Programa Informações para a Gestão Territorial – GATE, desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil, CPRM (1999), existe uma alternância na composição faciológica do grupo, em depósitos pelíticos (predominantemente argilosos) e psamo-pelíticos (predominantemente arenosos) com alguns níveis conglomeráticos além de carapaças lateríticas, impregnações ferruginosas ou ainda arenitos ferruginosos, o que é mais bem observado ao longo da costa em algumas falésias. Em relação ao grupo como todo, os sedimentos são predominantemente arenosos, mais selecionados, com baixa maturidade textural e mineralógica, evidenciando que o transporte a que foram submetidos foi curto e aparentemente torrencial (Moraes Filho & Saadi, 1999). Na região do sul da Bahia, mesmo em escalas locais, o grupo Barreiras não apresenta um padrão na ordem de formação das faces e a grande lenticularidade das camadas e as bruscas mudanças laterais e verticais das litologias inviabilizam o rastreamento de horizontes guias para as correlações, mesmo em regiões circunvizinhas (Menezes Filho *apud* Arcanjo, 1997). Foram medidas algumas seções pelo projeto CPRM (1999) que são representativas do grupo Barreiras na região de Porto Seguro. Para efeito comparativo foram selecionadas duas seções, conforme podem ser observadas nas Figuras 14 e 15.

A litologia da região do extremo sul baiano, com destaque para a área onde está inserido o PND, está representada na Figura 16.

Tectônica regional

Por “neotectônica” entende-se as últimas atividades tectônicas ocorridas desde o terciário até o quaternário. Elas são evidenciadas pela morfologia do relevo atual e pelas estruturas geológicas (Lima, 2000). Segundo Mendes *et al*, 1987 *apud* Saadi, 1996, existem três tipos de feições hidrogeomorfológicas que evidenciam a atividade neotectônica como um dos fatores que controlam o processo de dissecação fluvial: 1) o seccionamento da unidade pelos rios de maior porte com padrão de drenagem paralelo a subparalelo; 2) a ocorrência de basculamentos de blocos, como nas proximidades da cidade de Porto Seguro onde rios, cujas nascentes se localizam próximo ao vale do rio Buranhém, e não pertencem a sua bacia, vindo a ser afluentes do rio João de Tiba localizado a norte e 3) a própria geometria dos vales dos rios que, a exemplo dos rios Buranhém e Jucuruçu, cortam os tabuleiros dentro de vales largos e profundos, com talvegues chatos preenchidos por aluviões, onde os cursos divergem formando meandros.

COLUNA	DESCRIÇÃO	INTERPRETAÇÃO
24 m	Solo areno-argiloso, avermelhado.	
20 m	Arenito de coloração creme-avermelhada, granulometria média a grossa, com grânulos dispersos, composto por grãos de quartzo e, subordinadamente, feldspatos e minerais pesados, com baixa maturidade textural, matriz argilosa, aspecto maciço. Intercalações de lentes de argilito maciço, com grãos e grânulos de quartzo dispersos (Am).	Alternância de depósitos de fluxo de detritos e fluxo de lama de leques aluviais.
	Arenito creme, granulometria média a muito grossa, com grânulos de quartzo dispersos, matriz argilosa; exhibe aspecto maciço com intercalações de lentes de argilito (Am).	Depósitos de fluxo de detritos.
10 m	Argilito siltico de coloração variegada, contendo minerais pesados e mica, além de grãos e grânulos de quartzo dispersos (Agm).	Depósitos de fluxo de lama.
	Arenito creme, maciço, imaturo, granulometria média a grossa, com baixa maturidade textural; apresenta matriz argilosa e minerais pesados (Am).	
	Argilito maciço com grãos e grânulos de quartzo dispersos (Agm).	Depósitos de fluxo de lama.
	Arenito creme-avermelhado, granulometria média a grossa, granuloso, imaturo, com baixa maturidade textural, apresentando estratificação plano-paralela ressaltada por películas ferruginosas; na base, ocorrem níveis seixosos descontinuos (Agec).	Depósitos de enxurrada em lençol, em leques aluviais.
0		

Figura 14: Seção medida do Grupo Barreiras, a 1 km ao norte de Porto Seguro. Fonte: GATE, 1999.

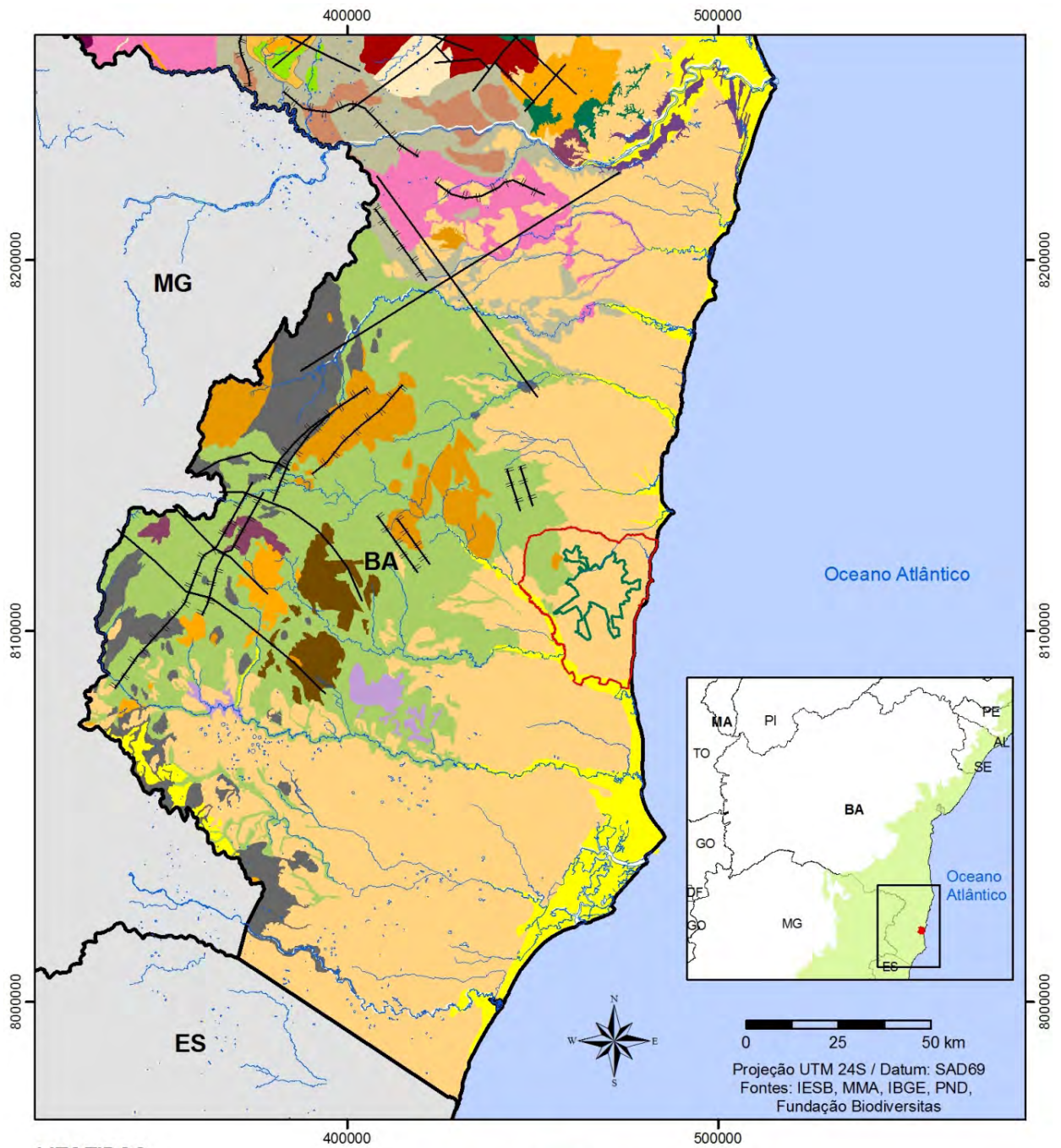


Figura 16: Litologia da região do extremo sul da Bahia e o Parque Nacional do Descobrimento.

Além disso, Saadi (1996) acrescenta o caráter de assimetria apresentado pelo vale do rio Buranhém como confirmação do controle neotectônico. A Figura 17 é a reprodução de um extrato da imagem de radar em escala 1:250.000 (folha SE.24-V-B Projeto Radambrasil. Mendes *et al.*, 1987 *apud* Saadi, 1996), onde o rio Buranhém é interpretado como um vale alargado e alinhado, indicando a adaptação à falha, com basculamento de bloco para NE, demonstrado pelo escarpamento de sua margem esquerda onde a drenagem é dirigida naquela direção integrando outra bacia.

Neste caso, o sentido da drenagem denuncia o movimento bascular dos blocos e os seus limites são determinados pela instalação dos cursos d'água principais como o dos rios Buranhém, dos Frades e Jucuruçu. Desta forma, Saadi (1997) propõe que cinco feições neotectônicas/morfotectônicas resultaram de todo este processo desencadeado desde o Plioceno na região. São elas:

- Falhas de direção NW-SE;
- Falhas de direção NE-SW;
- Grabens dos baixos cursos fluviais;
- Zonas de falhas de direção E-W;
- Blocos basculados.

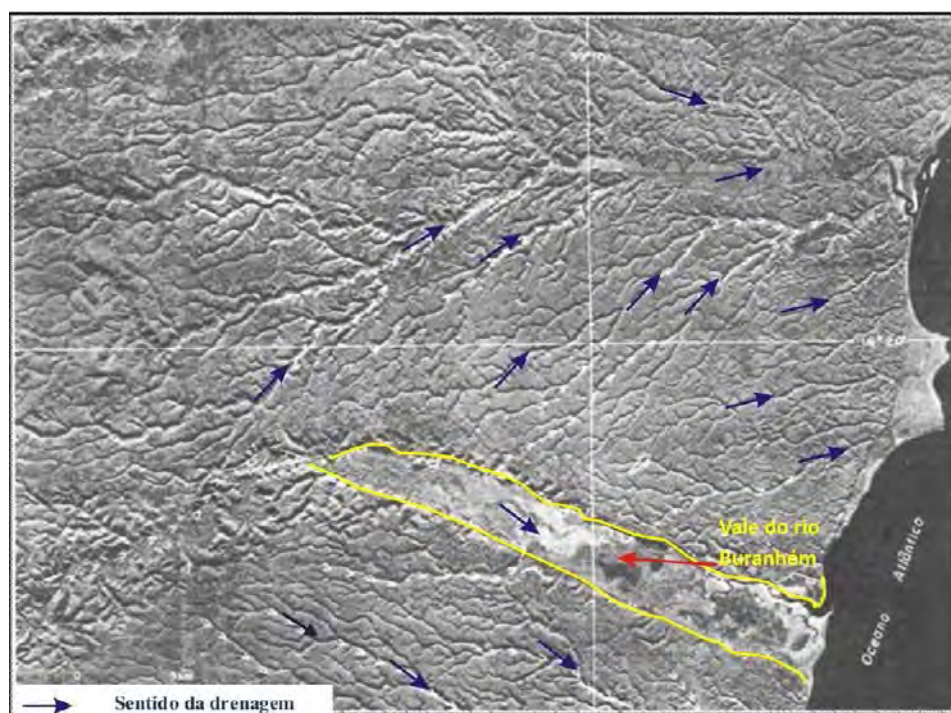


Figura 17: Vale do rio Buranhém e rede de drenagem circunvizinha. Extraído e adaptado do Projeto Radambrasil (Mendes *et al.*, 1987), folha SE.24-V-B.

No mapa elaborado por Saadi (1996), Figura 18, estão representadas as feições neotectônicas e as falhas sobre as estruturas pré-cambrianas na região. Em seguida, em uma foto tirada do corte de estrada sobre o divisor das bacias do rio Buranhém e do rio dos Frades (Figura 19) pode-se visualizar o contato entre blocos movimentados por movimento isostático relacionado à ação neotectônica: seria a intercessão do plano topográfico com o de uma falha inversa.

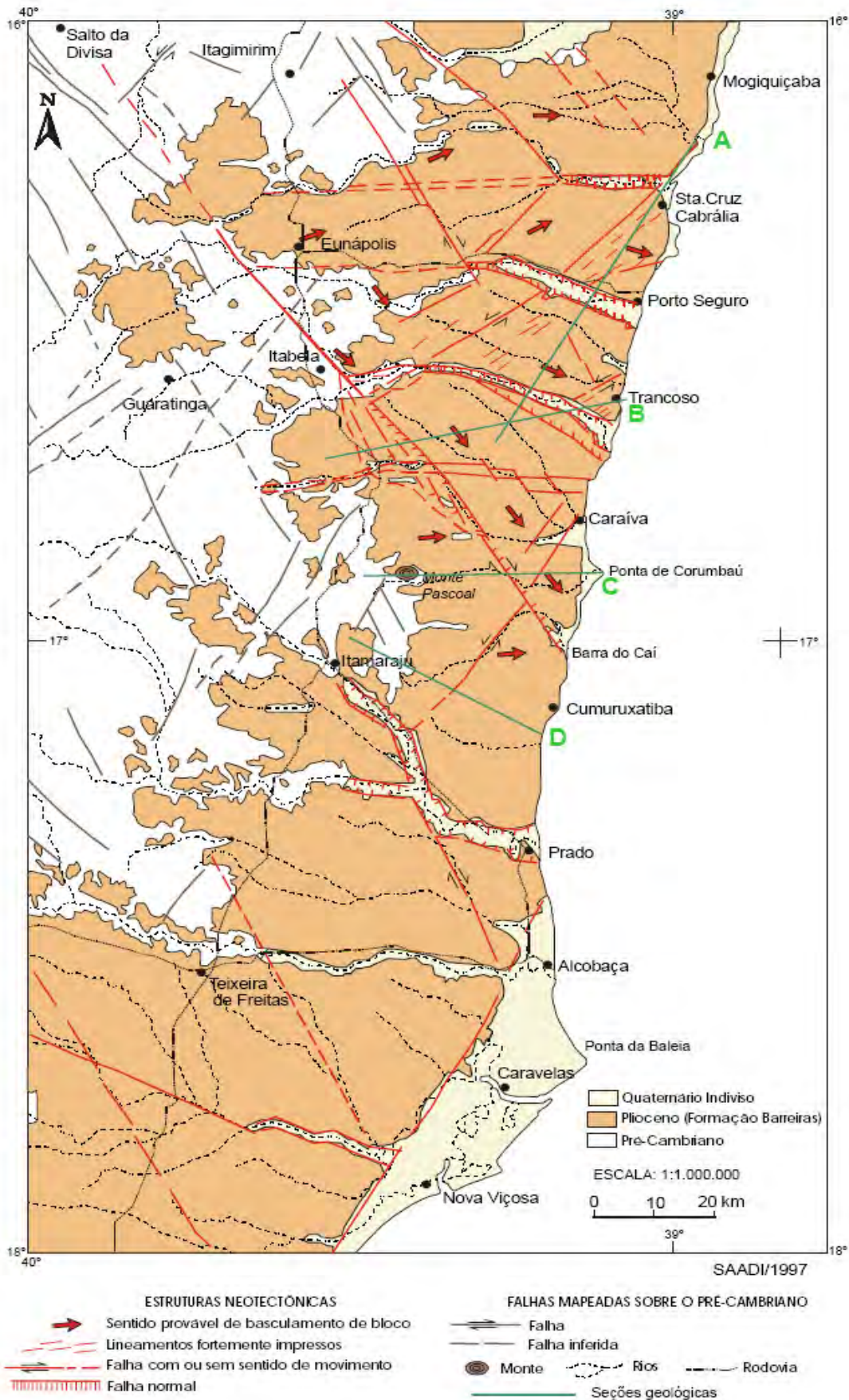


Figura 18: Mapa de estruturas neotectônicas na região sudeste da Bahia. Fonte: Saadi, 1996.



Figura 19: Corte à margem da BR-101, ao norte da cidade de Itabela, sobre a linha divisora das bacias hidrográficas dos rios Buranhém e dos Frades. A descontinuidade oblíqua corresponde à interseção do plano topográfico com o de uma falha inversa, nos sedimentos da formação Barreiras. A direção medida é N60E e o mergulho de 65° para SE. Extraído de Saadi (1996).

2.2.5. Pedologia

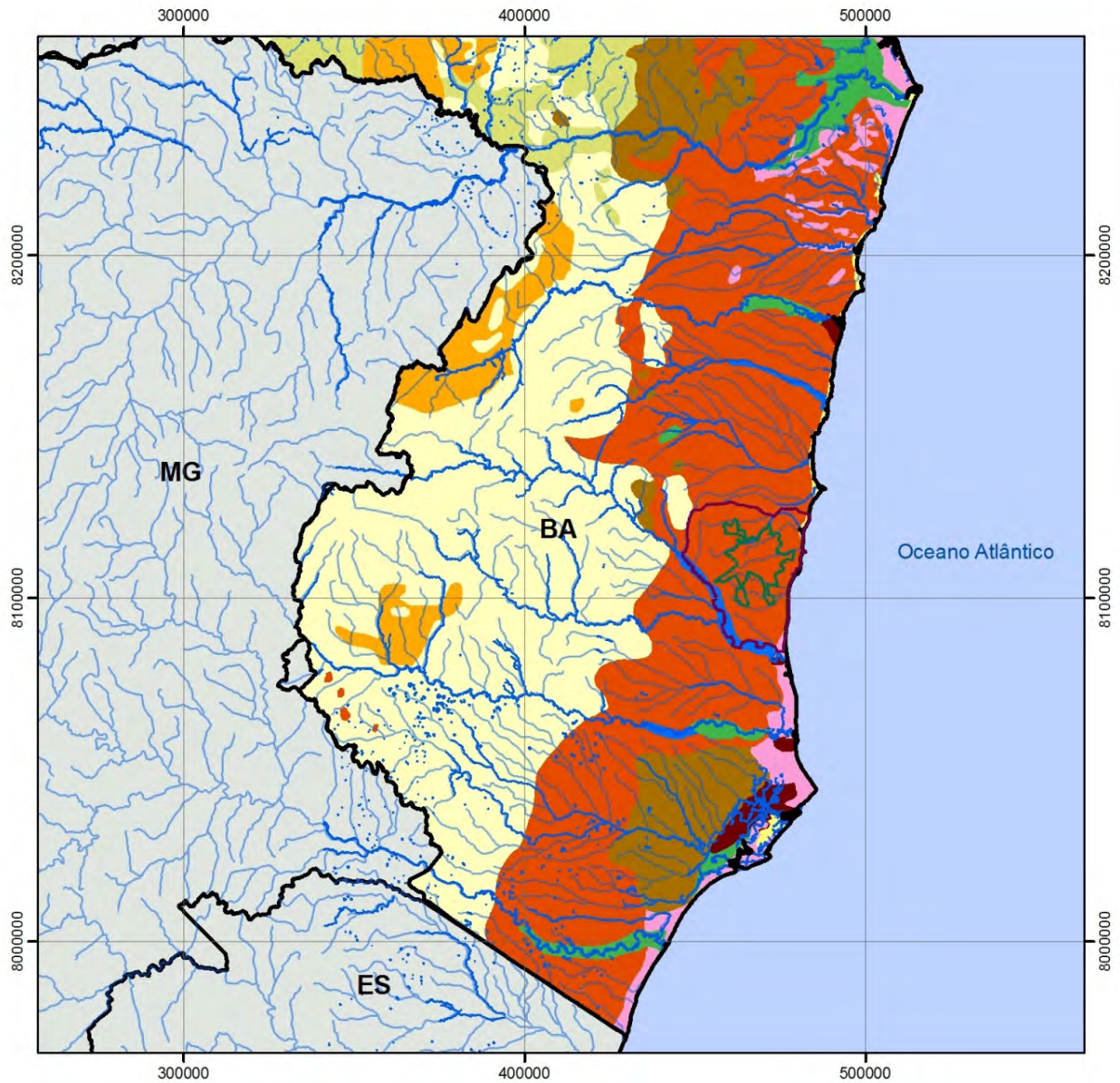
O material litológico sobre o qual se desenvolvem os solos da região é constituído predominantemente por arenitos de textura mal selecionada e argilitos, frutos da evolução geológica e paleoclimática da região. Estas condições garantem à paisagem um certo grau de estabilidade. Os processos de movimentação de massa e os processos erosivos, aliados na perspectiva da topografia, são relativamente pouco importantes. O clima regional, predominantemente quente e úmido, favorece a formação de solos profundos e bem desenvolvidos.

De acordo com as publicações sobre a região (Embrapa, 2002; Governo do Estado da Bahia, 1996), os principais tipos de solos da região do extremo sul baiano (Figura 20) são:

- **Haplorthoxs / Latossolos Vermelhos–Amarelos:** São solos associados aos relevos plano, suave ondulado ou ondulado, em ambientes bem drenados e possuem profundidades significativas e uniformidades em suas características de cor, textura e estrutura (Embrapa, 2013). Na classificação americana é um solo do grupo Oxsols, denominado geralmente como solo de “tabuleiro” devido à ocorrência nos tipos de relevos citados acima (Embrapa, 2002). Possui textura variável de franco arenosa na superfície a franco argilosa no subsolo. No extremo sul baiano, ocorre em toda faixa oeste da região.
- **Haplusthoxs / Latossolos Amarelos Distróficos e Argissolos Amarelos Plínticos:** Solos desenvolvidos de materiais argilosos ou areno-argilosos sedimentares da formação Barreiras na região litorânea do Brasil ou nos baixos platôs da região amazônica relacionados à Formação Alter-do-Chão. A retenção de umidade e a boa permeabilidade promovem condições físicas para a intensa utilização deste tipo de solo para as culturas como a cana-de-açúcar, mandioca, abacaxi, coco da baía, citros, reflorestamento com eucalipto e pastagens. É favorável também à mecanização agrícola por ocorrer em relevos planos ou suavemente ondulados, não favorecendo a erosão, mas vulnerável aos problemas de compactação, que configura um fator limitante no seu uso. Com isso, o enraizamento se torna fraco em profundidade, principalmente pela característica distrófica e coesa dos agregados. Na classificação americana, pertence também ao grupo dos Oxsols, caracterizado da mesma forma em solos de Tabuleiros Litorâneos

ou Cristalinos (Embrapa, 2013). Na região do extremo sul, ocorre em toda a faixa leste, sendo interrompido apenas na faixa litorânea pelas areias costeiras (Quartzipsamments).

- **Haplustalfs / Argissolos Vermelhos – Amarelos:** Da mesma forma que os Haplusthoxs, são desenvolvidos a partir de rochas cristalinas ou sob influência destas, do Grupo Barreiras. Apresentam cores vermelho-amareladas devido à presença da mistura dos óxidos de ferro hematita e goethita. Podem apresentar grande profundidade e são bem estruturados e bem drenados. A fertilidade é baixa a muito baixa, com reação fortemente ácida e argilas de atividade baixa (Embrapa, 2013). No extremo sul da Bahia estão localizados em manchas não contínuas da porção oeste.
- **Argiustolls / Chernossolo Argilúvico Órtico:** Solos pouco profundos com horizonte superficial A chernozêmico sobre horizonte B textural avermelhado, com argila de atividade e saturação por bases altas. Ocorrem em quase todas as regiões do Brasil, em pequenas extensões, geralmente associados às rochas pouco ácidas em climas com estação seca acentuada. A fertilidade é bastante elevada, logo, as condições para o enraizamento em profundidade são boas (Embrapa, 2013). Apresenta-se na região do extremo sul baiano apenas em manchas na porção norte.
- **Tropudults / Podzol Vermelho–Amarelo Distrófico:** Os solos desta classe apresentam grande variação em características morfológicas e analíticas, com textura argilosa a muito argilosa, com variadas profundidades, com presença de cascalhos. Eventualmente podem ser encontradas pedras em alguns destes solos. São do grupo Ultisols na classificação americana, possuindo textura arenosa e argilosa, estrutura fraca e moderada e estrutura solta e friável (Governo do Estado da Bahia, 1996). Ocorre predominantemente em relevos ondulados e fortemente ondulados, podendo também ocorrer em terrenos de relevos mais dissecados. Possui fertilidade mediana para cultivos como o cacau, sendo utilizado também para pastagens (Embrapa, 2013). Localizam-se em manchas no norte e no sudeste do extremo sul baiano.
- **Tropaquods / Podzol:** Solos com características semelhantes aos Tropudults, com limitação de drenagem e também nutricional devido à formação de horizonte organo-mineral sub-superficialmente endurecido, que impede a movimentação da água, formando charcos em algumas áreas (Governo do Estado da Bahia, 1996).
- **Quartzipsamments / Neossolos Quartzarênicos:** Este tipo de solo possui profundidade significativa e sua textura é arenosa ao longo do perfil e amarelada abaixo do horizonte A, que é um pouco mais escuro. Ocorre em relevo plano ou suavemente ondulado, o que faz com que o processo erosivo não seja alto, mas pode acontecer devido à sua textura essencialmente arenosa. Esta característica favorece também à lixiviação de nitratos e mantém, portanto, o teor de matéria orgânica baixo. São solos apropriados para reflorestamento e, no nordeste, são predominantes em grandes áreas cultivadas com cajueiro (Embrapa, 2013). No extremo sul baiano os Neossolos Quartzarênicos ocorrem na faixa litorânea.
- **Solos Hidromórficos:** A principal característica deste tipo de solo é a má drenagem. São derivados de sedimentos do Holoceno e formados em ambientes de redução. Podem apresentar outras limitações de diferentes naturezas, como elevada acidez e baixa fertilidade natural ou por excessiva salinidade e sodicidade, como também problemas de baixa porosidade e características de endurecimento irreversível quando drenados ao excesso (Embrapa, 2013).



Tipos de solo

- Haplustoxs
- Argiustolls
- Charcos
- Haplorthoxs
- Haplustalfs
- Mangues
- Quartzipsamments
- Solos Aluviais e Hidromórficos
- Tropaquods
- Tropudults

- Hidrografia
- Zona de amortecimento
- Limite do Parque
- Limite Estadual



0 25 50 km

Projeção UTM 24S / Datum: SAD69
 Fontes: IESB, MMA,
 IBGE, PND,
 Fundação Biodiversitas



Figura 20: Pedologia da região do extremo sul da Bahia.

2.2.6. Fauna

Apesar de sua importância na região do Corredor Central no sul da Bahia, a Mata Atlântica foi contemplada, até o presente, com poucos estudos sobre a fauna de vertebrados. Os primeiros levantamentos foram realizados para estudos epidemiológicos na década de 40 (Laemmert *et al.*, 1946). Posteriormente, com o objetivo de proteção do mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), espécie endêmica e ameaçada de extinção, foi criada a Reserva Biológica de Una (REBIO-UNA) e desenvolvidos trabalhos importantes, embora escassos, enfocando a ecologia e a distribuição de primatas, outras espécies da fauna e flora, e espécies ameaçadas de extinção (Rylands, 1982; Santos *et al.* 1987; Lima, 1990; Oliver & Santos, 1991; Dietz *et al.*, 1994; Rylands *et al.*, 1991/1992; Pinto, 1994; Gonzaga *et al.*, 1995; Pacheco *et al.*, 1996; Fonseca *et al.*, 1998, Pardini, 2001). Também são escassos os estudos enfocando o grupo de pequenos mamíferos (Laemmert *et al.*, 1946; Bonino, 1987; Alves, 1990; Pinto *et al.*, 1993; Costa & Leite, 1997; Fonseca *et al.*, 1998; Moura, 1999; Lara & Patton, 2000; Pardini, 2001).

Em relação à avifauna, a riqueza de espécies da Mata Atlântica é clara. De um total de cerca de 688 espécies encontradas na Mata Atlântica, 181 são endêmicas e mais de 50% delas vivem quase exclusivamente em habitats pouco alterados (Goerck, 1997; Marini & Garcia, 2005), o que desafia o histórico de perturbação sofrido pela Mata Atlântica. Ainda, dos 160 táxons de aves ameaçados de extinção no Brasil, 98 ocorrem principalmente na Mata Atlântica (MMA 2008).

Prova do pouco conhecimento sobre a fauna da região do sul da Bahia é a descrição frequente de novas espécies de aves, um dos mais conhecidos e estudados grupos entre os vertebrados. Pacheco & Bauer (1999) definem a Bahia como possuidora de uma avifauna muito complexa, especialmente se considerarmos as novas espécies recentemente classificadas para o sul do Estado. O histórico de exploração ornitológica na região iniciou-se com a vinda do príncipe Maximiliano de Wied em 1830. Posteriormente, Lima (1920) e Pinto (1935) realizaram expedições de coleta em diversos pontos. Em 1960, Helmut Sick descreveu o entufado-baiano *Merulaxis stresemanni*, após encontrar a espécie em Ilhéus.

Outro rinocriptídeo, o macuquinho-baiano (*Eleoscytalopus psychopompus*) foi descrito também a partir de exemplar coletado em Ilhéus e outros dois de Valença (Teixeira & Carnevalli, 1989). Por fim, foram descritas três aves associadas às regiões montanhosas do sul baiano nos anos 90: *Synallaxis whitneyi* (atualmente reconhecido como *S. cinerea*), *Phylloscartes beckeri* e *Acrobatornis fonsecai* (Pacheco & Gonzaga, 1995; Gonzaga & Pacheco, 1995; Pacheco *et al.*, 1996). Há ainda uma nova espécie de trepadorzinho (*Heliobletus* sp.), encontrado até então na Serra Bonita e Serra das Lontras.

De forma geral, a Costa do Descobrimento abriga uma fauna de peixes de água doce ainda pouco conhecida, cujas informações acerca das populações naturais são incompletas, carecendo de conhecimento detalhado sobre os padrões de distribuição e biologia populacional da maioria das espécies. Os estudos mais abrangentes sobre a ictiofauna de água doce da região foram realizadas por Sarmiento-Soares *et al.* (2009). Entretanto, não contemplaram as mostragens dentro das unidades de conservação da região, que são áreas com potencial de atuar como zonas de refúgio para as espécies em função da extensa alteração ambiental imposta à maioria das áreas externas.

A Mata Atlântica do sul da Bahia (segundo os limites de Landau & Resende, 2003) é região de ocorrência de aproximadamente 130 espécies de anfíbios (Silvano & Pimenta, 2003), número considerado baixo quando comparados à riqueza da Mata Atlântica do sudeste do Brasil, região historicamente mais explorada, onde se situam os principais centros de pesquisa do país. Cerca de 15 espécies são reconhecidamente endêmicas desta região. Acredita-se que o número de espécies de anfíbios da Mata Atlântica do sul da Bahia seja bem maior, como evidenciado pelo acúmulo rápido de informações desde que se iniciaram amostragens sistemáticas nessa região a partir do ano 2000, que resultaram na descrição de novas espécies (veja Cruz *et al.*, 2003; Caramaschi & Pimenta, 2003; Caramaschi & Rodrigues, 2003; Napoli & Pimenta, 2003; Caramaschi *et al.*, 2004; Cruz & Pimenta, 2004; Pimenta *et al.*, 2005; Cruz *et al.* 2008).

Considerando o registro de espécies de todos os grupos de mamíferos terrestres e voadores, potencialmente podem ocorrer aproximadamente 50 espécies na região do extremo sul da Bahia. Segundo Moura (2003), dentre as espécies de pequenos mamíferos endêmicos da Mata Atlântica, já foram registradas para o extremo sul da Bahia as espécies *Oryzomys laticeps* (rato-do-mato, rato

pubinha), *Thaptomys nigrita* (rato), *Gracilinanus microtarsus* (catita, guaiquica ou cuíca), *Marmosops incanus* (rato-bandola), *Didelphis aurita* (saruiê) dentre os mamíferos de médio e grande porte ameaçados de extinção, nesta região há registro das espécies de primata *Callicebus melanochir* (guigó), *Alouatta guariba* (barbado), as espécies de carnívoros *Lontra longicaudis* (lontra), *Leopardus pardalis* (jagatiri), *Leopardus wiedii* (gato-maracajá), *Leopardus* sp. (namoninha, gato mirim, librina), *Panthera onca* (onça-pintada), *Puma concolor* (suçuarana, parda), e da ordem Rodentia, a espécie *Chaetomys subspinosus* (ourico-preto, gandu, boré).

2.2.7. Vegetação

O Parque Nacional do Descobrimento encontra-se inserido no domínio do bioma da Mata Atlântica. Do Rio Grande do Sul até o Piauí, diferentes formas de relevo, paisagens, características climáticas diversas e a multiplicidade cultural da população configuram uma extensa faixa territorial do Brasil. No entanto, existe um aspecto comum que dá unidade a toda essa região: a Mata Atlântica. Ao todo, são 1.300.000 km², ou seja, 15% do território nacional, englobando 17 estados brasileiros, alcançando até o Paraguai e a Argentina (SOS Mata Atlântica & Inpe, 2011).

Classificada como um conjunto de fisionomias e formações florestais, a Mata Atlântica se distribui em faixas litôricas, florestas de baixada, matas interioranas e campos de altitude (IBGE, 2000) e é composta pelas seguintes formações florestais (Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica): Floresta Ombrófila densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Estacional decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

De acordo com dados do censo brasileiro, nas regiões sob os domínios do bioma, vivem 62% da população brasileira ou cerca de 110 milhões de pessoas (IBGE, 2001), que dependem direta ou indiretamente dos recursos naturais produzidos ou regulados pela Mata Atlântica.

Devido aos diferentes ciclos econômicos do Brasil desde sua colonização, atualmente, restam apenas 8% ou 104.000 km² da cobertura original de Mata Atlântica no território nacional. Apesar disso, o bioma ainda abriga uma parcela significativa da diversidade biológica do país, com altíssimos níveis de endemismo e com elevado número de espécies. A riqueza pontual é tão significativa que os maiores índices de diversidade botânica para plantas lenhosas existentes foram registrados nesse bioma: 454 espécies em um único hectare do sul da Bahia e 476 espécies em amostra de mesmo tamanho na região serrana do Espírito Santo (Cl et al. 2001).

Além da diversidade de espécies vegetais, o bioma abriga mais de 1.800 espécies entre mamíferos, aves, répteis e anfíbios, número que corresponde a quase 7% de todas as espécies desses grupos identificadas em todo o mundo (Siqueira & Mesquita, 2007). A Mata Atlântica do sul da Bahia e Norte do Espírito Santo representa uma das regiões prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira, uma vez que possui os maiores índices de diversidade biológica e de espécies endêmicas registrados até o momento nos fragmentos do bioma (Cl et al., 2000).

Segundo Lewis (1987), as regiões sul da Bahia e norte do Espírito Santo abrigam várias espécies endêmicas de angiospermas, incluindo três gêneros de leguminosas (*Arapatiella*, *Brodriguesia*, e *Harleyodendron*), quatro gêneros de gramíneas da subfamília Bambusoideae (*Atractantha*, *Anomochloa*, *Alvimia*, e *Sucrea*), a maioria das espécies de *Inga* seção Affonsea (Leguminosae-Mimosoideae), o gênero *Trigoniodendron* (Trigoniaceae), e a piaçava, *Attalea funifera* (Palmae), uma palmeira de grande importância econômica.

Thomas et al. (1998) estimaram o nível de endemismo da flora de duas áreas localizadas na zona da Floresta Ombrófila Sul Baiana. As estimativas foram feitas com o intuito de avaliar o endemismo na Floresta Atlântica como um todo e na área mais restrita ao sul da Bahia e norte do Espírito Santo, e derivaram de análises da distribuição das espécies conhecidas de cada área. Os *checklists* das espécies de cada área basearam-se nos espécimes identificados, resultado de intenso trabalho de coleta em uma floresta próxima de Serra Grande (40 km ao norte de Ilhéus) e na Reserva Biológica de Una (40 km ao sul de Ilhéus). Na Reserva de Una, 44,1% das espécies encontradas são endêmicas das florestas costeiras e 28,1% endêmicas do sul da Bahia e norte do Espírito Santo. Em Serra Grande, 41,6% das espécies encontradas são endêmicas das florestas costeiras e 26,5% endêmicas do sul da Bahia e norte

do Espírito Santo.

O endemismo e a especificidade de habitats são dois fatores fundamentais na determinação da raridade das espécies (Bibby *et al.*, 1992; Goerck, 1997; Rabinowitz *et al.*, 1986). Apesar do conhecimento de que o endemismo local (como definido por Gentry, 1982) é alto na região sul da Bahia e norte do Espírito Santo, e de que o endemismo está correlacionado com a raridade, tentativas para listar as espécies de plantas endêmicas não têm sido feitas do sul da Bahia e norte do Espírito Santo.

2.3. Aspectos culturais e históricos

2.3.1. História da ocupação da região do extremo sul

Os processos de ocupação e ordenamento do espaço da região remetem às primeiras ocupações do território nacional. Durante este período, os diversos ciclos de desenvolvimento imprimiram padrões e intensidades de ocupação do solo, condizentes com as dinâmicas e inserção regional em cada um desses momentos.

Embora Porto Seguro seja considerado o primeiro núcleo habitacional do Brasil, que abriga prédios e peças do século XVI, com destaque para o Marco do descobrimento, trazido de Portugal por Gonçalo Coelho, em 1503, a Barra do Rio Cahy em Imbassuaba, localiza-se num sítio histórico à beira-mar onde, ao que tudo indica, o capitão Nicolau Coelho, da armada de Pedro Álvares Cabral, pisou pela primeira vez em terras do Brasil, estabelecendo, provavelmente, o primeiro contato entre nativos e portugueses em 1500 (Ferraz, 2008). De maneira geral, as adversidades encontradas para a consolidação dos núcleos urbanos da área, especialmente durante os três primeiros séculos de colonização do território brasileiro, contribuíram para a posterior conformação do sistema urbano-regional (Koopmans, 2005).

Sistemática e periodicamente, a capitania de Porto Seguro registrava reduções populacionais, implicando em entraves para um desenvolvimento socioeconômico em bases mais consolidadas. Três fatores são citados como preponderantes para este processo: o reduzido número de imigrantes portugueses na área, os ciclos constantes de mortalidade em função de epidemias e confrontos com índios e a emigração provocada pelo surgimento de outros núcleos de povoamento, seja pela transferência de militares e religiosos, seja pela descoberta de ouro e pedras preciosas, dentre outros fatores (SEI, 2003a).

Inicialmente e de forma lenta e gradual, o processo de ocupação da região estava voltado, basicamente, para a exploração dos recursos naturais e a formação de áreas para a agricultura. No século XVI, o litoral foi dotado de infraestrutura básica para servir às demandas de Portugal como entreposto comercial, principalmente na extração de pau-brasil e outras madeiras no Brasil. Os primeiros núcleos populacionais, Porto Seguro e Caravelas, ambos no litoral, foram construídos com o objetivo de servirem de postos para o armazenamento da madeira extraída e de proteção dos portugueses contra os índios e contra outros povos europeus. No entanto, estes núcleos iniciais tiveram vida efêmera e somente mais tarde vieram a prosperar. Ainda no mesmo século, vultosos investimentos portugueses e holandeses introduziam na região a cultura da cana-de-açúcar, buscando a exploração do produto que, na época, alcançava elevado valor comercial na Europa. Com a agroindústria açucareira instituiu-se o trabalho escravo como imperativo para a sua viabilização, em função da necessidade de elevado quantitativo de mão-de-obra e de extensas áreas para sua produção.

No século XVII, a atividade açucareira sofreu acentuada queda e essa nova realidade contribuiu para a conformação de uma integração regional periférica da então Capitania de Porto Seguro. Entretanto, houve divergência da estrutura primário-exportadora vigente no país e não houve o estabelecimento de fortes integrações com os demais centros econômicos. Este cenário permaneceu praticamente inalterado até meados do século XVIII, quando ocorreu a incorporação daquela capitania a Capitania da Bahia.

A partir desse momento, o povoamento, até então restrito a duas vilas – Porto Seguro e Santa Cruz – e dois povoados – Santo Amaro e Santo André –, passou por significativa expansão, e foram criadas as vilas de Belmonte, Trancoso, Prado, Alcobaça, Caravelas, Viçosa e São José do Porto Alegre, no litoral, e Vila Verde, a atual Vale Verde no interior. Consequentemente expandiu-se a área de cultivo, com a implantação da policultura de gêneros alimentícios, em especial feijão e farinha de mandioca,

consolidando a região como principal fornecedora para o Recôncavo Baiano e a Região Nordeste do Brasil.

Até o século XIX a natureza extrativista e a policultura conferiram à região a função de fornecedora de suprimentos para mercados externos. Considerando o transporte de cabotagem o mais viável na época, cabe ressaltar sua influência sobre o padrão de ocupação regional, condicionado à presença de portos.

A cultura do cacau foi introduzida em Ilhéus desde o século XVIII. Mas foi somente no início do século XIX, e com mais intensidade no transcorrer do século XX, que alcançou relevância econômica no extremo sul da Bahia. Em meados da década de 1950, sobressaíram e importância os municípios cacauzeiros de Belmonte, Mucuri, Porto Seguro, Prado e Alcobaça.

O fim do trabalho escravo no fim do século XIX foi mais um grande marco na configuração socioespacial da região, pois a grande massa da população recém libertada passou a ocupar as áreas ao longo dos principais rios, intensificando a derrubada da vegetação para implantação de culturas de subsistência e, posteriormente, de cacau.

Todo esse processo resultou na organização de comunidades formadas pela população mais pobre e com base na pequena propriedade familiar. Essas relações, baseadas na reprodução da economia camponesa e não na acumulação mercantil, perduraram na região até meados do século XX como principal conformação do padrão ocupacional. A manutenção dessa realidade foi alimentada por várias décadas, em grande parte pela precariedade dos sistemas de transporte e comunicação e consequente isolamento da região.

As ligações internas eram feitas, basicamente, por via marítima e as comunicações terrestres por estradas vicinais em precárias condições. A partir da década de 1950 ocorreu a ampliação da rede viária com a interligação entre Salvador e o Estado do Espírito Santo através da BR-5, com mudanças significativas na circulação e no desenvolvimento intra e inter-regional. Essa rodovia articulava todas as cidades litorâneas localizadas entre Valença e Porto Seguro, via BR-4, e detém, até os dias atuais, papel de grande importância para a economia regional e nacional, assim como as BR-101 e 116.

Até a década de 1970, a região foi marcada por grande diversidade em sua estrutura espacial, cujas bases eram atreladas à economia agroexportadora, deixando sempre o controle econômico fora do alcance das lideranças locais. A necessidade de integração da economia nacional veio mudar esse padrão socioespacial. A implantação, na década de 1970, da BR-101 foi elemento fundamental neste sentido, a o ac entuar os processos de interiorização da ocupação e de integração da produção do extremo sul do Estado com o sudeste do país. No período compreendido entre 1950 e 1975, quando então foram firmados os processos que consolidam uma nova base estrutural, as dinâmicas regionais voltaram-se para a intensificação da exploração da madeira e para a incorporação da pecuária, iniciando a interiorização da ocupação territorial. Ao mesmo tempo em que a Região perdia, neste curto período de tempo, cerca de 40% de suas matas naturais, o município de Alcobaça já sobressaía com mais de 40% do rebanho bovino das regiões sul e extremo sul do Estado (SEI, 1995).

As melhorias nos sistemas de transportes e, por conseguinte, no escoamento da produção, associadas aos baixos preços das terras, proporcionaram convergência significativa de contingente populacional e de investidores, como madeireiros, pecuaristas, agricultores e industriais, dentre outros.

A interiorização da ocupação e a integração agrícola regional, proporcionadas pela implantação da rodovia, levaram os núcleos pioneiros situados nas suas proximidades a uma explosão demográfica, em contraste com a ac entuada decadência dos antigos e promissores núcleos litorâneos. Consolidava-se, assim, um novo ciclo de mudanças socioespaciais, que culminou com a evolução administrativa na década de 1980. A BR-101 teve, assim, papel fundamental na estruturação do espaço regional como ponto de interligação estratégico, destacando-se as ligações com Salvador, enquanto capital estadual e centro político, com Itabuna, enquanto centro da região cacauzeira, além das ligações mantidas com os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Assua implantação proporcionou, também, o recomeço da extração de madeira sob outros moldes. Realizado de forma rudimentar até então, este novo ciclo de exploração foi caracterizado pela introdução da moto mecanização e pela construção da ferrovia Bahia-Minas, para o escoamento do produto até o porto de Caravelas. Associada a essa atividade, desenvolveu-se a pecuária bovina em um acordo de

cooperação, através do qual, os madeireiros extraíam a matéria-prima sem contestar a propriedade da terra que, posteriormente, era ocupada pelos pecuaristas. Enquanto aqueles “limpavam” a área, estes exploravam sua atividade com custo reduzido de implantação.

O resultado deste “consórcio extrativista” levou à destruição quase total da vegetação natural em pouco mais de uma década de atividade indiscriminada e predatória. Da densa Mata Atlântica restaram apenas alguns bosques, muitos deles protegidos por legislação específica, a exemplo do Parque Nacional de Monte Pascoal (1961), da Estação Ecológica do Pau-Brasil (1969), da APA de Santo Antônio (1994), da APA da Coroa Vermelha (1993), da APA Caraíva-Trancoso (1993), Parque Nacional do Pau-Brasil (1999) e Parque Nacional do Descobrimento (1999).

Atualmente, extensas áreas são ocupadas por florestas homogêneas de eucaliptos, destinadas à indústria de celulose, especialmente nos tabuleiros costeiros locais de solos profundos e com baixa fertilidade. A silvicultura surgiu como atividade econômica potencial a partir da década de 1970, com a criação do Distrito Florestal do Extremo Sul, resultado de incentivos públicos voltados para o reflorestamento na tentativa de recuperação das áreas intensamente devastadas. A isso se confirmaram como vetores de desenvolvimento regional, a silvicultura e a indústria de papel e celulose, e, mais recentemente, o turismo, contribuíram para alterar significativamente e definitivamente o padrão de ocupação e uso do solo, elevando a região do patamar de condição econômica inexpressiva ao das mais dinâmicas do Estado.

No entanto, o reflorestamento contribuiu para intensificar o processo de urbanização ao reduzir a oferta de empregos na zona rural. Por sua vez, a expansão da atividade turística atraiu significativo número de migrantes das mais diversas partes do país para os centros regionais potenciais, especialmente para Porto Seguro. Esses fatores, aliados à questão política de gestão e planejamento, maximizaram problemas característicos do ambiente urbano. A forma aléutria e descontrolada de ocupação das áreas urbanas e a pressão imobiliária exercida pelo turismo contribuíram para o processo de favelização das cidades maiores ou de localidades tipicamente turísticas, como Arraial D’Ajuda e Trancoso.

2.3.2. Ocupação Indígena no extremo sul da Bahia

As referências históricas à ocupação indígena na região do extremo sul da Bahia remetem à presença maciça de grupos Tupiniquins (Fausto, 1992). Contudo, apesar de terem consolidado seu domínio sobre o litoral, incursões dos povos indígenas do interior, dentre eles os Pataxós e os Botocudos, etnias do grupo Macro-jê, tornaram-se mais frequentes no limiar do século XVI (Paraíso, 1994). A origem dos Pataxós, hoje etnia hegemônica na região, encontra-se no interior dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, entre os rios Pardo e Doce (Paraíso, 1994) e Bahia, existindo vestígios de suas incursões pelo litoral desde o ano de 1000 AC.

Enquanto o povo indígena Tupi fazia parte de um conjunto cultural e linguístico muito homogêneo, os grupos do interior, em sua maioria do tronco Macro-Jê, estavam fracionados em uma grande diversidade cultural e linguística ainda hoje não totalmente dimensionada (Urban, 1992). Estes grupos do interior viviam principalmente da coleta e da caça, tinham grande mobilidade e visitavam pontualmente o litoral (de onde se crê terem sido expulsos pelos Tupi), para complementar a sua dieta de proteína nos ecossistemas costeiros: estuários, restingas e manguezais (Curado & Costa, 2006). Como a instalação das aldeias Tupi favorecia uma grande concentração de indígenas, estes acabavam por se tornar presas fáceis para as grandes conquistas lusitanas, e também para os Botocudos e Aimorés. As epidemias também se alastravam rapidamente, dizimando quase grupos inteiros (Paraíso, 1994).

Ao longo do período de colonização, houve tentativas de aldeamento e consequente transferência dos índios para locais que causassem menos prejuízos ao progresso regional. É de se supor que a maioria da população destes aldeamentos fosse composta de Pataxós, majoritários na região e de contato mais recente, mas certamente também de Maxacalis e Botocudos (Sampaio, 2010).

Com a expulsão dos jesuítas no século XVIII, duas dessas aldeias se tornaram vilas: Trancoso e Vila Verde. Segundo consta, essas povoações costeiras eram alvos praticamente indefesos aos ataques dos grupos indígenas interioranos, conhecidos por Aimoré, durante todo o período colonial. Os povos das famílias Maxacali, Kamakã, Pataxó e Botocudos resistiram por três séculos à conquista do seu território (Dantas *et al.* 1998; Sampaio & Carvalho *apud* Curado & Costa, 2006).

Em 1860, o presidente da província da Bahia determinou que toda a população indígena remanescente na região fosse concentrada compulsoriamente numa única aldeia (Curado & Costa, 2006). Em 1981, foi criada então uma aldeia única, denominada Belo Jardim Monte Pascoal, que tinha por objetivo principal conter os constantes conflitos entre regionais e índios, bem como aniquilar a possibilidade legal de os índios reivindicarem as terras que ocupavam.

Baseado em estudos, Sampaio (2010) afirma que a aldeia planejada e a autorizada em 1861 é a atual aldeia de Barra Velha, local de origem da grande maioria dos atuais Pataxós e, certamente, um ponto de afluência importante dos antigos Pataxós, desde tempos imemoriais, para pesca e coleta dos crustáceos ali abundantes. Os Pataxós consolidaram então sua ocupação em uma área que corresponde à base do Monte Pascoal, a oeste, até o litoral, e do rio Caraíva, ao norte, até o rio Corumbau, ao sul. Após a criação dessa aldeia única, houve um período de aparente isolamento das comunidades indígenas. Sem contar com qualquer apoio das instituições governamentais responsáveis pelas questões indígenas no Brasil, a situação Pataxó passou a ser noivamente documentada e divulgada apenas na ocasião da demarcação e criação do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal (Decreto-Lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943²) que acabaria por culminar no episódio conhecido como “Fogo de 1951”, que foi a revolta de alguns grupos indígenas pela falta de clareza do governo em relação à demarcação de suas terras. Isso resultou em pequenos saques às vendas, fazendas e depósitos na região e que teve como repercussão uma forte reação policial resultando em muita violência. Este foi o momento marcante para a desagregação da aldeia e de dispersão de diversos grupos de índios pela região.

A partir deste contexto, os índios, junto com ONGs, igreja e de entidades de proteção aos índios se organizaram para o reconhecimento e a demarcação de diversas terras indígenas, servindo de momentos oportunos como os do festejo em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil. Nesta ocasião, assim como no ano da promulgação da Constituição Federal (1988), não havia registro da presença de indígenas na área que viria a se tornar o Parque Nacional do Descobrimento, criado em 1999. Tais aspectos são fundamentais para o entendimento da questão indígena no entorno do parque, pois foi esta dispersão e os movimentos de retomada das terras nascidos na década de 2000 que são responsáveis por guiar as invasões e as ocupações irregulares na unidade.

2.3.3. Sítios históricos

A região da Costa do Descobrimento foi reconhecida pela UNESCO em 1999 como Patrimônio Natural Mundial. Esta área abrange 11.930 hectares, 12 municípios da Bahia (entre Prado e Una) e quatro do Espírito Santo (entre Regência e Conceição da Barra), abrangendo 23 áreas de proteção ambiental. A denominação Costa do Descobrimento se refere ao fato que foi nessa região que em 22 de abril de 1500, Cabral desembarcou pela primeira vez na costa brasileira. Devido aos seus valores, históricos, culturais e cênicos, a paisagem da Costa do Descobrimento (Figura 21) tem um profundo significado para a memória nacional. A Costa do Descobrimento tem grande valor simbólico, pois é o início da história escrita do Brasil, onde se podem observar algumas marcas da colonização e utópica. Nessa região podem ser encontrados diversos testemunhos da ocupação do Brasil, seja pelos sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, seja pelos remanescentes das ideias jesuíticas ou pelos núcleos urbanos como Porto Seguro, Vale Verde, Arraial D’Ajuda, Trancoso, Caraíva, Coroa Vermelha e Santa Cruz Cabralia. (www.iphan.gov.br).

O SIGEP considera que o Sítio do Descobrimento apresenta características geológico-geomorfológicas que podem ser prontamente reconhecidas nas descrições apresentadas na carta de Pero Vaz de Caminha, da época do descobrimento do Brasil. Assim, os poderes públicos devem proteger esta paisagem não só por abrigar importantes ecossistemas, como os recifes de coral e remanescentes da Mata Atlântica, como também pela grande importância histórica e cultural que esta paisagem representa para a memória nacional (Dominguez et al. 2000).

²Em 1961, por meio do Decreto nº 17.912-A, de 28 de dezembro de 1960, o Governo do Estado da Bahia repassou à União uma área de 22.500 ha, sendo realizada, então, uma demarcação com os atuais limites do Parque Nacional do Monte Pascoal, oficializada pelo Decreto nº 242, de 29/11/61.

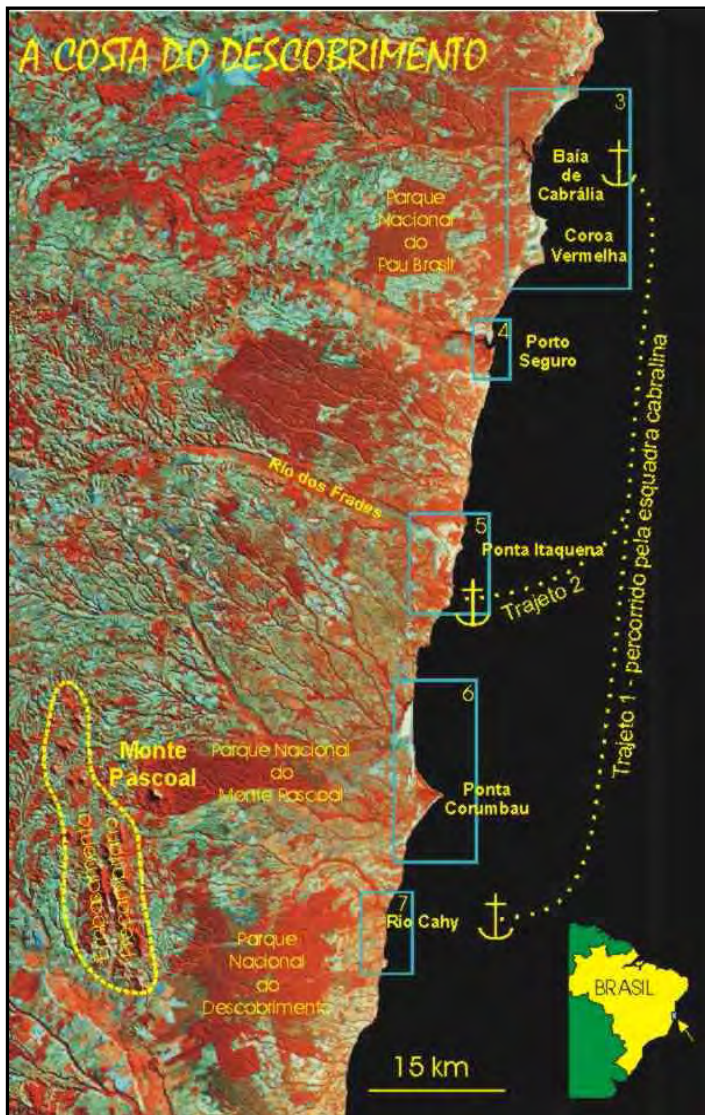


Figura 21: Mosaico de imagens Landsat-TM5 da Costa do descobrimento, mostrando a morfologia típica dos tabuleiros costeiros. Os principais remanescentes de Mata Atlântica aparecem em vermelho e estão protegidos através da criação de três Parques Nacionais. As linhas pontilhadas indicam os trajetos possíveis da esquadra cabralina. O Trajeto 1, Rio Caí - Baía de Cabralia, é defendido por grande parte dos historiadores, enquanto o Trajeto 2, Rio dos Frades - Baía de Cabralia é defendido por M.J. Guedes (1996). Fonte: Sigep.

2.3.4. Aspectos culturais de Prado

Com relação aos aspectos culturais em Prado, pode-se dizer que a comunidade residente é formada por: 1) moradores oriundos de outras cidades que se estabeleceram no local a partir da abertura de empreendimentos relacionados ao turismo; 2) veranistas que não moram no local, mas estão sempre presentes e possuem segunda residência há algum tempo; 3) “nativos” que trabalham com o turismo (quase nunca como donos) ou em outras atividades não relacionadas ao turismo (a maioria). Além disso, observa-se que Prado vem recebendo constantes fluxos de pessoas das comunidades rurais do entorno, agravando a situação social da região que não pode suprir toda a demanda por trabalho.

Alguns aspectos culturais da população rural retratam a tradição do cultivo da terra por coivara (plantação através da derubada da mata nativa, seguida pela queima da vegetação), e a tradição do artesanato em madeira, uso de sementes e outros elementos naturais na confecção de utensílios, objetos decorativos e bijuterias. A religião católica é presente na maioria das comunidades, entretanto vem ocorrendo o aumento do culto evangélico, caracterizado pela presença de igrejas evangélicas em construções recentes. O candomblé também é praticado pela população.

Há indícios de uma forte miscigenação regional no município de Prado, que são expressas nas suas

festas marcadas por forte religiosidade e musicalidade (Quadro 5). Entre os principais eventos destacam-se a Festa das Pastorinhas, Ternos de Reis e Bumba Meu Boi, no mês de janeiro, Festa da Nossa Senhora da Purificação, padroeira da Cidade, no mês de fevereiro, Festa dos Mouros e Cristãos e de São Sebastião, Festa da Marujada e de São Benedito, Festa do Divino do Espírito Santo, Festas Juninas, destacando a Festa de São Pedro. O carnaval de Prado também tem se destacado no calendário trazendo para seu território visitantes de todas as partes do país. Estas festas tem uma forte ligação com a população do interior do município que comparece maciçamente.

Quadro 5: Síntese das festas e manifestações populares no município de Prado, na Região do Parque Nacional do Descobrimento.

Evento	Data
Festa das Pastorinhas	Janeiro
Ternos de Reis	Janeiro
Bumba Meu Boi	Janeiro
Carnaval	Fevereiro
Festa da Nossa Senhora da Purificação	Fevereiro
Festa dos Moros e Cristãos	Fevereiro
Festa de São Sebastião	Janeiro
Festa da Marujada	Abril
Festa de São Benedito	Abril
Festa do Divino Espírito Santo	Abril
Festa Junina / Festa de São Pedro	Junho

Adicionalmente, o município de Prado possui grande diversidade paisagística e se destaca pela presença de falésias, praias limpas e calmas, rios e pequenas cachoeiras: é o município da Costa das Baleias que assimilou mais rapidamente a vocação natural do turismo. Cumuruxatiba é considerada a nova “vedete” turística da região, atraindo a cada ano mais turistas (SEI, 2008).

2.4. Uso e ocupação do solo e problemas ambientais decorrentes

Com potencial econômico diversificado, a região do extremo sul da Bahia vem registrando crescimento contínuo em quase todos os setores, o que lhe confere o posto de segunda região em atração de investimento do Estado, atrás apenas da Região Metropolitana de Salvador (SEI, 2008).

De forma geral, as principais atividades econômicas da região são: agropecuária extensiva, pesca, extração intensiva de madeira (*Eucalyptus spp.*), indústria de móveis, serrarias, indústria de papel e celulose e o turismo.

As indústrias de papel e celulose se destacam pelos números expressivos em todo o processo de exploração; a atividade turística, com importância nacional e internacional, atrás apenas da região de Salvador; a pecuária, apesar de perder espaço e mercado para a silvicultura, ainda é representativa, tendo na pecuária bovina um de seus mais importantes segmentos que se mantém como “carro-chefe” da economia; e a agricultura, destacando as culturas do café, do cacau e do mamão, com mercado externo garantido principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Além das culturas de importância histórica, vale citar, pelo impulso que vêm recebendo, novos cultivos e explorações de alcance mundial, a exemplo da pimenta-do-reino, do urucum e de sementes de aroeira *Schinus terebinthifolius* (pimenta-rosa), abundante na região e de fácil manejo, e muito valorizada na Europa e utilizada para temperar peixes na região.

A região abrange dois grandes polos turísticos em seu litoral: a Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, com a cidade de Porto Seguro ocupando o posto de mais importante centro regional do setor e

possuindo localização privilegiada quando se considera a proximidade com o Centro-Sul do Brasil. Porto Seguro constituiu-se ainda como cidade articuladora entre as regiões e a Região Metropolitana de Salvador, o Nordeste do País e demais regiões do Estado, através da BR-101, um dos eixos rodoviários mais importantes na dinâmica socioespacial brasileira. Além disso, na cidade está localizado o maior aeroporto comercial do extremo sul da Bahia, o Aeroporto Internacional de Porto Seguro.

No município de Prado, a atividade turística desempenha um importante papel na geração de recursos e de renda e se sustenta, principalmente, pelo potencial paisagístico, histórico e natural regionais. Não obstante, as diversas atividades econômicas localmente exploradas possuem um forte potencial de impacto sobre os ecossistemas naturais remanescentes. Isto torna importante a criação de mecanismos de identificação e reconhecimento destes ecossistemas, de forma a contribuir para a sustentabilidade econômica e ambiental regionais.

No setor industrial, destaca-se um dos grandes expoentes atuais da economia: a produção de papel e celulose, tendo à frente o consórcio Fibria composto pelas empresas Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel. Grande percentual das áreas deste consórcio é ocupada por imensos plantios de eucaliptos em substituição às culturas tradicionais, pecuária e agricultura. As principais características dessa indústria referem-se a sua produção em grande escala e um setor altamente concentrado e verticalizado, onde poucas empresas detêm a produção nacional desde a matéria prima até o produto final.

Especificamente no entorno do PND, a desigualdade está tratada na presença de latifúndios, assentamentos de reforma agrária e comunidades de pequenos produtores. Em todo o entorno da UC se pratica a agricultura familiar e, conseqüentemente, a produção de alimentos em pequena escala. Atualmente existem oito assentamentos de reforma agrária no entorno da UC (o mais recente foi criado em 2007) com tendência de criação de novos assentamentos na região, pois é meta do governo estadual e federal assentar famílias em áreas consideradas improdutivas e o MST considera a região como área potencial para estabelecer seus assentamentos e missão da distribuição fundiária caracterizada por grandes latifúndios. Os assentamentos no entorno do parque refletem diversas orientações políticas e diferentes tipos de organização e juntos englobam uma área de cerca de 10.000 ha onde 510 famílias vivem principalmente da agricultura de subsistência, produção de leite e do extrativismo, sendo responsáveis pela maior parte da policultura, uma alternativa à agricultura convencional que vem ganhando espaço (Figura 22).

Alguns assentados, principalmente Riacho das Ostras e Nova Esperança, investem na extração de sementes (pimenta-rosa) da aroeirinha *Schinus terebinthifolius*, na produção de frutas e urucum. No Acampamento Modelo, além das atividades citadas acima, também há produção de cacau e de farinha de mandioca. Os assentamentos Unidos para Vencer e Santa Fé cultivam o cacau. Os assentamentos Cumuruxatiba e Primeiro de Abril possuem policultivos. A produção orgânica ainda é incipiente e restrita aos assentamentos Primeiro de Abril, Riacho das Ostras e Projeto Cumuruxatiba. Nos últimos anos, a produção de leite teve uma queda acentuada por falta de estrutura dos assentamentos para o estoque e comercialização e queda do preço do produto no mercado.

A comunidade de Pontinha destaca-se na produção de beiju, que gera renda para cerca de 40 famílias e movimentam a economia local. A venda é feita nas margens da rodovia Iamaraju-Prado, sendo um produto bem valorizado tanto regionalmente como por turistas que trafegam na rodovia. A atividade, que trazia um forte impacto no entorno da UC pelo uso de lenha para a fabricação do produto, atualmente utiliza resíduos da exploração de eucalipto, cedidos pelos silvicultores locais, conforme acordo firmado entre o MPE, Ameparna, silvicultores e ICMBio.

A região do distrito de Guarani tem como principais usos da terra a produção de café, pastagens e gado, atividades potencialmente impactantes para o Parque em função da produção intensiva do café e da criação extensiva de gado. A caça é outra atividade ocorrente nessa região como um modo e especificamente no entorno da UC. A mineradora Monte Pascoal, que extrai o caulim, produto utilizado para diversos fins, principalmente na produção de cerâmica e refratários, está localizada próximo ao distrito e emprega mão-de-obra local.

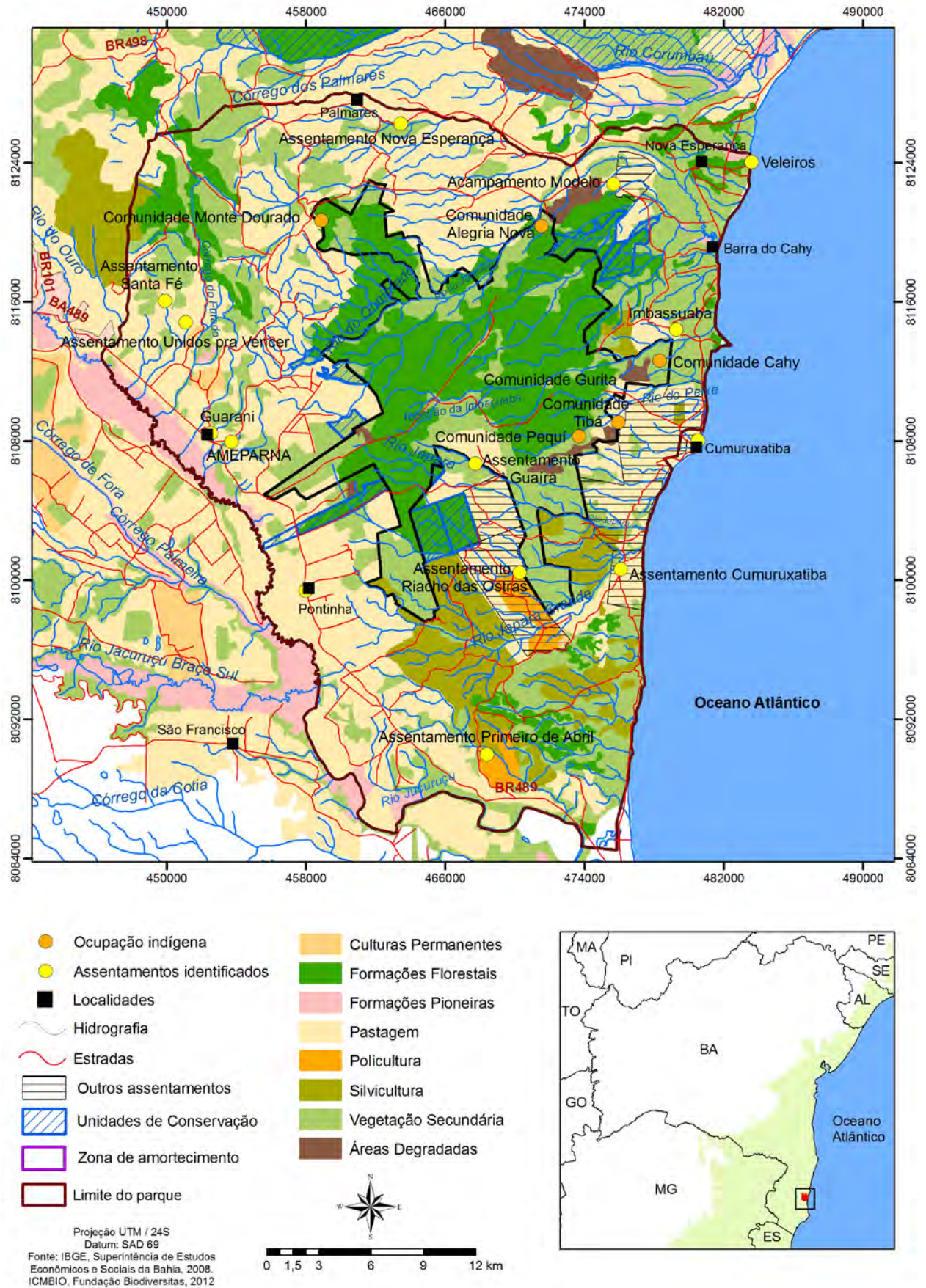


Figura 22: Uso das terras no entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Na região de Cumuruxatiba, Imbassuaba e Veleiros, a pesca artesanal é a principal fonte de recursos das comunidades, que atuam em parceria com a Resex de Corumbau. As plantações de eucalipto ganham maior expressão na região leste, oeste e sul do entorno do PND, com monocultivos que geram tensão nas comunidades por serem responsáveis pelo êxodo rural e concentração das terras produtivas da região.

Uma peculiaridade que gera impactos sobre a hidrografia regional é a formação de barramentos para fins diversos, especialmente para a des sedimentação do gado, graças à topografia favorável. Para o barramento, faz-se inicialmente um corte des dos topos dos tabuleiros até a parte mais baixa das vertentes, com a supressão da vegetação das encostas declivosas. Estes cortes tornam-se caminhos naturais para o escoamento da água originalmente difuso, que a partir de então evolui para um tipo concentrado, na forma de sulcos, sobre solos geralmente frágeis (argissolos nos topos dos tabuleiros; argissolos e neossolos nos declives dos boqueirões; e espodossolos nas depressões dos tabuleiros litorâneos), contribuindo para os processos erosivos. Como na região o uso do solo é principalmente pela pecuária, o pisoteio das encostas pelo gado é mais um agente que contribui para a degradação dos solos e dos recursos hídricos, por promover movimentos de massa em direção aos cursos d'água e aos lagos artificiais. No caso dos lagos que funcionam como depósitos de sedimentos argilosos e arenosos, a intensidade da erosão, além de comprometer sua qualidade, pode reduzir ainda seu tempo de vida útil. A presença de vegetação arbórea morta em decorrência do alagamento em diversos barramentos gera matéria orgânica em decomposição que certamente exerce alguma influência sobre as propriedades químicas da água, transformando de forma inexistente os ecossistemas fluviais. Finalmente, a persistência de processos erosivos pode comprometer o tempo de vida das próprias barragens.

No entorno do PND observou-se um número reduzido de barramentos nos cursos d'água locais. De uma maneira geral, os boqueirões na área do PND são menos profundos e a densidade populacional mais reduzida se comparada à área de Porto Seguro (onde se localiza o Parque Nacional do Pau-Brasil), o que poderia justificar uma menor propensão à construção de barragens. Outro fator parece ser significativo para explicar o observado é a presença mais constante de depressões inundadas nos topos dos tabuleiros, que é utilizada pelos fazendeiros locais para a des sedimentação do gado. Ainda que um menor declividade e um uso menos intenso do solo sugerirem menores problemas erosivos na região do PND, a observação da água do rio Formoso (Figura 23) indicou turbidez pouco elevada, ainda que tenha sido observado a presença de argilas compondo uma película sobre as rochas e fundo do leito, indicando a presença do processo.



Figura 23: Vale do rio Formoso – Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Apesar do número reduzido de barramentos nos cursos d'água locais, o PND está inserido em uma região de expressão significativa quanto aos recursos hídricos. Os recursos naturais nas microbacias onde a UC está inserida apresentam usos diversos como o extrativismo, a produção agrícola e a pesca.

Na microbacia do rio Japara-Grande há ocorrência de depósito de minerais pesados em uma área com seis quilômetros de extensão entre a sua foz (limite sul) e Cumuruxatiba (limite norte). A área se encontra bastante intemperizada, representando riscos à manutenção do ambiente natural (SEI, 2008). Ao longo da microbacia do rio Cahy, nos limites da serra do Gaturama, área de difícil acesso que ainda conserva remanescentes da cobertura florestal em bom estado de conservação e não protegidos, estão localizados alguns assentamentos de reforma agrária. Nas microbacias dos rios Imbassuaba, Japara e Japara Grande ocorrem assentamentos de reforma agrária, aldeias indígenas e proprietários/produtores. A produção agrícola de subsistência, áreas de pastagens e de plantações de eucalipto predominam na paisagem e contribuem para alterar a dinâmica e o equilíbrio dos recursos hídricos.

De forma geral, o modo de vida das comunidades presentes nas áreas de abrangência destas microbacias, que inclui a caça, o uso de lenha para diversos fins, o uso do fogo, abertura de novas áreas de capoeira para os cultivos agrícolas, ocorrência de lixões e a prática do extrativismo, pressionam não somente os recursos hídricos, como também a UC. A forma de uso dos recursos naturais no entorno do Parque pode representar ameaças ao parque e precisam ser tratadas baseadas no diálogo, em ações do poder público, em fiscalizações e ações conjuntas de educação ambiental.

Finalmente, a presença de aldeias indígenas no entorno do parque é fator gerador de pressões sobre os recursos da UC em função do modo de vida nas aldeias, cujos moradores praticam a caça e fazem o uso do fogo, da lenha e também do extrativismo para a sua sobrevivência.

2.5. Características da população

2.5.1. Dinâmica populacional da região do entorno do Parque Nacional do Descobrimento

A Região Econômica do extremo sul da Bahia

Com base nos últimos levantamentos censitários realizados pelo IBGE (1991, 2000 e 2010), a importância da Região Econômica do Extremo Sul, que inclui 21 municípios dentre os quais o de Prado (onde se insere o PND e sua ZA), se evidenciou na dinâmica demográfica estadual. Entre 1980 e 2000, a região registrou significativa aceleração no ritmo de crescimento populacional, ocupando, no ano de 2000, a sétima posição quanto ao crescimento demográfico estadual (SEI, 2003b).

Fortes tendências para a concentração de população nas áreas urbanas e, ao mesmo tempo, esvaziamento nas zonas rurais, compuseram a nova realidade. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, SEI (2003b), o aumento no crescimento se deu, de modo geral, pela intensificação dos movimentos migratórios e a diminuição gradual e regular dos índices de mortalidade. O crescimento negativo elevado na zona rural em praticamente todos os municípios refletiu as complexas alterações na dinâmica econômica regional, que ocorreram principalmente nas últimas décadas e levaram ao esvaziamento do campo com a migração da população para as áreas urbanas ou para outros municípios.

Na Região Econômica do Extremo Sul da Bahia, entre os censos de 1991 e 2000, segundo o IBGE, em relação às taxas geométricas de crescimento anual total, urbana e rural, individualmente, o município de Santa Cruz Cabrália, apresentou as mais elevadas taxas de crescimento populacional total (15,5%), urbana (17,4%) e rural (13,4%), enquanto o município de Jucuruçu, o mais baixo índice de crescimento da população da sede (-2,8%). O município de Belmonte apresentou os mais baixos índices de crescimento na população urbana (-0,1%) e Nova Viçosa com o mais baixo índice de crescimento rural (-8,3%). Os municípios de Teixeira de Freitas e Porto Seguro se mantêm na liderança com o maior número de habitantes.

Em relação ao grau de urbanização, a maior parte da população reside em áreas consideradas urbanas, fator que confere à região altos índices de urbanização, 73% em 2000, a segunda maior do Estado, atrás da Região Metropolitana de Salvador, com 98,4%. Dentre os 21 municípios que compõem a região, Eunápolis foi o que registrou as mais elevadas taxas de urbanização nos anos de 1991 e 2000, com valores de 90,1% e 94,1%, respectivamente, enquanto que a menor taxa foi registrada no município de Jucuruçu, 14,9%. Ressalta-se ainda que mais da metade do contingente demográfico regional (53%) ficou concentrado nas sedes municipais, reiterando o desequilíbrio na distribuição da população. A concentração populacional nas sedes acarretou problemas na gestão municipal de forma geral e em especial nas áreas de infraestrutura e serviços, gerando e agravando deficiências no ambiente urbano,

fato observado na crescente favelização na periferia dos centros mais desenvolvidos.

Quanto à densidade demográfica da Região do Extremo Sul da Bahia, observa-se que a distribuição da população regional total se deu de forma irregular entre os 21 municípios, com densidades que variam entre 5,6 hab/km², no município de Lajedão, e 93,2 hab/km², no município de Teixeira de Freitas, cuja densidade foi bastante superior à do Estado (23,14 hab/km²) e da própria Região (20 hab/km²), salientando-se que as diferenças nas dimensões territoriais municipais também contribuíram para alguns destes índices.

Os municípios limítrofes a Prado, onde se insere o Parque Nacional do Descobrimento

Seguem abaixo as principais características sobre crescimento populacional e grau de urbanização dos municípios limítrofes a Prado, considerando os dados do IBGE para os anos de 1991, 2000 e 2010. Além de Porto Seguro, Itamaraju, Vereda, e Alcobaca, são apresentados os dados populacionais de Teixeira de Freitas, que apesar de não fazer fronteira exerce influência sobre o município, pela proximidade e estradas de acesso.

Porto Seguro: O município apresentou grande crescimento populacional entre os anos de 1991 e 2010, quando a população total passou de 34.661 para 126.770 habitantes (Figura 24). Segundo os dados do IBGE, em 1991, a população urbana representava 67% da população total. Nesta população, o aumento populacional registrado entre 1991 e 2000 ocorreu de forma mais expressiva, passando a representar 83% do total, enquanto a população rural passou de 33% em 1991 para 17% em 2000. De 2000 para 2010, o incremento populacional ocorreu de forma praticamente proporcional entre as populações urbana e rural, uma vez que estas passaram a representar 82% e 18%, respectivamente, em relação à população total.

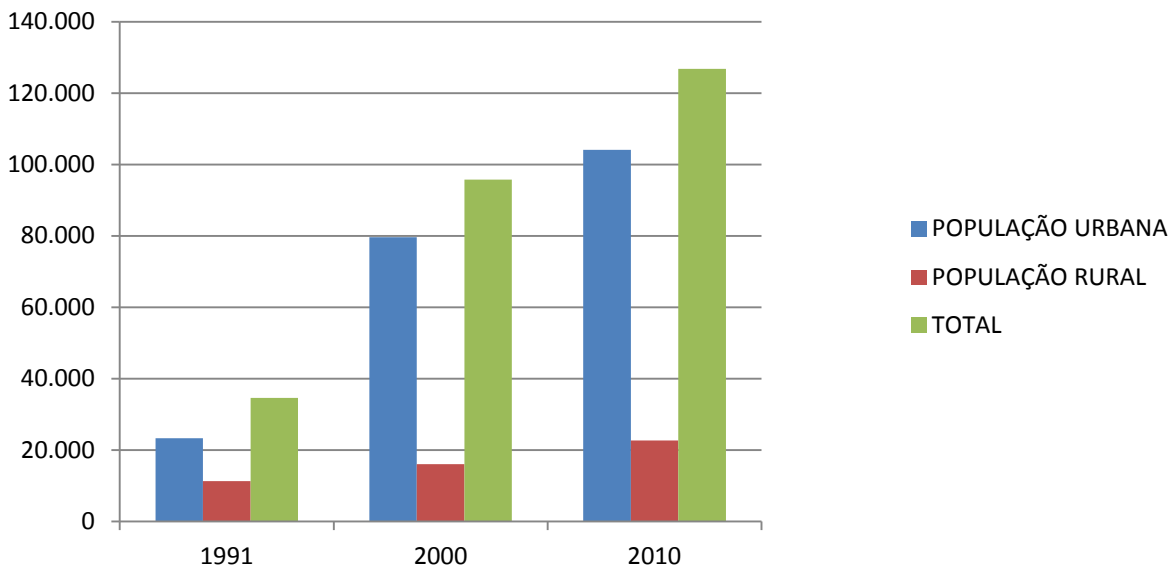


Figura 24: População urbana, rural e total de Porto Seguro nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE, 2013).

Itamaraju: O município apresentou, no intervalo de tempo entre 1991 e 2010, uma ligeira queda no contingente populacional, passando de 64.308 em 1991 para 63.355 em 2010 (Figura 25). Esta queda foi de 0,25 no período 1991-2000 e de 2,23% no período 2000-2010. Enquanto isso, a representatividade da população urbana em relação à população total vem aumentando, e passou de 69% em 1991 para 79% em 2010, o que caracteriza o evento de êxodo rural.

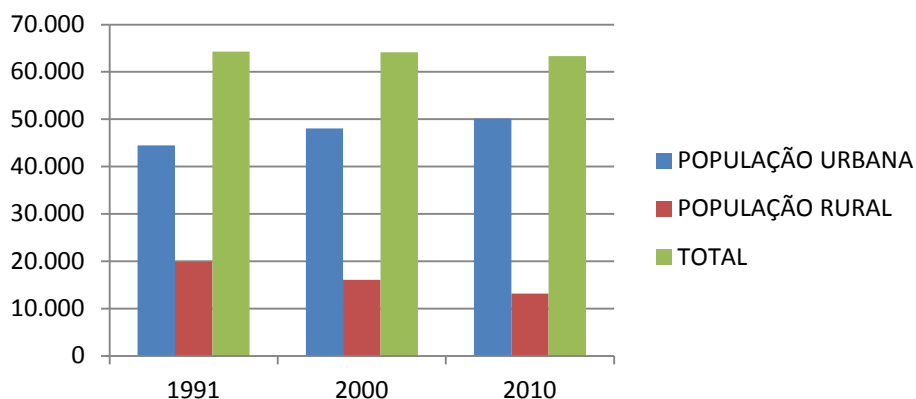


Figura 25: População urbana, rural e total de Itamaraju nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE, 2013).

Vereda: No município de Vereda, a maior parte da população encontra-se na zona rural. Entre 1991 e 2010, o município apresentou uma redução no contingente populacional, que passou de 8.914 para 6.802 habitantes (Figura 26). No entanto, observa-se que, para este período, a população urbana aumentou, passando de 11% para 20% da população total. Enquanto isso, o tamanho e a representatividade da população rural diminuiu, mas continuou representando a grande maioria da população do município.

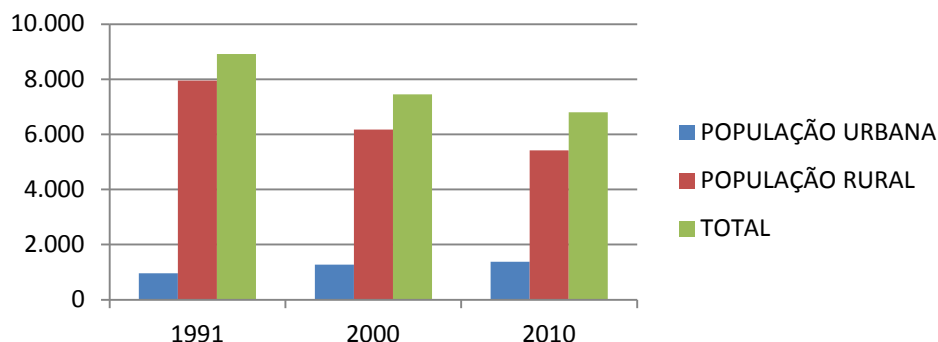


Figura 26: População urbana, rural e total de Vereda nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE, 2013).

Teixeira de Freitas: Este município apresentou crescimento expressivo da população total entre 1991 e 2010, que passou, respectivamente, de 85.547 para 138.491 habitantes (Figura 27). Este crescimento ocorreu devido ao aumento da população urbana, que passou de 74.221 para 129.412 habitantes, o que representa um aumento de 87% para 93% da população total. O aumento na representatividade da população urbana em relação à população total se deve também à queda no tamanho da população rural entre 1991 e 2000. Entre 2000 e 2010, a população rural teve um aumento de 3% em números absolutos, mas este percentual foi inferior ao aumento da população urbana para o mesmo período, que teve um acréscimo de 31% no contingente populacional, passando a representar 93% da população total do município, em 2010.

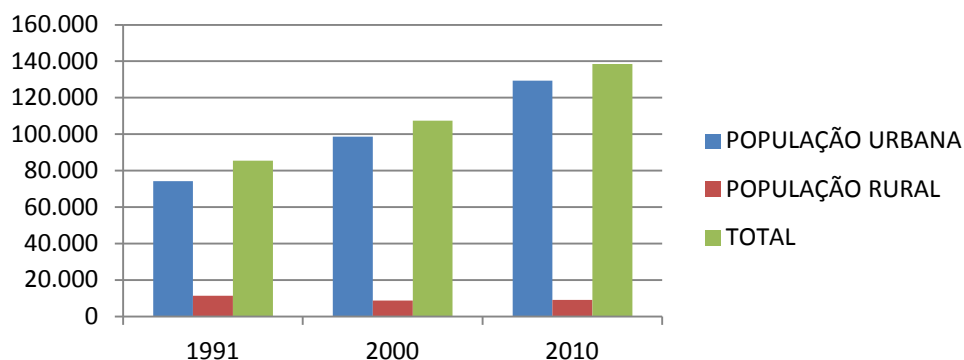


Figura 27: População urbana, rural e total de Teixeira de Freitas nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE, 2013).

Alcobaça: De acordo com os dados do IBGE para os censos realizados em 1991, 2000 e 2010, o município de Alcobaça teve sua população total aumentada, especialmente entre os anos de 1991 e 2000 (Figura 28). A população urbana, que em 1991 representava 35% da população total, aumentou ao longo dos anos, passando a representar, em 2010, 52%. Enquanto isso, ocorreu também um aumento na população rural entre 1991 e 2000, mas observa-se, posteriormente, uma queda no tamanho desta população, que passou a representar, em 2010, 48% da população total do município.

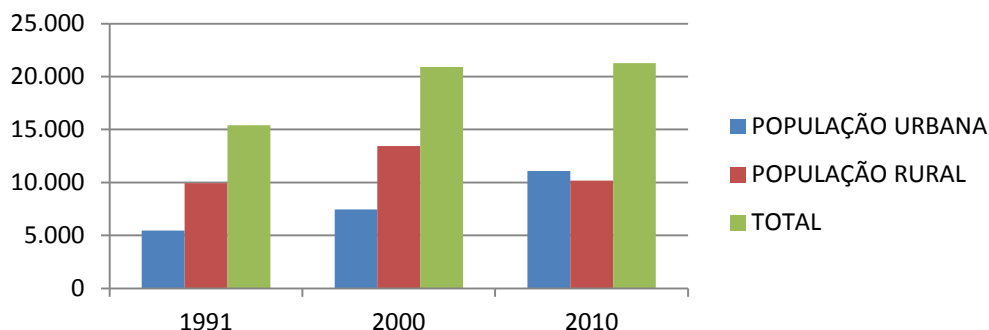


Figura 28: População urbana, rural e total de Alcobaça nos anos de 1991, 2000 e 2010 (Fonte: IBGE 2013).

Os dados populacionais do entorno de Prado mostram que nos últimos anos não houve uma pressão de aumento populacional em direção ao PND. Ainda que Prado tenha apresentado aumento populacional entre 1991 e 2010 (Figura 29), Porto Seguro, situado ao norte de Prado, e Teixeira de Freitas, a sudeste, apresentaram os maiores incrementos populacionais nos últimos anos, especialmente em relação à população urbana, e enquanto que Vereda e Alcobaça apresentaram declínio populacional. Ainda, de acordo com a Figura 29, o aumento populacional de Prado entre os dois últimos censos foi pequeno, ocorrendo especialmente na área urbana.

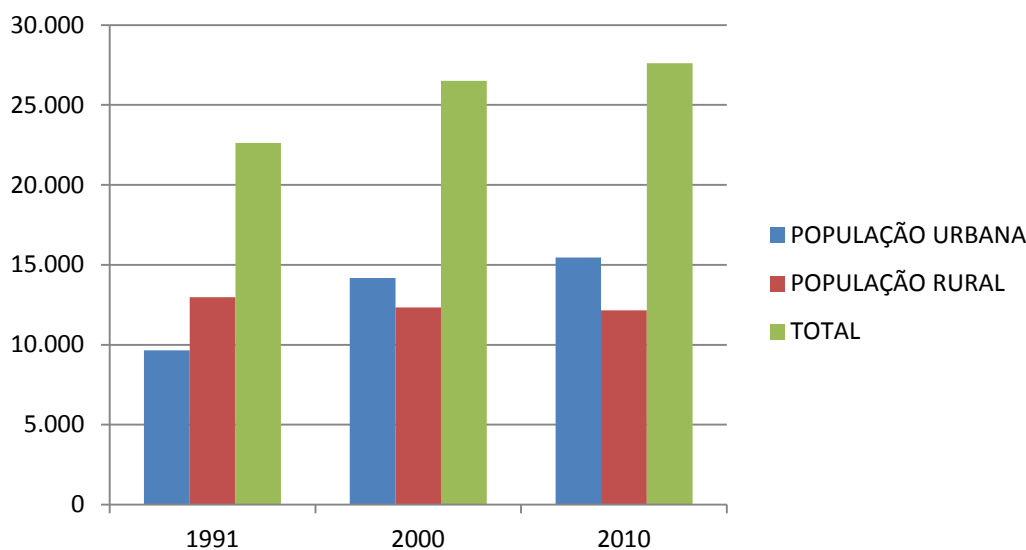


Figura 29: População urbana, rural e total de Prado nos anos de 1991, 2000 e 2010. (Fonte: IBGE 2013).

Em relação à densidade demográfica dos municípios de Prado (15,87 hab/km²) e de seus municípios limítrofes, observa-se que Prado, Vereda e Alcobaça apresentam índices inferiores à densidade demográfica do Estado da Bahia (24,82 hab/km²), sendo que Vereda apresenta o menor índice (Tabela 5). Enquanto isso, Porto Seguro, Itamaraju e Teixeira de Freitas apresentam densidade demográfica superiores a o índice do Estado, sendo Teixeira de Freitas o município com o maior índice (118,87 hab/km²).

Tabela 5: Densidade demográfica de Prado, dos seus municípios limítrofes e do Estado da Bahia.

Município / Estado	Densidade demográfica em 2010 (hab/km ²)
Prado	15,87
Porto Seguro	52,70
Itamaraju	28,47
Vereda	7,78
Teixeira de Freitas	118,87
Alcobaça	14,36
BAHIA	24,82

(Fonte: IBGE, 2013)

2.5.2. Aprofundamento relativo ao município de Prado

- **Índice de desenvolvimento Humano – IDH**

Prado, como um dos 21 municípios do extremo sul, é caracterizado pela desigualdade social e altos índices de pobreza. O IDH do município de Prado em 2010, de acordo com o IBGE, era de 0,621, inferior à média brasileira de 0,7615 e menor do que o valor do IDH calculado para o Estado da Bahia no mesmo ano, que foi de 0,660 (PNUD, 2000). Vale mencionar que o IDH do município aumentou desde 1991 até 2010, passando de 0,298 para 0,621 em 20 anos. Segundo a classificação do PNUD, o índice é considerado de “médio desenvolvimento humano”, ocupando a 67ª posição no Estado da Bahia (dentre os 417 municípios do Estado), considerada boa.

A economia regional que já esteve focada na cacauicultura, seguida da pecuária extensiva (ainda forte, mas estagnada) e da exploração intensiva de madeira, atualmente volta-se para a silvicultura do eucalipto e o turismo, que tem recebido forte investimento público, com grandes expectativas de retorno. O município destaca-se na produção de mamão, que em 2006 alcançou mais de 270 mil toneladas (SEI, 2008), e cultivos como café, cacau, algodão, pimenta-do-reino, urucum, maracujá, abacaxi e pimenta-rosa.

- **Demografia**

A população do município do Prado é de 27.627 habitantes (IBGE, 2010). De acordo com a Figura 30, observa-se que entre os anos 1991 e 2000 houve um aumento irrisório da população, não refletindo o auge da exploração madeireira na região e o crescimento do turismo. Do ano de 2000 para 2007 ocorreu uma redução no número de habitantes, dados contrários se comparados à dinâmica populacional do Estado da Bahia e do Brasil. Uma explicação para este fato pode estar relacionada à estagnação econômica local e à presença de municípios próximos com maiores oportunidades de negócios, refletindo diretamente em oportunidades de emprego e renda.

Mais recentemente, o número populacional registrado em 2010 mostra um aumento populacional em relação a 2007, com um incremento de 2.198 habitantes.

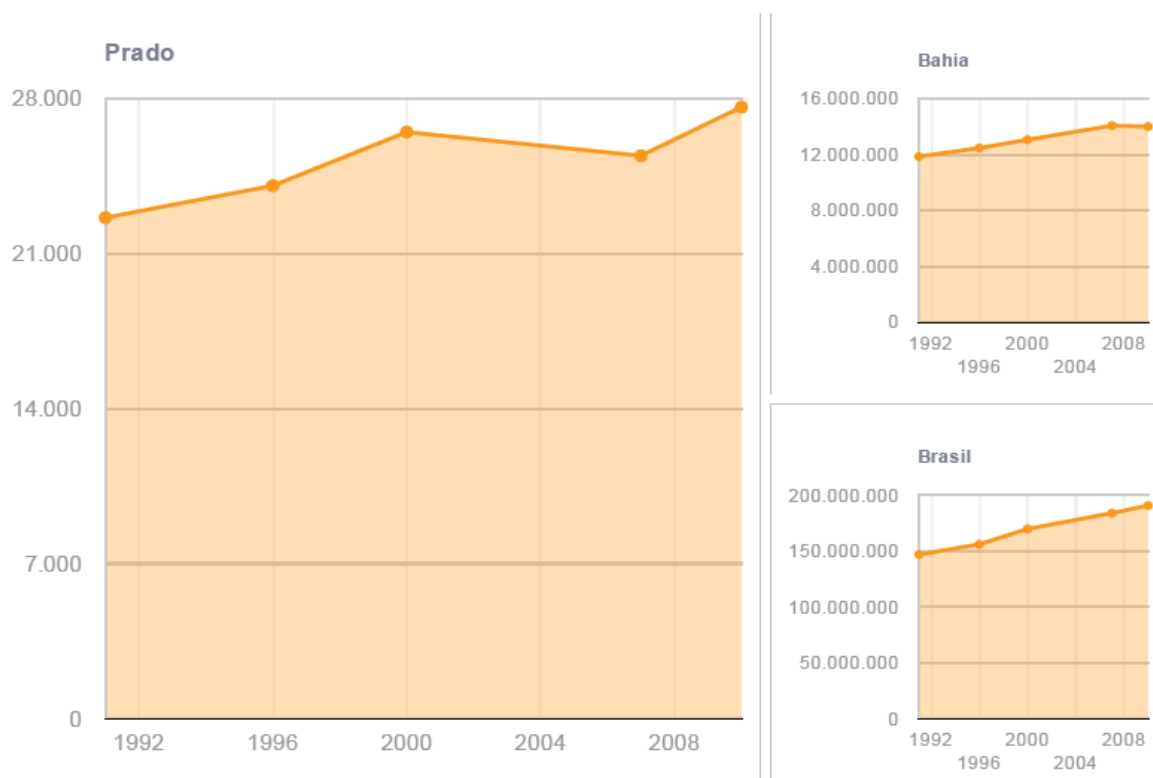


Figura 30: Evolução populacional do município de Prado em comparação com os dados do Estado da Bahia e Brasil. IBGE, 2013.

- **Distribuição urbana / rural**

A Tabela 6 apresenta o número de habitantes na zona urbana e rural, numa comparação entre os anos de 1991, 2000 e 2007. Pode-se observar que a população urbana aumentou ao longo dos anos, enquanto que a população rural diminuiu. Para a população urbana, apesar da taxa de crescimento populacional se manter positiva, houve uma queda considerável, de 4,35%, entre 1991 e 2000, para 0,61%, entre 2000 e 2007, o que pode ser evidenciado também pelo menor incremento populacional entre 2000 e 2007, quando comparado ao período entre 1991 e 2000.

Tabela 6: População rural e urbana com taxas de crescimento de acordo com dados da SEI, 2003.

Município de Prado / BA	Ano			Taxa de crescimento (%)	
	1991	2000	2007	1991-2000	2000-2007
População urbana	9.655	14.169	14.758	4,35	0,61
População rural	12.977	12.329	10.671	3,97	2,22

Fontes: SEI, 2003 e IBGE, 2013

- **Equilíbrio Populacional**

No ano 2000, a população urbana apresentou um maior número de mulheres em relação ao número de homens, a partir da faixa etária entre 10 e 14 anos, enquanto na população rural o número de homens apresentou-se maior do que o número de mulheres, em todas as faixas etárias (Figuras 31 e 32). A diferença entre o número de homens e mulheres na zona rural apresentou aumento na faixa entre 10 e 14 anos de idade, correspondente à faixa etária em que as mulheres começam a sair da área rural para a área urbana. De forma geral, a distribuição da população por faixa etária encontra-se equilibrada entre as áreas urbana e rural, com exceção da faixa acima de 70 anos, quando o balanço torna-se desproporcional entre as duas áreas, com considerável aumento no número de pessoas na população urbana.

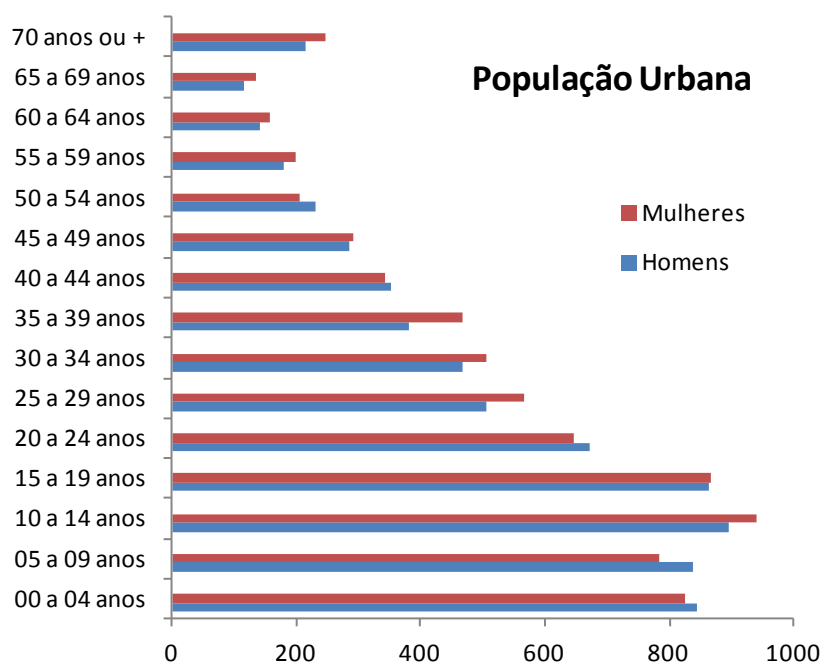


Figura 31: População censitária do município de Prado no ano 2000, distribuída na área urbana, de acordo com o sexo e a faixa etária. Fonte: IBGE 2013.

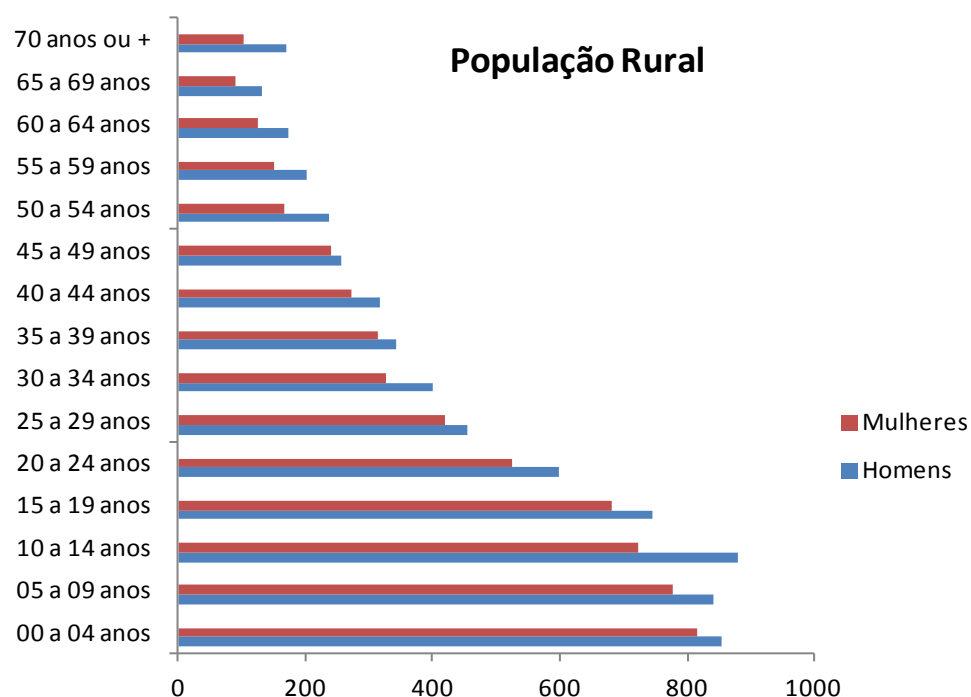


Figura 32: População censitária do município de Prado no ano 2000, distribuída na área rural, de acordo com o sexo e a faixa etária. Fonte: IBGE, 2013.

• **Escolaridade**

A análise comparativa entre a distribuição por faixa etária da população e o número de matrículas escolares nos diferentes níveis (fundamental, pré-escola e médio), Figura 33, evidencia certo equilíbrio quanto ao número de matrículas no ensino fundamental (que representa 72,2% das matrículas escolares) e o número de pessoas nessa faixa etária. A pré-escola por sua vez, principalmente na sede do município, necessita de expansão, em função da demanda. O ensino médio é oferecido somente na sede do município, o que obriga os jovens a deixarem suas comunidades (Guarani e Cumuruxatiba) no interior para continuar os estudos.

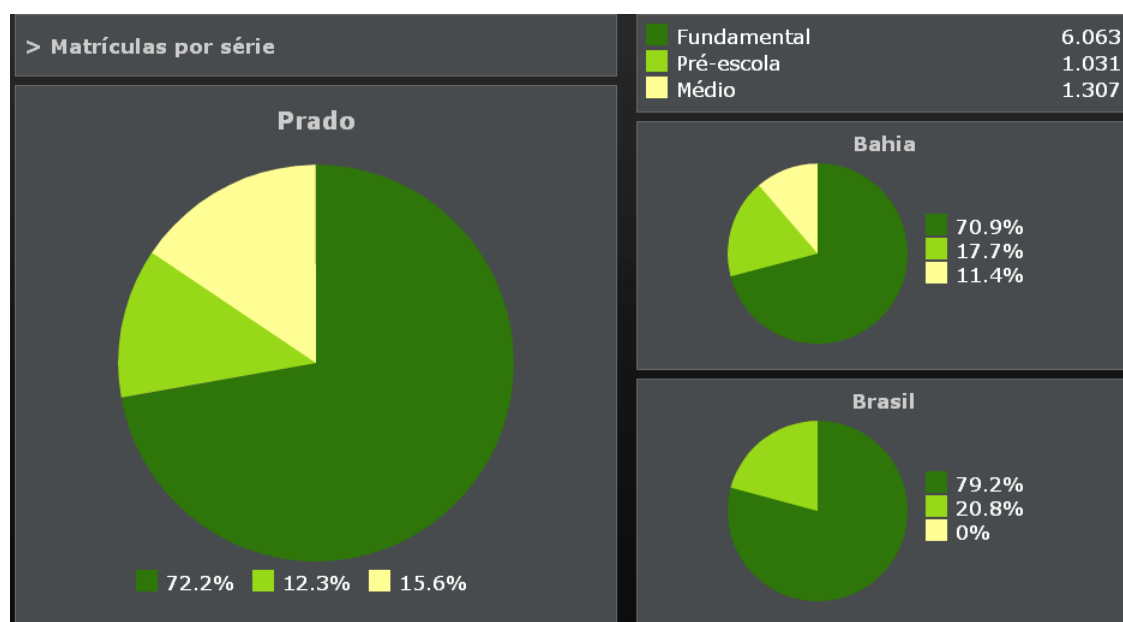


Figura 33: Matrículas por série no município de Prado comparadas com os dados do Estado da Bahia e Brasil. IBGE, 2007.

Quanto ao grau de alfabetização, observa-se em Prado um crescimento da população residente alfabetizada, considerando a população entre 15 e 80 anos ou mais, para os anos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 7). Em 1991, os alfabetizados correspondiam a 31% da população do município; em 2000, esse percentual subiu para 46% e em 2010, os alfabetizados correspondiam a 55% da população residente de Prado. No entanto, esses valores são inferiores à porcentagem de alfabetizados para o Estado da Bahia (39%, 53% e 62%, respectivamente, para os anos em consideração) e para o Brasil (52%, 61% e 72%, respectivamente).

Tabela 7: Proporção (%) da População Residente Alfabetizada por Faixa Etária em Prado, na Bahia e no Brasil.

Faixa etária	Prado			Bahia			Brasil		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 a 24 anos	13	19	18	16	20	18	17	19	18
25 a 39 anos	10	15	19	14	17	22	19	21	24
40 a 59 anos	5	9	14	7	11	16	12	16	20
60 a 69 anos	1	2	3	2	2	3	3	3	5
70 a 79 anos	0	1	1	1	1	2	1	2	3
80 anos e mais	0	0	1	0	0	1	0	1	1
Total	31	46	55	39	53	62	52	61	71

Fonte: Ministério da Saúde (TABNET, Data SUS), 2013.

• **Saneamento básico**

Quanto ao saneamento básico, no geral o abastecimento de água é feito de diversas formas, de acordo com a comunidade. Há comunidades com armazenamento em cisternas, utilizando bombas d'água, outras retiram água de rios utilizando rodas d'água. A maior parte da água distribuída em Prado

(74,20%) passa pelo tratamento convencional e a água não tratada atinge o percentual de 13,51% (Quadro 6). Em Prado, 63,69% dos domicílios têm abastecimento de água por rede e 64,81% dos domicílios possuem coleta de lixo pelo serviço de limpeza (Quadro 7). O esgotamento sanitário por rede geral de esgoto está presente em apenas 5,99% dos domicílios permanentes de Prado, sendo maiores os percentuais dos que dispõem de fossa rudimentar (66,61%) e fossa séptica (8,11%).

Quadro 6: Percentual do volume de água tratada distribuída por dia (m³) de acordo com o tipo de tratamento em Prado-BA (volume total = 3173 m³).

EXISTÊNCIA E TIPO DE TRATAMENTO DA ÁGUA	%
Convencional	75
Não-convencional	9
Sem tratamento	14
Simple desinfecção (cloração e outros)	3

Fonte: IBGE, 2010

Quadro 7: Abastecimento de água, destino do lixo e esgotamento sanitário em Prado-BA (as porcentagens referem-se ao número de domicílios por categoria, em relação ao total de domicílios particulares permanentes no município).

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	%	DESTINO DO LIXO	%	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	%
Rede geral	63,69	Coletado por serviço de limpeza	64,81	Rede geral de esgoto ou pluvial	5,99
Água da chuva armazenada em cisterna	0,20	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	4,55	Fossa séptica	8,11
Água da chuva armazenada de outra forma	0,05	Jogado em rio, lago ou mar	0,15	Fossa rudimentar	66,61
Carro-pipa	0,01	Queimado (na propriedade)	27,08	Rio, lago ou mar	1,03
Rio, açude, lago ou igarapé	4,46	Enterrado (na propriedade)	1,10	Vala	0,45
Outros	31,59	Jogado em terreno baldio ou logradouro	1,77	Outros	17,81

Fonte: IBGE, 2010.

No distrito de Guarani existe forte preocupação com a contaminação de nascentes pela própria comunidade e desmatamento. Em Cumuruxatiba a população teme pela qualidade de água com alto teor de m inério de ferro e a presença de lixões próximos aos corpos d' água. Quanto ao esgoto, não há tratamento em nenhuma comunidade, sendo utilizado o sistema de fossas, o que representa um risco de contaminação do lençol freático, uma vez que na região ocorrem solos predominantemente arenosos de rápida infiltração. Em Prado, entre 2001 e 2011, houve 403 casos de doenças transmitidas por mosquitos, dentre os quais nenhum caso confirmado de malária, nenhum caso confirmado de febre amarela, 14 casos confirmados de leishmaniose, 389 notificações de dengue (Portal ODM, 2013).

• **Habitação**

Na região do entorno do PND há carência de moradias dignas e condições mínimas de conforto. No geral as habitações são bastante simples, com acabamento rudimentar, pequenas para o número de pessoas por família. Prado apresenta os maiores índices de domicílios com revestimento precário nas paredes externas, em relação aos municípios circundantes, considerando os domicílios particulares rurais com paredes externas de alvenaria sem revestimento, madeira aproveitada e taipa não revestida. Exceção apenas para o Porto Seguro, que apresenta o maior índice de domicílios com alvenaria sem revestimento nas paredes externas (Tabela 8). Em Prado, 6,69% dos domicílios possuem mais de três moradores por dormitório. Este valor é maior do que nos municípios circundantes e menor quando comparado a Porto Seguro, onde 9 % dos domicílios possuem mais de três moradores por dormitório (Tabela 9). A energia elétrica está presente em quase todas as comunidades por meio do Programa Luz para Todos (governo federal em parceria com a companhia energética do Estado da Bahia).

Tabela 8: Porcentagem de domicílios rurais em relação tipo de revestimento das paredes externas em Prado e em municípios circundantes.

Domicílios particulares permanentes rurais por tipo de material das paredes externas	Prado	Porto Seguro	Itamaraju	Teixeira de Freitas	Vereda	Alcobaça
Alvenaria sem revestimento	10,69	18,64	6,22	9,42	3,95	14,31
Madeira aparelhada	3,50	2,49	2,62	2,80	0,54	1,15
Madeira aproveitada	3,99	1,60	3,20	1,13	0,12	0,79
Palha	0,00	0,13	0,27	0,00	0,12	0,43
Taipa não revestida	9,77	9,81	3,05	0,72	0,73	3,71

Fonte: IBGE, 2010

Tabela 9: Porcentagem de domicílios em relação à densidade de moradores por dormitório em Prado e em municípios circundantes.

Densidade de moradores por dormitório	Prado	Porto Seguro	Itamaraju	Teixeira de Freitas	Vereda	Alcobaça
Até 1 morador	30,58	31,13	33,76	33,84	3,02	30,31
De 1 a 2 moradores	46,59	43,02	49,20	50,46	53,50	47,07
De 2 a 3 moradores	16,14	43,02	12,96	11,87	12,16	16,67
Mais de 3 moradores	6,69	9,00	4,08	3,83	3,83	5,96

Fonte: IBGE, 2010.

• **Socioeconomia**

A economia regional está estruturada atualmente nos setores de turismo e da indústria de papel e celulose, difundidos e consolidados, abarcando tanto os benefícios como os impactos destas atividades (SEI, 2008). A participação do setor turístico no PIB estadual cresce de forma contínua, tendo praticamente dobrado em treze anos de 1991 (4%) e 2004 (7,9%). De acordo com SEI (2008) investimentos públicos no setor para a Costa das Baleias, iniciados em 1991 e previstos até o ano de 2020, estão estimados em U\$ 2 17.504 milhões de dólares, correspondendo a 6,49% do total para o Estado da Bahia, enquanto que os de ordem privada abarcam para o mesmo período U\$ 349.651, correspondendo a 4,54% do total. O desenvolvimento do turismo de forma sustentável, considerando a

valorização social, cultural e ambiental, pode trazer grandes benefícios às comunidades, melhorando a condição de vida das mesmas. Para que isso ocorra de fato, além dos investimentos no setor turístico, é preciso que o poder público atue com políticas públicas voltadas para outros setores bastante carentes de investimentos na região, incluindo o ambiental, de saúde e educação. Tanto o desenvolvimento do turismo, como o da indústria de papel e celulose, tem contribuído para o êxodo rural na região: a silvicultura pela concentração de terras e pela diminuição do uso de mão de obra devido à mecanização e o turismo, por ofertar mais oportunidades aos que vivem na cidade.

A indústria de papel e celulose, presente na região desde os anos de 1980, mantém grandes áreas de produção de eucalipto devido a diversos fatores, dentre eles, os edafoclimáticos que potencializam a produção e a competitividade do mercado. Segundo dados da SEI (2008), os investimentos no setor entre 2003 e 2006 alcançaram U\$ 3,5 bilhões, e no ano de 2007 atingiram U\$ 3 bilhões, com previsão de mais U\$ 7,9 bilhões para os quadriênio 2008-2012. Tais investimentos permitiram mudanças significativas no PIB do município de Prado, comparando os anos de 1999 (R\$ 79,22 milhões) e 2003 (R\$ 152,6 milhões), com taxa de crescimento de 93% (SEI, 2006). Tais números permitem inferir que, embora a atividade seja mais excludente do ponto de vista social e impactante do ponto de vista ambiental, não há perspectivas de mudanças no cenário produtivo da região (Almeida *et al.*, 2008).

Informações sobre a silvicultura podem ser encontradas no relatório do Inema de dezembro de 2008 (<http://www.ima.ba.gov.br>), que identificou um área total ocupada estimada em 454.128,00 ha, considerando áreas das regiões do sul e extremo sul baiano e incluindo plantações próprias das empresas e de áreas fomentadas. O relatório mostra também que 82,1% das propriedades não possuem Reserva Legal averbada e grande parte das APPs encontram-se antropizadas ou ocupadas com cultivos ou pastos.

A distribuição fundiária da região é reflexo do modelo histórico de uso e ocupação do solo, com o predomínio de propriedades de tamanho médio, e videnciando o processo de concentração de terras (Tabela 10 e Figuras 34 e 35).

Tabela 10: Número de estabelecimentos e de áreas do extremo sul da Bahia para os anos de 1970, 1975, 1985, 1995/1996.

Grupos de área	Menos de 50ha	50-100 ha	100-500ha	500-1000ha	1000-5000ha	5000-10000ha	Acima de 10000ha	SD*	Total
1970									
Estabelecimentos	6.746	3.443	1.242	274	141	8	2	-	13.856
Área	155.753	226.911	583.916	173.995	243.189	54.808	86.975	-	1.525.547
1975									
Estabelecimentos	5.979	2.756	3.033	305	179	11	3	-	12.266
Área	134.175	180.636	570.435	199.202	303.239	80.915	38.645	-	1.507.247
1980									
Estabelecimentos	7.103	2.012	2.327	272	215	10	4	77	12.020
Área	122.008	135.586	464.118	182.885	385.933	66.879	54.668	-	1.412.047
1985									
Estabelecimentos	7.982	1.986	2.400	385	257	13	7	1	13.030
Área	140.367	132.674	494.643	257.204	464.306	85.974	100.814	-	1.675.982
1995/96									
Estabelecimentos	4.232	881	1.239	209	143	9	4	-	6.717
Área	66.595	61.518	268.839	143.366	241.464	55.103	88.410	-	925.296

Fonte: IBGE. Adaptação de dados dos censos agropecuários dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 *apud* Pedreira (2004). *sem declaração.

Na Tabela 10 e Figuras 34 e 35 é possível visualizar tal situação verificando que, entre os anos de 1970 e 1995/96, o número de estabelecimentos menores que 50 ha passou de 6.746 para 4.234, entre 50 e 100 ha passou de 3.343 para 881, e entre 500 e 1.000 ha passou de 274 para 209 estabelecimentos (Almeida *et al.*, 2008). Enquanto isso, no mesmo período, os estabelecimentos entre 1.000 e 5.000, 5.000 e 10.000 e acima de 10.000 hectares aumentaram em 2, 1 e 2 unidades, respectivamente.

O censo agropecuário apresentado pelo IBGE com dados de 2006 confirma este cenário e inclui pela primeira vez dados da agricultura familiar, setor que emprega quase 75% da mão-de-obra no campo, responsável pela segurança alimentar dos brasileiros (<http://www.mda.gov.br>). Outro aspecto evidenciado pelos gráficos e que vale destacar é a diminuição no número de área ocupada pelos

estabelecimentos, entre os anos de 1970 e 1995/96, em 49% e 61%, respectivamente.

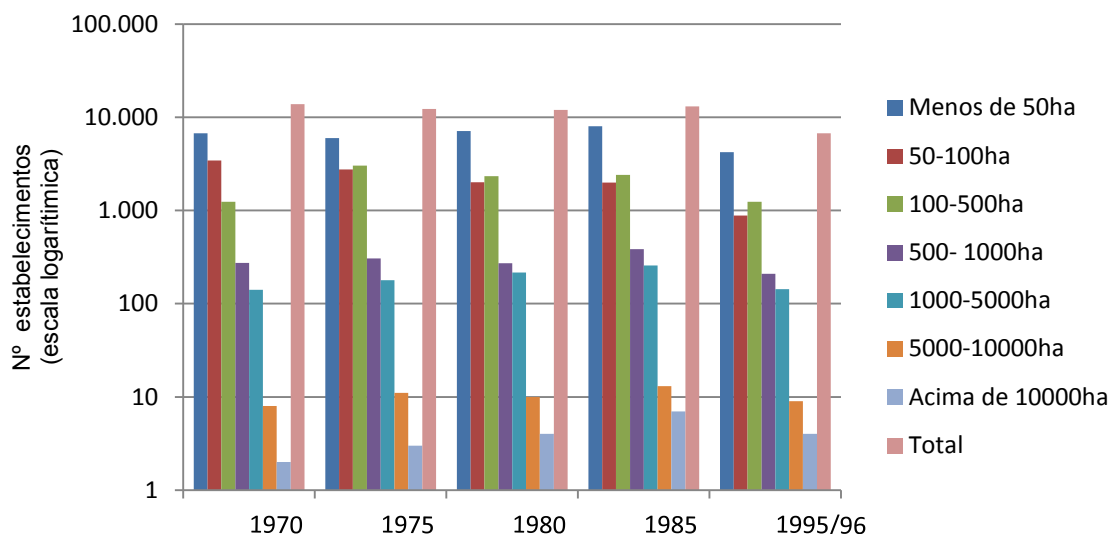


Figura 34: Número de estabelecimentos no extremo sul da Bahia para os anos de 1970, 1975, 1985, 1995/1996. Fonte: IBGE. Adaptação de dados dos censos agropecuários dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 *apud* Pedreira (2004).

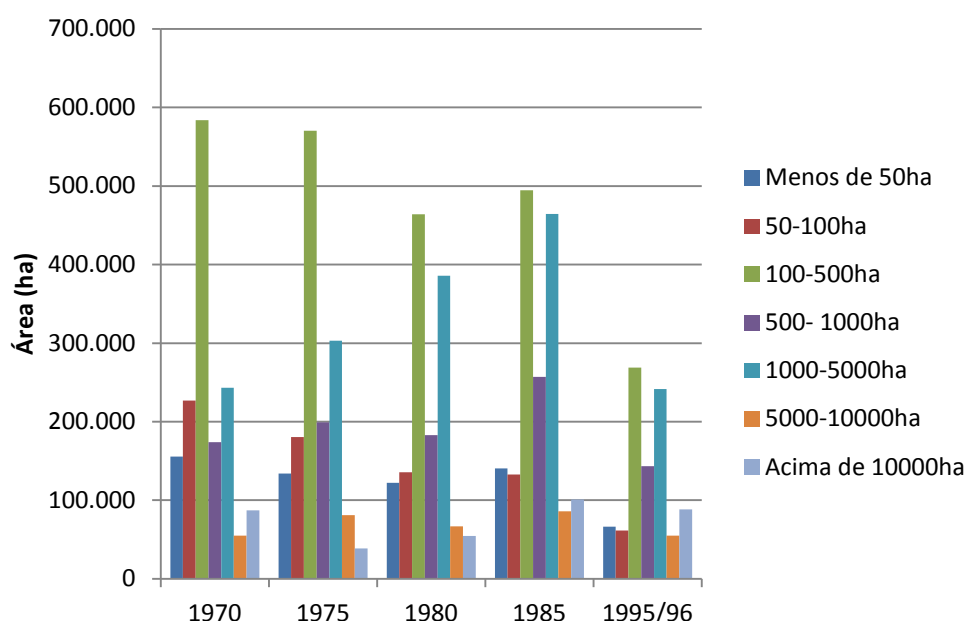


Figura 35: Área dos estabelecimentos no extremo sul da Bahia para os anos de 1970, 1975, 1985, 1995/1996. Fonte: IBGE. Adaptação de dados dos censos agropecuários dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 *apud* Pedreira (2004).

2.5.3. Breve descrição dos aspectos fundiários e socioeconômicos dos assentamentos e comunidades situados no entorno imediato do Parque Nacional do Descobrimento.

As comunidades localizadas no entorno do PND, entre assentamentos e distritos, são (Figura 36):

- **Assentamento Guáira**

O assentamento Guáira tem sua história iniciada no final da década de 1980, quando a família Caliman fez uma doação de 600 hectares para os funcionários da fazenda, por meio do Incra. Inicialmente 19 funcionários foram contemplados com os lotes e formaram a associação Guairá. Atualmente, apenas 11 destes permanecem na área. O processo de titulação dos lotes pode ser considerado moroso e ainda não foi concluído, transformando-se no grande desejo dos associados. Em 1989 o Incra aprovou uma

proposta para a construção de 15 casas, mas a proposta não foi implementada. A associação busca apoio do sindicato rural para a construção das mesmas. A energia elétrica foi instalada na agrovila no ano 2000 e está em andamento o projeto Luz para Todos do Governo Federal. Atualmente a associação conta com 25 famílias, os lotes variam de 29 a 32 hectares, com áreas de Reserva Legal individuais e 25% de floresta encontra-se preservada. Quanto à produção, existem diversos cultivos como o café, a banana, o cacau, o maracujá e pequenos plantios de eucalipto para produção de estacas. Há também uma pequena produção de leite.

- **Acampamento Modelo**

Em julho de 1988, 1.500 famílias do MST ocuparam a área da Fazenda Refúgio. Destas, apenas 17 famílias permanecem no acampamento, sendo que, segundo os relatos, as outras se mudaram para Corumbau e para um outro assentamento, o de Três Irmãos. De acordo com os moradores, houve muitos conflitos no processo de ocupação da fazenda e após 10 anos o proprietário da terra doou 180 hectares para a associação dos acampados, que ocupam uma área de 365 hectares. No ano de 1989 alguns assentados se mudaram para o acampamento Caçador, em SC, para o ingresso no centro nacional de formação para militantes do MST. Nesta época a área era tida como o acampamento “modelo” do MST, com o trabalho organizado em mutirões e muitos recursos aportados para a manutenção do que foi a vitrine do movimento. No acampamento não há divisão formal dos lotes, são aproximadamente 20 hectares para cada família e não há Reserva Legal averbada.

Atualmente, a associação encontra-se inadimplente e não dispõe de recursos para a regularização. Em 2001, a primeira escola foi construída e em 2006 se deu o acesso à energia elétrica através do Programa Luz para Todos. Em 2008, a Funai propôs transformar a área em terra indígena, porém, sem sucesso. Neste mesmo ano, a área do Acampamento Modelo foi ocupada por índios sob a alegação de que a área havia sido vendida pelos avós dos índios à empresa Flonibra, antiga proprietária da área. Os principais cultivos praticados na área são a mandioca, o milho, e o feijão. A principal dificuldade relatada pelos moradores locais é a legalização da área pelo Incra.

- **Assentamento Nova Esperança**

O assentamento foi incentivado pelo governo do Estado da Bahia por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF/CDA), sendo efetivado em 1999 em uma área de 1.500 ha, dos quais 500 ha são de floresta. Das 81 famílias que inicialmente ocupavam a área, atualmente 51 famílias vivem organizadas em uma associação. Ocupam lotes entre seis e sete hectares e não possuem reserva legal averbada. A agricultura de subsistência é a principal atividade econômica, contudo, parecem ter dificuldades na obtenção de financiamentos para seus cultivos. Há expectativas quanto à produção de aroeirinha (pimenta rosa). A região de Palmares, onde está localizado o assentamento, tem acesso difícil, as estradas são precárias e durante a época de chuvas as comunidades ficam isoladas, impedindo o fluxo de pessoas e de produtos.

- **Assentamento Primeiro de Abril**

Em 1989, a gleba que hoje forma o assentamento Primeiro de Abril era uma área de terra devoluta, explorada pelo deputado Jaime Mascarenhas com atividades de retirada de madeira e produção de carvão. Para o assentamento ser finalmente estabelecido em primeiro de abril, o MST realizou três ocupações, em meio às ações de despejos com violência e muita negociação. O processo de regularização da terra pelo Incra também demandou ações de ocupação na sede do órgão em Salvador, resultando no estabelecimento de 500 ha de área para o assentamento. Atualmente com 50 famílias, a produção agrícola é de subsistência com cultivos orgânicos e convencionais. A localização do assentamento (12 km de Prado) permeia boa comunicação, estudos para os jovens, escoamento da produção e transporte. Existe um Centro Educativo e de Formação criado em 1999, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia – Uneb, de Teixeira de Freitas, a partir de 2003, oferecendo cursos de Magistério, Pedagogia e Letras aos assentados. A titulação das terras é uma grande dificuldade para as famílias do assentamento, como também a falta de assistência técnica e comunicação, entre as instituições, o analfabetismo, lixo no assentamento, falta de diálogo com a prefeitura e secretarias, saída dos jovens, falta de mão de obra, organização, preconceito na cidade por ser assentado e a falta de um plano de desenvolvimento.

- **Assentamento Projeto Cumuruxatiba**

As 122 famílias que iniciaram o assentamento no ano de 1986 viviam na propriedade recém adquirida pela empresa Bralanda, ou seja, na atual área do Parque. A realocação das famílias ocorreu em uma fazenda que pertencia à Flonibra (Cia. Vale do Rio Doce), com cerca de 160 hectares, desapropriada pelo Incra no ano seguinte. Embora a desapropriação tenha sido concretizada, parte da área ainda está ocupada por um fazendeiro. O processo de ocupação da área foi desordenado e blocos de reserva de floresta foram ocupados para garantir os 30 ha necessários para a produção (20 ha) e área de reserva legal (10 ha), exigidos pelo Incra. No início dos anos de 1990 iniciaram as especulações imobiliárias com vendas ilegais de lotes e a consequente descaracterização da área por desmatamento. Quanto aos títulos da terra, o processo de regularização foi iniciado, mas ainda não foi concluído pelo Incra. Os assentados estão organizados em associação e sindicato para defender seus interesses. Atualmente vivem 200 famílias entre pequenos produtores, proprietários de outras localidades, incluindo estrangeiros que não vivem na área e posseiros. Há três lotes com plantações irregulares de eucalipto onde o proprietário do cultivo não é o dono dos lotes. O assentamento está em expansão para a região de Areia Preta e existem preocupações quanto à “favelização” e minifúndios.

- **Assentamento Riacho das Ostras**

O assentamento Riacho das Ostras é dirigido pelo Movimento Sem Terra (MST). Foi reconhecido em 05 de dezembro de 1987 com a ocupação pacífica de uma área de 2.010 hectares pertencente à Empresa Sudene (Antiga Cia. Itamarajú) por um grupo diverso de pessoas de diferentes localidades. Atualmente ocupam a área 87 famílias, que vivem da pecuária, produção de leite e a agricultura de subsistência (convencional e orgânica) em lotes com tamanhos entre 18 e 25 hectares, sem reserva legal averbada. Estão organizados em duas associações, uma ligada ao MST (1988) e outra ao sindicato rural (1999), com propostas de trabalho divergentes. Possuem áreas comunitárias destinadas a agrovila, aos plantios (em áreas de capoeira) e à pastagem. O assentamento está localizado a cerca de 22 km de Prado, na estrada para Cumuruxatiba, facilitando a comunicação, o acesso à escola, o transporte e o escoamento da produção.

- **Assentamento Santa Fé**

O assentamento Santa Fé, com 505 ha, é vizinho ao assentamento Unidos pra Vencer e é o mais recente, sendo criado em 2006 através do PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário). Inicialmente, 48 famílias se organizaram em uma associação com o objetivo de adquirir uma terra, incentivadas pelas experiências de outros assentamentos. Do total da área, segundo informações dos assentados, cerca de 70% corresponde à área de floresta. Atualmente com 40 famílias, o principal produto do assentamento é o cacau, cultivado por família, além do café, com produção em área coletiva. O assentamento não tem acesso à energia elétrica, possui um projeto de adequação ambiental em parceria com a ONG Flora Brasil, além da assistência técnica de responsabilidade da Companhia de desenvolvimento e Ação Social (CAR) e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

- **Assentamento Unidos pra Vencer**

Localizado na Serra do Gaturama, entre Prado e Itamarajú, em áreas de boqueirões e remanescentes em bom estado de conservação, o assentamento Unidos pra Vencer tem sua economia baseada na produção do cacau. Possui uma área de 285 ha, sendo 70% composta de área de floresta e entre 15 a 20% de áreas com plantação de cacau. Em 1997, 26 famílias se organizaram em uma associação com o objetivo de adquirir uma propriedade por meio do PNCF, com expectativas iniciais de exploração dos recursos naturais (vendas de madeira e produção de carvão) e posteriormente produção agrícola. Atualmente, 20 famílias habitam a área e vivem do cultivo do cacau e culturas de subsistência. As principais dificuldades relatadas referem-se às condições precárias das estradas, à falta de comunicação e diálogo com os órgãos públicos.

- **Comunidades de Imbassuaba e Veleiros**

Entre os anos de 1920 e 1970, o latifundiário Eudaldo Valverdes Rodrigues dominava a comunidade de Imbassuaba, empregando praticamente todas as famílias locais. A fazenda, que ocupava também áreas onde hoje estão Palmares e Três Irmãos (próximas ao povoado de Guarani), vivia da exploração de madeira e de lenha para fabricação de cal. Outras atividades como a caça, a pesca e agricultura familiar eram praticadas pela comunidade. Atualmente, Imbassuaba é uma comunidade formada por pequenas propriedades e uma grande propriedade (Barra do Cahy), localizada a 12 km ao sul do distrito de

Cumuruxatiba. O núcleo de Imbassuaba está nas margens da estrada, sendo reconhecido por dois estabelecimentos comerciais (bares) e pela igreja de Nossa Senhora Aparecida. Segundo informações da liderança comunitária, há 15 anos uma das propriedades foi dividida entre os 24 filhos do proprietário, os quais se casaram e formaram novas famílias, constituindo 54 famílias “parentes” das 72 famílias iniciais. Desta época também data o desenvolvimento do turismo na região. A principal fonte de renda é a pesca artesanal, praticada basicamente de duas formas: pesca de linha, realizada fora dos recifes, e a pesca realizada dentro dos recifes. Há também criação de galinhas e gansos, produção de coco, aipim e hortas nas propriedades, que fortalecem a renda e alimentação das famílias. A partir de 2000, com a criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (decreto nº 0-001 de 21 de setembro de 2000), os pescadores da comunidade de Imbassuaba se organizaram e fundaram em 2001 a Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento, que integra cerca de 40 pescadores artesanais.

- **Comunidade da Pontinha**

O nome da comunidade é uma referência a uma antiga fazenda, com registro no local desde 1905, de propriedade de Maria da Pontinha. Por décadas, a região foi ocupada por poucos habitantes que viviam da caça, pesca e pequenas roças de subsistência. Entre 1970 e 1975 ocorreu um aumento expressivo da exploração de madeira, através de serrarias e carvoarias oriundas do Espírito Santo, aumentando a população e gerando mais empregos. Na década de 1980, mesmo com estrada de terra, o turismo passa a ser uma oportunidade de atividade econômica. Na década de 1990 houve uma intervenção do Ibama nas atividades da empresa Bralanda (Brasil Holanda de Indústria S/A), após denúncia e constatação de estar havendo desperdício de madeira. Os pedidos de doação de madeira pela comunidade foram negados e, ao mesmo tempo, a empresa promovia grandes fogueiras, queimando madeira de qualidade. Quando a atividade madeireira foi encerrada, muitas fazendas foram compradas para produção agrícola, alterando a vocação da Pontinha, que passou à produção e venda de beiju para o Espírito Santo. Em 1998 foi aprovado projeto de “Casa de Farinha” pela CAR. Atualmente vivem cerca de 180 famílias na Pontinha, organizadas em três associações, que vivem da produção de beiju (40 beijuzeiras na comunidade) e da agricultura de subsistência. A localização da comunidade, nas margens da estrada Itamarajú – Prado, favorece o escoamento da produção e a venda de beijus. A entrada para o PND é bem próxima da comunidade.

- **Distrito de Cumuruxatiba**

Cumuruxatiba é uma das áreas de ocupação mais antigas do município de Prado, atualmente com cerca de 6.000 habitantes. Muitos foram os ciclos vividos pela população, caracterizada pela diversidade étnica, com a presença de comunidades indígenas, famílias de pescadores, pessoas vindas de diversas partes do Brasil e do exterior, muitas com propriedades e comércio no distrito. A pesca e o turismo em expansão são as principais atividades econômicas de Cumuruxatiba. Com a criação da Reserva Extrativista de Corumbau (Resex), em 2001, houve mudanças relacionadas à atividade pesqueira. Antes da criação da Resex, era constante a presença de barcos de pesca de camarão de outras localidades, causando uma superexploração dos recursos. Entre os moradores há grande preocupação com a presença de dois lixões, localizados próximos a áreas de nascentes. Existem 13 rios que cortam o Parque e deságuam nas praias de Cumuruxatiba. O distrito sofre com a falta de saneamento básico e com o consumo de água com alto teor de minério de ferro. O desemprego afeta fortemente a população e a diminuição do pescado ocasionado pelo uso de técnicas de pesca ilegais (rede de arrasto ou “balão”) é uma preocupação recorrente. A falta de manutenção da estrada e o acesso fechado a algumas praias do distrito (pelos proprietários) também geram incômodos à comunidade.

- **Povoado de Guarani**

Guarani é um povoado antigo da região, no qual vivem hoje cerca de 2.700 pessoas. Está distante da sede do município de Prado, aproximadamente 40 km, e de Itamaraju, 12 km. Nas décadas de 1970 e 1980 foi um distrito próspero, com a economia local baseada na exploração intensiva de madeira, época em que as serrarias, impulsionadas com a chegada da energia elétrica em 1972, geravam muitos empregos. Em Guarani houve três empresas multinacionais de exploração de madeira e arcaia monazítica. Atualmente a Mineradora Monte Pascoal, que atua na extração de caulim, gera empregos permanentes para o distrito, enquanto que as grandes fazendas produtoras de café e amendoim geram serviços temporários. A atividade pesqueira e a caça completam as atividades que geram renda à população. De acordo com os jovens, há inúmeros rios e cachoeiras na região, ótimas para passeios turísticos, além de áreas de esporte e praças. As principais dificuldades são o desemprego, a falta de

solução para as questões ambientais (necessidade de proteção de nascentes, lixão, etc.), a falta de conhecimento sobre leis e a falta de consciência e de mobilização da comunidade em geral.

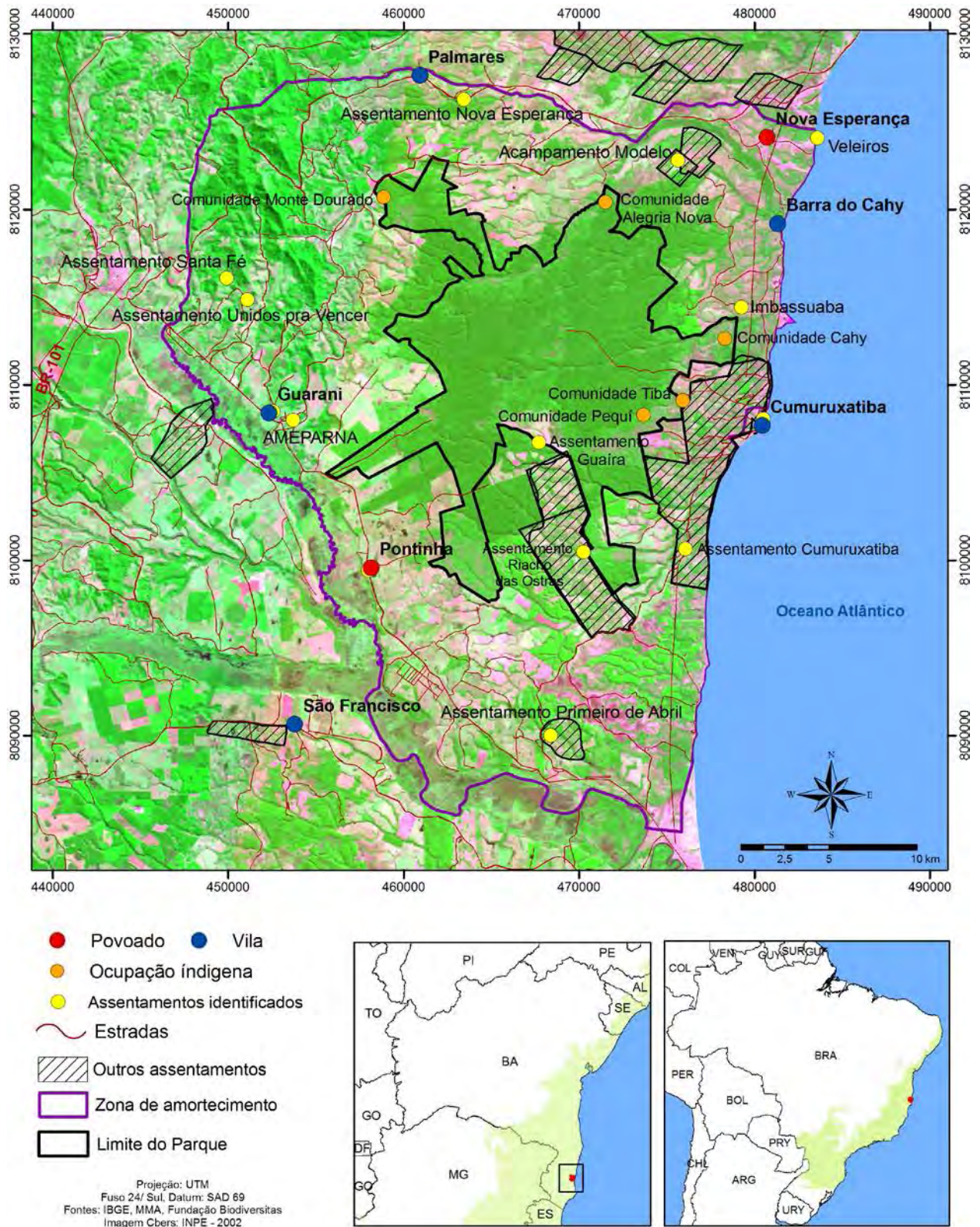


Figura 36: Populações do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

2.6. Visão das comunidades sobre a Unidade de Conservação

De um modo geral, as relações e os sentimentos expressados pelas comunidades do entorno com o PND mostram-se amigáveis e positivas, embora o conhecimento da UC por parte da população seja bastante incipiente. É possível perceber o reconhecimento dos benefícios gerados com a criação da unidade de conservação, em especial, a proteção das matas e das nascentes, a diminuição do desmatamento e do uso do fogo e pelo aumento da proteção da área. Em visões mais particulares, percebe-se o reconhecimento da importância da conservação do ambiente pelo valor da beleza cênica e também como potencial turístico e gerador de renda e trabalho, tanto diretos como indiretos. A participação da comunidade junto ao PND provavelmente é um fator determinante da atual visão das pessoas sobre o Parque. As parcerias promovidas pelo Parque visando o suporte às atividades produtivas das comunidades (fornecimento de lenha de eucalipto, por exemplo), aproxima o Parque da realidade do seu entorno. Um fato que chama a atenção é que as comunidades mais distantes do Parque dispõem de um sistema de comunicação por rádio oferecido pela UC, com acesso direto ao gestor, facilitando ações e fazendo com que as comunidades participem efetivamente do monitoramento e fiscalização da UC.

Apesar da população reconhecer o trabalho e o esforço da equipe do ICMBio na formação do Conselho Consultivo da UC e da apresentação de alternativas para conciliar os objetivos da Unidade com as atividades produtivas, estas ainda são insuficientes frente aos impactos e ações verificadas. A comunicação ocorre exclusivamente na ocasião das reuniões do Conselho ou por demandas pontuais, não existindo um diálogo rotineiro com os atores locais. Entretanto, a atual gestão da UC, alinhada à direção do ICMBio, tem tentado estreitar essa relação.

Seis grupos sociais podem ser identificados no entorno imediato do PND com interesses distintos mas também com algumas convergências. São eles: 1. Assentamentos de Reforma Agrária (Incrá, MST, CDA); 2. Comunidades de pequenos produtores/proprietários; 3. Médios e grandes produtores/proprietários (Ameparna); 4. Empresários; 5. Pescadores e; 6. Aldeias Pataxó.

Os integrantes das aldeias Pataxó – Pequi, Tibá, Barra do Cahy, Alegria Nova, e Monte Dourado totalizam aproximadamente 116 famílias (dados do Nema-Cumuruxatiba), estabelecidas a partir de 2003, no entorno do PND, vindas de áreas próximas e de assentamentos do Incra, na busca de terras para o estabelecimento de cultivos agrícolas de subsistência. Embora não morem dentro da UC, ocupam áreas invadidas no interior do PND com atividades produtivas e pleiteiam a demarcação de terra indígena³ sobre a área do Parque. Em função deste conflito, o relacionamento dos indígenas com o Parque tem sido bastante instável.

Para os assentados da reforma agrária, os interesses estão voltados para as questões da obtenção de licenciamentos para uso dos recursos florestais, questões fundiárias e o reconhecimento como grupo produtor na sociedade. As lideranças destes assentamentos buscam apoio para se organizarem internamente e para obter informações sobre legislação ambiental. Parte dos pequenos produtores está nas comunidades assentadas e vivem especialmente da produção do leite e da policultura. De forma geral, não possuem infraestrutura avançada para a produção e muitas vezes geram impactos na região do entorno do Parque, o que demonstra uma deficiência na consciência ambiental por parte destes produtores. No entanto, no entorno da UC também existem aliados potenciais com interesses na manutenção e consolidação tanto do PND como também em suas atividades desenvolvidas. As lideranças das comunidades de Pontinha, e dos assentamentos Unidos pra Vencer, Nova Esperança, Projeto Cumuruxatiba, Riacho das Ostras, Primeiro de Abril e Guairá se mostraram abertas para estabelecer alianças que podem contribuir para a consolidação do entorno da UC.

Os interesses dos médios e grandes produtores organizados na Ameparna⁴ é fazer da conservação um

³Essa questão atualmente vem sendo discutida por um Grupo de Trabalho instalado no âmbito da Câmara de Conciliação da AGU, e os trabalhos estão em fase de conclusão.

⁴**AMEPARNA** - A Associação Amigos do Parque Nacional do Descobrimento - Ameparna foi criada em 2006, motivada pelo processo de ampliação da Unidade. Os proprietários associados defendem uma contra proposta à ampliação do Parque, que inclui a criação de quatro Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN. Segundo os associados a motivação para a elaboração desta proposta, além de servir como alternativa à provável desapropriação, veio dos diálogos com os consultores do MMA e Ibama, na época dos estudos realizados e da consulta pública. De acordo com os proprietários há cerca de cinco mil hectares de área produtiva dentro da área de ampliação. Existem ações cautelares de 10 produtores e Tutela Antecipada. A justificativa da contraproposta de criação das RPPN é a preservação das propriedades, adquiridas há muitos anos, e a aposta de que as áreas de floresta podem ser uma oportunidade de negócio no futuro. Uma das RPPN criadas possui 2.450ha de mata. Há uma proposta em

negócio lucrativo, mantendo suas terras produtivas e pertencentes às famílias. Para isso, se organizaram e planejaram uma proposta alternativa à ampliação do Parque, em trâmite nas devidas instâncias. Enquanto isso, para os empresários, o grande interesse é manter o negócio por meio da obtenção de licenciamentos ambientais favoráveis à manutenção da produção.

Os pescadores do entorno da UC têm o interesse em manter suas atividades pesqueiras e alguns em resgatar a tradição de confeccionar barcos com uso de madeira da floresta, o que legalmente é inviável. O vínculo deste grupo com a Resex de Corumbau é estreito em função dos objetivos comuns, sendo importante o estabelecimento de uma melhor comunicação entre as duas Unidades sob a gestão do ICMBio, visando uma maior integração do grupo com a UC.

Para que sejam amenizados os conflitos e entre os diferentes grupos e a Unidade, e para que estes grupos possam ser beneficiados e percebam a Unidade como uma aliada e parceira potencial nas suas atividades, sugere-se alguns procedimentos a serem adotados, bem como o papel de cada órgão fiscalizador e licenciador; maior integração/aproximação da equipe gestora com as comunidades por meio da participação em atividades sócio culturais e educativas e agilidade nos licenciamentos de atividades no entorno. Os atores relevantes que devem ser contatados com frequência são produtores rurais isolados, associações de produtores e proprietários, a população dos distritos Guarani e Cumuruxatiba e as empresas silvicultoras.

A efetivação da gestão participativa por meio do Conselho Consultivo é importante para dialogar com os diversos setores e interesses sociais presentes no entorno. A participação interinstitucional com ênfase nos órgãos públicos com atuação local são fundamentais para a consolidação de uma administração participativa do PND, sempre norteada pelos objetivos institucionais do ICMBio, pelos objetivos estratégicos do Parque e pela legislação ambiental.

A educação ambiental deve ser estimulada no entorno da UC, sendo utilizada no estabelecimento de uma visão crítica e emancipatória da realidade (Sorrentino, 1999), a fim de despertar a consciência da responsabilidade da conservação ambiental, a partir da realidade local. Desta forma, áreas de produção agrícola, áreas de remanescentes florestais (dentro e no entorno da UC), estabelecimentos de ensino e de associações podem ser considerados locais para a realização de atividades educativas.

Neste contexto, é interessante que as atividades de Educação Ambiental (EA) deem continuidade ao Programa do Prevfogo no entorno da UC, dando ênfase na queimada controlada e no combate de incêndios florestais. Ainda, é importante alertar sobre a importância da conservação e manutenção das APPs. Nas escolas, as temáticas de EA deveriam ser discutidas entre a equipe gestora e a coordenação pedagógica da Secretaria de Educação, para a inserção de temas relacionados à conservação e proteção dos recursos naturais e biodiversidade no conteúdo programático escolar. Ferramentas da educomunicação também podem trazer bons resultados como a produção de jornais e programas de rádio comunitários. Poderiam ser realizadas nas escolas rurais atividades extracurriculares pela equipe gestora com estudos do meio, trilhas interpretativas e dinâmicas participativas.

Além disso, é importante destacar que a região do extremo sul baiano tem forte apelo cênico e a manutenção desta paisagem pode ser vista como a oportunidade de geração de emprego e renda em diversos setores da economia regional em função do mercado consumidor e da presença de turistas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. A elaboração de programas de monitoramento da UC deve abordar ações de caráter informativo, educativo e prático, direcionadas à preservação e conservação das unidades de conservação, o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, com formação de guias. O fomento do extrativismo manejado, baseado em práticas tradicionais (Diegues, 2002), comércio de produtos artesanais sustentáveis e o incentivo a práticas de agricultura com base na agroecologia, devem ser consideradas na elaboração de programas de monitoramento da UC. É importante o estabelecimento e manutenção de parcerias com instituições diversas com atuação na região do Parque, a fim de que seja dado suporte a atividades relacionadas com ações de recuperação ambiental e incentivo às políticas públicas voltadas para a preservação da flora e fauna silvestre.

andamento, suspensa por conta do processo de criação da TI Comexatiba, ainda em fase preliminar.

2.7. Alternativas de desenvolvimento econômico sustentável para a região

2.7.1. Adequação ambiental das atividades produtivas

A influência do PND e sua gestão têm trazido para discussão, junto à comunidade local e aos diversos setores produtivos, questões relacionadas a normas de uso da terra em toda a área de entorno da Unidade de Conservação, visando minimizar impactos sobre a área protegida. Com isso, tem-se conseguido licenciar as atividades de silvicultura e mineração, não somente limitando sua expansão, mas também promovendo a adequação ambiental das atividades e das propriedades rurais. Este processo tem redirecionado o mapa de uso do solo na região e permitido uma perspectiva de diálogo, envolvimento e participação da comunidade com a UC.

Na região do entorno do Parque as famílias dos assentamentos praticam a policultura, a extração de sementes e o cultivo de frutas, cacau e urucum. De forma geral, o cultivo ainda não é feito de forma sustentável e é necessário ações e projetos direcionados à geração de renda de forma sustentável e associada ao turismo. As comunidades podem ser também incentivadas a cultivar flores tropicais e espécies arbóreas.

A comunidade de Pontinha produz farinha de mandioca e beiju, comercializada nas margens de rodovias. A atividade, que trazia um forte impacto no entorno da UC pelo uso de lenha para a fabricação do produto, atualmente utiliza resíduos da exploração de eucalipto, cedidos pelos silvicultores locais, conforme acordo firmado entre o MPE, Ameparna, silvicultores e ICMBio.

2.7.2. Projetos e programas existentes

O governo estadual em parceria com o governo federal e o Banco Mundial mantém em andamento na região programas que possibilitam a melhoria da qualidade ambiental e de vida das populações. O programa “Água para todos”, iniciado em setembro de 2007 com investimentos do governo da Bahia, governo federal e Banco Mundial (Bird), é um exemplo dessas iniciativas, que tem como meta proporcionar água de qualidade e ampliar os serviços de esgotamento sanitário em todo o Estado. O programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – Peas, recém iniciado, tem por objetivo consolidar a educação ambiental pela gestão pública das águas, contemplando a formação continuada e permanente de gestores e educadores, a gestão participativa dos Comitês de Bacia Hidrográfica, o fortalecimento do controle social e a articulação com outras políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

A Secretaria de Turismo coordena o Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur, voltado para a qualificação de mão-de-obra turística e hoteleira, recuperação e proteção da bacia do rio dos Mangues e a gestão turística municipal.

Os programas do governo federal em Pardo de maior visibilidade são os assistencialistas, como “Fome Zero”, “Bolsa Família” e os assentamentos de reforma agrária. O Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolve o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que financia projetos de geração de renda a agricultores e assentados da reforma agrária com diferentes linhas de financiamento, incluindo os Pronaf Agroecologia, Eco e Floresta.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, PNCF, que promove o acesso à terra, também é desenvolvido na região. Destaca-se ainda o Programa Luz para Todos, em parceria com a Coelba, que nos últimos anos tem levado energia elétrica para as comunidades rurais.

Todos os programas mencionados têm um perfil sustentável, direta ou indiretamente, implicando em impactos para o PND e seu entorno, que podem ser benéficos ou não para a consolidação da UC. Os programas municipais e os referentes à educação ambiental são oportunidades excelentes para o estabelecimento de parceria com a UC, pois além servir para abordar questões sobre a UC e disseminá-la junto à comunidade, servem para consolidar parcerias e potencializar ações. Em teoria, os programas sociais do governo federal podem contribuir indiretamente para minimizar os impactos sobre a UC (como exemplo, diminuindo a pressão da caça destinada ao comércio), pois minimizam a condição de pobreza das populações de baixa renda.

2.7.3. Potencialidades turísticas

A região do Extremo Sul da Bahia sempre foi identificada como de grande representatividade, pela política estadual de turismo. Essa porção do Estado é privilegiada, pois detém quatro dos cinco parques nacionais existentes na Bahia: Parques Nacionais Marinho de Abrolhos, Monte Pascoal, do Pau-Brasil, da Chapada Diamantina e do Descobrimento, dentre dezenas de outras UCs pertencentes ao Corredor Central da Mata Atlântica. O início do turismo nessa região do Estado se deu com a implantação da BR-101, em 1973, tendo sido potencializado pela abertura do aeroporto de Porto Seguro, anos mais tarde. Já nos anos de 1990, o volume de tráfego desse aeródromo era um dos três maiores do NE e hoje o município detém um dos maiores parques hoteleiros do país, sendo ainda o pacote turístico/destino mais vendido pela mega operadora de turismo CVC.

Principalmente no período entre 1994 e 2004, o Estado e os devidos municípios tiveram intensa participação no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e do Prodetur/NE, que regionalizou territórios como estratégia de fomento. Na região, foram escolhidos como polos do Programa Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, que agregaram municípios-âncora associados à oferta complementar de municípios-satélite. Atualmente, com o Prodetur/NE – Fase II e o PRT - Programa de Regionalização do Turismo, têm sido reforçados os investimentos em algumas regiões brasileiras. Nesse contexto, o Extremo Sul da Bahia se destaca, seja por seu potencial de turismo de Sol & Praia com resorts de luxo e projetos turístico-residenciais, seja pelo seu patrimônio ambiental favorecido pelo ecoturismo voltado aos mercados interno e internacional e amplamente reconhecidos no Plano Nacional de Turismo 2003/2006 e 2007/2010 ou pelos Planos de Marketing Turístico Cores do Brasil e Aquarela. Além do turismo de sol e praia, busca-se a elaboração de circuitos de visitação entre as diversas áreas protegidas do Corredor Central visando à elevação da atratividade de nichos de interesse e específico, aumentando o tempo de permanência e o custo *per capita* dos visitantes e a cooperação no turismo receptivo regional. Em Prado, apesar de não existir política de turismo estabelecida, há eventos consolidados como o Festival Gastronômico e o Motofest e objetiva-se ampliar o número desses tipos de eventos durante o ano.

Sabe-se que tanto em presários do turismo quanto poder público em Prado querem fortalecer uma imagem de um local de turismo com contato com a natureza e menos massificado. Além disso, têm a intenção de atrair turistas com maior poder aquisitivo. Para realizar ambas as propostas vêm o ecoturismo, o turismo rural, o turismo no mangue e os eventos programados como boas opções. Existe uma diferença econômica de perfis de visitantes entre os diversos períodos de visitação durante o ano: Reveillon e Março, maior nível econômico; Carnaval, menor nível econômico (turismo regional, BA) e Janeiro, menor nível econômico (turismo de massa). De acordo com a ex-presidente da Associação Pradense de Proteção Ambiental (Appa), Maria de Fátima Glória Ramalho, o turismo é a maior possibilidade de renda e desenvolvimento para o município de Prado. Segundo ela, tanto o impacto gerado pelo turismo ao meio ambiente, quanto a qualidade de visitação em Prado, ainda são pequenos e o aumento da atividade turística poderá gerar problemas ambientais como a destruição de mangues (e o conseqüente avanço do mar), a destruição de infraestruturas da orla, irregularidades na situação fundiária e na arrecadação de impostos e a privatização de praias.

De forma geral, as comunidades do entorno do Parque se interessam em atividades relacionadas ao turismo, como a disponibilização de hospedagem ou a capacitação de moradores da região para a formação de guias.

Com relação ao levantamento dos pontos de maior concentração de visitantes nas proximidades da UC, percebe-se que os locais de maior atração são, nessa ordem, Prado (sede), Cumuruxatiba e Corumbau. As três localidades se diferenciam quanto ao motivo da atração e ao tipo de turista.

Em Prado a maior motivação para a visitação é o sol, praia e as festas (em menor escala). A tipologia de turismo praticada é familiar e de massa e os turistas possuem diversos níveis de poder aquisitivo. Nesta localidade encontra-se o menor interesse quando comparado a Cumuruxatiba e Corumbau, por parte dos turistas e em presários do turismo, no ecoturismo e no turismo em espaços naturais. Entretanto, segundo o Sr. Nilson (presidente da Associação Pradense de Restaurantes, Hotéis, Operadoras e Estabelecimentos Comerciais - Aprhope), esta situação está mudando e se observa cada vez mais pessoas buscando roteiros de ecoturismo em terra.

Em Cumuruxatiba, onde acontece um turismo familiar, existe um interesse por parte dos turistas em

atividades de ecoturismo e turismo em espaços naturais. Cumuruxatiba possui um projeto de expansão e mudança de zoneamento rural para urbano. Foi possível identificar certa ansiedade e interesse por parte de alguns profissionais ligados ao setor turístico do distrito no que diz respeito à abertura do Parque para visitação, uma vez que eles têm percebido uma demanda dos visitantes por diversificação de produtos. Existe demanda por passeios em terra como trilhas, ecoturismo, visitação de áreas de mata conservada e um dos objetivos da Cumuruxatiba (associação de turismo de Cumuruxatiba) é criar um evento direcionado especificamente a este público.

Em Corumbau, onde ocorre o turismo que se mistura entre elitizado e, por outra parte, similar às localidades anteriormente citadas, existe interesse por parte dos turistas e empresários do turismo no ecoturismo e turismo em espaços naturais.

Diversas unidades de conservação, próximas umas das outras, ocorrem na região: Parques Nacionais do Descobrimento, do Monte Pascoal, do Pau Brasil, e Resex Marinha de Corumbau, num raio de, aproximadamente, 250 km. Essa quase total demonstração das diversas potencialidades para o ecoturismo devido à composição territorial crivada de unidades de conservação: Parque Nacional; Resex; RPPN e APA. Devido a esse potencial, empresários da região se interessam em operar passeios turísticos dentro do Parque.

2.8. Legislação pertinente

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído pela Lei 9.985/00, que define questões relacionadas à criação, implantação e gestão das diferentes categorias de manejo, dentre os quais, os Parques Nacionais. O decreto 4.340/02 regulamentou esta lei e estes dois instrumentos legais em conjunto definem a conduta gerencial interna da UC e atribuem ao Plano de Manejo da unidade a condição de instrumento de gestão da UC, o que deverá compatibilizar as atividades existentes em sua área e no entorno com a conservação dos recursos ambientais da UC.

O Código Florestal Brasileiro é atualmente regulamentado pela Lei nº 12.651, de 25/05/2012, e dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31/08/1981, 9.393, de 19/12/1996, e 11.428, de 22/12/2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14/04/1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24/08/2001; além de dar outras providências. O Código estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, Áreas de Preservação Permanente (APP) e as áreas de Reserva Legal (RL), a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) e o decreto 3.179/99 tratam de condutas lesivas ao meio ambiente, em geral, e às unidades de conservação, em particular, definindo aspectos relacionados aos crimes cometidos nas UCs, mesmo os que as afetam indiretamente. O Artigo 40 da Lei 9.605/98 estabelece penalidades para o ato de "causar dano direto ou indireto às unidades de conservação" e outros artigos relacionados.

O Artigo 36 da Lei 9.985/00 e o decreto 4.340/02 tratam do licenciamento ambiental das atividades consideradas de significativo impacto ambiental nas zonas de amortecimento das UC ou nas situações em que estas UC estão localizadas nas áreas de influência das atividades dos empreendimentos em licenciamento. O artigo 36 estabelece a obrigatoriedade da compensação por significativo impacto ambiental.

O decreto federal nº 99.274/90, que regulamentou aspectos da Lei Federal nº 6.938/81 de criação da política nacional de meio ambiente, estabeleceu a existência de áreas circundantes de 10 km ao redor de uma UC onde o licenciamento de atividades impactantes ao meio ambiente deve ser condicionado a normas expedidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Estas normas foram definidas pela Resolução Conama N.º 13/90. Desta forma, o licenciamento ambiental nestas áreas deve ser precedido de anuência do órgão gestor da UC. É importante destacar a diferença entre a área circundante da UC e a sua Zona de Amortecimento (ZA). Finalmente, a Superintendência do Ibama no Estado da Bahia editou, em 2005, a Portaria 32/05, que estabeleceu critérios e procedimentos para a apresentação, análise e controle de processos de anuência para as UC Federais neste estado. A medida visou disciplinar e uniformizar a concessão de anuências para empreendimentos em áreas circundantes de UC.

A Lei 11.428/2006 dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e tem como objetivo o desenvolvimento sustentável assegurando a manutenção da biodiversidade e do regime hídrico do Bioma bem como o estímulo à pesquisa e o fomento de atividades compatíveis com o equilíbrio ecológico. O art. 6º da lei menciona que a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social. Destaca-se ainda o parágrafo único dessa lei, cuja redação implica que “na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência das informações e atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito de propriedade”. Ainda, o art. 7º desta lei estabelece que a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica far-se-ão dentro de condições que assegurem: I - a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico do Bioma Mata Atlântica para as presentes e futuras gerações; II - o estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas e III - o fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico. Desta forma, a Lei 11.428 fornece base legal para as atividades de proteção, pesquisa e manejo do PND.

O decreto nº 4297/02 estabeleceu critérios para o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) no Brasil, previsto no Código Florestal, que tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.

A Lei Federal nº 7.802/89 dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Esta Lei foi alterada pela Lei Federal nº 9974/00 e regulamentada pelo decreto Federal nº 4.074/02.

A Lei Federal nº 7804/89, que alterou política nacional de meio ambiente, instituiu, em seu artigo 17, o Cadastro de Defesa Ambiental, sob responsabilidade do IBAMA. Este cadastro é obrigatório para pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Relacionadas à agricultura, atividade praticada na região do PND, a Lei Federal nº 11.460/07 estabeleceu normas para o plantio de organismos geneticamente modificados (OGM) em UC. Para a categoria de proteção integral, esta Lei prevê a possibilidade de plantio de OGM apenas em ZAE e obedecidos diversos condicionantes. A legislação estadual sobre agrotóxicos, por sua vez, é composta pela Lei Estadual 6.455/93, que dispõe sobre o controle da produção, da comercialização, do uso, do consumo, do transporte e armazenamento destas substâncias, de seus componentes e afins no território do Estado. Além disto, o decreto estadual nº 6.033/96 regulamentou aspectos desta Lei.

A Constituição do Estado da Bahia, no capítulo “Do meio ambiente”, artigo 213, § 4º, dispõe que o Estado instituirá um sistema de administração de qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e poderá repassar recursos e delegar competências aos conselhos e órgãos de defesa do meio ambiente de cada município. A legislação estadual sobre a gestão de recursos florestais inclui a Lei Estadual 6569/94, que instituiu a política florestal estadual; os Decretos Estaduais nº 6785/97 e nº 9.405/05, que regulamentam a lei citada anteriormente; e as Portarias 30/05, 29/05 e 57/06, que dispõem sobre normas para a produção, exploração, comercialização, transporte e armazenamento de produtos florestais, além de darem outras providências. Entre os instrumentos legais previstos pela legislação estadual para o licenciamento ambiental, destaca-se a Resolução CEPRAM nº 3527/05, que disciplinou os procedimentos para emissão de licenças para empreendimentos que necessitem de autorização de órgãos federais, como aqueles situados em áreas circundantes de UC federal.

A lei orgânica do município do Prado estabelece a proteção do meio ambiente e todas suas implicações como responsabilidade municipal. Na lei orgânica (<http://www.cmprado.ba.gov.br>) a prática ambiental

tem por objetivo “assegurar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Município, mediante a preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, considerando o meio ambiente um patrimônio público, a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo da atual e futuras gerações”. No capítulo referente ao meio ambiente estão previstas também a criação e manutenção de áreas representativas da Mata Atlântica, restingas e manguezais, o incentivo ao turismo ecológico, a definir critérios para o estabelecimento de serrarias e outras empresas e para a plantio de espécies exóticas, voltados para a manutenção da Mata Atlântica.

Uma das medidas adotadas para garantir tal objetivo é a existência de um fundo municipal do meio ambiente, utilizado no financiamento do projeto “Educar para Preservar”, um parceria entre as secretarias municipais de meio ambiente e educação. Este projeto teve como objetivo sensibilizar a comunidade escolar para preservação e conservação ambiental, desenvolvido nas escolas da sede do município, dos distritos de Guarani, Cumuruxatiba e Corumbau, com meta de atender a todas as escolas municipais, incluindo as comunidades rurais e indígenas.

2.9. Potencial de apoio à Unidade de Conservação

2.9.1. Infraestrutura da cidade de Prado

O sistema de saúde pública de Prado funciona conveniado ao Sistema Único de Saúde - SUS. De acordo com os dados do IBGE (2007) há 11 estabelecimentos de saúde municipais (68,8% do total) e 05 particulares. Em todas as comunidades há a o menos um agente comunitário de saúde. Há postos de saúde nos maiores conglomerados humanos e geralmente o atendimento médico é quinzenal. Tratamentos dentários básicos e consultas oftálmicas são realizados periodicamente nas comunidades. O sistema de saúde é precário e ineficiente, havendo falta de suprimentos e atendentes. Com frequência os moradores da região são obrigados a se dirigirem para Teixeira de Freitas e Itamarajú, caso tenham que se submeter a atendimentos que exijam maior atenção.

O setor de serviços e de rede bancária no município do Prado é carente e não tem condições de atender satisfatoriamente a população e os turistas. Existem em Prado quatro bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e SICOOB), uma agência dos correios, em frente ao Mercado Municipal, uma Estação Rodoviária. Há serviços de táxi e mototáxi. A energia elétrica é fornecida pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e o abastecimento de água é feito pela Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A (Embasa).

Quanto aos serviços públicos de educação, de acordo com os dados do IBGE (2007), existem 44 escolas de ensino fundamental, 23 nível pré-escolar e 04 unidades de ensino médio. Nas comunidades visitadas, as informações são de que existem cerca de 20 escolas, a maioria de ensino fundamental. No geral, as escolas possuem estruturas deficientes tanto física como em recursos didáticos e humanos. Vale lembrar que as escolas de ensino fundamental são municipais, enquanto que as de ensino médio são estaduais.

Os meios de comunicação estão disponíveis através dos meios de comunicação em massa como a televisão e o rádio. É interessante pontuar que a presença de antenas parabólicas é marcante na paisagem. Nos últimos anos o acesso a telefonia móvel (sobretudo através dos serviços oferecidos pelas operadoras Oi e TIM) vem influenciando significativamente a comunicação entre as pessoas, diminuindo distâncias e amenizando dificuldades. As operadoras Vivo e Claro também estão atuando no município. Embora na sede do município já exista conexão 3G, a cobertura de telefonia celular como um todo ainda é bastante incipiente.

Em Prado não existe um inventário turístico municipal. Porém, a prefeitura está tentando viabilizar sua execução devido às exigências do governo federal para recebimento do ICMS. O Comitê Municipal de Turismo (Conselho Municipal de Turismo) de Prado está em processo de reestruturação e ainda possui pouca representatividade. Devido às mudanças em função das eleições, não existe uma continuidade em relação à gestão anterior. Sobre a aproximação com a Secretaria de Meio Ambiente de Prado não existe nenhuma interação.

Não existe uma associação de guias ou entidade similar em Prado. A Secretaria de Turismo do Município entrou em contato com o Sebrae para possibilitar cursos de capacitação neste sentido. Deparou-se com o problema de que o Sebrae só realiza cursos em Salvador e estão em processo de

negociação. Reclamou-se dos cursos de guias oferecidos pelo Sebrae que são muito distantes, longos e custam muito caro.

Faltam operadores de turismo e agências de viagem em Prado. Existe o potencial diagnosticado, mas não existe (comercialmente) ninguém para implantar. Os recifes próximos e a observação de baleias são os roteiros (produtos turísticos) melhor formatados e procurados. As operadoras (duas ou três e contamos com a Ilha da Alegria) só operam o turismo náutico.

2.9.2. Instituições governamentais e não-governamentais

O projeto “Gestão em Mosaico em Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia” visa fortalecer e integrar o Sistema de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia através de um desenho estratégico fundamentado em três componentes principais: Manejo integrado de Áreas Protegidas, desenvolvimento Territorial em Bases Conservacionistas e Mobilização da Sociedade.

A escola, particularmente, representa um grande potencial de trabalho pelo seu papel multiplicador e formador e agregador. Em Fandi & Gomes (2005) é possível avaliar este potencial de trabalho com enfoque na consolidação de unidades de conservação com escolas rurais, localizadas no entorno da Reserva Biológica de Una, sul da Bahia. Quanto aos procedimentos necessários, a formação de educadores e multiplicadores ambientais é essencial e prioritária. Como multiplicadores, estão as lideranças das comunidades, agentes de saúde, educadores. Vale destacar que estes processos de formação devem ser pensados a longo prazo pois envolvem transformações e desenvolvimento pessoal e social. Conjuntamente com processos de formação, ações educativas devem ser desenvolvidas com toda a comunidade escolar que inclui crianças, jovens e adultos. No entorno do PND estão estabelecidas cerca de 20 escolas municipais e estaduais.

Por sua vez, alguns parceiros potenciais, dentre instituições públicas e privadas presentes na região, podem PND do Descobrimento, como:

- Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Meio Ambiente: órgãos municipais, diretamente voltado para a preservação dos recursos naturais e a educação.
- Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA: autarquia da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), é o órgão executor da Política Ambiental do Estado da Bahia. Atua em projetos ambientais, como o Projeto Corredores Ecológicos, componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG 7), que tem como principal objetivo a conservação *in situ* da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil, por meio da integração de Unidades de Conservação públicas e privadas em “corredores ecológicos” selecionados. Desenvolve também o Fomento Florestal Integrado (voltado para capacitação de corpo técnico, implementação de polos florestais sustentáveis, recuperação da cobertura florestal) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que objetiva a implantação de áreas de silvicultura ou sistemas agroflorestais em suas propriedades.
- RESEX de Corumbau: A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade (ICMBio 2013).
- Terra Vista: empresa de roteamento que atua na região do extremo sul baiano. Está localizada na Estrada Municipal de Trancoso e é um possível parceiro para ações no entorno do Parque.
- Associação Pradense de Proteção Ambiental – Appa: tem como principais objetivos promover a educação ambiental, incentivar a adoção de práticas que promovam a preservação dos recursos naturais, firmar protocolos de intencção e parcerias com órgãos públicos e empresas, direta e indiretamente envolvidos com atividades de proteção ambiental, capacitar a comunidade para se incluir nas discussões das políticas públicas, para garantir a presença dos temas socio-ambientais (<http://www.pradoturismo.com.br/Appa/>);
- Centro de Estudos e Pesquisas para o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes): tem como missão contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento regional, criando condições para o aprimoramento das políticas públicas, priorizando a preservação do bioma

Mata Atlântica, a geração de empregos e renda e o avanço qualitativo do setor educacional e cultural (<http://www.cepedes.org.br/missao.php>).

- Insituto Baleia Jubarte (Caravelas): Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que tem como missão “conservar as baleias jubarte e outros cetáceos do Brasil, contribuindo para harmonizar a atividade humana com a preservação do patrimônio natural”. Atua apoiando gestores e buscando influenciar na consecução das melhores práticas ambientais e na educação ambiental em escolas (Instituto Baleia Jubarte, 2013).
- Assentamentos do entorno do Parque: possuem famílias de baixo poder aquisitivo que exercem atividades com cultivos e extrativismo, que podem impactar a área do PND e entorno. É necessário o contato com os assentados para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e sustentabilidade.
- Minerador Monte Pascoal: especializada no fornecimento de hidrossilicatos de alumínio e caulins, e tem experiência no plantio de árvores nativas e produção de mudas em viveiro.
- Universidades públicas e privadas com atuação na região: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB): atuação direta em pesquisas, conservação e educação ambiental, por meio de projetos e programas des envolvidos pela comunidade científica e em parceria com a comunidade.
- Os programas e projetos desenvolvidos pelas organizações não governamentais representam um forte apoio à conservação dos remanescentes da Mata Atlântica do entorno do PND e merecem grande apoio e atenção da gestão da UC. Destacam-se as ONGs:
 - Conservação Internacional – CI-Brasil: atua no Corredor Central da Mata Atlântica, na conservação da biodiversidade, na Costa do descobrimento. Tem experiência em serviços ambientais e no bem-estar humano. É parceira do MMA no Programa de Conservação da Biodiversidade, nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil. Pode cooperar na integração com as demais unidades de conservação da região e em atividades de educação ambiental.
 - The Nature Conservancy – TNC: atua na conservação de plantas, animais e ecossistemas, para o bem da natureza e do próprio ser humano. É parceira do MMA no Programa de Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil. Tem potencial em atuar na conservação das espécies e dos ecossistemas do PND, além de desenvolver atividades com as comunidades do entorno.
 - SAVE: parceria da Fundação Biodiversitas na elaboração deste plano de manejo, desenvolve o projeto “Mutum do Sudeste”, voltado para a implementação de um plano nacional de conservação do mutum-do-sudeste, *Crax blumenbachii*, espécie ameaçada de extinção que ainda é encontrada no PND e áreas do entorno.
 - WWF: atua na identificação de problemas de conservação, concebendo e implementando, geramente com parceiros, projetos de caráter demonstrativo que apontam soluções para esses problemas. É parceira do MMA no Programa de Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil, podendo atuar na conservação das espécies e dos ecossistemas do PND com atividades com as comunidades do entorno e articulação de ações de políticas públicas.

Em relação ao apoio ao turismo, principal atividade econômica da região, algumas instituições podem ser citadas, com potencial de desenvolvimento de ações relacionadas com o PND:

- Associação Pradense de Proteção Ambiental – Appa: foi criada em 1996 e está relacionada com o turismo, “indústria sem chaminés”, uma vez que é a atividade geradora de renda do município. A Appa faz parte dos conselhos de Turismo, de Meio Ambiente, de Segurança Alimentar, do PND, da RESEX e alguns outros.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae: é um parceiro de Prado e da Appa na área do turismo e já realizou diversos cursos no município no decorrer dos últimos 15 anos. O interesse maior é fortalecer o segmento do turismo na região.
- Planet Marketing e Eventos: empresa que desenvolve o projeto Verão Vermelho, de dezembro até o fim do Carnaval. O projeto já foi realizado em anos anteriores e se adequa aos públicos de

Prado (sede) e Cumuruxatiba. As atividades realizadas pelo projeto são de caráter cultural, tal como shows de axé em Prado e shows de MPB, programas culturais e esportes em Cumuruxatiba. Em Prado os projetos são direcionados para públicos de turismo de massa enquanto em Curumuxatiba para o turismo familiar.

Na iniciativa privada, de acordo com informações dos associados da Associação dos Moradores Vizinhos Amigos do Parque Nacional do Descobrimento, Amaparna, alguns produtores de eucalipto apóiam ações conservacionistas como a recuperação de reservas legais em áreas do entorno da UC. O Núcleo de Estudos do Meio Ambiente (Nema) surgiu a partir de uma iniciativa de dois biólogos e depois foram aparecendo outras pessoas interessadas. O principal objetivo era incitar o compromisso ambiental, o que está relacionado com os objetivos da UC.

O PND está inserido na chamada “Costa do Descobrimento”, característica comum das UC que compõem o Conselho do Mosaico do Extremo Sul da Bahia – Comapes, reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, entidade bastante atuante e com propostas integradas.

ANÁLISE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



PARQUE NACIONAL DO
DESCOBRIMENTO

3. ANÁLISE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

3.1. Informações gerais sobre a Unidade de Conservação

O Parque Nacional do Descobrimento está situado no extremo sul do Estado da Bahia, na região conhecida como a Costa do Descobrimento. Está integralmente no município de Prado, tendo seus limites compreendidos entre as linhas UTM (Projeção SAD-69 fuso 24S) 8.121.808 e 8.097.640 para o eixo Y e 478.912 e 455.568 para o eixo X. O Parque foi criado pelo decreto Federal s/nº de 20 de Abril de 1999 com a área de 21.129 ha (Anexo I) tendo sido posteriormente ampliado em mais 1.564,97 ha, pelo Decreto Federal de 05 de junho de 2012, perfazendo hoje uma área total de 22.693,97 ha.

3.1.1. Acesso à Unidade

O município de Prado está a 805 km de Salvador, capital do Estado da Bahia. De carro, o acesso ao município é feito, vindo do sul, pela BR-101, acesso no trevo de Teixeira de Freitas à direita e percorrendo mais 78 Km por estrada asfaltada. Vindo do norte, o acesso é feito pela BR101, acesso à esquerda em Itamaraju e percorrendo mais 52 Km de estrada asfaltada. O acesso ao município por transporte coletivo rodoviário regular é geralmente feito pela Viação São Geraldo, com linhas diretas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Goiânia. São também feitas conexões com Expresso Brasileiro via Teixeira de Freitas e/ou Itamaraju. A Viação Águia Branca possibilita o acesso a partir de Vitória e Salvador com conexões como as acima citadas. O acesso aéreo é feito pelo Aeroporto de Porto Seguro, localizado a 210 Km de Prado, com origem nas principais capitais e empresas aéreas de atuação no Brasil (<http://www.pradobahia.com.br/prefeitura.html>). Os principais acessos ao município podem ser visualizados na Figura 37.

Em relação à estrutura viária do entorno da UC, nas comunidades mais distantes, onde o acesso é por estradas de terra, a demanda de manutenção é uma necessidade constante, principalmente nas épocas de chuvas, quando muitas vezes ocorre o isolamento. Em consequência deste panorama viário, o transporte coletivo é irregular e não atende às comunidades mais distantes. Há a circulação de uma linha de ônibus que liga o distrito de Cumuruxatiba a Prado e Itamaraju.

O acesso principal ao interior da UC se dá no Km 35 da BA-489 (sentido Prado-Itamaraju) por estrada asfaltada. Existe ainda um acesso secundário pelo Distrito de Cumuruxatiba, subindo o Morro da Fumaça e passando pelo antigo acesso da Fazenda da Portuguesa, até a porteira de controle de entrada ao PND, sendo que ambos os acessos estão conectados entre si pela principal estrada do Parque, uma estrada não pavimentada que corta toda a UC no sentido leste-oeste, por 28 Km.

3.1.2. Origem do nome e histórico da criação da UC

A área do PND pertencia à indústria extrativista Brasil Holanda (MMA/Ibama 2005). De acordo com a analista ambiental e funcionária do Parque, Carmem Barcellos, a empresa procurou os órgãos governamentais no intuito de que a área fosse vendida com finalidade de conservação da mata preservada contida na área. Em 20 de abril de 1999 foi criado o PND, (Decreto Federal s/nº de 20 de abril de 1999), com uma área de 21.129 ha. Em 5 de junho de 2012, foi publicado o decreto de ampliação do Parque, que passou a ter uma área de 22.693,97 ha.

A criação do Parque ocorreu em um contexto de exploração da Mata Atlântica por empresas de papel e celulose, tentativa de estabelecimento de populações indígenas em terras da região, e expansão da criação de gado, que deram continuidade ao processo de dizimação da área de mata, objetivando a implantação de grandes pastos. Em meio a estes acontecimentos, criou-se o Parque Nacional do Descobrimento, uma tentativa do Estado de preservar o pouco que ainda restava da Mata Atlântica, e que estava sendo dizimada pelos fazendeiros.

O enquadramento na categoria Parque Nacional se deve ao fato do PND preservar um ecossistema de grande relevância ecológica e beleza cênica, a Mata Atlântica, com potencial para a realização de pesquisas científicas, atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, por meio do contato com a natureza (ICMBio, 2013), fatores esses que justificaram tal enquadramento. Dessa forma, o Parque Nacional do Descobrimento foi criado com o objetivo de proteger e preservar as outras dos ecossistemas ali existentes e possibilitar o desenvolvimento das atividades mencionadas.

O nome do Parque faz alusão ao fato histórico do “Descobrimento do Brasil”, um elemento indutor muito importante no debate acerca da questão ambiental. A Unidade fica próxima ao rio Cahy, o primeiro ponto de fundeio da armada de Cabral na ocasião do descobrimento do Brasil.



Figura 37: Principais acessos ao município de Prado (BA).

3.2. Caracterização dos fatores abióticos e bióticos

3.2.1. Clima

O município de Prado está geograficamente posicionado no sudeste da Bahia, entre as coordenadas 17°20'28" S e 39°13'15" O. O município possui uma planície litorânea e sua geomorfologia é predominantemente plana com pequena altitude em relação ao nível do mar. Sua posição geográfica e sua geomorfologia, aliada à proximidade oceânica, determinam a existência de climas úmidos e megatérmicos⁵. Os mecanismos controladores da circulação atmosférica local são de naturezas essencialmente tropicais. O controle da circulação é determinado pela célula de circulação termicamente forçada do tipo *Hadley-Walker*. Este sistema de circulação de larga escala é caracterizado por movimentos de ar ascendente nas regiões onde a atmosfera está sendo aquecida pela liberação de calor latente de condensação e nuvens convectivas profundas e descendente nas regiões subtropicais de ambos os hemisférios, onde há um resfriamento da atmosfera devido à perda radiativa para o espaço (Nobre *et al.*, 1986). A região Nordeste do Brasil posiciona-se exatamente entre as pontas desse sistema. Este tipo de controle da circulação determina a predominância de ventos do quadrante E. em toda a região. Além desse sistema de larga-escala, circulações de meso-escala e escala local complementam o controle da atmosfera local. Os sistemas frontais, ou seja, o encontro de massas de ar – frentes – com propriedades distintas, possuem menor importância na geração de tipos de tempo regionais. As frentes frias ou o que resta delas podem atingir até as latitudes de 13°S (Salvador), quando os padrões de circulação subtropicais são favoráveis. Estes sistemas frontais podem desempenhar importante papel na geração de precipitação no período de novembro a janeiro do sul-sudeste do Nordeste e estão associados ao aumento da precipitação ao longo da costa entre 5°S e 18°S, posição geográfica da área de estudo (Nobre *et al.*, 1986).

Podem ser observados dois máximos pluviométricos ao longo do litoral do município de Prado. O primeiro máximo e o mais importante ocorre no período de outubro a novembro, coincidente com a primavera do hemisfério sul e com os efeitos do aquecimento continental decorrente do movimento aparente do sol em direção S. O segundo ocorre durante os meses de abril a maio, provavelmente causado por um mecanismo de meso-escala. A ocorrência deste máximo pode ser devido à existência de uma região com predominância de movimentos ascendentes ao longo da costa devido à convergência dos ventos alísios que sopram do mar para o continente, com a brisa terrestre noturna que sopra do continente para o mar (Nobre *et al.*, 1986).

Segundo observações locais, mais da metade da precipitação naquela região ocorrem durante o período noturno e o contraste da temperatura terra-mar que efetivamente força a circulação da brisa é máximo durante os meses de maio e junho, tornando plausível tal hipótese (Kousky, 1980 *apud* Nobre *et al.*, 1986). Neste caso, as áreas mais próximas ao litoral, são pontos de convergência da circulação da brisa marítima, tornando-a pouco efetiva para causar precipitação em áreas mais interiormente posicionadas.

Ainda sobre o controle da circulação atmosférica regional, Monteiro (1969) indica que os sistemas frontais são mais efetivos na geração de tipos de tempo até a localidade de Caravelas (BA). De Caravelas para o norte, sua atuação se reduz, cedendo lugar a outros mecanismos mais eficientes. Tal característica determina que os municípios do Prado e Porto Seguro constituam pontos de transição de regimes pluviométricos diferenciados em função de sua gênese.

As séries de pluviosidade obtidas em Caravelas (BA), obtidas junto ao DNMET e correspondentes ao período de 1961-1991 (Figura 38), indicam que a pluviometria regional se caracteriza pela ocorrência de totais médios anuais de 1.388,5 mm. As chuvas distribuem-se ao longo de todo o ano, com máximos pluviométricos nos meses de outubro a novembro e um segundo pico entre os meses de abril e maio, conforme descrito anteriormente.

A utilização da fórmula $P \leq 2T$, onde P = precipitação e T = temperatura para determinar a existência de períodos secos indicou que não existe nenhum mês seco, localmente. Os meses de menor pluviosidade são os meses de agosto e fevereiro que não chegam a caracterizar a existência de uma estação seca, propriamente dita.

⁵Megatérmicos: clima tropical cuja temperatura média do ar em todos os meses do ano é superior a 18 °C.

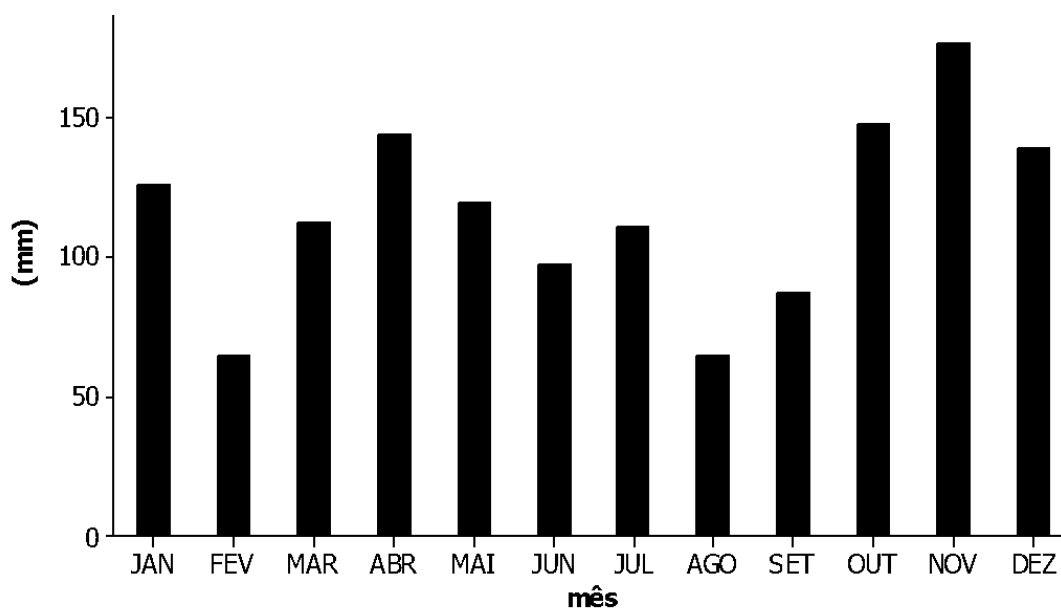


Figura 38: Precipitação média mensal em Caravelas (BA) – 1961-1991.

Uma série temporal combinada de precipitação de Porto Seguro obtida junto às estações Ceplac e Veracel, correspondentes aos períodos 1972-2008 (Figura 39), indicou algumas pequenas variações nos totais mensais médios, quando comparados aos dados de Caravelas entre 1961 e 1991 (Figura 40).

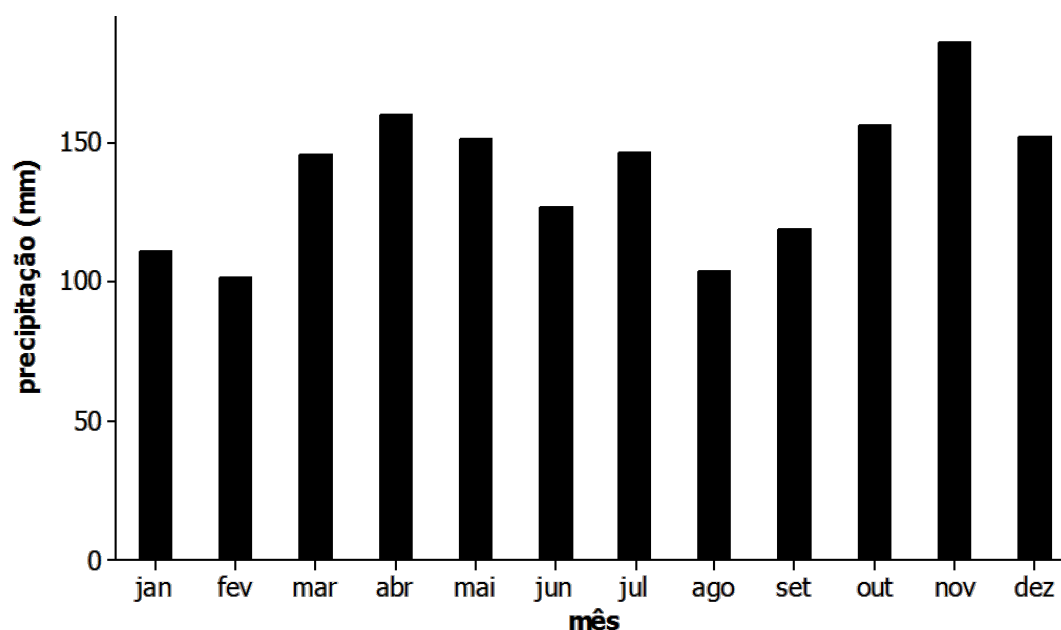


Figura 39: Pluviosidade média mensal para Porto Seguro (BA) – 1972-2008.

Em Porto Seguro, pelos dados observados nas estações, o volume pluviométrico precipitado é ligeiramente superior ao da estação Caravelas em todos os meses, exceto janeiro, que parece ser o período mais crítico com relação à redução da precipitação (Figura 40).

A análise da série temporal de Porto Seguro oriunda das estações Veracel e Ceplac (Figura 41), revelou ainda que durante o período 1972-2008 os totais pluviométricos anuais foram de 1.658 mm sendo, portanto, cerca de 300 mm superior às médias anuais de Caravelas, indicando uma possível tendência do incremento da precipitação em direção norte. Para esta série, o desvio padrão anual foi de 367,8 mm e o coeficiente de variação foi de 22%.

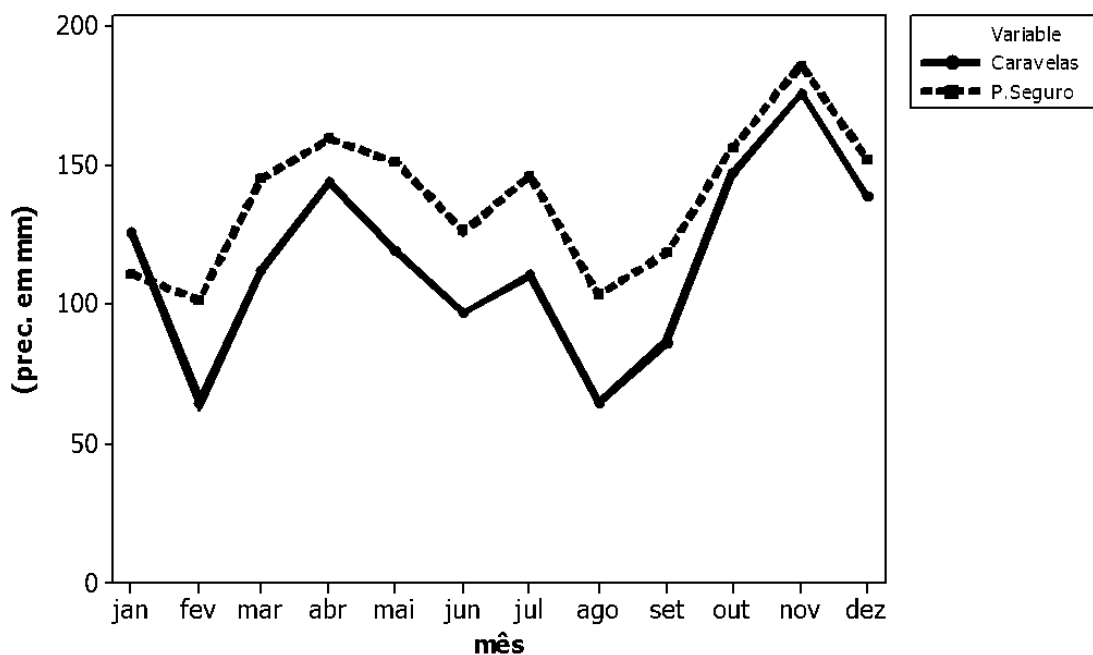


Figura 40: Comportamento pluviométrico comparado entre Caravelas (BA) e Porto Seguro (BA).

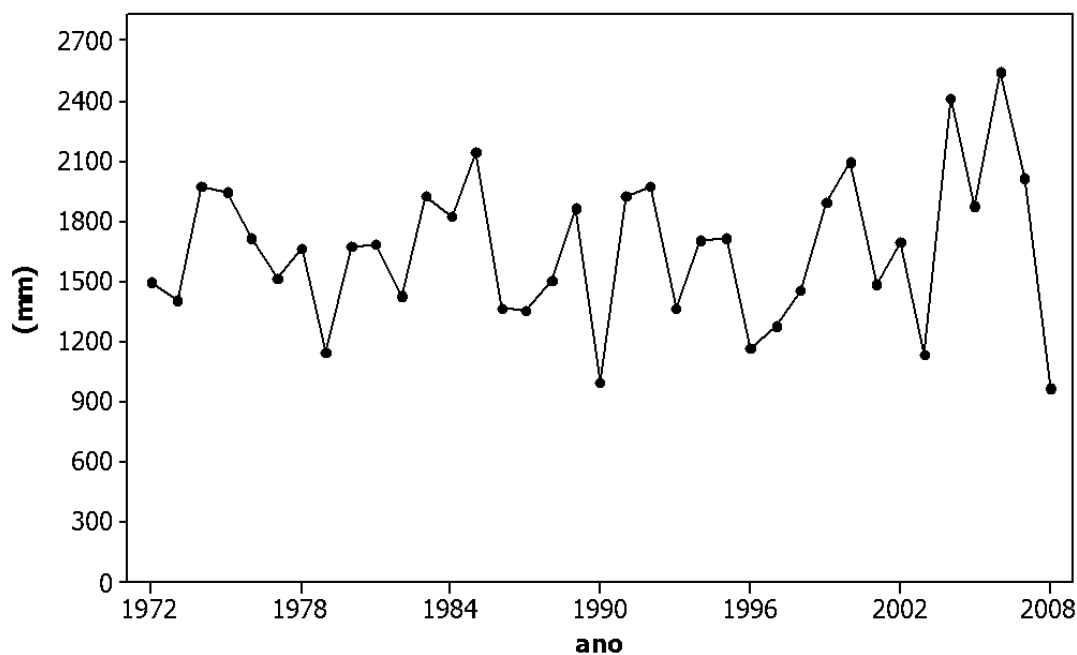


Figura 41: Precipitação anual acumulada em Porto Seguro (BA) – 1972-2008.

Ainda em relação à precipitação anual de Porto Seguro, observou-se a existência de desvios pluviométricos superiores aos padrões, em vários anos da série temporal. Uma exceção é feita à década de 2000, indicando a importância da variabilidade interanual da precipitação, fato que, tanto quanto a gênese da chuva, é merecedor de estudos posteriores (Figura 42).

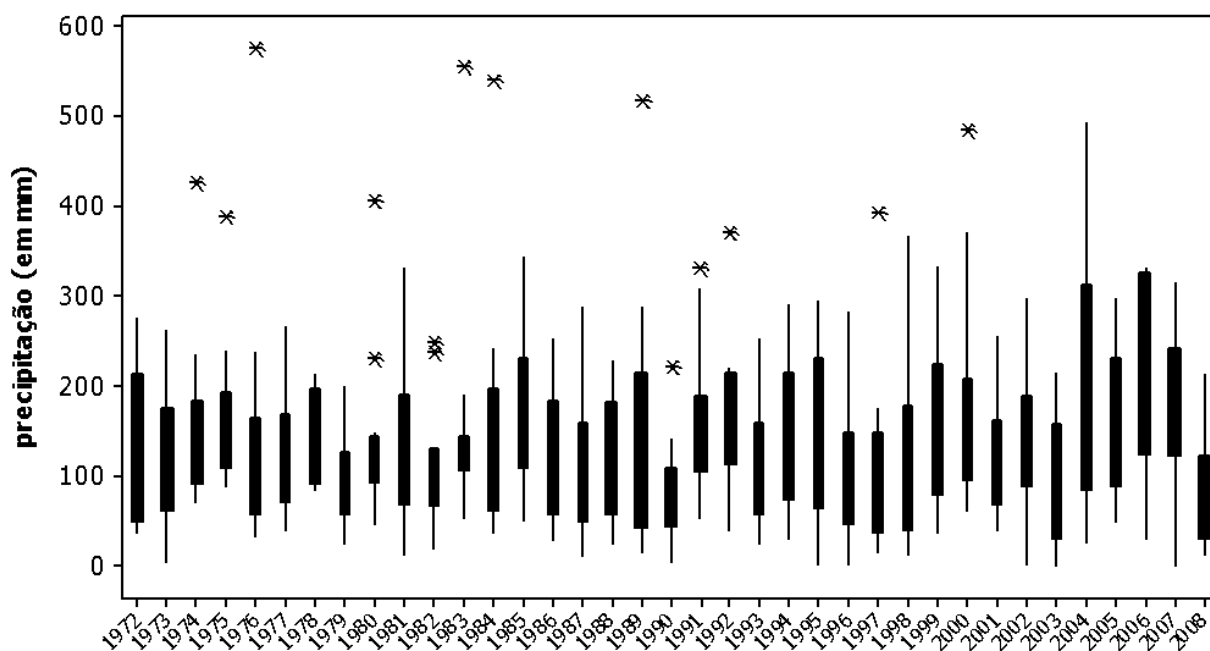


Figura 42: Pluviosidade anual em Porto Seguro (BA) – 1972-2008.

O comportamento térmico anual, avaliado a partir das normais climatológicas de Caravelas, revelou que não existe grande variação térmica intersazonal (Figura 43). Este fato é explicado pela combinação de fatores geográficos e pelos mecanismos de controle da circulação atmosférica, predominantemente de origem tropical. A temperatura média anual para o período avaliado foi de 23,4°C. A temperatura média reduziu-se ligeiramente do inverno para o verão para 21,2°C. Durante o verão as médias elevaram-se para 24,7°C, indicando baixa diferenciação do regime térmico anual. Os meses mais quentes do ano foram fevereiro (25,7°C) e janeiro (25,5°C). O mês mais frio foi julho, com média térmica de 20,9°C. A média das temperaturas máximas excedeu os 30°C em janeiro e fevereiro, enquanto a média das mínimas aproximou-se dos 18°C em julho e agosto.

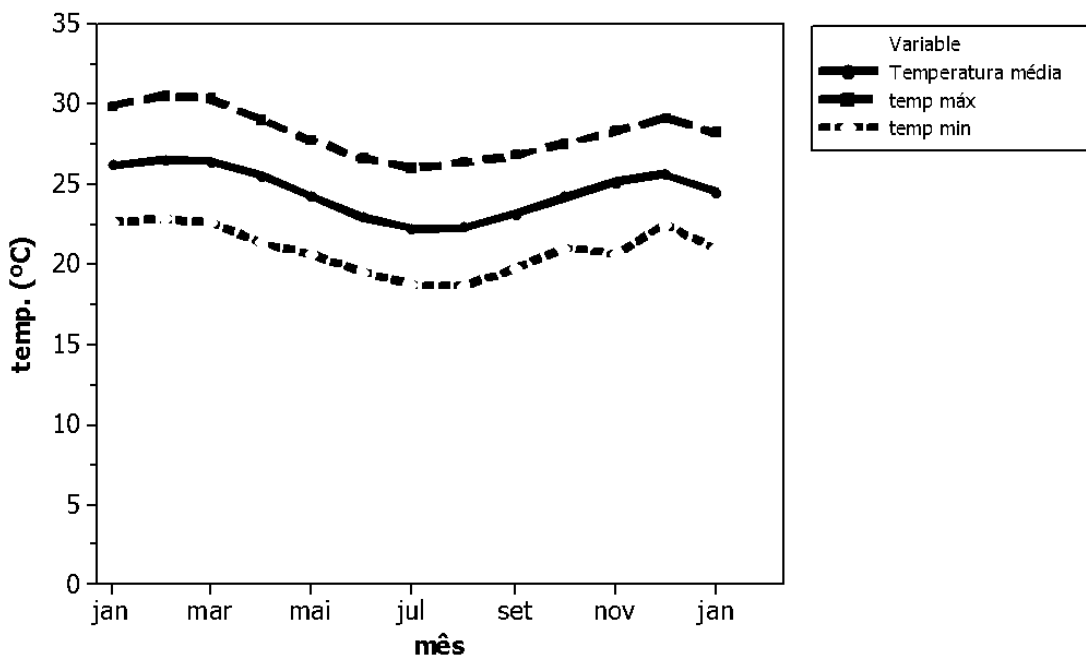


Figura 43: Temperaturas médias, máximas e mínimas – estação Caravelas (BA) – 1961-1991.

A umidade relativa do ar apresenta baixa variabilidade mensal, oscilando em torno de 81% ao longo de todos os meses do ano, de acordo com os dados da estação Caravelas para o período de 1961-1991

(Figura 44) . Este aspecto condiz com a distribuição pluviométrica e a inexistência de uma verdadeira estação seca durante o ano. Fevereiro apresenta-se como o mês menos úmido, embora a diferença percentual para os demais seja reduzida.

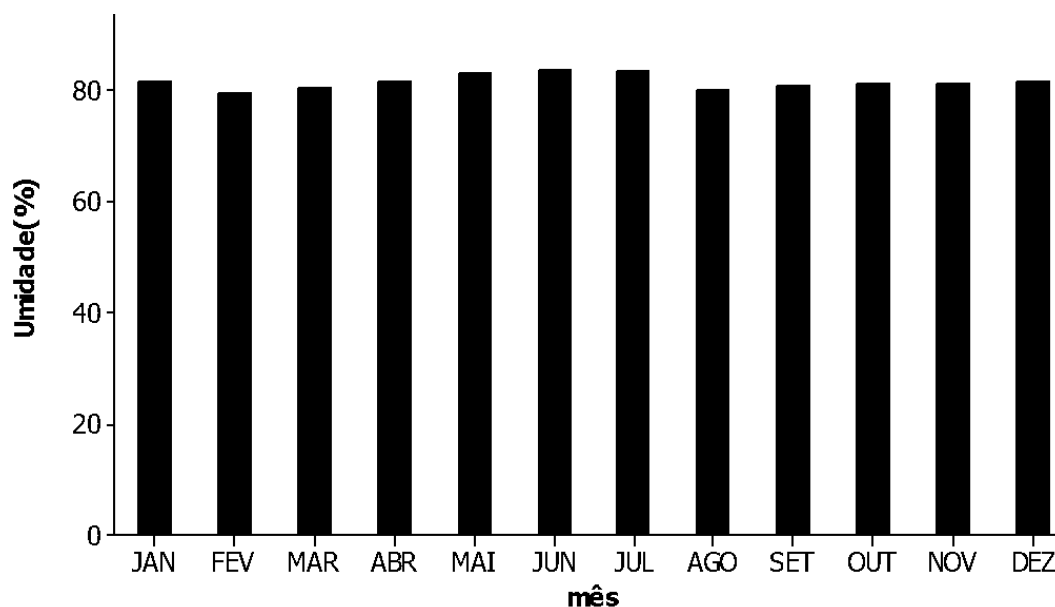


Figura 44: Umidade relativa do ar – estação Caravelas (BA) – 1961-1991.

A pressão atmosférica média, ao nível do mar, na estação Caravelas indica ligeiro aumento da pressão atmosférica durante os meses de junho a agosto (Figura 45). Este fato pode ser explicado, muito provavelmente, pela expansão da atuação do anticiclone subtropical do Atlântico Sul sobre o continente e/ou o reforço da subsidência atmosférica em função da redução da temperatura da água à superfície do mar durante o período. É interessante observar que a elevação da pressão atmosférica média não corresponde à redução dos totais pluviométricos, o que leva a inferir a possibilidade de outro tipo de interação entre os sistemas de larga-escala e meso-escala, que permite a continuidade da geração de pluviosidade durante os meses de inverno, conforme argumenta Koussky (1979) apud Nobre e colaboradores (1986).

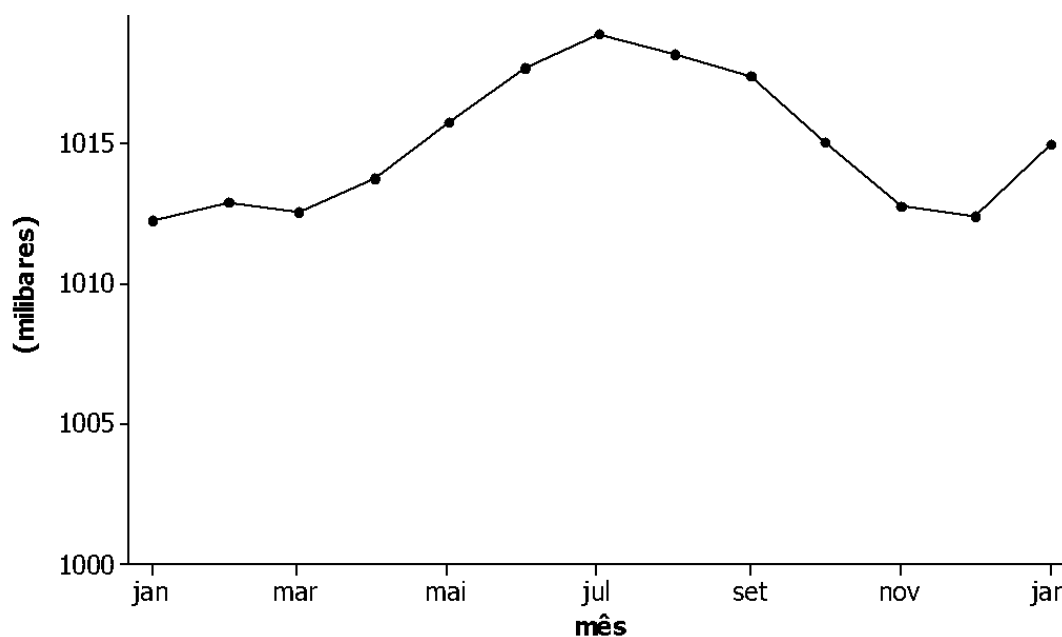


Figura 45: Normais climatológicas da pressão atmosférica mensal em Caravelas (BA), 1961-1991.

A análise dos dados de vento do ano de 2008, obtidos na estação Veracel, indicou que os ventos locais são oriundos, majoritariamente do quadrante E., com suas variantes de NE e SE. Durante os meses de maio, junho e julho a direção predominante dos ventos varia um pouco. Passam a predominar ventos de origem SSW (Figura 46), o que poderia explicar a ligeira redução das temperaturas médias mensais durante o período, caso mantida a tendência em uma série temporal de longa duração.

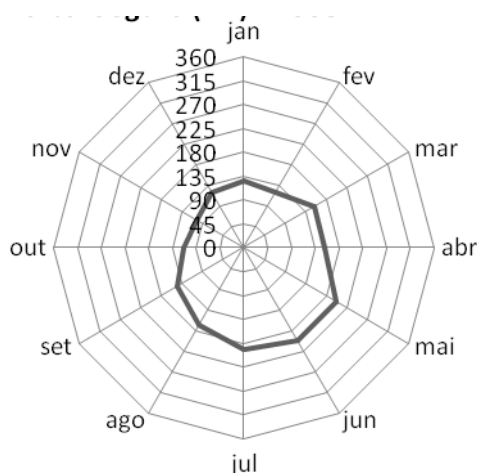


Figura 46: Direção média mensal do vento em Porto Seguro (BA), 2008.

A velocidade média dos ventos durante o ano de 2008 revelou uma pequena variação mensal (Figura 47). Durante todo o ano, a velocidade média do vento foi superior a 2m/s, com pequena variação positiva durante os meses de maio, julho e outubro. Janeiro, abril e agosto foram os meses que apresentaram a menor velocidade média do vento.

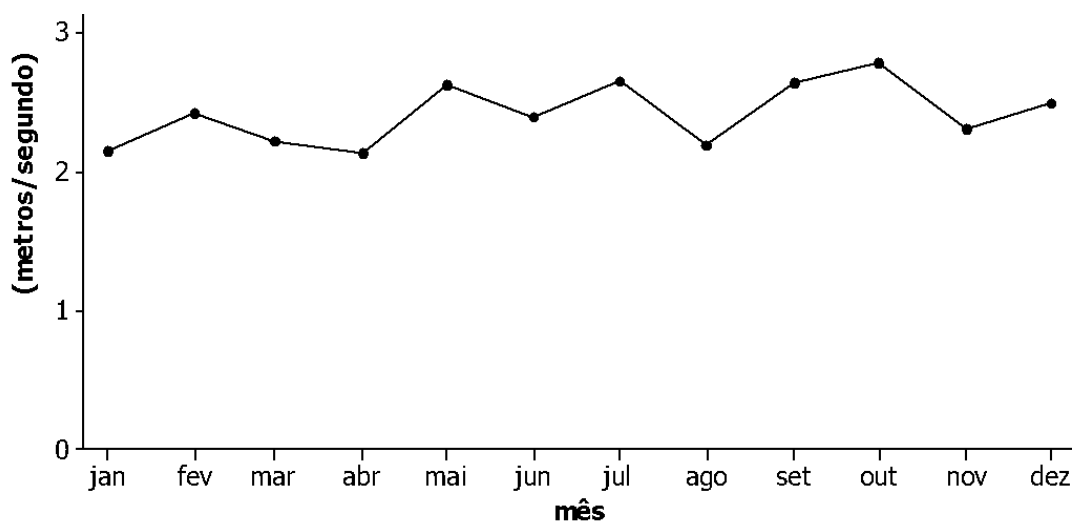


Figura 47: Velocidade média mensal do vento em Porto Seguro (BA), 2008.

A análise da nebulosidade média mensal, tomada da estação Caravelas revelou que a nebulosidade média regional encontra-se acima de 60% durante todo o ano (Figura 48). Somente nos meses de fevereiro e setembro reduz-se, de maneira mais sensível, a nebulosidade média. A nebulosidade aumenta durante o período de verão, o que coincide com o período mais chuvoso do ano.

A análise da insolação, que toma por base o número de horas médias de sol por mês, revelou que a maior quantidade de horas de sol é registrada durante os meses de novembro e janeiro, enquanto o menor número de horas de insolação verifica-se durante o mês de junho (Figura 49). Somam-se os fatores nebulosidade e a redução das horas possíveis de insolação durante o inverno para explicação dos resultados observados.

A climatologia da evaporação revelou que os maiores totais médios registram-se durante os meses de janeiro e março, quando ultrapassam os 100 mm (Figura 50).

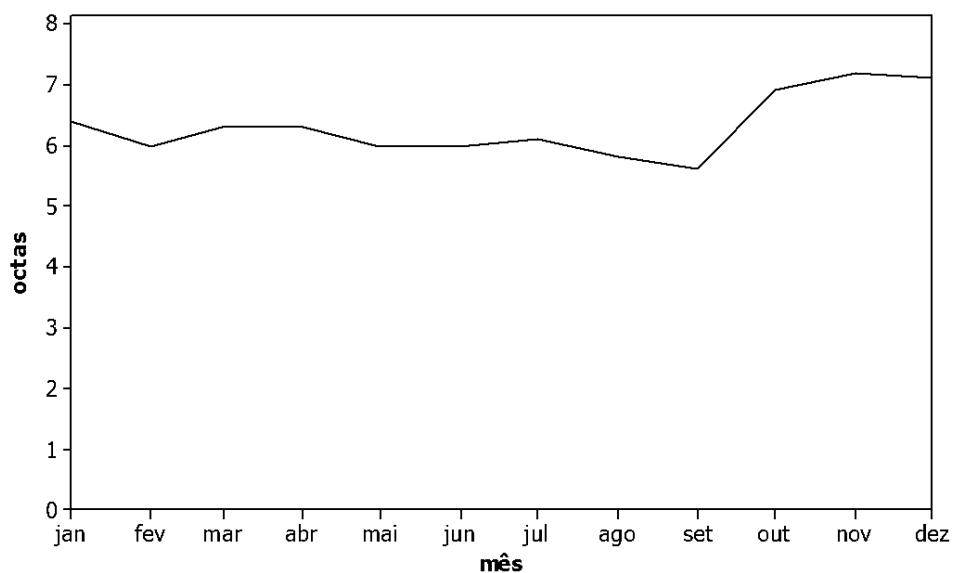


Figura 48: Nebulosidade média mensal em Caravelas (BA), 1961-1991.

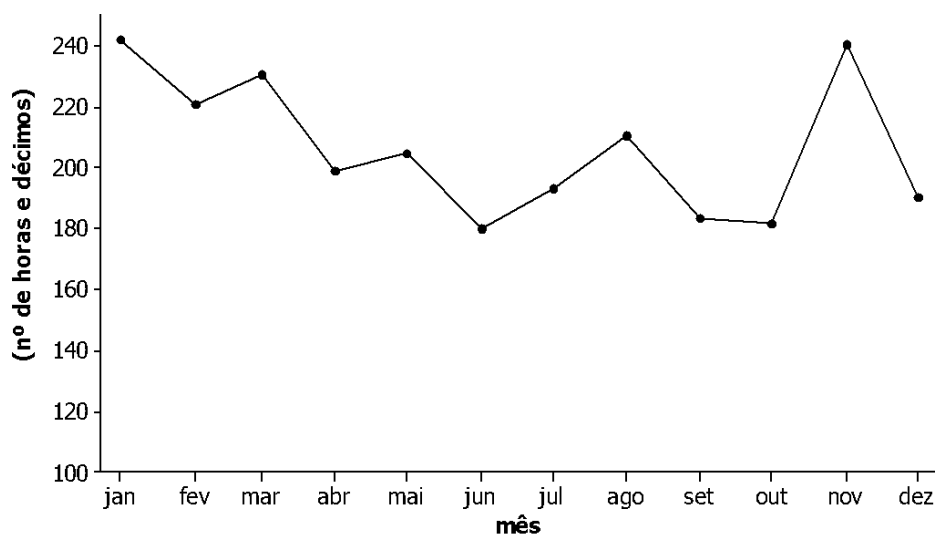


Figura 49: Insolação média mensal na estação Caravelas (BA), 1961-1991.

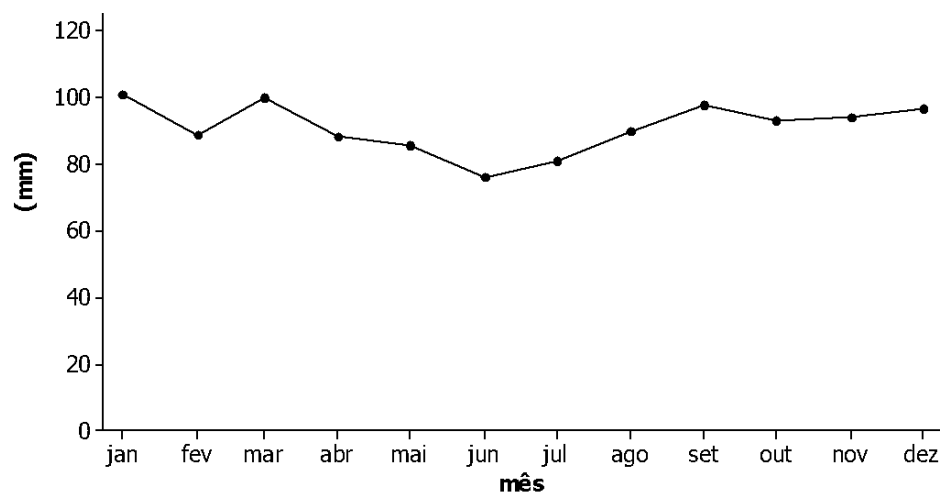


Figura 50: Evaporação média mensal na estação Caravelas (BA), 1961-1991.

Finalmente, considerando o comportamento climatológico regional, pode-se concluir que a região sudeste da Bahia, onde se insere o PND, não possui uma estação seca definida. Não obstante, verifica-se esporadicamente, a ocorrência de incêndios na vegetação local. A análise conjunta dos dados climatológicos sugere que os períodos críticos para a ocorrência de incêndios são os meses de janeiro e fevereiro, quando a insolação e as temperaturas se elevam e reduz-se ligeiramente a umidade e os totais pluviométricos. Não pode ser constatada a correlação destes elementos com a elevação da velocidade do vento ou a sua direção de origem predominante.

3.2.2. Aspectos geológicos

Na Figura 51 estão organizados os litotipos correspondentes à área de abrangência do PND. Para uma compreensão mais objetiva, as formações foram agrupadas em 3 unidades seguindo a ordem decrescente da escala de tempo geológica:

- 1ª Unidade: Formações deposicionais quaternárias;
- 2ª Unidade: Formações terciárias (Grupo Barreiras) e
- 3ª Unidade: Rochas pré-cambrianas.

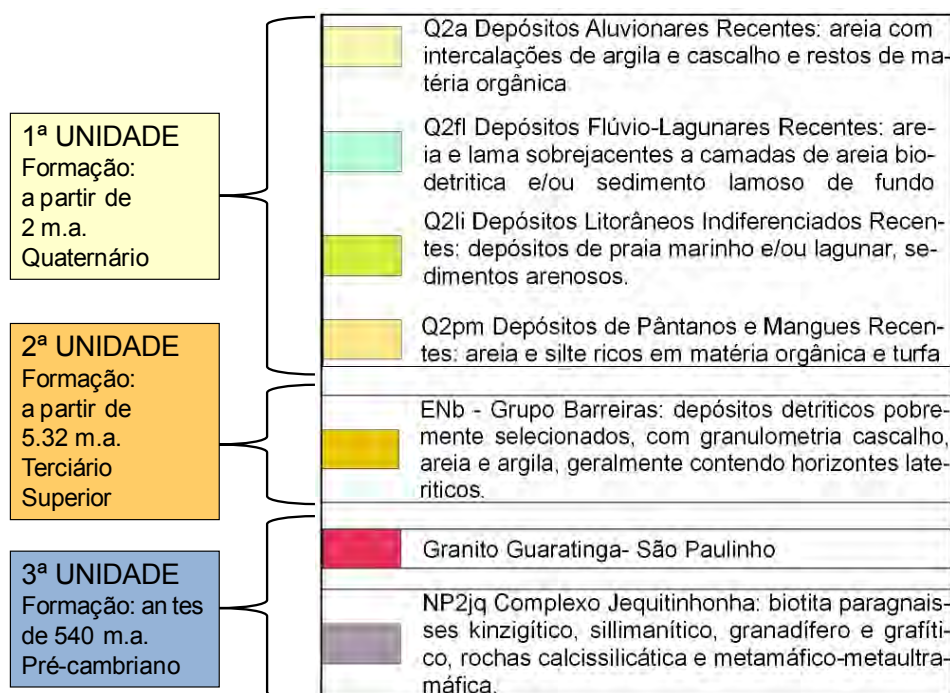
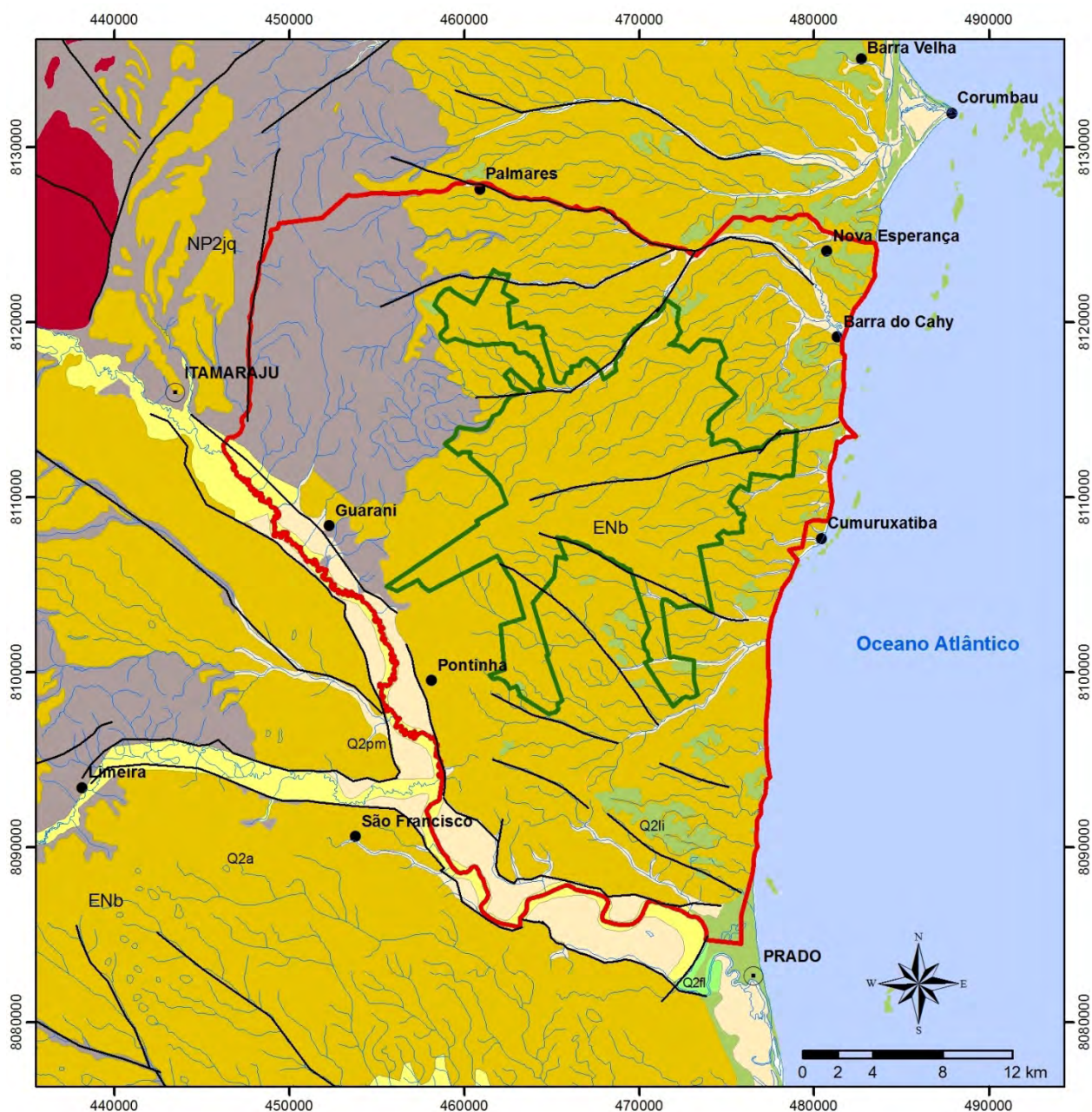


Figura 51: Agrupamento em unidades litológicas para a área de abrangência do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fonte: CPRM 2004.

A maior parte do PND está inserida sobre rochas cenozóicas terciárias (formação Barreiras), sendo que uma pequena porção da sua área contém formações deposicionais quaternárias (Depósitos de Pântanos e Mangues e Depósitos Litorâneos) (Figura 52). A Zona de Amortecimento do Parque engloba, além destas formações, rochas pré-cambrianas e depósitos aluvionares (formações quaternárias).



Litotipos

- ENb - Arenito, Argilito, Conglomerado, Siltito / Grupo Barreiras (Terciário)
- NP2jq - Kinzigito, Rocha Calcissilicática, Metamáfica, Biotita Gnaiss, Metaultramafito. Complexo Jequitinhonha (Pré-Cambriano)
- Granito Guaratinga - São Paulino
- Q2fl Depositos Flúvio- Lagunares Recentes
- Q2a - Depositos Aluvionares Recentes (Quaternário)
- Q2pm - Depósitos de Pantânos e Mangues (Quaternário)
- Q2li - Depositos Litoranêos Indiferenciados Recentes (Quaternário)

- Localidades
- Fraturas
- Hidrografia
- Limite do Parque
- Zona de amortecimento



Projeção UTM/ 24 Sul
 Fonte: Folha do Rio Doce,
 24 1:1.000.000 - CPRM/ 2004
 ICMBIO, 2012,
 Fundação Biodiversitas, 2012

Figura 52: Características geológicas do Parque Nacional do Descobrimento e Zona de Amortecimento –(Prado, BA).

- **1ª Unidade: Formações deposicionais Quaternárias**

A área onde estão inseridos o Parque Nacional do Descobrimento e sua Zona de Amortecimento contempla três formações ou unidades quaternárias de origem continental e marinha, são elas: depósitos Aluvionares Recentes (Q2a); depósitos Litorâneos Indiferenciados Recentes (Q2li); e depósitos de Pântanos e Mangues Recentes (Q2pm): areia e silte ricos em matéria orgânica e turfa.

Os depósitos Aluvionares Recentes (Q2a) possuem maior ocorrência espacial que as demais predominando nos vales dos principais rios da região como o João de Tiba, Buranhém, Caraíva, Frades e Jucuruçu em Prado. Corresponde aos denominados depósitos flúviolagunares de Martin e colaboradores (1980) *apud* Moraes Filho & Saadi (1999). Segundo estes autores, estes depósitos foram formados a partir da última transgressão marinha, não tendo sido possível separar os depósitos de origem fluvial daqueles correspondentes a antigas lagunas e mangues.

Os depósitos Litorâneos Indiferenciados Recentes (Q2li), são os extensos depósitos de areia distribuídos ao longo da costa e correspondem aos terraços de sedimentos arenosos compostos essencialmente de grãos de quartzo e fragmentos de conchas. O topo desses depósitos varia de poucos centímetros até 4 m acima do nível atual no mar (Martin *et al.* 1980 *apud* Moraes Filho & Saadi, 1999).

A quarta e última formação, depósitos de Pântanos e Mangues Recentes (Q2pm) estão situados em pequenas baías e margens protegidas de rios submetidos à influência das marés. Estes depósitos são constituídos essencialmente de material argilo-siltoso com acentuada contribuição orgânica (Moraes Filho & Saadi, 1999). Geralmente sobre tais formações estão as matas de raízes subaéreas ou manguezais.

Os depósitos Flúvio-Lagunares Recentes (Q2fl), presentes em uma pequena área fora do Parque e da Zona de Amortecimento, ao sul de ambos, estão relacionados às deposições recentes geradas pelo alagamento no padrão anastomosado da drenagem, devido à sedimentação da própria calha pelos cursos d'água.

- **2ª Unidade: Formações Terciárias: Grupo Barreiras**

Do ponto de vista geológico o PND situa-se sobre áreas cobertas pelos sedimentos terciários do grupo Barreiras. O termo “Barreiras” é designado para as camadas sedimentares continentais costeiras que formam extensos tabuleiros na costa atlântica. Os tabuleiros são interrompidos de forma brusca nas proximidades da linha de costa por falésias. De forma geral, esse tipo de formação sedimentar pode apresentar espessura bastante variável relacionada à forma do embasamento sobre o qual está assentada, podendo alcançar de 70 até aproximadamente 200 metros (MME/IBGE, Levantamento de recursos naturais, 1987).

Estes sedimentos recobrem de forma discordante todas as unidades proterozóicas e acham-se sobrepostos localmente por sedimentos quaternários (Moraes Filho & Saadi, 1999). Na área em que está inserida a UC, aproximadamente 90% da formação pré-cambriana está coberta por sedimentos detríticos mal selecionados. De acordo com Moraes Filho (1999), a deposição dos sedimentos do grupo Barreiras deu-se a partir do progressivo soerguimento das áreas continentais e concomitante abatimento das áreas litorâneas contíguas, ao longo da costa atlântica brasileira, sendo esta deposição consequência da formação do relevo, dos movimentos tectônicos de abaixamento e aflamento e dos diferentes paleoclimas. Ainda segundo o autor, é importante considerar, sobre o processo de formação deste grupo: i) as diversas litofácies presentes na área são indicativas de ambientes de sedimentação continental; ii) a frequente alternância de depósitos de leques aluviais e sistema fluvial entrelaçado é sugestiva do contínuo soerguimento das áreas-fonte, originado por tectonismo, propiciando o retrabalhamento e redeposição dos sedimentos; iii) o tipo climático vigente durante a deposição desses sedimentos, como evidenciado pela baixa maturidade mineralógica, era árido a semi-árido, com chuvas torrenciais esporádicas; iv) a continuidade dos depósitos na plataforma continental em profundidades superiores a 100 metros sugere a existência, durante a deposição, de nível de mar abaixo do atual em medidas que podem oscilar entre 100 e 200 metros; e v) as datações paleontológicas e as correlações apresentadas por diversos autores indicam para o grupo Barreiras idade miopliocênica.

Relacionado ao caráter tabular deste grupo que recobre discordantemente as unidades pré-cambrianas, foram delineados alguns alinhamentos estruturais, dentre os quais estruturas do tipo “*graben*”, onde a drenagem principal como os rios Buranhém em Porto Seguro e Jucuruçu em Prado, se instalou,

aproveitando o falhamento gerado por movimento bascular dos blocos, relacionado à ação neotectônica na área.

- **3ª Unidade: Rochas Pré-cambrianas**

As formações Pré-cambrianas ocorrem em Prado, a noroeste do Parque, na forma da serra do Gaturama e em formas de relevo colinares relacionados a estes tipos de rochas nos vales de médio e alto curso dos rios principais como o Buranhém, dos Frades e o Jucuruçu. Os alinhamentos mais elevados estão na margem oeste da UC e se estendem no sentido noroeste, não ocorrendo dentro dos limites atuais do Parque. O litótipo NP2jq, conhecido como Complexo Jequitinhonha, ocorre na ZA, a noroeste do PND, enquanto o litótipo Granito Guaratinga – São Paulinho está fora dos limites da ZA. A datação destas rochas varia dentro do período pré-cambriano: de 550 milhões de anos com os granitóides peraluminosos do tipo S. da província Mantiqueira, até aproximadamente 2,5 bilhões de anos atrás com as biotitas ortognaissicas do complexo Itapetinga.

Tectônica e aspectos estruturais

É possível identificar na área do PND e Zona de Amortecimento, dois domínios estruturais distintos: um formado pelas unidades pré-cambrianas e outro, pelas coberturas terciárias e quaternárias, ambas resultantes de processos neotectônicos.

Os principais elementos estruturais relacionados às rochas pré-cambrianas são as falhas e fraturas com direções noroeste-sudeste e nordeste-sudoeste, algumas das quais, segundo Moraes Filho (1999), se projetam no contexto das coberturas terciárias do grupo Barreiras. O autor sugere ainda que as foliações distintas de algumas rochas como quartzitos retratam os padrões de acamamento das formações. Em alguns locais, os traços de foliação desenham formas encurvadas que seriam possíveis dobramentos mais recentes.

As feições hidrogeomorfológicas possibilitam determinar as características principais das estruturas neotectônicas presentes na área das coberturas cenozóicas, onde predominam os litótipos do grupo Barreiras, sedimentos sobre os quais o PND e a maior parte do litoral do extremo sul da Bahia estão inseridos. Nesta área, os principais alinhamentos estruturais são obtidos a partir da observação da rede de drenagem e apresentam-se, principalmente, segundo direções noroeste-sudeste e nordeste-sudoeste, ou, subordinadamente, leste-oeste (Moraes Filho, 1999), o que reflete, acima de tudo, a ação neotectônica.

3.2.3. A geomorfologia

A geomorfologia da paisagem do PND pode ser considerada simples, constituída predominantemente por Tabuleiros Costeiros, modelados sobre os sedimentos do grupo Barreiras, envoltos em falésias escarpadas e vales estruturais encaixados (Figura 53). Estes tabuleiros possuem formas planas, baixa declividade (Figura 54) e são dissecados de forma diferenciada pelo trabalho fluvial, predominando formas tabulares de relevo, com altitude média entre 50 e 100 metros (Figura 55). Encontram-se dispersos sobre os tabuleiros litorâneos, pequenas depressões e forma de bacia, sazonal ou permanentemente alagadas, com características pedológicas e vegetacionais originais, localmente denominadas muçunungas, que em propriedades próximas aos limites do Parque são utilizadas para a formação de pastagens e dessedentação dos rebanhos (Figura 56).

Além dos tabuleiros, a Zona de Amortecimento apresenta as seguintes unidades morfoesculturais: Superfícies Pré-Litorâneas (Chas Pré-Litorâneas), o Modelo de Acumulação Fluvial e as Planícies Marinhas e Flúvio-Marinhas (Figura 53). A primeira, de relevo colinoso e por isso com a simetria um pouco mais acentuada, coincide com o domínio das rochas do embasamento pré-cambriano, na porção noroeste do Parque e está abrangida pela Zona de Amortecimento (Figuras 55 e 57). As Planícies Fluviais, Marinhas e Flúvio-Marinhas são constituídas por sedimentos quaternários e de formas planas, com baixíssima declividade, constituindo as praias e as planícies fluviais das principais drenagens. As Planícies Fluviais (Modelo de Acumulação Fluvial) são importantes do ponto de vista da extensão territorial somente no vale dos grandes rios (como na Zona de Amortecimento do Parque). Estas formas são pouco importantes dentro da UC. A extensão das planícies fluviais nos rios de maior porte pode ser explicada pelo rebaixamento do nível de base pela atividade neotectônica, que intensificou o processo de dissecção, ampliou o encaixe da drenagem gerando grandes vales encaixados, por vezes em forma de “U”, limitados por escarpas acentuadamente declivosas, como é o caso do graben do rio Jucuruçu,

muito perceptível no mapa hipsométrico do Parque e sua ZA (Figura 55).

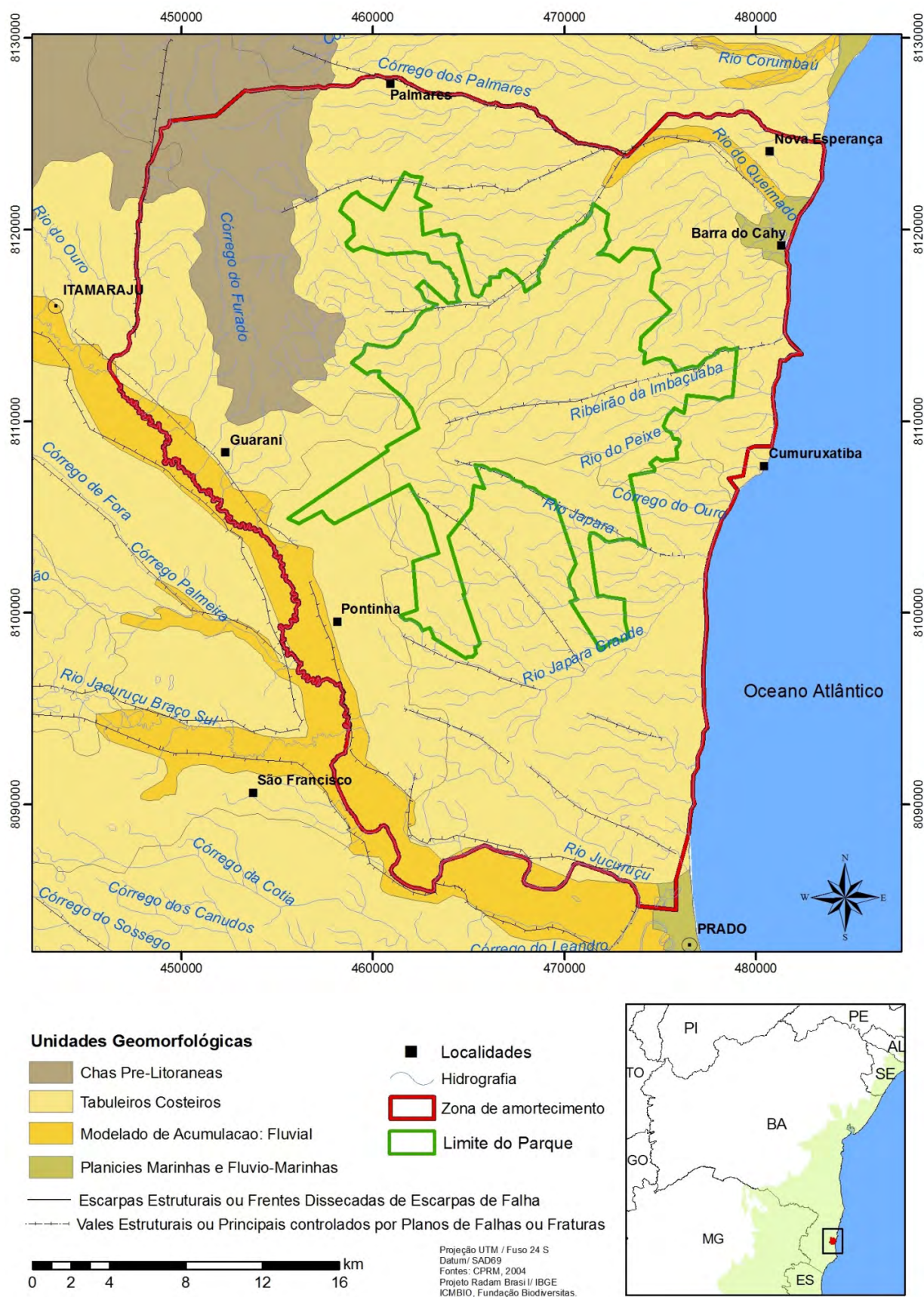


Figura 53: Carta geomorfológica do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

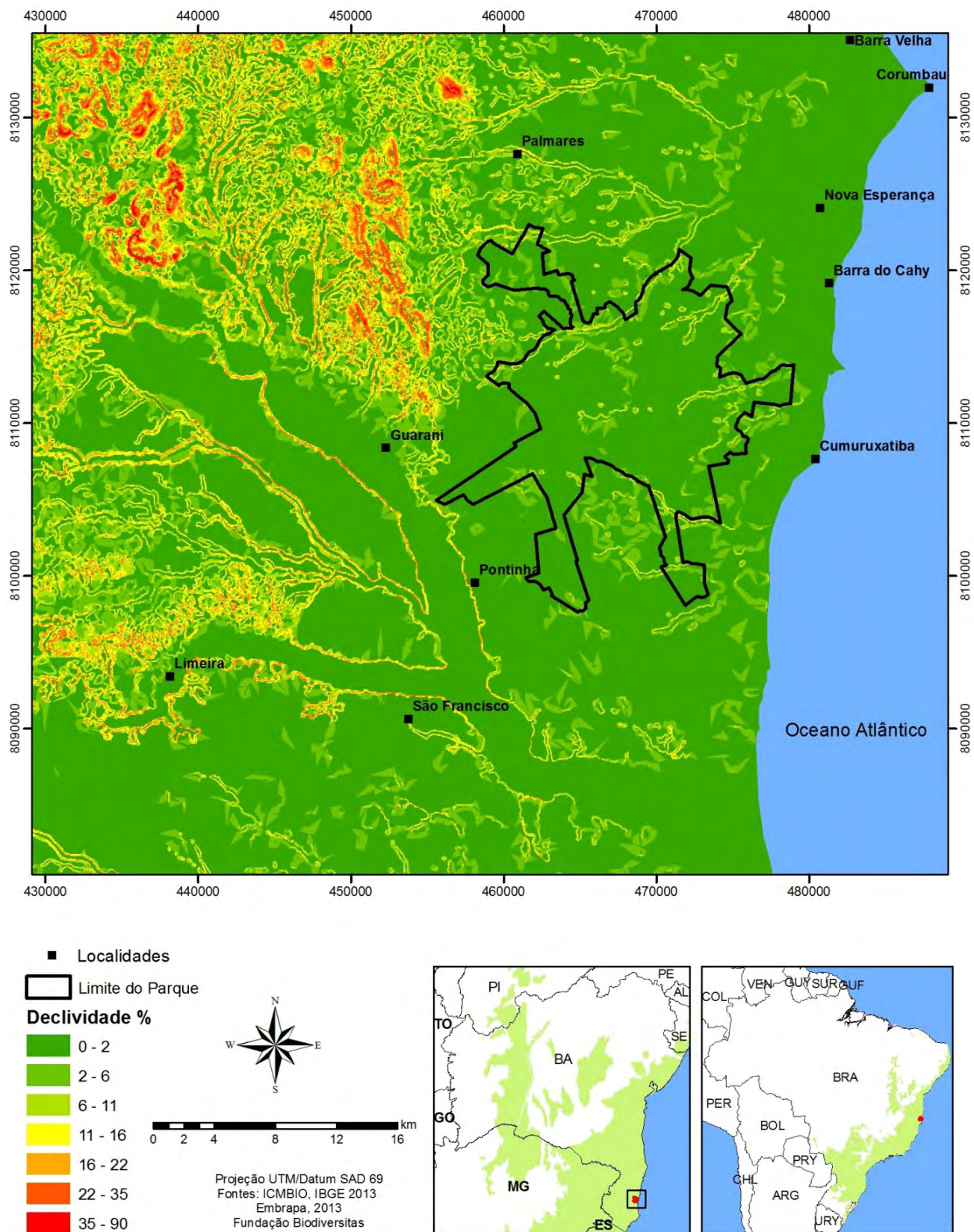


Figura 54: Carta de declividade do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

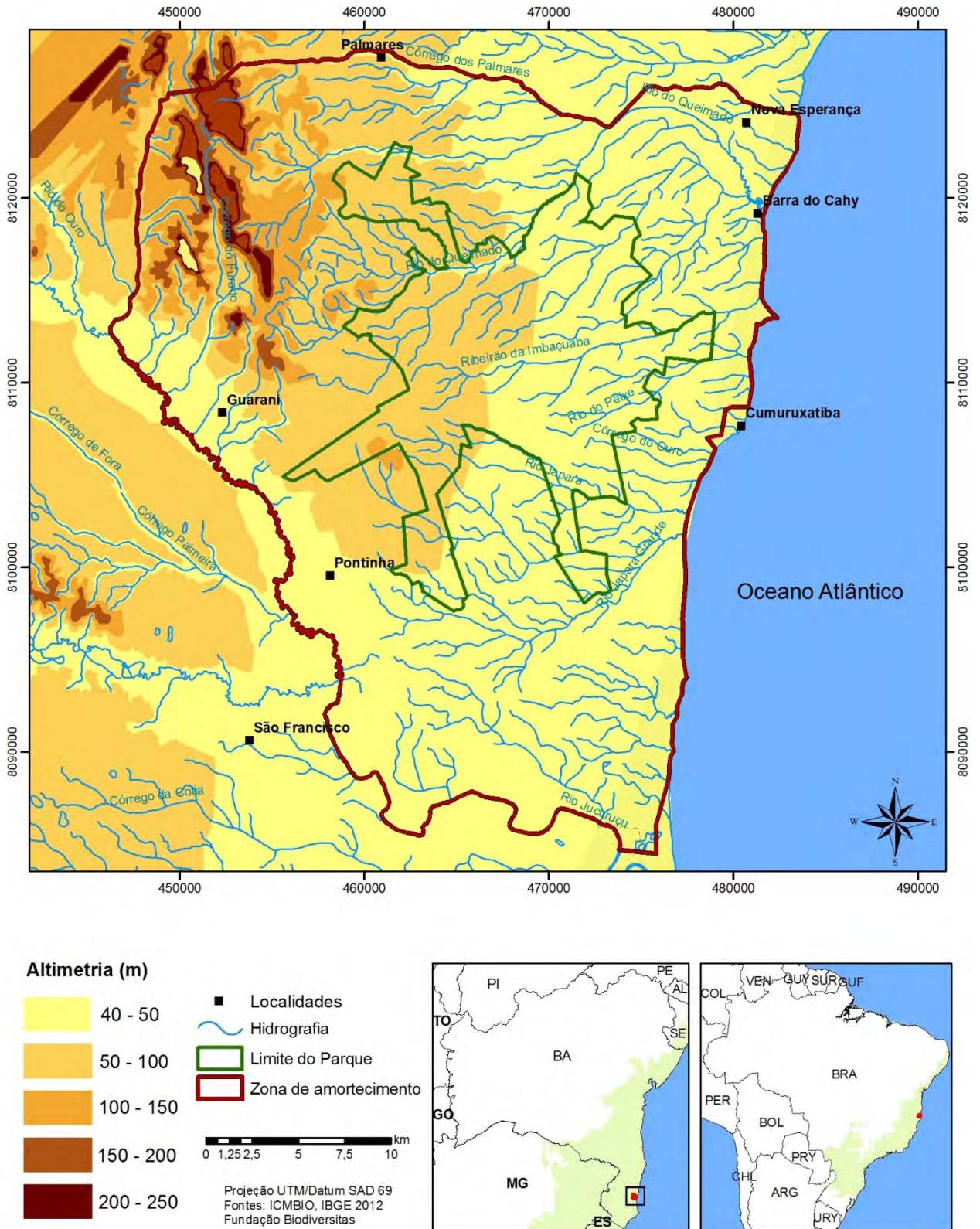


Figura 55: Mapa hipsométrico do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).



Figura 56: Depressões inundadas sobre Tabuleiros Costeiros em propriedade nos limites do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).



Figura 57: Superfícies colinosas e montes residuais, componentes da unidade geomorfológica das Superfícies Pré-Litorâneas, proeminentes nas imediações do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

3.2.4.Solos

Para a caracterização dos solos do PND e entorno, estes foram separados nas Unidades de Paisagem (UP) existentes na região, conforme de definição proposta por Bertrand (2004). Nesse sentido, para a delimitação das UP ali existentes foram integrados os componentes do meio abiótico, a exploração biótica e a utilização dada pelo homem às paisagens (Figura 58), tendo sido identificadas sete UP: a) muçunungas, b) fundos de boqueirões, b) área de cultivos familiares, d) tabuleiros com formações vegetais degradadas, e) tabuleiros ocupados por formações florestais, f) tabuleiros ocupados por pastagens, g) tabuleiros ocupados por silvicultura de eucalipto e g) tabuleiros ocupados por culturas comerciais.

As unidades muçunungas, os tabuleiros ocupados por formações florestais, as formações vegetais degradadas e os fundos de boqueirões compõem o conjunto de paisagens encontradas no interior da Unidade de Conservação. As demais UP compõem o conjunto de paisagens do entorno.

O Quadro 8 reúne as descrições de amostras consideradas mais representativas de acordo com as Unidades de Paisagem – UP6 identificadas para o Parque (Muçunungas, fundos de boqueirões, áreas de cultivos familiares e tabuleiros com formações vegetais degradada) e entorno (tabuleiros com formações vegetais degradadas, tabuleiros ocupados por formações florestais, tabuleiros ocupados por pastagens, tabuleiros ocupados por silvicultura de eucalipto e tabuleiros ocupados por culturas comerciais). No Quadro 8, são apresentadas as UP de onde foram extraídas as amostras, a posição topográfica de seu recolhimento, algumas de suas propriedades físicas mais importantes, a classificação e fotos de alguns perfis de solo.

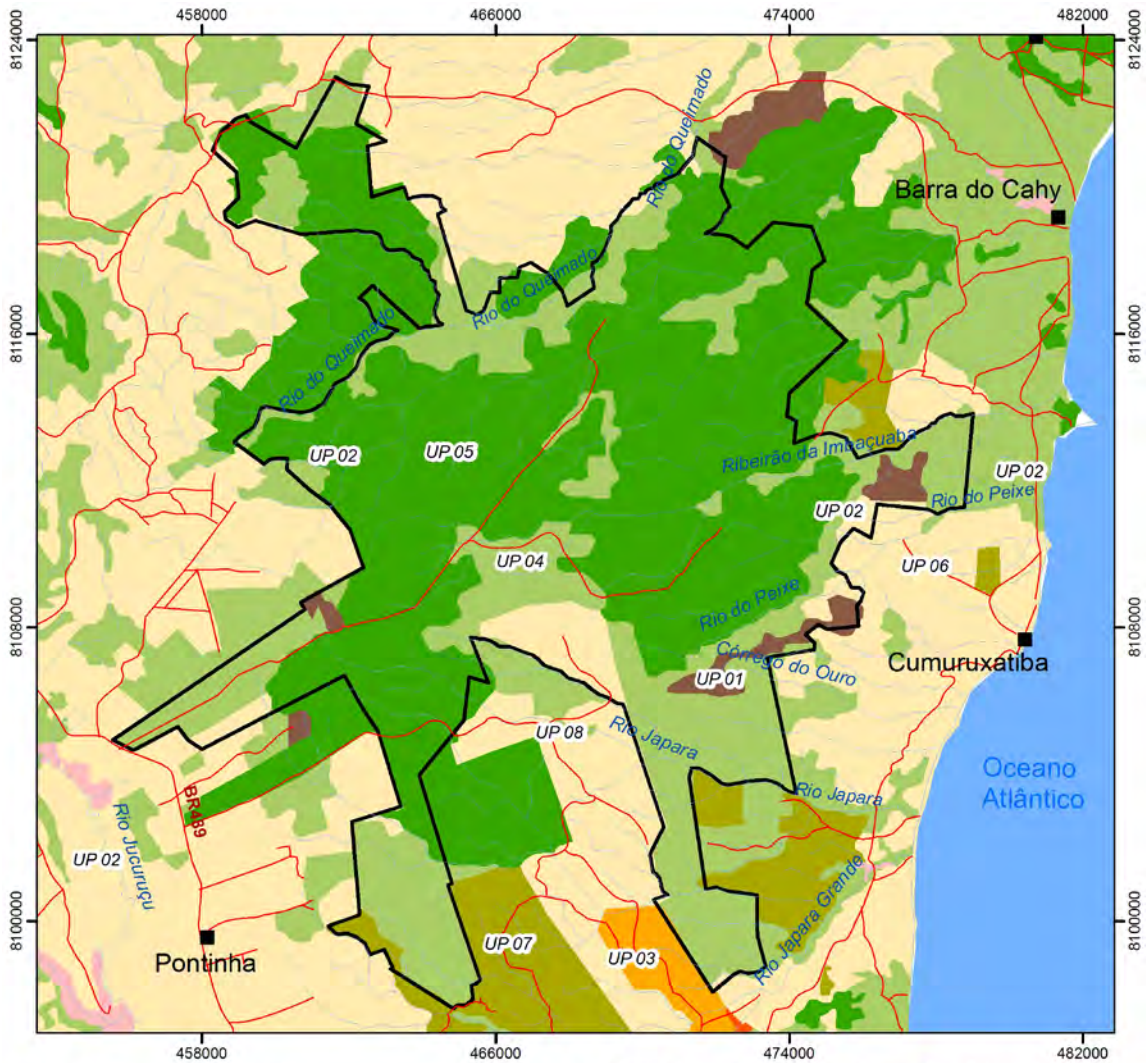
A partir da análise das UP, os solos considerados mais representativos na área do PND são classificados como argissolos, gleissolos e espodosolos. De acordo com a nova Classificação Brasileira de Solos (Embrapa, 2006), estes solos recebem a seguinte definição:

- **Argissolo:** em geral, são solos que apresentam um evidente incremento no teor de argila do horizonte superficial para o horizonte B, com ou sem decréscimo nos horizontes subjacentes. A transição entre os horizontes A e B é usualmente clara, abrupta ou gradual. Por definição, são solos constituídos por material mineral com argila de atividade baixa ou alta conjugada com saturação por bases baixas ou caráter alítico e horizonte B textural imediatamente abaixo de horizonte A ou E, e apresentando, ainda, os seguintes requisitos: a) horizonte plântico, se presente, não está acima e nem é coincidente com a parte superficial do horizonte B textural; b) horizonte glei, se presente, não está acima e nem é coincidente com a parte superficial do horizonte B textural.
- **Gleissolos:** solos que ocasionalmente podem ter textura arenosa (areia ou areia franca) somente nos horizontes superficiais, desde que seguidos de horizonte glei de textura franco arenosa ou mais fina. Por definição, são solos constituídos por material mineral, com horizonte glei dentro dos primeiros 150 cm da superfície, imediatamente abaixo de horizonte A ou E, ou de horizonte H (hístico) com espessura insuficiente para definir a classe dos Organossolos, satisfazendo ainda os seguintes requisitos: a) ausência de qualquer tipo de horizonte B diagnóstico acima do horizonte glei; b) ausência de horizonte vértico, plântico, ou B textural com mudança textural abrupta, coincidente com o horizonte glei; c) ausência de horizonte plântico dentro de 200 cm a partir da superfície do solo.
- **Espodosolos (“muçunungas”):** solos, em geral, muito pobres em fertilidade, moderada a fortemente ácidos, normalmente com saturação por bases baixa, podendo ocorrer altos teores de alumínio extraível. Por definição, são solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B espódico imediatamente abaixo de horizonte E, A ou horizonte hístico, dentro de 200 cm da superfície do solo, ou de 400 cm, se a soma dos horizontes A+E ou dos horizontes hístico + E ultrapassar 200 cm de profundidade.

A morfologia da paisagem do PND, conforme descrita anteriormente, pode ser considerada simples, constituída basicamente por tabuleiros litorâneos bastante planos e desníveis, por vezes abruptos, constituídos pelos boqueirões onde se encaixa a rede de drenagem. O material litológico sobre o qual se

⁶Conforme definição proposta por Bertrand (2004), para a delimitação das Unidades de Paisagem - UP existentes no Parna do Descobrimento e entorno, foram integrados os componentes do meio abiótico, a exploração biótica e a utilização dada pelo homem às paisagens, o que resultou na identificação de 7 UP: muçunungas, fundos de boqueirões, área de cultivos familiares, tabuleiros com formações vegetais degradadas, tabuleiros ocupados por formações florestais, tabuleiros ocupados por pastagens e tabuleiros ocupados por silvicultura de eucalipto.

desenvolvem os solos do Parque é constituído predominantemente por arenitos de textura média selecionada e argilitos, frutos da evolução geológica e paleoclimática da região. Estas condições garantem à paisagem um certo grau de estabilidade. Os processos de movimentação de massa e erosivos, avaliados na perspectiva da topografia são pouco importantes. O clima regional é predominantemente quente e úmido, o que favorece a formação de solos profundos e bem desenvolvidos.

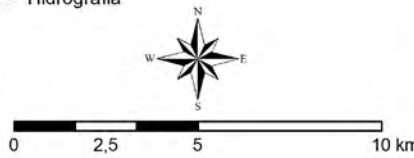


Unidades de Paisagem

- UP 01 Muçunungas em áreas degradadas
- UP 02 Fundos de boqueirões
- UP 03 Área de cultivos familiares
- UP 04 Tabuleiros com formações vegetais degradadas

- UP 05 Tabuleiros ocupados com formações florestais
- UP 06 Tabuleiros ocupados por pastagens
- UP 07 Tabuleiros ocupados por silvicultura de eucalipto
- UP 08 Tabuleiros ocupados por culturas comerciais

■ Localidades	— Estradas
□ Limite do parque	— Hidrografia
■ Formações Florestais	
■ Vegetação Secundária	
■ Formações Pioneiras	
■ Pastagem	
■ Policultura	■ Culturas Permanentes
■ Silvicultura	■ Áreas Degradadas



Projeção UTM / 24S / Datum: SAD 69
 Fonte: IBGE, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2008.
 ICMBIO, Fundação Biodiversitas, 2012

Figura 58: Unidades de Paisagem no Parque Nacional do Descobrimento e entorno (Prado, BA).

Quadro 8: Síntese das características dos solos do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) e entorno de acordo com as Unidades de Paisagem. *Posição na vertente: A – alta; M -média; B -baixa. **Perfil de scrito (em negrito)/N/A – não avaliado N/T – não possui.

UNIDADE DE PAISAGEM	Trincheiras/ Posição na vertente*			PROPRIEDADES						Classificação
	A	M	B	Organização	Textura	Cor	Cer osi da de	Poros	Consistência	
Formações vegetais degradadas	12	13	14	0-0 – 2cm			N/T	Médios a grandes		Argissolo
				A-0 a 13cm	Areno-argiloso	10YR 3/1 cinzento muito escuro	N/T	Poucos menores 1 mm	ligeiramente plástica e pegajosa - pouco duro	
				E-13 a 23cm	Argilo arenoso	10YR 5/4 bruno amarelado	N/T	Poucos	ligeira plasticidade e pegajosidade - duro	
				B-23 em diante	Argilo arenoso	7,5YR 6/8 amarelo avermelhado	N/T	poucos	Pegajosa e plástica	
Tabuleiros cobertos por formações florestais	13	17	16	O-6cm						Argissolo
				A-6 a 15cm	Areno-argiloso	5Y 2,5/2 preta	N/T	Muito poroso	friável e solto com ligeira plasticidade e pegajosidade	
				15 a 26cm	Areno-argiloso	5Y 4/4 oliváceo	N/T	Poroso Macro e micro	plástico e com pegajosidade	
				B-26 em diante	Areno-argiloso	2,5Y 7/8 amarelo	N/T	poucos	pegajoso e plástico pouco friável e compacto	
Fundo de boqueirão	15	14	15	O – 4 cm						Gleysolo
				A-4 – 25cm	Areno-argiloso	N/O	N/T	Muito poroso	friável e solto com ligeira plasticidade e pegajosidade	
				25 em diante	Argilo-arenoso	7/10Y cinzento esverdeado claro	N/T	N/T	pegajosidade e plasticidade	
Muçununga	10			A1-0 – 10cm	Arenosa	2,5Y 2,5/1 preta	N/T	Muito poroso	Não pegajoso	Espodossolo
				A2-10 – 30cm	Arenosa	10YR 2/1 preta	N/T	Muito poroso	duripãs. B espódico	
				B-30 em diante	Arenosa	branca	N/T	Muito poroso	Não pegajoso	
Tabuleiros cobertos por silvicultura eucaliptos	19			O- 0 – 2cm						Argissolo
				A-2 – 10cm	Arenoso	2,5Y 4/2 bruno acinzentado escuro	N/T	Muito poroso	Não pegajoso, não plástico, quebrável	
				E-10 – 35cm mancha	Arenoso	2,5Y 5/2 bruno acinzentado	N/T	Muito poroso	ligeira pegajosidade e ligeira plasticidade.	
				B-35 em diante	Arenoso francamente argiloso	2,5Y 7/4 amarelo claro acinzentado	lige ira	Micro poros	Ligeira pegajosidade	
Área de Cultivos familiares	18			A-0 – 12cm	arenoso	2,5Y 2,5/1 preto	N/T	Micro poros	muito friável e solto	Argissolo
				E-12 – 30cm	Areno franco argiloso	2,5Y 5/4 bruno oliváceo claro	N/T	Micro poros	ligeira pegajosidade, ligeiramente friável	
				B-30 – 100cm	Argilo-arenoso	2,5Y 6/6 amarelo oliváceo	N/T	Ausente	pegajosidade e plasticidade	
Tabuleiros cobertos por pastagens	11			O- < 1cm						Argissolo
				A- revolvido de 1 a 13cm	Areia fina	5Y 2,5/1 preta	N/T	Poroso	sem pegajosidade friável	
				E-13 a 60cm	Areia fina	5Y 4/4 oliváceo	N/T	Poroso	sem pegajosidade muito friável	
				B-60 em diante	Areno franco argiloso	5Y 6/6 amarelo oliváceo	N/T	Micro poroso	pouca pegajosidade muito friável	
Tabuleiros cobertos por culturas comerciais	12			O-						Argissolo
				A-0 a 16cm (revolvido)	Areno argiloso	5Y 3/2 cinzento oliváceo escuro	N/T	Micro poros	ligeiramente friável e ligeiramente pegajoso	
				B-16 em diante (revolvi-do)	Argilo arenoso	2,5Y 6/8 amarelo oliváceo	N/T	Estrutura compacta	ligeiramente friável e com pegajosidade	

Sobre a organização geral dos solos, observou-se a presença variável de um horizonte orgânico superficial. O horizonte A apresentou desenvolvimento vertical médio em torno de 10 cm, nos topos de tabuleiros, reduzindo-se ligeiramente nas encostas. Observou-se a presença de um horizonte transicional E de desenvolvimento vertical variável e um horizonte B, medianamente, a partir dos 30 cm de profundidade. Não foi observado o horizonte C.

Em concordância com essas características gerais, observou-se em quase todas as UP a predominância de solos com coloração nas matizes amarelas – 10YR e 7,5 YR, especialmente nos topos dos tabuleiros. Nos fundos de vales a coloração assume outras tonalidades, indicando a presença de processos físicos pouco diferentes daqueles dos topos de tabuleiros.

A textura dos solos amostrados indicou forte diferença entre os horizontes diagnósticos A e B. Predomina largamente a fração areia no horizonte A, enquanto o horizonte B é nitidamente argiloso. No horizonte B foi observada a presença de blocos subangulares, coesos de tamanhos diferentes. Os testes tácteis de consistência revelaram horizontes A geralmente friáveis e pouco pegajosos e consistência pegajosa e plástica nas amostras extraídas dos horizontes B. A porosidade foi uma propriedade que apresentou grande variabilidade, especialmente nas UP com um histórico de uso antrópico mais intenso. Observou-se porosidade maior nos horizontes A, arenosos e areno-argilosos e redução de dimensão e quantidade de poros nos horizontes B.

Dado o modelo de avaliação de solos (táctil e visual) e, em conformidade com o Sistema Brasileiro de Classificação de solos, estes foram considerados como argissolos amarelos, largamente predominantes nos topos de tabuleiros. É possível que nas encostas declivosas dos boqueirões possa ser observada a presença de neossolos. O bloco diagrama da Figura 59 esquematiza a distribuição esquemática dos solos no PND e sua Zona de Amortecimento.

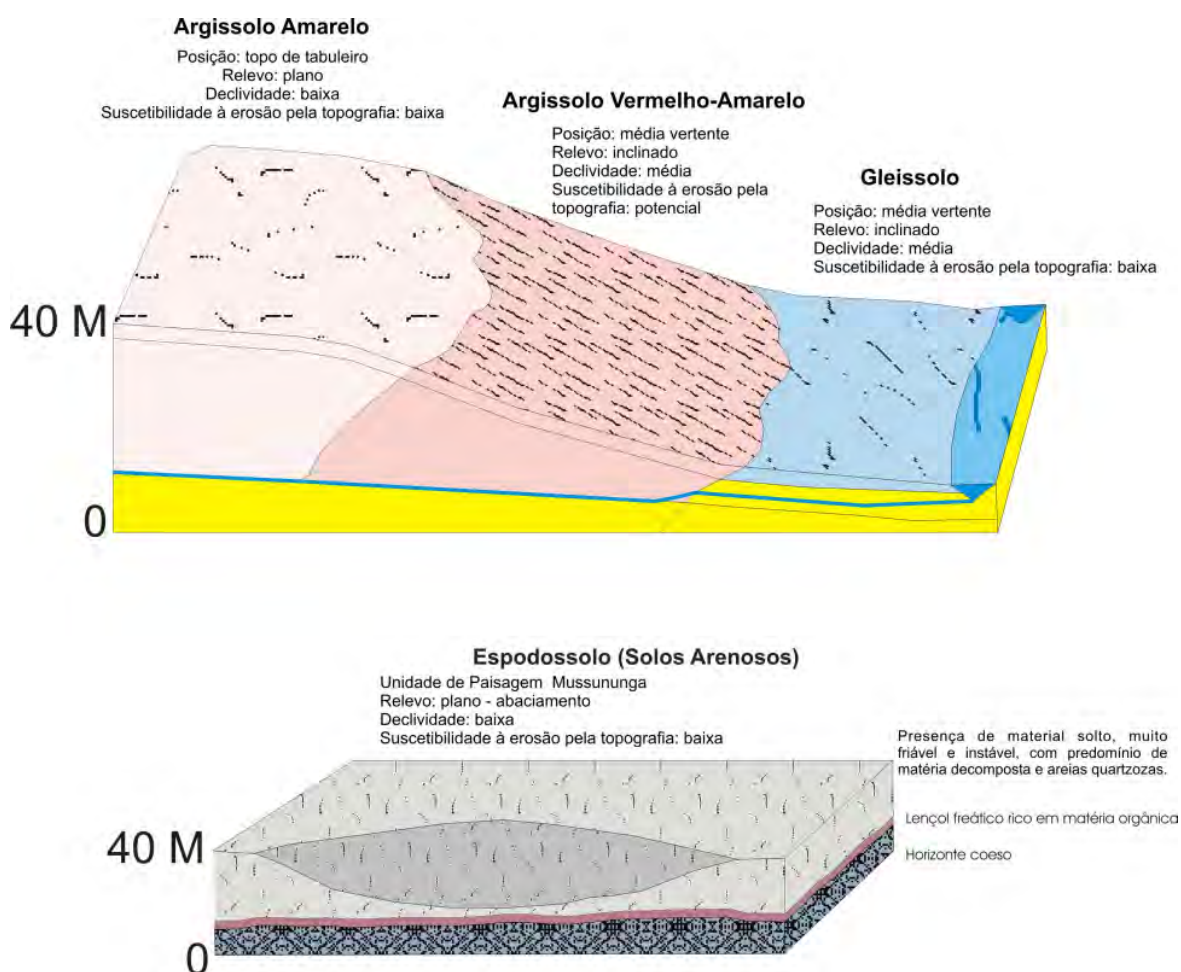


Figura 59: Bloco diagrama da distribuição dos tipos de solo no Parque Nacional do Descobrimento e sua Zona de Amortecimento (Prado, BA).

As trincheiras de solo abertas nas UP muçununga e fundos de boqueirão apresentaram, no entanto, peculiaridades em relação à descrição genérica anterior. As muçunungas (perfil T10) constituem depressões topográficas onde o lençol freático se aproxima da superfície, podendo aflorar sazonalmente e desenvolvem-se em áreas de topos dos tabuleiros litorâneos, apresentando organização, estrutura e propriedades específicas. Sobre a gênese das muçunungas (espodossolos) sobre tabuleiros aventa-se as seguintes hipóteses: a) desenvolvimento a partir de material das fácies de granulometria grosseira do próprio Barreiras; b) deposição de material arenoso do quaternário sobre o Barreiras; c) acidólise com destruição de argila e erosão do material mais arenoso para a parte abaciada com posterior formação do Espodossolo (Amorim & Oliveira, 2007). Nestas UP, a coloração do solo varia de preta em superfície a bruna e branca em subsuperfície. Observa-se um horizonte A com o mesmo desenvolvimento vertical que os demais solos com textura arenosa e coloração escura, indicando a incorporação de matéria orgânica à areia. A partir daí, está presente um horizonte B espódico, com uma camada endurecida (duripã). Poucos instantes após a abertura da trincheira, ela se preenche de água, indicando a ação da dinâmica hídrica nestes locais. A formação de horizontes endurecidos pode ser atribuída à ação de géis amorfos e materiais de baixa cristalinidade como Si, Al e Fe e ainda, possivelmente, pelo trabalho de argilas finas oriundas dos terrenos periféricos, o que potencializaria sua atuação como elemento de amálgama das partículas quartzosas das areias (Correa *et al.*, 2008). Esta hipótese se coaduna com a disponibilidade de argilas dos solos locais. As muçunungas possuem uma dinâmica hídrica particular e a abertura de trincheiras em sua área revelou a presença de água com coloração avermelhada e forte odor, indicando a importância da decomposição da matéria orgânica oriunda da vegetação sobrejacente. A vegetação sobre as muçunungas varia de tipos campestres (Figura 60), abertas a vegetação florestal. A forte presença de matéria orgânica, seu odor e coloração explicam a sua não utilização para as atividades domésticas, pela população local. Este tipo de solo foi classificado como espodossolo, distribuído pelas depressões abaciadas dos tabuleiros litorâneos.

No PND, as muçunungas revelaram-se relativamente preservadas, provavelmente, por suas limitações de uso. Não obstante, a supressão da vegetação original abre espaço para arenização da superfície e perda da matéria orgânica superficial, dificultando sua recuperação e potencializando a erosão eólica e/ou por escoamento superficial. Nestas áreas, o desflorestamento determina uma sucessão ecológica difícil, requerendo tempo e manejo especiais.



Figura 60: Vegetação de muçununga campestre (Prado, BA).

Os boqueirões constituem locais de deposição oriundos dos tabuleiros e de outras unidades geomorfológicas próximas. As trincheiras aberturas e fundos de boqueirões apresentaram aspectos bastante diferentes dos demais. Estes fundos possuem uma dinâmica hídrica peculiar, além de serem áreas de deposição de sedimentos oriundos dos tabuleiros limítrofes. Dentre as propriedades observadas no perfil T 5 destacam-se sua coloração variando de Bruno-oliva-escuro a cinzento-esverdeado claro, característica própria de perfis desenvolvidos na presença constante de água. Esta última coloração foi obtida a 25 cm de profundidade. Este solo foi classificado como gleysolos, distribuído pelos fundos de vales e boqueirões. A morfologia dos fundos de boqueirões e a presença constante da água e sua dinâmica são determinantes para compreensão do seu funcionamento. Salvo nos vales dos grandes rios, as planícies aluviais são pequenas e importantes pelo encaixamento da drenagem. Isso torna as várzeas estreitas, muito propensas a inundações e, portanto, tornando vulnerável o seu uso. A compactação e a erosão são alterações possíveis decorrentes do uso.

Em relação aos tabuleiros, estes se destacam pela extensão natural e seu uso mais intenso. Do ponto de vista dinâmico, os tabuleiros constituem superfícies de dissecação, estando mais sujeitos aos processos de retirada de material (erosão). Eles são planos e mais favoráveis à circulação e a exploração econômica, do que dos boqueirões e suas encostas.

As “formações vegetais degradadas” disseminam-se sobre os tabuleiros morfologicamente dominantes, mas também ocupam vales e encostas. As UP “tabuleiros cobertos por pastagens”, “tabuleiros cobertos por silvicultura de eucaliptos”, “tabuleiros cobertos por culturas comerciais”, “tabuleiros cobertos por florestas” ocupam largas porções espaciais (Figura 61). As “áreas de cultivos familiares” foram as UP mais ecléticas do ponto de vista de sua relação com a morfologia e a dinâmica natural das paisagens, ocupando os fundos de vales bem como os tabuleiros. Neste caso, razões de ordem socioeconômica e cultural podem explicar o verificado. Enquanto isso, as “muçungas” parecem ter uso mais restrito, estando cobertas de vegetação florestal ou campestre e os “fundos de boqueirões” estão cobertos por florestas ou utilizados como pastagens, por vezes inundáveis.



Figura 61: Toposequência do uso do solo na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A análise comparada das UP que se sustentam sobre os tabuleiros litorâneos revela aspectos interessantes dos usos sobre os solos, e possivelmente a propriedade física mais impactada seja a porosidade. Nas áreas florestais (tomada como a mais representativa dos aspectos naturais) uma característica geral é a presença de horizontes porosos e atividade biológica perceptível nos horizontes subsuperficiais. Os solos dos tabuleiros, geralmente argilosos são coesos e têm a tendência a se compactar antes de seu uso. Esta transformação é nítida nos tabuleiros ocupados pela pecuária. A compactação, por sua vez, reduz a percolação, potencializa o encharcamento e viabiliza a lavagem das argilas, que tendem a se mover em direção aos cursos d'água, conforme observado em campo. Esta compactação do solo, pela atividade pecuária, por sua vez, potencializa os processos erosivos dos tabuleiros. Novamente, pode-se observar o aporte de sedimento arenoso nos cursos d'água como testemunho do processo erosivo. Enfatiza-se a perda do horizonte mais superficial, de origem orgânica, ou horizonte O.

Os tabuleiros cobertos por silvicultura de eucaliptos revelaram compactação e perda de porosidade. Além disso, foi observada a desorganização da estrutura do solo por aragem e supressão do horizonte O, substituído por fina camada de restos de folhas de eucalipto em área de manejo abandonada. Somada à

supressão da vegetação natural e a compactação do solo observou-se a presença de escoamento difuso, em lençol, organizando-se na forma de sulcos, nas beiras das estradas. Observou-se pouca atividade biológica em subsuperfície.

Não foram observadas transformações importantes das propriedades físicas do solo nas áreas de vegetação degradada, salvo a supressão ou redução do horizonte O, por erosão ou queimadas, alteração da coloração do solo de preta para cinzenta, possivelmente pela redução da incorporação de matéria orgânica. Não obstante, a instalação de uma vegetação secundária e a geração de matéria seca em abundância reforça sua vulnerabilidade ao fogo. Estas áreas devem receber a atenção especial para a prevenção de incêndios potencialmente devastadores.

Nas áreas ocupadas por cultivos familiares observou-se a supressão do horizonte O (orgânico) e redução da profundidade nos horizontes E e B, e quanto ao horizonte A revelou a presença de microporos. Observou-se também a formação de grumos endurecidos, destruição da organização do solo pelas práticas de cultivo, presença de escoamento em lençol e concentrado.

3.2.5. Hidrografia

A área do PND é drenada por sete bacias hidrográficas: Jucuruçu, Japara, Japara Grande, do Ouro, Imbaçuaba, do Peixe e Cahy. As bacias dos rios Cahy e Imbaçuaba são as mais importantes do ponto de vista de extensão territorial no interior da UC (Figura 62).

O padrão de drenagem é variado, sendo que na região da serra do Gaturama, predomina o padrão de drenagem dendrítico, o que coaduna com a morfologia do relevo regional e sua litologia. Não obstante, na mesma bacia hidrográfica do rio Cahy, observa-se a presença de uma rede drenagem paralela, de orientação SW-NE, indicando importante controle estrutural da drenagem. Conforme já descrito no tópico referente a geologia, os rios principais apresentam-se de alinhamentos estruturais, formando estruturas de “*graben*” como ocorre com o rio Jucuruçu, a W e SW da UC. Ao N., pode-se observar o caprichoso traçado do rio Cahy, que de orientação SW-NE inflete bruscamente em direção SE, capturado por um sistema de falhas locais.

Aplicada a técnica de identificação da densidade de drenagem por unidade de área observou-se que os maiores resultados, no interior da UC, referem-se à bacia do Cahy. De fato, se destaca a quantidade de nascentes localizadas na região da serra do Gaturama, no entorno do Parque. Essas peculiaridades sugerem a necessidade de estimular a proteção dos mananciais da serra ou a criação de algum tipo de UC que viabilize sua preservação.

A aplicação da metodologia proposta por Strahler de hierarquização dos rios das bacias hidrográficas que ZA mostra a importância assumida pelos rios Jucuruçu, Japara Grande e Cahy no contexto regional. O Jucuruçu é o maior rio regional, estando no nível hierárquico de nº7. A maior parte dos rios que drenam o PND é de 1ª. e 2ª. ordem. Isso significa que possuem suas nascentes no interior desta UC. Neste caso, a UC funciona também com protetora de um conjunto de mananciais que a bastecem e drenam a área litorânea local.



- Localidades
- ~ Hidrografia
- Zona de amortecimento
- Limite do Parque

0 1,5 3 6 9 12 Km

Projeção UTM / 24S / Datum: SAD69
 Fontes: SEI, MMA, IBGE, PNPB
 ICMBIO, Fundação Biodiversitas



Figura 62: Hidrografia do Parque Nacional do Descobrimento e Zona de Amortecimento (Prado, BA).

Em relação ao regime hidrológico, o padrão de vazão dos rios do Parque segue o mesmo padrão dos rios da região em que está inserido, com um comportamento pluviométrico de forma geral. Neste caso, as maiores vazões deverão ocorrer nos meses de abril maio e novembro-dezembro.

No interior do Parque, a Lagoa Só Não Vou possui um grande potencial turístico, por possuir beleza cênica e a possibilidade de visualização de representantes da fauna do Parque, como um jacaré e aves aquáticas (Figura 63). No entanto, na Lagoa há pontos de assoreamento com processo de sucessão ecológica instalado. O assoreamento pode estar relacionado com a presença de argissolos nos topos dos tabuleiros e de argissolos e neossolos nos declives dos boqueirões e de espodossolos nas depressões dos tabuleiros litorâneos. Estes solos possuem propensão à erosão, das suas peculiaridades físicas.



Figura 63: Lagoa Só Não Vou, potencial turístico do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

3.2.6. Qualidade da água no Parque Nacional do Descobrimento e entorno

A avaliação dos parâmetros físicos e químicos para 14 pontos de amostragem (Figura 64) localizados nos corpos d'água do PND apontou para águas de boa qualidade, com boas taxas de oxigenação, valores reduzidos de condutividade elétrica e baixos teores de sólidos dissolvidos e nutrientes (Tabela 11).

Todavia, algumas especificidades foram encontradas. Os valores de pH se tiveram ácidos ou ligeiramente ácidos na quase totalidade dos ambientes aquáticos visitados. Nesse caso, tais alterações provavelmente ocorrem em decorrência de possíveis aumentos dos teores orgânicos no corpo d'água, os quais, quando decompostos, reduzem o valor de pH pelo aumento da concentração de gás carbônico, estando também relacionado com o consumo de oxigênio dissolvido (Tundisi & Matsumura-Tundisi, 2008). As comunidades aquáticas podem interferir nos valores de pH do meio da assimilação do CO₂, pois durante o processo de fotossíntese as macrófitas aquáticas e as algas podem elevar o pH do meio, principalmente quando a água tem baixa capacidade de neutralizar ácidos (Wetzel, 2001).

Em alguns ambientes, o pH pode ser baixo por influências naturais, como é o caso de ambientes aquáticos com elevados teores de cor, em decorrência da presença de ácidos húmicos provenientes de decomposição da vegetação. Nesta situação, o pH das águas é sempre ácido (valores entre 4 e 6) (Tundisi & Matsumura-Tundisi, 2008). Esse é o caso das águas estudadas no Parque Nacional do Descobrimento, uma vez que a maioria dos corpos hídricos ainda se encontra em bom estado de preservação, com baixa influência antrópica. Além disso, as altas taxas de decomposição de material orgânico, responsáveis pela alteração no pH, puderam ser verificadas em campo, uma vez que havia grande quantidade de folhagem e material lenhoso nas margens dos ambientes onde foram realizadas as medições (Figura 65).

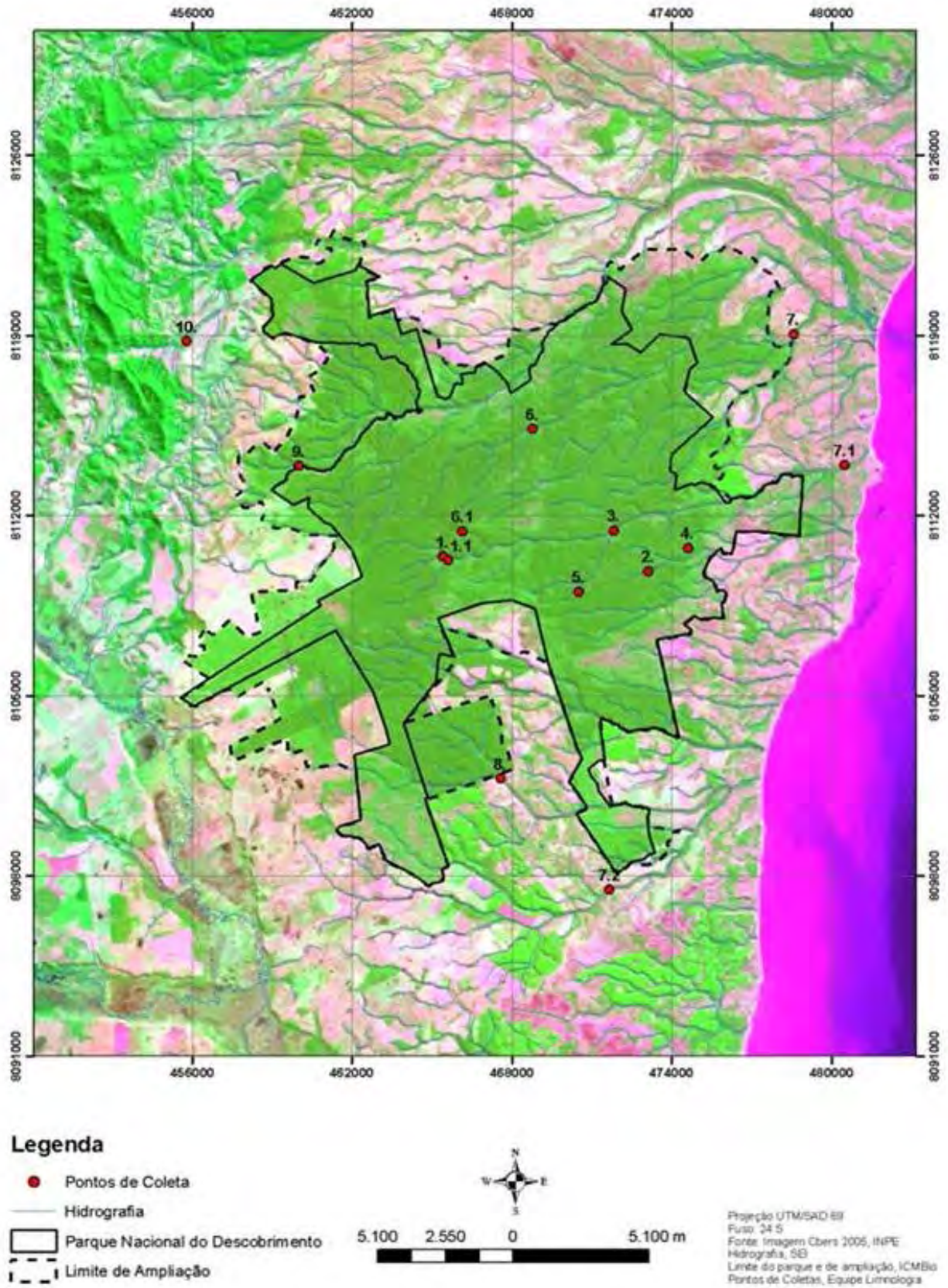


Figura 64: Pontos de amostragem para análises limnológicas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Tabela 11: Resultados das análises físicas e químicas da água, no PND, medidas *in situ* e em laboratório. Nota: infrações aos valores estabelecidos na Resolução CONAMA 357/05 (classe 2) destacados em vermelho.

Ponto	Data e Hora	Temperatura da Água (°C)	Oxigênio Dissolvido (mg/l)	Percentual Saturação de OD (%)	pH	Condutividade Elétrica (µS/cm)	Sólidos Dissolvidos Totais (mg/l)	Fósforo Total (mg/l)	Nitrogênio Total (mg/l)
1	3/8/20 09 - 09:30	21,8	5,2	59	5,1	48	33	0,08	< 1,0
1.1	3/8/20 09 - 10:00	21,97	4,1	47,5	5,9	51	35	-	-
2	3/8/20 09 - 11:15	22,89	6,3	75	6,4	58	39	0,07	< 1,0
3	3/8/20 09 - 12:00	21,22	5,97	67	6,5	47	33	0,03	< 1,0
4	3/8/20 09 - 12:40	23,5	5,1	59	6,1	54	36	0,01	< 1,0
5	3/8/20 09 - 13:20	24,4	4,68	55,2	5,8	54	36	-	-
6	3/8/20 09 - 14:10	21,3	5,51	62	6,4	50	35	0,09	< 1,0
6.1	3/8/20 09 - 14:40	21,9	3,5	39,8	6,8	53	36	-	-
7	4/8/20 09 - 10:20	20,72	4,61	51,4	5,8	52	37	0,04	< 1,0
7.1	4/8/20 09 - 10:50	20,89	4,6	51,4	5,7	47	33	-	-
7.2	4/8/20 09 - 12:10	23,15	4,93	57,5	6,2	55	37	-	-
8	4/8/20 09 - 13:00	21,82	5,5	62	5,7	50	35	0,09	< 1,0
9	4/8/20 09 - 14:40	22,42	5,65	65,1	6,3	62	42	-	-
10	3/8/20 09 - 15:20	22,03	1,4	15	6,5	80	56	0,15	< 1,0



Figura 65. Lagoas e córregos avaliados no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), com presença de material orgânico.

As altas taxas de decomposição de material orgânico também podem ser relacionadas aos valores registrados para o oxigênio dissolvido, que foram baixos em alguns pontos, incluindo as lagoas, as quais tradicionalmente possuem valores mais baixos, em consequência da menor troca gasosa entre a água e o ar. A alteração nos teores de oxigênio dissolvido em locais com altas concentrações de matéria orgânica é normal e se deve ao fato de haver consumo desse gás por parte dos micro-organismos responsáveis pela decomposição (Wetzel, 2001).

Embora o pH e o oxigênio dissolvido estivessem em algumas situações fora dos limites estabelecidos pela Resolução CONAMA 357/05, esses valores são normais para a região, como elucidado anteriormente, não devendo ser motivo para alardes. As leituras de condutividade elétrica também refletiram a presença de uma carga de material dissolvido nas águas, nesse caso formado por íons e cátions. As leituras foram bastante uniformes, oscilando próximo a $50 \mu\text{S/cm}$. Justamente um dos pontos localizados fora dos limites do Parque, o qual drena águas que passam por uma mina de caulim, registrou maiores valores desse parâmetro, com leitura de $80 \mu\text{S/cm}$.

O mesmo padrão pode ser observado para os teores de sólidos dissolvidos totais, que foram baixos nos pontos dentro do Parque ou fora, em áreas ainda preservadas, e maiores no ponto 10. Cabe ressaltar que nesse local também há ausência de vegetação ciliar, com predomínio de pastagens, o que favorece o aporte externo de material orgânico e inorgânico para o corpo d'água, principalmente em épocas de chuva.

Quando analisados os nutrientes, observa-se padrão semelhante ao encontrado para a condutividade elétrica, com o ponto 10, próximo à mineração de caulim, apresentando maiores concentrações de fósforo total do que os demais, estando, inclusive, acima do limite estabelecido na Resolução CONAMA 357/05 (Tabela 11). As demais concentrações, com exceção do ponto 1 - uma lagoa, cujo resultado já era esperado em função da alta carga de material orgânico -, apresentaram concentrações de fósforo total na coluna d'água em consonância com a legislação.

O outro nutriente avaliado, nitrogênio total, registrou leituras inferiores a 1 mg/l em todas as estações amostrais, evidenciando a baixa disponibilidade desse elemento nesses locais. O estudo de fósforo e nitrogênio é importante porque as concentrações de nutrientes na coluna d'água são um dos fatores mais determinantes para a estruturação de toda cadeia trófica presente no ecossistema aquático, sendo o fósforo e o nitrogênio os nutrientes limitantes ao crescimento dos produtores primários, grupo que possui papel fundamental na determinação do restabelecimento da cadeia alimentar e no processo de eutrofização dos ambientes aquáticos (Wetzel, 2001). Nutrientes em altas concentrações na água propicia o crescimento exagerado desses organismos, cujos principais representantes são as algas e as macrófitas aquáticas, que aumentam drasticamente.

A análise global dos resultados físicos e químicos demonstra a importância do Parque Nacional do Descobrimento na preservação e manutenção da qualidade das águas dos ecossistemas aquáticos da região. Esse fato se deve principalmente à preservação da vegetação ciliar e da bacia drenagem, bem como na redução de atividades antrópicas com potencial poluidor, como a mineração e os aglomerados urbanos.

3.2.7. Vegetação

Caracterização das formações vegetais

A fitofisionomia dominante no PND é a floresta ombrófila densa sobre tabuleiros costeiros de formação Barreiras, com três estratos e um dos sel alcançando 25 a 40 metros de altura, em geral incompleto, devido à extração madeiras seletiva antes da criação da Unidade. Os ecossistemas do Parque e entorno apresentam um mosaico de áreas quase primárias com outras em diferentes níveis de perturbação e em diversos estágios de regeneração. O sub-bosque tem grande quantidade de epífitas e lianas lenhosas, o que demonstra localmente seu bom estado geral de conservação. Extensas áreas de floresta bem conservadas estão fora dos limites do Parque, muitas dessas transformadas em RPPN.

O tabuleiro na região do Parque atinge o limite da praia, formando localmente falésias. Na faixa de tabuleiro mais próxima ao litoral encontram-se áreas de muçununga, fitofisionomia tipicamente regional, sobre areia ou espodossolos terciários, com gradientes edáficos, desde formações arbóreas baixas até campos nativos periodicamente encharcados.

Foram identificadas quatro fitofisionomias vegetais nas florestas de tabuleiro do PND, seguindo basicamente a classificação proposta por Peixoto *et al.* (2008): floresta alta, floresta de muçununga, formações pioneiras e campos nativos.

- **Floresta alta:** Essa é a formação arbórea mais representativa das florestas de tabuleiro no PND (Figura 66). Ocorre sobre solo argiloso ou argilo-arenoso. Apresenta o dossel alto e denso, com árvores que podem atingir os 40 m de altura. Essas, de fuste reto e cilíndrico, não se distribuem homogênea e em certos pontos se adensam em outros locais. Apresenta-se, via de regra, com estratificação bem definida, latifoliolada, sempre-verde, e com muitas espécies.

O sombreamento do sub-bosque, promovido pela cobertura densa e uniforme do dossel, faz com que o estrato inferior seja bastante rareado em número de espécies. No entanto, hemi-epífitas e epífitas estão bem representadas, especialmente pela família Araceae e por representantes do grupo das samambaias. Nessa formação é comum observar espécies de árvore de grande porte como *Parkia pendula*, *Caryocar edule*, *Hydrogaster trinerve*, *Ecclinusa ramiflora*, *Virola sp.* e *Lecythis lurida*.

Nos estratos inferiores da floresta alta poucas espécies arbóreas são encontradas, destacando-se *Paypayrola blanchetiana*; *Eugenia cf. flamingensis* e algumas espécies de Rubiaceae. Dentre as fitofisionomias características de florestas de tabuleiro, na Floresta Alta foi observada a maior proporção de espécies dotadas de diásporos com características associadas à dispersão por animais (Carvalho, G.M., dados não publicados).



Figura 66: Pesquisadores na área de floresta alta no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

- **Floresta de muçununga** (Figura 67): Ocupa áreas de tabuleiro com solo arenoso, úmido, e poroso. Segundo Meira Neto *et al.* (2005), esse tipo de vegetação apresenta fitofisionomia, estrutura e composição florística diferentes das porções florestadas que as circundam.

Além disso, segundo os mesmos autores, caracteriza-se por possuir um componente arbóreo pouco denso e o componente herbáceo-arbustivo predominante. Entretanto, a variação fitofisionômica das muçunungas é tão grande quanto a aquela observada em vegetação de Cerrado. Uma diversidade significativa pode ser verificada nas zonas de transição entre as florestas de muçununga e outras formações vegetacionais encontradas na região. Essas transições variam desde áreas com árvores menores (transição para os Campos Nativos) até áreas onde as árvores são bastante robustas (transição para a floresta alta).

As zonas de transição também são caracterizadas pela presença de um grande número de representantes da família Arecaceae, incluindo Euterpe edulis Mart. Nas áreas de Muçununga, sobretudo as áreas de floresta de muçununga e muçununga arbustivo-herbácea, são comuns as arbóreas como *Tabebuia cassinoides* DC.; *Conchocarpus longifolius* (A. St. Hil.) Kallunki & Pirani; *Rauia nodosa* (Engl.) Kallunki; *Solanum sooretamum* Carvalho; *Tabernaemontana salzmanii* A. DC.; *Chrysophyllum splendens* Spreng. e *Tovomitia amazônica* (Poepp.) Walp. Observa-se que há maior abundância e diversidade de epífitas e espécies de sub-bosque com representantes das Famílias Bromeliaceae e Orchidaceae e espécies de Rubiaceae, respectivamente.



Figura 67: Campo nativo com floresta de muçununga no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), em 03/11/2009.

- **Formações pioneiras** (Figura 68) : áreas permanentemente ou sazonalmente inundadas. São complexas em relação a sua descrição e definição, pois apresentam fisionomias muito variadas, provavelmente como resultado de diferenças no nível de influência fluvial. As áreas permanentemente inundadas sustentam vegetação herbácea e são geralmente associadas aos campos nativos ou às margens de cursos d'água. Os principais componentes desta formação são densos agrupamentos de espécies de Cyperaceae, bem como representantes de Asteraceae, Melastomataceae, e Poaceae. As samambaias *Blechnum serrulatum* Rich. E *Lygodium volubile* Sw. são muito comuns nessas áreas.



Figura 68: Formação pioneira com floresta de muçununga ao fundo, no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..

- **Campos nativos:** No PND, os campos nativos ocorrem exclusivamente sobre solo arenoso, formando enclaves dentro das florestas altas e de muçununga (Figura 69). Podem ser representados por campos abertos com vegetação graminóide, ou vegetação arbustivo-arbórea constituindo moitas características. Esse tipo de vegetação ocorre apenas nas florestas de tabuleiro do sul da Bahia e norte do Espírito Santo, apresentando composição florística muito similar às restingas do sudeste do Brasil (Peixoto, 2008).

As samambaias *Actinostachys pennula* (Sw.) Hook., *Blechnum serrulatum* Rich., e representantes da família Lycopodiaceae são comuns nestas áreas. Em áreas alteradas, *Pteridium arachnoideum* (Kaulf.) Maxon e outras espécies invasoras tendem a formar densas populações, especialmente devido à esparsa cobertura vegetal. Nesses ambientes, bem como nas muçunungas mais abertas, ocorrem espécies das famílias Eriocaulaceae; Xyridaceae; Lythraceae; Theaceae; Erythroxylaceae; entre outros componentes característicos de habitats associados a restrições hídricas ou condições edafo-climáticas extenuantes.

Essa tendência de colonização dos campos nativos por espécies de características notadamente mais xérica evidencia-se também pelas estratégias de dispersão de diásporos observadas nessas

espécies. Normalmente encontram-se nos campos nativos proporções altas de espécies anemocóricas em relação às outras fitofisionomias dos tabuleiros (Carvalho, G.M., dados não publicados).

No PND foram amostrados, por ocasião dos levantamentos realizados para a elaboração deste Plano de Manejo, 803 indivíduos pertencentes a 250 espécies, distribuídas em 52 famílias botânicas (Quadros Anexos 1-3). Do total de morfoespécies identificadas, 34,4% ocorreram exclusivamente em área de muçununga, 25,2% apenas na floresta alta e 40,4% foram co-ocorrentes. As espécies mais abundantes foram *Pausandra morisiana* (33 indivíduos), *Arapatiella psilophylla* (32); *Tabebuia cassinoides* (30), *Paypayrola blanchetiana* (24) e *Eriotheca macrophylla* (21).



Figura 69: Campo nativo com floresta de muçununga ao fundo, no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A amostragem em floresta de muçununga no PND evidenciou uma abundância total de 453 indivíduos (em média 45 indivíduos + 9,49 por 0,01ha); diâmetro médio 6,81cm (+ 7,52); altura média de 8,91m (+ 4,85). O número total de espécies foi de 164 espécies e as mais abundantes foram *Aspidosperma discolor* (18 indivíduos), *Cochocarpus longifolius* (18), *Gomidesia martiniana* (13), *Arapatiella psilophylla* (11) e *Maclobium latifolium* (11). Os maiores diâmetros foram observados em *Eriotheca macrophylla* (101cm), *Aspidosperma discolor* (50,7cm) e *Chrysophyllum splendens* (35,7cm). As famílias mais ricas foram Myrtaceae (26 espécies), Fabaceae (20 spp.), Sapotaceae (14 spp.), Lauraceae (10 spp.), Rubiaceae (10 spp.), Annonaceae (7 spp.), e Chrysobalanaceae (7 spp.).

A área de floresta alta apresentou uma abundância total de 453 indivíduos arbóreos, ou cerca de 35 indivíduos por 0,01ha. O diâmetro médio registrado de 9,33cm (+ 12,79) e a altura média 10,52 (+ 6,71). A riqueza total foi de 149 espécies e as mais abundantes foram *Arapatiella psilophylla* (19 indivíduos), *Eugenia* sp. 3 (17), *Coussarea* sp.1 (14), *Eugenia* cf. *flamingensis* (12) e *Paypayrola blanchetiana* (12) foram as espécies mais abundantes. Os maiores diâmetros foram observados em *Eriotheca macrophylla* (100cm), *Lecythis lurida* (97cm) e *Manilkara* sp. 1 (91,5cm). As famílias mais representativas em número de espécies foram Myrtaceae (26 espécies), Fabaceae (16 spp.), Sapotaceae (16 spp.), Lauraceae (10 spp.), Rubiaceae (10 spp.), Annonaceae (7 spp.) e Chrysobalanaceae (7 spp.). Elaborando-se diagramas

de perfis de diversidade de árvores relacionados com a riqueza específica em função de diferentes índices de diversidade (Figura 70), em cada uma das fitofisionomias, foi possível inferir que no caso do PND, a fitofisionomia de muçununga apresentou-se mais rica e mais equitativa na distribuição de indivíduos entre diferentes espécies, tendendo, portanto, a ser menos diversa do que a floresta alta.

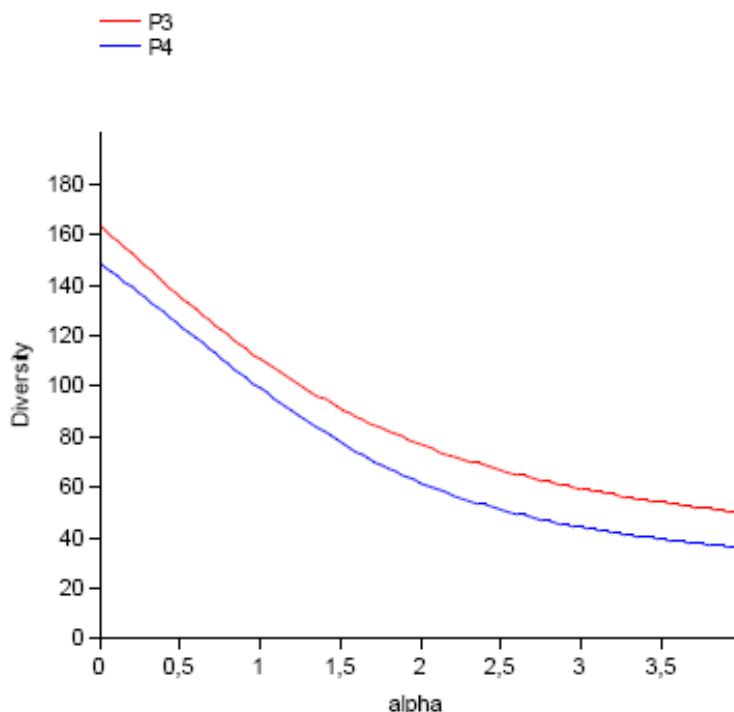


Figura 70: Perfis de diversidade do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), abrangendo as suas duas fitofisionomias (P3 = muçununga; P4 = floresta alta).

A comunidade da fitofisionomia de muçununga no PND apresentou o perfil de diversidade mais distinto em relação às demais amostras. Entretanto, as áreas de muçununga do Parque coincidem com os locais onde ocorreram incêndios. Essas perturbações por sua vez podem ter favorecido a eliminação de determinadas espécies e invasão de espécies alóctones. Desse modo, pode ter ocorrido uma alteração da estrutura original da comunidade por meio de eliminação de espécies raras e redução do número de indivíduos das espécies abundantes.

O resultado das curvas de acumulação de espécies em função do esforço amostral empregado em cada uma das fitofisionomias do Parque indicou que o esforço amostral empregado está aquém do que seria necessário para se alcançar amostras representativas das comunidades estudadas (Figuras 71-73).

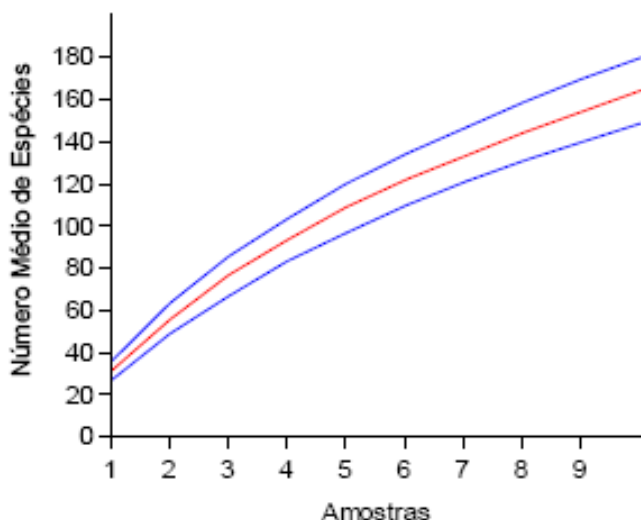


Figura 71: Curva de acumulação de espécies do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), considerando a amostragem na fitofisionomia de muçununga (Intervalo de Confiança de 95%).

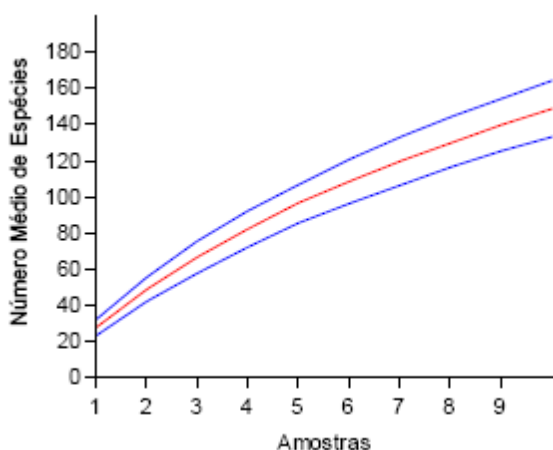


Figura 72: Curva de acumulação de espécies do Parque Nacional do Descobrimento considerando a amostragem na fitofisionomia de Floresta Alta (intervalo de confiança de 95%).

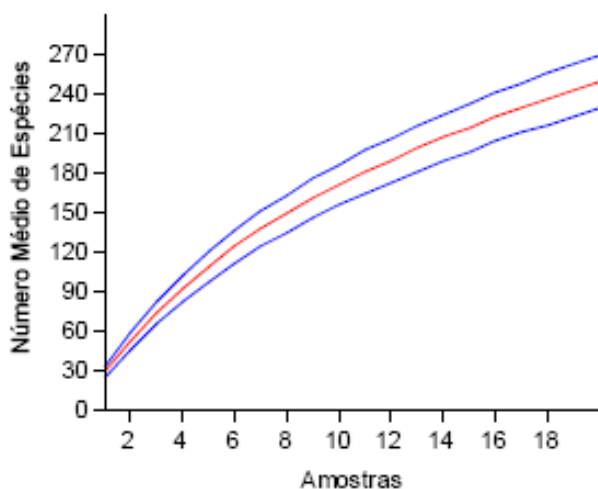


Figura 73: Curva de acumulação de espécies do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), considerando a amostragem nas duas fitofisionomias (floresta alta e muçununga) (intervalo de confiança de 95%).

Espécies ameaçadas, raras, endêmicas, bandeira, espécies-chave e novos registros

Diversos estudos apontam para a alta taxa de endemismos de espécies de Angiospermas no Domínio Atlântico. Myers *et al.* (2000) estimou que cerca de 40% das espécies ocorrentes na Mata Atlântica são exclusivas desse Domínio. No caso específico das florestas do sul da Bahia, Mori (1981) registrou uma taxa de endemismos da ordem de 53%. Além dos altos níveis de endemismos observados na Mata Atlântica, fatores como grau de ameaça e presença de espécies raras, contribuem para que esta seja considerada um *hotspot* de biodiversidade (Myers *et al.*, 2000).

Nesse contexto, o presente estudo destaca a importância do PND no que se refere à conservação da biodiversidade. Cerca de 15% das espécies aqui documentadas são consideradas raras, endêmicas ou ameaçadas (Quadro Anexo 3). Foram observadas 71 espécies endêmicas da Floresta Atlântica; 35 que apresentaram distribuição disjunta em relação à Floresta Amazônica; 2 novos registros (Thomas *et al.* 2003; <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/2010/>); 5 espécies raras (Giulietti *et al.* 2009) e 19 ameaçadas de extinção de acordo com as classificações da IUCN; Biodiversitas e MMA (Stehmann *et al.* 2009) (Anexo I). Dentre esses registros peculiares, destacam-se:

- *Abarema filamentosa* (Benth.) Pittier: Espécie de Fabaceae, arbórea, ameaçada e endêmica da Mata Atlântica. *Abarema filamentosa* possui madeira apropriada para a construção de cabos de ferramentas e para lenha. Além disso apresenta copa globosa, tronco ereto e frutos pequenos e leves, de modo que pode ser utilizada para fins ornamentais e paisagísticos. Os frutos e sementes dessa espécie apresentam cores vibrantes atrativas à fauna. As sementes duras e de cores azulada e branca são também utilizadas em artesanato. Essa espécie de Leguminosae é endêmica da Mata Atlântica do sul da Bahia e considerada ameaçada. Embora seja uma espécie arbórea dotada de tronco retilíneo, madeira muito durável e propícia à construção civil, é relativamente comum nos fragmentos florestais do sul da Bahia. Possivelmente essa espécie seja classificada como vulnerável em função da sua distribuição restrita a uma fração do Domínio Atlântico altamente fragmentado. No PND, diversos indivíduos de *A. psilophylla*, desde plântulas a indivíduos adultos em plena produção de diásporos ou ainda sementes, foram observados tanto em floresta alta quanto muçununga. No campo foi possível observar a grande interesse da fauna pelos diásporos dessa espécie, haja vista grande quantidade de diásporos com indícios de predação por vertebrados. *Abarema psilophylla* possui fuste alto (ca. 20 metros de altura) e retilíneo e copa pouco ampla, podendo deste modo ser utilizada em arborização urbana e rural.
- *Chrysophyllum splendens* Spreng.: Essa espécie de Sapotaceae possui madeira muito durável e cobijada sobretudo para obras externas e coberturas de casas. Além disso, produz frutos adocicados muito apreciados pela fauna e apresenta folhagem dourada brilhante, na sua face abaxial, muito ornamental. *Chrysophyllum splendens* é uma espécie endêmica e encontra-se ameaçada.
- *Eschweilera alvimii* Mori: Lecythidaceae endêmica da Mata Atlântica, ameaçada. Popularmente conhecida como biriba-boi, essa espécie, assim como outras do mesmo gênero, possui madeira muito dura e tronco ereto. Seus frutos são procurados por morcegos, pacas, cutias e caititis.
- *Euterpe edulis* Mart.: Espécie endêmica e ameaçada pela exploração do seu palmito. A juçara, como é popularmente conhecida, é uma espécie de Arecaceae de extrema importância para a fauna, pois produz frutos ao longo mais da metade do ano fornecendo alimento para diversas espécies da fauna (Galetti *et al.*, 1999). A grande atratividade dos frutos de *E. edulis* para os animais tem importante papel na regeneração de clareiras e ambientes perturbados, na medida em que o palmito-juçara funciona como espécie 'nucleadora', pois sob suas copas ocorre grande deposição de material fecal dos dispersores e, portanto, de sementes de diversas espécies (Reis & Kageyama, 2000; Barroso *et al.*, 2010). No Parque, essa espécie ocorre tanto em áreas de muçununga como floresta alta, sobretudo próximo aos cursos d'água.
- *Hirtella bicornis* Mart. & Zucc.: Encontrada no PND, essa espécie de Chrysobalanaceae nunca havia sido registrada na Bahia ou em qualquer localidade de Mata Atlântica, além do Estado de Pernambuco.
- *Manilkara longifolia* (A.DC.) T.D.Penn.: Como já mencionado anteriormente, as Sapotaceae em geral possuem madeira cobijada. No caso das espécies do gênero *Manilkara* os valores das madeiras são particularmente difundidos. Parajus e maçarandubas são intensamente procuradas por madeireiros pela resistência, dimensões (já que essas árvores tendem a ser bastante altas) e durabilidade. *Manilkara longifolia* é especialmente vulnerável a esse tipo de pressão antrópica por ser uma espécie rara. Como esses fatos sugerem, essa espécie é classificada como

ameaçada.

- *Manilkara multifida* T.D.Penn.: Assim como a espécie de *Manilkara* acima citada, *M. multifida* é uma espécie rara e também endêmica. O paraju, como é conhecido, produz frutos com características associadas à dispersão por aves e mamíferos, pois seus frutos além possuírem odor atrativo, são adocicados e coloridos. Além disso, as folhas dessa espécie possuem a face inferior dourada assim como *C. splendens*, sendo por isso, muito ornamentais.
- *Melanoxylon brauna* Schott: é considerada extremamente ameaçada e cobiçada pelas propriedades de sua madeira. Utilizada em postes, dormentes, cercas e confecção de instrumentos musicais, a madeira da braúna é reputada como “incorrupível” e, como os seus nomes populares e científicos indicam, possui cor preta característica. Observada nas áreas de floresta alta do PND, a braúna tem inflorescências amarelas ornamentais. Apesar do alto valor da madeira dessa árvore e de sua beleza, a utilização da mesma em arborização urbana ou rural e paisagismo é incipiente, pois o desenvolvimento das plantas é lento e relatos de viveiristas indicam embaraços quanto à produção de mudas dessa espécie.
- *Neea madeirana* Standl.: Existem registros de ocorrência dessa espécie apenas na Floresta Amazônica, Maranhão e Mato Grosso. Entretanto indivíduos de *N. madeirana* foram amostrados no PND.
- *Pouteria bapeba* T.D.Penn.: Espécie de Sapotaceae ameaçada, endêmica da Mata Atlântica baiana.

No que se refere às samambaias, no PND ocorre *Cyathea phalerata* Mart., espécie endêmica do Brasil. Além disso, reconhecidamente em diversas regiões tropicais, os membros da família Cyatheaceae sofrem considerável pressão extrativista por parte das comunidades locais (p. ex.: para a confecção de artesanatos, vasos, e substrato para cultivo de espécies epífitas). Por este motivo, todas as espécies dessa família estão incluídas na lista CITES (*Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Animals and Plants*) (CITES, 2009).

Espécies bioindicadoras da qualidade ambiental

Quanto às espécies herbáceas, podemos destacar a ocorrência, no PND, das diminutas plantas saprófitas das famílias Burmanniaceae e Gentianaceae. São plantas aclorofiladas, que apresentam as folhas reduzidas a escamas e, portanto, não realizam fotossíntese. Estão geralmente associadas a solos com altos teores de umidade e matéria orgânica. Algumas destas espécies saprófitas (*Voyria* spp. e as espécies da Burmanniaceae) podem ser consideradas boas indicadoras da qualidade do ambiente florestal, pois só ocorrem em locais extremamente sombreados no interior de florestas úmidas, como no sub-bosque da floresta alta. Em áreas sujeitas à grande impacto, com alguma supressão da cobertura vegetal, essas espécies não conseguem sobreviver.

Dentre as samambaias, destacam-se os representantes da família Hymenophyllaceae registrados no Parque. As espécies dessa família são extremamente delicadas, pois apresentam folhas com apenas uma camada de células de espessura entre as nervuras. Essa característica, obviamente, confere acentuada sensibilidade à dessecação, restringindo a ocorrência da maioria das espécies a locais sombreados e úmidos no interior da mata.

Quanto às angiospermas arbóreas, a presença de diversas espécies ameaçadas no Parque são indicativos de qualidade ambiental. Dentre essas espécies, destaca-se as já citadas; *Melanoxylon brauna*, espécies do gênero *Manilkara*; *Ecclinusa ramiflora*; *Chrysophyllum splendens*; *Arapatiella psilophylla* e *Escheweilera alwimii*. Na parcela de amostragem da floresta alta do PND, foram amostrados alguns espécimes com diâmetros maiores ou iguais a 30 cm, sendo: dois indivíduos de *Manilkara* sp. com 73 cm e 91,5 cm; um de *M. multifida* com 70 cm de DAP; dois *E. ramiflora* com cerca de 35cm; um de *A. psilophylla* com 33,5 cm de DAP. Ainda considerando-se o mínimo de 30 cm de DAP como um bom indicador de longevidade desses espécimes, foram observados também nessa parcela de amostragem outros 11 indivíduos de madeiras valiosas com DAP variando de 97 à 30 cm e média igual à 44,9 cm. Comparativamente, foram quantificados cinco indivíduos de espécies de madeiras cobiçadas, com diâmetros superiores ou iguais a 30 cm na área de muçununga deste Parque: *Aspidosperma discolor* (50,7 cm de DAP); *Chrysophyllum splendens* (35,7 cm de DAP); *Licania discolor* (35 cm de DAP); *Manilkara salzmanii* (33 cm de DAP) e *Licania* sp. (30 cm de DAP).

Além das espécies madeiráveis, foram observados indivíduos de *Euterpe edulis*, espécie intensamente explorada para a extração do seu palmito e que apresenta papel de espécie chave em habitats florestais.

Embora tenham sido amostrados apenas 10 indivíduos dessa espécie, todos esses indivíduos estavam em fase adulta e muitos indivíduos juvenis foram observados, porém não se enquadraram no critério de inclusão da amostragem.

Espécies de importância econômica

A maioria das espécies registradas no PND possui importância madeireira, ou são plantas frutíferas, medicinais, ornamentais e amplamente utilizadas em artesanato.

As marantáceas, por exemplo, são plantas fáceis de cultivar, tanto em jardins como em vasos. Chamam atenção principalmente pela folhagem grande, elegante e muitas vezes com manchas coloridas. A produção comercial de marantáceas ornamentais é antiga, mas até pouco tempo atrás poucas espécies nativas eram cultivadas. Podem ser propagadas por divisão do rizoma. Alguns representantes são as *Palicourea*, *Bertolonia*, palmeiras e samambaias.

Espécies de Marantaceae são comumente utilizadas para a extração de cipó (diversas espécies: Cyclathaceae, Philodendron, Dilleniaceae), fibras para produção de cestas e tecidos confecção de utensílios domésticos e para artesanato. Ainda, as folhas de algumas espécies desta Família também são frequentemente utilizadas para embalar alimentos, como peixes, por exemplo.

Em relação às espécies arbóreas têm-se:

- *Carpotroche brasiliensis* (Raddi) Endl., cuja madeira é própria para obras internas, marcenaria, carpintaria e confecção de caixas. Os frutos são comestíveis e apreciados pela fauna silvestre, principalmente roedores. As sementes encerram um óleo parasiticida. Pode ser empregada na arborização de ruas e praças como ornamental, bem como em reflorestamento de áreas degradadas e enriquecimento em áreas de cabruca.
- *Tapirira guianensis* Aubl., de madeira leve e macia usada para compensados, saltos de sapatos, cabos de vassoura, móveis comuns, brinquedos e caixotaria. É indicada para plantio em restaurações florestais e enriquecimento em áreas de cabruca devido ao crescimento rápido e potencial de atrair a fauna nativa.
- O gênero *Gutterria sp.*, cuja madeira é empregada apenas para caixotaria e para o fabrico de brinquedos e objetos leves. A planta é considerada medicinal. Os frutos são procurados por várias espécies de aves e mamíferos. A árvore é indicada para a composição de reflorestamentos heterogêneos destinados à recuperação florestal, sendo também recomendada para arborização urbana, devido ao seu potencial ornamental.
- As *Xylopias*, cuja a madeira é empregada para obras internas em construção civil, mastros de pequenas embarcações, confecção de cabos de ferramentas e de instrumentos agrícolas e cepas de tamancos. A casca é empregada para cordoaria e estopa. As sementes são empregadas como condimento e tem grande valor terapêutico. A árvore pode ser utilizada para o paisagismo e devido ao potencial de atrair a fauna deve ser utilizado em reflorestamentos de áreas degradadas.
- *Himatanthus bracteatus*, com madeira indicada para obras internas em construção civil, como caibros, vigas, ripas e tábuas para divisórias, na confecção de embalagens, brinquedos e em cabo de ferramentas e instrumentos agrícolas. O látex da casca é venenoso e em pequenas doses apresenta valor terapêutico, principalmente como anti-helmíntico. A árvore possui qualidades ornamentais sendo recomendada para a arborização urbana por seu valor paisagístico.
- *Tabernaemontana salzmanii* com madeira leve para compensados, caixotaria, carpintaria, marcenaria e construção civil. Utilização recomendada em plantios heterogêneos em áreas degradadas.
- *Schefflera morototoni* de madeira leve para compensados, caixotaria, carpintaria, marcenaria e construção civil. Possui também utilidade medicinal, suas folhas são utilizadas em compressas quentes para fratura, deslocamento de ossos e reumatismo. Utilizada em plantios heterogêneos em áreas degradadas, matas ciliares, porém em locais sem inundação. Potencial de atração à fauna devido ao fruto comestível.
- O gênero *Cordia*, com madeira utilizada na marcenaria para confecção de móveis, embarcações leves, tabuados, tonéis e caixilhos. Árvore ornamental que pode ser utilizada para paisagismo e também em restauração florestal, devido ao potencial de atrair fauna.

- *Licania belemii*, de madeira em geral dura e resistente, usada para obras externas na construção civil. Indicada para enriquecimento e como atrativas da fauna e plantios de restauração florestal e enriquecimento em áreas de cabruca.
- *Licania hypoleuca* com madeira em geral dura e resistente, usada para obras externas na construção civil. Indicada para enriquecimento e como atrativas da fauna e plantios de restauração florestal e enriquecimento em áreas de cabruca.
- *Tovomita mangle*, com madeira leve para compensados, caixotaria, carpintaria, marcenaria, construção civil e na val. Utilizada em plantios heterogêneos em áreas degradadas e matas ciliares devido ao potencial para atração da fauna.
- *Vismia ferruginea*, cuja madeira é empregada para uso interno em pequenas construções, serviços de marcenaria leve, confecção de brinquedos e caixotaria. Os frutos são procurados pela fauna, principalmente por aves. A árvore é indicada para a composição de reflorestamentos heterogêneos destinados a recuperação da vegetação de áreas ciliares degradadas.
- *Eschweilera ovata*, cuja madeira é empregada na construção civil e na val, para dormentes, moirões, esacas, bem como para serviços de marcenaria, além do fabrico de berimbau (instrumento africano). As sementes (castanhas) são comestíveis e procuradas pela fauna. A árvore é ornamental e indicada para uso paisagístico. Também recomendada para a composição de reflorestamentos mistos destinados à recuperação da vegetação de áreas degradadas e potencial para enriquecimento em áreas de cabruca.
- *Lecythis lúrida*, cuja madeira é própria para uso externo, como postes, moirões, esacas e dormentes, para cabos de ferramentas e outras aplicações que requerem alta resistência. A árvore é bastante ornamental, pela forma umbelada de sua copa e sua folhagem brilhante, que a torna ótima para paisagismo em geral. Suas castanhas são muito apreciadas por roedores. Planta tolerante a lugares abertos e adaptada a terrenos secos, apropriada para plantios em áreas degradadas de preservação permanente e enriquecimento em áreas de cabruca.
- *Macrolobium latifolium* com madeira usada para obras internas em construções civis, cabos de ferramentas e caixotaria. Espécie importante em restaurações de áreas degradadas por se adaptar a solos de baixa fertilidade, além do potencial de enriquecimento em áreas de cabruca.
- *Pterocarpus rohrii*, com madeira leve de baixa resistência, usada para acabamentos internos, como rodapés, molduras, confecção de peças torneadas, portas e painéis. Espécie com características ornamentais podendo ser usada em paisagismo e arborização urbana. Indicada para restauração florestal e melhoramento de solos degradados por apresentar simbiose com bactérias fixadoras de nitrogênio e potencial para enriquecimento em áreas de cabruca.
- O gênero *Swartzia*, que possui madeira usada em obras internas na construção civil, de média durabilidade. É indicada para uso em restauração florestal por ser atrativa da fauna e para melhoramento do solo, pois apresenta simbiose com bactérias fixadoras de nitrogênio, além de ser potencial para enriquecimento em áreas de cabruca.
- O gênero *Inga*, com madeira usada para caixotaria, lenha e carvão. Indicada para plantio em áreas de restauração florestal, tanto para preenchimento e cobertura rápida do solo, como para atração da fauna. Serve ainda, para melhoramento do solo por apresentar simbiose com bactérias fixadoras de nitrogênio e enriquecimento em áreas de cabruca. O fruto pode ser consumido pelo homem e suas flores são melíferas.
- *Eriotheca macrophylla*, cuja madeira é indicada para confecção de forros, brinquedos, caixotaria e miolo de portas e painéis. A árvore possui atributos para paisagismo, principalmente na arborização de ruas. Utilizada em plantios heterogêneos em matas ciliares.
- *Henriettea succosa*, de madeira leve e macia ao corte, pode ser utilizada em compensados, esculturas, molduras, marcenaria em geral, portas, batentes, venezianas, forros, cabos de vassouras, móveis comuns, embalagens e caixotaria leve. Possui também potencial para arborização (paisagismo) e recomposição de áreas degradadas (atrair fauna).
- O gênero *Miconia*, com madeira leve e macia ao corte pode ser utilizada em compensados, esculturas, molduras, marcenaria em geral, portas, batentes, venezianas, forros, cabos de vassouras, móveis comuns, embalagens e caixotaria leve. Possui também potencial para arborização e recomposição de áreas degradadas.
- *Brosimum guianense*, cuja madeira é recomendada para tornearia, fabrico de móveis,

revestimentos decorativos, produção de lâminas faqueadas e para pasta celulósica. Os frutos são procurados pela fauna nativa, sendo potencial para reflorestamento em áreas degradadas.

- *Brosimum rubescens*, cuja madeira é utilizada para móveis de luxo, vigamentos, escadas, tacos de assoalhos, instrumentos musicais, faqueados decorativos, objetos de adornos, entre outros. Os índios Xavante demonstram especial interesse pela espécie, utilizando o cerne da madeira para confeccionar bordunas (arma em forma de bastão) e para construções, além de usar seus frutos como alimento e como atrativo para a fauna silvestre. Potencial para reflorestamento em áreas degradadas.
- *Helicostylis tomentosa* cuja madeira é indicada para construções pesadas, ornamento, pavimento térreo e confecção de móveis. Recomendada para restauração florestal devido ao potencial de atrair a fauna.
- A maioria das espécies de Myrtaceae, que podem ser usadas como árvores ornamentais devido à beleza de sua casca e ao formato do tronco. São árvores importantes na floresta por produzirem frutos que sustentam a fauna nativa. O fruto é comestível pelo homem e pode ser aproveitado para produção de polpas e sucos. São recomendadas para plantio de enriquecimento em restaurações florestais para fins ecológicos e conservacionistas.
- As *Guapiras*, com madeira indicada para cabo de ferramentas e instrumentos agrícolas, caixotaria, forros e confecção de brinquedos, bem como para lenha e carvão. Os frutos são apreciados por diversas espécies de aves. A árvore possui qualidades ornamentais para paisagismo e arborização urbana. Indicada para a composição de reflorestamentos heterogêneos destinados à recuperação de áreas degradadas.
- O gênero *Amaioua*, com madeira leve para compensados, caixotaria, carpintaria, marcenaria, construção civil. Possui qualidades ornamentais sendo recomendada para o paisagismo em geral. Também indicada para reflorestamentos ecológicos pelo potencial de atrair a fauna.
- As espécies da família Sapotaceae, com madeira empregada para obras de construção civil, marcenaria e obras externas. Os frutos são comestíveis e consumidos por espécies da fauna nativa. Pode ser utilizada em reflorestamentos ecológicos devido ao potencial de atrair a fauna.
- O gênero *Siparuna*, cuja madeira é empregada apenas para caixotaria, confecção de lápis, palitos. A árvore, rústica e de rápido crescimento, é indicada para a composição de reflorestamentos heterogêneos destinados a recuperação da vegetação em áreas degradadas.
- *Rinorea guianensis*, com madeira leve para compensados, caixotaria, carpintaria, marcenaria, construção civil. Utilizada em plantios heterogêneos em áreas degradadas.

Espécies potencialmente invasoras, exóticas

Foram encontradas duas espécies exóticas de samambaias no PND: *Macrothelypteris torresiana* (Gaudich.) Ching, e *Thelypteris dentata* (Forssk.) E.P. S. J. Ohn. Apesar de terem sido introduzidas apenas recentemente, estas espécies encontram-se amplamente naturalizadas em diversas partes do nosso continente (Mickel & Smith, 2004). No entanto, estas são espécies normalmente associadas a ambientes ruderais (beira de estradas, capoeiras e arredores de habitações) e que, aparentemente, não tem infringido sérios danos à flora local em termos de competição por habitats naturais.

Uma situação bastante diferente ocorre com *Pteridium arachnoideum* (Kaulf.) Maxon, uma espécie de samambaia extremamente agressiva, que frequentemente invade áreas perturbadas (p.ex., pastagens, desmatamentos, queimadas, e beiras de estradas) e sufoca a vegetação adjacente. Pode formar densas populações por meio de ramificações dos seus rizomas, que são subterrâneos e resistem ao fogo. Os representantes da família Gleicheniaceae apresentam um comportamento semelhante, chegando a dominar em certos barrancos, na beira das estradas.

Foi observada ainda, no entorno e terrenos degradados no PND, a presença de gramíneas africanas com potencial invasor como espécies do gênero *Brachiaria* e *Panicum maximum* Jacq. O controle dessas espécies é extremamente trabalhoso e as mesmas possuem grande capacidade de invasão de áreas antropizadas e/ou abertas representando um problema para os habitats de muçununga arbustivo-herbácea e campos nativos ocorrentes no Parque. Embora essas espécies não tenham a capacidade de estabelecer no interior das florestas, a presença dessas gramíneas em vias de acesso e bordas potencializa os riscos de ocorrência de incêndios nos períodos secos. Essa ameaça deve ser contida energeticamente por meio de remoção mecânica, abafamento das sementes com lonas plásticas no nível do solo e manutenção constante de aceiros.

Embora não tenham sido observadas no interior do Parque espécies como *Eucalyptus* spp., *Acacia* spp. e *Mimosa caesalpinifolia* Benth., estas são amplamente disseminadas em plantações comerciais, beiras de estradas, cercas vivas e pastagens no entorno da UC e merecem monitoramento constante a fim de se evitar invasões. *Eucalyptus* spp. e espécies do gênero *Acacia* tais como *Acacia auriculiformis* A. Cunn. ex. Benth. e *Acacia mangium* Willd. são de origem australiana e podem causar impactos à vegetação nativa por apresentarem o potencial de invadir e dominar áreas alteradas. Além disso, essas espécies produzem componentes alelopáticos e grande quantidade de serrapilheira capaz de iniciar focos de incêndios. No caso das espécies do gênero *Eucalyptus* esse problema é particularmente perigoso em função das suas folhas conterem grande quantidade de óleos que podem inflamar-se facilmente. Essas espécies produzem grande quantidade de sementes dispersadas pelo vento no caso do *Eucalyptus* spp. ou por animais no caso de *Acacia* spp. Sendo assim, além possuírem potencial de dispersão elevado, podem comprometer mecanismos de interação ecológica e entre a fauna local e as espécies nativas. *Mimosa caesalpinifolia* por sua vez é uma espécie originária das caatingas brasileiras. Extremamente difundida para a formação de cercas vivas, essa espécie apresenta a capacidade de invadir áreas abertas em quase todos os tipos de solos com exceção dos alagadiços. Existem relatos de formação de compostos alelopáticos nas folhas dessa espécie e estes podem ser sustentados pela formação de grandes machos populacionais da mesma. Embora *M. caesalpinifolia* não tenha a capacidade de dispersar-se pelos ventos ou por interações com a fauna, os indivíduos dessa espécie, depois de estabelecidos, dificilmente sucumbem naturalmente, pois apresentam grande resistência a períodos de estiagem e grande capacidade de rebrotação. Sendo assim, a presença dessas espécies no entorno do Parque deve ser tratada com especial atenção antes que o problema venha a penetrar os limites da Unidade.

Aspectos da biologia da conservação relacionados ao Parque Nacional do Descobrimento

O PND possui 157.000 metros de perímetro, apresentando uma relação de 7,4 metros de divisa para cada hectare de área. Considerando o formato desta Unidade de Conservação segundo o princípio da biologia da conservação, essa relação é extremamente desfavorável, visto que com a melhor forma o valor seria de 3,3 metros de divisa para cada hectare de área.

Os habitats alterados no PND, tendem a regenerar-se naturalmente, uma vez que estão inseridas numa matriz conservada. Foram observadas áreas em diferentes estágios de regeneração no Parque, desde ambientes totalmente degradados e dominados por poucas espécies pioneiras até ambientes em estágios médios e avançados de regeneração. Nesses habitats sugere-se que nenhuma medida além de eliminação de espécies invasoras (quando observadas) e controle do fogo sejam tomadas. Ademais, esses ambientes propiciam à paisagem uma complexidade estrutural e funcionológica que possibilita ocorrência de maior diversidade tanto vegetal quanto animal, de modo a nálogo a o que ocorre naturalmente por meio da dinâmica de clareiras. Deve-se atentar especialmente para as espécies invasoras de gramíneas como *Brachiaria* spp. Estas devem ser controladas, pois retardam o processo natural de sucessão na medida em que cobrem o solo quase que completamente dificultando o estabelecimento de outras espécies, além de propiciarem o surgimento de focos de incêndios.

3.2.8. Fauna

3.2.8.1. Macroinvertebrados bentônicos

As contagens da comunidade dos macroinvertebrados bentônicos foram feitas por meio do Protocolo e Avaliação Rápida de Diversidade de Habitats (Callisto *et al.*, 2002), cuja pontuação pode ser analisadas no Quadro Anexo 4. Foram registrados organismos pertencentes a 16 famílias, além dos anelídeos. Não foram encontrados organismos aquáticos endêmicos ou ameaçados de extinção.

O Protocolo e Avaliação Rápida da Diversidade de Habitats, foi aplicado em praticamente todos os pontos de ambientes lóticos amostrados, com exceção do ponto 4, já que nesse local foi feito um barramento do córrego e o mesmo encontrava-se totalmente descaracterizado. Esse ponto apresentou somente poucos indivíduos de quironômídeos. Algumas adaptações foram necessárias, pois os córregos e rios do Parque tem como característica natural o sedimento arenoso e não composto por seixos como previsto no Protocolo. Entretanto, essa característica não significa que o corpo d'água tenha passado por alterações de ordem antrópica.

Como pode ser observado na Quadro Anexo 4, todos os pontos de 1 a 9 apresentaram valores superiores a 86. Esses valores são característicos de ambientes naturais, com boa diversidade de habitats e são considerados propícios para o desenvolvimento de uma fauna de invertebrados rica. Já o ponto 10, local de influência da mina de caulim e de uma fazenda, apresentou valor de 40, característico

de ambientes alterados e com perda de habitats. A perda de habitats gera a perda da diversidade de invertebrados. Nesse ponto foi observada a ocorrência de três famílias e baixa densidade, sendo a dominância do gênero *Biomphalaria*.

Os macroinvertebrados aquáticos exercem papel fundamental no funcionamento do ambiente aquático, contribuindo de forma direta na dinâmica de nutrientes, na transformação da matéria e no fluxo de energia do ecossistema, além da função alimentar que exercem na dieta de peixes forrageiros e carnívoros. Tais organismos possuem a capacidade de responder rapidamente a perturbações ambientais de origem antrópica ou não. As alterações na estrutura sofrida por esta comunidade, quando exposta a algum tipo de modificação de habitat, conferem às mesmas características importantes para o estudo da saúde e qualidade do meio aquático, aplicáveis na avaliação de impactos ambientais provocados por atividades de origem agrícola, industrial, mineradora, etc. (Marques, 1998).

O conjunto dos macroinvertebrados aquáticos registrados no Parque Nacional do Descobrimento corroborou os resultados das análises físicas e químicas (ver item “Qualidade da água e entorno”) e apontam para ambientes com boa qualidade das águas, destacando a ocorrência dos tricópteros, megalópteros e plecópteros, organismos bioindicadores de águas oligotróficas.

Assim como comentado no item “Qualidade da água e entorno”, a exceção aos bons resultados foi o ponto 10, caracterizado pela presença do gênero *Biomphalaria*, vetor da esquistossomose, e por organismos da Classe Hirudinea, conhecidos como sanguessugas, ambos extremamente tolerantes a ambientes impactados.

As ordens Diptera e Trichoptera apresentaram de um modo geral, a maior riqueza em famílias, conforme demonstrado no Quadro Anexo 4, sendo que nas estações 4 e 5 foram dominantes. A densidade de tricópteros encontrada nas estações 1 (lêntico) e 2 (lótico) mostra as boas condições desses ambientes, já que o grupo em geral vive em águas límpidas e bem oxigenadas, de baixo sedimentos, troncos e material vegetal, com algumas espécies vivendo em águas paradas, lagoas e remansos de rios (Marques, 1998; Oliveira, 1996).

Os insetos das ordens Ephemeroptera, Plecoptera e Trichoptera compreendem, de um modo geral, grupos de organismos aquáticos bastante sensíveis às alterações ambientais, sendo reconhecidos como bioindicadores de qualidade das águas. Estes organismos são habitantes típicos de ambientes lóticos bem oxigenados e com baixo a nenhum grau de distúrbio ambiental. Entre os plecópteros, encontram-se os organismos mais sensíveis, sendo frequentes no Brasil apenas duas famílias, uma delas, Perlidae, identificada no Parque Nacional do Descobrimento. Pode-se notar que os pontos 1, 2, 3 e 9 apresentaram maior riqueza e maior abundância de organismos.

Entre os dípteros, os Chironomidae foram expressivamente mais comuns do que as demais famílias. Os quironomídeos possuem grande ubiquidade e a sua ocorrência em dominância é bastante comum entre as comunidades de macroinvertebrados aquáticos. A morfoespécie de quironomídeos que apresentou alta densidade principalmente nos pontos 1 e 2 não constitui espécie resistente a baixa concentração de oxigênio dissolvido, e sim, uma espécie adaptada a condições de grande quantidade de matéria orgânica em decomposição.

A comunidade de crustáceos foi encontrada em seis dos dez pontos amostrais. São organismos extremamente diversos tanto em padrões morfológicos como em número de espécies (Merritt & Cummins, 1984). Os crustáceos têm grande importância nos processos ecológicos dos ambientes aquáticos, pois atuam em diferentes níveis da cadeia trófica desses ambientes, quer como herbívoros, predadores, necrófagos ou presas de outros grupos (Merritt & Cummins, 1984). Algumas espécies têm como função o controle da vegetação aquática; muitos são bons indicadores ambientais para metais, chuva ácida etc., sendo especialmente sensíveis à contaminação ambiental e também considerados típicos organismos bioindicadores.

O PND possui características positivas para a manutenção da vida aquática, não necessitando de intervenções. Tundisi *et al.* (1998) propõem que a manutenção e preservação da diversidade de habitat é um passo importante para a conservação da diversidade biológica, sem tirar a atenção para o cuidado com a vegetação ripícola que fornece materiais alóctones essenciais ao funcionamento de comunidades aquáticas em corpos d'água de pequena ordem.

Ainda, quanto ao manejo do Parque, não é interessante a exclusão (descomissionamento) das barragens pré-existentes, uma vez que as mesmas são pontos de apoio importante para abastecimento

de água em grande quantidade em caso de incêndios. Entretanto, a barragem construída no córrego próximo ao ponto 4 deveria ser rebaixada. Isso porque as manilhas utilizadas para o fluxo da água ficaram altas, impedindo o escoamento adequado, que ficou estagnada a montante do barramento ocasionando a morte da vegetação.

3.2.8.2. Ictiofauna

Riqueza de espécies

Para a área avaliada durante os estudos, foram registradas 40 espécies de peixes, sendo 32 nas coletas de campo e 33 por meio de dados secundários (Quadro Anexo 5). Dessas espécies 25 foram comuns aos dois levantamentos (bibliográfico e em campo), oito foram exclusivas aos dados da literatura (*Mimagoniates sylvicola*, *Rachoviscus graciliceps*, *Dormitator maculatus*, *Pimelodella* aff. *vittata*, *Hypostomus* cf. *affinis*, *Pseudoloricaria* sp., *Ituglanis cahyensis* e *Ophichthus parilis*) e sete às amostragens de campo (*Gymnotus* sp., *Mugil curema*, *Eugerres brasiliensis*, *Ulaema lefroyi*, *Lutjanus* aff. *griseus* e *Trinectes paulistanus*, e um Gobiidae não identificado). Nenhuma das espécies foi exclusiva aos limites do PND.

As espécies exclusivas aos trabalhos de campo, excetuando-se o sarapó (*Gymnotus* sp.), são de origem marinha. Para os registros exclusivos da literatura observa-se o inverso, pois somente a moreia (*D. maculatus*) e a enguia da espécie *Ophichthus parilis* são de origem marinha, enquanto todas as demais são dulciaquícolas (Quadro Anexo 6).

As espécies registradas na região estão distribuídas por 10 ordens e 22 famílias, sendo que a maior representatividade ocorreu nas ordens Characiformes e Siluriformes (Figura 74), padrão amplamente reconhecido na região Neotropical (Lowe-McConnell, 1975).

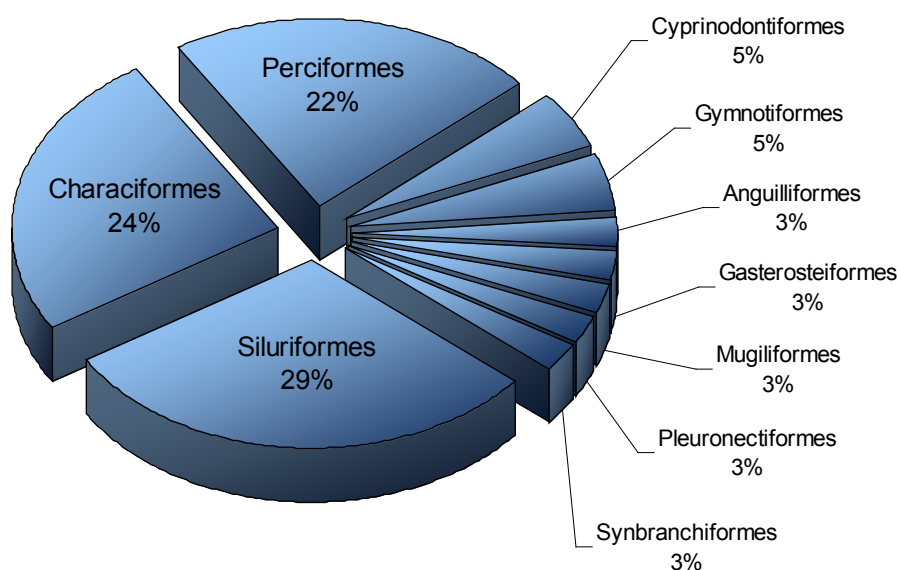


Figura 74: Percentual de espécies de peixes em cada uma das ordens representadas nos cursos d'água na área avaliada do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A predominância marcante foi de espécies com ampla distribuição geográfica (24 – 60%), e quanto endêmicas (4 – 10%) e de distribuição restrita (3 – 7,5%) ocorreram com menor representatividade (Quadro Anexo 6). Somente uma espécie exótica (tilápia – *Oreochromis niloticus*) foi coletada durante os levantamentos, e cujos registros se limitaram a cursos d'água fora do PND.

A quase totalidade das espécies (38 – 95%) inventariada para a região não está ameaçada de extinção. As duas espécies ameaçadas que constam da listagem apresentada são piabas de pequeno porte (*Mimagoniates sylvicola* e *Rachoviscus graciliceps*), cujos registros foram obtidos por meio de dados da literatura para um afluente do rio Cahy e no rio Imbassuaba, em áreas fora do PND (Quadro Anexo 6).

Entre as espécies coletadas somente duas foram consideradas constantes (*Astyanax aff. rivularis* e *Otothyris travassosi*) e duas acessórias (*Geophagus brasiliensis* e *Characidium* sp.), sendo todas as demais definidas como acidentais (Quadro Anexo 7). Esses dados demonstram que grande parte das espécies foi registrada em poucos ambientes, uma característica que reflete muito mais a restrição de amostragens que a distribuição real das espécies. A intensificação futura das coletas deverá tornar esse quadro mais realístico, eliminando em grande parte o caráter de exclusividade de espécies a uma determinada área. Essa previsão fica mais evidente quando se agrupam os dados – primários e secundários – por bacias (Quadro Anexo 8). Nesse quadro observa-se que uma parcela maior das espécies apresenta distribuição comum a todas as bacias em análise.

A indicação anterior fica ainda mais evidente na análise de similaridade na composição de espécies (dados primários e secundários) entre bacias amostradas (Figura 75). Foram reconhecidos três agrupamentos: o rio Cahy, as drenagens independentes e todas as demais conjuntamente. O rio Cahy se diferenciou pela elevada riqueza e espécies exclusivas, algumas possivelmente endêmicas (*Ituglanis cahyensis*), enquanto as drenagens independentes pelo maior percentual de espécies de origem marinha. As drenagens restantes representam unidade com base principalmente em espécies de água doce, em sua maioria também ocorrendo no rio Cahy, mas se diferenciando desse em função de menor riqueza.

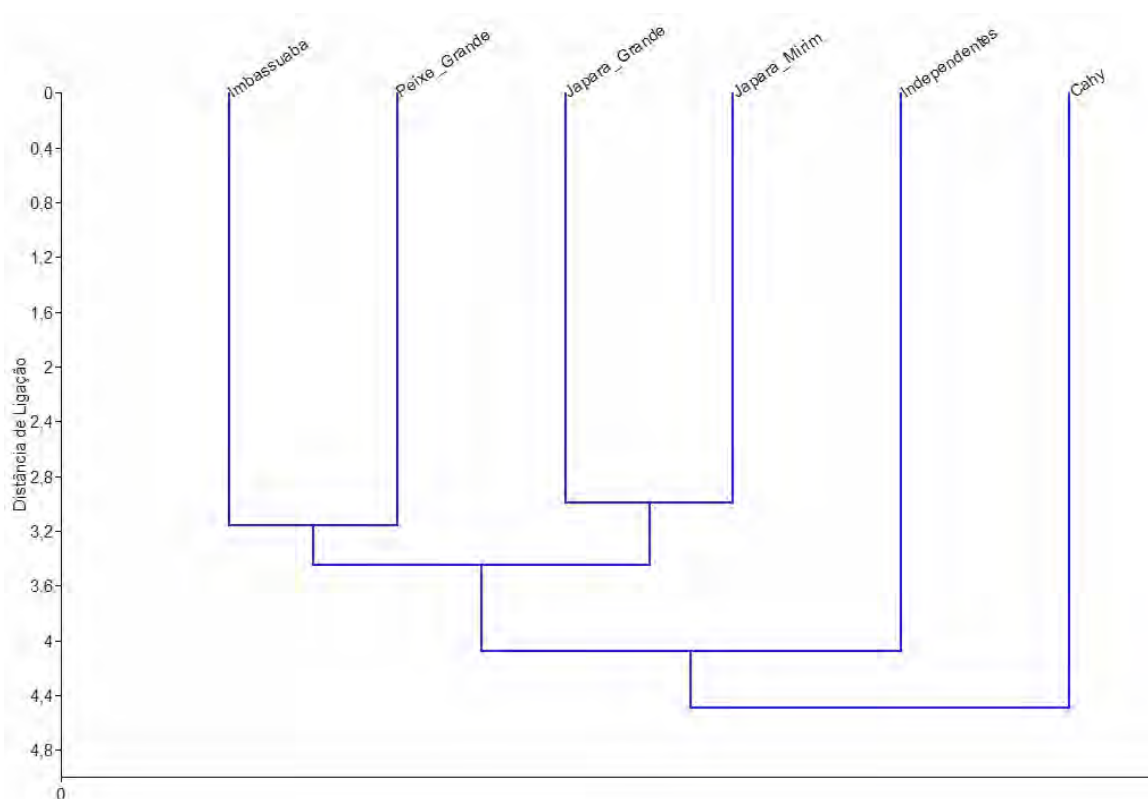


Figura 75: Similaridade na composição de espécies de peixes entre bacias de drenagem na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários e secundários).

Considerando-se os dados de abundância numérica, observa-se que as capturas estiveram concentradas em duas espécies (*Astyanax aff. rivularis* e *Otothyris travassosi*), as quais em conjunto responderam por 60% do total de exemplares capturados (Quadro Anexo 9). Metade das espécies foi representada por menos de dez exemplares cada.

A ictiofauna do PND representou uma fração relativamente alta (19 sp. – 47,5%) daquela compilada para esse trecho das drenagens do extremo sul da Bahia. Por outro lado, os resultados disponíveis até o momento não demonstraram que essa Unidade de Conservação seja responsável por manter espécies exclusivas ou que não mais ocorram nos limites externos à mesma. Adicionalmente, deve-se ressaltar que os dados aqui avaliados se referem à presença das espécies e não aos aspectos populacionais, principalmente a densidade, que podem ser diferenciados entre as áreas internas e preservadas da UC e as externas amplamente alteradas. Outro ponto de destaque se refere às espécies de origem marinha, que embora penetrem no baixo curso dos rios e representaram importante componente da ictiofauna regional, não se deslocam até a área do Parque.

Sucesso de captura e estimadores de riqueza

Os resultados obtidos com os trabalhos de campo resultaram em curvas que demonstram potencial de adição de espécies com a intensificação das amostragens, o que deve ser verdadeiro para áreas internas e externas ao PND. Essa conclusão é baseada na adição contínua de espécies na curva do coletor (cumulativa de espécies por amostragem, Figura 76) e pela amplitude do intervalo de confiança obtido para a curva de rarefação (Figura 77). Essas análises mostraram bastante coerência, visto que para ictiofauna já conhecida para a região (dados primários e secundários) há o registro 40 espécies.

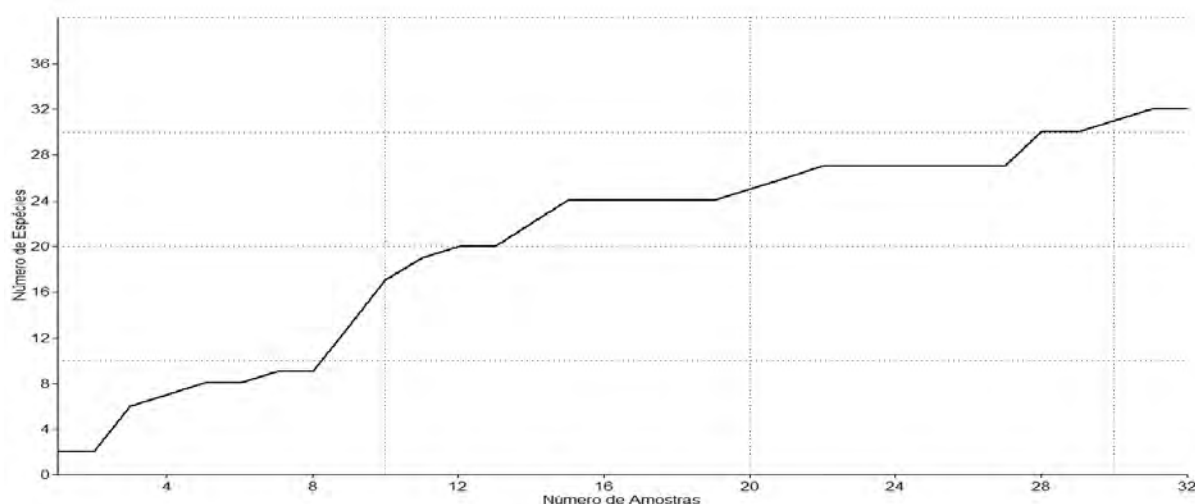


Figura 76: Curva do coletor para a ictiofauna na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários).

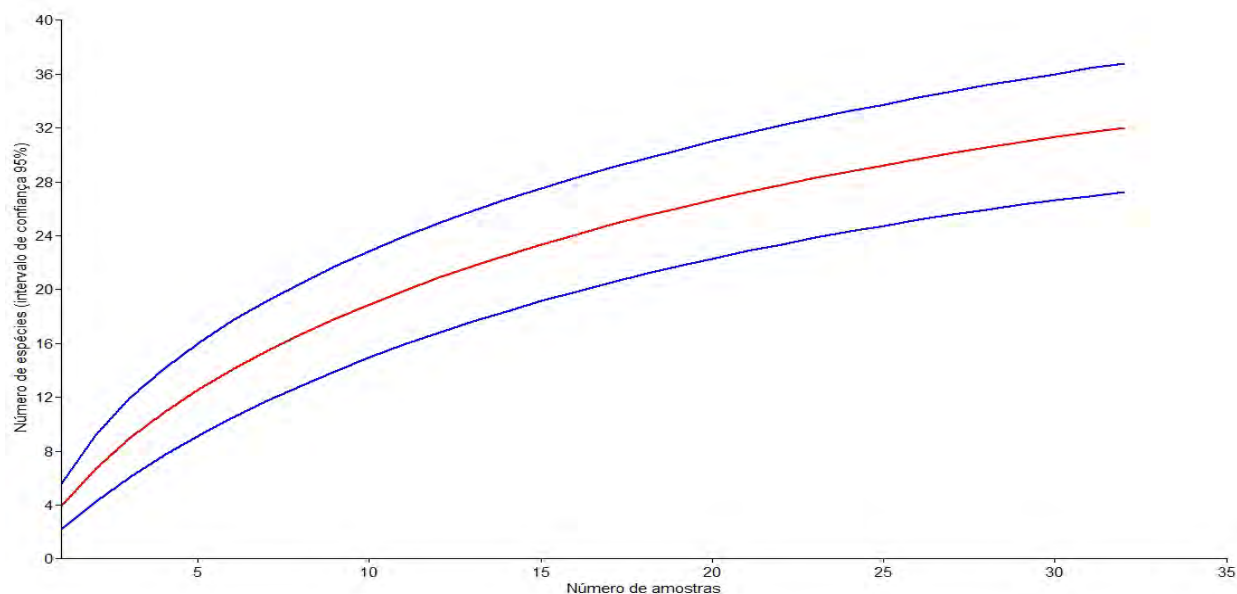


Figura 77: Curva de rarefação de espécies por unidade amostral para a ictiofauna na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários).

Entretanto, visto que a captura de 32 espécies representa 80% da ictiofauna conhecida até o presente para a região (em somente dois períodos de amostragem), o esforço empregado foi satisfatório para as avaliações aqui apresentadas.

Tendo como base os dados primários, foi estimada uma riqueza total para a ictiofauna que variou entre 37 (menor) e 46 (maior) (Tabela 12). Considerando que já existem registros confirmados de 40 espécies para a região, os estimadores apresentaram valores bem próximos e permitem concluir que a taxa de incremento futuro na riqueza seja superior a 10%. Valores obtidos nesse estudo foram bastante similares àqueles apresentados em Sarmiento-Soares *et al.* (2009).

Tabela 12: Estimativa do número de espécies de peixes com base nos dados primários obtidos na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Estimador de riqueza	Número de espécies estimado
Chao 2	38 (variância 1,38)
Jackknife 1	43
Jackknife 2	46
Bootstrap	37

Espécies ameaçadas, raras, endêmicas, bandeira e novos registros

Conforme resultados compilados da literatura, somente duas espécies de peixes ameaçadas de extinção (*Mimagoniates sylvicola* e *Rachoviscus graciliceps*) são encontradas na região. Ambas as espécies não foram registradas nos pontos amostrados durante as campanhas de campo. Segundo Sarmiento-Soares *et al.* (2009), a piaba *Mimagoniates sylvicola* é endêmica das bacias litorâneas da Costa do Descobrimento, enquanto *Rachoviscus graciliceps* é endêmica dos rios que atravessam tabuleiros costeiros ao norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia.

Os autores supracitados também sugeriram que a cambuva (*Ituglanis cahyensis*) esteja potencialmente em perigo na Costa do Descobrimento. O indicativo foi feito em função da ocorrência restrita e o pequeno número de espécimes encontrados. Cabe destacar que essa espécie não foi capturada nas amostragens realizadas.

As espécies relacionadas anteriormente, e adicionalmente *Microglanis pataxo*, apresentam todos os indicativos de serem endêmicas da região estudada, embora todos mais aprofundados devam ser conduzidos para confirmação dessa premissa. Duas dessas espécies, *M. pataxo* e *I. cahyensis*, recentemente descritas, podem constituir endemismos mais restritos e com distribuição limitada a drenagem do rio Cahy (Sarmiento-Soares *et al.*, 2006a; 2006b).

Entre os novos registros para a região cabe destaque somente para o sarapó (*Gymnotus* sp.), embora seja necessário uma definição taxonômica final para avaliação definitiva para esse indicativo. Demais espécies registradas nos estudos atuais são todas de origem marinha e com ampla distribuição em rios ao longo da costa atlântica.

Considerando toda a ictiofauna conhecida da área estudada, não foram encontradas espécies que possam ser indicadas como “bandeira”, quer seja por meio dados obtidos ou de literatura.

Espécies bioindicadoras da qualidade ambiental

Até o presente não existem publicações que tratem especificamente de espécies de peixes bioindicadoras que ocorram na região de Mata Atlântica. Entretanto, existem indicativos de espécies que ocorrem em associação estreita com alguns tipos de ambientes, embora esses sejam comuns ao longo de uma ampla faixa da costa. Entre essas espécies estão aquelas que habitam pequenos riachos amplamente florestados e com águas de cor escura (Menezes *et al.*, 1990; 2007), sendo que na região de estudo podem ser incluídas nessa categoria *Acentronichthys leptos*, *Rachoviscus graciliceps* e *Mimagoniates* spp. (Sarmiento-Soares *et al.*, 2009).

Ainda no que se refere ao uso de espécies de peixes como bioindicadoras da qualidade ambiental, deve-se destacar o registro de exemplares de piaba (*Astyanax* aff. *rivularis*) e carará (*Geophagus brasiliensis*) com deformidades corporais. Exemplares nessas condições foram registrados exclusivamente nos pontos 4 e 28 na drenagem do rio Japara Grande, ambos localizados fora dos limites do PND. Um fator que pode estar contribuindo para essa situação seria a contaminação de recursos alimentares e das águas dessa drenagem com pesticidas, que podem estar sendo utilizados em pastos ou na agricultura local. Segundo dados da literatura, a curvatura espinhal pode ser causada por diversos agentes, incluindo certos produtos tóxicos. Entre esses estão os pesticidas organoclorados, organofosforados e carbamatos (Roberts, 1989). Relatos evidenciando anomalias na coluna vertebral de peixes associados a pesticidas e herbicidas são relativamente comuns (Hiraoka & Okuda, 1984; Couch, *et al.* 1979). Na maioria das vezes os efeitos tóxicos se expressam na fase de desenvolvimento larval, podendo comprometer a viabilidade de populações inteiras. A condição discutida apresenta caráter totalmente especulativo, e têm como finalidade exclusiva criar uma hipótese para explicar os registros.

Apesar dos indicativos apresentados, o uso dessas espécies ou mesmo outras como bioindicadoras de qualidade ambiental ou em programas futuros de monitoramento, depende de estudos aprofundados e melhor conhecimento da qualidade física e química da água, além de aspectos relacionados à distribuição geográfica e espacial das mesmas.

Espécies de importância econômica e cinegética

Excetuando-se a traíra (*Hoplias malabaricus*) em ambientes dulciaquícolas e espécies marinhas restritas à foz dos rios no mar (robalo – *Centropomus parallelus*, caranha - *Lutjanus* aff. *griseus*, carapeba - *Eugerres brasiliensis* e tainha – *Mugil curema*) (Figura 78), todas as demais espécies são de porte menor e importância econômica baixa ou nula. Entretanto, deve-se considerar que em regiões com ictiofauna composta em sua maioria por espécies de porte pequeno, caso da área avaliada, há uma tendência da população humana fazer uso na pesca esportiva de qualquer uma, independente do porte alcançado. Embora sem avaliação detalhada, essa pode constituir uma realidade local.



Hoplias malabaricus (traíra).
Foto: Cláudio D. Timm (**).



Centropomus parallelus (robalo).
Foto: Rafael Macieira (*).



Lutjanus aff. griseus (caranha) (*).



Mugil curema (tainha).
Foto: Ross Roberson / U.S. Federal Government (*).

Figura 78: Espécies de importância econômica e cinegética registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Google Images (<http://www.google.com/imghp>); (**) Wikipedia (www.wikipedia.org) Acesso em 11/11/2013.

Espécies potencialmente invasoras, oportunistas ou de risco epidemiológico

Entre as espécies registradas, somente a tilápia *Oreochromis niloticus* é exótica às drenagens estudadas (Figura 79).



Figura 79: *Oreochromis niloticus* (tilápia), espécie exótica registrada no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fonte: Google Images (<http://www.google.com/imghp>); Acesso em 11/11/2013.

As tilápias são originárias da África e são representadas por quatro gêneros e aproximadamente 70 espécies (Proença & Bittencourt, 1994), sendo *Oreochromis niloticus* a mais difundida no Brasil. Segundo Gerking (1994), as tilápias se alimentam de organismos encontrados no sedimento, embora sua alimentação seja constituída de plâncton e em menor proporção de detritos orgânicos e do perifíton (Proença & Bittencourt, 1994). Sua desova é feita em ambientes lênticos e apresenta cuidado com a prole (Goldstein, 1988; Lamas 1993), colonizando com bastante sucesso ambientes onde é introduzida.

Embora es teja bem di stribuída nas drenagens br asileiras, o r eal potencial de at uar c omo es pécie invasora é des conhecido. E ntretanto, p opulações m ais ex pressivas par ecem oc orrer e m a mbientes previamente modificados. Espécies de risco epidemiológico são desconhecidas para o grupo em questão.

Espécies migratórias e suas rotas

Não f oram registradas es pécies que, segundo a literatura, apresentem comportamento migratório clássico, seja para reprodução ou alimentação. Entretanto, cabe destaque para duas espécies marinhas, o r obalo, *Centropomus paralelluse*, a t ainha, *Mugil curema* (Figura 78). Conforme apr esentado por Darlington (1957), esses peixes estão incluídos no grupo denominado “visitantes marinhos”, que engloba espécies eur ialinas de f amílias marinhas. P eixes des se gr upo pen etram nos r ios que dr enam diretamente para o mar podendo percorrer até centenas de quilômetros a montante, principalmente em busca de alimento. Dessa forma, nas bacias do leste brasileiro, a ocorrência dessas espécies é comum no baixo curso dos rios, embora o uso dessas áreas não seja essencial para que as mesmas completem seus ciclos de v ida. Deve-se ainda destacar q ue a ocorrência desses pe ixes c onsiderados “visitantes marinhos” é praticamente nula dentro dos limites do PND.

Demais espécies registradas

A ictiofauna registrada dentro dos limites do PND é representada em quase sua totalidade por espécies de porte diminuto (até 15 cm). A traíra é a espécie de maior porte e também o piscívoro de topo de cadeia no sistema.

Em sua maioria as espécies podem ser caracterizadas como reofílicas⁷, pois necessitam de ambientes lóticos⁸ para completarem o seu ciclo de vida. De modo geral, essas espécies são encontradas em maior abundância em trechos do rio com fluxo mais rápido e substrato diversificado, característica evidente nos trechos avaliados.

Dados s obre h ábitos r eprodutivos e alimentares nã o es tão disponíveis p ara as pop ulações l ocais. Entretanto, no que se refere à dieta e tendo como base estudos desenvolvidos em outras áreas, pode-se indicar qu e grande p arte das es pécies utiliza invertebrados c omo i tem pr incipal. Esses i nvertebrados podem ser de origem alóctone⁹ ou autóctone¹⁰ aos ambientes aquáticos.

3.2.8.3. Herpetofauna

Ocorrência de espécies, riqueza e sucesso de captura

Foram registradas, no PND, 43 espécies de anfíbios pertencentes a nove famílias (Quadro Anexo 10) e 14 espécies de répteis pertencentes a oito famílias (Quadro Anexo 11).

A r iqueza encontrada nos l evantamento de c ampo pode s er c onsiderada a lta s e c omparada c om a riqueza de ou tras localidades inventariadas no sul da Bahia e, inclusive, com a r iqueza registrada no trabalho de Silvano e Pimenta (2003), feito dentro do Parque. Neste trabalho, os pesquisadores encontraram 25 espécies de anfíbios, das quais nove (*Colostethus capixaba*, *Dendropsophus decipiens*, *Ischnocnema paulodutra*, *Aplastodiscus albosignatus*, *Trachycephalus mesophaeus*, *Pseudis bolbodactyla*, *Scinax eurydice*, *S. cuspidatus* e uma espécie nova de hilídeo) não foram registradas no presente estudo, 16 coincidem com as aqui r egistradas e 27 espécies foram exclusivas do presente estudo.

A riqueza de anfíbios do Parque foi equivalente à amostrada para o Parque Estadual (PE) da Serra do Conduru em Ilhéus/Uruçuca/Itacaré, com 45 espécies de anfíbios, e a uma Cabruca de cinco hectares no Campus da Universidade Estadual de Santa Cruz, com 41 espécies. Ainda, a riqueza foi bem próxima à amostrada em Porto Seguro/Santa Cruz de Cabrália (RPPN Estação Veracel), com 52 espécies.

Dentre as 52 espécies de anfíbios registradas na RPPN Estação Veracel (Silvano & Pimenta, 2003), 12 não foram encontradas no presente estudo (*Adenomera hylaedactyla*, *Ceratophrys aurita*, *Chiasmocleis carvalhoi*, *Colostethus capixaba*, *Dasytops schirchi*, *Ischnocnema paulodutra*, *Ischnocnema bilineatus*,

⁷ -São consideradas espécies reofílicas as que necessitam do ambiente lótico (águas correntes) para completarem o seu ciclo de vida. Essas espécies podem ser migratórias ou não.

⁸ - Ambiente de águas correntes (rio, córregos, ribeirões, riachos).

⁹ Fauna alóctone – a que não é originária do local onde ocorre atualmente, que veio de fora.

¹⁰ Fauna autóctone – originária do próprio local onde ocorre atualmente.

Itapotihyla langsdorffii, *Leptodactylus viridis*, *Proceratophrys laticeps*, *Scinax gr. ruber* e *Stereocyclops incrassatus*). Porém sete espécies não foram reportadas pelo estudo de Silvano e Pimenta (2003) na RPPN e foram registradas no PND (*Gastrotheca fissipes*, *Ischnocnema vinhai*, *Phasmahyla exilis*, *Scinax auratus*, *S. x-signatus*, *Sphaenorhynchus prasinus* e uma espécie nova do gênero *Ischnocnema*), estando a RPPN em três localidades com maior número de espécies de anfíbios já amostradas na região até o momento (Silvano & Pimenta, 2003; Schiavetti *et al*, 2005).

Para os répteis houve uma diferença mais acentuada sendo que na Estação Veracel foram registradas 54 espécies das quais 42 não foram registradas no PND (*Dipsas neivai*, *Chironius fuscus*, *C. exoletus*, *Gymnodactylus darwinii*, *Kentropyx calcarata*, *Leptodeira annulata*, *Oxyrhopus petola*, *Tropidurus torquatus*, *Acanthochelys radiolata*, *Anolis ortonii*, *Atractus maculatus*, *Bothrops bilineatus*, *Chironius bicarinatus*, *Chironius laevicollis*, *Chironius multiventris*, *Clelia plumbea*, *Cnemidophorus nativo*, *Colobosaura sp.*, *Corallus hortulanus*, *Diploglossus fasciatus*, *Dipsas catesbyi*, *Drymoluber dichrous*, *Lachesis muta*, *Leposoma scincoides*, *Leposternon microcephalum*, *Liophis cobella*, *Liophis frenatus*, *Liophis poecilogyrus*, *Liophis reginae*, *Mabuya heathi*, *Mabuya macrorhyncha*, *Micrurus corallinus*, *Micrurus ibiboboca*, *Oxybelis aeneus*, *Philodryas viridissima*, *Phyllopezus pollicaris*, *Polychrus marmoratus*, *Pseudoboa nigra*, *Pseustes sulphureus*, *Tropidurus strobilurus*, *Waglerophis merremii*, *Xenodon rhabdocephalus*).

No PND houve quatro espécies não registradas no levantamento da Estação Veracel (*Boa constrictor*, *Elapomorphus wuchereri*, *Leposoma cf. annectans* e *Siphlophis compressus*). Apesar das diferenças entre as áreas, é possível que todas as espécies citadas estejam presentes no relatório do plano de manejo da Estação Veracel estejam presentes também no PND.

- **Riqueza – Comparação entre as fitofisionomias**

No PND, a muçununga foi a fitofisionomia que apresentou a maior riqueza de espécies de anfíbios, enquanto na área do Km 22 foi registrada a maior riqueza de répteis (Figuras 80 e 81). A formação de grandes poças d'água na área aberta da muçununga propiciou a ocupação destes habitats por diversas espécies de anfíbios.

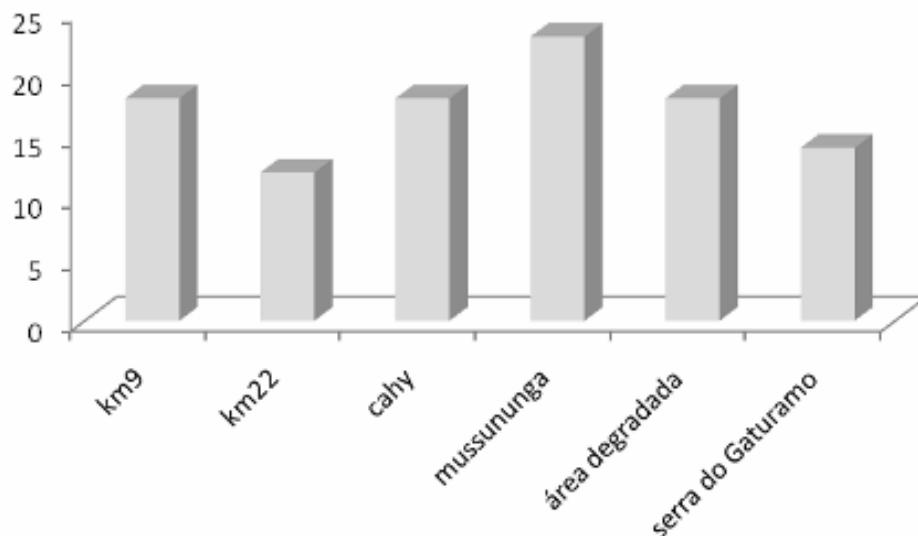


Figura 80: Número de espécies de anfíbios por unidade de amostragem no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

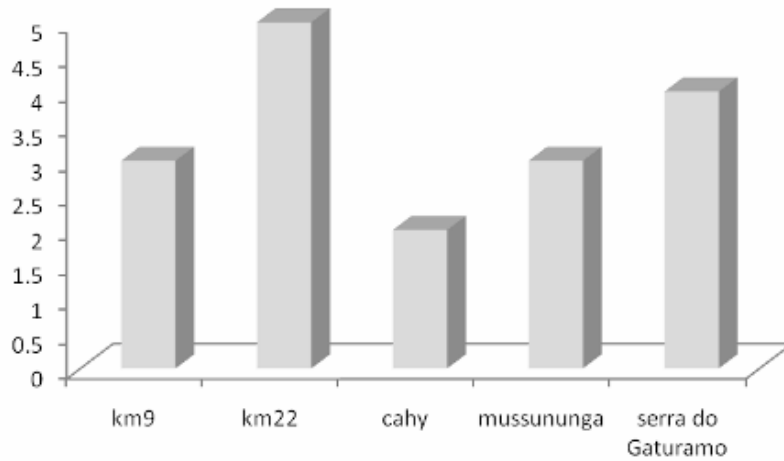


Figura 81: Número de espécies de répteis por unidade de amostragem no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

As curvas de acumulação de espécies foram mais estáveis para os anfíbios do que para os répteis (Figuras 82 e 83). Este resultado pode ser decorrente da maior facilidade de encontro e captura de anfíbios, além da orientação acústica que eles fornecem aos pesquisadores. A riqueza esperada foi menor do que a observada, provavelmente porque não houve a estabilização das curvas de acumulação das espécies. O aumento do esforço amostral no Parque possivelmente promoveria a estabilização das curvas do coletor e a consequente aproximação entre as riquezas esperadas e observadas.

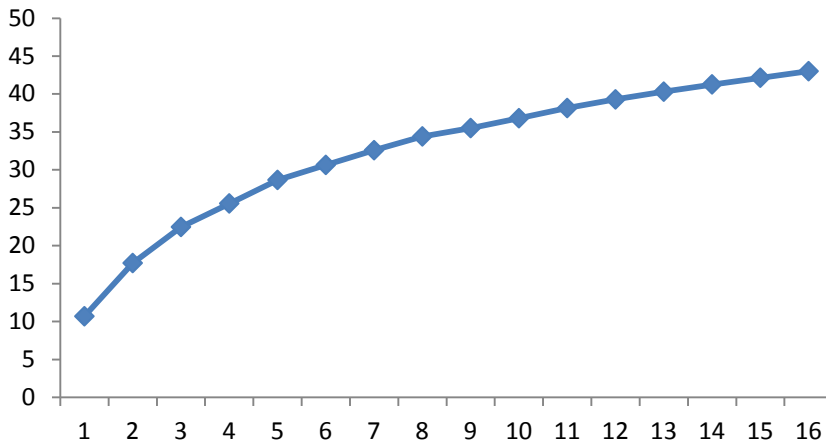


Figura 82: Curva de acumulação das espécies de anfíbios do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), (jun/set de 2009) (y= número de espécies; x= dias de amostragem).

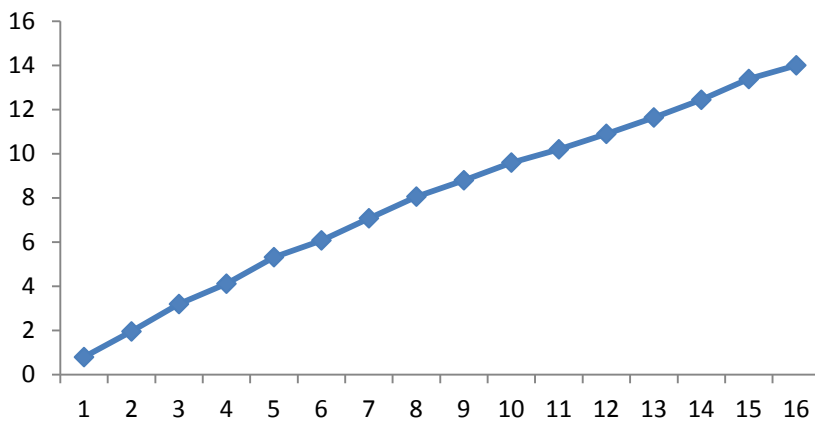


Figura 83: Curva de acumulação das espécies de répteis do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (jun/set de 2009) (y= número de espécies; x= dias de amostragem).

Espécies ameaçadas, raras, endêmicas, bandeira e novos registros

As espécies da anurófauna registradas no PND não são tão inseridas nas categorias de risco estabelecidas pela IUCN, exceto a espécie *Allobates olfersioides*, que está categorizada como vulnerável.

No entanto, no PND foram registradas 10 espécies endêmicas da Mata Atlântica, sendo duas endêmicas da Mata Atlântica do sul da Bahia, *Ischnocnema vinhai* (rãzinha-da-mata, Figura 84) e *Hylomantis aspera* (perereca-das-folhagens), além das espécies *Allobates olfersioides* (sapinho-foguete), *Dendropsophus anceps* (perereca), *dendropsophus bipunctatus* (pererequinha), *Gastrotheca fissipes* (perereca-marsupial), *Haddadus binotatus* (rã-de-folhiço), *Hypsiboas crepitans* (perereca-cinza), *Physalaemus erikae* (rãzinha), *Proceratophrys renalis* (rã-de-folhiço), *Rhinella crucifer* (sapo-cururuzinho) e *Scinax auratus* (perereca-dourada) (Figura 85).



Figura 84: *Ischnocnema vinhai* (rãzinha-da-mata), espécie endêmica da Mata Atlântica do sul da Bahia, registrada no Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA). Fonte: (**) Wikimedia Commons (www.commonswikimedia.org). Acesso em 14/11/2013. Foto: Alex Popovkin (**)



Scinax auratus (perereca-dourada).
Foto: Michel de Aguiar Passos (***)



Dendropsophus anceps (perereca).
Foto: Lucas Grandinetti (*)



Dendropsophus bipunctatus (pererequinha).
Foto: Michel de Aguiar Passos (***)



Haddadus binotatus (rã-de-folhiço).
Foto: Felipe Gomes (**)



Rhinella crucifer (sapo-cururuzinho).
Foto: Userjimbleak (**).



Allobates olfersioides (sapinho-foguete).
Foto: Moacir Tinoco (**).

Figura 85: Espécies de anuros endêmicos da Mata Atlântica, registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commonswikimedia.org); (***) Google Images (<http://www.google.com/imghp>). Acesso em 14/11/2013.

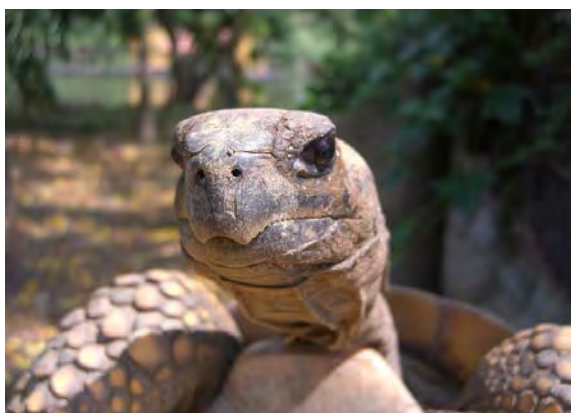
Dentre os répteis, o jaboti *Chelonoidis denticulata* é considerado como vulnerável pela IUCN (Figura 86). *Tupinambis merianae* (teiú), *Boa constrictor* (jibóia) e *Chelonoidis denticulata* (jaboti) (Figura 86) estão citados pelo CITES (*Convention on International Trade in Endangered Species*) no apêndice 2 que restringe a comercialização dessas espécies com possível risco de ameaça. Dentre os registros em campo é importante destacar quatro espécies de répteis - *Boa constrictor*, *Chelonoidis denticulata*, *Elapomorphus wuchereri* e *Tupinambis merianae* - que constituem parte da fauna cinegética, ou mesmo as que se encontram em listas de animais ameaçados de extinção (Figura 86).



Tupinambis merianae (teiú), espécie constante da lista CITES, registrada no PND. Foto: Ltshears (**).



Boa constrictor (jibóia), espécie constante da lista CITES, registrada no PND (**).



Chelonoidis denticulata (jaboti), espécie vulnerável à extinção e constante da lista CITES, registrada no PND. Foto: Philipp Weigell (**).

Figura 86: Espécies da herpetofauna registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), que figuram na lista CITES, encontram-se ameaçadas de extinção e/ou constituem espécies cinegéticas. Fonte: (**) Wikimedia Commons (www.commonswikimedia.org). Acesso em 14/11/2013.

Quanto aos anfíbios é importante destacar 14 espécies - *Allobates offersioides* (sapinho-foguete), *Aparasphenodon brunoi* (perereca-de-capacete), *Aplastodiscus ibirapitanga* (rã-flautinha), *Chiasmocleis schubarti* (rãzinha-da-mata), *Dendropsophus anceps* (perereca), *Dendropsophus bipunctatus* (pererequinha), *Gastrotheca fissipes* (Perereca-marsupial), *Haddadus binotatus* (rã-de-folhiço), *Hylomantis aspera* (perereca-das-folhagens), *Ischnocnema vinhai* (rãzinha-da-mata), *Phasmahyla exilis* (perereca-das-folhagens), *Proceratophrys renalis* (sapo-de-chifres), *Rhinella crucifer* (sapo-cururuzinho), *Scinax auratus* (perereca-dourada) - que podem ser destacadas por serem animais restritos a ambientes florestais ou apresentarem endemismos. Essas espécies seriam as mais vulneráveis às possíveis alterações ambientais (Figuras 84, 85 e 87).

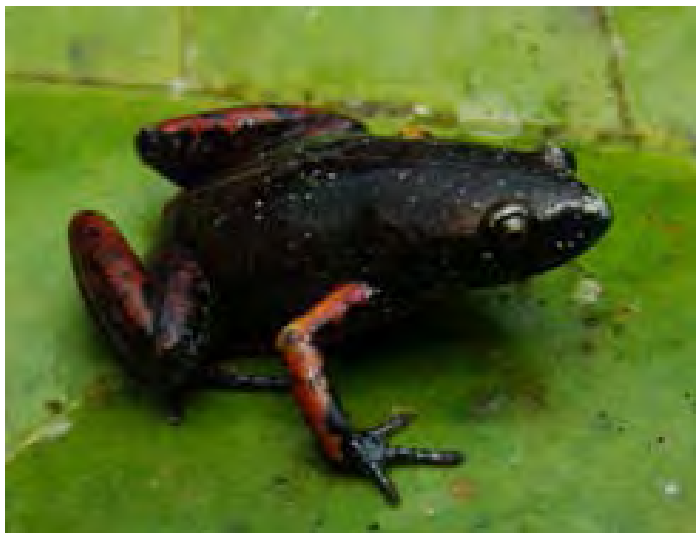


Figura 87: *Chiasmocleis schubarti* (rãzinha-da-mata), espécie da herpetofauna registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) restrita a ambientes florestais. Foto: J. F. Tonini. Fonte: Google Images (<http://www.google.com/imghp>). Acesso em 11/11/2013.

Há diferentes maneiras de se utilizar animais/plantas como símbolos e diferentes definições são dadas a essas espécies, dependendo da forma como sua imagem é utilizada. Caro & O'Doherty (1999) citam que espécies-símbolo (*surrogate species*, e.g. espécie bandeira) vêm sendo utilizadas como um atalho para se monitorar ou resolver problemas de conservação. Espécies bandeira são frequentemente escolhidas "post hoc", ou seja, após terem sofrido com exploração ou destruição do habitat. Dessa maneira, também podem ser espécies que são sensíveis a perturbações. No entanto, algumas espécies podem ser utilizadas como espécie-bandeira apenas por serem carismáticas e a proteção e manutenção de suas necessidades de conservação poderiam garantir a proteção de outras espécies. Um exemplo de anfíbio já utilizado como espécie-bandeira é a *Phyllomedusa* gr. *hypochondrialis*, que foi utilizada pela Fundação Boticário em um projeto cujo objetivo era a proteção de espécies da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. As espécies da subfamília Phyllomedusinae são muito apreciadas como símbolos (suvenir e *slogan*) por serem carismáticas e possuírem cores vibrantes que são características que tornam possível atrair a atenção do público, além de possuírem grande apelo pelo seu potencial bioquímico. No presente estudo três pererecas-das-folhagens foram registradas podendo ser utilizadas como espécie bandeira: *Hylomantis aspera*, *Phasmahyla exilis* e *Phyllomedusa burmeisteri* (Figura 88).

Foi encontrada, no Parque, uma espécie não identificada do gênero *Ischnocnema* e, por se tratar de um gênero com alguns problemas taxonômicos, a definição desta espécie está em andamento com auxílio de especialistas do grupo. Há também a possibilidade de descrição de uma nova espécie do gênero *Dendropsophus*, partindo da redescoberta da espécie *D. oliverai* que poderá ser separada em duas.



Phasmahyla exilis. Foto: J.F.Tonini (***)



Phyllomedusa burmeisteri. Foto: Lucas Grandinetti (*)

Figura 88: Duas das três pererecas-das-folhagens indicadas como espécies bandeira, indicadas para o Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org); (***) Google Images. Acesso em 14/11/2013.

Espécies bioindicadoras da qualidade ambiental

Algumas espécies de anuros encontradas no Parque possuem potencial como bioindicadoras por estarem associadas a ambientes florestais. As espécies *Allobates olfersioides*, *Aparasphenodon bruno*, *Aplastodiscus ibirapitanga*, *Haddadus binotatus*, *Hylomantis aspera*, *Gastrotheca fissipes*, *Phasmahyla exilis*, *Physalaemus signifer*, *Proceratophrys renalis* e *Rhinella hoogmoedi* estão incluídas entre as bioindicadoras, pois não são encontradas em ambientes degradados. Dentre os répteis podemos destacar a espécie *Enyalius catenatus*, que ocupa ambientes florestais. As principais características dessas espécies são apresentadas a seguir:

- *Allobates olfersioides* (sapinho-foguete) (Figura 84): Pertence à família Aromobatidae, recentemente separada de Dendrobatidae (Grant *et al.*, 2006), pouco diversificada na Mata Atlântica, onde é representada por apenas algumas espécies deste gênero. As populações desta espécie de *Allobates* encontradas no sul da Bahia ainda não puderam ser identificadas. As espécies deste gênero são diurnas, ocupando o folheto das matas e são consideradas boas indicadoras de qualidade ambiental devido ao modo reprodutivo altamente especializado: os ovos são colocados no folheto úmido, sendo guardado por um dos pais. Portanto, a manutenção do microclima do interior das matas, garantido pelo sombreamento e consequente umidade é vital para a sobrevivência desta espécie. Quando os girinos eclodem são colocados no dorso do macho, que os carrega até um corpo d'água propício para a continuidade de seu desenvolvimento. As populações são numerosas, mas exemplares são dificilmente capturados devido à grande agilidade.
- *Aparasphenodon bruno* (perereca-de-capacete): Perereca dotada de uma proteção óssea sobre a cabeça, que serve para "tampar" o tubo central das brônquias, uma adaptação chamada de fragmosis. Habita restingas e matas do litoral paulista até o sul da Bahia.
- *Aplastodiscus ibirapitanga* (rã-flautinha): Espécie de hábitos florestais, ocorrendo nas margens lamacentas de riachos de baixada. Os machos vocalizam abrigados sob o folheto úmido, onde provavelmente são depositados os ovos. Tem ampla distribuição pelo sul da Bahia, sendo encontrada inclusive em matas de galeria da região do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais (Cruz *et al.*, 2003).
- *Gastrotheca fissipes* (perereca-marsupial): Perereca de grande porte e hábitos estritamente florestais, sendo encontrada também em cabucas. Ocupa a vegetação arbustiva e arbórea da mata, nem sempre próxima a corpos d'água. Possui modo reprodutivo altamente especializado, com as fêmeas apresentando uma bolsa no dorso onde os ovos são incubados até certo ponto do desenvolvimento. Após esse tempo, a fêmea dirige-se a uma poça ou remanso de riacho onde os girinos são liberados para completar a metamorfose. Ocorre em áreas abaixo dos 700 m de altitude, de Pernambuco ao E): Espécie de hábito noturno e arborícola, cujo sítio de canto são riachos. Suas estratégias de defesa são a camuflagem e o veneno.
- *Haddadus binotatus* (rã-de-folheto) (Figura 84): Habita o folheto de florestas e matas de galeria, tendo ampla distribuição pelas regiões sul e sudeste do Brasil, alcançando as matas do sul da Bahia (Heyer *et al.*, 1990; Izecksohn & Carvalho-e-Silva, 2001; Frost, 2006).

- *Hylomantis aspera* (perereca-verde; perereca-das-folhagens): EC considerada espécie rara até bem pouco tempo, uma vez que apenas os sítios e um exemplar coletado em Itabuna em 1972 eram conhecidos (Cruz, 1988). O registro em outras localidades do sul da Bahia permitiu ampliar significativamente sua área de distribuição (Pimenta & Canedo, 2007), além de acrescentar dados sobre hábitos, preferências ambientais e tamanho das populações. No entanto, as únicas populações conhecidas estão distribuídas por uma estreita faixa litorânea entre Camamu e Caravelas, BA. A espécie é estritamente florestal e está associada a poças temporárias de grande complexidade estrutural. Provavelmente o modo reprodutivo segue o padrão da sub-família Phyllomedusinae, à qual pertence: desova nas folhas pendentes sobre o corpo d' água e, após um certo estágio do desenvolvimento, as larvas caem na poça completando a metamorfose (Duellman & Trueb, 1986). Daí a dependência de ambientes florestados, de maior umidade relativa e sombreamento constante, uma vez que parte do desenvolvimento larval ocorre fora d' água. Atividades de desmatamento e perturbações em borda de mata podem levar à indisponibilidade das condições anteriormente descritas, impossibilitando a sobrevivência de populações dessa espécie.
- *Proceratophrys renalis*: Espécie pequena de sapo-de-chifre que ocorre no folheto do chão da mata, podendo ser observado em grande quantidade logo após as primeiras chuvas.
- *Physalaemus signifer* (rã-de-folheto) (Figura 89): Espécie de ampla distribuição na Mata Atlântica, ocorrendo de São Paulo até o Espírito Santo, sempre associada a matas de baixada (Izeckson & Carvalho-e-Silva, 2001; Weber & Carvalho-e-Silva, 2001). Espécie estritamente florestal que se reproduz em áreas alagadas temporárias no interior das matas (Heyer & Wolf, 1989).
- *Rhinella hoogmoedi* (sapo-da-mata) (Figura 84): Espécie recentemente descrita, que ocorre em ambientes de Mata Atlântica, do Ceará ao Paraná. (Caramaschi & Pombal, 2006). Geralmente é visualizada dentro de florestas em repouso sobre a vegetação a alguns centímetros do chão, como se encontravam os indivíduos observados neste estudo; a reprodução é explosiva e neste período os machos podem ser ouvidos vocalizando durante o dia e à noite, próximos de poças ou remansos de riachos dentro de floresta ou restinga (Pombal & Gordo, 2004).
- *Enyalius catenatus* (papa-vento) (Figura 89): possui coloração variável, os machos apresentando padrão inteiramente verde. Pode chegar a medir 35 cm de comprimento total. Habita a Mata Atlântica do sul da Bahia. Os dados de Dix (2001) referentes a um estudo empregando *pitfalls* na região de Una indicam que esta espécie é significativamente menos abundante em fragmentos antropizados e cabucas do que em matas primárias. Uma abundância local pode indicar a presença de uma floresta não manejada, podendo esta espécie ser considerada um bioindicador de áreas preservadas. Foi apenas localizado um exemplar durante um transecto diurno na floresta ombrófila densa de terras baixas.

Além das espécies citadas, convém destacar que as características fisiológicas e ecológicas dos anfíbios, como pele permeável e dependência de água em ao menos uma etapa de seu ciclo, tornam o grupo sensível às alterações ambientais relativas à qualidade da água e da estrutura da vegetação. Sendo assim, muitas espécies de anfíbios podem funcionar como bioindicadoras, independente de estarem associadas a áreas florestais já que a alta diversidade reprodutiva, por exemplo, pode ser consequência de alterações no ambiente.



Physalaemus signifer (rã-de-folheto) (***)



Rhinella hoogmoedi (sapo-da-mata). Foto: Diogo B. Provete (**).



Enyalius catenatus(papa-vento). Foto: Agus Camacho (**).

Figura 89: Espécies de anfíbios bioindicadores registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commonswiki.org); (***) Google Images (<http://www.google.com/imghp>). Acesso em 14/11/2013.

Espécies de importância econômica e cinegética

Os anfíbios são animais de interesse econômico, pois sua pele possui substâncias de interesse bioquímico. Várias são as moléculas produzidas pelas glândulas glandulares existentes na pele dos anuros, dentre elas as aromáticas, as alifáticas e as heterocíclicas, além de uma série de esteroides e peptídeos que atraem bastante o interesse das indústrias farmacêuticas.

O grande interesse pelos peptídeos deve-se à sua ação como mediadores farmacológicos e também à descoberta de moléculas que são análogos ou homólogos a algumas encontradas no tecido gastrointestinal de mamíferos (Daly *et al.*, 1992; Prates & Bloch, 2000).

Algumas espécies da subfamília Phyllomedusinae, como a *Phyllomedusa burmeisteri* (perereca-das-folhagens) (Figura 88) encontrada no PND, possuem um potencial bioquímico já reconhecido pela literatura (Daly *et al.*, 1992). Da pele de *Epipedobates flavopictus*, uma espécie em tratamento relacionada com *Allobates offersioides* (sapinho-foguete), foram extraídos os alcalóides pumiliotoxina e histrionicotoxina (Mortari *et al.* 2004). Várias outras espécies das famílias Bufonidae, Leiuperidae e os gêneros *Itapotihyla* e *Trachycephalus* da família Hylidae podem apresentar substâncias bioativas na pele de interesse farmacológico.

No caso dos répteis, há um grande interesse em torno do veneno das espécies de serpentes que podem ter seu potencial bioquímico explorado. Dentre os registros do Parque, quatro espécies de répteis podem ser consideradas como cinegéticas - *Boa constrictor* (jibóia), *Caiman latirostris* (jacaré-do-papo-amarelo), *Chelonoidis denticulata* (jaboti) e *Tupinambis merianae* (teiú) (Figuras 90 e 86). A espécie *Tupinambis merianae* (teiú) sofre uma severa pressão de caça ilegal no sul da Bahia, onde a maioria das populações apresenta densidades baixas devido à caça.



Figura 90: O jacaré-do-papo-amarelo *Caiman latirostris*, uma das espécies cinegéticas registrada no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Fedaro. Fonte: Wikimedia Commons (www.commonswiki.org). Acesso em 11/11/2013.

Espécies potencialmente invasoras, oportunistas ou de risco epidemiológico

Foram registradas algumas espécies de anfíbios que são conhecidas de outras regiões do Brasil por serem oportunistas e invasoras, aproveitando alterações antropogênicas no ecossistema. *Scinax x-signatus* (perereca-de-banheiro) é uma espécie distribuída da Venezuela ao Brasil ocupando locais altamente degradados e construções humanas. Esta espécie foi reportada como sendo invasora na Ilha de Guadeloupe pelo *Invasive Species Specialist Group* da IUCN (IUCN, 2008) (Figura 91). *Leptodactylus fuscus* (rã-assobiadora) ocupa áreas desflorestadas em toda a América do Sul, podendo-se reproduzir em diminutas poças em áreas urbanas e fortemente antropizadas (Figura 92).



Figura 91: *Scinax x-signatus* (perereca-de-banheiro), espécie oportunista e potencialmente invasora, registrada no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Hugo Claessen. Fonte: Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 11/11/2013.



Figura 92: Espécie oportunista e potencialmente invasora, *Leptodactylus fuscus* (rã-assobiadora), registrada no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Mauricio Rivera Correa. Fonte: Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 11/11/2013.

3.2.8.4. Avifauna

Riqueza de espécies e espécies ameaçadas e endêmicas

Um total de 244 espécies foi registrado no PND e entorno imediato (Quadro Anexo 12), sendo 205 somente dentro de seus limites e 73 no entorno. Em relação às espécies ameaçadas e quase ameaçadas foi registrado um total de 19 espécies, 12 espécies considerando a lista global (IUCN) e 17 considerando a lista nacional do Ibama. Esses números deixam clara a importância mundial do Parque para a conservação de aves.

Considerando a lista de Cordeiro (2003), o número total de espécies aumenta para 256. Entre as espécies ameaçadas registradas por esse autor e que não consta da lista elaborada durante o trabalho de campo referente a esse plano de manejo, o Cajoá (*Cotinga maculata*) merece destaque. Essa espécie é bastante rara e de difícil detecção, já que vive na copa das árvores e praticamente não vocaliza. No entanto, no referido trabalho é claro se todos os registros de todas as espécies foram de fato registradas em campo. Além disso, há espécies citadas para o Parque no corpo do texto e que não estão presentes na lista final do trabalho, gerando dúvidas quanto ao registro. Desse modo, esses dados

secundários não foram considerados e todas as análises e propostas de manejo para o grupo das aves foram feitas com base nos resultados obtidos nos estudos realizados na ocasião da produção do presente Plano de Manejo, que apresentou dados robustos e boa representatividade

Comparando-se as unidades de amostragem (Quadro 9), as três trilhas situadas em áreas de floresta apresentaram maior número de espécies ameaçadas e também maior riqueza total (Tabela 13). Na área da muçununga, tanto o número de espécies ameaçadas quanto a riqueza total foi bem inferior em relação às demais unidades de amostragem. Além de um esforço amostral menor, a alta taxa de vegetação, inclusive com sinais de queimadas recentes, explicaria esse menor número de aves. No entanto, vários trechos da vegetação estavam se recuperando na ocasião, havendo a possibilidade de ocorrer uma re-colonização por parte da avifauna.

Quadro 9: Localização geográfica e fitofisionomia dos pontos de coleta de aves por unidade de amostragem no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) e entorno, e respectivas metodologias utilizadas.

Ponto de Amostragem	Unidade de Amostragem	Coordenadas		Metodologia	Ambiente
		S	W		
UA 1. Km 9	1	17° 27,8'' 06'	39° 20' 30.1''	Observação direta, Pontos Fixos	Floresta
UA 2. Km 22	2	22 17° 05 ' 04.7''	39° 15' 27.5''	Observação direta, Pontos Fixos	Floresta
UA 3. Placa	3	17° 03' 16.2''	39° 1 9' 38.8''	Observação direta, Pontos Fixos	Floresta
UA4. Muçununga	4	17° 07' 32.4''	39° 16' 02.1''	Observação direta	Muçununga (degradada)
Área degradada	5	17°03' 34.3	39°22' 01.8''	Observação direta	Floresta secundária
Serra do Gaturano	6	16°58' 06.2	39°22' 01.8	Observação direta	Floresta/ cabruca

Nas outras duas áreas amostradas, o número de espécies também foi menor, mas deve-se lembrar de que nessas áreas o esforço de amostragem foi mais reduzido. Mesmo assim, na Serra do Gaturano, apesar do pequeno tempo de amostragem, foram observadas 57 espécies, sendo 14 endemismos de Mata Atlântica, 2 espécies sob alguma categoria global de ameaça (*Pyrrhura cruentata*, tiriba-grande - VU; *Amazona rhodocorytha* (chauá) - EN) e 5 espécies sob alguma categoria nacional de ameaça - *Machaeropterus regulus* (tangará-rajado), *Tangara brasiliensis* (cambada-de-chaves)- NT; *Pyrrhura cruentata* (tiriba-grande), *Celeus torquatus tinnunculus* (pica-pau-de-coleira) - VU; *Amazona rhodocorytha*(chauá) - EN.

Destaca-se aqui que os psitacídeos ameaçados foram observados em pequenos bandos alimentando-se em certas árvores na floresta e não somente sobrevoando a área. Outras 17 espécies são indicadoras de degradação ambiental, mas estas foram observadas principalmente nas áreas abertas e cabruças (Quadro Anexo 12).

As três Unidades de Amostragem florestais dentro do Parque são muito semelhantes em relação à composição e riqueza. Vale destacar o pica-pau-dourado-escuro-do-sudeste, *Piculus chrysochlorose polyzonus*, táxon raro e ameaçado nacionalmente que só foi registrado na trilha 2 (km 9).

Tabela 13: Número de espécies de aves registradas durante a realização de amostragem qualitativa e quantitativa no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), por sítio de amostragem.

Ponto de amostragem	Riqueza total	Ameaçadas (lista IUCN)	Ameaçadas (lista Ibama)	Endêmicas
Km 9	96	9	13	27
Km 22	92	8	13	25
Placa	85	7	11	22
Muçununga (degradada)	45	1	1	4
Degradada	13	0	1	3
Serra do Gaturano	57	2	5	14

Sucesso de captura (pontos fixos)

No total foram realizados 817 registros de 92 espécies diferentes considerando todo o Parque. O Quadro 10 mostra o resultado das amostragens quantitativas realizadas nas três unidades de amostragem no interior da UC.

Quadro 10: Resultado das amostragens quantitativas realizadas nas três unidades de amostragem no interior do Parque Nacional do Descobrimento (jun/set de 2009).

Fitofisionomia	Método	Total
Floresta Alta (UA 1) km 9	Ponto Fixo	312 Registros, 72 Espécies
Floresta Alta (UA 2) km 22	Ponto Fixo	321 Registros, 62 Espécies
Floresta Alta (UA 3) placa	Ponto Fixo	184 Registros, 60 Espécies

Em relação à abundância, a espécie mais comum considerando o Parque como um todo foi o chorozinho-de-boné (*Herpsilochmus rufimarginatus*), seguido pelo cició (*Lipaugus vociferans*) e pelo pintadinho (*Drymophila squamata*). Essas três espécies são aves florestais, sendo que as duas últimas são dependentes de matas bem preservadas.

O Quadro Anexo 13 mostra o ranking de abundância das aves no Parque. Comparando-se as três unidades de amostragem, as aves mais comuns no PND também são as mais comuns em cada uma das unidades, com exceção da unidade 1 (km 9), onde o arapaçu *Xiphorhynchus guttatus* foi a terceira espécie mais comum (Quadro Anexo 14). Esses dados confirmam a semelhança entre as três unidades amostradas no PND. As análises de curva do coletor indicaram que o período de amostragem de campo foi suficiente para uma amostragem significativa das aves do Parque, tanto em relação às amostragens quantitativas quanto às amostragens qualitativas (Figuras 93 e 94).

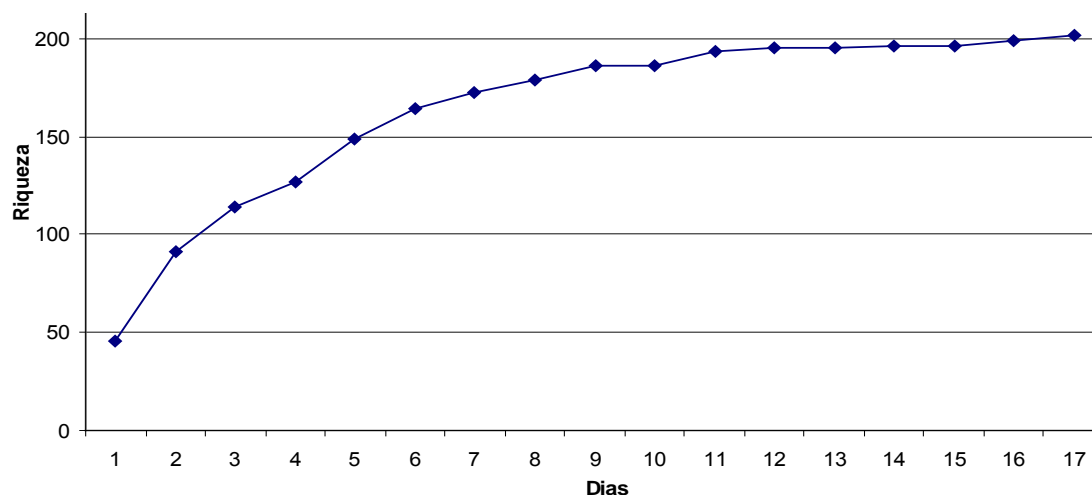


Figura 93: Curva do coletor relativa à amostragem qualitativa de aves no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

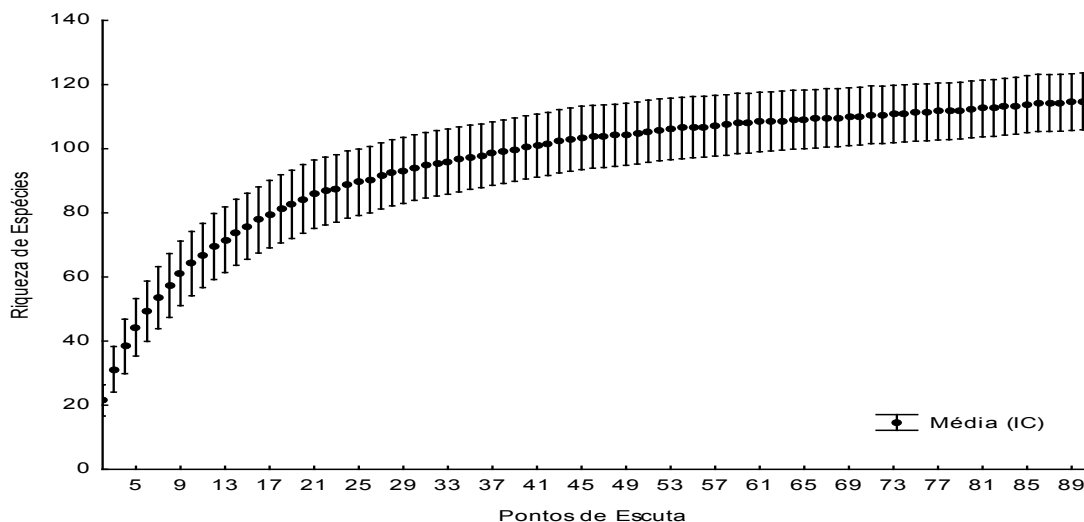


Figura 94: Curva do coletor relativa à amostragem de aves por pontos fixos no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Breve descrição das espécies de aves ameaçadas encontradas do Parque Nacional do Descobrimento por ocasião do presente estudo

No PND foram registradas 19 espécies de aves ameaçadas (Quadro 11; Figura 95). Todas essas espécies ameaçadas são dependentes de áreas de floresta bem conservadas, de forma que a conservação de populações viáveis dessas espécies garantiriam a conservação de toda a comunidade de aves do Parque.

Quadro 11: Espécies de aves ameaçadas (níveis global e nacional) registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

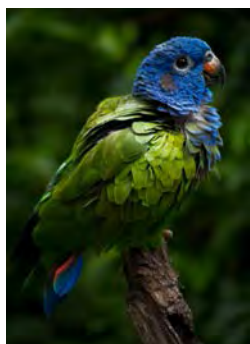
Nome Científico	Nome Popular	Grau de ameaça*	
		IUCN	MMA**
<i>Tinamus solitarius</i>	macuco	NT	NT
<i>Crax blumembachii</i>	mutum-do-sudeste	EN	EN
<i>Leucopternis lacernulatus</i>	gavião-pomba	VU	VU
<i>Spizaetus tyrannus</i>	gavião-pega-macaco		NT (<i>S. t. tyrannus</i>)
<i>Pyrrhura cruentata</i>	tiriba-grande	VU	VU
<i>Pyrrhura leucotis</i>	tiriba-de-orelha-branca	NT	VU
<i>Touit surdus</i>	apuim-de-cauda-amarela	VU	NT
<i>Pionus reichenowi</i>	maitaca-de-barriga-azul		NT
<i>Amazona rhodocorytha</i>	chauá	EN	EN
<i>Piculus chrysochloros</i>	pica-pau-dourado-escuro		VU (<i>P. c. polyzonus</i>)
<i>Celeus torquatus</i>	pica-pau-de-coleira		VU (<i>C. t. tinnunculus</i>)
<i>Myrmotherula urosticta</i>	choquinha-de-rabo-cintado	VU	VU
<i>Herpsilochmus pileatus</i>	chorozinho-de-boné	VU	VU
<i>Carpornis melanocephala</i>	sabiá-pimenta	VU	VU
<i>Procnias nudicollis</i>	araponga-comum	VU	
<i>Xipholena atropurpurea</i>	anambé-de-asa-branca	EN	EN
<i>Machaeropterus regulus</i>	tangará-rajado		NT
<i>Tangara brasiliensis</i>	cambada-de-chaves		NT
<i>Tangara velia</i>	saíra-diamante		NT (<i>T. v. cyanomelaena</i>)

* Grau de ameaça: CR (Criticamente em Perigo), EN (Em Perigo), VU (Vulnerável), NT (Quase Ameaçada). ** - A listagem do MMA contempla subespécies, citadas entre parênteses, quando necessário.

Abaixo seguem características de algumas das espécies ameaçadas registradas no PND:

- *Leucopternis lacernulatus* (Temminck, 1827) - gavião-pomba: Espécie globalmente ameaçada de extinção, registrada na estrada principal do Parque, na altura do km 10, em um trecho com floresta mais preservada. O indivíduo estava pousado em um galho a cerca de 10 metros de altura do solo, afastando-se quando notou a presença dos pesquisadores.
- *Touit surdus* (Kuhl, 1820) - apuim-de-cauda-amarela: Psitacídeo de pequeno porte globalmente ameaçado de extinção. Foi registrado em diferentes pontos do parque, mas sempre auditivamente e, aparentemente, em pequenos grupos.
- *Pionus reichenowi* Heine, 1844 - maitaca-de-barriga-azul: Tratada até recentemente como uma subespécie de *Pionus menstruus*, a ocasião da realização do presente estudo, esta espécie constava apenas na lista nacional de espécies ameaçadas. Se este novo tratamento taxonômico for aceito pela comunidade internacional, com certeza deverá se encaixar em alguma categoria global de ameaça, especialmente em função de sua exigência por florestas bem preservadas e distribuição geográfica restrita. Foi registrada sempre aos pares ou pequenos grupos.
- *Amazona rhodocorytha* (Salvadori, 1890) – chauá: Papagaio globalmente ameaçado de extinção. Só é encontrado em trechos florestados e sofre pressão de captura para o comércio ilegal. Foi registrado normalmente aos pares e aparenta ter populações significativas no Parque.
- *Pyrrhura leucotis* (Kuhl, 1820) - tiriba-de-orelha-branca: Psitacídeo globalmente Quase Ameaçado de extinção, só foi observado na segunda campanha e nas proximidades da sede do Parque. Um grupo com cerca de 6 indivíduos alimentava-se neste local, onde passava grande parte das manhãs.

- *Celeus torquatus* (Boddaert, 1783) - pica-pau-de-coleira: A subespécie da Mata Atlântica (*C. t. tinnunculus*) está nacionalmente ameaçada de extinção. Aparentemente é incomum no Parque, com poucos registros realizados.
- *Carpornis melanocephala* (Wied, 1820) - sabiá-pimenta: Cotingídeo endêmico da Mata Atlântica e globalmente ameaçado de extinção. Incomum, foi encontrado somente em áreas mais preservadas. A espécie se alimenta principalmente de frutos e é um bom indicador da presença de matas bem estruturadas e contínuas.
- *Procnias nudicollis* (Vieillot, 1817) – araponga: Cotingídeo ameaçado e endêmico de Mata Atlântica. Poucos foram os registros na primeira etapa de campo (apenas dois indivíduos), enquanto na segunda etapa foram registrados ao menos 10 indivíduos. Assim como era esperado, o aumento na atividade vocal dos machos por conta da época reprodutiva proporcionou o aumento no número de registros em relação à primeira etapa.
- *Xipholena atropurpurea* (Wied, 1820) - anambé-de-asa-branca: Cotingídeo endêmico de Mata Atlântica e globalmente ameaçado de extinção. Como é uma espécie mais críptica, sua detecção torna-se um pouco mais difícil. Apesar da coloração intensa dos machos, pouco vocaliza e normalmente é detectada por meio de ruídos emitidos enquanto voa. Foi observada somente em trechos mais florestados do Parque.



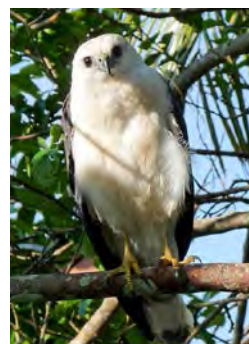
Pionus reichenowi (maitaca-de-barriga-azul). Foto: Paul B. (*).



Amazona rhodocorytha (chauá). Foto: Duncan Rawlinson (*).



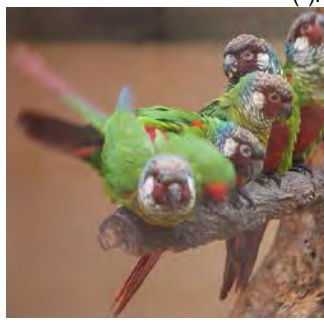
Spizaetus tyrannus (gavião-pega-macaco) (*). Foto: Livaldo Fregona (*).



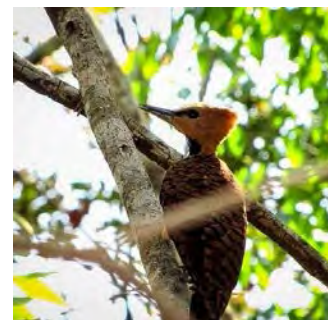
Leucopternis lacernulatus (gavião-pomba). Foto: Rick Elis Simpson (*).



Touit surdus (apuim-de-cauda-amarela). Foto: Arthur Grosset (**).



Pyrrhura leucotis (tiriba-de-orelha-branca). Foto: Bjoertvedt (*).



Celeus torquatus (pica-pau-de-coleira). Foto: Angela Barbosa de Freitas (***)



Piculus chrysochloros (pica-pau-dourado-escuro). Foto: Hector Bottai (*).



Carpornis melanocephala (sabiá-pimenta). Foto: Dario Sanches (*).



Pyrrhura cruentata (tiriba-grande). Foto: T.J. Lin (*).

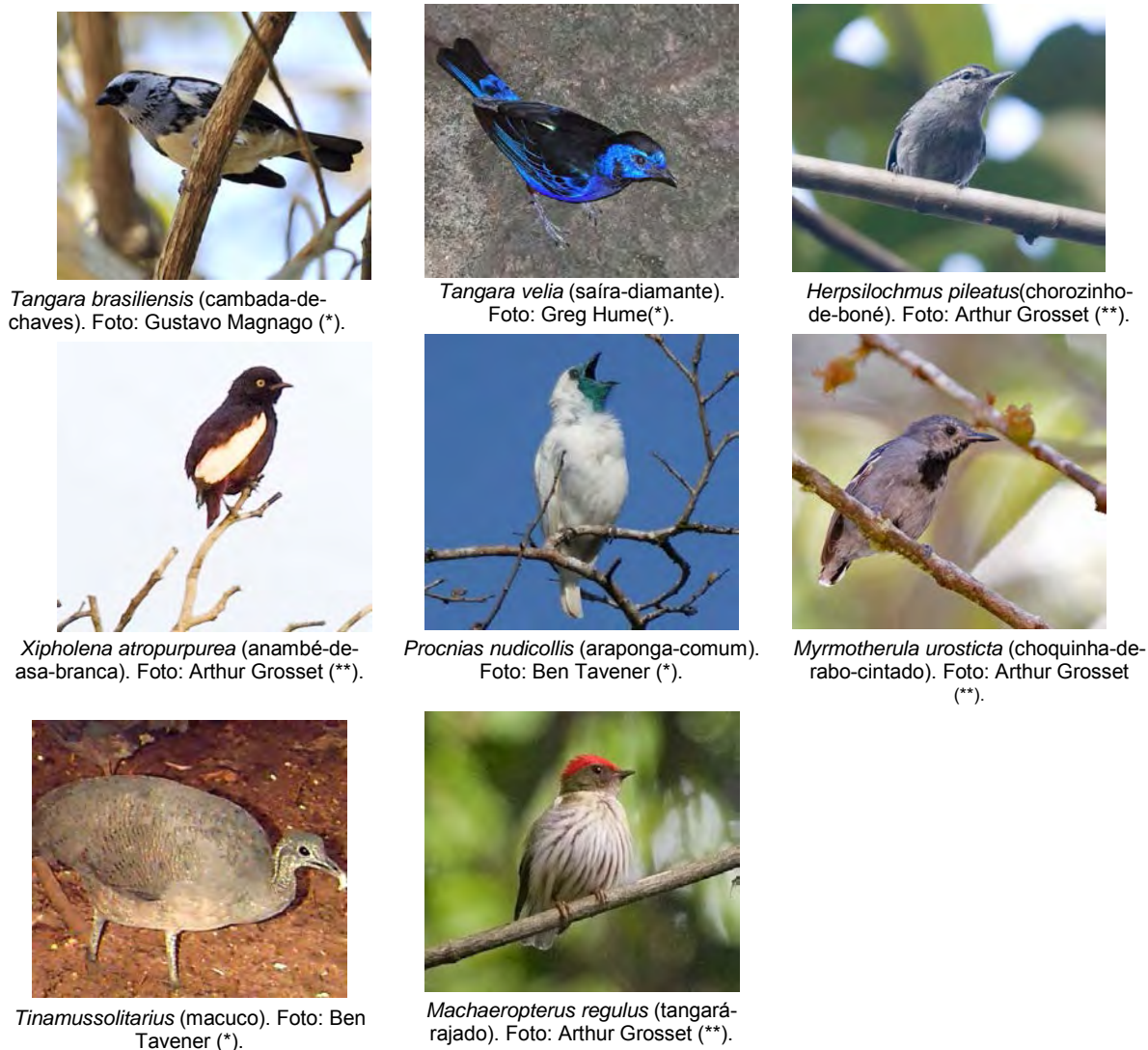


Figura 95: Espécies de aves ameaçadas de extinção, registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Arthur Grosset (www.arthurgrosset.com); (***) Google Images (<http://www.google.com/imghp>). Acesso em 14/11/2013.

Espécie bandeira

De acordo com Caro & O'Doherty (1999) as espécies bandeira devem possuir características apropriadas para um apelo regional ou internacional para chamar a atenção e sensibilizar a sociedade. Ainda de acordo com os mesmos autores, essas espécies servem como alerta para questões envolvendo a sua conservação e do habitat onde vivem, facilitando a obtenção de recursos a serem aplicados na conservação.

Considerando essas características, o mutum-do-sudeste *Crax blumembachii* (Figura 96) seria o melhor candidato para espécie bandeira do Parque, uma vez que se trata de uma ave de grande porte, com coloração chamativa e de hábitos florestais e indicadora de áreas onde não há caça. No plano de ação para a espécie, publicado em 2005, a espécie já é citada como Bandeira para a Mata Atlântica. O fato do PND ser uma das únicas Unidades de Conservação no sul da Bahia onde ainda é possível encontrar a espécie regularmente reforça ainda mais a ideia. Além disso, na cidade de Prado a ONG SAVE Brasil já realizou atividades de educação e disseminação envolvendo o mutum, com grande interesse por parte de crianças e adolescentes.



Figura 96: Mutum-do-sudeste, *Crax blumembachii*, espécie ameaçada de extinção e indicada para ser espécie-bandeira do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Arthur Grosset. Fonte: Arthur Grosset (www.arthurgrosset.com). Acesso em 14/11/2013.

Espécies bioindicadoras da qualidade ambiental

De forma geral o grupo das aves responde muito bem a alterações no ambiente, sendo portanto, boas indicadoras ambientais. A presença de um grupo de espécies de uma determinada guilda pode indicar as condições no qual aquele hábitat se encontra. As aves frugívoras de dossel de médio e grande porte e insetívoras especializadas de sub-bosque são os grupos mais sensíveis (Willis, 1979; Aleixo & Vielliard, 1995; Christiansen & Pitter, 1997; Stratford & Stouffer, 1999).

A maior penetração de luz no interior do fragmento, devido ao aumento da taxa de mortalidade de árvores de dossel, representa um problema sério para a sobrevivência de algumas espécies de sub-bosque que são incapazes de atravessar áreas abertas (Develey & Stouffer, 2001). O aumento da queda de árvores nas bordas do fragmento modifica as características do estrato herbáceo devido ao acúmulo de troncos mortos e alterações na composição da serrapilheira (Stouffer & Bierregaard, 1995). Estas alterações afetam negativamente as aves insetívoras que são especializadas em forragear nestes micro-habitat. No caso dos frugívoros, a disponibilidade do recurso alimentar explicaria a maior vulnerabilidade do grupo. Em florestas tropicais frutos são um recurso temporal e espacialmente variável (Foster, 1982; Loiselle & Blake, 1993). Consequentemente, as aves frugívoras devem realizar grandes deslocamentos para conseguir alimento em épocas de menor disponibilidade (Willis, 1979). Desse modo, a presença de frugívoros florestais de médio e grande porte e alguns insetívoros de sub-bosque em uma área significa que a floresta está bem conservada e íntegra.

No PND foram registradas 13 espécies de frugívoros entre tucanos, papagaios e cotingídeos: *Selenidera maculirostris* (araçari-poca), *Ramphastos vitellinus* (tucano-de-bico-preto), *Carpornis melanocephala* (sabiá-pimenta), *Procnias nudicollis* (araponga-comum), *Lipaugus vociferans* (cricrió), *Xipholena atropurpurea* (anambé-de-asa-branca), *Pyrrhura cruentata* (tiriba-grande), *Pyrrhura leucotis* (tiriba-de-orelha-branca), *Touit surdus* (apuim-de-calda-amarela), *Pionus reichenowii* (maitaca-de-barriga-azul), *Amazona amazonica* (curica), *Amazona rhodocorytha* (chauá) e *Amazona farinosa* (papagaio-moleiro). Entre os insetívoros de sub-bosque, duas espécies foram registradas (*Formicarius colma* – galinha-domato e *Grallariavaria* – tovacuçu) (Figuras 95 e 97). Além disso, 55% das espécies do Parque apresentam sensibilidade alta ou média a distúrbios ambientais, de acordo com a classificação de Stotz *et al.* (1996), o que também demonstra as boas condições das matas do Parque.

Espécies de importância econômica e cinegética

Entre as aves cinegéticas registradas no Parque, o mutum é a espécie mais importante, uma vez que vem sofrendo reduções populacionais significativas em toda a sua área de ocorrência, sendo que já foi localmente extinto em várias áreas do sul da Bahia (Silveira *et al.*, 2005). A caça é a principal razão para o declínio populacional desta espécie. O mutum não foi registrado pela equipe de ornitologia durante o levantamento de campo, mas foi registrado com frequência em dois pontos diferentes do Parque pela equipe de mastofauna e flora, inclusive com comprovação fotográfica.

A presença do mutum justifica a implementação de um programa efetivo de fiscalização, impedindo que ocorra caça dentro da UC. Outras duas espécies registradas no Parque que tiveram reduções populacionais devido à caça são o macuco *Tinamus solitarius* (Figura 95) e o jacupemba *Penelope supersiliares* (Figura 98). O macuco, representante de maior porte da família Tinamidae, foi registrado

auditivamente em duas ocasiões no Km 09 e observado por duas vezes empoleirado na estrada que dá acesso à Trilha da Placa. Essa espécie não havia sido registrada na primeira fase de levantamentos e é localmente rara. A presença destas aves no Parque é um indício de que as populações podem estar se recuperando. A efetiva fiscalização, eradicando a caça, de verá levar a o aumento das populações dessas aves.



Selenidera maculirostris (araçari-poca).
Foto: Gustavo Magnago (*).



Ramphastos vitellinus (tucano-de-bico-preto) (*).



Grallariavaria (tovacuçu).
Foto: Dario Sanches (*).



Carpornis melanocephala (sabiá-pimenta).
Foto: Dario Sanches (*).



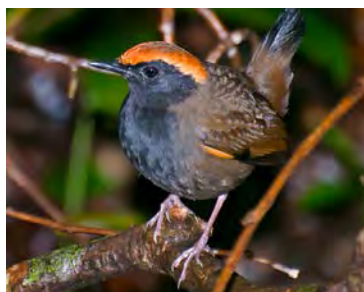
Lipaugus vociferans (cricrió).
Foto: Drick Daniels(*).



Amazona farinosa (papagaio-moleiro).
Foto: D. Gordon E. Robertson(*).



Amazona amazonica (curica).
Foto: Philipp Weigell(*).



Formicariuscolma (galinha-do-mato).
Foto: Dario Sanches (*).

Figura 97: Espécies de aves indicadoras de qualidade ambiental registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fonte: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org). Acesso em 14/11/2013.



Figura 98: Espécie alvo de caça, *Penelope supersiliares* (jacupemba), ocorrente no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Zimbres. Fonte: Wikipedia (www.wikipedia.org). Acesso em 14/11/2013.

Espécies potencialmente invasoras, oportunistas ou de risco epidemiológico

A supressão e fragmentação de florestas expõem totalmente o solo e bordas de mata à ação intensa do calor e ventos. Esses fatores transformam uma área outrora úmida em ambientes secos e extremamente vulneráveis à ação de queimadas. Basicamente, os locais alterados passam a ser representados por uma vegetação mais baixa e mais arcadas pela presença de gramíneas. A grande maioria das aves florestais não consegue adaptar a esta modificação, porém, este processo de “savanização” dos habitats acaba atraindo uma série de outras espécies que habitam áreas abertas.

Diante deste quadro de alterações no habitat, é comum encontrarmos representantes típicos de Caatinga e Cerrado em trechos que já foram tomados por floresta ombrófila densa. No Parque Nacional do Descobrimento, especialmente na área de muçununga (alterada em função de uma queimada ocorrida em torno de 5 anos antes dos estudos referentes a este Plano de Manejo), ocorre uma série de representantes de aves que são indicadores de habitats degradados. Esse é o caso de, por exemplo, do anu-preto *Crotophaga ani*, da guaracava-de-barriga-amarela *Elaenia flavogaster*, da corruíra *Troglodytes musculus* e do sabiá-do-campo *Mimus saturninus*. Da mesma forma, a presença do pica-pau-anão-escamado, *Picumnus cf. albosquamatus* demonstra a chegada de espécies que outrora só eram observadas em porções mais interioranas e secas do sul baiano (Figura 99). De acordo com a classificação de Stotz e colaboradores (1996), 43 espécies de aves do Parque (20%) são indicadoras de habitats alterados.

No entanto, a partir do momento que as matas sejam restauradas, atingindo um porte e estrutura de floresta, essas aves de áreas abertas tendem a desaparecer, cedendo espaço à espécies florestais que podem recolonizar a área.



Picumnus cf. albosquamatus (pica-pau-anão-escamado).
Foto: Arthur Grosset (**).



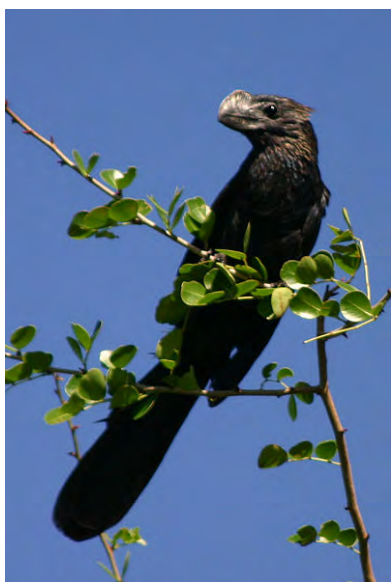
Elaenia flavogaster (guaracava-de-barriga-amarela).
Foto: Dario Sanches (*).



Troglodytes musculus (corruíra).
Foto: Dario Sanches (*).



Mimus saturninus (sabiá-do-campo).
Foto: Dario Sanches (*).



Crotophaga ani (anu-preto).
Foto: Charlesjsharp(*)

Figura 99: Espécies de aves indicadoras de habitats alterados registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Arthur Grosset (www.arthurgrosset.com). Acesso em 14/11/2013.

Espécies migratórias e suas rotas

A maior parte das aves brasileiras são residentes (92 %), sendo que as espécies migratórias são em sua grande maioria aves limícolas, restritas a ambientes costeiros. As florestas do PND não representam um habitat importante em relação a aves migratórias

Demais espécies registradas

O Parque possui um total de 244 espécies, sendo uma das áreas mais importantes para a conservação de aves representativas das matas de baixada do sul da Bahia. Muitas das aves presentes na Unidade tem um grande potencial para representarem espécies foco em programas de educação e engajamento da comunidade local para a conservação do Parque e da Mata Atlântica. Além disso, as aves também são importantes no desenvolvimento de programas de turismo especializado na observação de aves, atraindo tanto visitantes nacionais como estrangeiros. Sendo assim, algumas outras espécies registradas na Unidade merecem destaque:

- *Circus buffoni* (Gmelin, 1788) - gavião-do-banhado (Figura 100): Este pequeno acipitrídeo de ampla distribuição na América do Sul possui poucos registros no Estado da Bahia. Normalmente está associado a áreas alagadiças. Dois indivíduos (um deles apresentando coloração negra) foram registrados na várzea do rio Jacuruçu, no entorno do PND, e sua documentação talvez seja a primeira para o Estado da Bahia.

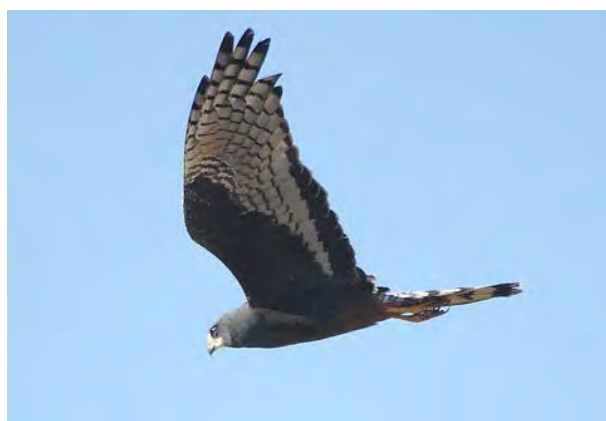
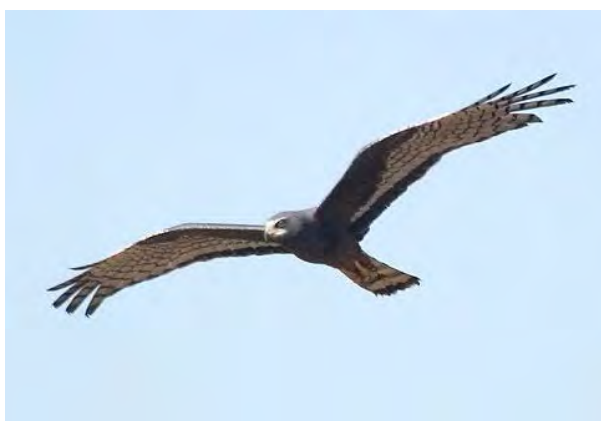


Figura 100: *Circus buffonim*, o gavião-do-banhado, registrado no entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Foto: Arthur Grosset. Fonte: Arthur Grosset (<http://www.arthurgrosset.com>). Acesso em 14/11/2013.

- *Amazona amazonica* (Linnaeus, 1766) – papagaio-do-mangue (Figura 97): Apesar de não estar sob algum grau de ameaça, essa espécie é comumente capturada para a comercialização ilegal. Aos finais de tarde, diversos indivíduos deslocavam-se do interior do Parque para fora deste, em direção a um fragmento florestal existente na margem direita do rio Jucuruçu. Foram contados um máximo de 144 indivíduos em uma única ocasião.
- *Picumnus* cf. *albosquamatus* d'Orbigny, 1840 - pica-pau-anão-escamado (Figura 99): O sul da Bahia corresponde a uma zona de contato entre algumas espécies destes pequenos pica-paus. Devido ao desmatamento, algumas espécies de áreas mais abertas, como *P. pygmaeus* e *P. albosquamatus* vem colonizando a região, onde seriam mais típicos *P. exilis* e *P. cirratus*. Diversos pesquisadores vem registrando diferentes formas de *Picumnus* no sul da Bahia e, até então, acredita-se que possa haver hibridização. Entretanto, ainda não há estudos que suportem esta hipótese, ou mesmo que possa haver táxons novos. O *Picumnus* observado durante o trabalho de campo, na área de muçununga degradada, possuía o padrão de coloração de um *P. albosquamatus* típico, porém, com vocalização muito mais semelhante à de um *P. cirratus*.

3.2.8.5. Mastofauna

Pequenos mamíferos não-voadores

No PND foi obtido um total de 11 capturas de seis espécies de pequenos mamíferos não-voadores, sendo um roedor e cinco marsupiais. São elas: o rato-de-árvore *Rhipidomys mastacalis*, a cuíca *Micoureus demerarae*, *Caluromys philander*, o gambá *Didelphis aurita*, a cuíca-de-três-listras *Monodelphis americana*, e a catita *Marmosops incanus* (Figura 101 e Quadro Anexo 15). O marsupial *M. americana* estava sendo predado por uma cobra e foi capturado. As espécies mais abundantes no PND foram *Micoureus demerarae* (aproximadamente 35% das capturas) e *Marmosops incanus* (aproximadamente 27% das capturas).

O sucesso de captura foi 1,4 % em relação ao esforço total (600 armadilhas-noite na primeira campanha e 800 armadilhas-noite na segunda campanha) e o índice de diversidade de Shannon-Wiener foi de 1,59. Estes valores são menores que os registrados no Parque Nacional do Pau Brasil (1,6 % e 2,14). De uma forma geral, o valor do sucesso foi baixo e o número reduzido de amostragens na área (somente duas campanhas) não possibilitou amostrar toda a comunidade de pequenos mamíferos não voadores que ocorrem na região sul da Bahia. Não houve recaptura de indivíduos.

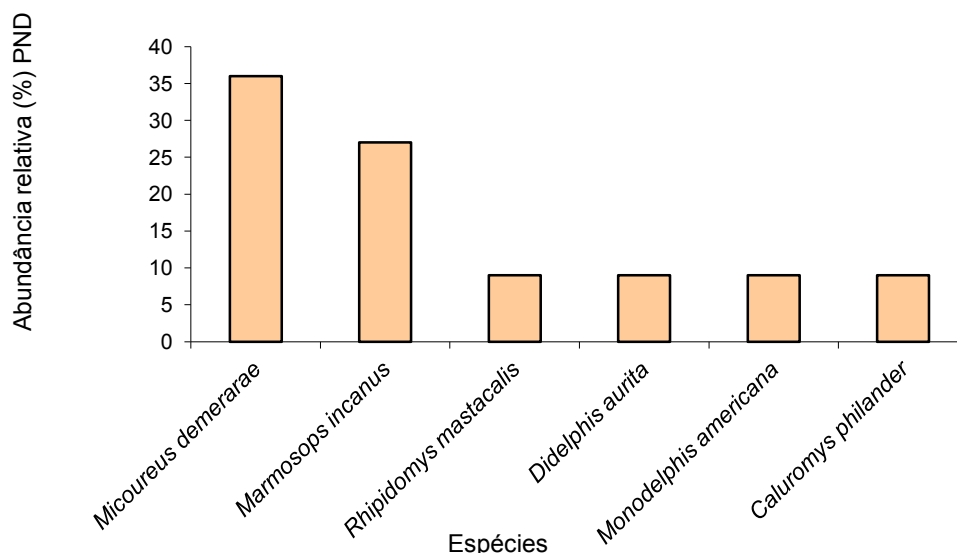


Figura 101: Abundância relativa das espécies de pequenos mamíferos não-voadores no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..

Na Figura 102 está apresentada a curva cumulativa de espécies obtida para o PND. Mesmo que a curva pareça ter se estabilizado sabe-se que este não é um resultado real, pois foram feitas somente duas campanhas de amostragem na área e o sucesso de captura obtido foi baixo. O resultado representa uma parcela bem pequena da comunidade de pequenos mamíferos não voadores que ocorrem na região sul da Bahia (Moura, 2003; Moura, 2008).

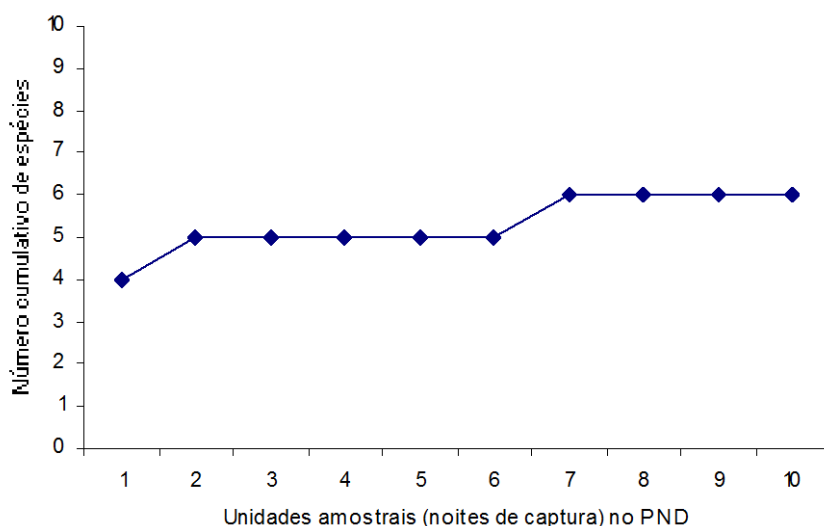


Figura 102: Número cumulativo de espécies (curva do coletor) de pequenos mamíferos não-voadores registrados no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Pequenos mamíferos voadores (morcegos)

Para o estudo dos morcegos foram realizadas coletas em cinco pontos amostrais dentro do PND (Quadro 12). Uma noite de amostragem foi realizada na Fazenda Juerana, localizada na Serra do Gaturama, que está na Zona de Amortecimento, ao norte do PND e conecta os Parque Nacional do Pau Brasil e Descobrimento na porção oeste. Os dados obtidos na Fazenda Juerana foram considerados apenas na elaboração da lista de espécies da região como um todo, não tendo sido considerados nas análises quantitativas.

Quadro 12: Unidades amostrais da quiropterofauna, utilizando a metodologia de redes-de-neblina, no Parque Nacional do Descobrimento e entorno (Serra do Gaturama).

Local	Unidade de amostragem	X	Y	Ambiente
PND	PD1	472595	8111221	Floresta alta preservada (solo argiloso)
	PD2	469305	8107163	Floresta de muçununga (solo arenoso)
	PD3	465151	8114495	Floresta em diferentes estágios de regeneração
	PD4	463630	8108571	Floresta em diferentes estágios de regeneração, com enclaves de campos nativos.
	PD5	462135	8114343	Floresta de muçununga (solo arenoso)
Serra do Gaturama	SG1	451819	8123842	Floresta em diferentes estágios de regeneração

Foram capturados 24 indivíduos de morcegos no PND, pertencentes a nove espécies, e 10 indivíduos de cinco espécies na Serra do Gaturama (Quadro Anexo 16). A frequência de captura foi de 2,0 ind./noite e a espécie mais abundante foi *Rhinophylla pumilio*, correspondendo a 25% das capturas. A guilda trófica dos frugívoros foi a mais representativa correspondendo a 78% das espécies coletadas, seguida pelos insetívoros-aéreos com 22%. Representantes da guilda dos nectarívoros foram capturadas apenas na Serra do Gaturama.

Nenhuma das espécies capturadas encontra-se ameaçada de extinção (Ibama 2003, IUCN 2006) e todas apresentam ampla distribuição geográfica (Quadro Anexo 17). Uma recente compilação dos estudos desenvolvidos com os morcegos na região sul da Bahia apontou o registro de 60 espécies para a região, capturadas entre 1986 e 2002, entre coletas esporádicas e sistemáticas (Faria *et al.*, 2006). *Diaemus youngi* foi capturado posteriormente, elevando para 61 o número de espécies para o sul da Bahia (Falcão, 2007).

Com relação às espécies exclusivas dos pontos amostrais, PD1 e PD3 apresentaram uma espécie exclusiva, correspondendo à 11,1% do total de espécies capturadas no PND. O PD2 apresentou duas espécies exclusivas, representando 22,2% do total de espécies (Tabela 14) encontrado. O sucesso de captura no Parque foi mais alto na área degradada com 6,0 indivíduos/noite, enquanto a fitofisionomia proporcionalmente mais rica foi a floresta em diferentes estágios de regeneração, com 3,0 espécies/noite (Tabela 15). O PD5 foi o ponto onde menos espécies comuns à região foram registradas, pois 98,4 % das espécies que ocorrem na região não foram amostradas neste ponto. O PD3 foi o ponto com o maior número de registros de espécies comuns à região, pois 9,8% das espécies que ocorrem na região foram amostradas neste ponto.

Tabela 14: Número de espécies exclusivas registradas nas unidades amostrais no Parque Nacional do Descobrimento, em relação aos respectivos totais, e total regional, número de espécies não registradas e em comum em relação ao número de espécies da região. (PD1: Fl. alta preservada; PD2 e PD5: Fl. de muçununga; PD3: Fl. em diferentes estágios de regeneração; PD4: Fl. em diferentes estágios de regeneração, com enclaves de campos nativos.)

Unidade Amostrai	spp registradas /total parque (%)	spp exclusivas /total parque (%)	spp não registradas parque /total regional (%)	spp comuns / total regional (%)
PD1	33.3	11.1	95.1	4.9
PD2	44.4	22.2	93.4	6.6
PD3	66.7	11.1	90.2	9.8
PD4	33.3	-	95.1	4.9
PD5	11.1	-	98.4	1.6

Tabela 15: Sucesso de captura (indivíduos / noite) e riqueza relativa (espécies / noite) dos morcegos capturados nas diferentes fitofisionomias amostradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Fitofisionomia	Indivíduos /Noite	Espécies /noite
Floresta alta preservada (solo argiloso)	1.0	0.8
Floresta de muçununga (solo arenoso)	2.5	2.5
Floresta em diferentes estágios de regeneração	4.5	3.0
Floresta em diferentes estágios de regeneração, com enclaves de campos nativos.	1.0	0.8
Área degradada	6.0	1.0

A curva do coletor não atingiu a assíntota, indicando que novas espécies provavelmente seriam capturadas caso fosse realizado um esforço amostral mais elevado. Apesar disso, o índice de riqueza utilizado, *Chao1* (baseado na abundância das espécies), foi próximo da riqueza obtida (9), aproximadamente 10 espécies (Figura 103), o que sugere que o levantamento de espécies na área está próximo ao real (Chao 1987).

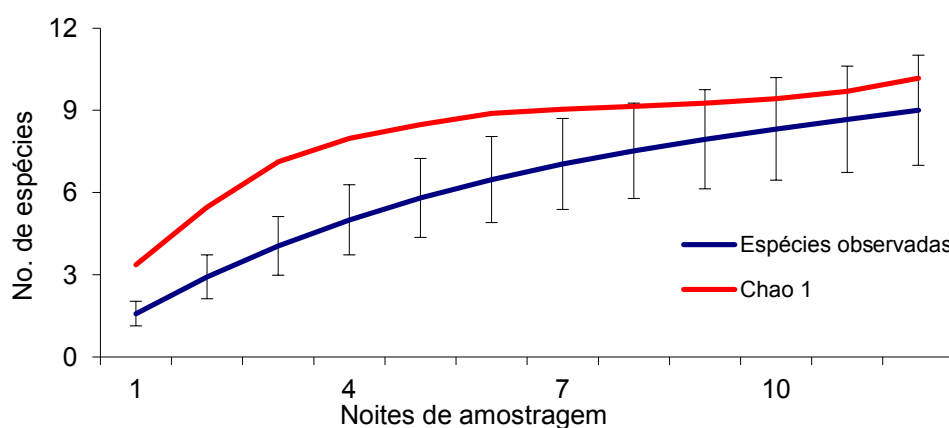


Figura 103: Curva acumulativa de espécies de morcegos capturadas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) e estimador de riqueza Chao1 (espécies aleatorizadas 100 vezes).

Aspectos biogeográficos das espécies de morcegos capturadas

Família Phyllostomidae

- *Carollia perspicillata* (Figura 104): Já foi relatada como a mais abundante em diversos estudos no Brasil e outros países da América Latina (Peracchi & Albuquerque, 1993; Pedro & Taddei, 1997; Medellín *et al.*, 2000; Falcão *et al.*, 2003). Esta espécie frugívora se alimenta basicamente de plantas pioneiras, como *Piper*, *Solanum* e *Cecropia*, e já foi encontrada em grande número de ambientes alterados, caracterizados principalmente por vegetação secundária (Cloutier & Thomas, 1992).
- *Artibeus* spp.: De forma geral, as cinco espécies de *Artibeus* capturadas são comuns e de ampla distribuição geográfica. Todas as espécies do gênero são preferencialmente frugívoras, e podem complementar sua dieta com insetos, folhas e elementos florais (Nowak, 1994). Um dos exemplares capturados, *Artibeus* sp., não teve sua identificação confirmada, mas pelas características externas provavelmente trata-se de *A. cinereus*.
- *Artibeus planirostris* (Figura 104): é considerado de tamanho médio frente às outras espécies congênicas. Apresenta suas listras faciais bem discretas, sendo às vezes quase imperceptíveis (Zortéa, 2007). Pode ser encontrado tanto em florestas maduras como em ambientes xeromórficos, como o Cerrado e a Caatinga (Hollis, 2005).
- *Artibeus lituratus* (Figura 104): É a maior espécie do gênero, e também possui ampla distribuição geográfica, ocorrendo em todos os biomas brasileiros (Marinho-Filho & Sazima, 1998). É uma espécie preferencialmente frugívora, mas também consome em menor proporção insetos, pólen, e folhas (Zortéa & Mendes, 1993; Giannini & Kalko, 2004). *Artibeus lituratus* foi a segunda espécie mais abundante no PND.
- *Artibeus cinereus* (Figura 104): Dentre as espécies de *Artibeus* de pequeno porte, é a espécie mais comumente encontrada em vários habitats brasileiros (Zortéa, 2007). Este pequeno frugívoro alimenta-se de uma variedade de pequenos frutos, como “mata-paus” e outras figueiras (*Ficus* spp.) (Zortéa, 2007). Conforme citado em outros trabalhos (Simmons & Voss, 1998; Gardner, 2008) a espécie aqui considerada como *A. cinereus* pode envolver outras espécies, uma vez que há uma sobreposição das características externas. Na área de estudo, poderia ocorrer *A. gnomus*, que se diferencia de *A. cinereus* pela presença do terceiro molar.
- *Artibeus obscurus* (Figura 104): É espécie de tamanho médio dentro do gênero, ocorrendo na Colômbia, Venezuela, Guianas, Equador, Peru, Bolívia e Brasil (Simmons, 2005), sendo que no Brasil, esta espécie ocorre em todos os biomas (Marinho-Filho & Sazima, 1998). Faria (2006) relatou esta espécie como sensível à fragmentação, ocorrendo em abundância em cabucas próximas a florestas maduras, e raramente sendo capturadas em cabucas isoladas ou capoeiras. Dois indivíduos foram capturados no PND.
- *Rhinophylla pumilio* (Figura 104): Esta pequena espécie preferencialmente frugívora é bastante comum na sua área de distribuição, assim como *Carollia perspicillata*, e muitas vezes estão entre as espécies mais abundantes localmente (Faria, 2006; Rinehart & Kunz, 2006), como observado para o PND. Um dos indivíduos capturados apresentava a cabeça recoberta de pólen, indicando o seu papel na polinização de plantas.

Família Molossidae

- *Molossus molossus* (Figura 104): Pertence a uma família cosmopolita e de hábito insetívoro (Nowak, 1994), sendo que ocorrem 22 espécies no território brasileiro (Gregorin & Taddei, 2002). Esta espécie é bem frequente em habitações humanas, e isto, em alguns casos, pode trazer malefícios uma vez que o vírus da raiva já foi isolado de quase 50% das espécies de molossídeos que desenvolveram hábitos sinantrópicos (Bredt *et al.*, 1998). Uma pequena colônia desta espécie habita o forro da sede do PND (Sierra Delta), e dois indivíduos foram coletados. As espécies do gênero *Molossus* saem para se alimentar no início da noite, logo após o pôr do sol, e desenvolvem um voo rápido e errático em busca de insetos (Nowak, 1994).

Família Vespertilionidae

- *Myotis* cf. *nigricans* (Figura 104): O gênero *Myotis* apresenta a mais ampla distribuição geográfica dentre os morcegos, e provavelmente dentre os mamíferos terrestres (excetuando-se o homem) (Gardner, 2008). É uma espécie predominantemente insetívora, e não é comumente coletada em redes-de-neblina, que não são consideradas adequadas para a captura de indivíduos desta família (Bianconi & Pedro, 2007). Um exemplar macho adulto do gênero foi

capturado no PND.



Carollia perspicillata, espécie comum na região neotropical



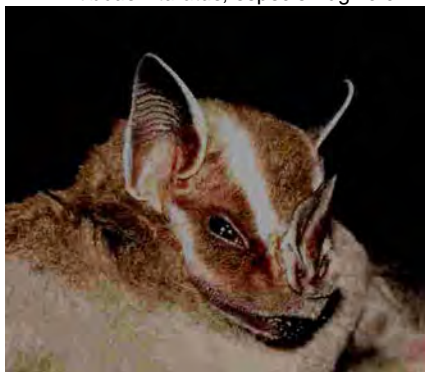
Artibeus planirostris, espécie frugívora



Artibeus lituratus, espécie frugívora



Artibeus obscurus, espécie sensível à fragmentação



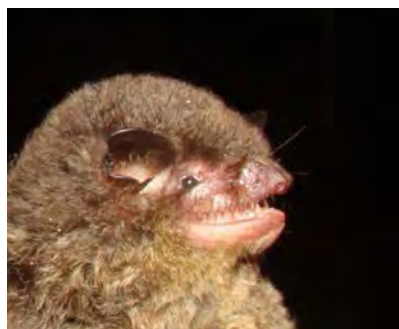
Artibeus cinereus, espécie frugívora



Rhinophylla pumilio, espécie mais abundante no PND



Molossus molossus, espécie insetívora comum em habitações humanas



Myotis cf. nigricans, espécie insetívora

Figura 104: Espécies de morcego capturadas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fotos: Fábio Falcão.

Mamíferos de médio e grande porte - transecto

Pela amostragem por meio do método de transectos lineares durante as duas campanhas, foi registrada a ocorrência de oito espécies de mamíferos de médio e grande porte no PND: *Callicebus melanochir* (guigó), *Sciurus* sp., *Nasua nasua* (quati), *Cebus robustus* (macaco-prego), *Tayassu pecari* (queixada), *Pecari tajacu* (caititu), *Dasyprocta* sp., *Eira barbara* (irara) (Quadro Anexo 18). Este número representa 20% do total de 39 espécies de médio e grande porte registrado para a região do extremo sul baiano por Moura (2003), ao fazer levantamento de espécies de mamíferos em pontos nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Guaratinga, Prado, Teixeira de Freitas e Itamaraju. Faz-se necessário considerar que as visualizações, bem como detecção de rastros e audição de vocalizações, foram prejudicadas pela constante chuva que caiu na região na maioria do período de coleta de dados, em especial durante a primeira campanha.

É importante ressaltar a existência de grupos de *Tayassu pecari* (queixada), que frequentemente são vistos em grandes bandos. Um grupo foi fotografado na estrada principal do PND (Figura 105), coordenadas 460317/8107260 UTM. Fezes e pegadas de anta (*Tapirus terrestris*) foram identificadas em diferentes localidades no PND (Figura 106). As pegadas de anta são registros importantes, pois se acredita que a região do extremo sul seja a única no Estado da Bahia com a presença desta espécie.

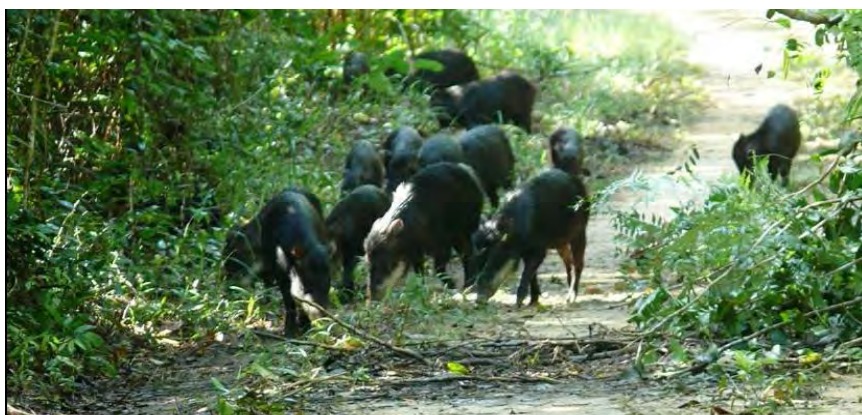


Figura 105: Bando de queixada, *Tayassu pecari*, no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). (Foto: Leonardo Gomes Neves)

A presença de animais grandes como antas, veados e porcos-do-mato sugere a presença de predadores de topo, como onça-parda (confirmado pelo registro de *camera-trap*). A ocorrência destas espécies indica que a comunidade de mamíferos é bem estruturada. Grandes áreas com comunidades bem estruturadas são necessárias para manutenção de populações de grandes predadores. Provavelmente ainda ocorre a onça-pintada, a animais cujos registros são cada vez mais raros fora de Unidades de Conservação.

O sucesso de captura obtido por meio da amostragem com armadilhas fotográficas no PND, na primeira campanha, foi 20%, enquanto na segunda campanha o sucesso foi de 16%. As sete espécies registradas por este método foram: *Dasyprocta* sp., *Mazama* sp., *Puma concolor* (onça-parda), *Nasua nasua* (quati), duas espécies de morcego, e *Canis lupus familiaris* (cão doméstico) (Quadro Anexo 19). Há ainda a possibilidade da existência de duas espécies de *Mazama* - *M. gouazoubira* (veado-catingueiro) e *M. americana* (veado-mateiro) - fotografadas pelas *cameras-trap*.

Vários cachorros domésticos, *Canis lupus familiaris*, foram fotografados no Parque. A presença de cães domésticos nas ocupações humanas irregulares dentro da UC é um fator importante a ser eliminado ou pelo menos mitigado na UC, uma vez que seu impacto sobre os animais silvestres são extremos e comprovadamente danosos.

Considerando todos os tipos de amostragens, foram registradas 48 espécies de mamíferos no PND (Quadro Anexo 20). Se excluídos os não-voadores, este número é de 39 espécies, o que supera os resultados obtidos em estudos anteriores na área (Moura, 2003 e 2008). Segundo a bibliografia, considerando os registros de mamíferos não voadores, potencialmente podem existir aproximadamente 50 espécies na região do extremo sul baiano (Ruschi, 1978; IBDF/FBCN, 1979; Oliver & Santos, 1991; Moura, 2003; Veracel Celulose, 2007; Moura 2008). No caso, a amostragem no PND representou 78 % das espécies de potencial ocorrência para a região.

No PND, oito espécies são ameaçadas de extinção considerando as listas do Ibama e da IUCN (o macaco-prego *Cebus robustus*, o guigó *Callicebus melanochir*, o bugio *Alouatta guariba guariba*, a jaguatirica *Leopardus pardalis*, o gato-pequeno *Leopardus trigrinus*, a onça-parda *Puma concolor*, a anta *Tapirus terrestris*, o ouriço-preto *Chaetomys subspinosus*) e seis são endêmicas da Mata Atlântica (o macaco-prego *Cebus robustus*, o guigó *Callicebus melanochir*, o bugio *Alouatta guariba guariba*, o ouriço-preto *Chaetomys subspinosus*, a cuíca *Marmosops incanus*, o gambá *Didelphis aurita*) (Quadro Anexo 20; Figuras 106 e 107).

Importante salientar a ocorrência dos grandes mamíferos como a anta *Tapirus terrestris*, o queixada *Tayassu pecari*, e a onça-parda *Puma concolor*. Estes são mamíferos de grande porte e estão extintos em várias regiões do sul da Bahia.

Não há resultados que comprovem uma diferenciação da comunidade em relação às fitofisionomias e entre áreas no extremo sul da Bahia e exclusividade ao PND. Existe, contudo, uma grande diferença nas comunidades de mamíferos entre as sub-regiões da Mata Atlântica do sul da Bahia (baixo-sul, região cacauzeira, e extremo-sul) (Moura, 2008).

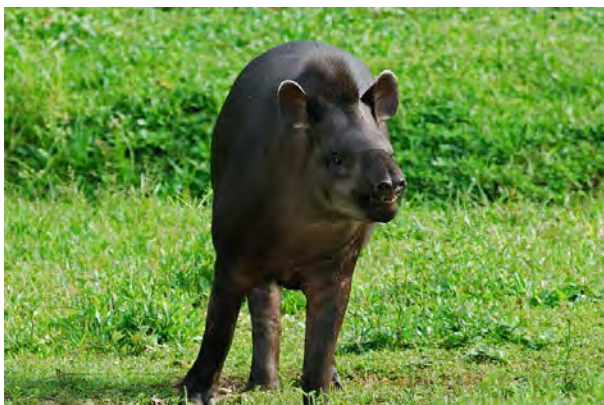
Não foi observado nenhum padrão de ocorrência de espécies relacionado às estações seca e chuvosa. A região é caracterizada por não possuir sazonalidade marcante, e por apresentar chuvas bem distribuídas durante o ano.

Status de conservação e distribuição das espécies

Espécies ameaçadas segundo lista Ibama

- *Cebus robustus* (macaco-prego): É considerado vulnerável na lista brasileira e 'Em Perigo' segundo a lista da IUCN. Provavelmente abundante no passado, essa espécie de macaco-prego está ameaçada de extinção pelo desmatamento e destruição de habitat (Oliver & Santos, 1991). Além disso, a intensa pressão de caça e sua captura como animal de estimação, principalmente no Estado da Bahia, vem contribuindo para o declínio de suas populações (Martins, 2008). Endêmica da Mata Atlântica. *C. robustus* está presente em três Reservas no Estado do Espírito Santo (Sooretama, Córrego do Veado, Córrego Grande), três Parques Nacionais no Estado da Bahia (Monte Pascoal, Descobrimento, Pau Brasil), na Estação Ecológica de Acuaã no Estado de Minas Gerais e em duas áreas privadas relevantes para a conservação da espécie (Reserva Natural da Vale do Rio Doce (ES) e RPPN Estação Veracruz (BA) (Martins, 2008; Moura, 2003; Moura, 2008).
- *Callicebus melanochir* (guigó): É vulnerável pela lista brasileira. A destruição e alteração do habitat constituem as principais ameaças à conservação da espécie, que embora possa ser encontrada em fragmentos pequenos e degradados, a longo prazo pode vir a sofrer os efeitos deletérios causados pela fragmentação e isolamento de populações (Canale, 2008). Há muitos relatos na Bahia de consumo da carne desse primata. Uma semana antes de se iniciar a coleta de dados para este Plano de Manejo, os guardas-parque da UC flagraram um caçador abatendo uma fêmea da espécie, cujo animal em questão foi depositado na Coleção do Museu de Zoologia da UFMG. A caça da espécie acontece não por uma questão de sobrevivência do caçador, mas também por esporte e lazer, configurando-se em mais uma ameaça à sobrevivência da espécie (Canale, 2008). É endêmica da Mata Atlântica e está presente nos Parques Nacionais do Monte Pascoal e do Descobrimento, na Reserva Una no Estado da Bahia, na Reserva Córrego Grande, na Reserva Córrego do Veado e na Flona do Rio Preto no Estado do Espírito Santo. Ocorre em outras Unidades de Conservação do sul da Bahia (Moura, 2003; Moura, 2008).
- *Alouatta guariba guariba* (bugio, barbado): Nas entrevistas realizadas houve a indicação de sua ocorrência no PND. É uma espécie Criticamente Ameaçada segundo a lista brasileira de fauna ameaçada. É endêmica da Mata Atlântica e existem registros antigos de ocorrência na área (Moura, 2003; Moura, 2008).
- *Puma concolor* (onça-parda): É vulnerável pela lista brasileira. Embora distribuída em todo o território nacional, atualmente as populações são bem reduzidas. Necessitam de ambientes de boa qualidade ambiental e que possuam comunidades bem estruturadas. Na Bahia foi registrada na Reserva Biológica de Una e Estação Veracel (Moura, 2008). Ocorre em outras Unidades de Conservação do sul da Bahia (Moura, 2003; Moura, 2008).

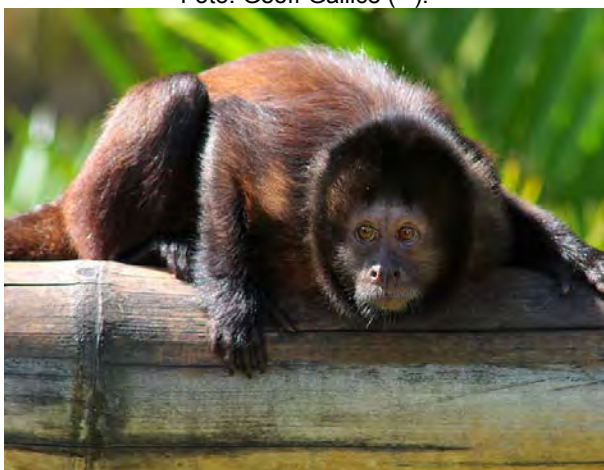
- *Leopardus pardalis* (jaguatirica): É vulnerável pela lista brasileira. No Brasil ocorre em todos os biomas. É terrestre, possui hábitat solitário e atividade noturna (Reis *et al.*, 2006). Durante o dia, dorme em ocos de árvores ou em arbustos. Tem grande habilidade para subir em árvores, saltar e nadar (Pró Carnívoros, 2013). Alimenta-se principalmente de pequenos e médios vertebrados, incluindo os grandes roedores (Abreu *et al.* 2008, de Oliveira *et al.* 2010). Ocorre em outras Unidades de Conservação do sul da Bahia (Moura, 2003; Moura, 2008).
- *Leopardus tigrinus* (gato-pequeno): É vulnerável pela lista brasileira. Ocorre em todos os biomas e é considerado o menor felídeo do Brasil. Possui hábitos solitários, é escansorial. Alimenta-se de pequenos vertebrados e também animais maiores como paca e quati (Reis *et al.*, 2006). Ocorre em outras Unidades de Conservação do sul da Bahia (Moura, 2003; Moura, 2008).
- *Chaetomys subspinosus* (ouriço-preto): É vulnerável pela lista brasileira. A localidade tipo é Salvador/BA. Endêmico da Mata Atlântica, ocorre do sudeste da Bahia até o Espírito Santo (Reis *et al.*, 2006). Ocorre em outras Unidades de Conservação do sul da Bahia (Moura, 2003; Moura, 2008).
- *Tapirus terrestris* (anta): Mamífero de grande porte, cujo corpo mede de 1,70 a 2,00 m e pode pesar até 300 kg. É o maior mamífero brasileiro. Herbívoro, frequenta diversos ambientes florestais, tem hábitos solitários e geralmente é visto durante a noite. As fêmeas têm um filhote por gestação. Espécie vulnerável segundo a IUCN.



Tapirus terrestris (anta).
Foto: Geoff Gallice (**).



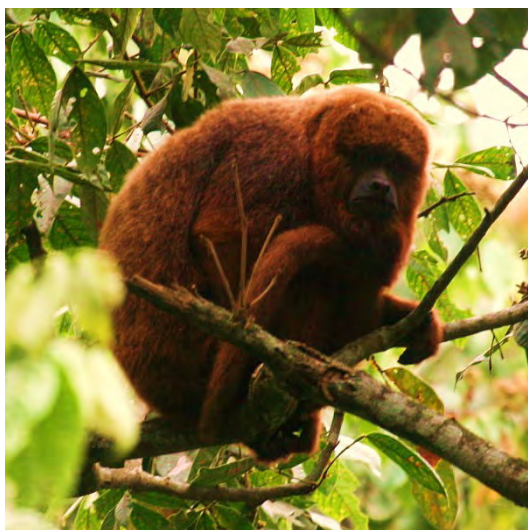
Puma concolor (onça parda).
Foto: Bas Lammers (*).



Cebus robustus (macaco-prego).
Foto: Hung Do (**).



Leopardus pardalis (jaguatirica).
Foto: US Fish & Wildlife Service (*).



Alouatta guariba guariba (bugio, barbado).
Foto: Kenny Ross (*).



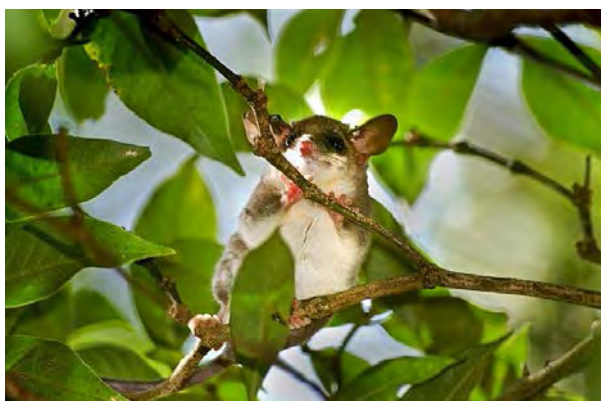
Leopardus tigrinus (gato-pequeno).
Foto: Geigy (*).

Figura 106: Espécies de mamíferos ameaçados de extinção registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commonswiki.org). Acesso em 14/11/2013.

Espécies endêmicas da Mata Atlântica

Além das espécies *Cebus robustus*, *Callicebus melanochir*, *Alouatta guariba guariba* e *Chaetomys subspinosus* (já apresentadas acima), são também endêmicas da Mata Atlântica as espécies *Marmosops incanus* e *Didelphis aurita*, abaixo descritas (Figura 107).

- *Marmosops incanus* (cuíca): Possui hábito noturno e habilidade arborícola e terrestre, em florestas primárias e secundárias. Possui uma estação reprodutiva por ano e alimenta-se de frutos e insetos. É encontrada em áreas de Mata Atlântica costeira no Brasil, matas acima de 800 metros de altitude e florestas semi-decíduas de Cerrado e Caatinga (IUCN 2012).
- *Didelphis aurita* (gambá, mucura): É encontrado em Mata Atlântica e Mata de Araucária, vivendo em florestas primárias e secundárias. Pode ser encontrado também em florestas alteradas por ação antrópica. Possui dieta onívora e hábito de vida noturno e solitário. É principalmente terrestre, mas possui também habilidade arborícola (IUCN 2012).



Marmosops incanus (cuíca).
Foto: Ramon Campos (**).



Didelphis aurita (gambá, mucura);
Foto: Christian Roger Dockhorn (**).

Figura 107: Espécies de mamíferos endêmicos da Mata Atlântica, registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fonte: (**) Wikimedia Commons (www.commonswiki.org). Acesso em 14/11/2013.

Espécies raras e indicadoras de qualidade ambiental

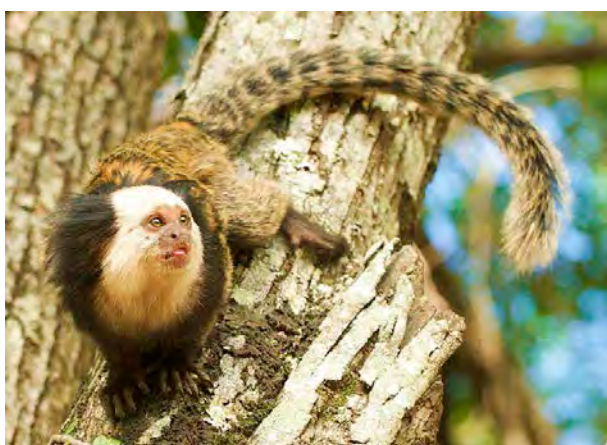
- *Tapirus terrestris* (anta) (Figura 106): No Brasil existem populações consideráveis de *Tapirus terrestris* na Amazônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porém a espécie está a caminho do declínio devido a vários fatores, incluindo o longo período de gestação (treze meses) parindo um

único filhote, a intensa pressão de caça e o desmatamento (Rocha, 2001, Vidolin *et al.* 2011). Em algumas regiões brasileiras já foi extinta (Lima & Sekima, 2005). No Estado da Bahia só é encontrada nas áreas protegidas do extremo sul como nos Parque Nacional do Monte Pascoal, do Descobrimento e do Pau Brasil, na RPPN Estação Veracruz e E.E Pau Brasil. Porém mesmo dentro das áreas a caça a essa espécie ocorre com frequência e certamente pelo seu tamanho e quantidade de carne, a anta seja uma das caças mais apreciadas da região. Indivíduos dessa espécie foram visualizados no Parque pelos pesquisadores na ocasião do levantamento de dados para a produção do presente Plano de Manejo.

- *Tayassu pecari* (queixada) (Figura 105): Amplamente distribuído desde os Estados Unidos até o sul do Brasil, ocupando áreas florestais e abertas a leste dos Andes. É abundante na região Amazônica (Mendes Pontes, 2004). Por formar grandes agregações ocupando áreas de vida superiores a 1 00 km² (Fragoso, 1998), os queixadas podem ser considerados indicadores de qualidade ambiental, uma vez que não suportam viver em áreas alteradas ou fragmentadas. Esta é uma das razões de seu rápido desaparecimento em grandes extensões no Brasil, especialmente na Mata Atlântica do sudeste e sul do país, onde são considerados Criticamente Em Perigo de extinção. Além desse fator, soma-se a caça indiscriminada e a transmissão de doenças por meio de um gulados domésticos como causas do declínio das populações. No Paraná e Rio Grande do Sul é considerado Criticamente em Perigo, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais é considerado Em Perigo (Tiepolo & Tomas, 2006).
- *Puma concolor* (onça-parda) (Figura 106): espécie ameaçada de extinção que se alimenta de animais silvestres de portes variados, necessitando assim de área bem preservada, de onde possa retirar seus recursos alimentares. Apesar de ter ampla distribuição, as populações estão em declínio devido à caça e à perda de habitat, que leva à redução da disponibilidade de presas, sendo estas as principais ameaças à sobrevivência desta espécie (Instituto Pró-Carnívoros 2013).

Espécies de importância econômica e cinegética

Com exceção do *Sciurus sp.* (esquilo) todos os mamíferos registrados sofrem intensa pressão de caça na região, seja por oferecerem riscos a criações domésticas - *Eira barbara* (irara) e *Puma yaguarondi* (gato mourisco)-, por ameaçar os cultivos - *Pecari tajacu* (caititu), *Tayassu pecari* (queixada), *Dasyprocta aguti* (cutia), *Cuniculus paca* (paca) - ou simplesmente pela caça esportiva e/ou comércio - *Cebus robustus* (macaco-prego), *Callicebus melanochir* (guigó), *Callithrix geoffroyi* (sagui-de-cara-branca), *Dasyprocta aguti* (cutia), *Pecari tajacu* (caititu) e *Tayassu pecari* (queixada) (Figuras 105, 106 e 108). A caça aparece como a segunda maior causadora do declínio das espécies de mamíferos ameaçadas de extinção presentes na lista nacional, ficando atrás somente da perda de habitat e do desmatamento (Chiarello *et al.*, 2008). Fora das áreas protegidas, animais como o queixada (*Tayassu pecari*) e o caititu (*Pecari tajacu*) são raros na região, pela somatória dos fatores pressão de caça e perda de habitat.



Callithrix geoffroyi (sagui-de-cara-branca). Foto: Paulo B. Chaves (*).



Puma yaguarondi (gato mourisco). Foto: Bodlina (**).



Pecari tajacu (caititu). Foto: Churumps (**).



Eira barbara (irara/papa-mel). Foto: Greg Hume (*).



Cuniculus paca (paca). Foto: Hans Hillewaert (*).



Dasyprocta aguti (cutia). Foto: Mistvan (*).

Figura 108: Espécies de mamíferos de importância econômica e cinegética, registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, B A). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commons.wikimedia.org). Acesso em 14/11/2013.

Espécie invasora

- *Canis lupus familiaris*: Cão doméstico, possuía em 2006, no Brasil, uma população estimada em 25 milhões de indivíduos (Campos *et al.* 2007). São comumente encontrados em cidades, e têm aumentado em ambientes semi-urbanos e áreas rurais e naturais, mesmo dentro de Unidades de Conservação (Campos *et al.* 2007, Srbek-Araujo & Chiarello 2008).

Outras espécies registradas

- *Puma yagouondi* (gato mourisco) (Figura 108): Ocorre do sul do Texas até as províncias de Buenos Aires e Rio Negro na Argentina, e por todo o Brasil até a latitude de 2.200 m, com exceção do sul do Estado do Rio Grande do Sul (Oliveira & Cassaro, 2005; Lim *et al.*, 2006). Habita todos os biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos. Embora seja um dos felídeos mais comumente encontrados, não chega a ser abundante nos ecossistemas em que ocorre (Silva *et al.*, 2004; Oliveira & Cassaro, 2005). A destruição e a fragmentação dos habitats em que ocorre possivelmente são ameaças à espécie, que é classificada como vulnerável no Estado do Rio Grande do Sul (Indrusiak & Eizirik, 2003), presumidamente ameaçada de extinção em Minas Gerais, deficiente em dados no Paraná e São Paulo (Margarido & Braga, 2004; Chiarello *et al.*, 2008), espécie de preocupação menor na Lista Vermelha mundial da IUCN, e citada no apêndice I da CITES (CITES, 2006). Entretanto, é o único felídeo brasileiro que não consta na Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.
- *Eira Barbara* (irara/papa-mel) (Figura 108): Gênero de ampla distribuição, ocorrendo desde o sul do México até o norte da Argentina. Distribui-se em quase todo o Brasil, pelos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica, sendo mais comum em áreas de vegetação densa (Eisenberg & Redford, 1999; Nowak, 1999; Silva *et al.*, 2004; Lim *et al.*, 2006). Apesar de não constar na Lista Brasileira de Fauna Ameaçada de Extinção é considerada vulnerável no Estado do Rio Grande do Sul, sendo sua principal ameaça a perda de habitat por desmatamento e a caça por retaliação aos ataques sobre animais domésticos e criações de abelhas (Indrusiak &

Eizirik, 2003). Além disso, é citada como espécie de baixo risco ou de menor preocupação na Lista Vermelha mundial da IUCN (IUCN, 2009) e consta no apêndice III da CITES (CITES, 2006).

- *Nasua nasua* (quati) (Figura 109): É uma espécie exclusiva da América do Sul e no Brasil está presente nos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos (Emmons & Ferrer, 1997). Geralmente, em todos os populacionais de carnívoros, é uma das espécies mais frequentemente observadas (Chiarello, 1999; Cullen *et al.*, 2001). É, junto com os queixadas, a espécie mais avistada pelos guardas-parque nas rondas, tanto a pé quanto de carro. Apesar de ser considerada uma espécie amplamente distribuída e relativamente comum no Brasil, é classificada como vulnerável no Estado do Rio Grande do Sul (Beisiegel, 2001; Indrusiak & Eizirik, 2003). O desmatamento e a consequente fragmentação de florestas pode ser o principal fator de ameaça à espécie, aliado ao atropelamento em rodovias e à caça (Indrusiak & Eizirik, 2003).
- *Dasyprocta* sp. (cutia) (Figura 108): Ocorre na bacia amazônica ao sul do rio Amazonas, entre os rios Madeira e Tocantins, e no leste do Brasil, nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo (da vertente leste da Serra do Espinhaço ao litoral), e nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, entre a vertente leste da Serra do Mar e o litoral. É importante dispersora de espécies vegetais com sementes de grande tamanho, pois acumulam sementes em diversos locais dentro do seu território para a época de escassez de alimentos (Salm, 2005).
- *Cuniculus paca* (paca) (Figura 109): Ocorre do México ao Paraguai, nordeste da Argentina e Brasil, onde está presente em todos os estados. É uma das espécies mais apreciadas por caçadores e por consumidores de carne de caça, é geralmente caçada com auxílio de cães treinados que quando são bons de caça chegam a valer dois mil reais na região. Dentro das UC ainda é comum, mas já começa a ficar escassa na região pois a pressão de caça e a perda de habitat influenciam diretamente em suas populações.
- *Pecari tajacu* (caïtiti) (Figura 108): Ocorre desde o sul dos Estados Unidos até noroeste do Peru e norte da Argentina, e é amplamente distribuído por todos os biomas brasileiros em simpatria com o queixada *Tayassu pecari*. O caïtiti está ameaçado de extinção em vários estados do sul e sudeste do Brasil como Paraná (Vulnerável), Rio Grande do Sul (Em perigo), São Paulo (Vulnerável), Rio de Janeiro (Vulnerável) e Minas Gerais (Em Perigo). No Uruguai é considerado extinto. Consta citado no apêndice I da CITES. As causas do desaparecimento são tão relacionadas a forte pressão de caça e a destruição e fragmentação de vastas áreas naturais (Tiepolo & Tomas, 2006).
- *Mazama gouazoubira* (veado-catingueiro) (Figura 109): Abrange as regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro Oeste do Brasil. É uma espécie abundante e amplamente distribuída, apesar de sofrer intensa pressão de caça em toda sua área de ocorrência. Não está relacionada na lista nacional de espécies ameaçadas de extinção estando, contudo, presente nas listas dos Estados do Rio de Janeiro (Em perigo) e Rio Grande do Sul (Vulnerável) (Tiepolo & Tomas, 2006).



Nasua nasua (quati).

Foto: Mathias Kabel (**).



Mazama gouazoubira (veado-catingueiro).

Foto: Gagea (*).

Figura 109: Espécies de mamíferos registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). Fontes: (*) Wikipedia (www.wikipedia.org); (**) Wikimedia Commons (www.commonswikimedia.org). Acesso em 14/11/2013.

Origem das ameaças às espécies da fauna classificadas como ameaçadas

De maneira geral os incêndios florestais, o corte seletivo e a caça podem ser apontados como os principais problemas relacionados à fauna regional, em todos os aspectos e para todos os grupos avaliados, com exceção da fauna de macroinvertebrados aquáticos. Esta pode vir a sofrer diminuição de suas populações caso os corpos d'água venham apresentar impactos ambientais severos, bem como espécies de peixes eventualmente endêmicas desses locais. Como o fogo é extremamente nocivo aos ambientes florestais, a ocorrência de incêndios periódicos como os já registrados no Parque e no seu entorno, tem forte impacto sobre a fauna residente e pode ser tão relevante para a diminuição das populações das espécies como o desmatamento em muitas ocasiões. De maneira mais ampla, a destruição pretérita dos habitats florestais do sul da Bahia é que de fato levaram muitas espécies da fauna ao completo desaparecimento regional. Como no caso da arara-vermelha-grande *Ara chloroptera* e da onça-pintada *Panthera onca*, a destruição desses habitats contribuíram de maneira significativa para uma diminuição drástica de muitas outras espécies de mamíferos, aves e de alguns répteis de médio e grande porte. Ainda, se não houver expansão da área do PND, a pressão exercida pelos empreendimentos imobiliários litorâneos, dada a relativa proximidade com a cidade turística de Porto Seguro, pode levar a uma perda de habitat em médio e longo prazo, o que não é em hipótese alguma desejável.

Vale destacar também o papel da caça na manutenção desse impacto ambiental de longo prazo, que acaba acelerando extinções locais.

Sobre espécies exóticas, maiores estudos precisam ser demandados para melhor responder às essas questões, mas essas espécies podem estar competindo por recursos e área disponível com as espécies nativas. Não há um caso que requeira maior intervenção, porém, deve se prever no planejamento da UC um estudo mais aprofundado sobre o tema, com a escolha de alguns grupos específicos.

3.3. Patrimônio cultural material e imaterial

Conforme citado anteriormente, na região da Costa do Descobrimento podem ser encontrados diversos testemunhos da ocupação do Brasil, como sítios arqueológicos pré-históricos e históricos, e remanescentes das aldeias jesuítas. No entanto, dentro do PND não foram encontrados sítios históricos, paleontológicos e/ou arqueológicos. Nos arredores do Parque há grupos de etnias indígenas, que, embora não residam na UC, utilizam determinadas áreas no seu interior. No entanto, não foi realizado levantamento das manifestações culturais destes grupos.

3.4. Socioeconomia

A região do PND, quando da criação da UC em 1999, era ocupada basicamente por propriedades onde a Mata Atlântica foi substituída por grandes fazendas cobertas por pastagens e plantios de eucaliptos, havendo ainda comunidades que viviam em pequenas propriedades praticando agricultura e subsistência. Ao longo dos anos, essas comunidades foram formando os oito assentamentos e os dois projetos de assentamento hoje existentes no entorno da UC: Cumuruxatiba, Acampamento Modelo, Três Irmãos, Nova Esperança, Corumbau (agrovila), Unidos para Vencer, Santa Fé, Riacho das Ostras, 1º de Abril e Projeto Guaíra. Além dos assentamentos, o PND possui ainda em seu entorno as Comunidades Veleiro, Imbassuaba, Pontinha I, Pontinha II, Palmares e Corumbau; além de dois distritos: Guarani e Cumuruxatiba.

Conforme relatos de diversos moradores de Prado e dos distritos de Guarani e Cumuruxatiba, não havia população indígena residente na área onde hoje se situa a UC, quando da criação do PND, em 05/04/1999. Entretanto, a partir de abril de 2003 ocorreram as seguintes invasões indígenas na área do Parque:

- a. Abril de 2003 - primeira invasão com desmate de área e queima para plantio (coivara) e alocação de nove famílias, formando a Comunidade Alegria Nova;
- b. Maio de 2003 – segunda invasão, com o estabelecimento de 28 famílias na constituição da antiga Comunidade Cahy, atual Tibá;
- c. Junho de 2004 - realocação da Comunidade Alegria Nova após desavenças entre os ocupantes, com a ampliação da área desmatada, queimada e plantada, bem como aumento do número de famílias ocupando irregularmente das área do Parque - 16 famílias;

- d. Maio de 2003 - terceira invasão, implicando em desmate, queima e plantio, e estabelecimento de 16 famílias na Comunidade Pequi;
- e. Julho de 2004 - quarta ocupação irregular, resultante de uma dissidência da segunda invasão (ocorrida em maio de 2003), com a ampliação de área de plantio e implantação de 25 novas famílias na Comunidade Cahy (ou Kay, nome dado pelos invasores);
- f. Abril de 2009 – quinta ocupação irregular, resultante mais uma vez de dissidência em comunidade que já havia invadido previamente o Parque com ocupação por famílias e formação de nova comunidade, denominada Monte Dourado;
- g. 2012 - nova dissidência com criação da Comunidade Gurita, ex-integrante da Comunidade Tibá, com apenas 05 (cinco) benfeitorias.

Atualmente, a grande maioria das famílias dessas comunidades não reside mais nas áreas invadidas dentro do PND, usando-as apenas para a agricultura, especialmente de mandioca, pimenta-do-reino, abacaxi, coco, extrações de madeira, lenha e areia, além da criação de pequenos animais (cães, gatos, porcos, galinhas e outros). A maioria dessas ocupantes possui residência fixa no distrito de Cumuruxatiba e deixam as áreas invadidas totalmente vazias, como a equipe gestora do PND teve a oportunidade de constatar em diversas visitas às áreas, em especial nas aldeias Kay, Tibá e Pequi.

Basicamente, as pressões exercidas pelos invasores na UC referem-se ao modo de vida dos mesmos, que inclui atividades de caça, uso do fogo (nas coivaras e pousio), da madeira, lenha e de subprodutos vegetais. A criação de cães e gatos, que caçam ou afugentam a fauna silvestre, também gera grandes impactos sobre a UC. Esses aspectos demandam muitas atividades de Educação e Interpretação Ambiental, além de um diálogo responsável de médio e longo prazo para minimizar os conflitos existentes, relacionados ao uso dos recursos da UC pelos diferentes grupos presentes no seu entorno.

3.5. Situação fundiária

O Parque Nacional do Descobrimento foi criado em 1999, abrangendo todo município do Prado/BA com um total de 22.694,25 hectares. Do total de sua área, 92% já estão regularizados, ou seja, foram adquiridos 20.880,00 hectares.

Em 2012 o Decreto s/nº de 05/06/2012 ampliou o Parque em 11.565,00 hectares (6,89%) da sua área original. Da área ampliada, apenas 1,2% (283 hectares) está em processo de tramitação no I CMBio para sua aquisição. O restante da área ampliada, que coincide com quase toda com a área ampliada em 2012 permanece à espera de identificação e abertura dos processos de regularização fundiária.

3.6. Incêndios e outras ocorrências excepcionais

No PND foram relatados grandes incêndios em 2001 e 2003 que causaram a destruição de vastas áreas do Parque. Em 2003, mais de 700 hectares ou cerca de 3% da área foram queimados (MMA/Ibama 2005), havendo necessidade à época, para o controle do fogo, de reforços de brigadas e do apoio do corpo de bombeiros e aéreo.

De acordo com relatos de moradores do entorno e do Sr. Vicente, funcionário do Ibama e do Parque desde sua criação, as principais causas dos incêndios na região do PND incluem (Figura 11.0): 1) práticas culturais de limpeza do solo pelas comunidades do entorno que usam o fogo sem seu devido manejo (a pecuária de corte e agricultura familiar são as principais atividades que fazem uso do fogo); e 2) a estiagem de chuvas e a forte insolação combinadas a terrenos de solos arenosos altamente drenados que deixam a vegetação seca, propícia para combustão. Ainda segundo o Sr. Vicente, os ventos de NE são fatores determinantes no estabelecimento da trajetória do fogo para dentro do Parque. Esses incêndios ocorrem preferencialmente entre os meses de dezembro e março, corroborando a análise conjunta dos dados climatológicos (ver item “Clima”, nos Encartes 2 e 3) a qual sugere que os períodos críticos para a ocorrência de incêndios são os meses de janeiro e fevereiro, quando a insolação e as temperaturas se elevam e reduz-se ligeiramente a umidade e os totais pluviométricos.

No Parque, as áreas mais propícias à ocorrência de incêndios e propagação do fogo incluem áreas próximas aos núcleos urbanos e às estradas que margeiam ou cortam a UC. A região próxima ao Ponto do Morreira/Cumuruxatiba apresenta riscos de vórtice de vento nordeste constante, que colabora com a rápida evaporação de umidade e torna-se propulsor de grandes incêndios pela sua frequente atividade,

principalmente no verão, quando se registra com menos ocorrência a entrada de ventos de outros quadrantes como o Sul. Focos nessa região até a Barra do Cuiabá são extremamente perigosos, pois encontram farto material combustível, como áreas degradadas tomadas de sapê e outras espécies invasoras de elevada combustão. Soma-se a isso o fato de que seguindo a favor do vento, o foco provavelmente se dirigirá para o núcleo da Unidade. Outros pontos de ocorrências históricas de incêndios, e que consequentemente exigem monitoramento constante, são: Japara/Cumuruxatiba, Assentamento Riacho das Ostras/Guairá, Setor Oeste próximo a plantios e pastagens/Sr. Décio e Setor N/NO próximo a Fae/Palmares/Nova Esperança (MMA/Ibama 2005).

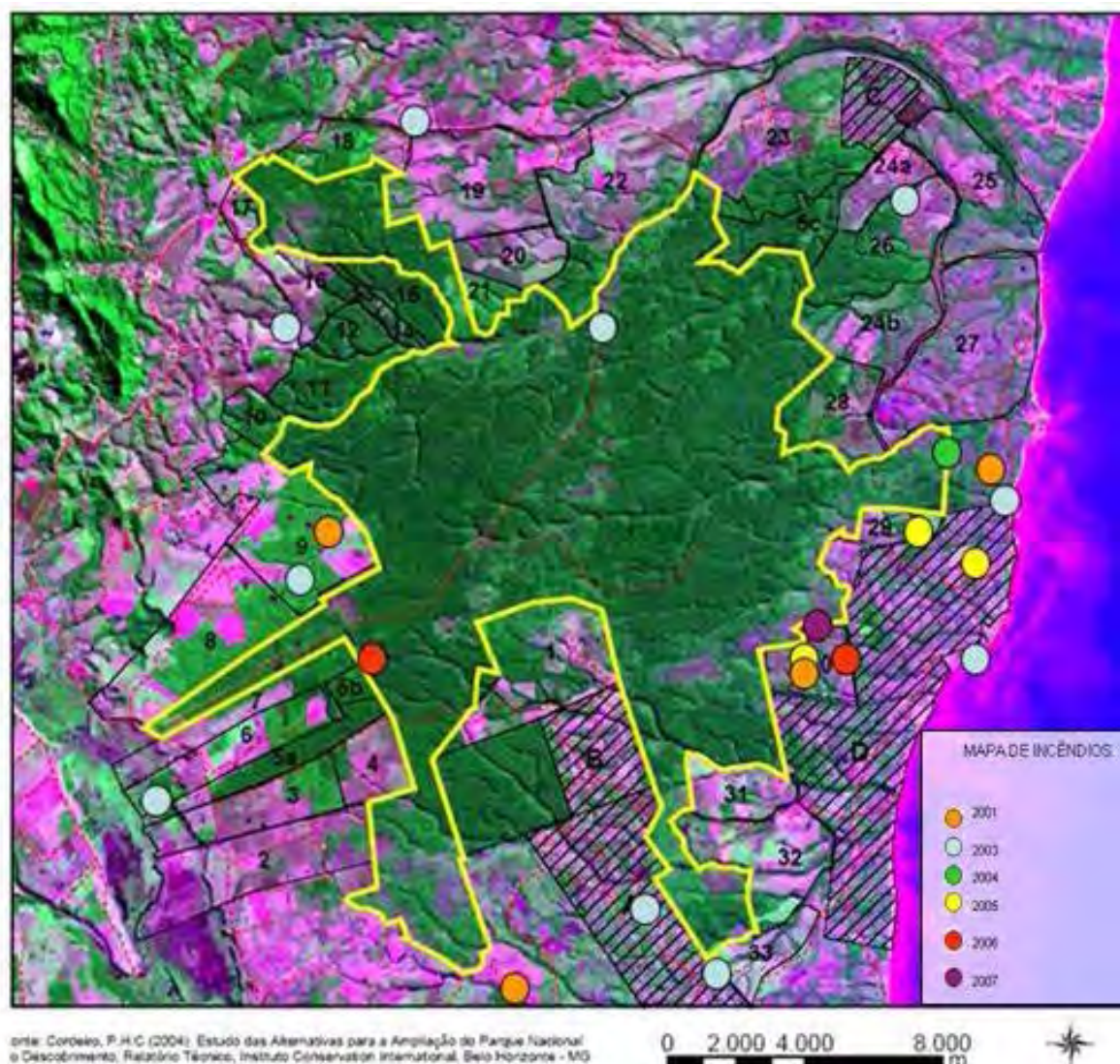


Figura 110: Focos de incêndio no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) e sua temporalidade (2001 a 2007). Fonte: Parque Nacional do Descobrimento.

O Parque possui uma Base Operativa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais que foi financiada pela *Atlantic Forest Conservation Fund (AFCoF)* e o Fundo de Conservação da Mata Atlântica – FUNBio, e co-financiado pela República Federal da Alemanha através do *KFW Entwicklungsbank*. A Base Operativa atende a 16 Unidades de Conservação localizadas desde o norte de Minas Gerais, passando pelo Norte do Espírito Santo até o extremo sul e interior da Bahia.

O PND possui com 28 brigadistas (quatro equipes de 7 componentes), contratados por seis meses em período de estiagem – que coincide com o verão – período mais quente do ano. Não existe apoio de Corpo de Bombeiros às atividades de combate aos incêndios, sendo a cidade de Teixeira de Freitas/BA, a 80 Km do Parque, o ponto mais próximo onde há grupamento de bombeiros.

Além do trabalho de combate ao fogo, as brigadas fazem o trabalho preventivo como a abertura e

manutenção de e ac eiros. Nos últimos três anos, a brigada de incêndios, muitas vezes com apoio de moradores locais, conseguiu debelar todos os focos de incêndios ocorridos no entorno do PND e ainda dois incêndios que ocorreram dentro da UC, sempre próximos à Comunidade Cahy, ocupação irregular na porção leste do Parque. A brigada prestou ainda, neste período, apoio a outras UC da região, como a Rebio Mata Escura/MG e o Parque Nacional da Chapada Diamantina/BA.

O Parque possui três torres de observação (Figura 111) (a mais recente, com 42 metros de altura, instalada em dezembro de 2011). As três torres são de grande importância na localização e monitoramento de eventuais focos de incêndio florestal no interior e entorno da UC, uma vez que possuem goniômetro (Figura 112) e sistema de comunicação móvel utilizado pelos brigadistas durante os períodos críticos de incêndio. O sistema de monitoramento é simples e usa os goniômetros das três torres para triangular e localizar mais precisamente os locais de focos de incêndio, facilitando o primeiro combate. A utilização de um equipamento de comunicação eficiente poderá complementar o uso dos goniômetros.

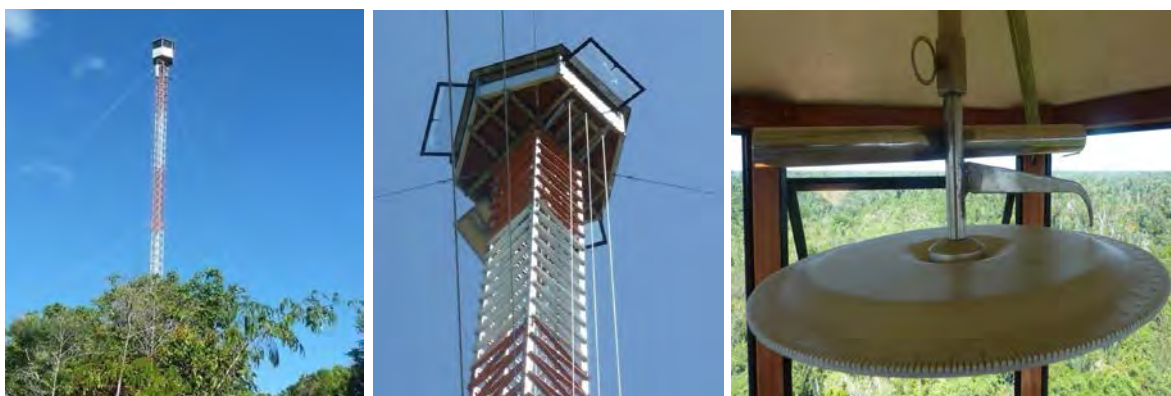


Figura 111: Torres de monitoramento de eventuais focos de incêndio no Parque Nacional do Descobrimento: detalhes da Torre Sul (Nova) com seus 42 m, placa solar para rádios HT e goniômetro (Fotos: Aristides S. G. Neto).



Figura 112: Goniômetro do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

O Plano de Prevenção aos Incêndios Florestais do Parque Nacional do Descobrimento (MMA/Ibama, 2005) prevê, como estratégia, a realização de atividades de prevenção baseada na educação ambiental ao longo do ano, acompanhadas de planejamentos logísticos/ operacionais para prevenção e combate ao fogo, quando necessário. O Sistema de Prevenção e Pré-supressão consiste na utilização de um sistema de vigilância e comunicação *on line* em épocas críticas, com verificação de focos de calor via satélite, no mínimo três vezes ao dia, por meio da inscrição no sistema de monitoramento de focos de queimadas do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE, <http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/bduc.php?LANGUAGE=PT>), ou entrando em contato com o Prevfogo-Sede, em Brasília-DF. Tais medidas visam minimizar o tempo do primeiro ataque para contenção de um foco antes que se torne um grande incêndio florestal.

3.6.1. Estratégias sugeridas para aperfeiçoar o trabalho de prevenção e combate aos incêndios do Parque Nacional do Descobrimento

Sugere-se a instalação de uma estação meteorológica local, próxima às áreas administrativas para o monitoramento de parâmetros atmosféricos importantes, principalmente precipitação, umidade relativa do ar, direção e velocidade do vento, dentre outros. O monitoramento destes parâmetros deverá permitir o acompanhamento do comportamento climático e a configuração de situações críticas para o fogo. Sugere-se a elaboração de um balanço hídrico continuado, de forma a emitir sinais de risco de incêndio quanto à condição meteorológica. Este monitoramento deverá ser acompanhado de uma gestão de pessoal, no sentido de otimizar o deslocamento e os recursos no combate a possíveis focos de incêndio. Esta estação meteorológica deverá gerar uma base de dados climatológicos para posteriores estudos sobre climatologia regional. As brigadas de incêndio, neste caso, poderão ter sua mobilização ampliada para gestão do risco.

Além da modernização do regime de trabalho das brigadas de incêndios é importante a aquisição e instalação de equipamentos de combate a incêndios. Especial atenção deverá ser dada à localização dos equipamentos de combate ao fogo. As áreas mais orientais são mais indicadas para isto.

Uma outra estratégia sugerida é a firmamento de um memorando de entendimento de mútua responsabilidade de ataque inicial ao fogo. O memorando permite aos envolvidos (proprietários de terra, bombeiros, empresários, direção da UC e ligadas de combate a incêndios) trabalhar de forma conjunta a despeito da responsabilidade específica sobre o combate às chamadas. Este mecanismo permite o controle dos focos antes que eles atravessem os limites da UC e poderia ser aplicado na região. Ainda, a manutenção de aceiros é uma prática comum e eficiente para evitar a propagação de incêndios. Sugere-se a regularidade de sua manutenção, observando-se as peculiaridades topográficas para evitar focos erosivos.

3.7. Atividades desenvolvidas na Unidade de Conservação

3.7.1. Atividades apropriadas

As atividades básicas de fiscalização, proteção, manutenção e administração ocorrem em um grau abaixo do esperado no Parque Nacional do Descobrimento. Um dos motivos é o atual quadro de servidores do Parque, que se mostra insuficiente perante o desafio e a complexidade local. Outro fator que compromete a adequada gestão do Parque é a infraestrutura deficitária presente na UC. Ambos os aspectos fragilizam sobremaneira o monitoramento e implementação das medidas de comando e controle na UC.

Visando suplantando a falta de servidores para a realização das atividades de fiscalização, atualmente a equipe da UC tem tentado viabilizar ações de fiscalização integradas com a CR-7 em Porto Seguro e no âmbito do Mosaico de UC do extremo sul da Bahia, envolvendo as entidades fiscalizatórias executivas (Ibama/Eunápolis, Polícias militares: – CIPPA/Porto Seguro e a CAEMA/Posto da Mata e Prado, Marinha do Brasil/Porto Seguro e Salvador, Polícia Civil /Prado e conta ainda com o apoio do MPE e MPF).

Particularmente em relação à fiscalização, é de extrema urgência a construção de infraestrutura de alojamento e mais três portarias nos locais onde existem as ocupações indígenas Monte Dourado, Gurita e Alegria nova, para permitir ações de controle no PND. Há ainda necessidade urgente de construção da infraestrutura do complexo administrativo e de mais três portarias com vigilância 24hs, e instalação de sistema de radiocomunicação, para que a equipe gestora possa exercer uma melhor proteção do Parque.

As atividades de educação e interpretação ambiental, na UC e seu entorno, embora ocorram são ainda

incipientes. A escola, particularmente, representa um grande potencial de trabalho pelo seu papel multiplicador e formador e agregador. Em Fandi & Gomes, 2005, é possível avaliar este potencial de trabalho com enfoque na consolidação de Unidades de Conservação com escolas rurais, localizadas no entorno da Reserva Biológica de Una, sul da Bahia. Este modelo poderia direcionar as atividades educacionais que venham a ser desenvolvidas no PND e seu entorno, onde estão estabelecidas cerca de 20 escolas municipais e estaduais. Quanto aos procedimentos necessários, a formação de educadores e multiplicadores ambientais é essencial e prioritária. Como multiplicadores, estão as lideranças das comunidades, agentes de saúde, educadores. Vale destacar que estes processos de formação devem ser pensados a longo prazo pois envolve transformações e desenvolvimento pessoal e social. Conjuntamente com processos de formação, ações educativas devem ser desenvolvidas com toda a comunidade escolar que inclui crianças, jovens e adultos.

O PND possui apenas atividades esporádicas de visitação (por demandas externas) desenvolvidas em seu interior, embora inserido em um contexto regional que possui uma combinação de atrativos muito relevante em um espaço relativamente pequeno (incluindo Abrolhos, Alcobaça, Parques Nacionais do Descobrimento e do Monte Pascoal e o município de Prado).

Nesse contexto, visando à implementação efetiva do Parque Nacional do Descobrimento, a atual gestão da UC tem trabalhado em quatro eixos principais: 1 – Transferência e estruturação da nova Sede Administrativa do PND para onde hoje se localiza o Posto Avançado de Combate a Incêndios Florestais - Sierra Delta, na entrada principal do Parque, no Km 35 da BA-489 (Prado-Itamaraju); 2 - Estruturação do Centro de Visitantes¹¹ e do alojamento de pesquisadores; 3 – Implementação de um Programa de Educação e Interpretação Ambiental, voltado principalmente, para estudantes e moradores locais e regionais; 4 - Fomento a pesquisas básicas e aplicadas de biologia e ecologia e outras áreas de interesse da Unidade de Conservação, alinhados com os interesses institucionais.

Visitação e potencial turístico no Parque Nacional do Descobrimento e entorno

Em relação ao desenvolvimento de atividades de visitação no interior do PND, e visando subsidiar o programa de visitação a ser elaborado logo após a aprovação do presente Plano de Manejo, foram avaliados, os locais dentro da UC que possuem potencial para tais atividades de visitação, por meio de conversas com os atores locais envolvidos com a dinâmica do turismo e incursões em duas unidades amostrais dentro da UC. Além disso, foram levantadas, no ano de 2010, as atividades turísticas potenciais identificadas no entorno do Parque. Para isto, as seguintes unidades amostrais foram definidas e avaliadas (Figura 113), Interior do Parque – estradas, trilhas e locais de interesse turístico; Litoral – entre a Barra do rio Jucuruçu e a Ponta do Corumbau; Porção Norte/ Nordeste – região das fazendas/ Serra do Gaturama; Porção Sul/ Sudoeste – estrada Distrito Guarani-Prado.

¹¹Existe também, no âmbito da Gestão do Parna do Descobrimento, um interesse de montar um segundo Centro de Visitantes e trilhas interpretativas na Porção leste do Parque, que terá como público alvo os turistas de Cumuruxatiba.

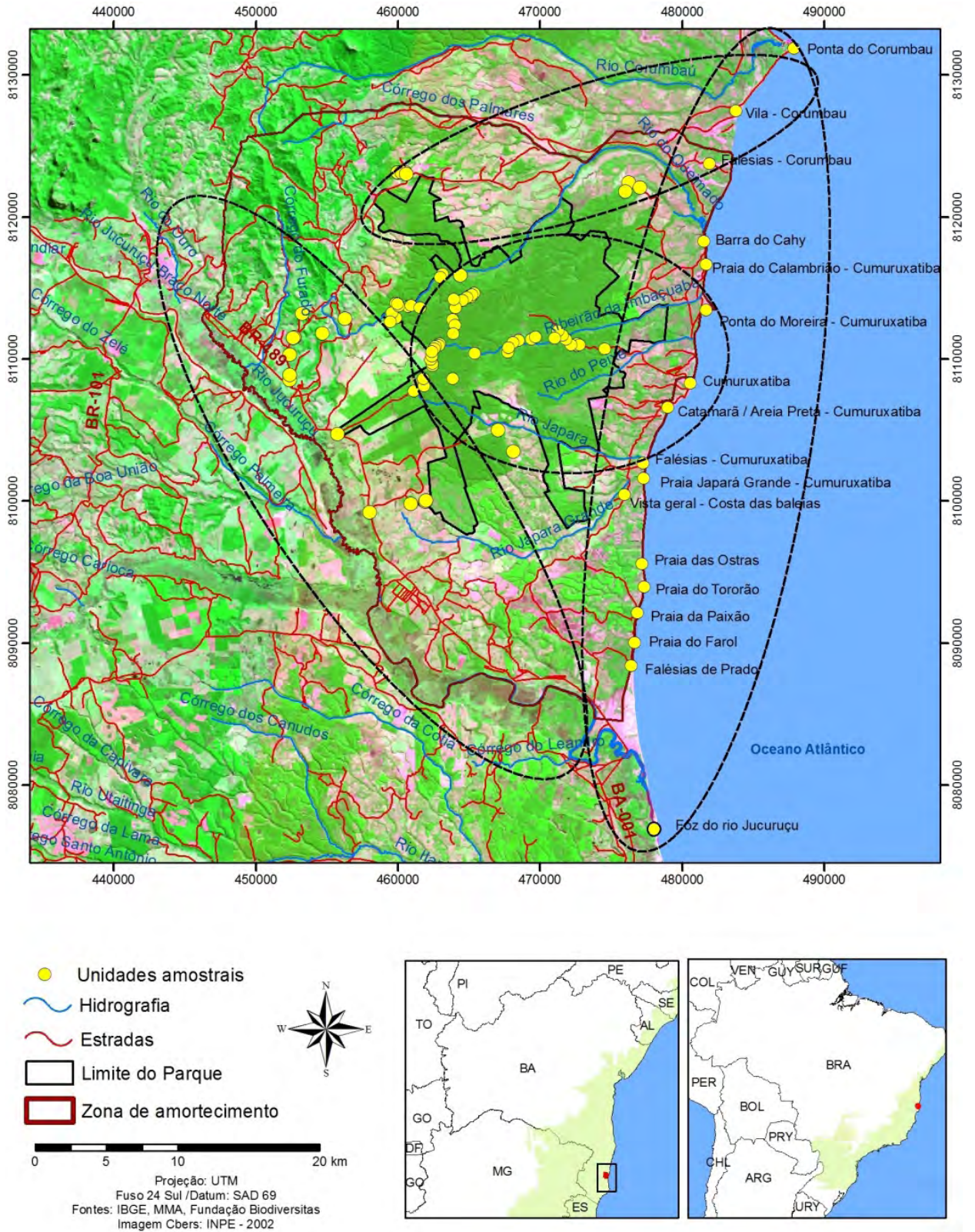


Figura 113: Unidades de amostragem investigadas em relação ao potencial de uso público no Parque Nacional do Descobrimento e entorno (Prado, BA).

3.7.1.1. Interior do Parque Nacional do Descobrimento - estradas, trilhas e locais de interesse turístico

Abaixo segue a descrição dos locais no interior do PND que possuem potencial para a visitação (Figura 114): Trilha das Corredeiras, Trilha Histórica e Lagoa Só Não Vou. São descritas as características dos diferentes locais, a infraestrutura existente e proposta a instalação de novas estruturas que viabilizem a utilização das áreas para fins turísticos.

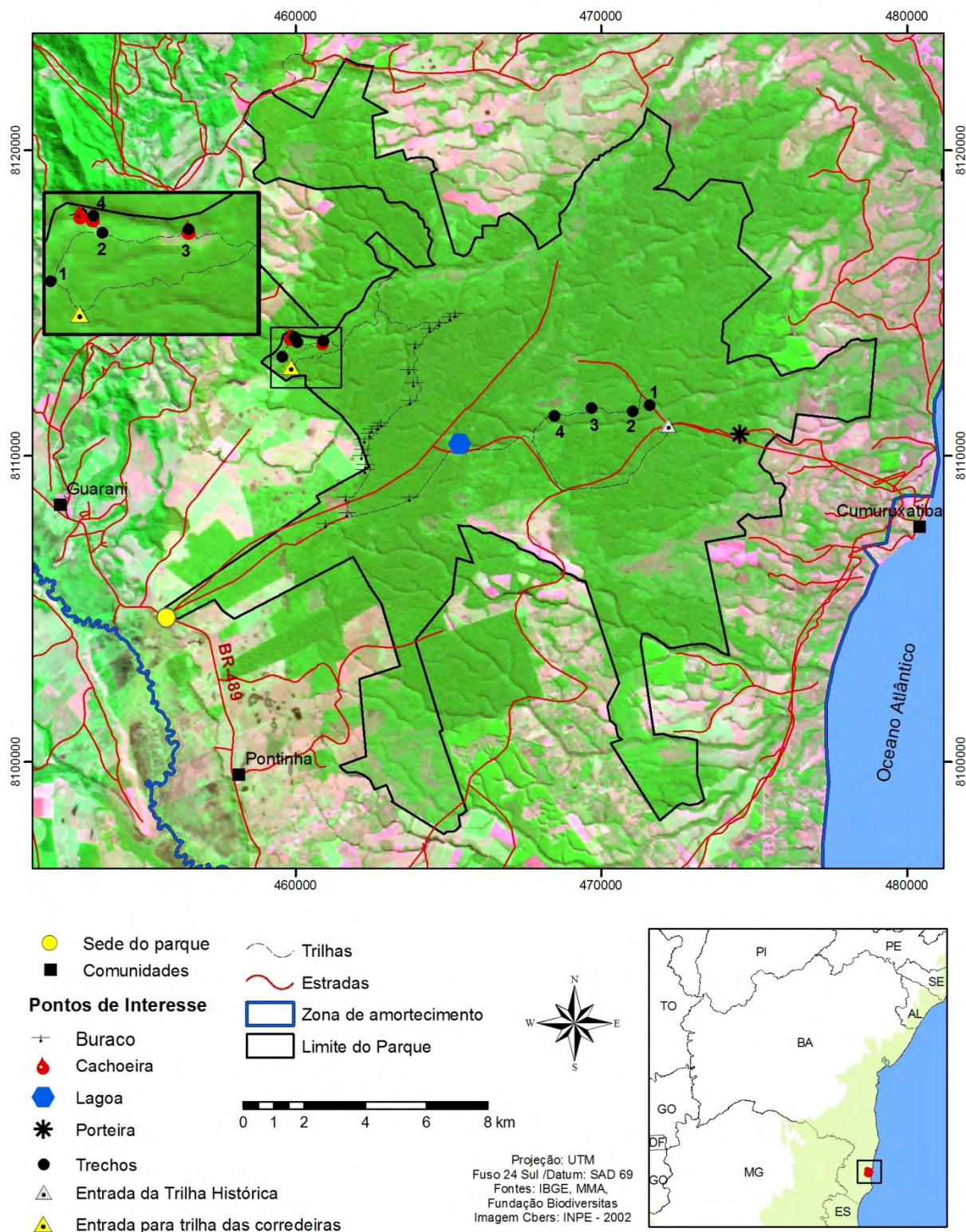


Figura 114: Pontos de potencial turístico do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (os números se referem aos trechos investigados em cada local).

- **Trilha das Corredeiras**

Trecho 1 (Figura 115): A característica inicial do percurso é de mata semi-fechada com possibilidade de visualização de árvores de médio porte e algumas clareiras durante a caminhada.



Figura 115: Trilhas do Trecho 1 da Trilha das Corredeiras, no interior da mata do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho 2 (Figura 116): Há uma área aberta dominada por arbustos no começo do trecho e outra similar com arbustos e matagal (predominante) próximo ao final do trecho. As outras partes se assemelham muito ao Trecho 1. Há 2 km da entrada da trilha existe uma bifurcação que a divide em duas: uma em direção às duas corredeiras e a outra em direção a uma terceira corredeira. Um pouco antes de chegar à primeira corredeira (entre 20 m e 30 m), existem resquícios de uma antiga casa de farinha.

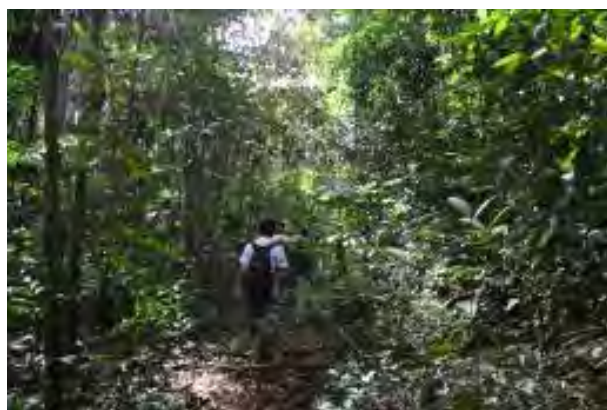


Figura 116: Trilhas e atrativos no Trecho 2 da Trilha das Corredeiras, interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho 3 (Figura 117): No início do trecho há uma árvore de grande porte. A partir da metade do trecho (aproximadamente a 600 m do início do trecho, ou 2.600 m do início da trilha) até próximo ao final do mesmo, existe uma grande área aberta dominada por arbustos e matagal (principalmente), trata-se de uma área que possivelmente já tenha sido utilizada para fins econômicos, por isso pode ser considerada uma área degradada. Logo após esta área aberta retornamos para uma mata fechada que beira um curso d'água. Ao fim do trecho (e da trilha) há uma corredeira com um pequeno poço onde é possível banhar-se (deitado ou sentado).



Figura 117: Trilhas e at rativos do Trecho 3 da Trilha das Corredeiras, no interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho 4 (Figura 118): Muito similar aos trechos anteriores, com uma área aberta de arbustos e matagal (predominante) desde, aproximadamente, os 600 m do início do trecho até os 800 m com uma pequena mancha de mata fechada, onde está localizada uma árvore de grande porte. Ao fim do trecho existe uma corredeira (um pouco maior do que a observada no trecho 3) onde é possível banhar-se (deitado ou sentado). Para percorrer o trecho sem paradas (e passando por todos os trechos) pode ser necessária aproximadamente uma hora.

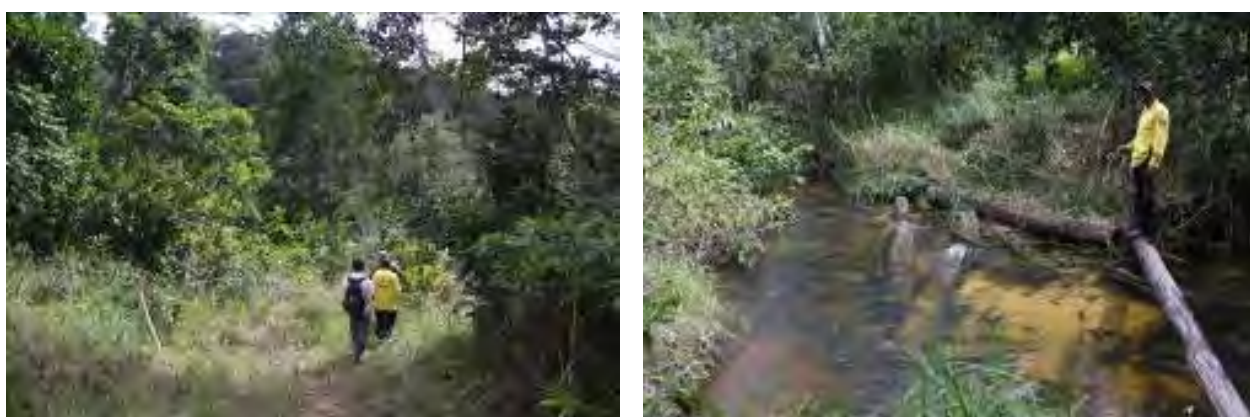


Figura 118: Trilhas e at rativos no T recho 4 da T rilha das C orredeiras, no i nterior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

- **Trilha Histórica**

Esta trilha é pouco explorada e trata-se de uma antiga estrada utilizada por caminhões que extraíam madeira ilegalmente da Unidade, e por índios que transitam entre aldeias existentes fora dos limites da UC. A trilha faz ligação entre a entrada da Lagoa Só Não Vou e a estrada principal do Parque após o km 22 e possui uma extensão aproximada de 6 km. Foram analisados quatro trechos ao longo da sua extensão:

Trecho 1 (Figura 119): Possui potencialidade para o desenvolvimento de atividades ligadas a arborismo, caminhada e cicloturismo ao longo do caminho. O rio encontra-se a aproximadamente 500 m do início da trilha. Neste ponto existia uma ponte utilizada por caminhões para o escoamento do corte de madeira. Pode-se notar as estruturas da mesma nas margens do rio, assim como em seu leito. Não foi possível identificar um local para possíveis atividades de balneário uma vez que a profundidade do rio é pequena. No entanto, trata-se de um local interessante do ponto de vista histórico e cênico. A vegetação se torna mais fechada e apresenta aspectos mais conservados. Este primeiro quilômetro, segundo informações dos funcionários do Parque, é utilizado por caçadores e coletores de madeiras, assim como índios da região. Foi possível observar rastros de peixes que possivelmente circulam eventualmente pelo local.



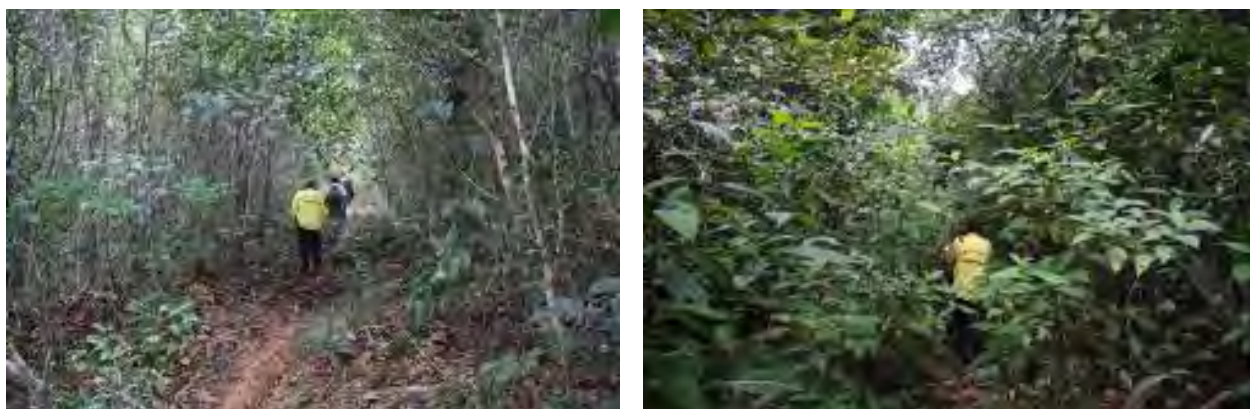


Figura 119: Trecho 1 da Trilha histórica do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), entre a Lagoa Só Não Vou e a estrada após o km 22.

Trecho 2 (Figura 120): O segundo quilômetro da trilha/estrada é diferente do primeiro, uma vez que a vegetação é mais densa, apresentando espécimes mais abundantes de árvores de grande porte, o que foi pouco observado no primeiro trecho. A trilha/estrada apresenta pontos mais fechados e as marcas da estrada em alguns pontos desaparecem, evidenciando apenas uma trilha e resquícios de uma antiga estrada.

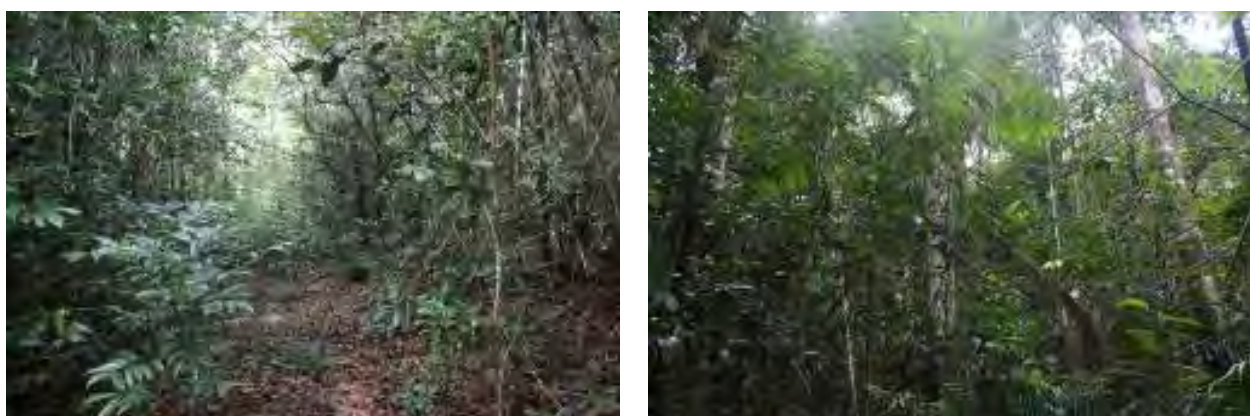


Figura 120: Trecho 2 da Trilha Histórica, potencial turístico do interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho 3 (Figura 121): Este trecho apresenta características semelhantes ao segundo trecho, sendo que o número de árvores de maior porte aumenta de forma considerável, contendo um grande número de indivíduos de parajú e pequizeiros. Entre o trecho de 1.800 m e 2.600 m aproximadamente, foi possível observar uma maior densidade das árvores de grande porte, o que poderia indicar um bom local para implantação de um circuito de arborismo ou trilhas suspensas para pesquisas. Segundo informações de um ex-chefe do Parque, nesta região será instalada uma torre de observação da Unidade que terá usos múltiplos, desde observação de incêndios e controle da UC, como também para fins turísticos, como por exemplo, contemplação e interpretação ambiental.

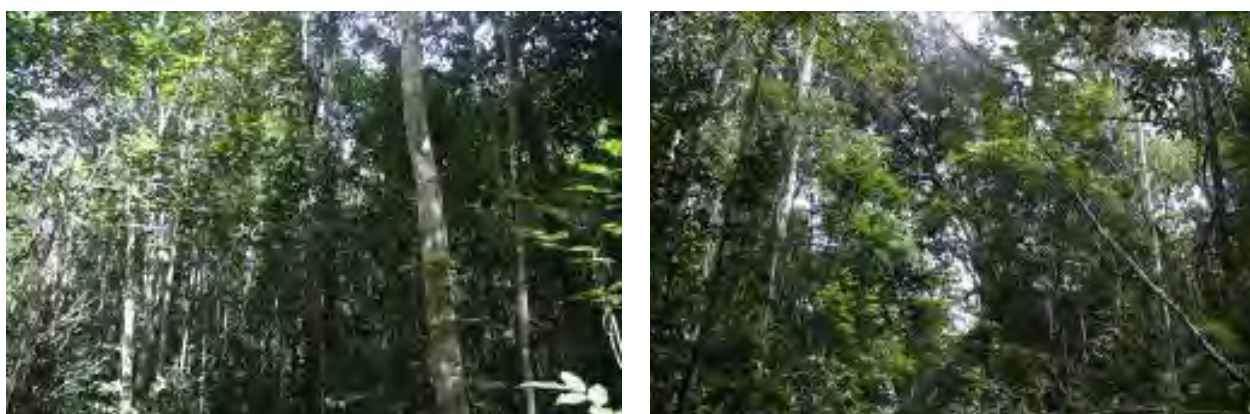


Figura 121: Trecho 3 da Trilha Histórica, potencial turístico do interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho 4 (Figura 122): Apresenta as mesmas características dos dois trechos anteriores, ainda com a presença considerável de árvores de grande porte. A estrada torna-se cada vez mais fechada com aspecto de trilha. Foi indicado como possível local mais utilizado por antas para descanso, alimentação e outros, uma vez que foram encontradas fezes desses animais. Ao longo do percurso, a trilha vai se fechando e se encerra aproximadamente no Km 4,4.



Figura 122: Trecho 4 da Trilha Histórica no interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

- **Lagoa Só Não Vou**

Trata-se de um local de relevante beleza cênica (Figura 123), onde há relatos da presença de um jacaré e ocorrência de aves que utilizam a lagoa para alimentação. Está em uma área degradada e possui um potencial para criação de um centro de apoio à visitação e instalação de infraestrutura de observação de aves aquáticas e realização de atividades lúdicas de educação e interpretação ambiental, que envolvam ambientes lagunares e sua importância no contexto da Mata Atlântica, dentre outras atividades educativas.

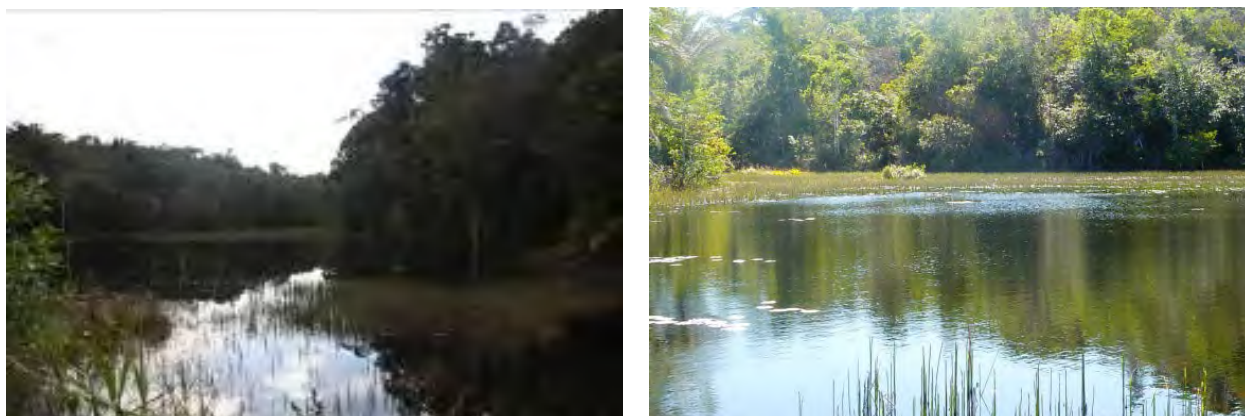


Figura 123: Lagoa Só Não Vou, potencial turístico do interior Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

3.7.1.2. Litoral – entre a Barra do rio Jucuruçu e a Ponta do Corumbau

Essa região é o principal foco turístico do município de Prado, distribuindo o fluxo ao longo de toda a faixa que compreende a sede urbana até o distrito de Corumbau (Figura 124).

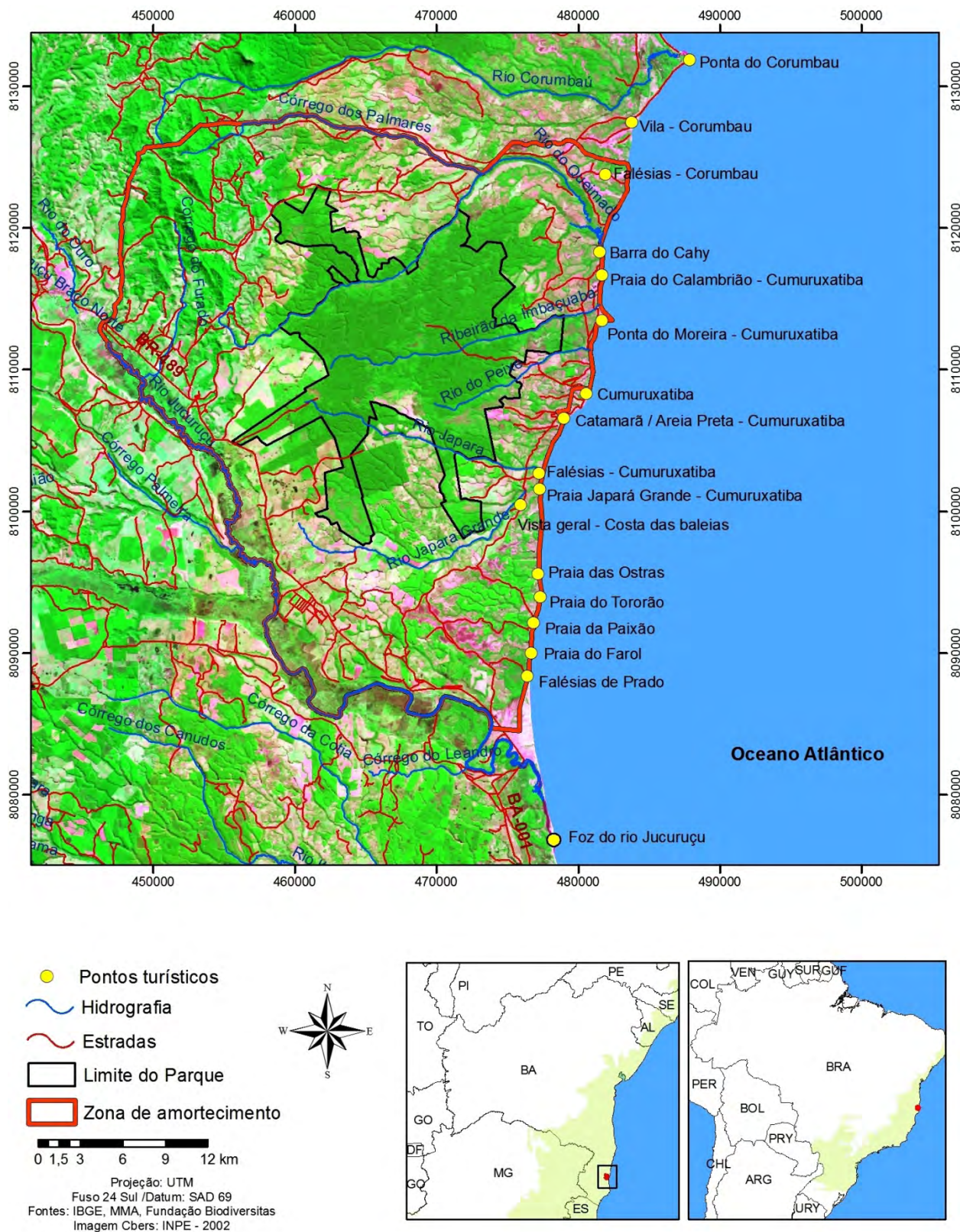


Figura 124: Unidades de amostragem na extensão litorânea, definidas no estudo de Uso Público do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho Guaratiba – Barra do Jucuruçu

A praia de Guaratiba é composta por condomínios fechados com diversos tipos de serviços, desde meios de hospedagem e restaurantes até farmácias e serviços médicos. Para o acesso à praia é necessária a passagem por uma portaria na estrada BA-489, que liga Prado a Caravelas. A praia é urbanizada, possuindo barracas e quiosques que atendem moradores dos condomínios, assim como público externo, uma vez que o acesso à praia é livre a qualquer visitante ou morador da região (Figura 125).



Figura 125: Praia de Guaratiba, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A região da Barra do Jucuruçu (Figura 126) possui uma via de acesso terrestre sem indicações (placas) uma vez que é feito através de propriedade particular. Não foi constatado qualquer tipo de infraestrutura e, aparentemente, devido à falta de sinalização e o fato do acesso ser via propriedade particular, a visitação via acesso terrestre é baixa. A área possui grande beleza cênica e potencial para visitação. Existem passeios que são realizados pelo rio Jucuruçu, porém estes estão cada vez mais escassos e são realizados principalmente no período de alta temporada (dezembro – fevereiro) por um guia local de Prado, que possui em barcação própria. Além deste guia, o empreendimento “La Isla” realiza alguns roteiros pelo rio na alta temporada. Em conversas informais com alguns moradores e também com o então chefe da Unidade, foi mencionada a existência de uma descida pelo leito do rio desde sua nascente até a barra.



Figura 126: Barra do rio Jucuruçu, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho Praia do Farol – Praia da Paixão

A praia do Farol é a primeira após a praia da sede municipal, distante aproximadamente 4 km do centro urbano. Trata-se de uma pequena praia e onde está localizado o Camping Clube do Brasil como principal infraestrutura de apoio ao desenvolvimento turístico (Figura 127). Existe ainda uma pousada denominada condomínio das falésias (Figura 127), e empreendimento turístico que possui um fluxo de visitantes basicamente na alta temporada. Além desses dois empreendimentos, existem algumas barracas de praia que são utilizadas apenas no verão (Figura 128).



Figura 127: Camping Clube do Brasil e Pousada Condomínio das Falésias, respectivamente, na Praia do Farol, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

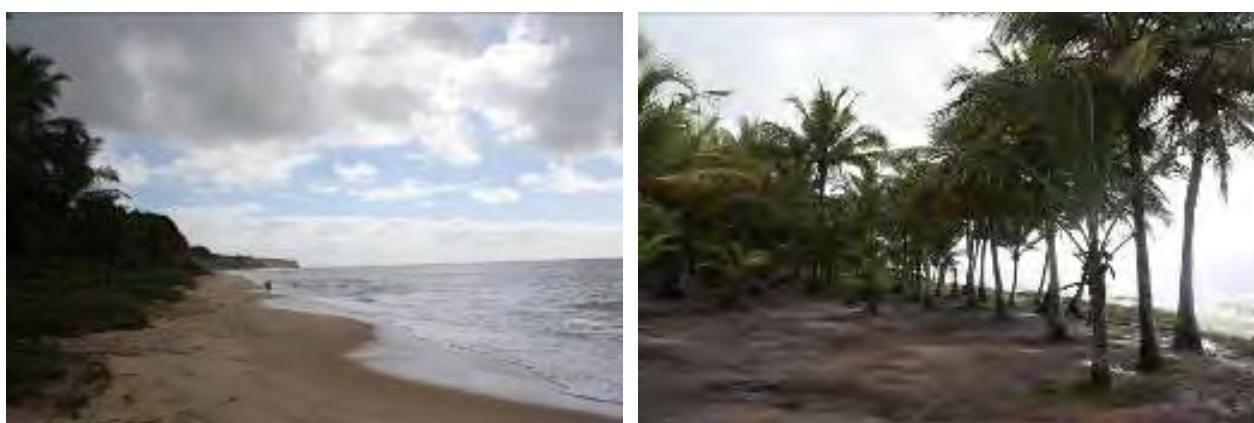


Figura 128: Praia do Farol, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Entre a praia do Farol e a praia da Amendoeira, foi constatado um interessante ponto de observação e contemplação da paisagem. Trata-se de um local com visão privilegiada de uma grande extensão de mar e falésias (Figura 129), sendo possível avistar a cidade de Prado, à direita. O local não possui qualquer tipo de infraestrutura ou placas de sinalização, porém é um local de relevante beleza cênica, sendo passível diferentes abordagens no que tange à interpretação da paisagem. Do ponto de vista turístico, o local pode ser utilizado como um mirante e outras atividades no contexto de interpretação e contemplação da paisagem.

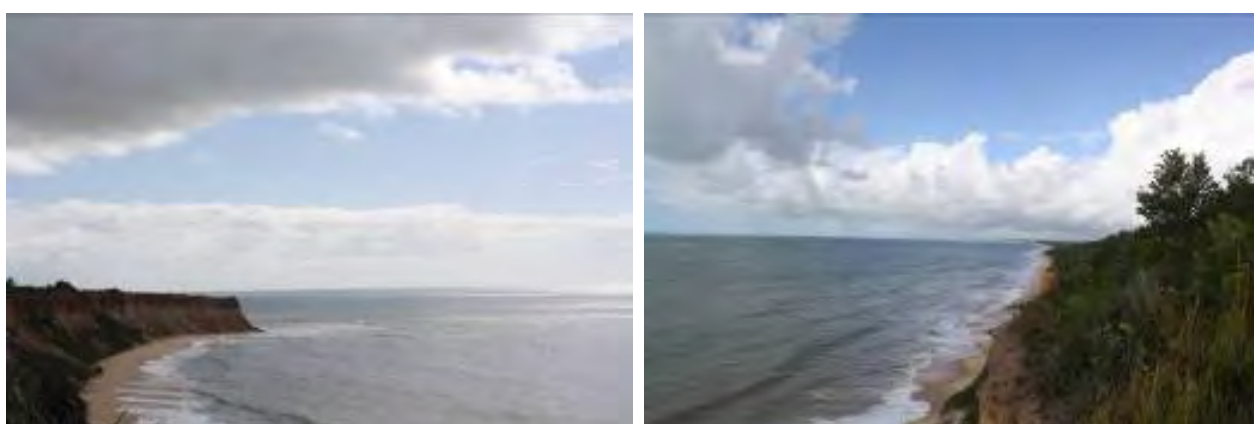


Figura 129: Ponto de contemplação entre a Praia do Farol e Praia das Amendoeiras, potenciais turísticos do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A praia das amendoeiras possui pouca infraestrutura, sendo possível observar “cabanas abandonadas” (Figura 130) que no verão são utilizadas para a venda de bebidas e petiscos. Além dessas cabanas, a praia conta com uma pequena barraca (bar) e um banheiro, que não estava aberta devido ao baixo movimento. Segundo informações coletadas em campo, trata-se de uma praia que recebe um grande

número de pessoas no verão, sendo que a maioria é identificada como nativos ou transeuntes (oriundos da rodovia BA-001 que liga Prado a Cumuruxatiba, e que nesse trecho passa bem na borda da praia). A praia contém um pequeno córrego que deságua no mar, sendo este utilizado para banho e também para pesca (Figura 131).

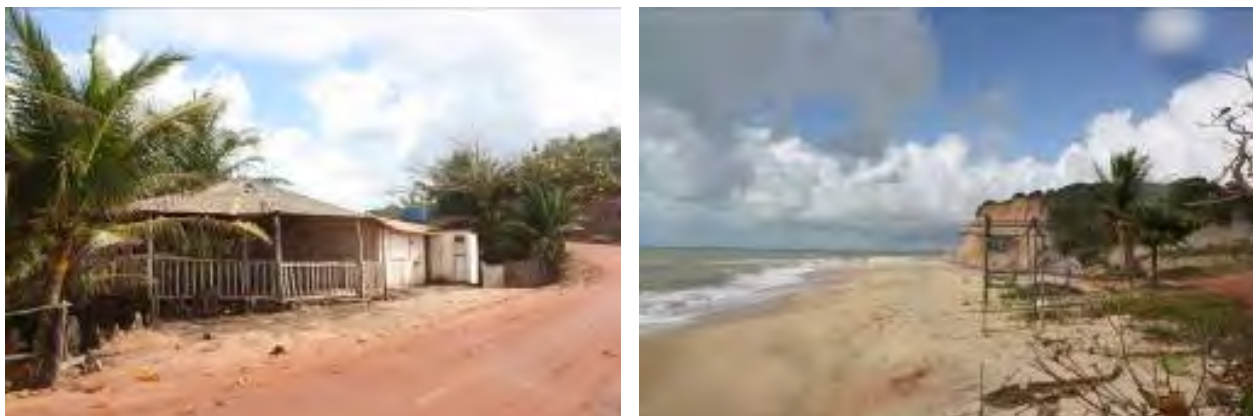


Figura 130: Praia das Amendoeiras, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

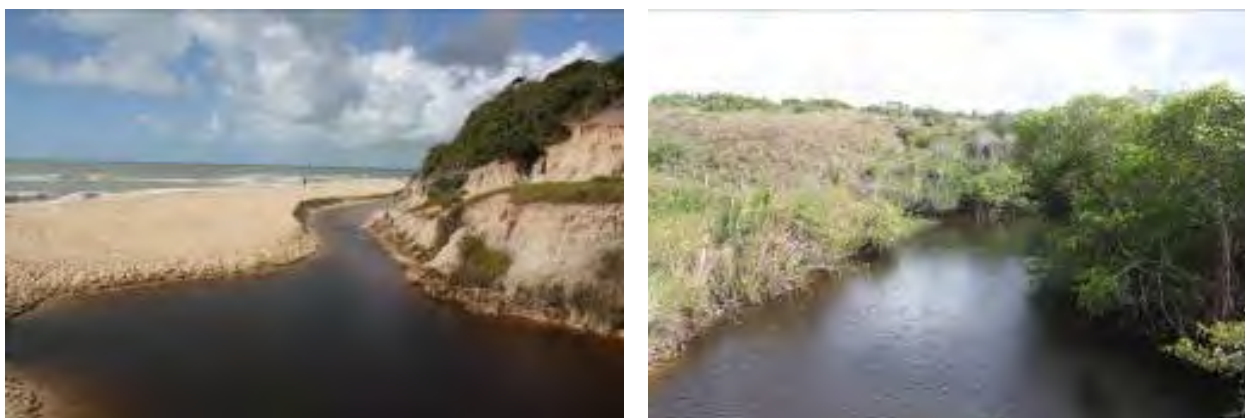


Figura 131: Foz de um curso d'água na Praia das Amendoeiras, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A praia da paixão é “cercada” por uma pequena vila de pescadores (casas ao longo da estrada), bar e alguns locais de hospedagem (casas de veraneio, *camping* e um hotel localizado a 900 m da entrada da praia). O local possui certa beleza cênica e possui um pequeno curso d'água que vai de encontro ao mar (Figura 132).



Figura 132: Praia da Paixão, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho Praia do Tororão – Praia do Japara Mirim

A praia do Tororão é cercada por falésias e com acesso restrito devido a um empreendimento (bar/restaurante) construído na área de acesso à praia (Figura 133). O empreendimento está relacionado ao grupo do Hotel Guaratiba, onde os hóspedes são levados ao local para aproveitar a praia e paisagem. Além do bar / restaurante, o empreendimento conta com pequenas cabanas. O leito do córrego que deságua no mar foi cimentado, e seu curso modificado para a criação de uma ducha de água doce. O local possui uma pequena “reentrância”, utilizada como estacionamento. É uma praia interessante, de relevante cênica beleza devido às falésias que “cercam” a praia em ambos os lados.



Figura 133: Infraestrutura turística na Praia do Tororão, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A Praia das Ostras é uma pequena praia que não possui qualquer infraestrutura e recebe grande visitação na alta temporada. O rio das Ostras deságua no mar e essa porção possui ainda um manguezal (Figura 134). A Praia das Ostras marca uma nova mudança na paisagem, sendo possível observar fragmentos de Mata Atlântica tanto no lado esquerdo (substituindo os eucaliptos), quanto no lado direito.

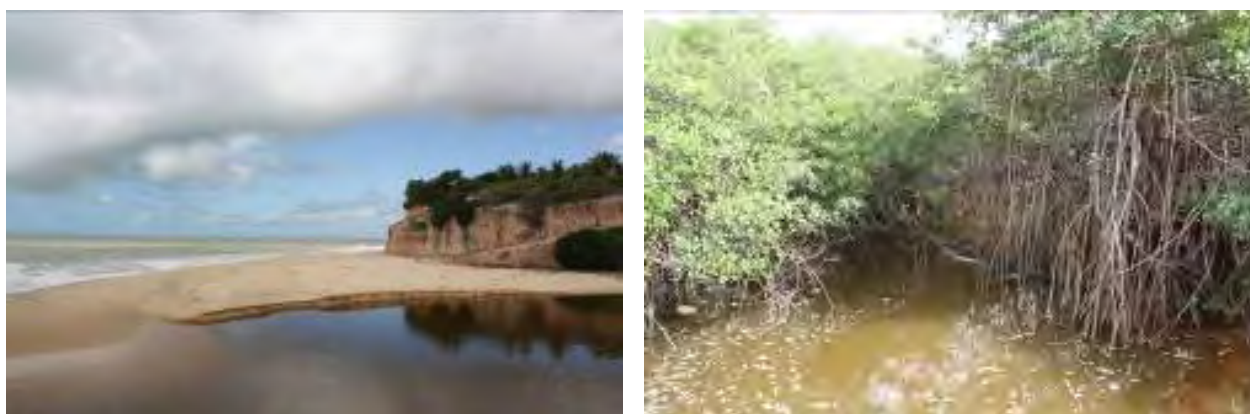


Figura 134: Praia e manguezal na Praia das Ostras, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A Praia de Japara Grande possui grande beleza cênica. O rio Japara Grande deságua no mar (Figura 135), sendo possível observar que um significativo manguezal (aparentemente conservado) acompanha o curso do rio. A praia recebe turistas, mas apesar da região ter potencial para passeios no mangue visando trabalhos de educação, interpretação e recreação ambiental, não há qualquer atividade ligada ao turismo ecológico.



Figura 135: Praia de Japara Grande, no entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A praia de Japara Mirim possui características semelhantes à praia de Japara Grande, porém com uma área de manguezal menor. Não possui qualquer infraestrutura e localiza-se em meio a pequenas propriedades que (a princípio) pertencem a duas famílias. É uma praia de considerável beleza cênica, que acompanha as características das praias anteriores no que tange à presença de falésias e rios que desembocam no mar. A praia possui poucos visitantes mesmo em alta temporada e possui um bom potencial para recebimento de visitantes interessados em maior tranquilidade.

A ponte sobre o rio Japara Mirim foi identificada como um local utilizado como balneário (Figura 136). No entanto, o local é utilizado para tal fim apenas no verão, onde se montam pequenas barracas para comercialização de bebidas e petiscos. Não há infraestrutura para turistas, porém o local recebe grande número de pessoas no verão, que o degradam com deposição de lixo e poluição do curso d'água. O local possui potencial para melhor aproveitamento do rio a partir da instalação de infraestrutura e maior controle do número de pessoas que o utilizam, além de possíveis trabalhos educativos e incursões ao longo do leito do rio.



Figura 136: Praia de Japara Mirim, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho Cumuruxatiba – Praia do Calambrião

O distrito de Cumuruxatiba é um dos principais destinos turísticos do município (Figura 137). Sua localização em relação ao PND é privilegiada, uma vez que está situado a 5 km de um dos acessos à Unidade. Porém, nesta área, existe um conflito territorial com duas ocupações irregulares nos locais denominados aldeia Cahy e Pequi, dentro do Parque.

Na entrada do distrito existe um represamento do rio Cumuruxatiba que se transformou em balneário e recebe um grande número de visitantes, principalmente na alta temporada. Segundo relatos, no período da alta temporada, o número de pessoas é tão grande que o local torna-se impróprio para banho. Ainda na entrada, é possível observar uma quadra de esportes que é utilizada, basicamente pela comunidade local.

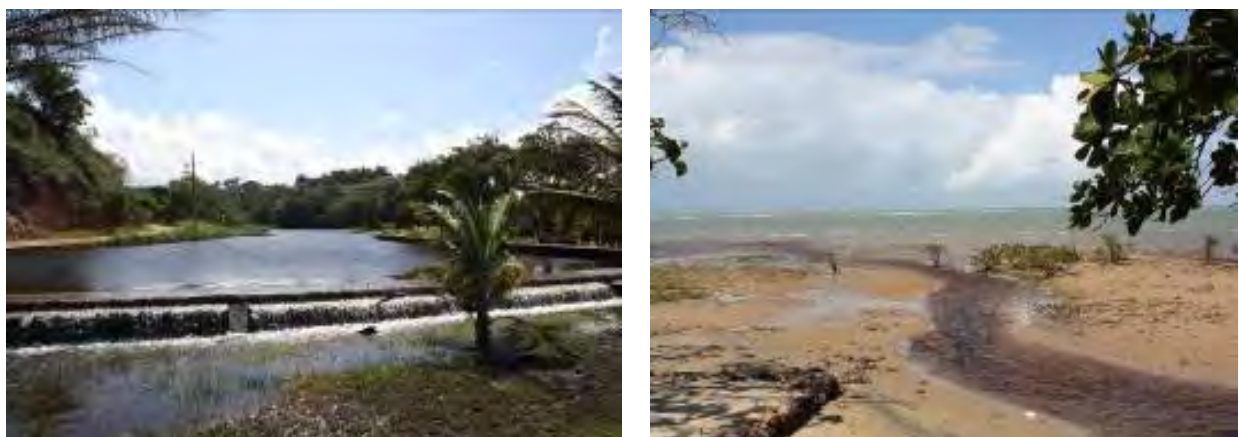


Figura 137: Distrito de Cumuruxatiba, entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

O distrito possui um número considerável de pousadas, dos mais variados tipos, sendo estas distribuídas ao longo do território, com maior concentração no centro. Em direção ao norte há pousadas com taxas

mais elevadas e casas de veraneio para aluguel. O distrito possui ainda um *camping*, localizado à beira-mar, um centro de informações turísticas (cujo funcionamento ocorre geralmente no verão), uma agência de turismo (AQUAMAR), lojas de artesanato, restaurantes e barraquinhas.

Após a sede municipal, Cumuruxatiba é o local no entorno do Parque que possui melhor infraestrutura turística e um fluxo de visitantes ao longo do ano razoável, concentrando na alta temporada. Segundo informações do dono da agência de turismo AQUAMAR, o perfil do visitante tem mudado a cada ano, sendo cada vez maior o número de turistas com menor poder aquisitivo. O fluxo de visitantes existe, realmente, apenas em Janeiro. Sobre os produtos oferecidos pela agência, constatou-se que são aqueles voltados para passeios marítimos, como a visita aos recifes Itacolomis e Ponta do Corumbau, e observação das baleias (no período de julho à novembro). Segundo o dono da agência, os passeios terrestres não seriam rentáveis, pois não há muitas opções oferecidas, tornando-se custosa a manutenção de produtos pouco procurados.

O distrito possui também dois eventos importantes que atraem visitantes, a Festa de São Sebastião (mais conhecida como Festa do Pau do Bastião) e o Festival Gastronômico de Cumuruxatiba, cujo início foi em 2006 e acontece em setembro. Próximo ao distrito encontra-se o restaurante Catamarã. Em local privilegiado, no alto de uma falésia (Figura 138), o empreendimento possibilita uma bela vista das praias da região. Recebe um grande fluxo de visitantes no verão, principalmente de SP, MG, DF e da região. O restaurante desdobra-se do seu empreendimento observado ao longo da estrada e das praias devido à sua infraestrutura e organização. Possui uma trilha de acesso à praia, cujas aréias são monazíticas (Figura 139). Os donos do empreendimento estão construindo um mirante para observação da paisagem. Possui potencial para desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de natureza como, por exemplo, caminhadas ecológicas ao longo das praias e falésias próximas ao local, assim como atividades de interpretação da paisagem.



Figura 138: Falésia na praia de Cumuruxatiba, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

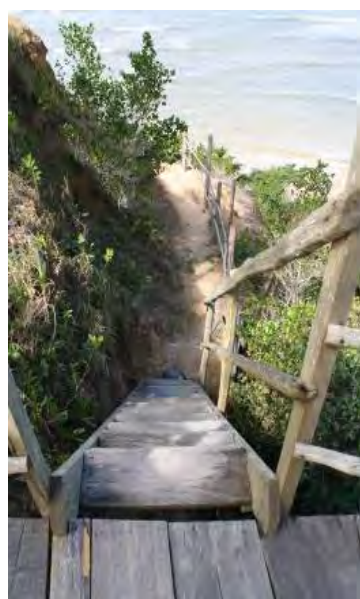


Figura 139: Trilha de acesso à praia e restaurante Catamarã em Cumuruxatiba, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..

Após o distrito de Cumuruxatiba, seguindo em direção à Corumbau pela estrada litorânea, encontra-se a praia Ponta do Moreira (Figura 140). Trata-se de uma praia cujo acesso está restrito a uma propriedade privada, não sendo possível identificar qualquer infraestrutura. A praia possui uma considerável beleza cênica, onde se observam recifes de corais próximos à areia, coqueiros e falésias. Segundo informações coletadas em campo, o dono do local possui intenções de vender o terreno para a construção de um grande empreendimento turístico, possivelmente um *resort*. Próximo à ponta do Moreira está a Ponta do Arnaldo que possui características semelhantes.



Figura 140: Praia do Moreira, entre Cumuruxatiba e Corumbau, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A praia do Calambrião (Figura 141) é um local de difícil acesso, pois não possui qualquer sinalização indicativa. Na praia estão localizadas duas casas - uma no alto da falésia e outra na praia - ambas construídas com corais e madeiras rústicas, e que são conectadas por uma ponte de cordas e madeira, que liga a casa superior ao Hangar, na Praia. É um ponto muito acessado no verão por turistas que querem conhecer as duas benfeitorias em função de suas características construtivas peculiares. A praia do Calambrião possui grande potencial para desenvolvimento de atividades voltadas para o turismo de observação e contemplação da paisagem, assim como para o lazer.



Figura 141: Praia do Calambrião, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Trecho Barra do Cahy – Ponta do Corumbau

A Barra do Cahy é um dos principais atrativos turísticos do município, especialmente por ser, segundo alguns autores, o local do “descobrimento do Brasil”. Na praia localiza-se um bar/ restaurante (“bar da Glória”) que é também utilizado como *camping*, principalmente no verão quando o fluxo turístico aumenta consideravelmente.

Este bar/restaurante na ocasião dos estudos realizados na região era o único acesso à barra do Cahy, sendo este feito apenas pela praia, uma vez que a estrada que dava acesso à Barra havia sido fechada devido à possível construção de um *resort*. Trata-se de um local de grande beleza cênica devido ao encontro do rio Cahy (importante rio da região) com o mar (Figura 142).



Figura 142: Barra do Cahy, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Observou-se que na Barra do Cahy existe a possibilidade de desenvolvimento de atividades de turismo ecológico e de educação ambiental, principalmente explorando a potencialidade e importância histórica do rio para a região e ecossistemas locais. Após a Barra do Cahy, estão localizadas as comunidades de Imbassuaba e de Veleiros (Figura 143).



Figura 143: Comunidades de Imbassuaba e Veleiros, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

O povoado de Veleiros localiza-se próximo à praia onde não existe praticamente nenhuma infraestrutura de apoio ao turismo. De acordo com observações em campo, constatou-se que o local possui potencial para o desenvolvimento de atividades voltadas para o turismo, principalmente aquelas com características de base comunitária. Próximo ao povoado de Veleiros, foi identificada uma pousada que atende turistas de poder aquisitivo elevado praticamente somente ao público estrangeiro (Figura 144). Apesar disso, o público que frequenta as pousadas de nível médio e alto parece ser um público com interesse em realizar visitas ao PND.



Figura 144: Eco resort próximo à comunidade de Veleiros, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

O povoado de Corumbau é o terceiro destino mais procurado pelos turistas no município. O acesso se dá de duas maneiras: pela BA-489, saindo de Prado até o Distrito de Guarani em via pavimentada de aproximadamente 39 Km, em seguida entrando à direita em Guarani e percorrendo mais 70 Km em estrada de terra. Existe um linha de ônibus regular que faz este trecho Guarani-Corumbau, um vez por dia, quando a estrada está trafegável, no período seco. O outro acesso é pela BA-001 partindo de Cumuruxatiba. É a chamada via litorânea que se conecta à estrada que dá acesso a Corumbau no Bar de Antônio de Paula, que dista cerca de 50 Km de Corumbau. Este segundo acesso tem geralmente piores condições para tráfego, mas é muito percorrido no verão. Segundo informações coletadas em campo, existem em Corumbau aproximadamente 15 estabelecimentos de hospedagem caracterizados como pousadas, que foram elencadas de acordo com os valores das diárias: três de alto nível; sete de nível médio e cinco de nível baixo.

Além das pousadas (Figura 145), existem também algumas casas de veraneio. Os estabelecimentos de hospedagem estão distribuídos a partir de Veleiro, até a Ponta do Corumbau e, com relação às pousadas de nível alto, estas estão relativamente afastadas umas das outras e bem distribuídas no litoral. Segundo os moradores, há uma liderança local, um responsável pela Resex e uma Associação de Pescadores de Corumbau (AREMACO). De acordo com relatos, há turistas que procuram atividades no entorno de Corumbau, mas não encontram opções. Praticamente não existem guias locais ou serviços além dos que já são prestados dentro dos estabelecimentos de hospedagem. Os alimentos e pequenos insumos das pousadas não são provenientes da comunidade local por falta de envolvimento ou motivação da comunidade.



Figura 145: Hospedaria e praia de Corumbau, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Entre Corumbau e a Ponta do Corumbau, existe uma placa indicativa de um Centro de Ecoturismo e Educação Ambiental (CEEA), Trilha Interpretativa da Restinga e RPPN Carroula. Não foi possível verificar um real fluxo de visitação e se o centro possui guias ou outros tipos de serviços, uma vez que os proprietários do empreendimento não foram localizados.

A Ponta do Corumbau (Figura 146) é uma ponta de areia de aproximadamente 2 km, na maré baixa, que parte do litoral no sentido Nordeste. Possui extrema beleza cênica e riqueza biológica de peixes, tartarugas e invertebrados aquáticos, que se intensifica e quanto se aproxima dos recifes litorâneos, associados ao manguezal do rio Corumbau - o grande berçário e reprodução de uma infinidade de fauna marinha e motivo principal da criação da Resex Marinha de Corumbau. Essa localidade possui um farol, um campo de futebol de areia e alguns estabelecimentos de hospedagem, restaurantes e bares. O turismo é explosivo no verão, especialmente aos domingos, e já foram registrados no local até 18 ônibus de turistas nativos de Itamaraju, extrapolando em muito a capacidade de carga dos bares e restaurantes locais. A região da Ponta do Corumbau apresenta construções de pequeno porte, sendo basicamente composta por pescadores. Os empreendimentos turísticos de maior porte (pousadas) são bem distribuídos espacialmente e são formados por pequenos chalés ou bangalôs e grande parte das edificações são horizontais.



Figura 146: Ponta do Corumbau, potencial turístico do entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

3.7.1.3. Porção Norte/ Nordeste – região das fazendas/ Serra do Gaturama (Figura 147)

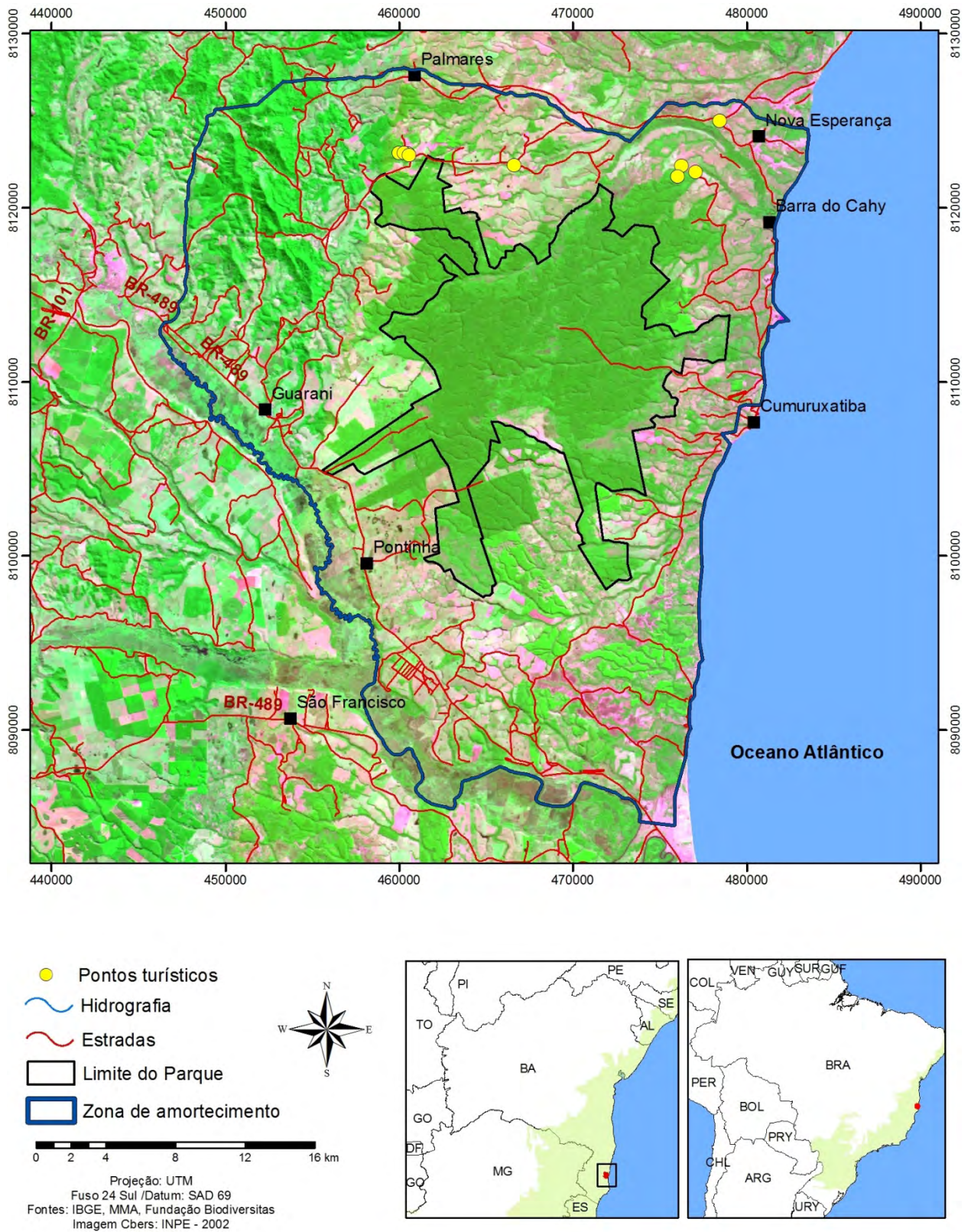


Figura 147: Pontos de amostragem da estudo de Uso Público na parte norte do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

A porção Norte/ Nordeste caracteriza-se basicamente pela presença de grandes fazendas destinadas à pecuária. Algumas destas fazendas possuem potencial para desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo rural, mas não foi possível verificar quais delas estão aptas a fomentar tais atividades, assim como identificar os proprietários interessados em agregá-las à dinâmica das propriedades.

Outros aspectos do PND são apresentadas a seguir:

Torres de observação do Parque

Existem duas torres de observação de monitoramento de incêndios do PND. Uma delas, a torre oeste, é um posto de vigilância localizado no alto da serra, em uma propriedade particular na ZA da UC, cujo dono é um parceiro da Unidade. A outra torre de observação, com 42 metros de altura, adquirida pelo ICMBio e instalada em dezembro de 2011, localiza-se num ponto estratégico, à margem da principal estrada interna da UC, no KM 17, próximo a Lagoa “Só não Vou”, a partir de onde se pode ter uma vista da exuberante mata do PND, com o Monte Pascoal ao fundo e a Serra do Gaturama à esquerda. No local ainda não existe visitação ou infraestrutura para esta finalidade.

A partir da torre oeste, provavelmente o ponto mais alto do entorno do Parque com aproximadamente 300 m, haverá uma vista privilegiada de toda a parte norte e leste do Parque (Figura 148), de algumas áreas do litoral, como Cumuruxatiba e entorno, e das áreas de pastagem e de plantações (de eucalipto e outras) que contornam os limites do Parque. A área do Parque se destaca na paisagem como uma imensa mancha verde no horizonte.



Figura 148: Vista panorâmica da mata do Parque Nacional do Descobrimento, com detalhe da Serra de Gaturama e do Monte Pascoal (ao fundo mais à direita). Foto: Aristides S. G. Neto.

Acampamento Modelo

Assentamento do MST composto por 17 famílias, que conta com uma associação ainda não está regularizada. As atividades principais da comunidade são a pecuária e pequenas culturas (Figura 149), sobretudo de urucum e maracujá. O maracujá é vendido ao exterior e parte é vendida para Itamaraju (devido às melhores condições da estrada, se comparado à estrada para Prado). A venda destes produtos acontece em conjunto para agregar maior valor.

Sobre o desenvolvimento de atividades turísticas no acampamento, segundo informações dos moradores, existem alguns turistas que passam pelo local esporadicamente. As atividades direcionadas ao turismo são relacionadas à venda de doces caseiros, coco, e outros alimentos e bebidas. Existe interesse em cursos de formação de guias ou condutores e em iniciativas que partam do PND, tanto relacionadas à conservação quanto ao turismo. Os moradores também apresentaram interesse em hospedar turistas e mencionaram a troca de conhecimento gerada pela chegada e permanência dos turistas como pontos importantes.



Figura 149: Acampamento Modelo – Assentamento do MST, potencial turístico na porção norte/nordeste, no entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Serra da Gaturama

Outro local de destaque nesta região é a Serra da Gaturama, com diversas propriedades em meio a remanescentes bem conservados de Mata Atlântica. O local é apontado como um importante corredor ecológico entre o PND e o Parque Nacional do Monte Pascoal.

Através de informações coletadas em campo, foi possível identificar a existência de trilhas ecológicas na região, assim como a comercialização de pacotes turísticos de visita na região em meados dos anos 1990. Um importante empreendimento é a fazenda Real Polpas, que já recebeu turistas interessados em conhecer o processo de fabricação de polpas para sucos naturais.

3.7.1.4. Porção Sul/ Sudoeste – estrada Distrito Guarani-Prado

Nesta porção são presentes, de forma geral, as comunidades rurais localizadas na estrada entre Itamaraju e Prado, assim como outras localizadas próximas à rodovia (Figura 150). Nesta região foi analisada ainda a potencialidade de utilização do rio Jucuruçu como atrativo turístico, uma vez que o vale do rio possui grande beleza cênica e poderia ser utilizado para tal fim.

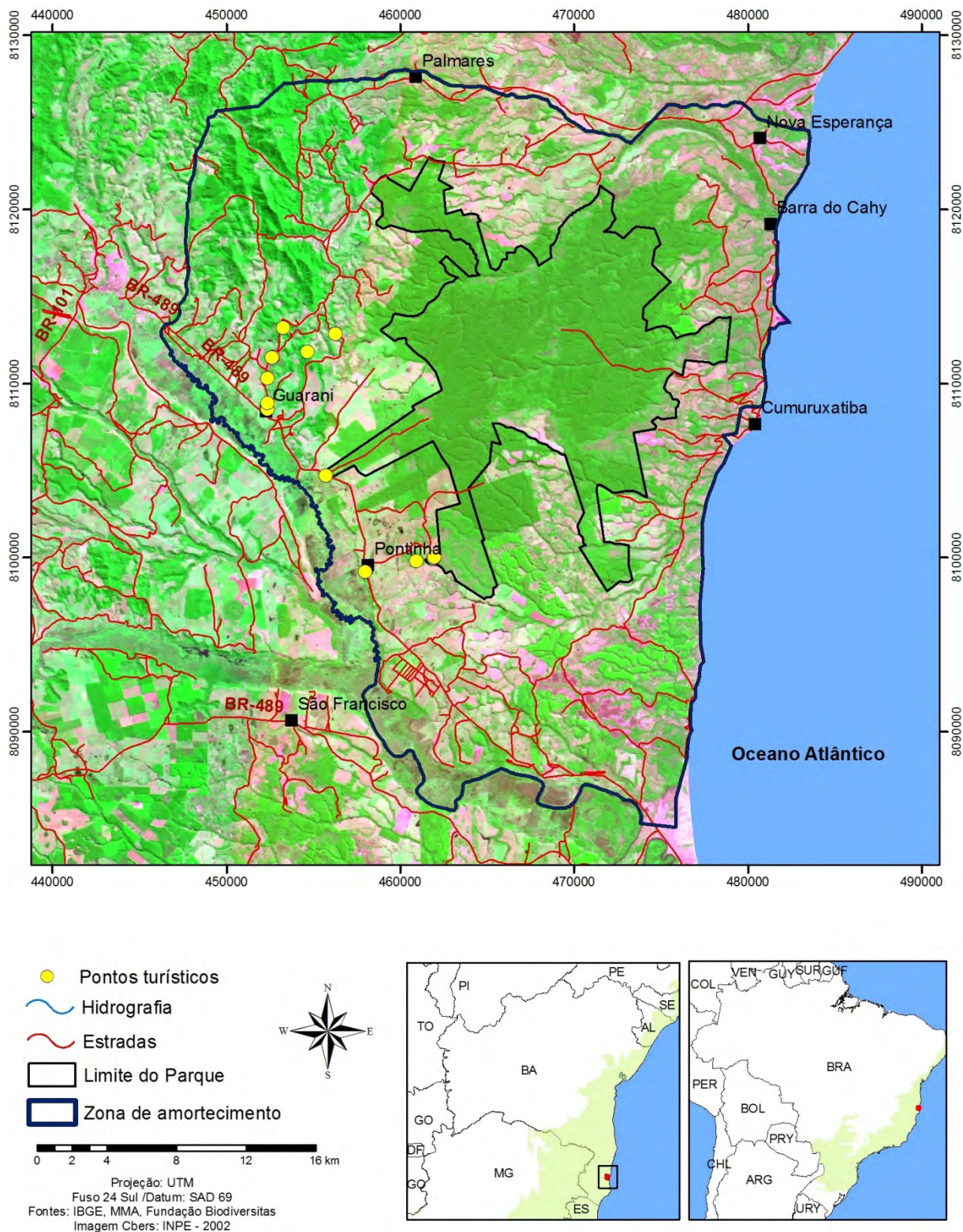


Figura 150: Pontos de amostragem do estudo de Uso Público na Porção Sudeste/Sul do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Pontinha

A comunidade da Pontinha (Figura 151) localiza-se próxima à atual entrada do PND. Na porção oeste da comunidade há um vale alagado cuja propriedade é dividida entre duas fazendas. A paisagem composta pelo vale é de grande beleza cênica e possui grande potencial para visitação. O vale é cortado pelo rio Jucuruçu e durante épocas de cheia ocorre a formação de um lago.

Segundo informações obtidas de um representante de uma associação comunitária, aproximadamente 70% dos moradores da comunidade são autônomos, tendo como atividades produtivas são a criação de gado (minoridade), agricultura, e (principalmente) produção de beiju (que depende do plantio de mandioca). A produção de beiju gera renda para cerca de 40 famílias e movimentam a economia local. A venda é feita nas margens da rodovia Itamaraju-Prado sendo um produto bem valorizado tanto regionalmente como por turistas que trafegam na rodovia. O produto está sendo levado a distâncias cada vez maiores (atualmente chega até Vitória – ES) e a comunidade possui o desejo de criar o Festival do Beiju.

Além dos aspectos positivos mencionados, a atividade de produção do beiju trazia um forte impacto ao entorno da UC pelo uso de lenha para fabricação do produto. Com o objetivo de minimizar este impacto atualmente existe um projeto no âmbito da gestão do PND, em parceria com a comunidade e uma empresa de celulose, que inclui a doação para a comunidade de madeiras apreendidas e proveniente das empresas de celulose da região. O beiju também é produzido em outras comunidades.

Na comunidade existe demanda para a formação de guias e há pessoas que conhecem muito bem o PND e o entorno. Segundo o representante de uma associação há um projeto relacionado ao turismo na comunidade sendo desenvolvido, e uma das possibilidades deste projeto é a disponibilização de um curso de formação de guias para a Pontinha. Ele frisou também a importância da localização geográfica de Pontinha como corredor turístico, uma vez que se localiza na beira da estrada entre Itamaraju e Prado. O objetivo é aproveitar este ponto para criar um corredor com “stands” (como se fosse uma feira) onde se oferecem produtos relacionados ao beiju. Em relação à criação e abertura de meios de hospedagem e formação de um turismo receptivo, não foi detectado nenhum tipo de interesse.



Figura 151: Comunidade da Pontinha, potencial turístico na porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Projeto Guaíra

A comunidade do projeto Guaíra é proveniente de assentamento rural. Aparentemente é uma comunidade pequena, sendo que as famílias estão dispersas no território, não configurando um centro de vivência ou algo similar. As atividades produtivas do assentamento são principalmente o maracujá e em menor escala, o café. Há ainda atividades ligadas à pecuária, ao coco e ao urucum. A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto Guaíra tem 20 anos, possui 12 associados e um total de 25 famílias na comunidade (Figura 152).

Não existe nenhum tipo de visitação, mas a comunidade está aberta a receber pessoas e se interessa pelo turismo. É ideal que a atividade seja planejada e organizada previamente, para que os meios possam se preparar para o recebimento e até mesmo hospedagem de visitantes, um modelo baseado no turismo de base comunitária. Segundo o representante local, a comunidade possui interesse também na formação de guias locais.



Figura 152: Assentamento rural Projeto Guaíra, Porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Riacho das Ostras

A comunidade do Riacho das Ostras é formada por 87 famílias provenientes de assentamento do MST (Figura 153). Existem duas associações de produtores na comunidade devido à divergência de interesses. A comunidade vive da produção e venda de leite e maracujá, que é toda vendida com relativa facilidade. Segundo um dos representantes da comunidade, a visitação e turismo na comunidade são esporádicos. Existe uma mata, um alambique, lagos e outros atrativos naturais potenciais. Antigamente existia um projeto de construção de uma represa para fins turísticos e de lazer, mas o projeto não foi levado à frente. O representante da comunidade pontuou também que a comunidade está no caminho para Curumuxatiba, sendo um ponto importante que pode ser aproveitado para o turismo. As principais tipologias turísticas que se destacam em relação aos propósitos da comunidade são: ecoturismo, turismo ecológico e turismo étnico (cultural). Existe demanda para a formação de guias ou condutores na comunidade, uma vez que há pessoas interessadas e conhecedoras da comunidade e da região.

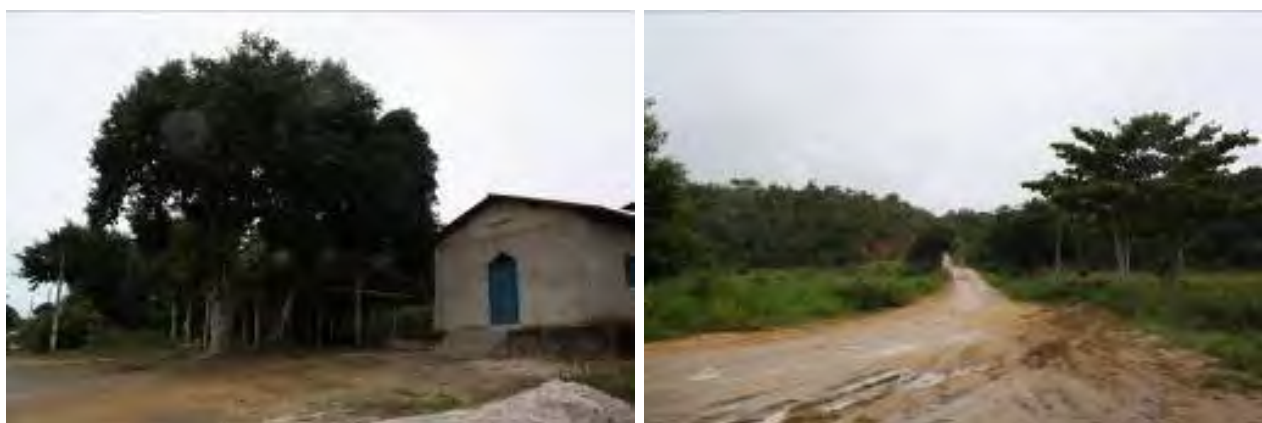


Figura 153: Comunidade Riacho das Ostras, potencial turístico na porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento - Prado (BA).

Assentamento 1º de Abril

O assentamento possui uma área total de 490 ha, são 39 famílias assentadas com lotes e mais 21 famílias (filhos e parentes de assentados com lotes); o assentamento já tem 20 anos (Figura 154). As atividades produtivas são: plantio de feijão, abóbora, coco, milho e mandioca. A produção é mais voltada para a subsistência e o excedente é vendido na feira de Prado e Ilamaraju. Existe uma cooperativa (Cooperativa Nova União / Unidos Venceremos) com aproximadamente 32 cooperados. Há uma faculdade dentro do assentamento (Figura 155).

Existe visitação por parte de estrangeiros que vem para conhecer o MST e as atividades do movimento. Os turistas podem ficar hospedados no próprio assentamento. Além dos estrangeiros há pessoas de faculdades e escolas que vão até a comunidade para conhecer o assentamento. Turistas de Prado (sol e praia) não frequentam muito o assentamento. Existe interesse em receber turistas e desenvolver a visitação. Existe o interesse para a formação de guias/ condutores locais.



Figura 154: Assentamento 1º de Abril, potencial turístico na porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).



Figura 155: Sede da Cooperativa Nova União/Unidos Venceremos no Assentamento 1º de Abril, entorno do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Guarany

O distrito do Guarany é a “porta de entrada” para Corumbau, mas não possui qualquer centro de informações turísticas ou estabelecimentos que possam ser aproveitados para o turismo (Figura 156). Existe um grande empreendimento que atualmente está abandonado, mas que possui características peculiares que podem ser aproveitadas para visitação (criação de centro de cultura ou algo relacionado à história do local/ região, interpretação). Para que essas atividades possam ser viabilizadas faz-se necessário um diálogo com o proprietário para verificar seu interesse de utilizá-lo para fins turísticos.

O distrito possui alguns elementos peculiares que podem ser aproveitados para o turismo, como, por exemplo, as casas, a praça central e a igreja do local, sendo necessário um resgate da história local para compreensão da dinâmica e organização social.



Figura 156: Distrito de Guarani, potencial turístico na porção Sul/Sudeste do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Ameparna – Associação dos moradores vizinhos amigos do Parque Nacional do Descobrimento

Um dos representantes da Ameparna possui uma área total de aproximadamente 2.380 hectares distribuídos em quatro RPPN. Com relação ao turismo e visitação, ainda não tem nenhuma ideia e precisa de informações sobre como proceder. Interessa-se pela visitação e turismo, mas precisa de informações e apoio (principalmente financeiro) para implantação de qualquer tipo de visitação ou uso. Existe visitação em algumas das RPPN da região, mas o controle é muito pequeno (escolas da região, faculdades e alguns moradores de Prado e região). Existem vigias nas propriedades, mas não existe um gerente responsável. De forma geral, os proprietários das RPPN possuem interesse na utilização de suas propriedades como ponto de apoio às atividades turísticas, e de forma integrada com o PND.

3.7.2. Atividades ou situações conflitantes

Conforme mencionado anteriormente, há comunidades indígenas Pataxó no entorno do PND, que se estabeleceram na área em busca de terras para o estabelecimento de cultivos agrícolas de subsistência. Por estarem pleiteando a demarcação da sua terra¹² em áreas sobrepostas à UC, há claramente um conflito de interesses entre os indígenas e o Parque, o que faz com que muitas vezes haja uma dificuldade de diálogo com estas comunidades. Além disso, os indígenas realizam atividades no interior da UC que conflitam com os interesses do Parque. As pressões exercidas diretamente sobre o PND pelas aldeias são oriundas basicamente do modo de vida das comunidades, cujos ocupantes realizam atividades de caça, fazem uso do fogo, da lenha e do extrativismo. Os principais alvos da caça são as espécies de mamíferos *Tayassu pecari* (queixada), *Pecari tajacu* (caitutu), *Panthera onça* (onça pintada) e algumas espécies de macacos; espécies de aves como *Tinamussolitarius* (macuco) e *Penelope supersiliares* (jacubemba) e espécies de répteis como *Tupinambis merianae* (teiú). O extrativismo vegetal constitui-se principalmente da retirada de cipó, flores, aroeira, de espécies madeiras e do palmito.

Vale mencionar, no caso da comunidade indígena de Alegria Nova, o potencial conflito de uso relacionado ao fato de que tal comunidade se encontra no local de possível construção de infraestrutura de portaria de acesso ao Parque para visitantes oriundos do distrito de Corumbau.

A silvicultura também é um forte fator de pressão para a UC, já que grandes áreas de cultivo do eucalipto estão presentes no entorno do Parque e, junto com a pecuária extensiva, formam uma paisagem peculiar, contrastando com os remanescentes florestais.

Além dos índios, moradores do entorno também exercem atividades que pressionam os recursos do Parque, conforme descrito no Quadro 13 abaixo.

¹²Está em andamento uma proposta de demarcação da Terra Indígena Comexatiba, que propõe uma área entre o Riacho das Ostras e a Aldeia Tauá, que inclui toda a área atual da UC. O relatório apresentado pela antropóloga responsável, publicado no DOU 33 de 19 de fevereiro de 2008, descreve os limites da TI Comexatiba e foi contestado pelo ICMBio. Configura-se, assim, uma questão complexa e sem prazo para resolução.

Quadro 13: Síntese das ameaças diretas à integridade do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Ameaça/ pressão	Alvo	Fonte da ameaça / pressão	Efeito da ameaça / pressão	Estratégias de controle da ameaça / pressão
Caça	Mamíferos (queixada, caitutu, macacos, onça), aves (macuco e jacubemba), répteis (jacaré; teiú)	População do entorno; invasões	Diminuição populações de animais e plantas	Fiscalização, sensibilização educação ambiental, implementar criatórios legais;
Fogo	Fauna e flora; formações florestais	População do entorno do Parque; invasões	Diminuição populações de animais e plantas	Programa bem estruturado de combate aos incêndios florestais, aliado a um bom programa de educação ambiental e do estabelecimento de uma rede de brigadistas, podem ampliar as chances de combate imediato, em caso de incêndios fortuitos e criminosos, além de diminuir suas chances de ocorrência. Sugere-se a realização de estudos de casos dos incêndios florestais e procurar correlacioná-los com as condições atmosféricas atuantes. Sugere-se, ainda a busca da relação dos incêndios com eventos sócio-culturais locais e regionais
Desmata- mento	Espécies florestais/ tabuleiros florestais; fundos de boqueirões; muçunungas	População do entorno do parque, invasões	Perda da diversidade biológica. Redução acentuada de habitats. Compactação de solos potencializando a erosão. Afloramento do lençol freático	Recomenda-se a um extenso trabalho de catalogação das muçunungas do interior da UC e áreas de expansão e entorno. Novos estudos devem ser incentivados para compreensão de sua gênese e evolução. muçunungas degradadas das áreas de entorno deverão ser objeto de estudo e deve-se estimular a redução da pressão por seu desmatamento e preservação.
Conflitos indígenas	Todo o Parque	Invasões indígenas	Fragilização da gestão, manejo e proteção do Parque	Reintegração de posse pelo ICMBio; Ação do Poder Público Federal e cumprimento da legislação; Diálogo com a Funai e as aldeias;
Extração vegetal	Extração de cipó, flores, aroeira, e de espécies madeireiras; palmito;	Índios e comunidades do entorno	Diminuição de populações de plantas; impactos sobre trilhas; fluxo indiscriminado de pessoas no Parque	Projetos para cultivo de espécies nativas; informação; fiscalização
Espécies invasoras	Flora (samambaias, gramíneas africanas)	População do entorno do Parque, invasores; pastagens; estradas;	Substituição das comunidades naturais; desequilíbrio ecológico	Gramíneas: ameaça que deve ser contida energeticamente por meio de remoção mecânica, abafamento das sementes com lonas plásticas ao nível do solo e manutenção constante de aceiros.
Áreas degrada- das	Tabuleiros cobertos por formações vegetais degradadas	Áreas utilizadas secularmente para a exploração madeireira e o manejo de florestas, intensificação do uso recente pela	Suscetibilidade ao fogo e a erosão e perda de solos	Algumas áreas degradadas devem ser definidas como áreas de regeneração. área de amortecimento, estudos de sucessão ecológica e atividades de manejo para estimular a regeneração da vegetação e a redução do potencial de incêndios, instalação de equipamentos de uso público e educação ambiental.

Ameaça/ pressão	Alvo	Fonte da ameaça / pressão	Efeito da ameaça / pressão	Estratégias de controle da ameaça / pressão
		agropecuária. dentro da UC, que é uma área destinada à preservação. Nas áreas limítrofes observou-se sua utilização para fornecimento madeira combustível, criação de pastos e lavouras; invasões indígenas.		Desocupar as invasões indígenas.

Como alternativa para diminuir a pressão na UC propõe-se o diálogo entre os órgãos do governo estadual e federal em suas áreas competentes para que se busque a construção de acordos e definição de programas baseados nos pilares da sustentabilidade. A educação ambiental voltada para a tomada de consciência ambiental e mudança de valores das comunidades do entorno e a fiscalização como ação inibidora devem ser prioritárias.

3.8. Aspectos Institucionais da Unidade de Conservação

3.8.1. Pessoal

A gestão do PND é realizada por três analistas ambientais do quadro permanente do ICMBio (Quadro 14). Realizada a equipe de terceirizados é dividida entre permanentes e temporários. A equipe permanente é composta por oito vigilantes patrimoniais e uma auxiliar de serviços gerais. Os temporários (contrato de seis meses a cada ano) incluem 28 integrantes da brigada de prevenção e combate a incêndios florestais. Os terceirizados, de maneira geral, mostraram-se motivados e comprometidos com a UC. Os vigilantes patrimoniais têm cursos básicos para exercer sua função e apresentam equipamentos de proteção individual adequados para o trabalho.

Quadro 14: Funcionários permanentes do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), junho de 2014.

Nome	Vínculo	Escolaridade	Cargo Função
Aristides Salgado G. Neto	ICMBio	Biólogo com Especialização	Chefe do PND Analista Ambiental
Carmen Vera Barcellos	ICMBio	Bióloga com Especialização	Chefe Substituta Analista Ambiental
Flavia Maria Rossi de Moraes	ICMBio	Comunicação Social com Especialização e Mestrado	Analista Ambiental

3.8.2. Infraestrutura, equipamentos e Serviços

Na entrada para o Parque via o Km 35 da BA-489 sentido Prado-Itamaraju, existe uma portaria, que tem funcionado como a portaria principal da UC, e a Base Avançada do ICMBio de combate a incêndios, denominada Sierra Delta, cuja infraestrutura (Figura 157) possui sistema de rádio-comunicação e inclui uma casa de alvenaria, mobiliada, com dois quartos pequenos, uma copa, uma cozinha, um banheiro e uma varanda. Em frente à portaria, há um pequeno depósito (24 m²) onde são armazenados os equipamentos de combate a incêndios florestais no PND e a poio a 16 Unidades de Conservação federais dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Esse depósito foi construído em 2010, com apoio de empresários locais e proprietários do entorno do Parque.

Em fevereiro de 2014 foi instalado, com o apoio de parceiros locais, um poço artesiano e uma extensão

de luz elétrica até o local, como subsídio para a obra da sede e do alojamento de pesquisadores a serem construídos nesta área (Figuras 158 e 159). Atualmente, essa área serve também como depósito de materiais apreendidos nas fiscalizações do Ibama, ICMBio e Ministério Público Estadual.

Na porção oeste do PND (acesso ao distrito de Cumuruxatiba), está localizada uma casa de alvenaria idêntica à anteriormente descrita. Desde 2005, indígenas oriundos de invasão indígena iniciada em abril de 2003 na aldeia Alegria Nova ocupam essa casa. A área é também conhecida por “Aldeia Guarita” numa alusão à antiga Guarita da empresa Bralanda, que era dona da propriedade quando da criação do Parque.

Há também uma casa grande de madeira e telhas de fibrocimento, localizada no limite do Parque, em sua porção nordeste. A casa está a aproximadamente 3,3 Km do distrito de Guarani, contornando o Parque no sentido horário, e a aproximadamente 24 Km de Guarani em direção à bifurcação do Bar do Sr. Antônio de Paula, percorrendo por mais 9 km sentido Cumuruxatiba e convergindo à direita por mais 1,5 Km. A casa possui três quartos, uma sala, uma banheiro e uma cozinha externa, e hoje está ocupada por outro grupo indígena da mesma invasão de 2003, autodenominado “Aldeia Alegria Nova”. Essa construção era a antiga “Casa do Guarda” da empresa Bralanda.



Figura 157: Base avançada de combate a incêndios e local da futura sede e alojamento de pesquisadores do Parque Nacional do Descobrimento (Km 35 da BA-489, sentido Prado-Itamaraju, BA).

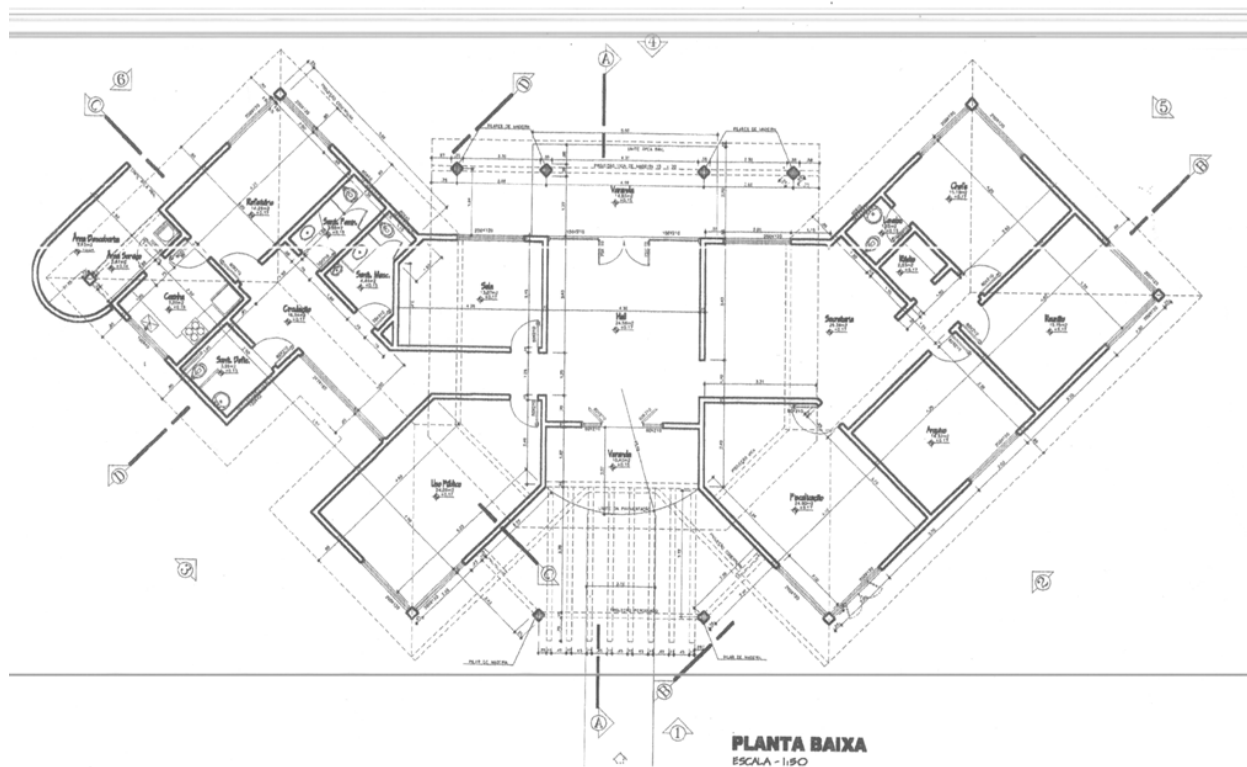


Figura 158: Planta baixa da nova sede administrativa do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), proposta para ser construída em 2015. Fonte: ICMBio.



Figura 159: Layout da nova sede administrativa do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), a ser implantada em 2015. Fonte: ICMBio

Estradas

As estradas que cortam o Parque encontram-se em situações ruins e necessitam de reparos para sua devida utilização. A estrada que corta o Parque no sentido leste-oeste (estrada km 9), particularmente, está em situação precária, sendo possível apenas o tráfego atual de veículos 4x4 e com grande dificuldade.

Embora com acesso restringido e em más condições de trafegabilidade, as estradas que atravessam o PND são fundamentais para o desenvolvimento das atividades ligadas ao uso público, assim como

atividades operacionais, de fiscalização e de controles e/ou combate aos incêndios na Unidade.

3.8.3. Estrutura Organizacional

Os Parques Nacionais são administrados e gerenciados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, cuja sede está localizada em Brasília. O Instituto possui uma estrutura com várias diretorias e coordenações gerais, localizadas em Brasília, e 11 Coordenações Regionais, situadas em alguns pontos do país, para auxiliar na gestão e administração das Unidades de Conservação.

A Coordenação Regional, localizada em Porto Seguro, auxilia na gestão e administração do PND. Além disso, cada unidade possui o seu chefe, que é o responsável pela administração e gestão direta da Unidade. O Parque possui também um Analista Ambiental, com função de proteção, prevenção e combate a incêndios florestais e administração de pessoal e financeira. A equipe de terceirizados possui pessoal permanente (vigilantes patrimoniais) e temporários (integrantes da brigada de prevenção e combate a incêndios florestais).

3.8.4. Recursos Financeiros

Considerando captação de recursos e investimentos para o Parque, os únicos programas com recursos substanciais de longa duração foram aqueles apoiados pelas organizações federais, tais como o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) e o Subprograma do PPG-7 para a Mata Atlântica, entre outros. O Banco Mundial e o G-7 também apoiaram projetos demonstrativos do PPG-7 (PD/A – PPG7) referentes ao manejo de recursos e a utilização sustentável da biodiversidade. A UNESCO também dispõe de recursos para projetos de conservação nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural Brasileiro, com o objetivo de aprimorar a gestão da informação existente, estabelecer sistemas permanentes de comunicação, iniciar o monitoramento dos Sítios, capacitar pessoal administrativo em manejo e conservação e estruturar o planejamento regional e o fórum administrativo em cada local.

O PND não possui geração própria de recursos orçamentários e as despesas para sua manutenção vem basicamente do Governo Federal, responsável pela contratação e pagamento dos funcionários efetivos, itens de custeio e compra/manutenção de infraestrutura e equipamentos. Os principais itens de despesa referem-se ao pagamento de salários, aluguel na sede do Parque em Prado, vigilância, água, energia elétrica, telefone, manutenção de equipamentos, serviços de limpeza, além de itens de custeio, como combustível, material de limpeza e expediente, etc. O orçamento é elaborado internamente e solicitado ao órgão gestor. A administração e prestação de contas dos recursos recebidos é toda realizada pela equipe permanente.

3.9. Declaração de significância

O Parque Nacional do Descobrimento, localizado no extremo sul do Estado da Bahia, está integrado ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Com outras Unidades de Conservação da região, contribui para a regulação e equilíbrio do microclima e do estoque hídrico regional, ficando evidente sua importância na conservação e manutenção das microbacias dos rios Japara, Japara Grande, do Peixe, Imbassuaba e Cahy, que interferem diretamente em todo equilíbrio ambiental da Reserva Extrativista de Corumbau, situada na faixa litorânea ao sul do Município de Porto Seguro e norte do Município de Prado.

O PND representa uma significativa amostra do bioma Mata Atlântica e da hileia baiana, presentes originalmente no extremo sul do Estado da Bahia, abrangendo na quase totalidade o maior fragmento de Mata Atlântica do Nordeste brasileiro. Inserido no Corredor Central do Brasil, consiste, juntamente com o Parques Nacionais do Monte Pascoal e do Pau Brasil e a RPPN EVC, nos maiores fragmentos florestais contínuos nessa região, representantes das florestas de tabuleiros na Bahia (Figura 10). Dessa forma, o estabelecimento efetivo das quatro áreas protegidas na região possibilitará o incremento da viabilidade populacional de diversas espécies vegetais, sobretudo aquelas que apresentam dinâmica metapopulacional e apresentam metapopulações em mais de um dos fragmentos referidos e cujos dispersores/polinizadores tenham a capacidade de transitar entre esses fragmentos.

Mesmo com uma relação área perímetro fora dos padrões recomendáveis pela ciência da biologia da conservação, uma vez que seu perímetro é bastante extenso em relação à sua área, o que agrava o efeito de borda, o Parque abriga espécies animais e vegetais de grande relevância para a conservação da biodiversidade. Estudos prévios (Peixoto & Gentry 1990; Silva & Nascimento 2001; Thomas & Barbosa, 2008; Thomas et al., 2008) já destacam a alta riqueza de espécies vegetais nessas áreas e os

levantamentos atualmente em andamento no Parque mais uma vez seguem essa tendência e indicam a ocorrência de riqueza de espécies vegetais arborescentes equivalentes aos 20 sítios de florestas tropicais mais diversos do mundo. No PND, foram identificadas nove espécies vegetais vulneráveis à extinção (a caixeta, *Tabebuia cassinoides*; o gravatá, *Araeococcus parviflorus*; *Erythroxylum cf. petrae*; *Abarema filamentosa*; o arapati, *Arapatiella psilophylla*; a braúna, *Melanoxylon braúna* Schott, *Ocotea odorifera*; o abiu-da-mata, *Chrysophyllum splendens*; a bapêba, *Pouteria bapêba*); e cinco espécies em perigo de extinção (*Duguetia reticulata*; o pa-limto-juçara *Euterpe edulis*; o b-iriba-boi *Eschweilera alvimii*; e os parajus *Manilkara longifolia* e *Manilkara multifida*). Além disso, foram observadas três espécies raras (*Hirtella santosii* Prance, *Manilkara multifida* (Paraju), *Schizaea fluminensis* (samambaia) e quaranta e seis endêmicas, dentre as quais podem ser destacadas: *Pseudoxandra bahiensis*; *Couepia belemii*; *Licania belemii*; *Zollernia modesta*; *Eschweilera alvimii*; *Inga aptera* e *Manilkara multifida*.

O PND tem importância fundamental para o sistema Estadual/Federal de Unidades de Conservação sob o ponto de vista da conservação vegetação, na medida em que contempla a floresta de tabuleiro, uma fitofisionomia praticamente restrita atualmente aos maciços florestais do extremo sul da Bahia e Norte do Espírito Santo. Tal fitofisionomia se distingue em termos composicionais e estruturais das florestas montanas e sub-montanas ocorrentes ao longo do domínio de Mata Atlântica sobre os morros cristalinos, uma vez que vegeta sobre os tabuleiros costeiros terciários de origem Barreiras, apresentando composição e estrutura singulares e presença marcante de elementos amazônicos e atlânticos. Nesse contexto, as vinte e quatro espécies disjuntas amazônicas observadas no Parque constituem patrimônio genético ímpar uma vez que se encontram isoladas das suas possíveis populações de origem.

O PND apresenta uma das últimas áreas com uma comunidade de aves representativa das matas de baixada do sul da Bahia e é uma das áreas mais importantes dentro do corredor central da Mata Atlântica no Estado. No total foram registradas 244 espécies de aves, o que equivale a 13% das espécies de aves do Brasil. Esses valores são extremamente significativos, especialmente quando se considera que a heterogeneidade de habitats dentro do Parque não é tão elevada, sendo dominado basicamente por florestas primárias, secundárias e muçununga. Além disso, a presença de um elevado número de espécies endêmicas (37 espécies) e ameaçadas ou quase ameaçadas, que totalizam 19 espécies¹³ considerando as listas nacionais e globais, fazem do PND um local chave para a conservação das aves da Mata Atlântica. Particularmente, é importante destacar a ocorrência de uma população do mutum-do-sudeste, *Crax blumembachii*, espécie ameaçada e já localmente extinta na maior parte das UC públicas no Estado da Bahia. Atualmente, só existem registros recentes confirmados da espécie na Reserva de Una e alguns registros relatados por funcionários no Monte Pascoal. O PND é uma área chave para a conservação da espécie, sendo a única UC da Bahia com registros regulares e comprovados da mesma.

As áreas de mata contínua e bem preservadas do PND possibilitam ainda a ocorrência de espécies sensíveis à fragmentação florestal e qualidade do habitat, como grandes gaviões e frugívoros de dossel de médio e grande porte. O Parque abriga também muitas espécies de aves que possuem boa capacidade de dispersão (podem voar longas distâncias) e são dependentes de matas preservadas para sobreviver (como, por exemplo, os papagaios *Amazona rhodocorytha* e *Pionus reichenowi* e a araponga *Procnias nudicollis*), de modo a funcionar como uma importante fonte de espécies que provavelmente utilizam, de modo esporádico, fragmentos de matas adjacentes ao Parque. Os deslocamentos dessas espécies (muitas das quais ameaçadas) são mais um argumento para a necessidade de se conectar os fragmentos de mata da região e se restaurar as áreas degradadas, implementando o Mini-corredor Monte Pascoal – Descobrimento. Nesse sentido, a recente ampliação do Parque e a restauração de áreas degradadas entre os parques presentes na região, com a implementação do Mini-corredor Monte Pascoal – Descobrimento, irão assegurar a conectividade e aumentar a quantidade de habitat disponível para muitas dessas espécies. Em longo prazo, algumas espécies hoje dependentes das matas do Descobrimento, poderão estabelecer territórios nos corredores de mata entre os dois Parques.

O tamanho do PND e sua localização são importantes também para a manutenção de populações de mamíferos. As áreas do Parque são áreas ricas em espécies de mamíferos com a existência de espécies raras, endêmicas da Mata Atlântica. É um dos poucos remanescentes que possui tamanho que permite a existência de comunidades de mamíferos bem estruturadas com a existência de grandes

¹³Espécies de aves ameaçadas ou quase ameaçadas de extinção registradas no Parna do Descobrimento: macuco *Tinamus solitarius*, mutum-do-sudeste *Crax blumembachii*, gavião-pomba *Leucopternis lacernulatus*, gavião-pega-macaco *Spizaetus tyrannus*, tiriba-grande *Pyrrhura cruentata*, iriba-de-orelha-branca *Pyrrhura leucotis*, apuim-de-cauda-amarela *Touit surdus*, maitaca-de-barriga-azul *Pionus reichenowi*, chaurá *Amazona rhodocorytha*, pica-pau-dourado-escuro *Piculus chrysochloros*, pica-pau-de-coleira *Celeus torquatus*, choquinha-de-rabo-cintado *Myrmotherula urosticta*, chorozinho-de-boné *Herpsilochmus pileatus*, sabiá-pimenta *Carpornis melanocephala*, araponga-comum *Procnias nudicollis*, anambé-de-asa-branca *Xipholena atropurpurea*, tangará-rajado *Machaeropterus regulus*, cambada-de-chaves *Tangara brasiliensis*, saíra-diamante *Tangara velia*.

herbívoros e predadores de topo. Existem espécies que não são mais encontradas em outras regiões da Mata Atlântica do sul da Bahia, como o queixada (*Tayassu pecari*), a anta (*Tapirus terrestris*) e a onça parda (*Puma concolor*), as duas últimas consideradas vulneráveis à extinção. Outras espécies de peculiar interesse para a conservação incluem: o gambá *Didelphis aurita* e a cuíca, *Marmosops incanus*, ambas endêmicas da Mata Atlântica; o ouriço preto, *Chaetomys*, o macaco-prego *Cebus robustus*, e o guigó *Callicebus melanochir*, todos endêmicos da Mata Atlântica e vulneráveis à extinção; a jaguatirica, *Leopardus pardalis* e o gato-pequeno, *Leopardus trigrinus*, vulneráveis à extinção; e o bugio, *Alouatta guariba*, espécie endêmica da Mata Atlântica e criticamente ameaçada de extinção. Ocorrem ainda no Parque espécies como *Panthera onca* (onça-pintada), *Puma yagouaroundi* (jaguarundi, gato-mourisco) e *Leopardus wiedii* (gato-maracajá, gato-peludo), o que indica que esta é uma área representativa da comunidade de mamíferos da região.

Dentre os anfíbios que ocorrem no PND, o sapinho-foquete *Allobates otersioides* é considerado vulnerável à extinção, havendo ainda outras 12 espécies endêmicas: *Gastrotheca fissipes* (perereca-marsupial), *Rhinella crucifer* (sapo-cururuzinho), *Allobates otersioides*, *Ischnocnema vinhai* (rãzinha-da-mata), *Haddadus binotatus* (rã-de-folhiço), *Proceratophrys renalis* (rã-de-folhiço), *Physalaemus erikae* (rãzinha), *Dendropsophus anceps* (perereca), *Dendropsophus bipunctatus* (pererequinha), *Hylomantis aspera* (perereca-das-folhagens), *Hypsiboas crepitans* (perereca-cinza) e *Scinax auratus* (perereca-dourada).

Em relação aos répteis, o jabuti, *Chelonoidis denticulata*, é classificado como vulnerável à extinção, *Elapomorphus wuchereri* constitui espécie endêmica e o teiú *Tupinambis merianaefigura* na lista da Cites.

Para o grupo de peixes, embora a representatividade de espécies seja considerada relativamente pequena e sua riqueza relativamente baixa (de modo que a raridade e endemismos só ocorrem em nível regional), são destaques as espécies ameaçadas *Mimagoniates sylvicola* (piaba) e *Rachoviscus graciliceps*; as espécies endêmicas *Ituglanis cahyensis* (cambeva), *Microglanis pataxo*, *Mimagoniates sylvicola* e *Rachoviscus graciliceps*; além das espécies de distribuição restrita *Aspidoras virgulatus*, *Phalloceros ocellatus* e *Scleromystax prionotos*.

Do ponto de vista do quadro fisiográfico, o Parque situa-se numa área de interessante configuração geológica, que tem suscitado teorias sobre neotectônica na plataforma brasileira que se manifesta sobre o quadro geomorfológico, na forma de vales profundos (boqueirões) e no arranjo da hidrografia, que reflete o movimento de blocos. A ocorrência de espodosolos, cujo processo genético ainda não foi completamente compreendido, assim como os fatores genéticos da precipitação regional, são peculiaridades que torna este Parque uma área potencialmente importante para a pesquisa científica.

O PND abriga também importantes nascentes de afluentes de rios estaduais de relevância regional. A avaliação dos parâmetros físicos e químicos nos corpos d'água estudados apontou para águas de boa qualidade, com boas taxas de oxigenação, valores reduzidos de condutividade elétrica e baixos teores de sólidos dissolvidos e nutrientes, destacando a ocorrência de organismos bioindicadores de águas oligotróficas.

Finalmente, devido à importância da UC para a conservação de táxons ameaçados e ambientes únicos de Mata Atlântica, sua importância cênica e de visitação, além do grande potencial para monitoramento ambiental e pesquisa científica, conclui-se que o Parque Nacional do Descobrimento está tecnicamente bem enquadrado na categoria de Parque Nacional, conforme determina a Lei nº 9985, de 18/07/2000 e Decreto nº 4340, de 22/08/2002 que estabelecem e regulamentam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e o Decreto nº 84.017, de 21/09/1979 que regulamenta a categoria de Parque Nacional.

ANEXO I – LISTAS DE ESPÉCIES DA FLORA DO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

Quadro Anexo 1: Espécies de licófitas registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). (*Categoria de distribuição geográfica e abundância:* ED = endêmica da Mata Atlântica).

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
LYCOPODIACEAE					
<i>Lycopodiella alopecuroides</i> (L.) Cranfill		Erva			Primário
<i>Lycopodiella camporum</i> B. Ø llg .& P.G. Windisch	Pinheirinho	Erva			Primário
<i>Lycopodiella cernua</i> (L.) Pic. Serm.	Pinheirinho	Erva			Primário / Secundário
SELAGINELLACEAE					
<i>Selaginella macrostachya</i> (Spring) Spring	Selaginéla	Erva		ED	Secundário
<i>Selaginella producta</i> Baker	Selaginéla	Erva			Primário
<i>Selaginella sulcata</i> (desv.) Spring	Selaginéla	Erva			Primário / Secundário

Quadro Anexo 2: Espécies de samambaias registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (*Categoria de distribuição geográfica e abundância:* ED = endêmica da Mata Atlântica; RR: rara).

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
ANEMIACEAE					
<i>Anemia hirta</i> (L.) Sw.	Samambaia	Erva			Primário
<i>Anemia phyllitidis</i> (L.) Sw.	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
ASPENIACEAE					
<i>Asplenium angustum</i> Sw.	Samambaia	Epífita			Primário / Secundário
BLECHNACEAE					
<i>Blechnum serrulatum</i> Rich.	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
CYATHEACEAE					
<i>Cyathea phalerata</i> Mart.	Xaximcomespinho	Arborescente	CITES		Primário / Secundário
DENNSTAEDTIACEAE					
<i>Pteridium arachnoideum</i> (Kaulf.) Maxon	Feto; Samambaia	Erva			Primário / Secundário
DRYOPTERIDACEAE					
<i>Ctenitis falciculata</i> (Raddi) Ching	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Cyclodium heterodon</i> (Schrad.) T.Moore	Samambaia	Erva		ED	Primário / Secundário
<i>Cyclodium meniscioides</i> (Willd.) C. Presl	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Didymochlaena truncatula</i> (Sw.) J. Sm.	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Elaphoglossum glabellum</i> J. Sm.	Samambaia	Epífita			Primário / Secundário
<i>Elaphoglossum luridum</i> (Fée) H. Christ	Samambaia	Epífita			Primário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Elaphoglossum pteropus</i> C. Chr.	Samambaia	Epífita			Primário
<i>Lomagram maguiansensis</i> (Aub) Ching	Samambaia	Hemi-epífita			Primário / Secundário
<i>Polybotrya speciosa</i> Schott	Samambaia	Hemi-epífita		ED	Primário / Secundário
GLEICHENIACEAE					
<i>Dicranopteris flexuosa</i> (Schrad.) Underw.	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Gleichenella pectinata</i> (Willd.) Ching	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
HYMENOPHYLLACEAE					
<i>Abrodictyum rigidum</i> (Sw.) Ebihara & Dubuisson	Samambaia	Erva			Primário
<i>Didymoglossum krausii</i> (Hook.&Grev.)C.Presl	Samambaia	Epífita			Primário
<i>Didymoglossum ovale</i> E. Fourn.	Samambaia	Epífita			Primário
<i>Trichomanes arbuscula</i> desv.	Samambaia	Erva			Primário
<i>Trichomanes cristatum</i> Kaulf.	Samambaia	Erva			Primário
<i>Trichomanes pedicellatum</i> desv.	Samambaia	Hemi-epífita			Primário
<i>Trichomanes pinnatum</i> Hedw.	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
LINDSAEACEAE					
<i>Lindsaea divaricata</i> Klotzsch	Samambaia	Erva			Primário
<i>Lindsaea lancea</i> (L.) Bedd.	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Lindsaea stricta</i> (Sw.)Dryand.	Samambaia	Erva			Primário
LOMARIOPSIDACEAE					
<i>Lomariopsis marginata</i> (Schrad.) Kuhn	Samambaia	Erva		ED	Primário / Secundário
<i>Nephrolepis rivularis</i> (Vahl) Mett. Ex Krug	Samambaia	Epífita			Primário / Secundário
LYGODIACEAE					
<i>Lygodium volubile</i> Sw.	Samambaia	Trepadeira			Primário / Secundário
POLYPODIACEAE					
<i>Campyloneurum nitidum</i> (Kaulf.) C.Presl	Samambaia	Epífita			Primário / Secundário
<i>Pecluma plumula</i> (Humb. & Bonpl. ex Willd.) M.G.Price	Samambaia	Epífita			Primário / Secundário
<i>Serpocaulon triseriale</i> (Sw.) A.R. Sm.	Samambaia	Epífita			Primário / Secundário
PTERIDACEAE					
<i>Adiantopsis radiata</i> (L.) Fée	Samambaia	Erva			Primário / Secundário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Adiantum abscissum</i> Schrad.	Samambaia	Erva		ED	Primário
<i>Adiantum diogoanum</i> Glaz. ex Baker	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Adiantum dolosum</i> Kunze	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Adiantum lucidum</i> (Cav.) Sw.	Samambaia	Erva			Primário
<i>Hemionitis tomentosa</i> (Lam.) Raddi	Samambaia	Erva			Primário
<i>Pityrogramma calomelanos</i> (L.) Link	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Pteris denticulata</i> Sw.	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Vittaria lineata</i> (L.) Sm.	Samambaia-de-fita	Epífita			Primário
SCHIZAEACEAE					
<i>Actinostachys pennula</i> (Sw.) Hook.	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Schizaea fluminensis</i> Miers. ex J.W. Sturm	Samambaia	Erva		RR	Primário
TECTARIACEAE					
<i>Triplophyllum hirsutum</i> (Holtum) J. Prado & R.C. Moran	Samambaia	Erva			Secundário
THELYPTERIDACEAE					
<i>Macrothelypteris torresiana</i> (Gaudich.) Ching	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Thelypteris conspersa</i> (Schrad.) A.R. Sm.	Samambaia	Erva			Secundário
<i>Thelypteris dentata</i> (Forssk.) E.P. St. John	Samambaia	Erva			Primário / Secundário
<i>Thelypteris interrupta</i> (Willd.) K. Iwats.	Samambaia	Erva			Secundário
<i>Thelypteris longifolia</i> (desv.) R.M. Tryon	Samambaia	Erva			Primário
<i>Thelypteris salzmannii</i> (Fée) C.V. Morton	Samambaia	Erva			Secundário
<i>Thelypteris serrata</i> (Cav.) Alston	Samambaia	Erva			Primário / Secundário

Quadro Anexo 3: Espécies de angiospermas registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (Categoria de distribuição geográfica e abundância: ED = endêmica da Mata Atlântica; DJ = disjunta da Floresta Amazônica; RR: rara).

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
ACANTHACEAE					
<i>Aphelandra nitida</i> Nees & Mart.	Camarão	Subarbusto			Primário
<i>Herpetacanthus</i> sp.		Erva			Primário
ACHARIACEAE					
<i>Carpotroche brasiliensis</i> (Raddi) Endl.	Fruta-de-paca	Árvore		DJ	Primário
AMARYLLIDACEAE					
<i>Hyppeastrum</i> sp.		Erva			Primário
ANACARDIACEAE					
<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott.	Gonçalo-alves	Árvore			Primário
<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Aroeira-vermelha	Árvore			Primário
<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	Pau-pombo	Árvore			Primário
ANNONACEAE					
<i>Anaxagorea doliocharpa</i> Sandwith		Árvore			Primário
<i>Annona acutiflora</i> Mart.	Araticum	Árvore			Primário
<i>Annona cacans</i> Warm.	Araticum-cagão	Árvore			Primário
<i>Annonaceae</i> sp. 4		Árvore			Primário
<i>Duguetia bahiensis</i> Maas		Árvore		ED	Primário
<i>Duguetia reticulata</i> Maas		Árvore	EN	ED	Primário
<i>Ephedranthus parviflorus</i> S. Moore		Árvore			Primário
<i>Guatteria blanchetiana</i> R. E. Fr.		Árvore		ED	Primário
<i>Guatteria</i> sp.	Pindaíba	Árvore			Primário / Secundário
<i>Pseudoxandra bahiensis</i> Maas		Árvore			Primário
<i>Unonopsis bahiensis</i> Maas & Orava		Árvore		ED	Primário / Secundário
<i>Xylopia ochrantha</i> Mart.	Pau-de-imbira	Árvore			Primário
APOCYNACEAE					
<i>Aspidosperma discolor</i> A. DC.	Pau-quina	Árvore			Primário
<i>Aspidosperma</i> sp.	Peroba	Árvore			Primário / Secundário
<i>Aspidosperma spruceanum</i> Benth. ex Müll Arg.	Peroba	Árvore			Primário
<i>Blepharodon nitidum</i> (Vell.) Macbr.		Trepadeira			Primário
<i>Couma</i> sp.	Mucugê	Árvore			Primário
<i>Himatanthus bracteatus</i> (A.DC.) Woodson	Janaúba	Árvore		DJ	Primário
<i>Rauvolfia grandiflora</i> Mart.	Pau-de-cachimbo	Arbusto			Primário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
ex A. DC.					
<i>Tabernaemontana salzmannii</i> A. DC.	Pau-de-cachimbo	Árvore			Primário
AQUIFOLIACEAE					
<i>Illex</i> sp.		Árvore			Primário
ARACEAE					
<i>Philodendron fragrantissimum</i> (W.Hooker) G. Don		Epífita		DJ	Primário
<i>Philodendron pedatum</i> (Hook.)Kunth		Hemiepífita			Primário / Secundário
<i>Philodendron rudgeanum</i> Schott		Hemiepífita			Primário / Secundário
ARALIACEAE					
<i>Schefflera morototoni</i> (Aubl.) B. M aguire, J .A. Steyermark & D.G. Frodin	Matataúba	Árvore			Primário / Secundário
ARECACEAE					
<i>Bactris hirta</i> Mart.	Tucuí	Arbusto			Primário
<i>desmoncus orthacanthos</i> Mart.	Mané-velho	Árvore			Primário
<i>Euterpe edulis</i> Mart.	Juçara	Árvore	EN	ED	Primário / Secundário
<i>Geonoma pauciflora</i> Mart.	Ouricana	Arbusto			Primário / Secundário
ASTERACEAE					
<i>Baccharis calvescens</i> DC.	Alecrim-bravo	Arbusto			Primário
BIGNONIACEAE					
<i>Jacaranda obovata</i> Cham.	Carobinha	Arbusto			Primário
<i>Tabebuia cassinoides</i> DC.	Caixeta	Árvore	VU		Primário
<i>Tabebuia</i> sp.	Pau-d'arco	Árvore			Primário
BORAGINACEAE					
<i>Cordia ecalyculada</i> Vell.		Arvoreta			Primário
<i>Cordia magnoliaefolia</i> Cham.		Arvoreta			Primário
<i>Cordia nodosa</i> Lam.	Baba-de-boi-branco	Arvoreta			Primário
<i>Cordia toqueve</i> Aubl.		Arvoreta			Primário
BROMELIACEAE					
<i>Aechmea alba</i> Mez	Gravatá	Epífita			Primário
<i>Araeococcus parviflorus</i> (Mart. ex Schult.) Lindm.	Gravatá	Epífita	VU		Primário / Secundário
<i>Billbergia iridifolia</i> (Nees & Mart.) Lindl.	Gravatá	Epífita			Primário / Secundário
<i>Guzmania lingulata</i> (L.) Mez	Gravatá	Epífita			Primário / Secundário
BURMANIACEAE					
<i>Gymnosiphon divaricatus</i> (Benth.) Benth. & Hook.		Saprófita		DJ	Primário / Secundário
BURSERACEAE					
<i>Protium icariba</i>	Amescla	Árvore		ED	Primário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
CARICACEAE					
<i>Jacaratia heptaphylla</i> (Vell.) A. DC.	Mamão-de-veado	Árvore			Primário / Secundário
CELASTRACEAE					
<i>Maytenus brasiliensis</i> Mart.		Árvore			Primário
CHRYSOBALANACEAE					
<i>Couepia belemii</i> Prance	Oiti-boi	Árvore		ED	Primário
<i>Couepia schottii</i> Fritsch		Árvore			Primário
<i>Couepia</i> sp.		Árvore			Primário
<i>Hirtella santosii</i> Prance		Árvore		ED/RR	Primário
<i>Licania belemii</i> Prance		Árvore		ED	Primário
<i>Licania discolor</i> Pilg.		Árvore			Primário
<i>Licania hypoleuca</i> Benth.	Oiti-mirim	Árvore		DJ	Primário
<i>Licania</i> sp. 1	Oiti	Árvore			Primário / Secundário
<i>Parinari</i> sp.		Árvore			Primário
CLUSIACEAE					
<i>Tovomita amazonica</i> (Poepp.) Walp.	Mangue-da-mata	Árvore			Primário
<i>Tovomita choisyana</i> Planch. & Triana	Mangue-da-mata	Árvore		DJ	Primário / Secundário
<i>Tovomita mangle</i> G. Mariz	Mangue-da-mata	Árvore			Primário
<i>Vismia ferruginea</i> Kunth	Copiã-vermelho	Arvoreta			Primário / Secundário
<i>Vismia</i> sp.	Copiã	Arvoreta			Primário
COMBRETACEAE					
<i>Buchenavia tomentosa</i> Eichler		Árvore			Primário
CONNARACEAE					
<i>Connarus blanchetii</i> Planchon	Nome Comum	Hábito Trepadeira	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro Primário
<i>Rourea luizalbertoi</i> Forero, L. A. Vidal & Carbonó		Trepadeira		ED	Primário
CUCURBITACEAE					
<i>Gurania acuminata</i> Cogn.	Abóbora-do-mato	Trepadeira		DJ	Primário
CYCLANTHACEAE					
<i>Evodianthus funifer</i> (Poi.) Lindm.	Cipó-verdadeiro	Hemiepífita		DJ	Primário / Secundário
<i>Torocarpus bissectus</i> (Vell.) Harl.		Epífita			Primário / Secundário
CYPERACEAE					
<i>Becquerelia cymosa</i> Brongn.		Erva			Primário
<i>Scleria latifolia</i> Sw.	Tiririca	Erva			Primário
DICHAPETALACEAE					
<i>Stephanopodium blanchetianum</i> Baillon	Borboleta	Árvore			Primário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Tapura</i> sp.		Árvore			Primário
DILLENACEAE					
<i>Davilla bahiana</i> Aymard	Cipó-caboclo	Trepadeira			Primário
<i>Davilla grandifolia</i> Moric.&Eichl.	Cipó-caboclo	Trepadeira		ED	Primário
<i>Davilla macrocarpa</i> Eichl.	Cipó-caboclo	Trepadeira			Primário
ERYTHROXYLACEAE					
<i>Erythroxylum</i> cf. <i>affine</i> A. St. - Hil.		Árvore	<i>Erythroxylum</i> cf. <i>affine</i> A. St. - Hil.		Árvore
<i>Erythroxylum</i> cf. <i>petrae-cabralli</i> Plowman		Árvore	<i>Erythroxylum</i> cf. <i>petrae-cabralli</i> Plowman		Árvore
<i>Erythroxylum</i> sp.		Árvore	<i>Erythroxylum</i> sp.		Árvore
EUPHORBIACEAE					
<i>Adenophaedra megalophylla</i> (Müll.Arg.) Müll. Arg.		Arbusto	<i>Adenophaedra megalophylla</i> (Müll.Arg.) Müll. Arg.		Arbusto
<i>Aparisthium cordatum</i> (A.Juss.) Baill.	Lava-pratos-branco	Árvore	<i>Aparisthium cordatum</i> (A.Juss.) Baill.	Lava-pratos-branco	Árvore
<i>Croton macrobothrys</i> Baillon	Velame	Árvore	<i>Croton macrobothrys</i> Baillon	Velame	Árvore
<i>Margaritaria nobilis</i> L.f.	Pau-diamante	Árvore			Primário
<i>Pausandra morisiana</i> (Casar.)Radlk.		Arbusto			Primário
FABACEAE					
<i>Abarema filamentosa</i> (Benth.)Pittier		Árvore	VU	ED	Primário
<i>Arapatiella psilophylla</i> (Harms) R.S. Cowan	Arapati	Árvore	VU	ED	Primário / Secundário
<i>Bauhinia</i> sp. 1	Escada-de-Macaco	Trepadeira			Secundário
<i>Bauhinia</i> sp. 2	Pata-de-Vaca	Árvore			Primário
<i>Calliandra bella</i> (Spreng.)Benth.	Caliandra	Arbusto		ED	Primário / Secundário
<i>Fabaceae</i> sp. 1		Árvore			Primário
<i>Fabaceae</i> sp. 2		Árvore			Primário
<i>Fabaceae</i> sp. 4		Árvore			Primário
<i>Hymenolobium janeirensis</i> Kuhl.		Árvore			Primário
<i>Inga aptera</i> (Vinha) T.D.Penn.		Árvore			Primário
<i>Inga laurina</i> (Sw.) Willd.		Árvore			Primário
<i>Inga pedunculata</i> Benth.		Árvore		ED	Primário
<i>Inga</i> sp. 3		Árvore			Primário
<i>Inga</i> sp. 4		Árvore			Primário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Inga subnuda</i> Salzm.exBenth.		Árvore			Primário
<i>Inga tenuis</i> (Vell.) Mart.		Árvore			Primário
<i>Inga thibaudiana</i> DC.	Ingá	Árvore			Primário
<i>Machaerium aculeatum</i> Raddi	Jacarandá-de-Espinho	Trepadeira			Primário
<i>Maclobium latifolium</i> Vogel	Óleo-Comumbá	Árvore			Primário
<i>Melanoxylon braúna</i> Schott	Braúna	Árvore	VU		Primário
<i>Ormosia arbórea</i> (Vell.) Harms	Olho-de-cabra	Árvore			Primário
<i>Parkia pendula</i> (Willd.) Benth. ex Walp.	Juerana-vermelha	Árvore			Primário / Secundário
<i>Peltogyne angustifolia</i> Ducke	Roxinho	Árvore			Primário
<i>Pterocarpus rohrii</i> Vahl	Pau-sangue	Árvore			Primário
<i>Swartzia oblata</i> R.S.Cowan	Coração-de-nêgo	Árvore		ED	Primário
<i>Swartzia polita</i> (R.S.Cowan) Torke		Árvore			Primário
<i>Swartzia riedelii</i> R.S. Cowan	Coração-de-nêgo	Árvore			Primário
<i>Swartzia simplex</i> (Sw.) Spreng.	Fruta-de-urubu	Árvore			Primário
<i>Tachigali densiflora</i> (Benth.) L. G. Silva & H. S. Lima	Ingá-Uçu	Árvore		ED	Primário / Secundário
<i>Tachigali paratyensis</i> (Vell.) H.C.Lima		Árvore			Primário
<i>Zollernia ilicifolia</i> (Brongn.) Vogel	Lanjanjeira-da-mata	Árvore			Primário
<i>Zollernia magnifica</i> A.M. Carvalho & Barneby	Mucitaíba	Árvore		ED	Primário
<i>Zollernia modesta</i> A.M.Carvalho & Barneby	Mucitaíba-preta	Árvore		ED	Primário
GENTIANACEAE					
<i>Voyria flavescens</i> Griseb.		Saprófita			Primário
<i>Voyria obconica</i> Progel		Saprófita		ED	Primário
HELICONIACEAE					
<i>Heliconia richardiana</i> Miq.	Elicônia	Erva		DJ	Primário
HUMIRIACEAE					
<i>Sacoglottis matogrossensis</i> Malme	Oiti-Mirim	Árvore			Primário
ICACINACEAE					
<i>Emmotum nitens</i> (Benth.) Miers	Aderno-Vermelho	Árvore			Primário
LACISTEMATACEAE					
<i>Lacistema robustum</i> Schnizl.		Arvoreta		ED	Primário
LAURACEAE					

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Beilschmiedia linharensis</i> Sa.Nishida & vander Werff		Árvore			Primário
<i>Cryptocarya</i> sp.		Árvore			Primário
<i>Lauraceae</i> sp. 2		Árvore			Primário
<i>Licaria bahiana</i> Kurz		Árvore			Primário
<i>Ocotea aciphylla</i> (Nees&Mart.)Mez		Árvore		DJ	Primário
<i>Ocotea cernua</i> (Nees) Mez	Louro	Árvore			Primário / Secundário
<i>Ocotea corymbosa</i> (Meisn.) Mez		Árvore			Primário
<i>Ocotea daphnifolia</i> (Meisn.) Mez	Louro	Árvore		Geográfica	Primário / Secundário
<i>Ocotea divaricata</i> (Nees) Mez		Árvore			Primário
<i>Ocotea longifolia</i> Kunth		Árvore			Primário
<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer		Árvore	VU		Primário
<i>Ocotea</i> sp. 1		Árvore			Primário
<i>Ocotea</i> sp. 2		Árvore			Primário
<i>Ocotea</i> sp. 3		Árvore			Primário
<i>Ocotea</i> sp. 4		Árvore			Primário
<i>Ocotea</i> sp. 6		Árvore			Primário
LECYTHIDACEAE					
<i>Eschweilera alvimii</i> Mori	Biriba-boi	Árvore	EN	ED	Primário
<i>Eschweilera ovata</i> (Cambess.) Mart. ex Miers	Biriba	Árvore			Primário
<i>Eschweilera</i> sp.	Biriba	Árvore			Primário
<i>Lecythis lurida</i> (Miers) Mori	Inhaiba	Árvore			Primário
LOGANIACEAE					
<i>Spigelia laurina</i> Cham. & Schtdl.		Erva			Primário
<i>Strychnuscf.atlantica</i> Krukoff&Barneby		Árvore		ED	Primário
LORANTHACEAE					
<i>Psittacanthus robustus</i> Mart.		Parasita			Primário
MALPIGHIACEAE					
<i>Banisteriopsis gardneriana</i> (A.Juss.) W.R. Anderson & B. Gates					Primário
<i>Byrsonima stipulacea</i> A. Juss.	Murici-da-Mata	Árvore			Primário
<i>Tetrapterys phlomoides</i> (Spreng.)Nied.		Trepadeira		ED	Primário
MALVACEAE					
<i>Eriotheca macrophylla</i> (K.Schum.) A. Robyns	Imbiruçu	Árvore			Primário
<i>Hydrogaster trinerve</i>	Bomba-d'água	Árvore			Primário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
Kuhlms.					
<i>Sterculia excelsa</i> Mart.	Samuma	Árvore		DJ	Primário
<i>Waltheria indica</i> L.	Malva	Subarbusto			Primário
MARANTACEAE					
<i>Stromanthe porteana</i> A.Gris.	Bananeirinha-da-mata	Arbusto			Primário / Secundário
MELASTOMATACEAE					
<i>Clidemia hirta</i> (L.) D. Don	Folha-de-fogo	Arbusto			Primário
<i>Henriettea succosa</i> (Aubl.)DC.	Mundururu-ferro	Árvore			Primário
<i>Leandra rhamnifolia</i> (Naudin)Cogn.		Erva		DJ	Primário
<i>Leandra rufescens</i> (DC.) Cogn.		Arbusto			Primário
<i>Miconia amoena</i> Triana	Mundururu	Árvore			Primário
<i>Miconia mirabilis</i> (Aubl.) L.O. Williams		Árvore		DJ	Primário
<i>Miconia pileata</i> DC.		Arbusto			Primário
<i>Miconia sclerophylla</i> Triana		Arbusto			Primário
<i>Miconia</i> sp. 2		Árvore			Primário
<i>Miconia</i> sp. 3		Árvore			Primário
<i>Miconia</i> sp. 4		Árvore			Primário
<i>Mouriri regeliana</i> Cogn.	Pau-de-colher	Árvore			Primário
MELIACEAE					
<i>Guarea</i> sp. 1		Árvore			Primário
<i>Trichilia lepdota</i> Mart.		Árvore			Primário
<i>Trichilia</i> sp. 3		Árvore			Primário
<i>Trichilia</i> sp. 4		Árvore			Primário
MENISPERMACEAE					
<i>Abuta cf. convexa</i> (Vell.) Diels	Cipó-abuta	Trepadeira			Primário
<i>Borismene japurensis</i> (Mart.) Barneby		Trepadeira		DJ	Primário
<i>Chondrodendron platyphyllum</i> (A.St.-Hil.) Miers		Trepadeira		DJ	Primário
MORACEAE					
<i>Brosimum guianense</i> (Aubl.) Huber		Árvore			Primário
<i>Brosimum rubescens</i> Taub.	Conduru	Árvore			Primário
<i>Helicostylis tomentosa</i> (Poepp. & Endl.) Rusby	Amora-Preta	Árvore			Primário
MYRISTICACEAE					
<i>Virola gardneri</i> (DC.) Warb.	Bicuiba	Árvore			Primário
MYRSINACEAE					
<i>Myrsine coriacea</i> (Sw.) R. Br. ex Roem.&Schult.	Pororoça	Árvore			Primário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Myrsine</i> sp.		Árvore			Primário
MYRTACEAE					
<i>Eugenia</i> cf. <i>flamingensis</i> O.Berg		Árvore		ED	Primário
<i>Eugenia</i> <i>itapemirimensis</i> Camb.		Arbusto			Primário
<i>Eugenia</i> sp. 1		Árvore			Primário
<i>Eugenia</i> sp. 2		Árvore			Primário
<i>Eugenia</i> sp. 3		Árvore			Primário
<i>Eugenia</i> sp. 4		Árvore			Primário
<i>Eugenia</i> sp. 5		Árvore			Primário
<i>Gomidesia</i> cf. <i>blanchetiana</i> O.Berg		Árvore			Primário
<i>Gomidesia</i> sp.		Árvore			Primário
<i>Marleria</i> <i>obversa</i> D.Legrand		Árvore		ED	Primário
<i>Myrcia</i> cf. <i>laxifolia</i> Cambess.		Árvore			Primário
<i>Myrcia</i> cf. <i>multiflora</i> (Lam.) DC.		Árvore			Primário
<i>Myrcia</i> sp. 1		Árvore			Primário
<i>Myrcia</i> sp. 2		Árvore			Primário
<i>Myrcia</i> sp. 3		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 1		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 2		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 4		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 6		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 9		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 10		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 11		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 12		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 16		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 17		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 18		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 19		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 20		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 21		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 22		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 24		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 26		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 28		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 30		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 31		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 32		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 33		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 34		Árvore			Primário
Myrtaceae sp. 35		Árvore			Primário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Pliniastictophylla</i> G.M. Barroso & Peixoto		Árvore		ED	Primário
<i>Psidium guineense</i> Sw.	Araçá-comestível	Arvoreta		ED	Primário
NYCTAGINACEAE					
<i>Guapira</i> sp. 1	Farinha-seca	Árvore			Primário
<i>Guapira</i> sp. 2	Farinha-seca	Árvore			Primário
<i>Guapira</i> sp. 3	Farinha-seca	Árvore			Primário
<i>Neea madeirana</i> Standl.	Farinha-seca	Árvore		DJ	Primário
Nyctaginaceae sp. 1		Árvore			Primário
Nyctaginaceae sp. 2		Árvore			Primário
Nyctaginaceae sp. 3		Árvore			Primário
OCHNACEAE					
<i>Ouratea conduplicata</i> (Klotzsch) Engl.	Falso-bálsamo-branco	Árvore			Primário
<i>Ouratea</i> sp.		Árvore			Primário
<i>Ouratea suaveolens</i> (A.St.-Hil)Engl.		Arvoreta			Primário
OLACACEAE					
<i>Cathedra</i> sp.		Árvore			Primário
<i>Heisteria</i> sp.		Árvore			Primário
<i>Olacaceae</i> sp.		Árvore			Primário
ORCHIDACEAE					
<i>Dichaea cogniauxiana</i> Schltr.	Orquídea	Epífita			Primário
<i>Koellensteinia gramínea</i> (Lindl.)Rchb.f.	Orquídea	Epífita			Primário
<i>Xylobium variegatum</i> (Ruiz & Pav.) Garay & Dunst.	Orquídea	Epífita			Primário
PASSIFLORACEAE					
<i>Passiflora contracta</i> Vitta	Maracujá	Trepadeira		ED	Primário
PENTAPHYLLACACEAE					
<i>Ternstroemia brasiliensis</i> Cambess.		Árvore			Primário
PERACEAE					
<i>Pera glabrata</i> (Schott) Baill.	Óleo-branco	Árvore			Primário
PIPERACEAE					
<i>Piper aduncum</i> L.	Beto	Arbusto			Primário
POLYGALACEAE					
<i>Polygala grandifolia</i> A.St.-Hill. & Moq.		Erva			Primário
<i>Polygala paniculata</i> L.		Erva			Primário
POLYGONACEAE					
<i>Coccoloba rosea</i> Meisn.	Taipoca	Árvore			Primário
PUTRANJIVACEAE					
<i>Dripetes sessiliflora</i> Allemão		Árvore			Primário
RAPATACEAE					

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Rapatea paludosa</i> Aubl.		Erva		DJ	Primário
ROSACEAE					
<i>Prunus sellowii</i> Herzog	Pessegueiro-bravo	Árvore			Primário
RUBIACEAE					
<i>Alseis floribunda</i> Schott	Guabiraba-preta				Primário
<i>Alseis</i> sp.					Primário
<i>Amaioua</i> sp.					Primário
<i>Amanoa guianensis</i> Aubl.	Camaçari	Subarbusto			Primário
<i>Bathysa nicholsonii</i> K.Schum.		Árvore			Primário
<i>Chiococca alba</i> (L.) Hichc.		Arbusto			Primário
<i>Chomelia pubescens</i> Cham.&Schltdl.		Arbusto			Primário
<i>Coccocypselum lanceolatum</i> (Ruiz & Pav.) Pers.		Erva			Primário
<i>Cordia</i> sp.		Arvoreta			Primário
<i>Coussarea</i> sp.		Arvoreta			Primário
<i>Guettarda</i> sp. 1					Primário
<i>Ixora grandiflora</i> Ker					Primário
<i>Margaritopsis cephalantha</i> (Müll.Arg.) C.M. Taylor cf.					Primário
<i>Margaritopsis haematocarpa</i> (Standl.) C.M. Taylor		Arbusto			Primário
<i>Palicourea blanchetiana</i> Schltdl.		Subarbusto			Primário
<i>Psychotria barbiflora</i> DC.		Arbusto		DJ	Primário
<i>Psychotria deflexa</i> DC.		Arbusto			Primário
<i>Psychotria mapouroides</i> DC.		Subarbusto			Primário
<i>Psychotria myriantha</i> Müll. Arg.		Arbusto		ED	Primário
<i>Psychotria platypoda</i> DC.		Arbusto			Primário
<i>Psychotria schlechtendaliana</i> Müll. Arg.		Arbusto			Primário
<i>Psychotria stachyoides</i> Benth.		Arbusto			Primário
<i>Randia armata</i> (Sw.) DC.	Arariba-cruzeiro	Arbusto			Primário
Rubiaceae sp.		Arbusto			Primário
<i>Simira glaziovii</i> (K.Schum.) Steyerm.	Arariba-rosa	Árvore			Primário
<i>Simira</i> sp.	Arariba	Árvore			Primário
RUTACEAE					
<i>Conchocarpus longifolius</i> (A. St. & Hil.) Kallunki & Pirani		Arvoreta			Primário / Secundário
<i>Conchocarpus</i> sp. 1		Arvoreta			Primário
<i>Conchocarpus</i> sp. 2		Arvoreta			Primário

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Esembeckia leiocarpa</i> Engl.	Guarantã	Árvore			Primário
<i>Hortia brasiliana</i> Vand. ex DC.	Durão	Árvore		ED	Primário
<i>Rauia nodosa</i> (Engl.) Kallunki		Arvoreta		ED	Primário
SALICACEAE					
<i>Casearia</i> cf. <i>arborea</i> (Rich.) Urb.	Aderninho-de-Capoeira	Árvore		ED	Primário
<i>Caseariacommersoniana</i> Cambess.		Árvore			Secundário
<i>Casearia decandra</i> Jacq.		Árvore			Primário
<i>Casearia</i> sp. 2		Árvore			Primário
<i>Salicaceae</i> sp.		Árvore			Primário
SANTALACEAE					
<i>Phoradendron crassifolium</i> (DC.) Eichl.	Erva-de-passarinho	Parasita			Primário
SAPINDACEAE					
<i>Allophylus</i> sp.		Árvore			Primário / Secundário
<i>Cupania</i> sp. 1	Cambuatã	Árvore			Primário
<i>Cupania</i> sp. 2	Cambuatã	Árvore			Primário
<i>Dilodendron bipinatum</i> Radlk.		Árvore			Primário
<i>Sapindaceae</i> sp.		árvore			Primário
<i>Serjania communis</i> Camb.		Trepadeira			Primário
<i>Serjania fuscifolia</i> Radlk.		Trepadeira			Primário
<i>Talisiacerasina</i> (Benth.) Radlk.		Árvore		DJ	Primário
SAPOTACEAE					
<i>Chrysophyllum splendens</i> Spreng.	Abiu-da-mata	Árvore	VU	ED	Primário
<i>Diploon cuspidatum</i> (Hoehne) Cronquist	Bacumixá	Árvore		DJ	Primário
<i>Eclinusa ramiflora</i> Mart.	Bapeba	Árvore			Primário
<i>Manilkara longifolia</i> (A.DC.)Dubard	Paraju	Árvore	EN		Primário
<i>Manilkara multifida</i> T.D.Penn.	Paraju	Árvore	EN	ED/RR	Primário
<i>Manilkara salzmannii</i> (A. DC.) Lam.	Maçaranduba-mirim	Árvore		ED	Primário / Secundário
<i>Manilkara</i> sp.		Árvore			Primário
<i>Micropholis crassipedicellata</i> (Mart. & Eichl.) Pierre	Curupixá	Árvore		ED	Primário
<i>Micropholis venulosa</i> (Mart. & Eichler) Pierre		Árvore			Primário
<i>Pouteriabangii</i> (Rusby) T.D. Penn.		Árvore		DJ	Primário
<i>Pouteria bapeba</i> T.D.Penn.	Bapeba	Árvore	VU	ED	Primário

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Classificação	Nome Comum	Hábito	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Tipo de registro
<i>Pouteria reticulata</i> (Engl.) Eyma		Árvore			Primário
<i>Pouteria</i> sp. 1		Árvore			Primário
<i>Pouteria</i> sp. 3		Árvore			Primário
<i>Pouteria</i> sp. 4		Árvore			Primário
<i>Pouteria</i> sp. 5		Árvore			Primário
<i>Pouteria</i> sp. 6		Árvore			Primário
<i>Pouteria</i> sp. 7		Árvore			Primário
<i>Pouteria</i> sp. 8		Árvore			Primário
<i>Pouteria</i> sp. 9		Árvore			Primário
<i>Pouteria torta</i>		Árvore			Primário
<i>Pradosia latescens</i> (Vell.) Radlk.	Jabuti-macaco	Árvore			Primário
Sapotaceae sp.		Árvore			Primário
SIMAROUBACEAE					
<i>Simaba guianensis</i> Aubl.		Árvore			Primário
SIPARUNACEAE					
<i>Siparuna reginae</i> (Tul.) A.DC.		Árvore			Primário
<i>Siparuna</i> sp.		Árvore			Primário
SOLANACEAE					
<i>Solanum campaniforme</i> Roem. & Schult.		Arbusto			Primário
<i>Solanum sooretamum</i> Carvalho		Árvore			Primário / Secundário
STEMONURACEAE					
<i>Discophora guianensis</i> Miers	Pau-vidro	Arvoreta			Primário / Secundário
STYRACACEAE					
<i>Styrax</i> sp.		Árvore			Primário
URTICACEAE					
<i>Cecropia pachystachya</i> Tréc.	Embaúba	Árvore			Primário
<i>Pouroma mollis</i> Tréc.	Tararanga	Árvore		DJ	Primário
<i>Pouroma velutina</i> Miq.	Tararanga	Árvore		DJ	Primário
VIOLACEAE					
<i>Paypayrola blanchetiana</i> Tul.	Cravo-de-caipora	Árvore			Primário / Secundário
<i>Rinorea guianensis</i> Aubl.	Cinzeiro	Árvore		DJ	Primário
VOCHYSIACEAE					
<i>Vochysia riedeliana</i> Stafleu	Uruçuca	Árvore		ED	Primário

ANEXO II – LISTAS DE ESPÉCIES DA FAUNA DO PARQUE NACIONAL DO DECOBRIMENTO

Quadro Anexo 4: Espécies de macroinvertebrados bentônicos registrados no Parque Nacional do Descobrimento – (Prado, BA) e avaliação da diversidade de habitats.

Táxon	Pontos amostrais / Densidade (ind/amostra)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
FILO ARTHROPODA										
CLASSE INSECTA										
Ordem Diptera										
Subordem Otorrapha										
Série Nematocera										
Chironomidae	66	77	16	6	51	4	2	14	11	
Ceratopogonidae	2									
Tipulidae		1								
Série Brachycera										
Tabanidae	1	1								
densidade Total Diptera	69	79	16	6	51	4	2	14	11	0
Riqueza Total Diptera	3	3	1	1	1	1	1	1	1	0
Ordem Odonata										
Subordem Anisoptera										
Libellulidae		2						1		
Subordem Zygoptera										
Coenagrionidae								3		
densidade Total Odonata	0	2	0	0	0	0	0	4	0	0
Riqueza Total Odonata	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0
Ordem Ephemeroptera										
Baetidae										
<i>Apobaetis</i> sp.	5									
densidade Total Ephemeroptera	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Riqueza Total Ephemeroptera	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Plecoptera										
Perlidae										
<i>Anacroneuria</i> sp.		1								
densidade Total Plecoptera	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Riqueza Total Plecoptera	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Megaloptera										
Corydalidae										
<i>Corydalis</i> sp.	2									
densidade Total Megaloptera	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Riqueza Total Megaloptera	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Trichoptera										
Hydropsychidae										
<i>Leptonema</i> sp.	4		1							
Calamoceratidae										

Táxon	Pontos amostrais / Densidade (ind/amostra)									
<i>Phylloicus</i> sp.		2							1	
Philopotamidae										
<i>Chimarra</i> sp.		1								
Polycentropodidae										
<i>Cernotina</i> sp.		1								
densidade Total Trichoptera	4	4	1	0	0	0	0	0	1	0
Riqueza Total Trichoptera	1	3	1	0	0	0	0	0	1	0
DENSIDADE DE INSECTA	80	86	17	6	51	4	2	18	12	0
RIQUEZA DE INSECTA	6	8	2	1	1	1	1	3	2	0
	densidade (ind/amostra)									
Pontos Amostrais	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Taxon										
CRUSTACEA										
Palaemonidae										
<i>Macrobrachium</i> sp	13	1	7			2		2	3	2
decapoda										
Aeglidae			1						1	
DENSIDADE DE CRUSTACEA	13	1	8	0	0	2	0	2	4	2
RIQUEZA DE CRUSTACEA	1	1	2	0	0	1	0	1	2	1
FILO ANNELIDA										
CLASSE OLIGOCHAETA			1			3			1	
CLASSE HIRUDINEA	3									2
DENSIDADE DE ANNELIDA	3	0	1	0	0	3	0	0	1	2
RIQUEZA DE ANNELIDA	1	0	1	0	0	1	0	0	1	1
FILO MOLUSCA										
CLASSE GASTROPODA										
Ordem Basommatophora										
Planorbidae										
<i>Biomphalaria</i> sp.										6
DENSIDADE DE MOLLUSCA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6
RIQUEZA DE MOLLUSCA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
DENSIDADE TOTAL DA COMUNIDADE	96	87	26	6	51	9	2	20	17	10
RIQUEZA TOTAL DA COMUNIDADE	8	9	5	1	1	3	1	4	5	3
Pontuação do Protocolo de Diversidade de Habitats	-	89	98	-	-	98	96	86	100	40

Quadro Anexo 5. Espécies de peixes registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA)..

Ordem	Família	Espécie	Autor	Nome Popular	Fonte de dados		
					Primários		Secun- dários
					Fora do PND	Interior do PND	Fora do PND
Characiformes	Characidae	<i>Astyanax aff. bimaculatus</i> (= <i>A. aff. lacustris</i>)	(Linnaeus 1758)	Piaba	X	X	X
		<i>Astyanax rivularis</i> aff.	(Lütken 1875)	Piaba	X	X	X
		<i>Hyphessobrycon bifasciatus</i>	Ellis, 1911	Piaba	X	X	X
		<i>Mimagoniates microlepis</i>	(Steindachner, 1876)	Piaba	-	X	X
		<i>Mimagoniates sylvicola</i>	Menezes & Weitzman 1990	Piaba	-	-	X
		<i>Oligosarcus acutirostris</i>	Menezes, 1987	Lambari bocarra	X	-	X
		<i>Rachoviscus graciliceps</i>	Weitzman & Cruz 1981	Piaba	-	-	X
	Crenuchidae	<i>Characidium</i> sp.	-	Charutinho	X	X	X
	Erythrinidae	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	(Agassiz, 1829)	Marobá	X	X	X
		<i>Hoplias malabaricus</i>	(Bloch, 1794)	Traíra	X	X	X
Cyprinodontiformes	Poeciliidae	<i>Phalloceros ocellatus</i>	Lucinda, 2008	Barrigudinho	X	X	X
		<i>Poecilia vivipara</i>	Bloch & Schneider, 1801	Barrigudinho	X	-	X
Gasterosteiformes	Syngnathidae	<i>Microphis lineatus</i>	(Kaup, 1856)	Peixe-cachimbo	X	-	X
Gymnotiformes	Gymnotidae	<i>Gymnotus carapo</i>	Linnaeus, 1758	Sarapó	X	X	X
		<i>Gymnotus</i> sp.	-	Sarapó	X	X	-
Mugiliformes	Mugilidae	<i>Mugil curema</i>	Valenciennes, 1836	Pratibu/Tainha	X	-	-
Perciformes	Centropomidae	<i>Centropomus paralellus</i>	Poey, 1860	Robalo	X	-	X
	Cichlidae	<i>Geophagus brasiliensis</i>	(Quoy & Gaimard, 1824)	Acará/Cará	X	X	X
		<i>Oreochromis niloticus</i>	(Linnaeus, 1758)	Tilápia	X	-	X
	Eleotridae	<i>Dormitator maculatus</i>	(Bloch 1792)	Morêia	-	-	X
		<i>Eleotris pisonis</i>	(Gmelin, 1789)	Morêia	X	-	X
	Gerreidae	<i>Eugerres brasilianus</i>	(Cuvier, 1830)	Carapeba	X	-	-
		<i>Ulaema lefroyi</i>	(Goode, 1874)	Carapicú	X	-	-
	Gobiidae	Gênero e espécie não determinados	-	Morêia	X	-	-
	Lutjanidae	<i>Lutjanus</i> aff. <i>griséus</i>	(Linnaeus, 1758)	Caranha	X	-	-
Pleuronectiformes	Achiridae	<i>Trinectes paulistanus</i>	(Ribeiro, 1915)	Linguado	X	-	-
Siluriformes	Auchenipateridae	<i>Trachelyopterus striatulus</i>	(Steindachner, 1877)	Cumbaca	-	X	X

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Ordem	Família	Espécie	Autor	Nome Popular	Fonte de dados		
					Primários		Secun- dários
					Fora do PND	Interior do PND	Fora do PND
	Callichthyidae	<i>Aspidoras virgulatus</i>	Nijssen & Isbrüecker, 1980	Calicute	-	X	X
		<i>Scleromystax prionotos</i>	(Nijssen & Isbrüecker, 1980)	Calicute	X	X	X
	Heptapteridae	<i>Acentronichthys leptos</i>	Eigenmann & Eigenmann, 1889	Bagrinho	-	X	X
		<i>Imparfinis minutus</i> aff.	(Lütken, 1874)	Bagrinho	-	X	X
		<i>Pimelodella vittata</i> aff.	(Lütken 1874)	mandi	-	-	X
		<i>Rhamdia quelen</i>	(Quoy & Gaimard, 1824)	Bagre	-	X	X
	Loricariidae	<i>Hypostomus affinis</i> aff.	(Steindachner 1877)	Cascudo	-	-	X
		<i>Otothyris travassosi</i>	Garavello, Britski & Schaefer, 1998	Cascudinho	X	X	X
		<i>Pseudoloricaria</i> sp.	-	Cascudo	-		X
	Pseudopimelodi- dae	<i>Microglanis pataxó</i>	Sarmiento-Soares et al ., 2006.	Bagrinho	X	X	X
	Trichomycterida e	<i>Ituglanis cahyensis</i>	Sarmiento-Soares, Martins-Pinheiro, Aranda & Chamon 2006	Cambeva	-	-	X
Synbranchiformes	Synbranchidae	<i>Synbranchus marmoratus</i>	Bloch, 1795	Mussum	-	X	X
Anguilliformes	Ophichthidae	<i>Ophichthus parilis</i>	(Richardson, 1848)	-	-	-	X

Quadro Anexo 6: Espécies de peixes do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), considerando-se a totalidade dos dados (primários e secundários) e indicação da origem, *status* de ameaça de extinção e distribuição.

Espécie	Origem		Status de ameaça		Distribuição				
	Dulciaquícola	Marinho/estuarino	Ameaçada*	não ameaçada	Ampla	Endêmica	Exótica	Restrita	Sem dados
<i>Acentronichthys leptos</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Aspidoras virgulatus</i>	X	-	-	X	-	-	-	X	-
<i>Astyanax</i> aff. <i>bimaculatus</i> (= <i>A.</i> aff. <i>Lacustris</i>)	X	-	-	X	-	-	-	-	x
<i>Astyanax</i> aff. <i>rivularis</i>	X	-	-	X	-	-	-	-	x
<i>Centropomus paralellus</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
<i>Characidium</i> sp.	X	-	-	X	-	-	-	-	x
<i>Dormitator maculatus</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
<i>Eleotris pisonis</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
<i>Eugerres brasilianus</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
Gênero e espécie não determinados	-	x	-	X	-	-	-	-	x
<i>Geophagus brasiliensis</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Gymnotus carapo</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Gymnotus</i> sp.	X	-	-	X	-	-	-	-	x
<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Hoplias malabaricus</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Hyphessobrycon bifasciatus</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Hypostomus</i> aff. <i>affinis</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Imparfinis</i> aff. <i>minutus</i>	X	-	-	X	-	-	-	-	x
<i>Ituglanis cahyensis</i>	X	-	-	X	-	x	-	-	-
<i>Lutjanus</i> aff. <i>griseus</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
<i>Microglanis pataxo</i>	X	-	-	X	-	x	-	-	-

Espécie	Origem		Status de ameaça		Distribuição				
	Dulcia- quícola	Marinho/ estuarino	Amea- çada*	não ameaç ada	Ampla	Endêmic a	Exótic a	Restrit a	Sem dados
<i>Microphis lineatus</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
<i>Mimagoniates microlepis</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Mimagoniates sylvicola</i>	X	-	x	-	-	x	-	-	-
<i>Mugil curema</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
<i>Oligosarcus acutirostris</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Ophichthus parilis</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
<i>Oreochromis niloticus</i>	X	-	-	X	-	-	x	-	-
<i>Otothyris travassosi</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Phalloceros ocellatus</i>	X	-	-	X	-	-	-	X	-
<i>Pimelodella aff. vittata</i>	X	-	-	X	-	-	-	-	x
<i>Poecilia vivipara</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Pseudoloricaria</i> sp.	X	-	-	X	-	-	-	-	x
<i>Rachoviscus graciliceps</i>	X	-	x	-	-	x	-	-	-
<i>Rhamdia quelen</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Scleromystax prionotos</i>	X	-	-	X	-	-	-	X	-
<i>Synbranchus marmoratus</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Trachelyopterus striatulus</i>	X	-	-	X	x	-	-	-	-
<i>Trinectes paulistanus</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
<i>Ulaema lefroyi</i>	-	x	-	X	x	-	-	-	-
Totais	29	11	2	38	24	4	1	3	8

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Quadro Anexo 7: Índice de constância e distribuição das espécies de peixes entre pontos de amostragem na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (somente dados primários).

Espécies	Pontos de amostragem																												Nº de pontos com registro	Frequência de ocorrência nos pontos	Constância Dajoz (1979)					
	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8	P 9	P 10	P 11	P 12	P 13	P 14	P 15	P 16	P 17	P 18	P 19	P 20	P 21	P 22	P 23	P 24	P 25	P 26	P 27	P 28				P 29	P 30	P 31	P 32	
<i>Astyanax aff. rivularis</i>	x	x	x	X	x	x	-	x	-	x	x	x	X	-	x	-	-	-	-	x	X	x	x	x	x	x	x	x	-	-	-	-	21	65,6	Constante	
<i>Otothyris travassosi</i>	-	-	x	X	x	x	-	x	-	-	-	x	X	X	x	-	-	-	-	x	X	x	x	x	x	x	x	-	-	-	-	-	17	53,1	Constante	
<i>Geophagus brasiliensis</i>	-	x	x	-	-	-	-	-	-	x	x	x	X	-	x	-	-	-	-	x	X	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	11	34,4	Acessória	
<i>Characidium</i> sp.	-	x	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	x	-	x	x	x	-	x	-	-	-	-	-	-	8	25,0	Acessória	
<i>Mugil curema</i>	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	x	x	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	21,9	Acidental	
<i>Phalloceus ocellatus</i>	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	x	x	x	-	x	-	x	-	-	-	-	7	21,9	Acidental	
<i>Mimagoniates microlepis</i>	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	-	x	-	-	-	-	-	-	5	15,6	Acidental	
<i>Astyanax aff. bimaculatus (= A. aff. lacustris)</i>	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	4	12,5	Acidental
<i>Gymnotus</i> sp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	X	-	-	-	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	12,5	Acidental
<i>Hoplias malabaricus</i>	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	12,5	Acidental

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Espécies	Pontos de amostragem																														Nº de pontos com registro	Frequência de ocorrência nos pontos	Constância Dajoz (1979)			
	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8	P 9	P 10	P 11	P 12	P 13	P 14	P 15	P 16	P 17	P 18	P 19	P 20	P 21	P 22	P 23	P 24	P 25	P 26	P 27	P 28	P 29	P 30				P 31	P 32	
<i>Acentronichthys leptos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	3	9,4	Acidental
<i>Eleotris pisonis</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	X	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	9,4	Acidental
<i>Hyphessobrycon bifasciatus</i>	-	-	x	-	x	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	9,4	Acidental
<i>Aspidoras virgulatus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6,3	Acidental
<i>Gymnotus carapo</i>	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6,3	Acidental
<i>Hopleryrhinus unitaeniatus</i>	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6,3	Acidental
<i>Microglanis pataxó</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	2	6,3	Acidental
<i>Oreochromis niloticus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6,3	Acidental
<i>Poecilia vivipara</i>	-	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6,3	Acidental
<i>Rhamdia quelen</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6,3	Acidental
<i>Scleromyxax prionotos</i>	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	2	6,3	Acidental
<i>Centropomus paralellus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
<i>Eugerres brasilianus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
Gobiidae	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

Espécies	Pontos de amostragem																																Nº de pontos com registro	Frequência de ocorrência nos pontos	Constância Dajoz (1979)				
	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8	P 9	P 10	P 11	P 12	P 13	P 14	P 15	P 16	P 17	P 18	P 19	P 20	P 21	P 22	P 23	P 24	P 25	P 26	P 27	P 28	P 29	P 30	P 31	P 32							
(não identificado)																																							
<i>Imparfinis aff. minutus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
<i>Lutjanus aff. griseus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
<i>Microphis lineatus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
<i>Oligosarcus acutirostris</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
<i>Synbranchus marmoratus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
<i>Trachelyopterus striatulus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
<i>Trinectes paulistanus</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
<i>Ulaema lefroyi</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,1	Acidental
Total de espécies por ponto	3	4	7	2	4	6	2	2	1	4	3	4	10	3	5	2	1	2	4	8	7	7	8	6	6	8	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-			

Quadro Anexo 8: Ocorrência das espécies de peixes entre bacias de drenagem na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários e secundários).

Espécie	Drenagens					
	Cahy	Imbassuaba	Japara Grande	Japara Mirim	Peixe Grande	Independentes
<i>Astyanax aff. rivularis</i>	x	X	x	x	x	x
<i>Geophagus brasiliensis</i>	x	X	x	x	x	X
<i>Gymnotus carapo</i>	x	X	x	x	x	X
<i>Otothyris travassosi</i>	x	X	x	x	x	X
<i>Phalloceros ocellatus</i>	x	X	x	x	x	X
<i>Eleotris pisonis</i>	-	X	x	x	x	X
<i>Mimagoniates microlepis</i>	x	X	x	x	x	-
<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	x	X	-	-	x	X
<i>Hoplias malabaricus</i>	x	X	x	x	-	-
<i>Rachoviscus graciliceps</i>	x	-	-	x	x	X
<i>Acentronichthys leptos</i>	x	X	-	-	x	-
<i>Aspidoras virgulatus</i>	x	X	-	-	x	-
<i>Centropomus paralellus</i>	x	-	-	x	-	X
<i>Characidium sp.</i>	x	X	-	x	-	-
<i>Gymnotus sp.</i>	x	X	-	-	-	X
<i>Hyphessobrycon bifasciatus</i>	x	-	x	-	-	X
<i>Poecilia vivipara</i>	x	-	x	-	-	X
<i>Dormitator maculatus</i>	-	-	x	x	-	-
<i>Microphis lineatus</i>	-	X	-	x	-	-
<i>Mimagoniates sylvicola</i>	x	X	-	-	-	-
<i>Mugil curema</i>	-	-	x	-	-	X
<i>Rhamdia quelen</i>	x	X	-	-	-	-
<i>Scleromystax prionotos</i>	x	-	-	-	x	-
<i>Synbranchus marmoratus</i>	x	X	-	-	-	-
<i>Trachelyopterus striatulus</i>	x	X	-	-	-	-
<i>Astyanax aff. bimaculatus</i> (= <i>A. aff. lacustris</i>)	x	-	-	-	-	-
<i>Eugerres brasilianus</i>	-	-	-	-	-	x
Gobiidaenãoidentificado	-	-	x	-	-	-
<i>Hypostomus aff. affinis</i>	x	-	-	-	-	-
<i>Imparfinis aff. minutus</i>	x	-	-	-	-	-
<i>Ituglanis cahyensis</i>	x	-	-	-	-	-
<i>Lutjanus aff. griseus</i>	-	-	-	-	-	x
<i>Microglanis pataxo</i>	x	-	-	-	-	-
<i>Oligosarcus acutirostris</i>	x	-	-	-	-	-
<i>Ophichthus parilis</i>	-	-	-	-	-	x
<i>Oreochromis niloticus</i>	-	-	-	-	-	x
<i>Pimelodella aff. vittata</i>	x	-	-	-	-	-

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

<i>Pseudoloricaria</i> sp.	-	-	-	x	-	-
<i>Trinectes paulistanus</i>	-	-	-	-	-	x
<i>Ulaema lefroyi</i>	-	-	-	-	-	x
Total	28	18	13	14	12	19
% em relação ao total de espécies inventariadas	70,0	45,0	32,5	35,0	30,0	47,5

Quadro Anexo 9: Abundância das espécies de peixes entre bacias de drenagem na região do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA) (dados primários).

Espécie	Drenagem					Total geral	%
	Cahy	Imbassuaba	Japara Grande	Japara Mirim	Independentes		
<i>Astyanax</i> aff. <i>rivularis</i>	233	103	71	-	17	424	39,7
<i>Otothyris travassosi</i>	159	60	8	2	2	231	21,6
<i>Geophagus brasiliensis</i>	19	19	20	-	18	76	7,1
<i>Mimagoniates microlepis</i>	38	17	1	-	-	56	5,2
<i>Characidium</i> sp.	29	17	-	-	-	46	4,3
<i>Phalloceros ocellatus</i>	3	27	15	-	-	45	4,2
<i>Mugil curema</i>	-	-	3	-	24	27	2,5
<i>Scleromystax prionotos</i>	22	-	-	-	-	22	2,1
<i>Hyphessobrycon bifasciatus</i>	12	-	7	-	-	19	1,8
<i>Microglanis pataxo</i>	14	-	-	-	-	14	1,3
<i>Acentronichthys leptos</i>	1	13	-	-	-	14	1,3
<i>Eleotris pisonis</i>	-	-	2	9	2	13	1,2
<i>Astyanax</i> aff. <i>bimaculatus</i> (= <i>A.</i> aff. <i>lacustris</i>)	13	-	-	-	-	13	1,2
<i>Poecilia vivipara</i>	11	-	-	-	-	11	1,0
<i>Hoplias malabaricus</i>	2	9	-	-	-	11	1,0
<i>Oreochromis niloticus</i>	-	-	-	-	10	10	0,9
<i>Gymnotus</i> sp.	1	6	-	-	1	8	0,7
<i>Hoplerethrinus unitaeniatus</i>	1	5	-	-	-	6	0,6
<i>Gymnotus carapo</i>	-	1	3	-	-	4	0,4
<i>Aspidoras virgulatus</i>	1	2	-	-	-	3	0,3
<i>Trinectes paulistanus</i>	-	-	-	-	2	2	0,2
<i>Rhamdia quelen</i>	1	1	-	-	-	2	0,2
<i>Oligosarcus acutirostris</i>	2	-	-	-	-	2	0,2
<i>Ulaema lefroyi</i>	-	-	-	-	1	1	0,1
<i>Trachelyopterus striatulus</i>	-	1	-	-	-	1	0,1
<i>Synbranchus marmoratus</i>	-	1	-	-	-	1	0,1
<i>Microphis lineatus</i>	-	-	-	1	-	1	0,1
<i>Lutjanus</i> aff. <i>griseus</i>	-	-	-	-	1	1	0,1

Diagnóstico do Parque Nacional do Descobrimento – Volume I

<i>Imparfinis aff. minutus</i>	1	-	-	-	-	1	0,1
Gobiidae - Gênero e espécie não determinados	-	-	1	-	-	1	0,1
<i>Eugerres brasilianus</i>	-	-	-	-	1	1	0,1
<i>Centropomus paralellus</i>	-	-	-	-	1	1	0,1
Total	563	282	131	12	80	1068	

Quadro Anexo 10: Espécies de anfíbios registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), metodologia de registro e coordenadas do ponto de captura/soltura por unidade de amostragem.

Classificação	Nome Comum	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Unidade de Amostragem	Ambiente	Período	Método de Registro
ORDEM ANURA							
FAMÍLIA AMPHIGNATHODONTIDAE							
<i>Gastrotheca fissipes</i>	Perereca-marsupial	LC	EN	2	Floresta	Noturno	PA
FAMÍLIA BUFONIDAE							
<i>Rhinella crucifer</i>	sapo-cururuzinho	LC	EN	4	Poça	Noturno	PA
<i>Rhinella hoogmoedi</i>	sapo-da-mata	LC	AM	2	Floresta e Poça	Noturno	PA
FAMÍLIA AROMOBATIDAE							
<i>Allobates olfersioides</i>	sapinho-foguete	VU	EN	1,3,6	Floresta	Diurno e noturno	PA
FAMÍLIA BRACHYCEPHALIDAE							
<i>Ischnocnema ramagii</i>	rã-de-folhiço	LC	AM	1,2,3	Floresta	Diurno e noturno	PA
<i>Ischnocnema</i> sp 1	rã-de-folhiço			2	Floresta	Diurno e noturno	PA
<i>Ischnocnema vinhai</i>	rãzinha-da-mata	LC	EN	1,2,3,4	Floresta	Noturno	PA
FAMÍLIA CRAUGASTORIDAE							
<i>Haddadus binotatus</i>	rã-de-folhiço	LC	EN	1,2,3	Floresta	Diurno e noturno	PA
FAMÍLIA CYCLORAMPHIDAE							
<i>Proceratophrys renalis</i>	sapo-de-chifres	LC	EN	3,1	Floresta	Noturno	PA
FAMÍLIA LEIUPERIDAE							
<i>Physalaemus aguirrei</i>	rãzinha	LC	AM	1,3,4	Floresta e Mussununga	Diurno e noturno	PA
<i>Physalaemus cuvieri</i>	rã-cachorro	LC	AM	4	Poça Mussununga	Noturno	PA
<i>Physalaemus erikae</i>	rãzinha	LC	EN	5	Poça AD	Diurno e noturno	PA
<i>Physalaemus signifer</i>	rã-de-folhiço	LC	AM	1,3,4	Poça, Mussununga	Diurno e noturno	PA
FAMÍLIA HYLIDAE							
<i>Aparasphenodon brunoii</i>	Perere-de-capacete	LC	AM	1	Poça, Floresta	Noturno	PA
<i>Aplastodiscus ibirapitanga</i>	rã-flautinha	LC	AM	1,2,4	Floresta	Noturno	PA
<i>dendropsophus anceps</i>	perereca	LC	EN	3	Poça	Noturno	PA

Classificação	Nome Comum	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Unidade de Amostragem	Ambiente	Período	Método de Registro
<i>Dendropsophus bipunctatus</i>	pererequinha	LC	EN	4	Poça	Noturno	PA
<i>Dendropsophus branneri</i>	pererequinha	LC	AM	3	Poça	Noturno	PA
<i>Dendropsophus decipiens</i>	pererequinha	LC	AM	3,4	Poça	Noturno	PA
<i>Dendropsophus dutrai</i>		DD	AM	5	Poça	Noturno	PA
<i>Dendropsophus elegans</i>	pererequinha-de-colete	LC	AM	3,4	Poça	Noturno	PA
<i>Dendropsophus haddadi</i>	pererequinha	LC	AM	3,4	Poça	Noturno	PA
<i>Dendropsophus microps</i>	pererequinha	LC	AM	3,1	Poça	Noturno	PA
<i>Dendropsophus minutus</i>	pererequinha	LC	AM	3,4	Poça	Noturno	PA
<i>Dendropsophus oliverai</i>	pererequinha	LC		1,3,4	Poça	Noturno	PA
<i>Hylomantis aspera</i>	perereca-das-folhagens	LC	EN	1	Poça	Noturno	PA
<i>Hypsiboas albomarginatus</i>	perereca-verde	LC	AM	3	Poça	Noturno	PA
<i>Hypsiboas faber</i>	rã-martelo	LC	AM	1,2,4	Poça	Noturno	PA
<i>Hypsiboas pombali</i>	perereca-dormideira	LC	AM	4	Poça	Noturno	PA
<i>Hypsiboas semilineatus</i>	perereca	LC	AM	1,2,3,4	Poça	Noturno	PA
<i>Hypsiboas crepitans</i>	perereca-cinza	LC	EN	5		Noturno	PA
<i>Phasmahyla exilis</i>	perereca-das-folhagens	LC	AM	6		Noturno	PA
<i>Phyllomedusa burmeisteri</i>	perereca-das-folhagens	LC	AM	1,3,4	Floresta	Noturno	PA
<i>Scinax agilis</i>	perereca-de-bromélia	LC	AM	5		Noturno	PA
<i>Scinax alter</i>	perereca-do-litoral	LC	AM	3,4	Poça	Noturno	PA
<i>Scinax auratus</i>	perereca-dourada	LC	EN	4	Poça	Noturno	PA
<i>Scinax x-signatus</i>	perereca	LC	AM	3	Poça	Noturno	PA
<i>Sphaenorhynchus palustris</i>	pererequinha-limão	LC	AM	4	Poça	Noturno	PA
<i>Sphaenorhynchus prasinus</i>	pererequinha-limão	LC	AM	3	Poça	Noturno	PA
FAMÍLIA MICROHYLIDAE							PA

Classificação	Nome Comum	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Unidade de Amostragem	Ambiente	Período	Método de Registro
<i>Chiasmocleis schubarti</i>	rãzinha-da-mata	LC	AM	1,2,3	Floresta	Noturno	PA
FAMÍLIA LEPTODACTYLIDAE							PA
<i>Leptodactylus fuscus</i>	rã-assobiadora	LC	AM	4	Poça	Noturno	PA
<i>Leptodactylus marmoratus</i>	rãzinha-do-folhiço	LC	AM	2,4	Poça	Diurno e noturno	PA
<i>Leptodactylus ocellatus</i>	rã-manteiga	LC	AM	1,2,3,4	Poça	Noturno	PA

Legenda: *Status* de conservação: VU: Vulnerável; PA: Presumivelmente Ameaçada; EN: Em Perigo; CR: Criticamente em Perigo, DD: deficiente em Dados, LC: Pouco Preocupante. Categoria de distribuição geográfica e abundância: EN: Endêmica; RR: Rara; AM: Ampla. Método de registro: PA: procura ativa. Unidade de amostragem: 1: Cahy; 2: Km 22; 3: Km9; 4: Mussununga; 5: Área degradada; 6: Serra do Gaturamo.

Quadro Anexo 11: Espécies de répteis registreadas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA), metodologia de registro e coordenadas do ponto de captura/soltura por unidade de amostragem.

Classificação	Nome Comum	Status de Conservação	Distribuição Geográfica	Unidade de Amostragem	Ambiente	Período	Método de registro
ORDEM TESTUDINE							
FAMÍLIA TESTUDINIDAE							
<i>Chelonoidis denticulata</i>	Jabuti	VU	AM	2	Floresta	Diurno	PA
ORDEM SQUAMATA							
SUB-ORDEM LACERTILIA							
FAMÍLIA TEIIDAE							
<i>Ameiva ameiva</i>	bico-doce		AM	1	Floresta	Noturno	PA
<i>Tupinambis merianae</i>	Teiú	CITES	AM	1,2,3	Floresta	Noturno	PA
FAMÍLIA POLYCHRODITAE							
<i>Enyalius catenatus</i>	lagarto-trovão		AM	2	Floresta	Noturno	PA
<i>Anolis punctatus</i>	papa-vento-verde			6	Floresta	Noturno	PA
FAMÍLIA GYMNOPHTHALMIDAE							
<i>Leposoma cf. annectans</i>	lagarto-de-folhíço		AM	2	Floresta	Noturno	PA
SUB-ORDEM SERPENTES							
FAMÍLIA COLUBRIDAE							
<i>Leptophis ahaetulla</i>	cobra-cipó		AM	4	Mussununga	Noturno	PA
FAMÍLIA DIPSADIDAE							
<i>Elapomorphus wuchereri</i>			EN	3	Floresta	Noturno	PA
<i>Liophis miliaris</i>	cobra-d'água		AM	5	AD	Diurno	PA
<i>Siphlophis compressus</i>	coral-falsa		AM	6	Floresta	Noturno	PA
FAMÍLIA BOIDAE							
<i>Boa constrictor</i>	Jibóia		AM	2	Floresta	Noturno	PA
FAMÍLIA VIPERIDAE							
<i>Bothrops leucurus</i>	jararaca-do-rabo-branco		AM	2	Floresta e Poça	Noturno	PA
<i>Bothropoides jararaca</i>	jararaca		AM	6	cabruca	Noturno	PA

Legenda: AD: área degradada. Status de conservação: VU: Vulnerável; PA: Presumivelmente Ameaçada; EN: Em

Perigo; CR: Criticamente em Perigo, DD: deficiente em Dados, LC: Pouco Preocupante. Categoria de distribuição geográfica e abundância: ED: Endêmica; RR: Rara; AM: Ampla. Método de registro: PA: procura ativa. Unidade de amostragem: 1: Cahy; 2: Km 22; 3: Km9; 4: Mussununga; 5: Área degradada; 6: Serra do Gaturamo.

Quadro Anexo 12: Lista das espécies de aves registradas no Parque Nacional do Descobrimento e entorno (Prado, BA). Status: R= Rara e E = Endêmica; Grau de Sensibilidade: H = alto; M = Médio e L = Baixo. Grau de Ameaça: CR (Criticamente em Perigo); EN (Em Perigo); VU (Vulnerável); NT (Quase Ameaçada) e DD = Dados deficientes.

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
<i>Tinamus solitarius</i> (Vieillot, 1819)	macuco	R	m	X	NT	NT
<i>Crypturellus soui</i> (Hermann, 1783)	tururim	R	l			
<i>Crypturellus variegatus</i> (Gmelin, 1789)	inhambu-anhangá	R	h			
<i>Crypturellus parvirostris</i> (Wagler, 1827)	inhambu-chororó	R	l			
<i>Crypturellus tataupa</i> (Temminck, 1815)	inhambu-chintã	R	l			
<i>Rhynchotus rufescens</i> (Temminck, 1815)	perdiz	R	l			
<i>Dendrocygna viduata</i> (Linnaeus, 1766)	irerê	R	l			
<i>Cairina moschata</i> (Linnaeus, 1758)	pato-do-mato	R	m			
<i>Amazonetta brasiliensis</i> (Gmelin, 1789)	pé-vermelho	R	l			
<i>Penelope superciliaris</i> Temminck, 1815	jacupemba	R	m			
<i>Crax blumenbachii</i> Spix, 1825	mutum-de-bico-vermelho	R, E	m	X	EN	EN
<i>Tachybaptus dominicus</i> (Linnaeus, 1766)	mergulhão-pequeno	R	m			
<i>Phalacrocorax brasilianus</i> (Gmelin, 1789)	biguá	R	l			
<i>Tigrisoma lineatum</i> (Boddaert, 1783)	socó-boi	R	m			
<i>Butorides striata</i> (Linnaeus, 1758)	socozinho	R	l			
<i>Bubulcus ibis</i> (Linnaeus, 1758)	garça-vaqueira	R	l			
<i>Ardea cocoi</i> Linnaeus, 1766	garça-moura	R	l			
<i>Ardea alba</i> Linnaeus, 1758	garça-branca-grande	R	l			
<i>Egretta thula</i> (Molina, 1782)	garça-branca-pequena	R	l			
<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-de-cabeça-vermelha	R	l			
<i>Cathartes burrovianus</i> Cassin, 1845	urubu-de-cabeça-amarela	R	m			
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	urubu-de-cabeça-preta	R	l			
<i>Sarcoramphus papa</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-rei	R	m			
<i>Leptodon cayanensis</i> (Latham, 1790)	gavião-de-cabeça-cinza	R	m			

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
<i>Ictinia plumbea</i> (Gmelin, 1788)	sovi	R	m			
<i>Circus buffoni</i> (Gmelin, 1788)	gavião-do-banhado	R	m			
<i>Geranoospiza caerulescens</i> (Vieillot, 1817)	gavião-pernilongo	R	m			
<i>Leucopternis lacernulatus</i> (Temminck, 1827)	gavião-pombo-pequeno	R, E	h	X	VU	VU
<i>Heterospizias meridionalis</i> (Latham, 1790)	gavião-caboclo	R	l			
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	gavião-carijó	R	l			
<i>Buteo albicaudatus</i> Vieillot, 1816	gavião-de-rabo-branco	R	l			
<i>Buteo albonotatus</i> Kaup, 1847	gavião-de-rabo-barrado	R	m			
<i>Spizaetus tyrannus</i> (Wied, 1820)	gavião-pega-macaco	R	m			NT (S. t. tyrannus)
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	caracará	R	l			
<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	carrapateiro	R	l			
<i>Herpetotheres cachinnans</i> (Linnaeus, 1758)	acauã	R	l			
<i>Falco sparverius</i> Linnaeus, 1758	quiriquiri	R	l			
<i>Falco ruficularis</i> Daudin, 1800	cauré	R	l			
<i>Falco femoralis</i> Temminck, 1822	falcão-de-coleira	R	l			
<i>Laterallus viridis</i> (Statius Muller, 1776)	sanã-castanha	R	l			
<i>Laterallus melanophaius</i> (Vieillot, 1819)	sanã-parda	R	l			
<i>Porzana albicollis</i> (Vieillot, 1819)	sanã-carijó	R	m			
<i>Pardirallus nigricans</i> (Vieillot, 1819)	saracura-sanã	R	m			
<i>Gallinula chloropus</i> (Linnaeus, 1758)	frango-d'água-comum	R	l			
<i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782)	quero-quero	R	l			
<i>Gallinago undulata</i> (Boddaert, 1783)	narcejão	R	h			
<i>Jacana jacana</i> (Linnaeus, 1766)	jaçanã	R	l			
<i>Columbina minuta</i> (Linnaeus, 1766)	rolinha-de-asa-canela	R	l			
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1811)	rolinha-roxa	R	l			
<i>Columbina squammata</i> (Lesson, 1831)	fogo-apagou	R	l			
<i>Patagioenas speciosa</i> (Gmelin,	pomba-trocal	R	m			

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
1789)						
<i>Patagioenas picazuro</i> (Temminck, 1813)	pombão	R	m			
<i>Patagioenas cayennensis</i> (Bonnaterre, 1792)	pomba-galega	R	m			
<i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte, 1855	juriti-pupu	R	m			
<i>Aratinga leucophthalma</i> (Statius Muller, 1776)	periquitão-maracanã	R	l			
<i>Aratinga aurea</i> (Gmelin, 1788)	periquito-rei	R	m			
<i>Pyrrhura cruentata</i> (Wied, 1820)	tiriba-grande	R, E	m	X	VU	VU
<i>Pyrrhura leucotis</i> (Kuhl, 1820)	tiriba-de-orelha-branca	R, E	m	X	NT	VU
<i>Forpus xanthopterygius</i> (Spix, 1824)	tuim	R	l			
<i>Brotogeris tirica</i> (Gmelin, 1788)	periquito-rico	R, E	l	X		
<i>Touit surdus</i> (Kuhl, 1820)	apuim-de-cauda-amarela	R, E	h	X	VU	NT
<i>Pionus reichenowi</i> Heine, 1844	maitaca-de-barriga-azul	R, E	l	X		NT
<i>Amazona rhodocorytha</i> (Salvadori, 1890)	chauá	R, E	m	X	EN	EN
<i>Amazona amazonica</i> (Linnaeus, 1766)	curica	R	m			
<i>Amazona farinosa</i> (Boddaert, 1783)	papagaio-moleiro	R	m			
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	alma-de-gato	R	l			
<i>Crotophaga ani</i> Linnaeus, 1758	anu-preto	R	l			
<i>Guira guira</i> (Gmelin, 1788)	anu-branco	R	l			
<i>Tapera naevia</i> (Linnaeus, 1766)	saci	R	l			
<i>Megascops choliba</i> (Vieillot, 1817)	corujinha-do-mato	R	l			
<i>Megascops atricapilla</i> (Temminck, 1822)	corujinha-sapo	R	l			
<i>Pulsatrix perspicillata</i> (Latham, 1790)	murucututu	R	m			
<i>Strix virgata</i> (Cassin, 1849)	coruja-do-mato	R	m			
<i>Glaucidium minutissimum</i> (Wied, 1830)	caburé-miudinho	R	m	X		
<i>Athene cunicularia</i> (Molina, 1782)	coruja-buraqueira	R	m			
<i>Nyctibius grandis</i> (Gmelin, 1789)	mãe-da-lua-gigante	R	m			
<i>Lurocalis semitorquatus</i> (Gmelin, 1789)	tuju	R	m			
<i>Nyctidromus albicollis</i> (Gmelin, 1789)	bacurau	R	l			
<i>Chaetura cinereiventris</i> Sclater,	andorinhão-de-	R	m			

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
1862	sobre-cinzento					
<i>Glaucis dohrnii</i> (Bourcier & Mulsant, 1852)	balança-rabo-canela	R, E	h	X	EN	EN
<i>Glaucis hirsutus</i> (Gmelin, 1788)	balança-rabo-de-bico-torto	R	l			
<i>Phaethornis ruber</i> (Linnaeus, 1758)	rabo-branco-rubro	R	m			
<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura	R	l			
<i>Florisuga fusca</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-preto	R	m	X		
<i>Anthracothorax nigricollis</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-de-veste-preta	R	l			
<i>Discosura longicaudus</i> (Gmelin, 1788)	bandeirinha	R	m			
<i>Chlorostilbon notatus</i> (Reich, 1793)	beija-flor-de-garganta-azul	R	l			
<i>Thalurania glaucopis</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-fronte-violeta	R	m	X		
<i>Hylocharis sapphirina</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-safira	R	m			
<i>Hylocharis cyanus</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-roxo	R	l			
<i>Amazilia versicolor</i> (Vieillot, 1818)	beija-flor-de-banda-branca	R	l			
<i>Trogon viridis</i> Linnaeus, 1766	surucuá-grande-de-barriga-amarela	R	m			
<i>Trogon rufus</i> Gmelin, 1788	surucuá-de-barriga-amarela	R	m			
<i>Trogon collaris</i> Vieillot, 1817	surucuá-de-coleira	R	m			
<i>Megaceryle torquata</i> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-grande	R	l			
<i>Baryphthengus ruficapillus</i> (Vieillot, 1818)	juruva-verde	R	m			
<i>Galbula ruficauda</i> Cuvier, 1816	ariramba-de-cauda-ruiva	R	l			
<i>Malacoptila striata</i> (Spix, 1824)	barbudo-rajado	R, E	m	X		
<i>Monasa morphoeus</i> (Hahn & Küster, 1823)	chora-chuva-de-cara-branca	R	h			
<i>Chelidoptera tenebrosa</i> (Pallas, 1782)	urubuzinho	R	l			
<i>Ramphastos vitellinus</i> Lichtenstein, 1823	tucano-de-bico-preto	R	h			
<i>Selenidera maculirostris</i> (Lichtenstein, 1823)	araçari-poca	R	m	X		
<i>Pteroglossus aracari</i> (Linnaeus, 1758)	araçari-de-bico-branco	R	m			
<i>Picumnus exilis</i> (Lichtenstein,	pica-pau-anão-de-	R	m			

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
1823)	pintas-amarelas					
<i>Picumnus</i> cf. <i>albosquamatus</i> d'Orbigny, 1840	pica-pau-anão-escamado	R	l			
<i>Melanerpes candidus</i> (Otto, 1796)	birro, pica-pau-branco	R	l			
<i>Melanerpes flavifrons</i> (Vieillot, 1818)	benedito-de-testa-amarela	R	m	X		
<i>Veniliornis affinis</i> (Swainson, 1821)	picapauzinho-avermelhado	R	m			
<i>Piculus flavigula</i> (Boddaert, 1783)	pica-pau-bufador	R	h			
<i>Piculus chrysochloros</i> (Vieillot, 1818)	pica-pau-dourado-escuro	R	m			VU (<i>P. c. polyzonus</i>)
<i>Colaptes campestris</i> (Vieillot, 1818)	pica-pau-do-campo	R	l			
<i>Celeus flavescens</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-de-cabeça-amarela	R	m			
<i>Celeus flavus</i> (Statius Muller, 1776)	pica-pau-amarelo	R	m			
<i>Celeus torquatus</i> (Boddaert, 1783)	pica-pau-de-coleira	R	h			VU (<i>C. t. tinnunculus</i>)
<i>Dryocopus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)	pica-pau-de-banda-branca	R	l			
<i>Taraba major</i> (Vieillot, 1816)	choró-boi	R	l			
<i>Thamnophilus palliatus</i> (Lichtenstein, 1823)	choca-listrada	R	l			
<i>Thamnophilus ambiguus</i> Swainson, 1825	choca-de-sooretama	R, E	l	X		
<i>Thamnomanes caesius</i> (Temminck, 1820)	ipeçuá	R	h			
<i>Myrmotherula axillaris</i> (Vieillot, 1817)	choquinha-de-flanco-branco	R	m			
<i>Myrmotherula urosticta</i> (Sclater, 1857)	choquinha-de-rabocintado	R, E	m	X	VU	VU
<i>Herpsilochmus pileatus</i> (Lichtenstein, 1823)	chorozinho-de-boné	R, E	m	X	VU	VU
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i> (Temminck, 1822)	chorozinho-de-asa-vermelha	R	m			
<i>Drymophila squamata</i> (Lichtenstein, 1823)	pintadinho	R, E	m	X		
<i>Pyriglena leucoptera</i> (Vieillot, 1818)	papa-taoca-do-sul	R	m	X		
<i>Conopophaga melanops</i> (Vieillot, 1818)	cuspidor-de-máscara-preta	R, E	h	X		

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
<i>Grallaria varia</i> (Boddaert, 1783)	tovacuçu	R	h			
<i>Formicarius colma</i> Boddaert, 1783	galinha-do-mato	R	h			
<i>dendrocincla turdina</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-liso	R	m	X		
<i>Sittasomus griseicapillus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-verde	R	m			
<i>Glyphorhynchus spirurus</i> (Vieillot, 1819)	arapaçu-de-bico-de-cunha	R	m			
<i>Xiphocolaptes albicollis</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-de-garganta-branca	R	m			
<i>dendrocolaptes platyrostris</i> Spix, 1825	arapaçu-grande	R	m			
<i>Xiphorhynchus picus</i> (Gmelin, 1788)	arapaçu-de-bico-branco	R	l			
<i>Xiphorhynchus fuscus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-rajado	R	h	X		
<i>Xiphorhynchus guttatus</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-de-garganta-amarela	R	l			
<i>Campylorhamphus trochilrostris</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-beija-flor	R	h			
<i>Furnarius figulus</i> (Lichtenstein, 1823)	casaca-de-couro-da-lama	R, E	l			
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)	joão-de-barro	R	l			
<i>Synallaxis albescens</i> Temminck, 1823	uí-pi	R	l			
<i>Certhiaxis cinnamomeus</i> (Gmelin, 1788)	curutié	R	m			
<i>Pseudoseisura cristata</i> (Spix, 1824)	casaca-de-couro	R, E	m			
<i>Philydor atricapillus</i> (Wied, 1821)	limpa-folha-coroado	R	h	X		
<i>Automolus leucophthalmus</i> (Wied, 1821)	barranqueiro-de-olho-branco	R	m	X		
<i>Xenops minutus</i> (Sparman, 1788)	bico-virado-miúdo	R	m			
<i>Xenops rutilans</i> Temminck, 1821	bico-virado-carijó	R	m			
<i>Mionectes oleagineus</i> (Lichtenstein, 1823)	abre-asa	R	m			
<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	cabeçudo	R	m			
<i>Myiornis auricularis</i> (Vieillot, 1818)	miudinho	R	l	X		
<i>Todirostrum poliocephalum</i> (Wied, 1831)	teque-teque	R, E	l	X		
<i>Todirostrum cinereum</i> (Linnaeus, 1766)	ferreirinho-relógio	R	l			
<i>Myiopagis caniceps</i> (Swainson,	guaracava-cinzenta	R	m			

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
1835)						
<i>Elaenia flavogaster</i> (Thunberg, 1822)	guaracava-de-barriga-amarela	R	l			
<i>Ornithion inerme</i> Hartlaub, 1853	poiaeiro-de-sobrancelha	R	m			
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)	risadinha	R	l			
<i>Capsiempis flaveola</i> (Lichtenstein, 1823)	marianinha-amarela	R	l			
<i>Rhynchocyclus olivaceus</i> (Temminck, 1820)	bico-chato-grande	R	h			
<i>Tolmomyias poliocephalus</i> (Taczanowski, 1884)	bico-chato-de-cabeça-cinza	R	m			
<i>Tolmomyias flaviventris</i> (Wied, 1831)	bico-chato-amarelo	R	l			
<i>Myiophobus fasciatus</i> (Statius Muller, 1776)	filipe	R	l			
<i>Myiobius barbatus</i> (Gmelin, 1789)	assanhadinho	R	h			
<i>Fluvicola nengeta</i> (Linnaeus, 1766)	lavadeira-mascarada	R	l			
<i>Arundinicola leucocephala</i> (Linnaeus, 1764)	freirinha	R	m			
<i>Myiozetetes similis</i> (Spix, 1825)	bentevizinho-de-penacho-vermelho	R	l			
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	bem-te-vi	R	l			
<i>Philohydor lictor</i> (Lichtenstein, 1823)	bentevizinho-do-brejo	R	l			
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	neinei	R	l			
<i>Tyrannus melancholicus</i> Vieillot, 1819	suiriri	R	l			
<i>Rhytipterna simplex</i> (Lichtenstein, 1823)	vissia	R	h			
<i>Sirystes sibilator</i> (Vieillot, 1818)	gritador	R	m			
<i>Myiarchus tuberculifer</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	maria-cavaleira-pequena	R	l			
<i>Myiarchus ferox</i> (Gmelin, 1789)	maria-cavaleira	R	l			
<i>Attila rufus</i> (Vieillot, 1819)	capitão-de-saíra	R, E	m	X		
<i>Attila spadiceus</i> (Gmelin, 1789)	capitão-de-saíra-amarelo	R	m			
<i>Carpornis melanocephala</i> (Wied, 1820)	sabiá-pimenta	R, E	h	X	VU	VU
<i>Procnias nudicollis</i> (Vieillot, 1817)	araponga	R	m	X	VU	
<i>Lipaugus vociferans</i> (Wied, 1820)	cricrió	R	h			
<i>Xipholena atropurpurea</i> (Wied,	anambé-de-asa-	R, E	m	X	EN	EN

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
1820)	branca					
<i>Machaeropterus regulus</i> (Hahn, 1819)	tangará-rajado	R, E	m	X		NT
<i>Manacus manacus</i> (Linnaeus, 1766)	rendeira	R	l			
<i>Dixiphia pipra</i> (Linnaeus, 1758)	cabeça-branca	R	h			
<i>Pipra rubrocapilla</i> Temminck, 1821	cabeça-encarnada	R	h			
<i>Schiffornis turdina</i> (Wied, 1831)	flautim-marrom	R, E	h			
<i>Laniocera hypopyrra</i> (Vieillot, 1817)	chorona-cinza	R	h			
<i>Tityra inquisitor</i> (Lichtenstein, 1823)	anambé-branco-de-bochecha-parda	R	m			
<i>Tityra cayana</i> (Linnaeus, 1766)	anambé-branco-de-rabo-preto	R	m			
<i>Pachyramphus viridis</i> (Vieillot, 1816)	caneleiro-verde	R	m			
<i>Pachyramphus polychopterus</i> (Vieillot, 1818)	caneleiro-preto	R	l			
<i>Pachyramphus marginatus</i> (Lichtenstein, 1823)	caneleiro-bordado	R	h			
<i>Vireo olivaceus</i> (Linnaeus, 1766)	juruviara	R	l			
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-pequena-de-casa	R	l			
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-serradora	R	l			
<i>Progne tapera</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-do-campo	R	l			
<i>Progne chalybea</i> (Gmelin, 1789)	andorinha-doméstica-grande	R	l			
<i>Tachycineta leucorrhoa</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-de-sobre-branco	R	l			
<i>Troglodytes musculus</i> Naumann, 1823	corruíra	R	l			
<i>Campylorhynchus turdinus</i> (Wied, 1831)			l			
<i>Pheugopedius genibarbis</i> (Swainson, 1838)	garrinchão-pai-avô	R	l			
<i>Donacobius atricapilla</i> (Linnaeus, 1766)	japacanim	R	m			
<i>Ramphocaenus melanurus</i> Vieillot, 1819	bico-assovelado	R	l			
<i>Turdus rufiventris</i> Vieillot, 1818	sabiá-laranjeira	R	l			
<i>Turdus fumigatus</i> Lichtenstein, 1823	sabiá-da-mata	R	m			
<i>Mimus saturninus</i> (Lichtenstein, 1823)	sabiá-do-campo	R	l			

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
<i>Anthus lutescens</i> Pucheran, 1855	caminheiro-zumbidor	R	l			
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	cambacica	R	l			
<i>Nemosia pileata</i> (Boddaert, 1783)	saíra-de-chapéu-preto	R	l			
<i>Habia rubica</i> (Vieillot, 1817)	tiê-do-mato-grosso	R	h			
<i>Tachyphonus cristatus</i> (Linnaeus, 1766)	tiê-galo	R	m			
<i>Tachyphonus rufus</i> (Boddaert, 1783)	pipira-preta	R	l			
<i>Ramphocelus bresilius</i> (Linnaeus, 1766)	tiê-sangue	R, E	l	X		
<i>Thraupis sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaçu-cinzento	R	l			
<i>Thraupis palmarum</i> (Wied, 1823)	sanhaçu-do-coqueiro	R	l			
<i>Tangara brasiliensis</i> (Linnaeus, 1766)	cambada-de-chaves	R, E	m	X		NT
<i>Tangara seledon</i> (Statius Muller, 1776)	saíra-sete-cores	R	m	X		
<i>Tangara cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-amarela	R	m			
<i>Tangara velia</i> (Linnaeus, 1758)	saíra-diamante	R	m			NT (<i>T. v. cyanomelaena</i>)
<i>Tersina viridis</i> (Illiger, 1811)	saí-andorinha	R	l			
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saí-azul	R	l			
<i>Cyanerpes cyaneus</i> (Linnaeus, 1766)	saíra-beija-flor	R	l			
<i>Chlorophanes spiza</i> (Linnaeus, 1758)	saí-verde	R	m			
<i>Hemithraupis flavicollis</i> (Vieillot, 1818)	saíra-galega	R	m			
<i>Conirostrum speciosum</i> (Temminck, 1824)	figuinha-de-rabo-castanho	R	l			
<i>Ammodramus humeralis</i> (Bosc, 1792)	tico-tico-do-campo	R	l			
<i>Sicalis flaveola</i> (Linnaeus, 1766)	canário-da-terra-verdadeiro	R	l			
<i>Emberizoides herbicola</i> (Vieillot, 1817)	canário-do-campo	R	l			
<i>Sporophila nigricollis</i> (Vieillot, 1823)	baiano	R	l			
<i>Sporophila caerulescens</i> (Vieillot, 1823)	coleirinho	R	l			
<i>Sporophila albogularis</i> (Spix, 1825)	golinho	R, E	m			

Nome do Táxon	Nome comum	Status	Grau de Sensibilidade	Endemismo de Mata Atlântica	Grau de Ameaça	
					IUCN	Ibama
<i>Sporophila leucoptera</i> (Vieillot, 1817)	chorão	R	l			
<i>Paroaria dominicana</i> (Linnaeus, 1758)	cardeal-do-nordeste	R, E	l			
<i>Caryothraustes canadensis</i> (Linnaeus, 1766)	furriel	R	m			
<i>Saltator maximus</i> (Statius Muller, 1776)	tempera-viola	R	l			
<i>Parula pitiayumi</i> (Vieillot, 1817)	mariquita	R	m			
<i>Geothlypis aequinoctialis</i> (Gmelin, 1789)	pia-cobra	R	l			
<i>Phaeothlypis rivularis</i> (Wied, 1821)	pula-pula-ribeirinho	R	m			
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	guaxe	R	l			
<i>Cacicus cela</i> (Linnaeus, 1758)	xexéu	R	l			
<i>Icterus jamacaii</i> (Gmelin, 1788)	corrupião	R, E	l			
<i>Gnorimopsar chopi</i> (Vieillot, 1819)	graúna	R	l			
<i>Chrysomus ruficapillus</i> (Vieillot, 1819)	garibaldi	R	l			
<i>Molothrus bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	vira-bosta	R	l			
<i>Euphonia chlorotica</i> (Linnaeus, 1766)	fim-fim	R	l			
<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	gaturamo-verdadeiro	R	l			
<i>Euphonia xanthogaster</i> Sundevall, 1834	fim-fim-grande	R	m			
<i>Euphonia pectoralis</i> (Latham, 1801)	ferro-velho	R	m	X		

Quadro Anexo 13: Ranking de abundância de aves no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Espécie	Abundância
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i> (Temminck, 1822)	0,082
<i>Lipaugus vociferans</i> (Wied, 1820)	0,066
<i>Drymophila squamata</i> (Lichtenstein, 1823)	0,060
<i>Xiphorhynchus guttatus</i> (Lichtenstein, 1820)	0,047
<i>Schiffornis turdina</i> (Wied, 1831)	0,043
<i>Trogon viridis</i> Linnaeus, 1766	0,038
<i>Rhytipterna simplex</i> (Lichtenstein, 1823)	0,038
<i>Pachyramphus marginatus</i> (Lichtenstein, 1823)	0,037
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	0,035
<i>Automolus leucophthalmus</i> (Wied, 1821)	0,034
<i>Myrmotherula urosticta</i> (Sclater, 1857)	0,027
<i>Thamnophilus ambiguus</i> Swainson, 1825	0,023
<i>Vireo olivaceus</i> (Linnaeus, 1766)	0,021
<i>Phaethornis ruber</i> (Linnaeus, 1758)	0,020
<i>Myrmotherula axillaris</i> (Vieillot, 1817)	0,020
<i>Tangara brasiliensis</i> (Linnaeus, 1766)	0,018
<i>Tolmomyias poliocephalus</i> (Taczanowski, 1884)	0,016
<i>Patagioenas speciosa</i> (Gmelin, 1789)	0,015
<i>Herpsilochmus pileatus</i> (Lichtenstein, 1823)	0,015
<i>Pyriglena leucoptera</i> (Vieillot, 1818)	0,013
<i>Dixiphia pipra</i> (Linnaeus, 1758)	0,013
<i>Myiarchus tuberculifer</i> (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)	0,012
<i>Veniliornis affinis</i> (Swainson, 1821)	0,011
<i>Xiphorhynchus fuscus</i> (Vieillot, 1818)	0,011
<i>Attila spadiceus</i> (Gmelin, 1789)	0,011
<i>Grallaria varia</i> (Boddaert, 1783)	0,010
<i>Formicarius colma</i> Boddaert, 1783	0,010
<i>Caryothraustes canadensis</i> (Linnaeus, 1766)	0,010
<i>Rhynchocyclus olivaceus</i> (Temminck, 1820)	0,009
<i>Pipra rubrocapilla</i> Temminck, 1821	0,009
<i>Euphonia xanthogaster</i> Sundevall, 1834	0,009
<i>Amazona rhodocorytha</i> (Salvadori, 1890)	0,007
<i>Hylocharis sapphirina</i> (Gmelin, 1788)	0,007
<i>Trogon rufus</i> Gmelin, 1788	0,007
<i>dendrocincla turdina</i> (Lichtenstein, 1820)	0,007
<i>Myiornis auricularis</i> (Vieillot, 1818)	0,007
<i>Carpornis melanocephala</i> (Wied, 1820)	0,007
<i>Habia rubica</i> (Vieillot, 1817)	0,007
<i>Tangara velia</i> (Linnaeus, 1758)	0,007
<i>Pyrrhura cruentata</i> (Wied, 1820)	0,006
<i>Xenops minutus</i> (Sparman, 1788)	0,006

Espécie	Abundância
<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	0,006
<i>Xipholena atropurpurea</i> (Wied, 1820)	0,006
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	0,006
<i>Brotogeris tirica</i> (Gmelin, 1788)	0,005
<i>Pionus reichenowi</i> Heine, 1844	0,005
<i>Glaucidium minutissimum</i> (Wied, 1830)	0,005
<i>Ramphastos vitellinus</i> Lichtenstein, 1823	0,005
<i>Celeus torquatus</i> (Boddaert, 1783)	0,005
<i>Glyphorhynchus spirurus</i> (Vieillot, 1819)	0,005
<i>Cacicus cela</i> (Linnaeus, 1758)	0,005
<i>Glaucis hirsutus</i> (Gmelin, 1788)	0,004
<i>Melanerpes flavifrons</i> (Vieillot, 1818)	0,004
<i>Dryocopus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)	0,004
<i>Xenops rutilans</i> Temminck, 1821	0,004
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)	0,004
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	0,004
<i>Tachyphonus cristatus</i> (Linnaeus, 1766)	0,004
<i>Saltator maximus</i> (Statius Muller, 1776)	0,004
<i>Parula pitiayumi</i> (Vieillot, 1817)	0,004
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	0,002
<i>Trogon collaris</i> Vieillot, 1817	0,002
<i>Pteroglossus aracari</i> (Linnaeus, 1758)	0,002
<i>Piculus flavigula</i> (Boddaert, 1783)	0,002
<i>Conopophaga melanops</i> (Vieillot, 1818)	0,002
<i>dendrocolaptes platyrostris</i> Spix, 1825	0,002
<i>Attila rufus</i> (Vieillot, 1819)	0,002
<i>Laniocera hypopyrra</i> (Vieillot, 1817)	0,002
<i>Ramphocaenus melanurus</i> Vieillot, 1819	0,002
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	0,002
<i>Hemithraupis flavicollis</i> (Vieillot, 1818)	0,002
<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	0,002
<i>Penelope superciliaris</i> Temminck, 1815	0,001
<i>Leptodon cayanensis</i> (Latham, 1790)	0,001
<i>Touit surdus</i> (Kuhl, 1820)	0,001
<i>Florisuga fusca</i> (Vieillot, 1817)	0,001
<i>Thalurania glaucopsis</i> (Gmelin, 1788)	0,001
<i>Baryphthengus ruficapillus</i> (Vieillot, 1818)	0,001
<i>Selenidera maculirostris</i> (Lichtenstein, 1823)	0,001
<i>Piculus chrysochloros</i> (Vieillot, 1818)	0,001
<i>Celeus flavus</i> (Statius Muller, 1776)	0,001
<i>Thamnomanes caesius</i> (Temminck, 1820)	0,001
<i>Mionectes oleagineus</i> (Lichtenstein, 1823)	0,001

Espécie	Abundância
<i>Myiopagis caniceps</i> (Swainson, 1835)	0,001
<i>Tolmomyias flaviventris</i> (Wied, 1831)	0,001
<i>Myiobius barbatus</i> (Gmelin, 1789)	0,001
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	0,001
<i>Sirystes sibilator</i> (Vieillot, 1818)	0,001
<i>Tityra cayana</i> (Linnaeus, 1766)	0,001
<i>Turdus fumigatus</i> Lichtenstein, 1823	0,001
<i>Tangara seledon</i> (Statius Muller, 1776)	0,001
<i>Tersina viridis</i> (Illiger, 1811)	0,001

Quadro Anexo 14: Abundância dos táxons de aves nas trilhas amostradas no interior do Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Nome do Táxon	Km 09	Km 22	Trilha da Placa
	Jun/Set 9	Jun/Set 9	Jun/Set 2009
	(36 pontos)	(36 pontos)	(18 pontos)
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i> (Temminck, 1822)	0,040	0,028	0,013
<i>Lipaugus vociferans</i> (Wied, 1820)	0,023	0,029	0,013
<i>Drymophila squamata</i> (Lichtenstein, 1823)	0,017	0,027	0,016
<i>Xiphorhynchus guttatus</i> (Lichtenstein, 1820)	0,022	0,017	0,007
<i>Schiffornis turdina</i> (Wied, 1831)	0,020	0,012	0,011
<i>Trogon viridis</i> Linnaeus, 1766	0,017	0,012	0,009
<i>Rhytipterna simplex</i> (Lichtenstein, 1823)	0,013	0,021	0,004
<i>Pachyramphus marginatus</i> (Lichtenstein, 1823)	0,018	0,007	0,011
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	0,007	0,018	0,010
<i>Automolus leucophthalmus</i> (Wied, 1821)	0,020	0,006	0,009
<i>Myrmotherula urosticta</i> (Sclater, 1857)	0,005	0,017	0,005
<i>Thamnophilus ambiguus</i> Swainson, 1825	0,006	0,017	0,000
<i>Vireo olivaceus</i> (Linnaeus, 1766)	0,006	0,012	0,002
<i>Phaethornis ruber</i> (Linnaeus, 1758)	0,007	0,009	0,004
<i>Myrmotherula axillaris</i> (Vieillot, 1817)	0,011	0,006	0,002
<i>Tangara brasiliensis</i> (Linnaeus, 1766)	0,007	0,004	0,007
<i>Tolmomyias poliocephalus</i> (Taczanowski, 1884)	0,009	0,001	0,006
<i>Patagioenas speciosa</i> (Gmelin, 1789)	0,010	0,002	0,002
<i>Herpsilochmus pileatus</i> (Lichtenstein, 1823)	0,000	0,013	0,001
<i>Pyriglena leucoptera</i> (Vieillot, 1818)	0,001	0,007	0,005
<i>Dixiphia pipra</i> (Linnaeus, 1758)	0,005	0,004	0,005
<i>Myiarchus tuberculifer</i> (d'Orbigny & Laf resnaye, 7)	0,004	0,002	0,006
<i>Veniliornis affinis</i> (Swainson, 1821)	0,004	0,006	0,001
<i>Xiphorhynchus fuscus</i> (Vieillot, 1818)	0,001	0,007	0,002
<i>Attila spadiceus</i> (Gmelin, 1789)	0,006	0,001	0,004
<i>Grallaria varia</i> (Boddaert, 1783)	0,001	0,009	0,000
<i>Formicarius colma</i> Boddaert, 1783	0,002	0,002	0,005
<i>Caryothraustes canadensis</i> (Linnaeus, 1766)	0,004	0,005	0,001
<i>Rhynchocyclus olivaceus</i> (Temminck, 1820)	0,006	0,000	0,002
<i>Pipra rubrocapilla</i> Temminck, 1821	0,000	0,006	0,002
<i>Euphonia xanthogaster</i> Sundevall, 1834	0,005	0,002	0,001
<i>Crypturellus variegatus</i> (Gmelin, 1789)	0,004	0,001	0,002
<i>Amazona rhodocorytha</i> (Salvadori, 1890)	0,001	0,004	0,002
<i>Hylocharis sapphirina</i> (Gmelin, 1788)	0,000	0,006	0,001
<i>Trogon rufus</i> Gmelin, 1788	0,000	0,004	0,004
<i>dendrocincla turdina</i> (Lichtenstein, 1820)	0,002	0,002	0,002

Nome do Táxon	Km 09	Km 22	Trilha da Placa
	Jun/Set 9	Jun/Set 9	Jun/Set 2009
	(36 pontos)	(36 pontos)	(18 pontos)
<i>Myiornis auricularis</i> (Vieillot, 1818)	0,002	0,004	0,001
<i>Carpornis melanocephala</i> (Wied, 1820)	0,004	0,001	0,002
<i>Habia rubica</i> (Vieillot, 1817)	0,002	0,001	0,004
<i>Tangara velia</i> (Linnaeus, 1758)	0,000	0,006	0,001
<i>Pyrrhura cruentata</i> (Wied, 1820)	0,001	0,004	0,001
<i>Xenops minutus</i> (Sparman, 1788)	0,001	0,005	0,000
<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	0,002	0,002	0,001
<i>Xipholena atropurpurea</i> (Wied, 1820)	0,001	0,002	0,002
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	0,002	0,001	0,002
<i>Brotogeris tirica</i> (Gmelin, 1788)	0,001	0,001	0,002
<i>Pionus reichenowi</i> Heine, 1844	0,002	0,002	0,000
<i>Glaucidium minutissimum</i> (Wied, 1830)	0,001	0,001	0,002
<i>Ramphastos vitellinus</i> Lichtenstein, 1823	0,004	0,000	0,001
<i>Celeus torquatus</i> (Boddaert, 1783)	0,001	0,001	0,002
<i>Glyphorhynchus spirurus</i> (Vieillot, 1819)	0,001	0,004	0,000
<i>Cacicus cela</i> (Linnaeus, 1758)	0,005	0,000	0,000
<i>Glaucis hirsutus</i> (Gmelin, 1788)	0,002	0,000	0,001
<i>Melanerpes flavifrons</i> (Vieillot, 1818)	0,004	0,000	0,000
<i>Dryocopus lineatus</i> (Linnaeus, 1766)	0,004	0,000	0,000
<i>Xenops rutilans</i> Temminck, 1821	0,001	0,000	0,002
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)	0,000	0,004	0,000
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	0,004	0,000	0,000
<i>Tachyphonus cristatus</i> (Linnaeus, 1766)	0,000	0,004	0,000
<i>Saltator maximus</i> (Statius Muller, 1776)	0,001	0,000	0,002
<i>Parula pitiayumi</i> (Vieillot, 1817)	0,001	0,001	0,001
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	0,002	0,000	0,000
<i>Trogon collaris</i> Vieillot, 1817	0,002	0,000	0,000
<i>Pteroglossus aracari</i> (Linnaeus, 1758)	0,001	0,000	0,001
<i>Piculus flavigula</i> (Boddaert, 1783)	0,001	0,000	0,001
<i>Conopophaga melanops</i> (Vieillot, 1818)	0,002	0,000	0,000
<i>dendrocolaptes platyrostris</i> Spix, 1825	0,000	0,002	0,000
<i>Attila rufus</i> (Vieillot, 1819)	0,001	0,001	0,000
<i>Laniocera hypopyrra</i> (Vieillot, 1817)	0,000	0,001	0,001
<i>Ramphocaenus melanurus</i> Vieillot, 1819	0,000	0,002	0,000
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	0,000	0,002	0,000
<i>Hemithraupis flavicollis</i> (Vieillot, 1818)	0,000	0,002	0,000
<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	0,001	0,001	0,000
<i>Tinamus solitarius</i> (Vieillot, 1819)	0,001	0,000	0,000
<i>Penelope superciliaris</i> Temminck, 1815	0,000	0,000	0,001

Nome do Táxon	Km 09	Km 22	Trilha da Placa
	Jun/Set 9	Jun/Set 9	Jun/Set 2009
	(36 pontos)	(36 pontos)	(18 pontos)
<i>Leptodon cayanensis</i> (Latham, 1790)	0,001	0,000	0,000
<i>Touit surdus</i> (Kuhl, 1820)	0,001	0,000	0,000
<i>Florisuga fusca</i> (Vieillot, 1817)	0,001	0,000	0,000
<i>Thalurania glaucopis</i> (Gmelin, 1788)	0,000	0,001	0,000
<i>Baryphthengus ruficapillus</i> (Vieillot, 1818)	0,000	0,000	0,001
<i>Selenidera maculirostris</i> (Lichtenstein, 1823)	0,000	0,001	0,000
<i>Piculus chrysochloros</i> (Vieillot, 1818)	0,001	0,000	0,000
<i>Celeus flavus</i> (Statius Muller, 1776)	0,000	0,000	0,001
<i>Thamnomanes caesius</i> (Temminck, 1820)	0,001	0,000	0,000
<i>Mionectes oleagineus</i> (Lichtenstein, 1823)	0,000	0,000	0,001
<i>Myiopagis caniceps</i> (Swainson, 1835)	0,001	0,000	0,000
<i>Tolmomyias flaviventris</i> (Wied, 1831)	0,001	0,000	0,000
<i>Myiobius barbatus</i> (Gmelin, 1789)	0,000	0,000	0,001
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	0,001	0,000	0,000
<i>Sirystes sibilator</i> (Vieillot, 1818)	0,000	0,000	0,001
<i>Tityra cayana</i> (Linnaeus, 1766)	0,000	0,000	0,001
<i>Turdus fumigatus</i> Lichtenstein, 1823	0,001	0,000	0,000
<i>Tangara seledon</i> (Statius Muller, 1776)	0,001	0,000	0,000
<i>Tersina viridis</i> (Illiger, 1811)	0,000	0,001	0,000

Quadro Anexo 15: Espécies de pequenos mamíferos não-voadores, capturadas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Classificação	Nome Comum	Local	Distribuição Geográfica	Unidade de Amostragem	Ambiente	Hábito
Ordem Rodentia						
<i>Rhipidomys mastacalis</i>	rato-de-árvore	PND	Ampla	Estrada principal km 22	F. Ombrófila	Arborícola
Ordem Didelphimorphia						
				Estrada principal km	F. Ombrófila	Arborícola
<i>Micoureus demerarae</i>	catita, cuíca	PND	Ampla	09, Estrada anta-corrente, Muçununga		
				PB		
<i>Caluromys philander</i>	cuíca lanosa	PND	Ampla	Estrada principal km 09	F. Ombrófila	Arborícola
<i>Monodelphis americana</i>	catita, cuíca	PND	Ampla	Estrada principal km 22, estrada Harpia-juerana	F. Ombrófila	Terrestre
<i>Didelphis aurita</i>	Gambá, mucura	PND	Endêmico Mata Atlântica	Estrada da placa Cahy, estrada da anta-corrente	F. Ombrófila	Escansorial
<i>Marmosops incanus</i>	Cuíca	PND	Endêmico Mata Atlântica	Estrada principal km 09, Estrada da placa Cahy, Muçununga, Estrada anta-corrente, estrada Harpia-juerana	F. Ombrófila, Muçununga	Escansorial

Quadro Anexo 16: Abundância e frequência de captura (%) das espécies de morcegos no Parque Nacional do Descobrimento e Serra do Gaturama (SG). Guildas tróficas: (FR) frugívoros, (ON) onívoro, (IN) insetívoro aéreo.

Família	Espécie	N (%)		Guilda
		PND	SG	
	<i>Artibeus cinereus</i>	4 (16,7)		FR
	<i>Artibeus lituratus</i>	4 (16,7)	1 (10,0)	FR
	<i>Artibeus obscurus</i>	2 (8,3)	1 (10,0)	FR
Phyllostomidae	<i>Artibeus planirostris</i>	1 (4,2)		FR
	<i>Artibeus sp.</i>	1 (4,2)		FR
	<i>Carollia perspicillata</i>	3 (12,5)	2 (20,0)	FR
	<i>Glossophaga soricina</i>		2 (20,0)	NE
	<i>Rhinophylla pumilio</i>	6 (25,0)	4 (40,0)	FR
Molossidae	<i>Molossus molossus</i>	2 (8,3)		IN
Vespertilionidae	<i>Myotis nigricans cf.</i>	1 (4,2)		IN

Quadro Anexo 17: Espécies de morcegos capturadas por redes-de-neblina nas Unidades de Conservação do Parque Nacional do Descobrimento (PD), Serra da Guatarama (SG) e Parque Nacional do Pau Brasil (PB), incluindo ambiente, status de conservação e distribuição geográfica. (LC = Least Concern (i), espécies em risco mínimo).

Família	Espécie	Nome comum	Status de conservação (Ibama, 2003; IUCN, 2009)	Distribuição geográfica	Unidade de amostragem	Ambiente
Phyllostomidae	<i>Artibeus cf. fimbriatus</i>	morcego	LC	Ampla	PB4	Muçununga
	<i>Artibeus cinereus</i>	morcego	LC	Ampla	PB1, PB2, PB3, PB4, PD1, PD2, PD3, PD5	Área degradada, Floresta ombrófila, muçununga
	<i>Artibeus lituratus</i>	morcego	LC	Ampla	PB1, PB2, PB4, PD2, PD3, PD5, SG1	Floresta ombrófila, muçununga
	<i>Artibeus obscurus</i>	morcego	LC	Ampla	PB1, PB2, PB4, PD3, PD5, SG1	Floresta ombrófila, muçununga
	<i>Artibeus planirostris</i>	morcego	LC	Ampla	PB2, PD2	Floresta ombrófila
	<i>Artibeus sp.</i>	morcego	LC	Ampla	PD2	Floresta ombrófila
	<i>Carollia perspicillata</i>	morcego	LC	Ampla	PB1, PB2, PB3, PB4, PD1, PD3, SG1	Área degradada, floresta ombrófila, muçununga
	<i>Glossophaga soricina</i>	morcego beija-flor	LC	Ampla	SG1	Floresta ombrófila
	<i>Phyllostomus discolor</i>	morcego	LC	Ampla	PB1	Floresta ombrófila
	<i>Pygoderma bilabiatum</i>	morcego	LC	Ampla	PB2, PB4	Floresta ombrófila, muçununga
Molossidae	<i>Molossus molossus*</i>	morcego	LC	Ampla	Serra delta	Abrigo
	<i>Rhinophylla pumilio</i>	morcego	LC	Ampla	PB1, PB2, PB4, PD1, PD2, PD3, SG1	Floresta ombrófila, muçununga
Vespertilionidae	<i>Myotis nigricans</i>	morcego	LC	Ampla	PD3	Floresta ombrófila

Quadro Anexo 18: Espécies de mamíferos de médio e grande porte registradas pelo método de transectos lineares no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA).

Data	Transecto Localidade	Espécies	Nome comum (N indiv.)	Coordenadas	Hora	Tipo de registro	Distância Km
06/9/09	1.Estrada principal/ Km 22	<i>Callicebus melanochir</i>	Guigó	XX	XX	VOZ	XX
06/9/09	2.Estrada Placa	<i>Sciurus sp.</i>	Esquilo (1)	XX	XX	VISUAL	XX
06/9/09	3.Estrada principal/ Km 09	<i>Nasua nasua</i>	Quati (8)	XX	XX	VISUAL	XX
26/9/09	4.Muçununga	<i>Cebus robustus</i>	macaco-prego (2)	XX	12:25	VISUAL	3,5
		<i>Calicebus melanochir</i>	guigó (6)	XX	12:35	VISUAL	
27/9/09	Placa ao Km 12	<i>Cebus robustus</i>	macaco-prego (2)	463654/8108565	15:35	VISUAL	3,5
28/9/09	Km 9 (UA)	<i>Cebus robustus</i>	macaco-prego (3)	463545/8109069	16:50	VISUAL	5,2
29/9/09	Muçununga à Estrada da Placa	<i>Calicebus melanochir</i> <i>Cebus robustus</i> <i>Nasua nasua</i> <i>Cebus robustus</i>	guigó (4) macaco-prego (4) quati (4) macaco-prego (2)	462456/8114412 464067/8112138 464067/8112138 462270/8109220 462270/810922	7:10 10:20 10:20 15:00	VISUAL VISUAL VISUAL VISUAL	11
1/10/09	Placa limite parque-Faz. Alaor	<i>Nasua nasua</i> <i>Tayassu pecari</i>	Quati (6) queixada (15)	462446/8107944 463672/8106028	8:37 11:10	VISUAL VISUAL	9
		<i>Cebus robustus</i> <i>Pecari tajacu</i>	macaco-prego (10) caititu (4)	XX 467591/8178024	12:20 14:42	VISUAL VISUAL	

Quadro Anexo 19: Espécies de mamíferos registradas no Parque Nacional do Descobrimento (Prado, BA). (método de armadilhas fotográficas, localização, coordenada, data do registro e campanha - 1 ou 2).

Espécies	Nome comum	Localização	Coordenadas (UTM)	Data (campanha)
<i>Dasyprocta</i> sp.	cutia	Lagoa só não vou	0465481 / 8110425	4a 8/6/2009 (1)
Sp 1	morcego	Muçununga	0469310 / 8107170	6/6/2009 (1)
<i>Canis lupus familiaris</i>	cachorro-doméstico	Muçununga	0469214 / 8107085	5/6/2009 (1)
<i>Mazama</i> sp.	veado	Estrada subida lagoa só não vou	0465574/8110450	30/09/09 (2)
<i>Puma concolor</i>	suçuarana	Estrada subida lagoa só não vou	0465574/8110450	29/09/2009 (2)
<i>Dasyprocta</i> sp.	cutia	Início estrada placa	0461785/8108629	28/09/2009 (2)
<i>Nasua nasua</i>	quati	Início estrada placa	0461785/8108629	29/09/2009 (2)
Sp2	morcego	Muçununga	462629/8114300	29/09/2009 (2)

Quadro Anexo 20: Espécies de mamíferos identificadas por diferentes tipos de registros no Parque Nacional do Descobrimento, categoria de ameaça segundo IUCN (2009), I bama (2003), e de endemismo da Mata Atlântica. Indicações – VI: visualização, VO: vocalização, P: pegadas, E:entrevista, B: bibliografia (Moura, 2003; 2008), C: registro camera-trap; CAP: captura; VU: vulnerável, EM: em perigo; CR: criticamente ameaçado, END: endêmico Mata Atlântica.

Ordem PRIMATES					
<i>Cebus robustus</i>	macaco-de-bando	VI, B	EN	VU	END
<i>Callicebus melanochir</i>	Guigó	VI, VO, B	VU	VU	END
<i>Alouatta guariba guariba</i>	bugio, barbado	E, B		CR	END
Ordem CARNIVORA					
<i>Cerdocyon thous</i>	cachorro-domato	B			
<i>Nasua nasua</i>	Quati	VI, C, B			
<i>Eira Barbara</i>	Irara	VI, B			
<i>Procyon cancrivorous</i>	mão-pelada	B			
<i>Potos flavus</i>	Jupará	B			
<i>Galictis vitata</i>	Furão	B			
<i>Lontra longicaudis</i>	Lontra	B			
<i>Leopardus pardalis</i>	jaguaririca	P, B		VU	
<i>Leopardus tigrinus</i>	gato-pequeno	B		VU	
<i>Puma yaguarondi</i>	gato-mourisco	B			
<i>Puma concolor</i>	onça-parda	P, C, B	VU	VU	
Ordem PILOSA					
<i>Bradypus variegatus</i>	preguiça	VI, B			
<i>Tamanduá tetradactyla</i>	tamanduá-mirim	B			
Ordem CINGULATA					
<i>Dasybus novencinctus</i>	tatu-galinha	B			
<i>Euphractus sexcinctus</i>	tatu-peba	B			
<i>Cabassous unicinctus</i>	tatu-de-rabomole	B			
Ordem ARTIODACTYLA					
<i>Pecari tajacu</i>	Caititu	VI, B			
<i>Tayassu pecari</i>	queixada	VI, VO, E, B			
<i>Mazama americana</i>	Veado	B			

<i>Mazama</i>	Corso	C, B			
<i>gouazoupira</i>					
Ordem PERISSODACTYLA					
<i>Tapirus terrestris</i>	Anta	E, B	VU		
Ordem RODENTIA					
<i>Dasyprocta sp.</i>	Cutia	VI, C, B			
<i>Cuniculus paca</i>	Paca	VI, B			
<i>Sciurus sp.</i>	caxinguelê	VI			
<i>Chaetomys</i>	ouriço-preto	B	VU	VU	END
<i>subspinosus</i>					
<i>Sphigurus insidiosus</i>	ouriço-cacheiro	B			
<i>Hydrochoeurus</i>	capivara	B			
<i>hydrochaeris</i>					
<i>Sciurus aestuans</i>	Esquilo	B			
<i>Oecomys sp.</i>	rato-do-mato				
<i>Rhipidomys</i>	rato-de-árvore	CAP			
<i>mastacalis</i>					
<i>Hylaemys laticeps</i>	rato-do-mato	B			
Ordem DIDELPHIMORPHIA					
<i>Micoureus</i>	Cuíca	CAP, B			
<i>demerarae</i>					
<i>Caluromys philander</i>	cuíca-lanosa	CAP			
<i>Monodelphis</i>	Cuíca	CAP			
<i>americana</i>					
<i>Marmosops incanus</i>	Cuíca	CAP			END
Ordem LAGOMORPHA					
<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Tapeti	B			
Ordem CHIROPTERA					
<i>Artibeus cinereus</i>	morcego	CAP			
<i>Artibeus lituratus</i>	morcego	CAP			
<i>Artibeus obscurus</i>	morcego	CAP			
<i>Artibeus planirostris</i>	morcego	CAP			
<i>Artibeus sp.</i>	morcego	CAP			
<i>Carollia perspicillata</i>	morcego	CAP			
<i>Rhinophylla pumilo</i>	morcego	CAP			
<i>Molossus molossus</i>	morcego	CAP			
<i>Myotis cf. nigricans</i>	morcego	CAP			
TOTAL		48			

OBS: A espécie *Canis lupus familiaris* não foi listada nesta tabela pelo fato de ser invasora. Também não foi listada a espécie *Glossophaga soricina* cuja captura foi na Serra do Gaturama.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC/ Ministério do Meio Ambiente - MMA. 2012. Disponível em : <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>. Acesso em: jun. 2013

Callisto, M., Ferreira, W.R., Moreno, P.; Goulart, M & Petrucio, M. 2002. Aplicação de um Protocolo de Avaliação Rápida da Diversidade de Habitats em Atividades de Ensino e Pesquisa. *Acta Limnologica Brasiliensis*. 14(1): 91-98.

Campos, C.B.; C.F. Esteves; K.M.P.M.B. Ferraz; P.G. Crawshaw JR & L.M. Verdade. 2007. Diet of free-ranging cats and dogs in a suburban and rural environment, south-eastern Brazil. *Journal of Zoology*. 273: 14-20.

Canale, G.R. 2008. *Callicebus melanochir*. In: Machado, A.B.M; Drummond, G.M; Paglia, A.P. (Ed.). *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. Vol. II. Brasília: DF. MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas. p.772-773.

Caramaschi, U. & Pimenta, B.V.S. 2003. Duas novas espécies de *Chiasmocleis* Méhely, 1904 da Mata Atlântica do sul da Bahia, Brasil (Amphibia, Anura, Microhylidae). *Arquivos do Museu Nacional*. 61: 195-202.

Caramaschi, U. & Rodrigues, M.T. 2003. A new large tree frog species, genus *Hyla* Laurenti, 1768, from southern Bahia, Brazil (Amphibia, Anura, Hylidae). *Arquivos do Museu Nacional*. 61: 255-260.

Caramaschi, U., Pimenta, B.V.S. & Feio, R.N. 2004. Nova espécie do grupo de *Hyla geographica* Spix, 1824 da Floresta Atlântica, Brasil (Amphibia, Anura, Hylidae). *Boletim do Museu Nacional, N.S., Zoologia*. 518: 1-14.

Caramaschi, U. & Pombal J.R., J.P. 2006. A new species of *Rhinella* Fitzinger, 1826 from the Atlantic Rain Forest, Eastern Brazil (Amphibia, Anura, Bufonidae). *Papéis Avulsos de Zoologia*. 46: 251-259.

Caro, T.M, & O'Doherty, G. 1999. On the use of surrogate species in Conservation Biology. *Conservation Biology* 13:805-814.

Chao, A. 1977. Estimating the population size for capture-recapture data with unequal catchability. *Biometrics*. 43: 783-791.

Chiarello, A.G. 1999. Effects of fragmentation of Atlantic Forest on mammal communities in south-eastern Brazil. *Biological Conservation*. Essex. 89: 71-82.

Chiarello, A.G, Aguiar, L. M.de S., Cerqueira, R., Melo, F., Rodrigues, F.H.G; & Silva, V.M.F. 2008. Mamíferos ameaçados de extinção no Brasil. In: Machado, A.B.M, Drummond, G.M; Paglia, A.P. (Ed.). *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*. Vol. II. Brasília: DF. MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas. p. 681-702.

Christiansen, M. B. & Pitter, E. 1997. Species loss in a forest bird community near Lagoa Santa in southeastern Brazil. *Biological Conservation*. 80: 23-32.

Cifuentes M.A., Arturo Izurieta A.V. & Faria, H.H. 2000. *Measuring Protected Area Management Effectiveness: Forest Innovations Project*. WWF. 105 p.

Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora - CITES. 2006. *CITES species database*. Disponível em: <http://www.cites.org/>. Acesso em: mai. 2006.

Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Animals and Plants - CITES. 2009. *CITES species database*. www.cites.org. Acesso em: dez. 2009.

Correa, M. M. Ker, J. C., Barrón, V., Torrent, J., Curi, N. & Torres, T. C. P. 2008. Caracterização física, química, mineralógica e micromorfológica de horizontes coesos e fragipãs de solos vermelhos e amarelos do ambiente Tabuleiros Costeiros. *Revista Brasileira de Ciência do Solo* 32: 297-313.

Cloutier, D. & Thomas, D. W.. 1992. *Carollia perspicillata*. *Mammalian species*. 419: 1-9

Conservation International do Brasil - CI, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SEMAD - e Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF-MG. 2000. *Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*, Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA/SBF), Brasília.

Conservation International - CI, The World Bank, Global Environment Facility - GEF -and The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation. 2001. *Mata Atlântica, Hotspot da Biodiversidade - Perfil de Ecosystema*. Conservation International, Washington, DC.

Cordeiro, P. H. C. 2002. Análise dos Padrões de Distribuição Geográfica das Aves Endêmicas e a Importância do Corredor da Serra do Mar e do Corredor Central para Conservação da Mata Atlântica. Relatório não publicado. Rio de Janeiro.

Cordeiro, P. H. C. 2003. *Padrões de distribuição da riqueza de espécies de aves no Parque Nacional do Descobrimento, sul da Bahia*, Brasil. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia & Conservation International do Brasil.

Costa, C. & Guerra G. 2012. Uma floresta de oportunidades: um novo olhar sobre a Mata Atlântica do Nordeste. Bastos M. (coord.). *Belo Horizonte: Conservação Internacional*. 56p. Disponível em : <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/umaflorestadeoportunidades.pdf>. Acesso em: nov 2013.

Costa, L. P. C. & Leite, Y., 1997. *Pequenos mamíferos não voadores coletados nos estados de Minas Gerais e Bahia*. Relatório técnico não publicado. Museum of Vertebrate Zoology, University of Califórnia, Berkeley. Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia. CD-ROM.

Couch, J. A., Winstead, J. T., Hansen, D. J. & Goodman, L. R. 1979. Vertebral dysplasia in young fish exposed to the herbicide triflurolin. *Journal of Fish Disease*. 2: 35-42

Cruz, C. A. G. 1988. Sobre *Phyllomedusa aspera* e a descrição de uma espécie no vale desse gênero (Amphibia, Anura, Hylidae). *Arquivos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. 11(1-2):39-44.

Cruz, C. A.; Fieio, R. N. & Nascimento, L. B. 2008. A new species of *Phasmahyla* Cruz, 1990 (Anura: Hylidae) from the Atlantic Rain Forest of the States of Minas Gerais and Bahia, Brazil. *Amphibia-Reptilia*. 29:311-318.

Cruz, C. A. G. & Pimenta, B. V. S. 2004. A new species of *Physalaemus* Fitzinger, 1826 from Southern Bahia state, Brazil (Anura, Leptodactylidae). *Journal of Herpetology*. 38: 480-486.

Cruz, C. A. G.; Pimenta, B. V. S. & Silvano, D. L. 2003. Duas novas espécies pertencentes ao complexo de *Hyla albosignata* Lutz & Lutz, 1938, do leste do Brasil (Amphibia, Anura, Hylidae). *Boletim do Museu Nacional, N.S., Zoologia*. 503: 1-13.

Cullen J. R., L., Bodmer, E. R.; Valladares-Pádua, C. 2001. Ecological consequences of hunting in Atlantic forest patches, São Paulo, Brazil. *Oryx* 35: 137-144.

Curado I. B. & Costa A. J. F. 2006. *Diagnóstico socioeconômico das aldeias Pataxó de Coroa Vermelha, Barra Velha e Boca da Mata e da comunidade rural de Ponto Central, município de Santa Cruz de Cabrália. Negócios Sustentáveis e Biodiversidade: extrativismo de piaçava promovendo desenvolvimento*

e conservação no Extremo Sul da Bahia, Brasil: Projeto Piaçava Sustentável

Daly, J.W., Caceres, J., Moni, R.W., Gusovsky, F., Moss Jr. M., Seamon, K.B., Milton, K. & Myers, C.W. 1992. Frog secretions and hunting magic in the Upper Amazon: Identification of a peptide that interacts with the adenosine receptor. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. USA.89: 10960-10963.

Dantas, B.G.; Sampaio, J.A. L. & Carvalho, M.R.G. 1998. *Os povos indígenas do nordeste brasileiro: um esboço histórico*, in CUNHA, M.C. (org.). História dos índios no Brasil. 2ª. ed., São Paulo: Cia das Letras.

Darlington, P.J. 1957. *Zoogeography: the geographical distribution of animals*. New York, Wiley.

de Oliveira, T.G., Tortato, M.A., Silveira, L., Kasper, C.B., Mazim, F.D., Lucherini, M., Jácomo, A.T.A., Soares, J.B.G., Marques, R.V., & Sunquist, M.E. 2010. Ocelot ecology and its effect on the small-felid guild in the lowland Neotropics. In D. W. Macdonald & A. Loveridge (eds.), *Biology and Conservation of Wild Felids*. p. 563-584. Oxford: *Oxford University Press*.

Develey, P.F. & Stouffer, P. 2001. Effects of roads on movements by understory birds in mixed-species flocks in central amazonian Brazil. *Conservation Biology*. 15: 1416-1422.

Diegues, A.C. 2002. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da mata atlântica. In: Simões, L.L. & Lino, C.F. (orgs.). *Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais*. São Paulo: SENAC São Paulo.

Dietz, J.M., Souza, S.N.F. & da Silva, J.R.O., 1994. Population structure and territory size in Golden-headed lions tamarin, *Leontopithecus crysomelas*. *Neotropical Primates 2 suppl*:p.21-23.

Dixo, M.B.de. 2001. *Efeito da Fragmentação da Floresta sobre a comunidade de sapos e lagartos de serrapilheira no sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.

Dominguez, J.M.L., Martin, L., Bittencourt, A.C.S. 2000. A Costa do Descobrimento (Porto Seguro-Cabrália, BA). In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A.; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born, M. (eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil 1ª ed.* Brasília: DNPM/CPRM – Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP). p. 233-241. Disponível em : <http://sigep.cprm.gov.br/sitio071/sitio071.htm>. Acesso em: dez. 2013

Drummond, G.M., Martins, C.S., Machado, A.B.M., Sebaio, F.A., Antonine, Y. 2005. *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação*. 2ª ed. Fundação Biodiversitas. Belo Horizonte. 222p.

Duellman W.E., Trueb L. 1986. *Biology of amphibians*. London: The Johns Hopkins Press.

Eisenberg, J.F. & Redford, K.H. 1999. *Mammals of the neotropics: the central neotropics* (Ecuador, Peru, Bolivia, Brazil). v. 3. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Emmons, L. & Feer, F. 1997. *Neotropical rainforest mammals*. A field guide. Second edition. Chicago: The University of Chicago Press.

Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. 2002. *Solos da Região Sudeste da Bahia - Atualização da Legenda de Acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. Rio de Janeiro. Disponível em http://www.cnps.embrapa.br/publicacoes/pdfs/solos_sudeste_bahia.pdf. Acesso em: out. 2013.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA 2006. 2ª Ed.. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Rio de Janeiro, RJ.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária 2013. Disponível em: <http://www.embrapa.br/>. Acesso em:

out. 2013.

Falcão, F.C. 2007. *Diaemus youngi*: first record for the state of Bahia, northeastern Brazil. *CheckList* 3(4): 330-332.

Falcão, F. C.; Rebelo, V. F. & Talamoni, S. A., 2003. Structure of a bat assemblage (Mammalia, Chiroptera) in Serra do Caraça Reserve, south-east Brazil. *Revista Brasileira de Zoologia*, Curitiba. 20(2): 347-350.

Fandi, A.C. & Gomes, A.R. 2005. *Transformando olhares: o mato que virou mata*. Brasília: WWF-Brasil/IESB.

Faria, D. 2006. Phyllostomids bats of a fragmented landscape in north-eastern Atlantic forest, Brazil. *Journal of Tropical Ecology*. 22: 531-542.

Faria, D., Soares-Santos, B. & Sampaio, E. 2006. Bats from the Atlantic rainforest of southern Bahia, Brazil. *Biota Neotropica* 6(2):1-13. Disponível em: <http://www.biotaneotropica.org.br/v6n2/pt/abstract?inventory+bn02406022006>. Acesso em: dez. 2013.

Fausto, C. 1992. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: M. Carneiro da Cunha (ed.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: fapesp/Cia das Letras/SMC. 381-396p.

Ferraz, R. 2008. *O Prado e o Descobrimento do Brasil*. Brasília: Thesaurus.

Fonseca, G.A.B., Moura, R.T.M., Pinto, L.P., Alves, M.C., 1998. *Inventário e diversidade de espécies de mamíferos na região de Una, Una, BA*. Relatório técnico não publicado.

Foster, R.B. 1982. The seasonal rhythm of fruitfall on Barro Colorado Island. In: Leigh, *The ecology of a tropical forest*. Smithsonian Institution Press, Washington, DC. p. 151-173.

Fragoso, J.M. 1998. Home range and movement patterns of white-lipped peccary (*Tayassu pecari*) herds in the northern Brazilian Amazon. *Biotropica*. 30:458-69.

Frost, D.R. 2006. *Amphibian Species of the World: an Online Reference*. Versão 5.0. New York: American Museum of Natural History. Disponível em <http://research.amnh.org/herpetology/amphibia/index.html>. Acesso em: ago. 2008.

Fundação SOS Mata Atlântica. 1992. *Dossiê Mata Atlântica*. Fundação SOS Mata Atlântica, São Paulo.

Fundação SOS Mata Atlântica. 2012. Novos dados sobre a situação da Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.sosma.org.br/5697/sos-mata-atlantica-e-inpe-divulgam-dados-do-atlas-dos-remanescentes-florestais-da-mata-atlantica-no-periodo-de-2010-a-2011/>. Acesso em: dez. 2013.

Galetti, M., Zipparro, V., Morellato, P.C. 1999. Fruit phenology and frugivory on the palm *Euterpe edulis* in a lowland Atlantic forest of Brazil. *Ecotropica* (Bonn). 5: 115-122.

Galindo-Leal, C. & Câmara, I.G. (eds.) 2005. *Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas*. Fundação SOS Mata Atlântica. Belo Horizonte, MG. Conservação Internacional.

Gardner, A.L. 2008. *Mammals of South America - marsupials, xenarthrans, shrews and bats*. Vol.1, The University of Chicago Press.

Gentry, A.H. 1982. Patterns of Neotropical plant species diversity. *Evolutionary Biology*. 15: 1-84.

- Gerking, S. D. 1994. *Feeding ecology of fish*. Academic Press, San Diego.
- Giannini, N. P. & Kalko, E. K. V. 2004. Trophic structure in a large assemblage of phyllostomid bats in Panama. *Oikos*. 105:209-220.
- Goerck, J.M. 1997. Patterns of rarity in the birds of the Atlantic forest of Brazil. *Conservation Biology*. 11: 112-118.
- Goldstein, R. J. 1988. *Cichlids of the world*. Neptune City, T. F. H.
- Gonzaga, L.A.P. & Pacheco J.F. 1995. A new species of *Phylloscartes* (Tyrannidae) from the mountains of southern Bahia, Brazil. *Bulletin of the British Ornithologists Club*. 115: 88-97.
- Gonzaga, L.P., Pacheco, J.F., Bauer, C. & Castiglioni, G.D. A. 1995. An avifaunal survey of the vanishing montane Atlantic forest of southern Bahia, Brazil. *Bird Conservation International*. 5(2/3): 279-290.
- Governo do Estado da Bahia. 1996. Projeto de Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia - Litoral Sul, Diagnóstico Ambiental, Sub_região I II, E xtremo S ul. V olume I V. Salvador, D isponível em http://www.meioambiente.ba.gov.br/gercom/diagnostico_ambiental_extremo.pdf Acesso em: dez.2013.
- Grant, T., Frost, D.R., Caldwell, J.P., Gagliardo, R., Haddad, C.F.B., Kok, P.J.R., Means, D.B., Noonan, B.P., Schargel, W.E. & Wheeler, W.C. 2006. Phylogenetic Systematics of Dart-Poison Frogs and their relatives (Amphibia: A thesphatanura: D endrobatidae). *Bulletin of the American Museum of Nature History*. 299: 1- 262.
- Gregorin, R. & Taddei, V. 2002. Chave par a a identificação de molossídeos brasileiros (Mammalia, Chiroptera). *Mastozoologia Neotropical*. 9 (1): 13-32.
- Giulietti, A.M., Rapini, A., Andrade, M.J.G., Queiroz, L.P. & Silva, J.M.C. (Orgs.). 2009. *Plantas raras do Brasil*. Belo Horizonte, MG. Conservação Internacional / Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Heyer, W.R. & Wolf, A.J. 1989. *Physalaemus crombiei* (Amphibia, Leptodactylidae), a New Frog Species from Espírito-Santo, Brazil with Comments on the *P. signifer* Group, *Proceedings of the Biological Society of Washington*. 102(2):500-506
- Heyer, W.R., Rand, A.S., Cruz, C.A.G., Peixoto, O.L., & Nelson, C.E. 1990. Frogs of Boracéia. *Arquivos de Zoologia*, São Paulo, 31: 231-410.
- Hiraoka, Y. & Okuda, H. 1984. A tentative assessment of water pollution by the medaka egg stationing method: aerial application of fenitrothion emulsion. *Environmental research*. 34: 262-267.
- Hollis, L. 2005. *Artibeus planirostris*. Mammalian species. 775: 1-6.
- Indrusiak, C. & Eizirik, E. 2003. Carnívoros. In: Fontana, C.S, Bencke, G.A, Reis, R. E. *Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS. p. 507-533.
- Instituto Baleia Jubarte. 2013. Disponível em: <http://www.baleiajubarte.org.br/home.php>. Acesso em: dez.2013.
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF / Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN. 1979. *Plano de manejo do Parque Nacional do Monte Pascoal*. Brasília, DF.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2000. Atlas nacional do Brasil. 2000. 3ª ed. Rio de Janeiro, IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2001- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001). *Sinótese preliminar do censo demográfico 2000: sistema de recuperação de informações*. CD-Rom. Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2007. Censo 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: nov.2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE .2010. Censo populacional 2010. Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: dez. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: dez. 2013.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama. 2002. *Roteiro Metodológico de Planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica*. Galante, M.L.V.; Beserra, M.M.L.; & Menezes, E.O. (Autoras). Ministério do Meio Ambiente/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 136 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/roteiroparna.pdf>. Acesso em : dez. 2013.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. 2003. Lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção. Instruções Normativas nº 3, de 27 de maio de 2003, e nº 5, de 21 de maio de 2004, Diário Oficial da União, Brasília.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. 2013. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/>. Acesso em: nov. 2013.

Instituto para a Conservação dos Carnívoros Neotropicais – Pró-Carnívoros. 2013. Disponível em: <http://www.procarnivoros.org.br/2009/>. Acesso em: dez.2013.

International Union for Conservation of Nature and Natural Resources - IUCN. 2006 *IUCN Red List of Threatened Species*. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org>. Acesso em: nov. 2009.

International Union for Conservation of Nature and Natural Resources - IUCN. 2008. Global Amphibian Assessment. Disponível em: www.globalamphibians.org. Acesso em: ago. 2008.

International Union for Conservation of Nature and Natural Resources - IUCN. 2012. *The IUCN Red List of Threatened Species*. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org/>. Acesso em: abr. 2012.

International Union for Conservation of Nature and Natural Resources - IUCN. 2013. *The IUCN Red List of Threatened Species*. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org/>. Acesso em: out. 2013.

Izecksohn, E. & Carvalho-E-Silva, S.P. 2001. *Anfíbios do Município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ..

Kinzey, W.G. 1982. Distribution of primates and forest refuges. In: Prance, G.T. (ed.) *Biological Diversification in the Tropics*. Columbia University Press, New York, p.455-482.

Koopmans, P.J. 2005 Além do eucalipto: o papel do extremo sul. 2. ed. Teixeira de Freitas: DDH.

Laemmert, Jr. H.W., Ferreira, L.C., Taylor, R.M. 1946. An epidemiological study of jungle yellow fever in a endemic area in Brazil. Part II. Investigations of vertebrate hosts and arthropod vectors. *American Journal of Tropical. Medicine and Hygiene*. . 26(6):1-69

Lamas, I.R. 1993. *Análise de características reprodutivas de peixes de água doce, com ênfase no local*

de desova. Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Landau, E.C. & Resende, N.A.T. 2003. *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*. IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. CD-ROM.

Lara, M.C. & Patton, J.L. 2000. Evolutionary diversification of spiny rats (genus *Trinomys* Rodentia: Echimyidae) in the Atlantic forest of Brazil. *Zoological Journal of the Linnean Society, London*. 130:661-686.

Lewis, G.P. 1987. *Legumes of Bahia*. Kew, UK: Royal Botanic Gardens

Lim, B.K, Engstrom, M.D., Ochoa, J.G. 2006. *Preliminary checklist of the mammals of the Guiana Shield (Venezuela: Amazonas, Bolívar, Delta Amacuro; Guyana; Surinam; French Guiana)*. Smithsonian Institute. Disponível em : <http://www.mnh.si.edu/biodiversity/bdg/shieldmammals/index.html>. Acesso em : mai.2006.

Lima M. G., 1990. *Uma proposta para a conservação de primatas da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Lima, C.C.U. 2000. O neotectonismo na costa do sudeste e do nordeste brasileiro. *Revista de ciência e tecnologia*. 15: 91-102.

Lima, I.P. & Sekiama, M.L. 2005. Ordem Peryssodactila. In: Reis, N.R.; Peracchi, A.L; Fandiño-Mariño, H; Rocha, V.J. (orgs.). *Mamíferos da fazenda Monte Alegre- Paraná. Eduel/Kablin*. Londrina. p.127-133.

Lima, J.C. 1920. Aves colligidas no Estado de São Paulo, Matto-Grosso e Bahia, com algumas formas novas. *Revista do Museu Paulista*. 12: 91-106.

Loiselle, B.A., & Blake, J.G.. 1993. Spatial dynamics of understory avian frugivores and fruiting plants in lowland wet tropical forest. *Vegetatio*. (107-108):177-189.

Lowe-McConnell, R.H. 1975. Fish Communities in Tropical Freshwater; Their Distribution. *Ecology and Evolution*. Longman Inc. London..

Margarido, T.C.M., Braga, F.G. 2004. Mamíferos. In: Mikich, S.B.; Bérnils, R.S. (eds.). *Livro vermelho da fauna ameaçada no Estado do Paraná*. Curitiba: Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Instituto Ambiental do Paraná..

Marinho-Filho, J.S. & Sazima, I. 1998. Brazilian bats and conservation biology: a first survey. In: *Bat biology and conservation*. Kunz, T.H., and P.A. Racey (eds). Smithsonian Institution Press.

Marini, M.A. & Garcia, F.I. 2005. Conservação de aves no Brasil. *Megadiversidade* 1: 95-102.

Marques, M.M.G.S.M. 1998. *A comunidade de Macroinvertebrados Aquáticos no Trecho Médio da Bacia do Rio Doce, MG: Bases para a Conservação da Biodiversidade e Avaliação de Qualidade de Água*. Dissertação de Mestrado –Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Martins, W.P. 2008. *Cebus robustus*. In: Machado, A.B.M; Drummond, G.M; Paglia, A.P. (ed.). *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de Extinção* Vol. II. Brasília: DF. MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas. p.754-755.

Matos, E.N. 2001. *As Principais Ameaças à Conservação no Corredor de Biodiversidade Central da Mata Atlântica*. Relatório Técnico não publicado, preparado para o Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos- Mata Atlântica. Conservation International do Brasil, Belo Horizonte.

- Medellín, R.A., Equihua, M. & Almin, M.A. 2000. Bat diversity and abundance as indicators of disturbance in Neotropical rainforests. *Conservation Biology* 14(6): 1666-1675.
- Meira Neto, J.A.A., Souza, A.L., Lana, J.M. & Valente, G.E. 2005. Composição florística, espectro biológico e fitofisionomia da vegetação de mucununga no município de Caravelas e Mucuri, Bahia. *Revista Árvore*. 29: 139-150.
- Mendes Pontes, A.R., 2004. Ecology of a community of Mammals in a seasonally dry forest in Roraima, Brazilian Amazon. *Mammalian Biology* 69(5) 319-336.
- Menezes, N.A., Castro, R.M.C. & Weitzman, S.H. 1990. Peixes de riacho da floresta costeira atlântica brasileira: um conjunto pouco conhecido e ameaçado de vertebrados. In: *II Simpósio de ecossistemas da costa sul e sudeste brasileira: Estrutura, função e manejo*. Águas de Lindóia. *Publicações Aciesp*. 71(1): 290-295.
- Menezes, N.A., S.H. Weitzman, O.T. Oyakawa, F.C.T. Lima, R.M.C. Castro & M.J. Weitzman. 2007. *Peixes de Água doce da Mata Atlântica: lista preliminar das espécies e comentários sobre a conservação de peixes de água doce neotropicais*. São Paulo: Museu de Zoologia, Universidade de São Paulo.
- Merritt, R.W. & Cummins, K.W. 1984. *An introduction to the aquatic insects of North America*. 2ª ed., Dubuque, Kendall/Hunt..
- Mickel, J.T. & Smith, A.R. 2004. Thepteridophytes of Mexico. *Memórias of The New York Botanical Garden* 88 (2): 1-1055.
- Ministério das Minas e Energia – MME/ Instituto Brasileiro de geografia e Estatística - IBGE. 1987. 1987. Folha SE.24 Rio Doce: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra/ Fundação Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. *Série: IBGE. Levantamento de Recursos Naturais*, Vol. 34. RADAMBRASIL. Rio de Janeiro: IBGE. 544p.
- Ministério do Meio Ambiente - MMA (2013) Ministério do Meio Ambiente. Disponível em : <http://www.mma.gov.br/> Acesso em: dez. 2013.
- Ministério do Meio Ambiente -MMA/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. 2005. *Plano de prevenção aos incêndios florestais. Parque Nacional do Descobrimento*. Prado/BA.
- Ministério do Meio Ambiente –MMA. 2008. *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção* Machado, A.B.M; Drummond, G.M; Paglia, A.P. (eds.) Vol. II. Brasília: DF. MMA; Belo Horizonte, MG: Fundação Biodiversitas.
- Monteiro, C.A.F.A. 1969. *Frente Polar Atlântica e as Chuvas de Inverno na Fachada Sul Oriental do Brasil*. São Paulo, USP.
- Moraes Filho, J.C. & Saadi, A. 1999. *Projeto Porto Seguro - Santa Cruz Cabrália: geologia*. Vol. 3. Salvador: CPRM.
- Mori, S.A., Boom, B.M. & Prance, G.T. 1981. Distribution patterns and conservation of Eastern Brazilian coastal forest tree species. *Brittonia* 32: 233-245.
- Mori, S.A., Boom, B.M., Carvalho, A.M. and Santos, T.S. 1983. Southern Bahian Moist Forests. *The Botanical Review* 49: 155-232.
- Mortari, M.R., Schwartz, E.N.F., Schwartz, C.A., Pires Jr, O.R., Santos, M.M., Bloch Jr, C. & Sebben, A. 2004. Main Alkaloids from Brazilian Dendrobatidae frogs: *Epipedobates flavopictus*: pumiliotoxin 251D,

histrionicotoxin e decahydroquinolines. *Toxicon*. 43: 303-310.

Moura, R.T. 1999. *Análise comparativa da estrutura de comunidades de pequenos Mamíferos em remanescentes de Mata Atlântica e plantio de cacau em sistemas de cabruca no Sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Moura, R.T. 2003. Distribuição e ocorrência de mamíferos na Mata Atlântica do sul da Bahia. In: Prado, P.I., Landau, E.C., Moura, R.T., Pinto, L.P.S., Fonseca, G.A.B. & Alger, K. (orgs). *Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, IIEUS, IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP.

Moura, R.T. 2008. *Biogeografia aplicada à conservação de mamíferos na Mata Atlântica do sul da Bahia*. Tese de Doutorado Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Myers N., Mittermeier, R.A., Mittermeier C.G., Fonseca, G.A.B. & Kent, J. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*. 403: 853-858.

Napoli, M.F. & Pimenta, B.V.S. 2003. Nova espécie do grupo de *Hyla circumdata* (Cope, 1870) do sul da Bahia, Brasil (Amphibia, Anura, Hylidae). *Arquivos do Museu Nacional*. 61:189-194.

Nobre, C.A., Cavalcanti, M.A.G., Nobre, P., Kayano, M.T., Bonatti, J.P., Atyarmuti, P., Uvo, C.B., Cohen, J.C. 1986. Aspectos da climatologia dinâmica do Brasil. *Climanálise*, Número Especial: 124p. 106.

Nowak, R. 1994. *Walker's bats of the world*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.

Nowak, R.M. 1999. *Walker's mammals of the world*. 6ª ed. Vol. 1 e 2. Baltimore: The John Hopkins University Press.

Oliver, W.L.R. & Santos, I.B. 1991. *Threatened endemic mammals of the Atlantic Forest region of south-east Brazil*. Wildlife Preservation Trust Special Scientific Reporter 4.

Oliveira J.C.C. & Barbosa J.H.C. 2010. *Roteiro para criação de unidades de conservação municipais*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.

Oliveira, L.G. 1996. *Aspectos da biologia de comunidades de insetos aquáticos da ordem Trichoptera, Kirby, 1813 em córregos de cerrado do Município de Pirenópolis, estado de Goiás*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Oliveira, T.G. & Cassaro, K. 2005. *Guia de campo dos felinos do Brasil*. Instituto Pró-Carnívoros, Sociedade de Zoológicos do Brasil, Fundação Parque Zoológico de São Paulo.

Pacheco, J.F. & Gonzaga L.P. 1995. A new species of *Synallaxis* of the ruficapilla / infusca complex from eastern Brazil (Passeriformes: Furnariidae). *Ararajuba*. 3: 3-11.

Pacheco, J.F., Whitney B.M. & Gonzaga L.P. 1996. A new genus and species of furnariid (Aves: Furnariidae) from the cocoa-growing region of southeastern Bahia, Brazil. *Wilson Bulletin*. 108: 397-433.

Pacheco, J.F. & Bauer, C. 1999. Estado da arte da ornitologia na Mata Atlântica e Campos Sulinos. In: *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. Brasília: Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica e Fundação Biodiversitas.

Paraíso M.H.B. 1994. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. R. História, São Paulo p.129-131.

- Pardini, R. 2001. *Pequenos mamíferos e a fragmentação da Mata Atlântica de Una, Sul da Bahia - Processos e Conservação*. Tese de Doutorado. Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo.
- Pedreira, M.S. 2004. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da região do Extremo Sul baiano. Salvador: Bahia. *Análise e Dados: agro baiano*. 13(4): 1005-1018.
- Pedro, W.A. & Taddei, V.A.. 1997. Taxonomic assemblage of bats from Panga Reserve, southeastern Brazil: abundance patterns and trophic relations in the Phyllostomidae (Chiroptera). *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão* (N. Sér.), Santa Teresa. 6: 3-21.
- Peixoto, A.L. & Gentry, A. 1990. Diversidade e composição florística da mata de tabuleiro na Reserva Florestal de Linhares. Espírito Santo, Brasil. *Revista Brasileira de Botânica* 13:19-25.
- Peixoto, A.L., Silva, I.M., Pereira, O.J., Simonelli, M., Jesus, R.M. & Rolim, S.G. 2008. Tabuleiro forests north of the Rio Doce: their representation in the vale do Rio Doce Natural Reserve, Espírito Santo, Brazil. In: Thomas, W.W. (Ed.) *The Atlantic Coastal Forests of Northeastern Brazil*. Memoirs of The New York Botanical Garden 100: 319-350.
- Peracchi, A.L. & Albuquerque, S.T. 1993. Quirópteros do município de Linhares, Estado do Espírito Santo, Brasil (Mammalia, Chiroptera). *Revista Brasileira de Biologia*,53(4):575-581.
- Pimenta, B.V.S. & Canedo, C. 2007. Anfíbios. In: Falcão, F.C. e Campiolo, S. (coord.) *Pesquisas biológicas para fundamentação da criação de novas Unidades de Conservação no Sul da Bahia - Relatório Final*. Relatório não publicado. Instituto Dríades de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade. Ilhéus, BA.
- Pimenta, B.V.S. & Silvano, D.L. 2000. Inventário e Diversidade de Espécies de Anfíbios Anuros no Sul da Bahia. In: P.H.C. Cordeiro, D.L. Silvano, B.V.S. Pimenta, G.A.B. Fonseca & L.P.S. Pinto. Inventário e Diversidade de Espécies de Aves e Anfíbios Anuros no Sul da Bahia. Relatório Técnico não publicado. *Instituto Conservation International do Brasil*. Belo Horizonte.
- Pimenta, B.V.S. & Silvano, D.L. 2002. *Pesquisa Biológica - Anfíbios*. Relatório Técnico Preliminar. Subprojeto: Abordagens Ecológicas e Instrumentos Econômicos para o Estabelecimento do Corredor do Descobrimento. MMA/PROBIO, IESB, Ilhéus.
- Pimenta, B.V.S., Cruz, C.A.G. & Silvano, D.L. 2005. A new species of the genus *Physalaemus* Fitzinger, 1826 (Anura, Leptodactylidae) from the Atlantic Rain Forest of southern Bahia, Brazil. *Amphibia-Reptilia*. 26: 201-210.
- Pinto, L.P.S. 1994. *Distribuição geográfica, população e estado de conservação do mico-leão-da-cara-dourada, Leontopithecus chrysomelas (Callitrichidae, Primates)*. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Pinto, L.P.S.; Lamas, I.R., Sabato, M.A.L.; & Tavares, L.I. 1993. *Inventário faunístico e Conservação da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Relatório técnico não publicado. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte.
- Pinto, O.M.O. 1935. Aves da Bahia. Notas críticas e observações sobre uma coleção feita no Recôncavo e na parte meridional do Estado. *Revista do Museu Paulista*. 19: 1-321.
- Pombal, J.P.Jr. & Gordo, M. 2004. *Anfíbios Anuros da Juréia*. Holos Editora, Ribeirão Preto: p.243-256.
- Portal O DM - Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 2013. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br>. Acesso em: nov. 2013.
- Prates, M.V. & Bloch Jr., C. 2000. Peptídeos timicrobianos. *Biociência, Ciência e Desenvolvimento*.

17:30-36.

Proença, C.E.M. & Bittencourt, P.R.L. 1994. *Manual de Piscicultura Tropical*. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Brasília.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Default.aspx>. Acesso em: nov. 2013.

Programa Informações para Gestão Territorial – GATE. 1999. *Catálogo de produtos. Relatórios, mapas, arquivos digitais*. Armesto, R.C.G. (org.). Serviço Geológico do Brasil - CPRM. Disponível para consulta em www.cprm.gov.br Acesso em: fev. 2009.

Rabinowitz, D., Cairns, S & Dillon, T. 1986. Seven forms of rarity and their frequency in the fora of the British Isles. In: Soule, M.(e d.). *Conservation Biology: the Science of Scarcity and Diversity*. Sunderland, Massachusetts:Sinauer Associates. p. 182-204.

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA. 2013. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/index_rbma.asp. Acesso em: dez. 2013.

Reis, A. & Kageyama, P.Y. 2000. Diversidade de espécies do palmito (*Euterpe edulis* Martius - Palmae). In: Reis, M.S. & Reis, A. (eds.). *Euterpe edulis* Martius (Palmito): biologia, conservação e manejo. *Herbário Barbosa Rodrigues*. Sellowia, 45-48: 60-92.

Reis, N.R., Peracchi, A.L, Pedro, W.A. & Lima, I.P. 2006. *Mamíferos do Brasil*. Londrina, Paraná.

Rezende Mendonça, J. 1994. 45 Anos de Desmatamento no Extremo Sul da Bahia. Calendário. Convênio Ceplac, *The New York Botanical Garden*. Ilhéus.

Rezende Mendonça, J. 1998. Remanescentes Florestais do Extremo Sul da Bahia - 1997. Mapa. Associação de Produtores de Cacau do Extremo Sul da Bahia - APROCEB. Itamaraju.

Rinehart, B. & Kunz, T.H. 2006. *Rhinophylla pumilio*. *Mammalian species*. 791: 1-5.

Roberts, R.J. 1989. *Fish pathology*. 2a. ed. Ballière Tindall, London.

Rocha, V.J. 2001. *Ecologia de mamíferos de médio e grande portes do Parque Estadual Mata dos Godoy, Londrina (PR)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Ruschi, A. 1978. A fauna vertebrata do Parque Nacional do Monte Pascoal. *Boletim do Museu de Biologia Prof. Melo Leitão*. Santa Teresa, Espírito Santo. Série Zoologia 94.

Rylands, A.B. 1982. *The Behaviour and Ecology of Three Species of Marmosets and Tamarins (Callitrichidae, Primates) in Brazil*. Unpublished Ph.D. thesis, University of Cambridge, Cambridge.

Rylands, A.B., Santos, I.B. & Mittermeier, R.A., 1991-1992. Distribution and status of the golden-headed lion tamarin, *Leontopithecus crysomelas*, in the Atlantic Forest of Southern Bahia, Brazil. *Primate Conservation*. (12-13):15-23.

Rylands, A.B. & Brandon K. 2005. Unidades de Conservação brasileiras. *Megadiversidade* 1(1): 27-35.

Saadi, A. 1996. Hipótese sobre a estruturação tectônica neocenoica da margem SE do Cráton do São Francisco. *Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Geologia*. Salvador.

Salm, R. 2005. Arboreal palm seed morphology and seedling distribution. In: *Brazilian Journal of Biology*. 65(4): 711-716.

- Sampaio J.A.L. 2010. Sob o signo da cruz. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pataxó da Coroa Vermelha. *Cadernos do LEME*. Campina Grande 2(1): 95-176.
- Santos I.B., Mittermeier R.A., Rylands A.B. & Valle C.M., 1987. The distribution and conservation status of primates in southern Bahia, Brazil. *Primate Conservation*. 8: 126-142.
- Sarmiento-Soares, L.M, Martins-Pinheiro, R.F, Chamon, C.C. & Aranda, A.T. 2006a. *Microglanis pataxo*, a new catfish from southern Bahia coastal rivers, northeastern Brazil (Siluriformes: Pseudopimelodidae). *Neotropical Ichthyology*. 4(2): 157-166
- Sarmiento-Soares, L .M, Martins-Pinheiro, R .F. & Aranda, A .T. & Chamon, C .C. 2006b. *Ituglanis cahyensis*, a new catfish from Bahia, Brazil (Siluriformes: Trichomycteridae). *Neotropical Ichthyology*. 4 (3): 309-318.
- Sarmiento-Soares, L .M., Mazzoni, R . & Martins-Pinheiro, R .F. 2009. A fauna de peixes nas áreas litorâneas da Costa do Descobrimento, extremo sul da Bahia, Brasil. *Sitientibus*. 9(2-3): 139-157.
- Schiavetti, A.; Leopoldino, F.; Paglia, A.; Pinto, L.P. 2005. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru.
- Sick, H. 1997. *Ornitologia brasileira*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- Silva, G.C. & Nascimento, M.T. 2001. Fitossociologia de um remanescente de mata sobre tabuleiros no norte do estado do Rio de Janeiro (Mata do Carvão). *Revista Brasileira de Botânica* 24(1): 51-62.
- Silva, J.M.C. & Dinnouti, A. 2000. Análise de representatividade das unidades de conservação federais de uso indireto na Floresta Atlântica e campos Sulinos. In: Pinto, L. P. (coord.). *Padrões de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul e Sudeste*. São Paulo, Campinas. p. 1-16.
- Silva, J.M.C. & Casteleti, C.H.M. 2001. *O Estado da Biodiversidade da Mata Atlântica*. Relatório Técnico do Estado de Conservação da Mata Atlântica. Conservation International, Fundação SOS Mata Atlântica. Belo Horizonte, MG.
- Silva, J.M.C., Tabarelli, M., Fonseca, M.T., & Lins, L.V. , 2004. *Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Brasília: MMA, UFPE.
- Silvano, D.L. & Pimenta, B.V.S. 2003. *Diversidade e distribuição de anfíbios na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. In: Prado P.I., Landau E.C., Moura R.T., Pinto L.P.S., Fonseca G.A.B., Alger K. (Orgs.) *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Iêhus, IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP.
- Silveira, L. F., Olmos, F. Bianchi, C., Simpson, J., Azeredo, R., McGowan, P.J.K. & Collar, N.J. 2005. *Action Plan for the Conservation of the Red-billed Curassow *Crax blumenbachii* - a Flagship Species for the Brazilian Atlantic Forest*. World Pheasant Association, Fordingbridge, UK and BirdLife International - Programa do Brasil, São Paulo, Brazil.
- Simmons, N.B. & Voss, R.S. 1998. The Mammals of Paracou, French Guiana: a Neotropical lowland rainforest fauna. Part 1. Bats. *Bulletin of the American Museum of Natural History*. New York. 237: 1-219.
- Simmons, N.B. 2005. Order Chiroptera. In: Wilson D.E., Reeder D.M. (eds.). *Mammal species of the world: a taxonomic and geographic reference*. 3rd ed. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press.
- Siqueira, L.P. & Mesquita, C.A.B. 2007. Meu pé de Mata Atlântica: experiências de recomposição florestal em propriedades particulares no corredor central. Rio de Janeiro: Instituto Bioatlântica.

SOS Mat a Atlântica. 2012. *Novos Dados sobre a situação da Mata Atlântica*. Disponível em : <http://www.sosma.org.br/5697/sos-mata-atlantica-e-inpe-divulgam-dados-do-atlas-dos-remanescentes-florestais-da-mata-atlantica-no-periodo-de-2010-a-2011/> . Acesso em: dez de 2013.

SOS Mata Atlântica & INPE. 2011. *Atlas dos remanescentes florestais da mata atlântica período 2008-2010*. Relatório Técnico. São Paulo.

Srbek-Araújo, A .C. & Chiarello A . 2007. A morfologia fotográfica na amostragem de mamíferos: Considerações metodológicas e comparação de equipamentos. *Revista Brasileira de Zoologia*, 24 (3): 647-646.

Stehmann, J.R., Forzza, R.C., Salino, A., Sobral, Costa, D.P. & Kamito, L.H.Y.(eds.) 2009. *Plantas da Floresta Atlântica*. Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Stotz, D.F., Fitzpatrick, J.W., Parker III, T.A. & Miskovits, D.K. 1996. *Neotropical birds: ecology and conservation*. Chicago: The University of Chicago Press.

Stouffer, P.C. & Bierregaard, R.O.Jr. 1995. Use of amazon forest fragments by understory insectivorous birds. *Ecology*. 76: 2429-2445.

Stratford, J.A. & Stouffer, P.C. 1999. Local extinctions of terrestrial insectivorous birds in a fragmented landscape near Manaus, Brazil. *Conservation Biology*. 13(6): 1416-1423.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia 1995. Anuário Estatístico da Bahia 1995.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. 2003a. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002*. Salvador: SEI. v. 2, (Série estudos e pesquisas, 60).

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia 2003b. Anuário Estatístico da Bahia 2003.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. 2008. *Uso atual das terras: bacias do Extremo Sul e do rio Jequitinhonha*. Salvador: SEI, (Série estudos e pesquisas 81).

Teixeira, D.M. & Carnevalli N. 1989. Nova espécie de *Scytalopus* Gould, 1837, do Nordeste do Brasil (Passeriformes: Rhinocryptidae). Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro (Nova Série). *Zoologia*. 331: 1-11.

Thomas, W.W., Carvalho, A.M.V., Amorim, A.M.A., Garrison, J. & Arbeláez, A.L. 1998. Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. *Biodiversity and Conservation*. 7:311-322.

Thomas, W.W. and Carvalho A.M. 2001. *Vegetation of Coastal Bahia, Brazil*. Relatório não publicado. New York e Ilhéus.

Thomas, W.W., Jardim, J.G., Fiaschi, P. & Amorim, A.M. 2003. Lista preliminar das angiospermas localmente endêmicas do Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, Brasil. In: Prado, P.I., Landau, E.C., Moura, R.T., Pinto, L.P.S, Fonseca, G.A.B. & Ager, K. (orgs.). *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM. Ilhéus, Ba. IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP.

Thomas, W.W. & Barbosa, M. R.V. 2008. Natural vegetation types in the Atlantic Coastal Forest of Northeastern Brazil. In: Thomas, W.W. (ed.) *The Atlantic Coastal Forests of Northeastern Brazil*. Memoirs of The New York Botanical Garden. 100. p. 6-20.

Thomas, W.W., Carvalho, A.M.V., Amorim, A.M., Garrison, J. & Santos, T.S. 2008. Diversity of woody plants in the Atlantic coastal forest of southern Bahia, Brazil. In: Thomas, W.W. (ed.) *The Atlantic Coastal Forests of Northeastern Brazil*. Memoirs of The New York Botanical Garden. 100. p. 21-66.

- Thomaz, L. D. & Monteiro, R. 1997. Composição florística da Mata Atlântica de encosta da Estação Biológica de Santa Lúcia, município de Santa Teresa, ES. *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão* 7: 3-48.
- Tiepolo, L.M & Tomas, W.M., 2006. Ordem Artiodactyla. In: Reis, N.R; Peracchi, A.L; Pedro, W.A; Lima, I.P. (eds). *Mamíferos do Brasil*. Londrina, PR. 283-303.
- Tundisi, J.G., Matsumura-Tundisi, T., Rocha, O. Espíndola, E. L., Rietzler, A.C., Ibanez, M.S., Costa-Neto, P., Calijuri, M. C. & Pompeu, M. 1998. Aquatic Biodiversity as a Consequence of Diversity of Habitats and Functional Mechanisms. *Anais da Academia Brasileira de Ciências* 70(4): 767-773.
- Tundisi, J.G. & Matsumura-Tundisi, 2008. *Limnologia*. São Paulo. Oficina de Textos.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO. (1972) *Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: dez. 2013.
- Urban, C.R.A. 1992 História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas. In: Cunha, M.M.C. (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Fapesp, SMC.
- Veracel Celulose, 2007. *Plano de Manejo RPPN Estação Veracel*. Veracel Celulose, Eunápolis/BA.
- Vidolin G.P., Biondi D., Wandembruck A.. 2011. A anota (*Tapirus terrestris*) em fragmentos de floresta com araucária, Paraná, Brasil. *Floresta*. Curitiba, PR. 41(4): 685 – 694.
- Vieillard J.M.E. 1990. *Areas of differentiation and biogeographic affinities within the avifauna of North-eastern Brazil*. Acta XX International Ornithology Congress, Suppl., Christchurch.
- Weber, L. N. & Carvalho e Silva, S.P. 2001. Descrição da larva de *Physalaemus signifer* (Girard, 1853) (Amphibia, Anura, Leptodactylidae) e informações sobre a reprodução e a distribuição geográfica da espécie. *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Nova Série, Sér. Zoologia*. Rio de Janeiro. 462:1-6.
- Werner, T., Pinto, L.P., Dutra, G.F. & Pereira, P.G. do P. 2000. Abrolhos 2000: Conserving the Southern Atlantic's Richest Coastal Biodiversity into the Next Century. *Coastal Management*. 28: 99-108.
- Wetzel, R.G. 2001. *Limnology: Lake and River Ecosystems*. Academic Press, San Diego.
- Willis, E.O. 1979. The composition of avian communities in remanescent woodlots in southern Brazil. *Papéis Avulsos de Zoologia*. 33: 1-25.
- Zortéa, M. 2007. Subfamília Stenodermatinae. In: Reis, N.R., Peracchi, A.L.; Pedro, W.A. & Lima, I. P (eds.). *Morcegos do Brasil*. Londrina.
- Zortéa, M. & S. L. Mendes. 1993. Folivory in the big fruit-eating bat, *Artibeus lituratus* (Chiroptera:Phyllostomidae), in eastern Brazil. *Journal of Tropical Ecology*. 9:117-120.

PLANO DE MANEJO



PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

BRASÍLIA . DF . JUNHO DE 2014

VOLUME 2



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Mônica Vieira Teixeira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Roberto Ricardo Vizentin

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - DIMAN

Sérgio Brant Rocha

COORDENAÇÃO GERAL DE CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Lilian Letícia Mitico Hangae

COORDENAÇÃO DE PLANOS DE MANEJO

Alexandre Lantelme Kirovsky

PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

Etienne Oliveira Silva

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO

Coordenação Geral do Plano

Gláucia Moreira Drummond – Fundação Biodiversitas

Equipe de Supervisão e Acompanhamento pelo ICMBio

Aristides Salgado Guimarães Neto

Carlos Henrique Velasquez Fernandes

Dione Angélica de Araújo Corte

Eliane Corbucci

Fernando Brutto

Inês de Fatima Oliveira Dias

Luciana Costa Mota

Raquel Mendes Miguel

Equipe de Supervisão e Acompanhamento pelo PCE

Cornelius von Fürstenberg

Ricardos Guedes Miranda

Sandra Paes Cardoso

Leandro Anjos (UCE-BA)

Cartografia e Geoprocessamento de Dados

Cássio Soares Martins - Fundação Biodiversitas

Cora Carolina - Fundação Biodiversitas

Roberta Cristina Maini - Fundação Biodiversitas

Estruturação e Redação do Diagnóstico

Gláucia Moreira Drummond – Fundação Biodiversitas

Camila Emiliane Mendes de Sá – Fundação Biodiversitas

Estruturação e Redação do Planejamento

Gláucia Moreira Drummond – Fundação Biodiversitas

Camila Emiliane Mendes de Sá – Fundação Biodiversitas

Luciana Costa Mota – Coordenação de Planos de Manejo / ICMBio

Editoração do Documento

Bernardo Torido - Fundação Biodiversitas

José Vicente Carneiro – Fundação Biodiversitas

Equipe da Unidade de Conservação

Alessandro Marcuzzi

Aristides Salgado Guimarães Neto (de 2011 a 2014)

Carmen Vera Marques Barcellos

Eurípedes Pontes Junior (de 2006 a 2009)

Maria Carolina Guarinello (de 2009 a 2010)

Parceiros

IESB – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

SAVE Brasil

Herbário CEPLAC

Laboratório Mastozoologia-UFMG

Apoio Técnico

Adriano Paglia – Conservação Internacional

Carlos Ferraz – Turismólogo

Carlos Schaefer – Universidade Federal de Viçosa

Christiane Holvorcem – Instituto BioAtlântica

Jean François Timmers – Flora Brasil

Marcus Canuto – SOS Falconiformes

Mônica Fonseca – Conservação Internacional

Paulo Henrique Chaves Cordeiro - Golden Brasil

Pedro Fiaschi – Universidade de São Paulo

EQUIPE DE CONSULTORES RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS TEMÁTICAS

Meio Físico

Alecir Antônio Maciel Moreira

Ricardo Augusto de Almeida

Dan Christien Henrique de Oliveira

Flora

André Amorim

Fernando Bittencourt de Matos

Gabriel Martins de Carvalho

Michael S. Pessoa

José Lima da Paixão

Lukas Halla Daneu

Limnologia

Magda Karla Barcelos

Rafael Resck

Coordenação de Fauna

Fabiano Rodrigues de Melo

Mamíferos

Raquel Teixeira de Moura

Fábio Falcão

Leonardo Gomes Neves

Sávio Drummond
Carla Viviane de Assis
Rubens Vieira Lopes

Aves

Pedro Ferreira de Veley
André C. de Luca
Carlos Mendes da Silva

Répteis e Anfíbios

Mirco Solé
Tatiana R. Alves Vilaça
Juliana R. dos Santos Silva
Euvaldo Marciano
Tadeu Medeiros

Peixes

Fábio Vieira
João Pedro Corrêa Gomes

Socioeconomia

Ana Roberta Gomes
Gabriel Rodrigues dos Santos

Uso Público

Fernando Kanni
Raoni Araújo
Mateus Frechiani Romanha

Estrutura Organizacional

José Aurélio Caiut

Planejamento Estratégico

Antônio Paulo Reginato

Apoio em campo

Carlos Mendes da Silva (Contratado)
Brigadistas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Contratados)
Funcionários do Parque Nacional do Descobrimento
Alexandro das Virgens Coelho (mateiro/ auxiliar de campo)
Antônio Geraldo da Silva Calixto (mateiro/ auxiliar de campo)
Carlos Mendes de Jesus da Silva (mateiro/ auxiliar de campo)
Claudinei Tavares do Carmo (mateiro/ auxiliar de campo)
Gilmar Pereira de Souza (mateiro/ auxiliar de campo)
Mauricio Ferreira Rocha (mateiro/ auxiliar de campo)

Agradecimentos especiais à Aliança para Conservação da Mata Atlântica, parceria das ONGs Conservação Internacional e SOS Mata Atlântica para potencializar esforços e acelerar as ações a favor da conservação do Bioma. O apoio financeiro dispensado pela Aliança ao Plano de Manejo viabilizou a realização da Oficina de Planejamento junto aos atores locais, somando esforços para a construção de um instrumento que refletisse o conhecimento e as expectativas desse público sobre o zoneamento e as diretrizes gerais de manejo da Unidade.

Agradecimentos especiais aos analistas ambientais do ICMBio, Eurípedes Pontes Junior, Maria Carolina Guarinello e Aristides Salgado Guimarães Neto, que durante sua permanência à frente da Chefia do Parque Nacional do Descobrimento acompanharam e participaram intensamente do processo de elaboração e/ou conclusão do plano de manejo.

Agradecimentos especiais à RPPN Estação Veracel, na pessoa de Carlos André Gaspar dos Santos, Coordenador de Proteção Florestal e da RPPN, e ao proprietário, Alair Silva Junior, e funcionários da Fazenda Riacho das Ostras, pelo apoio prestado à hospedagem das equipes durante os estudos de campo.

PARCERIAS

Este Plano de Manejo foi elaborado com vistas a proporcionar o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão do Parque Nacional do Descobrimento. Para este propósito, a Fundação Biodiversitas, o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), a SAVE Brasil – Sociedade para Conservação das Aves do Brasil, a Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira e o Laboratório de Mastozoologia e Manejo de Fauna da UFMG, se organizaram em um consórcio institucional e colocaram o melhor de suas competências a serviço do referido Parque. O desenvolvimento do Plano de Manejo contou com recursos de doação da Cooperação Financeira Alemã no âmbito do Contrato de Contribuição Financeira celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil /Projeto Corredores Ecológicos e o KfW (Banco Alemão de Desenvolvimento).

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio - é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União. Cabe a ele ainda, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS

Com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, a Fundação Biodiversitas é uma organização não-governamental que atua em projetos ligados à conservação da biodiversidade brasileira. Seu principal foco de atuação são as espécies ameaçadas de extinção. Para tanto, investe seus esforços no fortalecimento das Unidades de Conservação, em programas de educação ambiental, em projetos de planejamento ambiental integrados ao desenvolvimento econômico sustentável.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA - IESB

O IESB é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que desenvolve pesquisas, projetos e ações com o objetivo de conservar a Mata Atlântica Brasileira. Foi fundado em 1994 e tem como missão “*Conservar a biodiversidade, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria de vida das comunidades inseridas no Corredor Central da Mata Atlântica*”.

SOCIEDADE PARA A CONSERVAÇÃO DAS AVES DO BRASIL - SAVE Brasil

A SAVE Brasil é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, cujo foco é a conservação das aves brasileiras.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC- HERBÁRIO

A missão da CEPLAC é promover a competitividade e a sustentabilidade dos segmentos agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau. É um órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e atua em seis Estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

LABORATÓRIO DE MASTOZOLOGIA E MANEJO DE FAUNA DA UFMG

O Laboratório de Mastozoologia e Manejo de Fauna da UFMG é voltado para o desenvolvimento de estudos relacionados à conservação da fauna de mamíferos do Brasil, com ênfase nas espécies brasileiras ameaçadas de extinção. O Laboratório também abriga a coleção de mamíferos do departamento de Zoologia da UFMG, um dos maiores e mais completos acervos de mamíferos do país.

PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS - PCE

O PCE faz parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG 7) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tem como principal objetivo a conservação *in situ* da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil por meio da integração de Unidades de Conservação, públicas e privadas, em “Corredores Ecológicos”.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
4. PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	16
4.1. MISSÃO, OBJETIVOS ESPECÍFICOS E VISÃO DE FUTURO	16
4.1.1. Missão do Parque Nacional do Descobrimento	16
4.1.2. Objetivos Específicos do Parque Nacional do Descobrimento	16
4.1.3. Visão de Futuro do Parque Nacional do Descobrimento	17
4.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO.....	17
4.3. PROGRAMAS DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO.....	18
4.3.1. Programa de Conhecimento.....	21
4.3.1.1. Subprograma de Pesquisa	21
4.3.1.2. Subprograma de Monitoramento.....	24
4.3.2. Programa de Uso Público.....	27
4.3.2.1. Subprograma de Visitação Pública	27
4.3.3. Programa de Integração com a Região da UC	29
4.3.3.1. Subprograma de Divulgação e Comunicação.....	29
4.3.3.2. Subprograma de Educação Ambiental.....	31
4.3.3.3. Subprograma de Gestão Participativa	33
4.3.4. Programa de Manejo	35
4.3.4.1. Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais	35
4.3.5. Programa de Proteção.....	37
4.3.5.1. Subprograma Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.....	37
4.3.5.2. Subprograma de Fiscalização e Controle ambiental	40
4.3.6. Programa de Operacionalização	42
4.3.6.1. Subprograma de Consolidação Territorial.....	42
4.3.6.2. Subprograma de Administração.....	44
4.3.6.3. Subprograma de Capacitação.....	46
4.3.6.4. Subprograma de Planejamento e Gestão.....	47
4.3.6.5. Subprograma de Gestão da Informação.....	49
4.3.6.6. Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos	51
4.3.6.7. Subprograma de Cooperação Intrainstitucional	53
4.3.6.8. Subprograma de Cooperação Interinstitucional	54
4.3.7. Programa de Alternativas de Desenvolvimento	55
4.4. NORMAS GERENCIAIS GERAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	58
4.4.1. Normas sobre a administração.....	58
4.4.2. Normas sobre expediente/ funcionamento.....	58
4.4.3. Normas sobre infraestrutura	58
4.4.4. Normas sobre trânsito	58
4.4.5. Normas sobre proteção	58

4.4.6.	Normas para manejo	59
4.4.7.	Normas para pesquisa.....	59
4.4.8.	Normas para utilização da imagem da UC	60
4.4.9.	Normas para atividades de treinamento militar	60
4.4.10.	Normas sobre atividades didáticas.....	60
4.4.11.	Normas sobre eventos.....	60
4.4.12.	Normas sobre uso público / visitação	61
4.5.	ZONEAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	63
4.5.1.	Zonas de manejo: definição, objetivos, atividades permitidas e normas específicas	63
4.5.1.1.	Zona intangível	64
4.5.1.2.	Zona Primitiva.....	64
4.5.1.3.	Zona de Uso Extensivo	65
4.5.1.4.	Zona de Uso Intensivo.....	66
4.5.1.5.	Zona de Uso Especial	67
4.5.1.6.	Zona de Recuperação	68
4.5.1.7.	Zona de Ocupação Temporária	69
4.5.1.8.	Zona de Amortecimento	70
4.5.2.	Infraestrutura de apoio.....	72
4.5.3.	Quadro-Síntese dos Critérios de Zoneamento.....	74
4.5.4.	Cálculo das Zonas	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa estratégico do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).	18
Figura 2: Zoneamento do Parque Nacional do Descobrimento (com Zona de Amortecimento)– Prado (BA).....	78
Figura 3: Zoneamento do Parque Nacional do Descobrimento (com atrativos de uso público e benfeitorias existentes e projetadas) – Prado (BA).....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro1: Ficha Técnica do Parque Nacional do Descobrimento – P.N. do Descobrimento.	14
Quadro 2: Programas e Subprogramas de Manejo para o Parque Nacional do Descobrimento.....	19
Quadro 3: Matriz do Programa de Conhecimento / Subprograma de Pesquisa do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	21
Quadro 4: Matriz do Programa de Conhecimento / Subprograma de Monitoramento do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).	24
Quadro 5. Matriz do Programa de Uso Público e Subprograma de Visitação Pública do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).	27
Quadro 6: Matriz do Programa de Integração com a Região da UC e Subprograma de Divulgação e Comunicação do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).	29
Quadro 7. Matriz do Programa de Integração com a Região da UC / Subprograma de Sensibilização Ambiental do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).	31
Quadro 8. Matriz do Programa de Integração com a Região da UC e Subprograma de Gestão	

Participativa do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	33
Quadro 9. Matriz do Programa de Manejo / Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).	35
Quadro 10. Matriz do Programa de Proteção / Subprograma de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	37
Quadro 11. Matriz do Programa de Proteção / Subprograma de Fiscalização do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	40
Quadro 12. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Consolidação Territorial do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	42
Quadro 13. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Administração do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).	44
Quadro 14. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Capacitação do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).	46
Quadro 15. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Planejamento e Gestão do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	47
Quadro 16. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Gestão da Informação do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	49
Quadro 17. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	51
Quadro 18. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Cooperação Intra-Institucional do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	53
Quadro 19. Matriz do Programas de Operacionalização / Subprograma de Cooperação Interinstitucional do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	54
Quadro 20. Matriz do Programa Alternativas de Desenvolvimento do entorno do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	55
Quadro 21: Quadro-Síntese dos Critérios de Zoneamento.	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tamanho e representatividade de cada zona estabelecida para o Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).....	77
--	----

APRESENTAÇÃO

A posição do Brasil como um país megadiverso confere uma responsabilidade global maior em proteger três grandes regiões naturais – a Amazônia, o Pantanal e a Caatinga, e dois *hotspots* de biodiversidade – a Mata Atlântica e o Cerrado. Contudo, o Brasil é um país que ainda tem dificuldades em conciliar o desenvolvimento econômico e o respeito ao meio ambiente. Infelizmente os seus biomas vêm sofrendo com sucessivos episódios de degradação, alteração e conversão de sua biota, para dar lugar a atividades produtivas e instalações de infraestrutura. Esse processo é impulsionado por uma lógica antiga, implacável e bem conhecida de desenvolvimento “a qualquer custo”, baseada no imediatismo. Por essa lógica, sucessivas fronteiras de recursos naturais são identificadas, ocupadas, devastadas e exploradas (Drummond, 2005). Da forma como a ocupação do território tem sido realizada, a perda e degradação de habitat são consequências inevitáveis, sendo consideradas as principais causas de ameaça à biodiversidade.

Nesse contexto, as Unidades de Conservação são a chave para proteger o que resta dos ecossistemas naturais. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente Brasileiro, as Unidades de Conservação são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico ali existente.

A Declaração de Bali, elaborada durante o III Congresso Mundial de Parques, realizado em 1982, enfatiza a importância das Unidades de Conservação como elementos indispensáveis para a conservação da biodiversidade. As Unidades de Conservação, se adequadamente distribuídas geograficamente e em extensão, assegurariam a manutenção de amostras representativas de ambientes naturais, da diversidade de espécies e de sua variabilidade genética, além de promover oportunidades para pesquisa científica, educação ambiental, turismo e outras formas menos impactantes de geração de renda, juntamente com a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais à qualidade de vida. Tal premissa foi reforçada pela Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, adotada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD (Rio-92). No âmbito da Convenção, assinada por 175 países, um sistema adequado de Unidades de Conservação é considerado o pilar central para o desenvolvimento de estratégias nacionais de preservação da diversidade biológica.

Com o intuito de definir e regular as Unidades de Conservação brasileiras foi criado o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, oficialmente estabelecido pela Lei 9.985 de 19 de julho de 2000. O SNUC separa as Unidades de Conservação em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável, que permitem várias formas de utilização dos recursos naturais (Rylands & Brandon, 2005). As Unidades de Conservação de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-as, o quanto possível da interferência humana. Nelas, como regra, só se admite o uso indireto dos recursos naturais. Vale ainda dizer que a criação dessas áreas é feita pelos governos federal, estaduais e municipais, após a realização de estudos técnicos e de consulta à população (Oliveira & Barbosa, 2010).

O estabelecimento de parques e reservas no Brasil pode ser considerado um fenômeno ainda recente, sendo que a maioria foi criada nos últimos 30 anos. A percentagem de território brasileiro protegido na forma de Unidades de Conservação federais, sejam estas de proteção integral ou de uso sustentável, é 8,8%, ocupando uma área equivalente a 75.518.500ha (CNUC/MMA, 2012). De acordo com as metas do Plano Estratégico da Convenção da Diversidade Biológica para os anos 2010-2020, os países-membros da Convenção devem alcançar um total de 17% de área protegida em ambientes terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras em seus territórios, o que é um desafio. Soma-se a isso, a necessidade e a importância de que essas áreas sejam representativas de todas as ecorregiões naturais do país.

Com o intuito de aumentar o número de áreas protegidas no país e também de criar o apego da população pela preservação ambiental, os órgãos ambientais brasileiros vêm tentando mudar a concepção nacional, tanto de empresas quanto de políticos e cidadãos, de que as Unidades de Conservação funcionam como um entrave ao desenvolvimento econômico e social, explicando que, na verdade, elas são apenas uma maneira especial de ordenamento territorial (Oliveira & Barbosa, 2010). Ainda que se tenha avançado sobre essa questão, existe ainda a urgência de se fortalecer o sistema de Unidades de Conservação, cuja fragilidade está associada à falta de instrumentos adequados ao seu manejo e proteção.

As Unidades de Conservação, de um modo geral, enfrentam sérios problemas que comprometem a sua efetividade, dentre eles a indefinição fundiária, a caça, as queimadas predatórias, as invasões, a presença de populações humanas no interior das Unidades de Proteção Integral, recursos humanos deficitários, limitação orçamentária e instabilidade política das agências ambientais. No entanto, a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em 2007, pode ser considerada um alento para contornar essas dificuldades.

A este novo órgão do governo coube a execução das ações da Política Nacional do Meio Ambiente no que tange à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das Unidades de Conservação instituídas pela União. No exercício dessa função, os planos de manejo das Unidades de Conservação ganham um *status* prioritário para a sua implementação e gestão. Assim, o Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento, apresentado neste documento, visa não somente contribuir para o fortalecimento da Unidade, como também do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil.

INTRODUÇÃO

O SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000) define o Plano de Manejo como “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade”. Já segundo o Roteiro Metodológico de Planejamento (Ibama, 2002), o Plano de Manejo se caracteriza como um instrumento de planejamento que ocorre de forma processual e caracteriza-se por ser contínuo, gradativo, flexível e participativo. Estabelece a relação de prioridades entre as ações, mantendo, ao longo do tempo, as grandes linhas e diretrizes que orientam o manejo, permite o ajuste durante a sua implementação e requer o envolvimento da sociedade em diferentes etapas de sua elaboração.

O planejamento como processo contínuo envolve a busca constante de conhecimentos para manter sempre atualizadas as propostas de manejo, de forma a não ocorrerem lacunas e distanciamento entre as ações desenvolvidas e as realidades local e regional. O planejamento é um processo gradativo, onde o grau do conhecimento dos recursos naturais e culturais determina o grau de intervenção na UC que, juntos, determinarão a profundidade de alcance do Plano de Manejo. A implementação dar-se-á também de forma gradativa onde são agregados novos avanços na busca da melhor situação de manejo desejada para a UC. Cada novo planejamento apresenta uma abordagem sempre mais ampliada. O planejamento é flexível porque permite a possibilidade de serem inseridas ou revisadas informações em um plano de manejo sempre que se dispuser de novos dados, sem a necessidade de proceder a toda a revisão do documento. O processo participativo exige o comprometimento da Instituição com a promoção de mudanças na situação existente na Unidade de Conservação e mesmo em suas imediações. Se não acontecerem as mudanças no sentido do aumento da conscientização ambiental da sociedade, dentro e fora da UC, a sua proteção poderá ficar comprometida. O processo participativo busca o envolvimento da sociedade no planejamento e em ações específicas na UC e no seu entorno, tornando-a partícipe e comprometida com as estratégias estabelecidas. É uma oportunidade para se obter o reconhecimento da importância da Unidade de Conservação e de sua contribuição para a sociedade.

A elaboração de planos de manejo para as Unidades de Conservação está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade (decreto nº. 4.339 de 22 de agosto de 2002), sendo que esta iniciativa parece ter ganhado corpo a partir da criação do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em 2007. Dentre as atribuições do ICMBio está a promoção da gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das UC instituídas pela União, sendo o plano de manejo uma ferramenta-chave para a execução dessas ações. O Parque Nacional do Descobrimento (PND) foi criado pelo Decreto Federal de 20 de abril de 1999, com uma área de 21.129ha e ampliado em mais 1.549ha pelo decreto Federal de 05 de Junho de 2012, perfazendo uma área total atual de 22.673,97ha. Localizado na zona costeira do extremo sul da Bahia, situado no município do Prado, destaca-se por se tratar do maior remanescente de Mata Atlântica de tabuleiro ainda em bom estado de conservação na região Nordeste do país; veja Ficha Técnica da UC no Quadro 1.

A elaboração do Plano de Manejo do Plano de Manejo do PND contemplou a área do Parque e seu entorno, seguindo-se os termos do “Roteiro Metodológico de Planejamento – Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas” (Ibama 2002). O Plano de Manejo foi construído por uma equipe multidisciplinar, coordenada por um consórcio de entidades a partir da liderança da Fundação Biodiversitas. A equipe técnica foi composta por profissionais das áreas de biologia, geografia, geologia, sociologia, engenharia florestal, turismo e administração, que atuaram em áreas temáticas, a saber: i) Avaliação Ecológica Rápida (meios biótico e físico); ii) Diagnóstico Socioambiental; iii) Uso Público; iv) Avaliação dos Recursos Hídricos; v) Diagnóstico da Estrutura Organizacional; e vi) Planejamento Estratégico do Parque. Estudos em campo, complementados por dados da literatura e consultas as comunidades de interesse e atores locais, foram integrados e deram suporte aos diagnósticos e as análises necessárias para o Plano de Manejo. Os trabalhos foram assistidos pela Equipe de Supervisão e Acompanhamento do Plano, composta por dois membros representantes do Conselho Consultivo do Parque, dois técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - DIREP/ ICMBio e um técnico de uma Unidade de Coordenação Estadual (UCE-BA) no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos/MMA.

Quadro1: Ficha técnica do Parque Nacional do Descobrimento.

Parque Nacional do Descobrimento	
Coordenação Regional:	CR7 - Porto Seguro
Unidade Gestora:	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Endereço da sede:	Rua 04, Quadra C, Lote 31, Bairro Novo Prado, Prado, Bahia
Telefone:	(73) 3298-2233
Fax:	(73)3298-2233
Email:	parnadescobrimento@gmail.com; aristides.neto@icmbio.gov.br
Site:	http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2197-parna-do-descobrimento.html
Superfície da UC (ha):	22.693,97
Perímetro da UC (km):	156,59
Superfície da ZA (ha):	107.239,30
Perímetro da ZA (km):	333,82
Município:	Prado – 13,63%.
Estado:	Bahia.
Coordenadas geográficas:	Entre as coordenadas 16° 55' e 17° 15' de latitude Sul, e 39° 25' e 40° 10' de longitude Oeste.
Data de criação e decreto:	Decreto Federal de 20 de Abril de 1999
Biomas e ecossistemas:	Mata Atlântica - Floresta Ombrófila densa sobre Tabuleiros Costeiros do Brasil
Atividades ocorrentes:	Operacionalização semestral (outubro a março) da Base Avançada de combate a incêndios com atividades de manutenção de aceiros, limpeza da área de uso do PND e eventual apoio a outras 15 UC dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia.
Educação ambiental:	Ações isoladas ainda incipientes.
Fiscalização	Precária. Realizada conforme demandas específicas em virtude da insuficiência de servidores para tal função.
Pesquisa:	Pontual. Ocorre com apoio de universidades e faculdades locais e regionais e são orientadas por uma câmara técnica criada no âmbito do Conselho Consultivo do Parque.
Visitação:	Apesar da demanda, o Parque ainda não dispõe de estrutura adequada de visitação.
Atividades conflitantes:	Caça; ocupação irregular; extração de sementes, plantas, lenha e madeira; retirada de estacas para plantio de maracujás e pimenta-do-reino; uso de agrotóxicos nas nascentes dos rios que atravessam a UC e nas culturas de subsistência nas ocupações irregulares dentro do Parque; presença de animais domésticos (cães e gatos).

PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



PARQUE NACIONAL DO
DESCOBRIMENTO

4. Planejamento da Unidade de Conservação

4.1. Missão, Objetivos Específicos e Visão de Futuro

4.1.1. Missão do Parque Nacional do Descobrimento

A missão do Parque Nacional do Descobrimento foi baseada nos seus objetivos de criação, na Lei do SNUC (Lei n.º 9.985/2000) e nos aspectos ambientais e sociais mais relevantes de serem alcançados pela Unidade, tendo sido assim definida:

“Preservar e atuar na conservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, riqueza biológica e beleza cênica, inseridos no maior fragmento de Mata Atlântica de Tabuleiro do Nordeste brasileiro e patrimônio mundial da humanidade, possibilitando a realização de pesquisas científicas e a interação com a comunidade, por meio de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico”.

4.1.2. Objetivos Específicos do Parque Nacional do Descobrimento

Os objetivos específicos do Parque Nacional do Descobrimento foram definidos com base na Lei nº 9985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (considerando o Artigo 4º que traça os objetivos do Sistema e os objetivos estabelecidos para o manejo da categoria “Parque Nacional”) e nos objetivos estabelecidos no decreto de criação do Parque. Foram ainda consideradas as informações relevantes levantadas no diagnóstico da UC, como as espécies e os ambientes alvos de conservação, as formações geológicas ou geomorfológicas e as potencialidades socioambientais da UC. São, portanto, objetivos específicos do PND:

- Preservar a biodiversidade existente no Parque como um todo e as respectivas interações ecológicas, visando sustentar a complexidade do ambiente, que é considerado Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento, conforme estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura – UNESCO - e que faz parte do Corredor Central de Mata Atlântica no Estado da Bahia;
- Proteger *in situ* o patrimônio genético do Parque, com destaque para as espécies raras, endêmicas e ameaçadas, tais como *Euterpe edulis* (palmito jussara), *Manilkara multifida* (paraju); *Mimagoniates sylvicola* e *Rachoviscus graciliceps* (peixes), *Allobates olfersioides* (anuro), *Leucopternis lacernulatus* (gavião-pombo), *Cebus robustus* (macaco-prego) *Puma concolor* (onça-parda);
- Preservar as Florestas de Tabuleiros, que no PND ocorrem em um dos maiores fragmentos florestais contínuos na região do Extremo Sul da Bahia e na Mata Atlântica brasileira;
- Preservar as diferentes fitofisionomias (Floresta Alta, Floresta de Muçununga, Campos Nativos) e organismos associados;
- Preservar a população do mutum-do-sudeste, *Crax blumembachii*, espécie indicada para representar o Parque, assim como as espécies de anfíbios que tem potencial para serem utilizadas como “espécies bandeira”: *Hylomantis aspera*, *Phasmahyla exilis* e *Phyllomedusa burmeisteri*;
- Proteger os recursos hídricos do Parque, compostos pelas bacias hidrográficas do Jucuruçu, Japara, Japara Grande, do Ouro, Imbassuaba, do Peixe e Cahy, com destaque para as nascentes de afluentes de rios estaduais de relevância regional;
- Incentivar e dar suporte a pesquisas específicas e interdisciplinares que gerem conhecimento sobre a UC e sobre a região e contribuam na formulação de estratégias de conservação regional e nacional;
- Promover a educação ambiental, constituindo-se em espaço pedagógico difusor de conceitos e práticas ambientalmente corretas em nível regional;
- Promover a integração com as comunidades vizinhas, visando à proteção e à minimização dos impactos ambientais sobre o Parque e entorno;

- Propiciar a visitação, o lazer e a recreação de forma ordenada, voltados para a sensibilização ambiental e a valorização e conservação do patrimônio natural regional;
- Preservar o patrimônio histórico-cultural, como os sítios arqueológicos, históricos e pré-históricos;
- Contribuir como atrativo ecológico para ampliar o potencial turístico da região, já detentora da tradição do turismo de sol e praia;
- Promover a conservação dos solos e possibilitar a compreensão dos seus processos genéticos e evolutivos;
- Preservar os elementos geológico-geomorfológicos da paisagem como o embasamento pré-cambriano e os tabuleiros costeiros, que se destacam pela importância histórica e cultural para a memória nacional, devido às descrições históricas de Pero Vaz de Caminha;

4.1.3. Visão de Futuro do Parque Nacional do Descobrimento

A visão de futuro do Parque Nacional do Descobrimento, ou seja, estado ou condição ideal altamente desejável e, sobretudo, possível de se obter no médio prazo, que potencializa o alcance de sua Missão e o cumprimento de seus Objetivos Específicos, foi definida com base nas contribuições dos atores envolvidos com o PND por ocasião da realização da Oficina de Planejamento Participativo – OPP, sendo assim conceituada:

“Ser um Parque representativo da Mata Atlântica de Tabuleiro, consolidado territorialmente com alto nível de proteção. Possuir gestão eficiente, bem sucedidos programas de visitação pública, educação ambiental e pesquisa científica, parceiro das comunidades e motivo de orgulho local”.

4.2. Objetivos Estratégicos do Parque Nacional do Descobrimento

Os Objetivos Estratégicos são declarações expressas do que se pretende realizar na UC nos próximos dez anos para se alcançar a Visão de Futuro e promover avanços no cumprimento de sua Missão e de seus Objetivos Específicos de Manejo (Araujo *et. al*, 2009¹). Constituem a prioridade de gestão, considerando-se as mudanças e os avanços desejados. Para o PND, estes objetivos foram definidos com base nas cinco perspectivas do “*Balanced Scorecard*” (BSC) (Kaplan & Norton, 2008²):

- *Aprendizagem e Crescimento*: Para aprimorar seus processos prioritários, o que o Parque deve aprender e inovar para melhorar? Quais competências e quais tecnologias serão essenciais?;
- *Processos Internos*: Para cuidar das demandas da sociedade e governo e satisfazer seus beneficiários em quais processos o Parque deve ser excelente? Quais devem ser priorizados pelo PND?;
- *Clientes e Beneficiários*: Para realizar sua missão, como o Parque Nacional do Descobrimento deve cuidar dos seus clientes/beneficiários?;
- *Governo e Sociedade*: Para o PND realizar a sua missão e alcançar a sua visão de futuro, que demandas da sociedade e governo devem ser por ele atendidas?; e
- *Recursos*: Para atingir seus objetivos e realizar sua missão, como o Parque acessará os recursos necessários? Como buscará sua sustentabilidade financeira?.

Vale dizer que o BSC é um conjunto equilibrado de medidas que, ao se orientarem para os resultados prioritários da organização, permitem o desdobramento da estratégia em resultados mensuráveis e o seu acompanhamento através dos indicadores e metas (Araujo *et al.*, 2009).

Assim, com base nos resultados da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) e buscando responder às cinco perspectivas do BSC, foi construído o Mapa Estratégico do Parque Nacional do Descobrimento (Figura 1), que reúne um total de 14 objetivos estratégicos (dispostos em uma relação de causa e efeito) que precisam ser alcançados pela UC no médio/longo prazo (período de 2012 a 2022). Ou seja, o Mapa reflete os desafios de gestão que foram priorizados na Oficina e consolidados em discussões com os

¹ Araujo, M.A.R., Marques, C.P. & Cabral, R.F.B. 2009. Melhorando a efetividade da gestão de unidades de conservação: a experiência do Programa de Gestão para Resultados – PGR. Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA e Cooperação Técnica Alemã - GTZ. Brasília: MMA.

² Kaplan, R.S. & Norton, D.P. 2008. Mastering the management system. *Harvard Business Review*. January:1-17.

diversos atores envolvidos na gestão da UC. Vale mencionar que o conjunto de objetivos estratégicos definidos para o PND é correlacionado aos objetivos do Mapa Estratégico do ICMBio.

MAPA ESTRATÉGICO – Parque Nacional do Descobrimento

Visão de futuro: Ser um Parque representativo da Mata Atlântica de Tabuleiro, consolidado territorialmente com alto nível de proteção. Possuir gestão eficiente, bem sucedidos programas de visitação pública, educação ambiental e pesquisa científica, parceiro das comunidades e motivo de orgulho local.

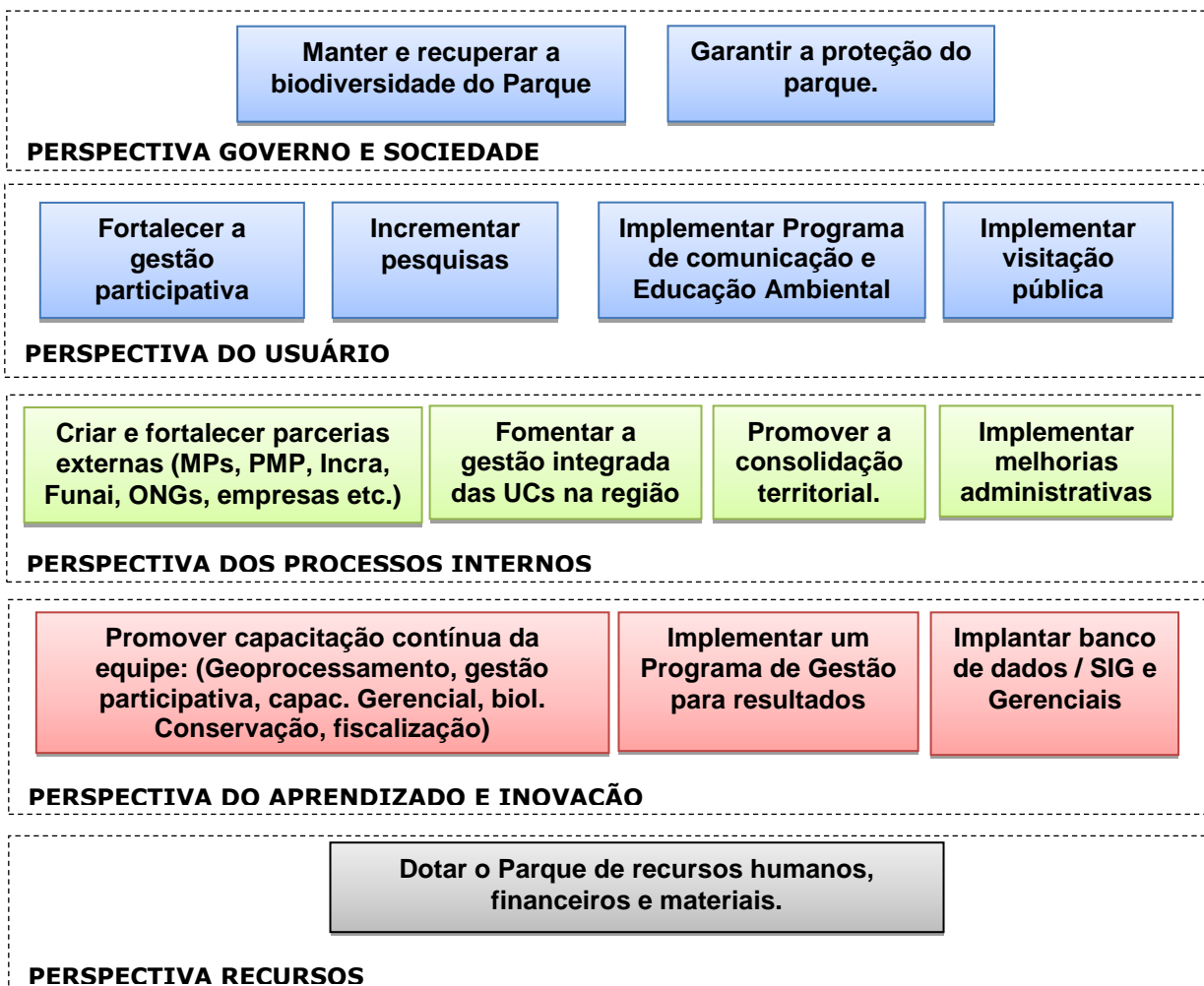


Figura 1: Mapa estratégico do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

4.3. Programas de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento

Os Programas de Manejo constituem a forma de organização da gestão da UC no nível operacional. Reúnem as ações necessárias para que a UC alcance a sua Visão e avance no cumprimento da sua Missão e de seus Objetivos Específicos de Manejo. Neles, os Objetivos Estratégicos definidos para o alcance da Visão de Futuro são desdobrados em resultados, indicadores, metas e atividades, visando operacionalizar o Plano de Manejo para cumprimento destes Objetivos e, conseqüentemente, posicionando a Unidade de Conservação mais próxima da sua Visão.

Nesse sentido, foram estabelecidos, para o Parque Nacional do Descobrimento, sete Programas de Manejo, alguns subdivididos em Subprogramas, todos eles vinculados aos Objetivos Estratégicos delineados para o Parque, conforme quadro a seguir:

Quadro 2: Programas e Subprogramas de Manejo para o Parque Nacional do Descobrimento

PROGRAMA	SUBPROGRAMA	Objetivos estratégicos atendidos pelos Programas/Subprogramas
PROGRAMA DE CONHECIMENTO	Subprograma de Pesquisa	Incrementar pesquisas científicas no PND
	Subprograma de Monitoramento	Manter e recuperar a biodiversidade do Parque
PROGRAMA DE USO PÚBLICO	Subprograma de Visitação Pública	Implementar visitação pública no PND
PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COM A REGIÃO DA UC	Subprograma de Divulgação e Comunicação	Implementar Programa de Comunicação e Educação Ambiental
	Subprograma de Educação Ambiental	Implementar Programa de Comunicação e Educação Ambiental
	Subprograma de Gestão Participativa	Fortalecer a Gestão Participativa do Parque
PROGRAMA DE MANEJO	Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais	Manter e recuperar a biodiversidade do Parque
PROGRAMA DE PROTEÇÃO	Subprograma de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	Garantir a proteção do Parque
	Subprograma de Fiscalização e Controle Ambiental	Garantir a proteção do Parque
PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO	Subprograma de Consolidação Territorial	Promover a consolidação territorial do PND
	Subprograma de Administração	Dotar adequadamente o Parque de recursos humanos e financeiros
	Subprograma de Capacitação	Promover capacitação continuada da equipe do Parque no que diz respeito aos seguintes temas: geoprocessamento, gestão participativa e de conflitos, capacitação gerencial, Biologia da Conservação e estratégias de proteção de recursos naturais
	Subprograma de Planejamento e Gestão	Implementar um Programa de Gestão para Resultados Implementar melhorias administrativas
	Subprograma de Gestão da Informação	Implantar banco de dados / SIG e Gerenciais
	Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos	Dotar o Parque recursos humanos, financeiros e materiais
	Subprograma de Cooperação Intrainstitucional	Fomentar a gestão integrada entre as UCs na região
PROGRAMA DE ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO	Subprograma de Cooperação Interinstitucional	Criar e fortalecer parcerias externas (MP, PMP, Incra, Funai, ONGs, empresas e outros)
		Garantir a proteção do Parque

Os Programas e Subprogramas de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento foram elaborados considerando-se que é por meio da realização das atividades previstas que se alcançarão os resultados almejados. As atividades, por sua vez, foram definidas a partir das contribuições obtidas nas Oficinas de Pesquisadores e de Planejamento Participativo – OPP.

Tantos os resultados esperados como as atividades a eles vinculadas possuem metas anuais, visando que a sua implementação seja feita de forma paulatina e que seja possível realizar o monitoramento contínuo da relação entre grau de implementação das atividades e o grau de alcance dos resultados esperados. A análise dessa relação permitirá a avaliação constante da efetividade das atividades propostas perante os resultados esperados, possibilitando ajustes e correções rumo ao alcance dos mesmos.

Os Programas e Subprogramas de Manejo foram estruturados em formato de matriz, com o intuito de garantir uma sequência lógica entre os objetivos e seus resultados esperados, bem como as metas, indicadores e atividades a eles relacionadas. Essa forma de concepção/apresentação dos Programas possibilita uma melhor visualização das estratégias que serão desenvolvidas, bem como a identificação dos resultados que se pretendem atingir. Nesse formato, todos os elementos de planejamento estão ligados uns aos outros, facilitando a verificação da coerência entre objetivos, metas e atividades propostas, e da adequabilidade dos indicadores propostos aos resultados esperados (indicadores de impacto) e para as atividades propostas (indicadores de desempenho).

A seguir, são apresentadas as matrizes dos Programas de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento.

4.3.1. Programa de Conhecimento

4.3.1.1. Subprograma de Pesquisa

Quadro 3: Matriz do Programa de Conhecimento / Subprograma de Pesquisa do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: CONHECIMENTO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Incrementar pesquisas científicas no Parque Nacional (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Usuário (Clientes e beneficiários). Área do Diagnóstico: Situação Fundiária/ Meio físico/ Meio biótico/ Uso Público/ Organizacional.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para o estudo, a pesquisa científica e o monitoramento ambiental a serem desenvolvidos no PND.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Proporcionar subsídios para proteção e manejo dos recursos naturais com base em estudos, pesquisas científicas, monitoramento ambiental e promoção da evolução natural dos ecossistemas e da manutenção da biodiversidade do Parque Nacional do Descobrimento.											
SUBPROGRAMA: PESQUISA											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Incentivar e dar suporte a pesquisas que gerem conhecimento sobre o PND e região, forneçam subsídios para a gestão da unidade de conservação e auxiliem na formulação de novas estratégias de conservação de sua biodiversidade.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Acréscimo nas pesquisas realizadas no PND com ênfase naquelas consideradas prioritárias para o manejo da UC	Nº total de pesquisas iniciadas no PND	Σ	Sisbio	Anual	10	10	15	20	20		
	Nº pesquisas iniciadas relacionadas às necessidades de manejo/desafios de gestão do PND	Σ	Sisbio	Anual	5	5	7	10	10		
	Nº de pesquisas iniciadas envolvendo espécies ameaçadas de extinção no PND	Σ	Sisbio	Anual	1	1	1	1	1		
2. Utilização do conhecimento gerado nas pesquisas para subsidiar a tomada de decisão no PND	% de pesquisas com recomendações de ações de manejo /conservação aplicáveis à gestão do PND	Σ de pesquisas com recomendações de manejo aplicáveis à gestão / Σ de pesquisas realizadas na UC x 100	Sisbio	Anual	-	50%	50%	50%	50%		
ATIVIDADES											
Atividades	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Sistematizar e organizar as informações disponíveis sobre o Parque Nacional do Descobrimento para a montagem/atualização de banco de dados do Parque, visando identificar lacunas de conhecimento relacionadas aos desafios de gestão da UC, e disponibilizar as informações consolidadas de modo a potencializar as pesquisas futuras.			Banco de dados atualizado sobre pesquisas já realizadas na UC	NA	Banco de dados do PND	-	Banco de Dados Organizado	Banco de Dados Atualizado	Banco de Dados Atualizado	Banco de Dados Atualizado	

<p>1.2. Estimular a realização de pesquisas de interesse da UC por meio da divulgação dos temas prioritários e da infraestrutura disponível para a realização das atividades de pesquisa no PND. Deverão ser incentivadas, fomentadas e/ou desenvolvidas pela equipe da UC as pesquisas que atendam às necessidades de respostas para orientar o manejo do PND, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudos que contribuam com a manutenção e/ou recuperação das populações dos principais alvos de conservação da unidade: espécies ameaçadas de extinção; espécies endêmicas, raras, espécies bandeiras (mutum-do-sudeste – <i>Crax blumenbachii</i>) e/ou de importância econômica, etc.; • Estudos acerca da composição, estrutura e função dos ecossistemas, assim como o comportamento dos ecossistemas frente às perturbações antrópicas; • Estudos sobre a recuperação de ecossistemas degradados; • Estudos que propiciem a avaliação do estado de conservação da fauna e da flora local; assim como, estudos que contribuam com a implementação de Planos de Ação Nacionais que contemplam espécies ameaçadas encontradas na UC; • Estudos sobre ocorrência (sobretudo de espécies novas), distribuição, viabilidade populacionais, outros aspectos ecológicos e filogenéticos, ameaças e pressões sobre a biodiversidade (sobretudo fauna e flora) abrigada pela unidade; • Estudos que subsidiem o manejo de espécies exóticas invasoras na UC, incluindo avaliação de métodos de controle ou erradicação de espécies exóticas invasoras, de modo a subsidiar processos de tomada de decisão economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis; • Estudos acerca do regime do fogo na unidade e as consequências para a biodiversidade local; além de avaliação de métodos e práticas de prevenção e combate a incêndios, métodos <i>in situ</i> de recuperação de espécies ameaçadas por fogo; • Estudos diagnósticos e prognósticos acerca da visitação objetivando o seu ordenamento e melhoria, assim como estudos dos impactos da visitação, da percepção do visitante, dentre outros; • Estudos que subsidiem a consolidação, ampliação e/ou implantação de corredores ecológicos; • Estudos que avaliem o impacto das ameaças e/ou pressões sobre a biodiversidade da UC, tais como: caça, fogo, desmatamento, conflitos resultantes da ocupação por indígenas, extração vegetal desordenada, espécies exóticas invasoras, degradação de áreas e fragmentação de habitats, dentre outras; e identificação de práticas alternativas, benéficas e sustentáveis a serem incentivadas no entorno; • Estudos acerca da Sociobiodiversidade e Socioeconomia e Patrimônio Histórico-Cultural na UC, em seu entorno e em sua região; • Estudos sobre os usos, qualidade e balanço dos recursos hídricos regionais, principalmente das microbacias hidrográficas que nascem fora do PND; • Gênese, composição e evolução do solo, assim como as práticas culturais regionais de uso e ocupação do solo; bem como estudos das propriedades químicas do solo no entorno da UC com vistas a aumentar a produtividade e gerar alternativas de renda para as famílias vizinhas que praticam agricultura; • Estudos acerca dos regimes e alterações climáticas e suas influências sobre a biodiversidade abrigada pela UC. 			Número de eventos ou instrumentos de divulgação	Σ	Banco de dados do PND	-	-	1	2	2	
<p>1.3. Estabelecer e fortalecer parcerias para realização de pesquisas com foco nas necessidades de manejo do PND.</p>			Nº de parcerias estabelecidas com universidades e/ou centros de pesquisa	Σ	Banco de dados do PND	1	2	2	2	2	
<p>1.4. Identificar e buscar recursos internos e externos para fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisas prioritárias para o PND.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visando à obtenção de recursos externos, por exemplo, poderão ser buscadas parcerias com instituições de pesquisa para apresentação de projetos específicos a instituições de financiamento. • A Unidade poderá também buscar apoio financeiro a partir de editais internos (ICMBio) de fomento a atividades/projetos de pesquisas. 			Nº de projetos de pesquisas prioritárias sendo apoiados com recursos internos ou externos obtidos pelo PND	Σ	Banco de dados do PND	-	1	1	1	1	
<p>1.5. Avaliar e autorizar as pesquisas pertinentes de serem realizadas na UC</p>			Nº de pesquisas autorizadas no PND	Σ	Sisbio	15	15	20	25	25	

1.6. Acompanhar e fiscalizar a realização das atividades dos projetos de pesquisa na UC, assim como seus resultados.			% nº de projetos de pesquisa acompanhados/fiscalizados	$\frac{\sum \text{de projetos de pesquisas acompanhados}}{\sum \text{de projetos de pesquisas em andamento na UC}} \times 100$	Banco de dados do PND	80%	80%	80%	80%	80%	
2.1. Incentivar e/ou promover seminários e outros eventos com a participação de pesquisadores, para apresentação da produção científica do Parque Nacional do Descobrimento e discussão das implicações para o manejo da Unidade.			Número de eventos apoiados ou promovidos	Σ	Banco de dados do PND	-	-	1	1	1	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.2. Subprograma de Monitoramento

Quadro 4: Matriz do Programa de Conhecimento / Subprograma de Monitoramento do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: CONHECIMENTO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Manter e recuperar a biodiversidade do Parque (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Governo e Sociedade. Área do Diagnóstico: Meio físico/ Meio biótico.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para o estudo, a pesquisa científica e o monitoramento ambiental a serem desenvolvidos no Parque Nacional do Descobrimento.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Proporcionar subsídios para proteção e manejo dos recursos naturais com base em estudos, pesquisas científicas, monitoramento ambiental e promoção da evolução natural dos ecossistemas e da manutenção da biodiversidade do Parque Nacional do Descobrimento.											
SUBPROGRAMA: MONITORAMENTO											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Acompanhamento contínuo e sistemático das condições dos recursos bióticos e abióticos do Parque Nacional do Descobrimento e sua ZA.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
Monitoramento dos aspectos bióticos e do meio físico do PND, visando manter e recuperar a biodiversidade do Parque	Nº de programas de monitoramento em andamento	Σ	Banco de Dados do PND	Anual	2	3	4	5	6		
	Nº de publicações técnicas sobre monitoramento do meio biótico e abiótico da UC	Σ	Banco de Dados do PND	Anual	-	2	3	4	6		
Cumprimento das condicionantes das licenças ambientais dos empreendimentos localizados na ZA do PND	% de condicionantes cumpridas	Σ das condicionantes cumpridas / Σ das impostas x 100	Processos de licenciamento	Trimestral	100%	100%	100%	100%	100%		
ATIVIDADES											
Atividades	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
Monitorar áreas alteradas/degradadas e em recuperação dentro do PND e na sua ZA, bem como as áreas de mata e as de muçunungas que representem recursos essenciais à manutenção, dentre outros, da herpetofauna do Parque.			% da área alterada ou em recuperação acompanhada	Σ da área em recuperação sob acompanhamento / Σ de áreas em recuperação x 100	SIG PND	-	50%	100%	100%	100%	
				Σ de pontos de muçununga com área mapeadas / Σ de pontos de muçununga x 100	SIG PNDdo Descobrimento	-	20%	40%	60%	100%	
Criar um núcleo de geoprocessamento no PND ou em alguma entidade ligada a seu Conselho Gestor, que propicie o monitoramento espacial contínuo da dinâmica do uso do solo na UC e sua ZA, com mapeamento das pressões antrópicas quais sejam: desmatamento, caça, silvicultura (plantios de <i>Eucalyptus</i> spp), criação intensiva de gado (pastagens), espécies invasoras e de alta dispersão (jaca, dendê e capins africanos: <i>Brachiaria</i> spp, colômbio, entre outros).			Núcleo de Monitoramento	NA	Vistoria em campo	Núcleo em funcionamento	Núcleo em funcionamento	Núcleo em funcionamento	Núcleo em funcionamento	Núcleo em funcionamento	

<p>Elaborar e implementar, em parceria com universidades, pesquisadores e centros especializados do ICMBio, programas de monitoramento das espécies faunísticas do PND (com ênfase nos aspectos de distribuição e status populacional), sobretudo das ameaçadas, raras e endêmicas, com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> Mamíferos de médio e grande porte, em especial os felinos (onça parda <i>Puma concolor</i>, onça pintada <i>Pantera onca</i>, jaguatirica <i>Felix pardalis</i> e gato-do-mato-pequeno <i>Felix wildii</i>), a anta (<i>Tapirus terrestris</i>) e a queixada (<i>Tayassu pecari</i>); Espécies de aves ameaçadas que se movimentam entre a UC e a Serra do Gaturama: a tiriba-grande <i>Pyrrhura cruentata</i>, o chauá <i>Amazona rhodocorytha</i>, o pica-pau-de-coleira <i>Celeus torquatus tinnunculus</i>, o tangará-rajado <i>Machaeropterus regulus</i> e a cambada-de-chaves <i>Tangara brasiliensis</i>; Espécies de aves cinegéticas visando avaliar o impacto da caça nas respectivas populações; Borboletas frugívoras, pois são bons indicadores de qualidade ambiental. 			<p>% espécies ameaçadas, raras, endêmicas ou cinegéticas alvos de monitoramento</p> <p>Nº de espécies de borboletas frugívoras alvos de monitoramento</p>	<p>\sum espécies monitoradas / \sum total de espécies raras, endêmicas, cinegéticas ou ameaçadas x 100</p>	<p>Relatório de andamento do projeto</p>	-	30%	60%	90%	100%	
			<p>Mapa de área de ocorrência das espécies</p>	NA		-	-	Mapa	Mapa	Mapa	
<p>Elaborar e implementar, em parceria com universidades, pesquisadores, centros especializados do ICMBio e com o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, um programa de monitoramento das espécies florísticas do PND, sobretudo das ameaçadas, raras e endêmicas.</p>			<p>% espécies ameaçadas, raras ou endêmicas alvos de monitoramento</p>	<p>\sum espécies monitoradas / \sum total de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas x 100</p>	<p>Relatório de andamento do projeto</p>	-	30%	60%	90%	100%	
<p>Viabilizar implantação de Programa de Monitoramento da qualidade das águas oriundas do entorno do PND e que deságuam nas microbacias do Parque, visando principalmente a avaliação de resíduos de pesticidas (oriundos das áreas agrícolas) e de nutrientes (oriundos dos criatórios de peixes).</p>			<p>Dados sobre qualidade das águas</p>	NA	<p>Relatório de monitoramento</p>	-	Programa elaborado	Programa em andamento	Programa em andamento	Programa em andamento	
<p>Participar na implementação do Plano de Ação do mutum-do-sudeste <i>Crax blumenbachii</i>.</p>			<p>% das ações propostas para o PND devidamente realizadas</p>	<p>\sum ações previstas para o PND realizadas / \sum ações previstas para o PND x 100</p>	<p>Relatório de monitoria do PAN</p>	-	30%	60%	90%	100%	
<p>Realizar estudo do comportamento hidrológico de acordo com a sazonalidade e uso do solo, visando avaliar o impacto das plantações de eucalipto e pastagens sobre os padrões de drenagem dos solos na ZA do PND.</p>			<p>Estudo do comportamento hidrológico</p>	NA	<p>Relatório do projeto</p>	-	Estudo em andamento	Estudo em andamento	Estudo em andamento	Estudo realizado	
<p>Monitorar as condições atmosféricas do PND, com atenção especial ao regime de ventos e precipitação.</p>			<p>Dados sobre as condições atmosféricas do PND e entorno</p>	NA	<p>Relatório de monitoramento</p>	-	Monitoramento em andamento	Monitoramento em andamento	Monitoramento em andamento	Monitoramento em andamento	
<p>Acompanhar e exigir (quando for o caso) o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais dos empreendimentos a serem alocados na ZA do Parque.</p>			<p>% de condicionantes acompanhadas e com exigência do seu cumprimento, quando for o caso</p>	<p>\sum condicionantes exigidas / \sum de condicionantes cumpridas x 100</p>	<p>Vistoria em campo</p>	100%	100%	100%	100%	100%	

<p>Buscar junto ao IBAMA, a implantação de um CETAS (Centro de Triagem de Animais Silvestres) no município de Prado, para atender o Sul da Bahia e norte do Espírito Santo.</p>			<p>CETAS</p>	<p>NA</p>	<p>Vistoria em campo</p>	<p>-</p>	<p>CETAS funcionando</p>	<p>CETAS funcionando</p>	<p>CETAS funcionando</p>	<p>CETAS funcionando</p>	
---	--	--	--------------	-----------	--------------------------	----------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.2. Programa de Uso Público

4.3.1.3. Subprograma de Visitação Pública

Quadro 5. Matriz do Programa de Uso Público e Subprograma de Visitação Pública do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: USO PÚBLICO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Implementar visitação pública no Parque Nacional do Descobrimento (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Usuário (Clientes e Beneficiários). Área do Diagnóstico: Uso Público.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange os objetivos e atividades voltados à promoção e ao ordenamento da visitação no Parque Nacional do Descobrimento.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Implementar visitação pública no Parque Nacional do Descobrimento.											
SUBPROGRAMA: VISITAÇÃO PÚBLICA											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: : Implementar visitação no Parque Nacional do Descobrimento de forma controlada e segura, agregando conhecimento, parcerias, boas vivências e satisfação aos visitantes.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Estabelecimento e incremento da visitação no PND	% de dias do ano com visitação à UC	\sum de dias do ano com visitação / \sum de dias do ano x 100	Consulta ao livro de visitas do PND	Anual	10%	30%	35%	40%	50%		
	Nº total de visitantes	\sum visitantes à UC	Consulta ao livro de visitas do PND	Anual	100	200	400	800	1000		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
1.1. Elaborar e implementar Plano de Uso Público para o Parque que inclua: <ul style="list-style-type: none"> atrativos e roteiros de visitação específicos para atender a públicos diferenciados (alunos, pesquisadores, turistas, pessoas idosas, pessoas com deficiência, etc.), incluindo, dentre outros, trilhas interpretativas nas áreas de floresta primária e de muçununga; atividades a serem realizadas (recreativas, educativas e interpretativas); infraestrutura e equipamentos facilitadores (trilhas, centro de visitantes com local para exposições, guaritas, portal, bilheteria, estacionamento, sanitários, placas, mirantes, guarda-corpo, decks, etc.) necessária à realização das atividades e considerando a questão da acessibilidade; capacidade de suporte dos atrativos e monitoramento de impactos da visitação; possibilidade de delegação dos serviços de apoio à visitação por meio de permissões, autorizações ou concessões. 			Plano de Uso Público	NA	Plano de Uso Público	NA	NA	NA	NA	NA	
			% das infraestruturas previstas no Plano de Uso Público implantadas	$\frac{\sum \text{de infraestruturas implantadas}}{\sum \text{de infraestruturas previstas}} \times 100$	Relatório de monitoria do Subprograma de Visitação Pública	-	20%	50%	70%	100%	
			% das atividades previstas no Programa de Visitação Pública implementadas	$\frac{\sum \text{de atividades implementadas}}{\sum \text{de atividades previstas}} \times 100$	Relatório de monitoria do Subprograma de Visitação Pública	-	10%	20%	40%	80%	

1.2. Uma vez elaborado o Plano de Uso Público e implantadas as infraestruturas necessárias, viabilizar a produção de material de divulgação para orientação/ informação aos visitantes, contendo mapas com atrativos e trilhas e informações breves sobre o Parque, a biodiversidade e conduta consciente em ambientes naturais, nos idiomas português e inglês.			Material de Divulgação	NA	Material de divulgação	NA	NA	NA	NA	NA	
1.3. Uma vez estabelecida a visitação no PND capacitar e credenciar guias locais para apoio às atividades a serem realizadas.			Nº de guias credenciados	Σ	Relatório de monitoria do Subprograma de Visitação Pública	5	10	15	20	30	
1.4. Articular ações em parceria com as Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente do Município de Prado visando a expansão e o fortalecimento do turismo ecológico local.			% das atividades de uso público do PND apoiadas pelas Secretarias	Σ de atividades realizadas com apoio das Secretarias / Σ de atividades x 100	Relatório de monitoria do Subprograma de Visitação Pública	10%	10%	20%	20%	30%	
1.5. Articular um roteiro turístico histórico-cultural e ambiental integrado com as festas tradicionais como a “Puxada do Mastro de São Sebastião”, Festa de São Pedro”, “Marujada (São Benedito)”, “ Santo Antônio”, “ São João”, “N.S. da Purificação (Padroeira de Prado)”, entre outras.			Roteiro turístico integrado	NA	Roteiro turístico	NA	NA	NA	NA	NA	
			% de aumento do nº de visitantes no período das festas culturais tradicionais	Σ de visitantes no período em questão / Σ de visitantes no ano x 100	Relatório de monitoria do Subprograma de Visitação Pública	NA	10%	10%	10%	10%	
1.6. Elaborar e implementar Programa de Monitoria da visitação, que inclua: <ul style="list-style-type: none"> • Banco de dados (BD) para o registro de acidentes visando monitorar a segurança do visitante; • Pesquisa periódica do perfil do visitante e de opinião/satisfação do visitante; • Vistoria periódica e manutenção dos equipamentos mínimos necessários à segurança e à conservação dos locais destinados à visitação; • Realização de limpeza e conservação periódica das trilhas e áreas de uso público; • Aplicação de metodologia de avaliação dos impactos ambientais da visitação. 			Programa de Monitoria da Visitação	NA	Programa de monitoria da Visitação	NA	NA	NA	NA	NA	
			% de registros dos acidentes	Σ de acidentes registrados no BD / Σ total de acidentes x 100	Relatório de monitoria do Subprograma de Visitação Pública	-	100%	100%	100%	100%	
			% de visitantes satisfeitos com a experiência de visitação no PND	Σ de visitantes satisfeitos / Σ total de visitantes x 100	Relatório de monitoria do Subprograma de Visitação Pública	-	50%	60%	70%	80%	
			% das trilhas e estruturas de apoio à visitação em condições adequadas ao seu funcionamento	Σ de trilhas e estruturas de apoio em condições adequadas / Σ total de estruturas x 100	Relatório de monitoria do Subprograma de Visitação Pública	-	100%	100%	100%	100%	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.3. Programa de Integração com a Região da UC

4.3.1.4. Subprograma de Divulgação e Comunicação

Quadro 6: Matriz do Programa de Integração com a Região da UC e Subprograma de Divulgação e Comunicação do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: INTEGRAÇÃO COM A REGIÃO DA UC											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Implementar Programa de Comunicação e Educação Ambiental (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Usuário (Clientes e Beneficiários). Área do Diagnóstico: Uso Público.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange os objetivos e atividades voltados para o desenvolvimento de atividades que visem proteger a Unidade de Conservação dos impactos ambientais ocorridos em seu entorno, evitar sua insularização e ao mesmo tempo potencializar o papel do Parque Nacional do Descobrimento como agente catalisador de ações conservacionistas na região onde está inserida.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Promover a gestão participativa do Parque Nacional do Descobrimento e realizar ações para promover a imagem positiva da Unidade de Conservação, com o objetivo de proteger a Unidade dos impactos ambientais ocorridos em seu interior e entorno.											
SUBPROGRAMA: DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Divulgar o Parque Nacional do Descobrimento para as comunidades do seu entorno e para a sociedade em geral, buscando maior integração com as comunidades vizinhas e com o setor turístico, e uma valorização do Parque junto a esse público.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Divulgação ampla do PND, visando a promoção positiva da imagem do Parque e uma aproximação entre a equipe gestora da UC e as comunidades do entorno ou outras partes interessadas	Nível de divulgação de informações sobre o PND às partes interessadas	Σ	Relatório de monitoria da visitação	Anual	-	Divulgação alta na opinião de 50% dos visitantes	Divulgação alta na opinião de 60% dos visitantes	Divulgação alta na opinião de 70% dos visitantes	Divulgação alta na opinião de 80% dos visitantes		
ATIVIDADES											
Atividades	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Implementar e manter atualizada página na internet sobre o PND, incluindo informações relacionadas às/aos: Objetivos Específicos de Manejo da UC; Normas Gerenciais Gerais; Programas de Manejo e suas metas e resultados alcançados; Atividades de uso público e pesquisas realizadas e em andamento; dentre outras.			Nº de acessos	Σ	Site PND	1000	2000	3000	3000	3000	
1.2. Realizar interlocução com o setor turístico para divulgar o PND para a comunidade e para a rede hoteleira de Prado e região.			Nº de reuniões abordando a temática no âmbito de Câmaras Técnicas do Conselho Consultivo do PND	Σ	Atas das reuniões	2	2	2	2	2	
1.3. Divulgar informações sobre o PND (aspectos gerais da UC, legislação ambiental, papel do fiscalizador e do licenciador) por meio de material de divulgação próprio e de matérias publicadas em jornais, programas de rádio e outros meios de comunicação disponíveis, de alcance local e regional. • Buscar a criação de um jornal do PND a ser distribuídos nas comunidades locais e para os visitantes em geral.			Nº de material de divulgação produzido (folders, livros, vídeos, etc.)	Σ de exemplares de material de divulgação	Material de divulgação	-	1000	1000	1000	1000	
			Nº de matérias na mídia em que a UC foi divulgada	Σ	4	6	6	6	6	6	
			Nº de reportagens/programas em que a UC foi divulgada	NA	Relatório de atividades do PND	1	2	3	4	5	

1.4. Participar de atividades socioculturais junto às comunidades do entorno sempre que oportuno e pertinente.			Nº de eventos integradores envolvendo a gestão da UC e a comunidade	Σ	Relatório de atividades do PND	2	2	2	2	2	
--	--	--	---	---	--------------------------------	---	---	---	---	---	--

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.5. Subprograma de Educação Ambiental

Quadro 7. Matriz do Programa de Integração com a Região da UC / Subprograma de Sensibilização Ambiental do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: INTEGRAÇÃO COM A REGIÃO DA UC											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Implementar Programa de Comunicação e Educação Ambiental (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Usuário (Clientes e Beneficiários). Área do Diagnóstico: Meio Socioeconômico.											
Descrição Objetivo Estratégico Abrange os objetivos e atividades voltados para o desenvolvimento de atividades que visem proteger a Unidade de Conservação dos impactos ambientais ocorridos em seu entorno, evitar sua insularização e ao mesmo tempo potencializar o papel do Parque Nacional do Descobrimento como agente catalisador de ações conservacionistas na região onde está inserida.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Promover a gestão participativa do Parque Nacional do Descobrimento e realizar ações para promover a imagem positiva da unidade de conservação, com o objetivo de proteger a unidade de conservação dos impactos ambientais ocorridos em seu interior e entorno.											
SUBPROGRAMA: SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Implementar Programa de Educação Ambiental com foco nas populações do interior e entorno do Parque Nacional do Descobrimento.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Diminuição de impactos socioambientais no interior do PND e sua ZA	% de diminuição de autuações por operação de fiscalização realizada	Σ de autuações / Σ de operações de fiscalização realizadas x 100	Relatório de fiscalização do PND	Anual	90%	70%	50%	25%	10%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Realizar treinamento-capacitação permanente, voltado à conservação ambiental e relacionado ao PND, de professores das redes municipal e estadual dos municípios de Prado, Alcobaça, Itamaraju e Caravelas. 1.2. Desenvolver e implementar, em parceria com os professores locais previamente capacitados pelo ICMBio, um programa de educação formal nas escolas do entorno da UC, que inclua atividades extracurriculares e projetos que envolvam o PND. • O programa deverá ser direcionado para a divulgação e preservação da fauna e flora existente no PND, enfatizando temas como: biodiversidade; floresta de muçununga; recursos hídricos; danos causados pela caça, pela retirada de madeira e lenha na UC e pelos incêndios florestais; e a importância da Mata Atlântica e do PND nesse bioma.			% de professores capacitados	Σ de professores capacitados / Σ total de professores das redes estadual e municipal x 100	Listas de presença dos cursos	10%	15%	15%	15%	15%	
			Nº de encontros realizados em cada escola	Σ	Relatório de atividades do PND	4	4	4	4	4	
			Nº de escolas envolvidas	Σ	Relatório de monitoria do Programa de Visitação Pública	10	15	15	15	15	
			% de aumento no Nº de estudantes locais que visitaram o PND	Σ de alunos visitantes no ano corrente / Σ de alunos visitantes no ano anterior x 100	Relatório de monitoria do Programa de Visitação Pública	-	10%	20%	30%	50%	
		Nº de atividades extracurriculares envolvendo as escolas e relacionadas ao PND	Σ	Relatório de monitoria do Programa de Visitação Pública	4	6	12	12	12		

1.3. Realizar campanhas educativas destinadas aos ocupantes do interior do PND e moradores do entorno, visando promover a sensibilização e conscientização sobre a UC e sua importância, buscando estimular a mudança de comportamento em relação: ao uso do fogo para limpeza de terrenos; à caça de animais silvestres; e à retirada de madeira.			% de redução no número de ocorrência de incêndios decorrentes do uso do fogo para a limpeza de pastagens na ZA do PND do Descobrimento	\sum da área atingida por incêndios no ano corrente / \sum da área atingida por incêndios no ano anterior x 100	Banco de Dados do PND	Anual	-	10%	20%	30%	
			% de operações que resultaram em apreensões de recurso natural retirados ilegalmente do Parque	\sum de apreensões / \sum de das operações e rondas de fiscalização realizadas x 100	Relatório de fiscalização do PND	Anual	70%	50%	30%	10%	
1.4. Incentivar a visita das comunidades do entorno do Parque às trilhas interpretativas com dinâmicas bem definidas nos diferentes ambientes do Parque e temáticas que incluam: <ul style="list-style-type: none"> Mata primária - testemunho da vegetação encontrada no país em 1500 e do histórico do desmatamento sofrido pela Mata Atlântica e do corte seletivo sofrido no Parque; Áreas degradadas – o efeito das queimadas e desmatamentos sobre o ambiente, incluindo a fauna e a flora; Aves como indicador das diferenças entre ambientes bem preservados e degradados, dando enfoque às diferenças entre esses dois tipos de ambientes; e buscando canalizar os interesses para as aves que possam ser facilmente identificadas pelo seu canto; Ecologia animal, com destaque para espécies de mamíferos de fácil observação; Relações bióticas e sistêmicas nas represas (lagoas) e nos cursos fluviais; Meio físico: relação solo-vegetação, microclimas das áreas visitadas, relações bióticas e sistêmicas: uso do solo e erosão, a geologia e o traçado dos rios. 			% de aumento no Nº de pessoas da comunidade do entorno que visitam o PND	\sum de visitantes oriundos das comunidades no ano corrente / \sum visitantes oriundos das comunidades no ano anterior x 100	Relatório de monitoria do Programa de Visitação Pública	-	10%	20%	30%	50%	
1.5. Fomentar projetos que envolvam o Parque, junto às/aos: <ul style="list-style-type: none"> Comunidades do entorno (indígenas, silvicultores, pequenos produtores, fazendeiros); População da zona urbana (Prado, Alcobaça, Caravelas, Itamaraju); Integrantes da cadeia produtiva do receptivo turístico do Município de Prado. 			Nº de projetos envolvendo os diferentes públicos relacionados ao PND	\sum	Relatório de atividades do PND	-	-	4	4	4	
1.6. Montar e disponibilizar, em centro de visitantes, exposição didática sobre o PND, incluindo os resultados de pesquisas científicas realizadas no Parque.			Exposição	NA	Verificação no local	-	-	-	Exposição em exibição	Exposição em exibição	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.6. Subprograma de Gestão Participativa

Quadro 8. Matriz do Programa de Integração com a Região da UC e Subprograma de Gestão Participativa do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: INTEGRAÇÃO COM A REGIÃO DA UC											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer a Gestão Participativa do Parque (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Usuário (Clientes e Beneficiários). Área do Diagnóstico: Meio Socioeconômico.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades que buscam envolver a sociedade na gestão do Parque Nacional Descobrimento com vistas a integrar a unidade na dinâmica regional buscando cumprir assim seus objetivos de criação.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Promover a participação da sociedade na gestão da Parque Nacional Descobrimento.											
SUBPROGRAMA: GESTÃO PARTICIPATIVA											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Consolidar a atuação do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Descobrimento, visando aumentar a participação dos diversos atores sociais na gestão e nas tomadas de decisão acerca do manejo da UC e ZA.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
Aumento da representatividade dos membros do Conselho	Processo de renovação do Conselho realizado	NA	Atas das reuniões e relatórios descrevendo o processo	Bianual	Renovação Conselho	-	Renovação Conselho	-	Renovação Conselho	Renovação Conselho	
Aumento da efetividade da participação dos conselheiros	% das propostas encaminhadas e monitoradas	\sum de propostas encaminhadas e monitoradas / \sum de propostas x 100	Relatório anual de atividades do PND	Anual	30%	50%	60%	70%	80%		
	% das propostas deliberadas e encaminhadas que geraram resultados de gestão	\sum de proposta que geraram resultados de gestão / \sum de propostas encaminhadas x 100	Relatório anual de atividades do PND	Anual	50%	60%	70%	80%	90%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Fortalecer e manter o funcionamento regular (regularidade e periodicidade das reuniões) do Conselho Consultivo do PND			% de reuniões ordinárias realizadas	\sum de reuniões realizadas / \sum de reuniões previstas x 100	Consulta ao livro de ata de reuniões do Conselho Consultivo.	100	100	100	100	100	
			% de conselheiros presentes nas reuniões	\sum de conselheiros presentes / \sum de total de conselheiros x 100		70	80	80	90	90	
Capacitar os Conselheiros visando promover a qualificação dos conselheiros para gestão Participativa do PND, dentro dos objetivos estratégicos da Unidade e do ICMBio.			Nº de atividades de capacitação de conselheiros desenvolvidas pela UC com o apoio do Conselho Consultivo	\sum	Relatório anual de atividades do PND	4	4	4	4	4	

			% de conselheiros satisfeitos com as capacitações	Σ de capacitados conselheiros satisfeitos / Σ de conselheiros capacitados x 100		70	70	70	70	70	
Rever o regimento interno do Conselho Consultivo sempre que necessário.			Regimento Interno atualizado	NA	Regimento interno	NA	NA	NA	NA	NA	
Promover a revisão da composição do Conselho a cada dois anos ou conforme previsto no seu regimento interno, de modo a garantir que o grupo de atores sociais que estão presentes no Conselho represente de fato os atores da região que são influenciados pela UC ou que influenciam sua gestão.			Conselho Consultivo renovado a cada dois anos ou conforme regimento	NA	Conselho Consultivo	NA	NA	NA	NA	NA	
Fomentar a criação e o funcionamento de câmaras técnicas ou grupos de trabalho no âmbito do Conselho Consultivo de interesse do PND, sempre que necessário.			Nº reuniões das câmaras técnicas	Σ de reuniões realizadas	Relatório anual de atividades do PND	NA	NA	NA	NA	NA	
			Nº produções técnicas publicadas	Σ de produções técnicas publicadas		NA	NA	NA	NA	NA	
			% das demandas por câmaras técnicas devidamente atendidas	Σ de câmaras técnicas constituídas / Σ de câmaras técnicas demandadas x 100		100	100	100	100	100	
Buscar maior integração com o Conselho Gestor do Mosaico do Extremo Sul da Bahia – COMAPES, visando apoio inter e intrainstitucional na gestão do PND.			Nº de atividades desenvolvidas na UC com o apoio do Conselho Gestor do Mosaico- COMAPES	Σ	Relatório anual de atividades do PND	2	4	6	8	10	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.4. Programa de Manejo

4.3.1.7. Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais

Quadro 9. Matriz do Programa de Manejo / Subprograma de Manejo dos Recursos Naturais do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: MANEJO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Manter e recuperar a biodiversidade do Parque (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Governo e sociedade. Área do Diagnóstico: Meio Biótico / Meio Socioeconômico.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange os objetivos e atividades voltados para conservação da biodiversidade do Parque Nacional do Descobrimento e sua ZA.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir a dinâmica dos ecossistemas e possibilitar a manutenção da biodiversidade do Parque Nacional do Descobrimento.											
SUBPROGRAMA: MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Recuperação e manutenção da biodiversidade faunística e florística do Parque Nacional do Descobrimento.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Aumento das áreas florestadas no interior e na ZA do PND	% das áreas degradadas recuperadas ou em processo de recuperação	\sum das áreas recuperadas ou em recuperação / \sum das áreas degradadas x 100	Imagens de satélite e vistorias em campo	Anual	-	10%	20%	40%	80%		
2. Erradicação das espécies exóticas invasoras	% das áreas/locais no PND com presença de espécies exóticas invasoras devidamente recuperadas	\sum das áreas recuperadas ou em recuperação / \sum das áreas degradadas x 100	Imagens de satélite e vistorias em campo	Anual	-	10%	20%	40%	80%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
1.1. Mapear em sua totalidade as áreas degradadas do interior do PND e sua ZA.			% de aumento na quantidade de áreas degradadas mapeadas	\sum áreas de degradadas mapeadas no ano corrente / \sum de áreas degradadas mapeadas até então x 100	SIG PND	-	20%	40%	60%	100%	

<p>1.2. Elaborar e implementar projeto de recuperação para as seguintes áreas degradadas existentes no PND e incluídas nas Zonas de Recuperação (Figura 2):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Córrego localizado à jusante da Serra da Gaturama com forte alteração antrópica (área de drenagem de mina de caulim e fazendas). Obs. a drenagem citada engloba a vertente norte do Parque; • Áreas de muçununga (17°07'32.4"S; 39°16'02.1"W) e demais áreas degradadas de muçunungas no entorno do Parque); • Área com solos expostos e bordas de mata que sofrem ação intensa de calor e ventos (17°03'34.3"S; 39°22'01.8"W); • Áreas nas margens dos assentamentos (áreas de cultivos familiares); • Áreas degradadas nos tabuleiros (incluindo as áreas ocupadas por silvicultura de eucaliptos e por pastagens). 			<p>% do projeto implementado</p>	$\frac{\sum \text{de etapas implementadas}}{\sum \text{de etapas planejadas}} \times 100$	<p>Relatório de andamento do projeto</p>	-	15%	30%	60%	100%	
<p>1.3. Viabilizar e fomentar a recuperação de áreas degradadas visando o restabelecimento de conectividade do Parque com áreas florestais do entorno, com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas inseridas no corredor Monte Pascoal - Serra do Gaturama; • Matas ciliares (nascentes e rios) inseridas na ZA do PND. 			<p>% das áreas em recuperação (em sucessão inicial)</p>	$\frac{\sum \text{áreas degradadas recuperadas}}{\sum \text{de áreas degradadas}} \times 100$	<p>SIG PND</p>	-	-	-	10%	20%	
<p>1.4. Proteger as áreas de mata e as de muçunungas que representam recursos essenciais à manutenção, dentre outros, da herpetofauna do Parque.</p>			<p>% áreas de mata e de muçununga preservadas</p>	$\frac{\sum \text{áreas de mata e muçununga preservadas}}{\sum \text{de áreas de mata e muçununga}} \times 100$	<p>SIG PND</p>	100%	100%	100%	100%	100%	
<p>1.5. Apoiar o Projeto <i>Arboretum</i> do Serviço Florestal Brasileiro, que objetiva a revegetação por espécies nativas por meio do estímulo a proprietários, comunidades e prefeituras locais na produção de mudas e plantio em áreas alteradas.</p>			<p>Nº de mudas produzidas</p>	\sum	<p>Relatório do Projeto <i>Arboretum</i></p>	-	100.000	200.000	300.000	500.000	
			<p>Nº de comunitários envolvidos na produção de mudas</p>	\sum	<p>Relatório do Projeto <i>Arboretum</i></p>	-	10	20	30	50	
<p>2.1. Elaborar e implementar projeto de controle e/ou erradicação de espécies exóticas, com ênfase para as seguintes espécies:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vegetais: <i>Macrothelypteris torresiana</i>, <i>Thelypteris dentata</i>, <i>Pteridium arachnoideum</i> (samambaias), <i>Elaeis guianensis</i>, <i>Artocarpus heterophyllus</i>, <i>Eucalyptus</i> spp, <i>Acacia</i> spp e <i>Mimosa caesalpinifolia</i> (arbóreas) e <i>Brachiaria</i> spp e <i>Panicum maximum</i> (gramíneas africanas); • Animais: cães e gatos domésticos, e gado. 			<p>% do projeto implementado</p>	$\frac{\sum \text{de etapas implementadas}}{\sum \text{de etapas planejadas}} \times 100$	<p>Relatório de andamento do projeto</p>	-	15%	30%	60%	100%	
			<p>% dos hectares que necessitam ser recuperados em processo de recuperação</p>	$\frac{\sum \text{de hectares em processo de recuperação}}{\sum \text{de hectares que necessitam ser recuperados}} \times 100$	<p>Relatório de andamento do projeto</p>	-	15%	30%	60%	100%	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.5. Programa de Proteção

4.3.1.8. Subprograma Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Quadro 10. Matriz do Programa de Proteção / Subprograma de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: PROTEÇÃO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a proteção do Parque (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Governo e sociedade. Área do Diagnóstico: Meio Socioeconômico.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para a proteção dos recursos do Parque Nacional do Descobrimento e sua ZA.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Controlar e inibir ações que comprometam os recursos naturais, culturais e patrimoniais do Parque Nacional do Descobrimento e sua ZA.											
SUBPROGRAMA: PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Promover a prevenção, o monitoramento e o combate a incêndios florestais, minimizando os impactos causados por eles sobre o Parque Nacional do Descobrimento e sua ZA.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Diminuição dos incêndios no PND	% das áreas do Parque atingidas por incêndios	\sum de áreas atingidas por incêndio / área total do Parque x 100	Relatório do Plano de Ação para Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do PND	Anual	10%	10%	5%	5%	0%		
	Nº total de focos de incêndio por ano	\sum de focos de incêndio / ano	Relatório do Plano de Ação para Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do PND	Anual	1	1	1	1	1		
2. Diminuição do uso do fogo para limpeza de áreas de pastagens na ZA do PND	% de redução no número de autorizações para uso do fogo na limpeza de pastagem emitidas	\sum de licenças emitidas no ano corrente / \sum de licenças emitidas no ano anterior x 100	Banco de Dados do PND	Anual	-	10%	20%	30%	40%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
2.1. Manter atualizado e implementar anualmente Plano de Ação para Prevenção e Combate a Incêndios Florestais no PND.			Plano de Ação para Prevenção e Combate a Incêndios	NA	Plano de ação para prevenção e combate a incêndios	Plano em implementação	Plano em implementação	Plano em implementação	Plano em implementação	Plano em implementação	
2.2. Adquirir e instalar equipamentos de prevenção e combate a incêndios (tais equipamentos devem estar localizados especialmente nas áreas mais orientais do Parque).			% das instalações equipamentos e previstos adquiridos	\sum das instalações ou equipamentos previstos e implantados ou adquiridos / \sum de instalações ou equipamentos previstos x 100	Vistoria em campo	50%	70%	90%	100%	100%	

2.3. Instalar sistema de comunicação eficiente conectando pontos de observação na UC e entorno.			% do PND coberta por sistema de comunicação	\sum área do PND coberta por sistema de comunicação / \sum área total do PND x 100	Vistoria em campo	-	100%	100%	100%	100%	
2.4. Instalar estação meteorológica próxima às áreas administrativas para monitoramento de parâmetros atmosféricos importantes.			Estação meteorológica	NA	Vistoria em campo	Estação instalada	Estação operando	Estação operando	Estação operando	Estação operando	
2.5. Contratar e gerenciar brigada de prevenção e combate aos incêndios.			Nº de brigadistas contratados ao ano	\sum	Contratos	28	35	35	35	35	
2.6. Promover uma articulação entre ICMBio e Ibama (Prevfogo) visando reativar a brigada municipal de Prado.			Brigada municipal de Prado	NA	Plano de ação para prevenção e combate a incêndios	-	-	Brigada operando	Brigada operando	Brigada operando	
2.7. Treinar e equipar brigadas voluntárias envolvendo moradores e trabalhadores das empresas do entorno do PND.			Nº de brigadistas voluntários	\sum	Plano de ação para prevenção e combate a incêndios	20	30	30	30	30	
2.8. Realizar atividades de prevenção aos incêndios, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> • Verificação dos alertas de focos de calor; • Orientação técnica e educativa sobre o impacto dos incêndios nos ecossistemas da região; • Implantação de autorização de roças e limpeza de pastagens; • Manutenção regular de aceiros. 			% de alertas de focos de calor verificados	CGPRO	Relatório do Plano de Ação para prevenção e combate a incêndios; vistoria em campo	100%	100%	100%	100%	100%	
			Nº de dias de rondas de prevenção realizadas no período crítico (outubro a março)	\sum		60	60	60	60	60	
			% de autorizações de roças e roçagens emitidas acompanhadas pelos brigadistas	\sum de autorizações acompanhadas / \sum de autorizações emitidas x 100		100%	100%	100%	100%	100%	
			% dos aceiros devidamente mantidos	\sum de Km de aceiros mantidos / \sum de Km total de aceiros x 100		100%	100%	100%	100%	100%	
2.9. Monitorar os incêndios florestais com o uso de goniômetros e torres de observação.			% de registro dos pontos de origem dos incêndios	\sum de pontos de origem de incêndios registrados / \sum de pontos de origem de incêndios x 100	Vistoria em campo	100%	100%	100%	100%	100%	
2.10. Combater incêndios e diminuir o tempo do primeiro combate.			% de incêndios combatidos	\sum de incêndios combatidos / \sum de incêndios ocorridos x 100	Relatório do Plano de ação para prevenção e combate a incêndios	100%	100%	100%	100%	100%	
			Tempo decorrido entre a confirmação do incêndio e início do primeiro combate	\sum		3 horas	2,5 hora	2,0 hora	1,5 hora	1,0 hora	
2.11. Realizar atividades de fiscalização dos incêndios registrados no interior e ZA do PND.			% de perícias de incêndios realizadas no interior do PND e sua ZA	\sum de perícias / \sum de incêndios ocorridos x 100	Relatório do Plano de ação para prevenção e combate a incêndios	100%	100%	100%	100%	100%	

2.1. Realizar campanhas educativas sobre alternativas ao uso do fogo na manutenção de pastagens e eventual apoio da brigada do ICMBio nas atividades de queima controlada.			Nº de campanhas realizadas	Σ	Relatório do Plano de ação para prevenção e combate a incêndios	2	2	2	2	2	
--	--	--	----------------------------	---	---	---	---	---	---	---	--

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.9. Subprograma de Fiscalização e Controle ambiental

Quadro 11. Matriz do Programa de Proteção / Subprograma de Fiscalização do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: PROTEÇÃO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a proteção do Parque (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Governo e sociedade. Área do Diagnóstico: Meio Socioeconômico.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para a proteção dos recursos da UC e sua ZA.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Controlar e inibir ações que comprometam os recursos naturais, culturais e patrimoniais do Parque Nacional do Descobrimento e sua ZA.											
SUBPROGRAMA: FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Proteger a UC e sua ZA contra crimes e infrações ambientais, através de ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental.											
	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Eliminação dos ilícitos ambientais constatados no PND e sua diminuição na ZA.	% de diminuição de autuações por operação de fiscalização realizada	\sum de autuações / \sum de operações de fiscalização realizadas x 100	Relatório de fiscalização do PND	Anual	90%	70%	50%	25%	10%		
	% de operações que resultaram em apreensões de recurso natural retirados ilegalmente do Parque	\sum de apreensões / \sum de das operações e rondas de fiscalização realizadas x 100	Relatório de fiscalização do PND	Anual	70%	50%	30%	10%	5%		
	% de diminuição no número de denúncias recebidas	\sum de denúncias recebidas no ano / \sum de denúncias recebidas no ano anterior x 100	Relatório de fiscalização do PND	Anual	10%	20%	30%	40%	50%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Elaborar e implementar, conforme roteiro padrão da Coordenação de Proteção CGPRO/ICMBio, o “Plano de Proteção do PND”, que contemple os principais aspectos, estratégias e logística necessárias à proteção do PND e de sua ZA.			Plano de Proteção	NA	Plano de proteção	Plano elaborado	Plano em implementação	Plano em implementação	Plano em implementação	Plano em implementação	
1.2. Estabelecer rotinas (procedimentos) de fiscalização e realizar rondas periódicas em locais críticos a fim de evitar a caça, a retirada de produtos e subprodutos florestais, “industriano” ilegal, desmatamento, pesca ilegal, exploração mineral, trânsito de veículos e pessoas não autorizadas dentro da UC, etc.			Nº de rondas periódicas realizadas por mês	\sum	Relatório de fiscalização do PND	4	4	4	4	4	
1.3. Propor e executar, no mínimo duas vezes ao ano, grandes operações de fiscalização, para combate aos ilícitos existentes no PND e entorno (caça, retirada de produtos e subprodutos florestais, “industriano” ilegal, desmatamento, pesca ilegal, exploração mineral, dentre outros) sempre baseado em levantamentos prévios que garantam eficiência e eficácia nas ações.			Nº de operações	\sum	Relatório de fiscalização do PND	2	2	2	2	2	

1.4. Identificar e controlar as atividades dos criatórios de peixes existentes na ZA do PND.			% dos criatórios devidamente regularizados	$\frac{\sum \text{dos criatórios regularizados}}{\sum \text{dos criatórios}} \times 100$	Relatório anual de atividades do PND	50%	60%	70%	80%	100%	
--	--	--	--	--	--------------------------------------	-----	-----	-----	-----	------	--

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.6. Programa de Operacionalização

4.3.1.10. Subprograma de Consolidação Territorial

Quadro 12. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Consolidação Territorial do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: OPERACIONALIZAÇÃO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover a consolidação territorial do Parque Nacional do Descobrimento (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Processos internos. Área do Diagnóstico: Situação Fundiária / Meio Socioeconômico.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para o adequado funcionamento do Parque Nacional do Descobrimento, abordando aspectos relacionados à estrutura física, equipamentos, pessoal e a capacidade gerencial.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir o funcionamento do Parque Nacional do Descobrimento por meio da implantação de estrutura física, aquisição e manutenção de equipamentos, gestão de pessoas, estabelecimento de procedimentos e acesso a recursos financeiros; a fim de possibilitar a execução das linhas estratégicas planejadas.											
SUBPROGRAMA: CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Promover a consolidação dos limites e a regularização fundiária do Parque Nacional do Descobrimento.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Regularização Fundiária do PND	Matrícula da área total do PND no Cartório de Registro de Imóveis do Município de Prado	NA	Matrícula em Cartório	NA	-	-	-	-	-	Área total do PND matriculada	
ATIVIDADES											
Atividades	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Promover reunião com os proprietários das áreas de ampliação visando fornecer as informações básicas sobre as alternativas de desapropriação (indenização ou compensação de Reserva Legal) conforme legislação vigente.			Reunião com os proprietários	NA	Ata da reunião	Reunião	-	-	-	-	
1.2. Buscar junto à área técnica da Coordenação de Consolidação Territorial do ICMBio a aquisição de imóveis na área ampliada do Parque, conforme dispõe o Decreto S/nº de 05/06/2012.			Lista de priorização das propriedades a serem adquiridas	NA	Lista de prioridades	Listas de prioridades	-	-	-	-	
1.3. Providenciar a demarcação do Parque junto à Coordenação de Consolidação Territorial do ICMBio.			% do perímetro do PND demarcado	Σ do perímetro demarcado / Σ do perímetro total do PND x 100	Vistoria em campo	-	10%	20%	30%	50%	

<p>1.4. Implementar e manter sinalização em pontos estratégicos, quais sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4 <i>outdors</i>: na saída de Prado para Itamaraju; na BA 489, Km 35, próximo à futura sede do Parque; em 2 pontos da BA 001 - um próximo a Prado e outro próximo a Cumuruxatiba; • Placas oficiais conforme padrão do ICMBio a cada 1 Km de cerca e em pontos estratégicos (próximo à estradas, trilhas, cursos d'água, etc.). 			<p>% dos pontos estratégicos devidamente sinalizados</p>	<p>\sum dos pontos estratégicos sinalizados / \sum dos pontos estratégicos x 100</p>	<p>Vistoria em campo</p>	<p>-</p>	<p>50%</p>	<p>100%</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	
<p>1.5. Manter constante a divulgação dos limites do PND para as partes interessadas.</p>			<p>Número de eventos ou instrumentos de divulgação</p>	<p>Σ</p>	<p>Material de divulgação e/ou lista de presença dos eventos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	
<p>1.6. Apoiar tecnicamente a sede do ICMBio sobre o posicionamento na solução definitiva sobre as ocupações indígenas no interior da UC, atuando na execução dos procedimentos demandados por decisão judicial</p>			<p>Instrumento legal definido judicialmente</p>	<p>NA</p>	<p>Instrumento legal</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.11. Subprograma de Administração

Quadro 13. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Administração do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: OPERACIONALIZAÇÃO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Dotar adequadamente o Parque de recursos humanos e financeiros (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Recursos Área do Diagnóstico: Organizacional.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para o adequado funcionamento do Parque Nacional do Descobrimento, abordando aspectos relacionados à estrutura física, equipamentos, pessoal e a capacidade gerencial.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir o funcionamento do Parque Nacional do Descobrimento por meio da implantação de estrutura física, aquisição e manutenção de equipamentos, gestão de pessoas, estabelecimento de procedimentos e acesso a recursos financeiros a fim de possibilitar a execução das linhas estratégicas planejadas.											
SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Ampliar o quadro funcional e os recursos destinados ao Parque Nacional do Descobrimento, visando maior efetividade na gestão do Parque e sua consolidação.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Aumento dos resultados de gestão do PND	% de ações não realizadas por falta de recursos financeiros	Nº de ações não realizadas / Nº de ações programadas x 100	Relatório de Monitoria	Anual	50%	40%	30%	20%	10%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
1.1. Criar estratégias para aumentar o corpo técnico.			Nº de terceirizados contratados	Σ	SIGE	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
			Nº de servidores lotados no PND	Σ	Banco de Dados PND	6	9	9	9	10	
1.2. Implementar programa de voluntariado e estágio no PND.			Nº de voluntários	Σ	Termo de responsabilidade assinado	-	1	1	1	1	
1.3. Monitorar a execução dos recursos financeiros disponíveis, visando à utilização completa dos recursos disponibilizados e a identificação do custo de insumos e processos essenciais à gestão do PND.			Nº de estagiários	Σ		-	1	1	1	1	
			% de execução financeira	Recurso utilizado / Recurso total disponibilizado x 100	UAAF Arembepe	90%	90%	100%	100%	100%	
1.4. Buscar o aumento dos recursos financeiros disponíveis para o PND sejam recursos orçamentários ou oriundos de fontes alternativas destinadas para a implementação de planos e/ou projetos específicos (Recuperação de Áreas Degradadas, Controle/Erradicação de Espécies Exóticas, Monitoramento, etc.).			% de aumento no volume total de recursos disponíveis em cada ano	Σ	SIGE	Anual	-	10%	10%	10%	

1.5. Estabelecer junto ao MPE e AMEPARNA, normas claras para utilização dos recursos (alocados em um fundo gerenciado pela AMEPARNA) destinados ao PND, oriundos de acordo firmado entre os Fomentados Silvicultores de <i>Eucalyptus</i> spp do entorno do PND.			% dos recursos disponíveis devidamente executados	$\frac{\sum \text{dos recursos executados}}{\sum \text{dos recursos disponíveis}} \times 100$	SIGE	30%	70%	100%	100%	100%	
--	--	--	---	---	------	-----	-----	------	------	------	--

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.12. Subprograma de Capacitação

Quadro 14. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Capacitação do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: OPERACIONALIZAÇÃO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover capacitação continuada da equipe do Parque no que diz respeito aos seguintes temas: geoprocessamento, gestão participativa e de conflitos, capacitação gerencial, Biologia da Conservação e estratégias de proteção de recursos naturais (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Aprendizado/Inovação Área do Diagnóstico: Organizacional.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para o adequado funcionamento do Parque Nacional do Descobrimento, abordando aspectos relacionados à estrutura física, equipamentos, pessoal e a capacidade gerencial.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir o funcionamento do Parque Nacional do Descobrimento por meio da implantação de estrutura física, aquisição e manutenção de equipamentos, gestão de pessoas, estabelecimento de procedimentos e acesso a recursos financeiros a fim de possibilitar a execução das linhas estratégicas planejadas.											
SUBPROGRAMA: CAPACITAÇÃO											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Promover capacitação continuada da equipe do Parque visando fornecer o embasamento técnico/científico necessário para o atendimento das demandas da UC.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Competências requeridas para o adequado funcionamento do PND devidamente supridas	% de postos de trabalho supridos por perfis profissionais adequados	$(\sum \text{do nº de postos de trabalho supridos por perfis profissionais adequados} / \sum \text{do nº de postos de trabalho}) \times 100$	Banco de Dados do PND	Anual	30%	40%	50%	60%	70%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Estimular capacitações específicas em diferentes temas (geoprocessamento, gestão participativa e de conflitos, capacitação gerencial, biologia da conservação e estratégias de proteção de recursos naturais, etc.),			Média de horas de capacitação da equipe	Σ	Relatório anual de atividades do PND	Servidor 40 horas	Servidor 40 horas	Servidor 40 horas	Servidor 40 horas	Servidor 40 horas	
						Terceirizado 20 horas	Terceirizado 20 horas	Terceirizado 20 horas	Terceirizado 20 horas	Terceirizado 20 horas	
1.2. Estimular e promover espaços de troca para que os servidores capacitados repassem os conhecimentos e experiências adquiridas a todos funcionários da UC.			Nº de servidores atuando como multiplicadores de conhecimento	Σ	Relatório anual de atividades do PND	2	2	2	2	2	
			Nº de atividades de multiplicação de conhecimento	Σ	Relatório anual de atividades do PND	2	2	2	2	2	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.13. Subprograma de Planejamento e Gestão

Quadro 15. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Planejamento e Gestão do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: OPERACIONALIZAÇÃO											
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Implementar programa de gestão para resultados (PGR); Implementar melhorias administrativas (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Aprendizado/Inovação Área do Diagnóstico: Organizacional.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para o adequado funcionamento do Parque Nacional do Descobrimento, abordando aspectos relacionados à estrutura física, equipamentos, pessoal e a capacidade gerencial.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir o funcionamento do Parque Nacional do Descobrimento por meio da implantação de estrutura física, aquisição e manutenção de equipamentos, gestão de pessoas, estabelecimento de procedimentos e acesso a recursos financeiros a fim de possibilitar a execução das linhas estratégicas planejadas.											
SUBPROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Implementar melhorias técnicas e organizacionais com vistas a tornar mais eficiente a gestão do Parque Nacional do Descobrimento, com resultados planejados, monitorados e avaliados constantemente através do Programa de Gestão Para Resultados (PGR).											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Aumento dos resultados na gestão do PND	% de alcance das metas previstas para as atividades	\sum das metas alcançadas / \sum das metas previstas x 100	SIGE	Anual	75%	75%	80%	80%	80%		
	% de alcance das metas previstas para os resultados dos Objetivos Estratégicos	\sum das metas alcançadas / \sum das metas previstas x 100	SIGE	Anual	75%	75%	80%	80%	80%		
	% de aumento da pontuação validada pelo Programa Gespública	NA	SIGE	Anual	-	-	10%	10%	10%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Detalhar anualmente, e conforme cronograma de prioridades, o planejamento da UC, incluindo, subatividades (quando for o caso), custos, responsáveis e prazos.			% das Atividades previstas no ano devidamente detalhadas nas Matrizes dos Programas de Manejo	\sum atividades previstas para o ano e devidamente detalhadas / \sum atividades previstas para o ano x 100	Matriz do Programa de Manejo	100%	100%	100%	100%	100%	
1.2. Definir e executar procedimentos de monitoria e avaliação da implementação deste Plano de Manejo.			Plano de Monitoria	NA	Relatório de atividades executadas	Procedimentos definidos	Procedimentos executados	Procedimentos executados	Procedimentos executados	Procedimentos executados	
1.3. Divulgar ao público interessado o planejamento estabelecido para o PND e os resultados da sua monitoria e avaliação.			Nº de dias/ano com painel exposto (Internet e UC)	\sum	Relatório de atividades executadas	365	365	365	365	365	
			% de aumento no Nº de acessos ao painel de gestão à vista na Internet	\sum	Internet	-	15%	30%	60%	70%	

1.4. Estabelecer práticas de gestão e padrões de trabalho.			Nº médio de dias ao mês trabalhados em campo pelos servidores do PND	Σ	Relatório de atividades executadas	20	30	30	30	30	
			Nº de reuniões de equipe realizadas	Σ	Relatório de atividades executadas	50	50	50	50	50	
1.5. Manter diálogo permanente entre a equipe do Parque: servidores, terceirizados, estagiários e brigadistas.			Nº de reuniões realizadas com equipe de funcionários do PND	Σ	Relatório anual de atividades do PND	26	26	26	26	26	
1.6. Buscar o reconhecimento da gestão do P.N. do Descobrimento pelo Programa Gespública.			Autoavaliação do Programa Gespública	NA	Autoavaliação do PGR	-	Preencher	Preencher	Preencher	Preencher	
			Plano de melhoria do Programa Gespública	NA	Plano de Melhoria	-	-	Elaborar e implementar	Elaborar e implementar	Elaborar e implementar	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.14. Subprograma de Gestão da Informação

Quadro 16. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Gestão da Informação do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: OPERACIONALIZAÇÃO												
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Implantar banco de dados / SIG e Gerenciais (Figura 1).												
Perspectiva do BSC: Aprendizado/Inovação Área do Diagnóstico: Situação Fundiária/ Organizacional.												
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados à organização para disponibilização eficiente dos dados e informações sobre o Parque Nacional do Descobrimento.												
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir o funcionamento do P.N. do Descobrimento por meio da implantação de estrutura física, aquisição e manutenção de equipamentos, gestão de pessoas, estabelecimento de procedimentos e acesso a recursos financeiros a fim de possibilitar a execução das linhas estratégicas planejadas.												
SUBPROGRAMA: GESTÃO DA INFORMAÇÃO												
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Implantar um Sistema de Informações que garanta a integração, disponibilidade e atualização constante das informações necessárias à gestão do Parque Nacional. do Descobrimento.												
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais							
					2013	2014	2015	2016	2017			
1. Organização de informações válidas e úteis para apoiar a gestão do PND	% de dados organizados no Sistema de informações do PND	\sum dados organizados / \sum dados levantados x 100	Sistema de informações PND	Anual	50%	60%	70%	80%	100%			
ATIVIDADES												
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)	
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5		
1.1. Conceber, implementar e manter atualizado sistema de informação geográfica sobre o PND que inclua informações relativas ao meio biótico, físico e socioeconômico da UC e seu entorno imediato, e aquelas relacionadas aos processos gerenciais estabelecidos no Parque. <ul style="list-style-type: none"> O SIG deverá ser concebido de modo participativo, visando gerar um modelo de sistema de informações que melhor atenda as necessidades da UC, sendo que este, preferencialmente, deve ser comum à outras unidades de conservação, ainda que em escala regional, de modo a permitir análises comparativas sobre a gestão e a conservação das mesmas. O SIG deverá possuir interfaces gerencial (para permitir o monitoramento dos processos administrativos, financeiros e operacionais) e geográfica (com a espacialização dos elementos físicos e bióticos da UC e socioeconômicos do entorno). 			SIG do PND	NA	SIG do PND	SIG Concebido						
			SIG do PND	NA	SIG do PND	SIG concebido	SIG implementado					
			SIG do PNDP.N. do Descobrimento	NA	SIG do PND			SIG atualizado	SIG atualizado	SIG atualizado		

<p>1.2. Estabelecer protocolos que permitam a espacialização (mapeamento) dos dados no Sistema de Informações Geográficas e Gerenciais do Parque.</p>			<p>Protocolos definidos</p>	<p>NA</p>	<p>SIG do P.N. do Descobrimento</p>	<p>Protocolos definidos</p>	<p>Protocolos em utilização/ aprimoramento</p>	<p>SIG atualizado</p>	<p>SIG atualizado</p>	<p>SIG atualizado</p>	
<p>1.3. Identificar e solicitar, inter e intrainstitucionalmente e visando sua inserção no SIG do PND:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As bases de dados georreferenciadas disponíveis (vegetação, uso do solo, limites das UCs, etc.) sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais dos Municípios de Prado, Alcobaça, Porto Seguro e Itamaraju, visando suporte ao Sistema de Informações Geográficas e Gerenciais do P.N. do Descobrimento; • Os arquivos em “shapefiles” das áreas ocupadas irregularmente dentro PND, além do cadastro dos Ocupantes. 			<p>Mapas temáticos (meios físico, biótico e socioeconômico) e de localização das ocupações dentro do PND</p>	<p>NA</p>	<p>SIG do PND</p>	<p>Mapas elaborados</p>	<p>Mapas atualizados</p>	<p>Mapas atualizados</p>	<p>Mapas atualizados</p>	<p>Mapas atualizados</p>	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.15. Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos

Quadro 17. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: OPERACIONALIZAÇÃO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Dotar o Parque de recursos humanos, financeiros e materiais (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Recursos; Área do Diagnóstico: Organizacional.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para a manutenção da funcionalidade da UC, abordando a estrutura física, equipamentos, pessoal e a capacidade gerencia.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir o funcionamento do Parque Nacional do Descobrimento por meio da implantação de estrutura física, aquisição e manutenção de equipamentos, gestão de pessoas, estabelecimento de procedimentos e acesso a recursos financeiros a fim de possibilitar a execução das linhas estratégicas planejadas.											
SUBPROGRAMA: INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Consolidar a infraestrutura e garantir os processo de suprimento, prestação de serviços e manutenção de equipamentos e veículos do P.N. do Descobrimento.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Aumento dos resultados de gestão do PND por meio da implantação e manutenção de infraestrutura adequada para responder aos desafios de gestão do Parque	% de redução no número de ações não realizadas por falta de apoio logístico	$N \text{ de ações planejadas e não realizadas} / N \text{ de ações planejadas} \times 100$	Relatório de Gestão do PND	Anual	-	10%	20%	30%	40%		
	% de consolidação da infraestrutura	$\text{Infraestrutura construída} / \text{Infraestrutura necessária} \times 100$	Vistoria em campo / contratos	Anual	20%	40%	80%	100%	100%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Quanto* (R\$)
1.1. Instalar energia elétrica (COELBA) e painéis solares na Base Avançada de combate a incêndios do Parque.			Rede e painéis solares	NA	Vistoria em campo	Instalados	NA	NA	NA	NA	
1.2. Instalar dois poços artesianos na área onde será instalada a nova sede no interior do Parque.			Poços artesianos	NA	Vistoria em campo	Instalados	NA	NA	NA	NA	
1.3. Implantar sede administrativa dentro da UC, no local denominado Sierra Delta (Km 35 da BA - 489).			% da Sede concluída	NA	Vistoria em campo	-	50%	100%	NA	NA	
1.4. Implantar quatro portarias em locais estratégicos nos limites da UC, quais sejam: na estrada do Corumbau, nos dois acessos à Cumuruxatiba, e no Km 35 da BA 489.			% da portarias instaladas	$N^\circ \text{ de portarias implantadas} / 4 \times 100$	Vistoria em campo	-	50%	100%	NA	NA	
1.5. Dotar a UC de alojamento e demais estruturas e equipamentos de apoio a pesquisadores para atrair e dar suporte às atividades de pesquisa no P.N. do Descobrimento.			% do alojamento e demais estruturas de apoio à pesquisa concluídos	NA	Vistoria em campo	-	50%	100%	NA	NA	

			Nível de satisfação dos pesquisadores/estudantes com o apoio à pesquisa	$\frac{\sum \text{de usuários satisfeitos}}{\sum \text{de usuários}} \times 100$	Banco de dados do P.N. do Descobrimento	-	-	70%	80%	90%	
1.6. Instalar infraestrutura para uso público, incluindo, dentre outros, um Centro de Visitantes, conforme previsto no Plano de Uso Público a ser elaborado e implementado.			% das estruturas planejadas devidamente implementadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de estruturas implantadas}}{\text{N de estruturas planejadas}} \times 100$	Vistoria em campo	-	-	20%	40%	80%	
1.7. Elaborar e implementar projeto de sinalização para a UC, considerando seus limites e entorno, concomitantemente a conclusão da obra da nova sede, alojamentos e Centro de Visitantes.			% das estruturas planejadas devidamente implementadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de estruturas implantadas}}{\text{N de estruturas planejadas}} \times 100$	Vistoria em campo	-	-	20%	40%	80%	
1.8. Prover e manter a sede e demais instalações com contratos de prestação de serviços, equipamentos e materiais básicos para seu adequado funcionamento.			Contratos, equipamentos e materiais	NA	Contratos e vistoria em campo	Sede e instalações devidamente providas	Sede e instalações devidamente providas	Sede e instalações devidamente providas	Sede e instalações devidamente providas	Sede e instalações devidamente providas	
1.9. Realizar manutenção periódica nas instalações e veículos.			% das instalações revisadas periodicamente (manutenção)	$\frac{\text{instalações mantidos}}{\text{total de instalações}} \times 100$	Relatórios de vistoria das instalações	-	100%	100%	100%	100%	
			Consumo de combustível	Consumo de combustível / Kilômetro rodado	Painel do veículo	Manter consumo de acordo com o modelo dos veículos	Manter consumo de acordo com o modelo dos veículos	Manter consumo de acordo com o modelo dos veículos	Manter consumo de acordo com o modelo dos veículos	Manter consumo de acordo com o modelo dos veículos	
			Número médio de dias de veículos em condição de uso	\sum	Relatório de Gestão do P.N. do Descobrimento	20	21	22	23	24	
1.10. Manter a qualidade das estradas internas, permitindo o acesso às áreas de visitação pública mesmo durante as chuvas.			% das estradas em boas condições de trafegabilidade	$\frac{\sum \text{ de Km de estradas em boas condições}}{\sum \text{ de Km de estradas do P.N. do Descobrimento}} \times 100$	Vistoria em Campo	80%	90%	100%	100%	100%	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.16. Subprograma de Cooperação Intrainstitucional

Quadro 18. Matriz do Programa de Operacionalização / Subprograma de Cooperação Intra-Institucional do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: OPERACIONALIZAÇÃO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fomentar a gestão integrada entre as UCs na região (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Processos internos / Área do Diagnóstico: Meios Biótico/Físico/Socioeconômico.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para a manutenção da funcionalidade da UC, abordando a estrutura física, equipamentos, pessoal e a capacidade gerencia.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir o funcionamento do P.N. do Descobrimento por meio da implantação de estrutura física, aquisição e manutenção de equipamentos, gestão de pessoas, estabelecimento de procedimentos e acesso a recursos financeiros a fim de possibilitar a execução das linhas estratégicas planejadas.											
SUBPROGRAMA: COOPERAÇÃO INTRA-INSTITUCIONAL											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Trabalhar a gestão territorial integrada das UCs na região, envolvendo também a Coordenação Regional (CR-7) e os Centros Especializados.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Aumento das ações realizadas em parceria com as UCs do mosaico de áreas protegidas do extremo Sul da Bahia	% de aumento das ações conjuntas realizadas	\sum das ações conjuntas realizadas no ano corrente / \sum das ações conjuntas realizadas no ano anterior x 100	Relatório anual de atividades do P.N. do Descobrimento	Anual	-	10%	20%	30%	50%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Ampliar a interlocução com a CR-7 e as UCs componentes do mosaico de áreas protegidas do extremo Sul da Bahia visando realizar ações conjuntas de proteção, gestão participativa, implantação de infraestrutura, regularização fundiária, dentre outras.			Nº de encontro dos gestores	\sum	Relatório anual de atividades do P.N. do Descobrimento	3	4	4	4	4	
			Nº total parcerias com outras UCs do mosaico efetivadas	\sum	Relatório anual de atividades do P.N. do Descobrimento	1	2	3	4	5	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.1.17. Subprograma de Cooperação Interinstitucional

Quadro 19. Matriz do Programas de Operacionalização / Subprograma de Cooperação Interinstitucional do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: OPERACIONALIZAÇÃO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Criar e fortalecer parcerias externas (MPs, PMP, Incra, Funai, ONGs, empresas e outros) (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Processos internos. Área do Diagnóstico: Situação Fundiária/Meio Físico/Use Público.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para a manutenção da funcionalidade da UC, abordando a estrutura física, equipamentos, pessoal e a capacidade gerencial.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir o funcionamento do P.N. do Descobrimento por meio da implantação de estrutura física, aquisição e manutenção de equipamentos, gestão de pessoas, estabelecimento de procedimentos e acesso a recursos financeiros a fim de possibilitar a execução das linhas estratégicas planejadas.											
SUBPROGRAMA: COOPERAÇÃO INTER-INSTITUCIONAL											
OBJETIVO DO SUBPROGRAMA: Estabelecer novas parcerias e fortalecer as já existentes, visando uma gestão compartilhada e direcionada ao pleno alcance dos objetivos do P.N. do Descobrimento.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
1. Aumento das ações realizadas conjuntamente com as instituições parceiras do P.N. do Descobrimento	% de aumento das ações conjuntas realizadas	\sum das ações conjuntas realizadas no ano corrente / \sum das ações conjuntas realizadas no ano anterior x 100	Relatório anual de atividades do P.N. do Descobrimento	Anual	-	10%	20%	30%	50%		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Divulgar as atividades e demandas do P.N. do Descobrimento para instituições parceiras potenciais.			Número de eventos ou instrumentos de divulgação	Σ	Material de divulgação	-	1	1	1	1	
1.2. Estabelecer e manter parcerias com instituições locais e regionais cuja atuação seja direcionada para aspectos de interesse do P.N. do Descobrimento (educação ambiental, mobilização social, fiscalização ambiental, etc.).			Nº de parcerias estabelecidas	Σ	Acordos de parcerias	1	2	3	4	5	
			Nº de projetos em parceria realizados ou em andamento	Σ	Projetos	6	7	8	9	10	

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

4.3.7. Programa de Alternativas de Desenvolvimento

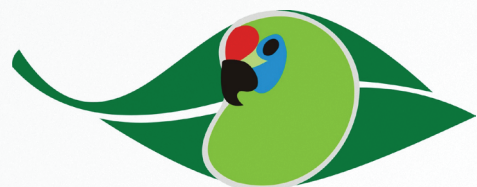
Quadro 20. Matriz do Programa Alternativas de Desenvolvimento do entorno do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

PROGRAMA: ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO											
OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a proteção do Parque (Figura 1).											
Perspectiva do BSC: Governo e Sociedade. Área do Diagnóstico: Meios Biótico/Físico/Socioeconômico.											
Descrição Objetivo Estratégico: Abrange objetivos e atividades voltados para a proteção dos recursos do P.N. do Descobrimento.											
OBJETIVO DO PROGRAMA: Realizar ações para subsidiar o desenvolvimento apropriado da região com o objetivo de proteger o P.N. do Descobrimento dos impactos ambientais ocorridos em seu interior e ZA resultantes dos padrões de uso do solo na região.											
Resultados	Indicadores de Impacto	Método de Cálculo / Fórmula	Origem dos Dados	Periodicidade	Metas Anuais						
					2013	2014	2015	2016	2017		
Substituição de atividades produtivas impactantes, realizadas na ZA do P.N. do Descobrimento, por alternativas econômicas de baixo impacto	% de substituição das atividades impactantes por atividades de baixo impacto	$\frac{\sum \text{de atividades impactantes substituídas}}{\sum \text{de atividades impactantes}} \times 100$	Vistorias em campo	Anual	-	10	15	20	20		
ATIVIDADES											
O quê	Como*	Quem*	Indicador de Desempenho	Método de Cálculo (Fórmula)	Origem dos Dados	Metas Anuais					Quanto* (R\$)
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
1.1. Buscar iniciativas sustentáveis de produção com potencial de inserção nos roteiros turísticos (fabricação de polpas de frutas, sistemas agroflorestais, produção de chocolate, artesanato com <i>Eucaliptus</i> spp, fibra e palhas de coco), visando gerar alternativas econômicas para as famílias que sempre trabalharam no "industriário" com madeira nativa.			Nº de propriedades integradas aos roteiros turísticos	\sum	Banco de Dados P.N. do Descobrimento	-	-	-	1	2	
1.2. Incentivar e apoiar em parceria com outras instituições (AmeP.N., ONGs, Inema, Sintraf, Fetraf, Uneb, Faculdade Pitágoras, etc.) a adoção de práticas agropecuárias de baixo impacto na ZA do P.N. do Descobrimento, buscando:			Aumento na % das áreas de reserva legal e APP estabelecidas e recompostas	$\frac{\sum \text{das áreas de APP e Reserva Legal recompostas no ano corrente}}{\sum \text{das áreas de APP e Reserva Legal recompostas no ano anterior}} \times 100$	SIG P.N. do Descobrimento ou Banco de Dados P.N. do Descobrimento	-	10%	20%	30%	50%	
			Aumento no nº de propriedades que adotam práticas agropecuárias de baixo impacto	\sum		-	1	2	4	8	

<p>propriedades e experimentos agroflorestais de referência.</p> <p>✓ A substituição de pastagens de capim africanos (<i>Brachiaria</i>, colonhão) por outros tipos de cultura menos impactantes, tais como: frutas (abacaxi, mamão, maracujá), silvicultura de eucaliptos clonados, etc.</p>			Nº de pessoas instruídas sobre práticas agropecuárias de baixo impacto	Σ		20	25	30	35	35
			% de diminuição das áreas de pastagem	Σ da área coberta por pastagem no ano corrente / Σ da área coberta por pastagem no ano anterior x 100		-	5%	10%	15%	20%
1.3. Buscar, junto a instituições financeiras, linhas de financiamento (investimento e custeio) para os arranjos produtivos locais (Sistemas Agroflorestais e consórcios), priorizando comunidades e produtores do entorno do P.N. do Descobrimento.			Nº de propriedades produtores e/ou comunidades beneficiados	Σ	-	1	1	2	2	2
1.4. Promover reuniões no âmbito de Câmara Técnica do Conselho Consultivo com o objetivo de promover o intercâmbio de informações entre meio acadêmico e as comunidades da região de forma a incentivar a produção e comercialização sustentável da aroeirinha - <i>Schinus terebentifolium</i> (espécie muito comum na região e de fácil manejo), cujo fruto, a pimenta-rosa, é muito valiosa e apreciada na culinária nacional e internacional.			Reuniões	NA	Ata das reuniões	1	2	3	4	5
1.5. Incentivar e apoiar a criação e o monitoramento socioambiental das atividades econômicas de baixo impacto realizadas na região: turismo, extrativismo manejado, agroecologia, etc.			Nº de atividades em andamento	Σ	Conselho Consultivo, Câmara Técnica e verificação em campo	2	4	6	8	10
1.6. Apoiar os proprietários das RPPNS situadas na Zona de amortecimento e região da UC, de modo que realizem a gestão de sua área integrada aos objetivos do parque nacional,			Nº de propriedades parceiras/envolvidas	Σ	Ata de visitas/reuniões					

* - Campos a serem preenchidos pela equipe da Unidade a cada ano, após a finalização do Plano de Manejo, visando o detalhamento da execução das atividades com foco na sua implementação.

NORMAS GERENCIAIS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



PARQUE NACIONAL DO
DESCOBRIMENTO

4.4. Normas Gerenciais Gerais da Unidade de Conservação

As Normas Gerenciais Gerais definem os procedimentos a serem adotados na UC, de modo a servir como orientação institucional às ações e restrições que se fizerem necessárias ao manejo da área. Constituem princípios ou preceitos que estabelecem, regulamentam e esclarecem as atividades a serem desenvolvidas na Unidade.

4.4.1. Normas sobre a administração

- Cada setor deverá ter um responsável, designado pelo chefe da Unidade. Enquanto não houver servidores suficientes, uma mesma pessoa poderá ser responsável por mais de um setor.
- A gestão da UC deve ser realizada de forma integrada entre os setores e coordenada pelo chefe Unidade de Conservação.
- Os servidores, durante a prática das atividades profissionais, sobretudo as de campo, deverão estar devidamente uniformizados e identificados.
- A administração do Parque Nacional poderá recorrer a servidores de outras unidades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para analisar e atuar em casos para os quais nenhum dos servidores lotados no Parque Nacional do Descobrimento (PND) tenha habilitação técnica ou conhecimentos suficientes.

4.4.2. Normas sobre expediente/ funcionamento

- Os serviços de fiscalização, prevenção e combate a incêndios serão realizados dentro das necessidades apresentadas, conforme programação definida pela coordenação ou em atendimento a denúncias ou a regime de urgência.
- Em caso de emergências (resgate e salvamento, combate a incêndios, derramamento de poluentes e casos similares) os servidores e prestadores de serviço poderão ser convocados para auxiliarem no trabalho, ainda que fora do horário normal de expediente.

4.4.3. Normas sobre infraestrutura

- A construção ou ampliação de edificações e a instalação de infraestrutura no interior da UC deverá respeitar os objetivos e normas fixadas para as diferentes Zonas de Manejo da Unidade.
- As vias internas não poderão ser alteradas, salvo em casos excepcionais de interesse da UC tecnicamente justificadas em estudos específicos.
- É vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse da Unidade, tais como rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão, entre outras.

4.4.4. Normas sobre trânsito

- A velocidade máxima permitida para trânsito de veículos motorizados nas vias internas da UC é de 40 km/h, salvo em situações de emergências ambientais e para salva-guarda da vida.
- O público em geral poderá transitar a pé ou em veículos automotores particulares pelas vias autorizadas e devidamente designadas em sinalização a ser implantada. Por ocasião das operações de fiscalização, estes veículos poderão ser vistoriados na entrada e/ou saída da UC.
- O estacionamento será permitido somente nas áreas identificadas para este fim ou seguindo orientação de funcionários do Parque.

4.4.5. Normas sobre proteção

- A fiscalização da UC deverá ser permanente e sistemática, conforme previsto no plano de proteção da UC e legislação pertinente.
- Manifestações religiosas praticadas dentro dos limites do Parque não podem fazer uso de fogo ou deixar qualquer resíduo, sendo proibido o uso de qualquer aparelho sonoro.

- Quaisquer atividades que coloquem em risco a integridade da UC deverão ser imediatamente suspensas, independente de possuírem autorização.

4.4.6. Normas para manejo

- Não é permitida a entrada e permanência de animais domésticos ou exóticos (cães, gatos, etc.), exceto nos casos previstos na Lei Federal nº. 11.126, de 27 de junho de 2005 e suas atualizações (cães-guia), e para as ações de manejo ou pesquisa, devidamente justificadas e autorizadas pela administração da UC.
- É proibido introduzir (soltar ou plantar) qualquer espécie de animal ou vegetal no Parque, exceto se como parte de projeto de pesquisa devidamente autorizado, em zona de recuperação.
- Espécies exóticas e animais domésticos dentro da área da Unidade deverão ser erradicados, após estudos específicos.
- É proibido o uso de cavalos, mulas e outros animais de carga no P.N. do Descobrimento, exceto quando não houver alternativas de outros meios de locomoção para a realização de atividades de interesse da unidade, ou com autorização por escrito do chefe da UC.

4.4.7. Normas para pesquisa

- As pesquisas científicas realizadas na Unidade de Conservação não poderão colocar em risco as populações dos ecossistemas protegidos.
- A coleta ou apanha de espécimes vegetais ou animais só será permitida para fins científicos, conforme previsão metodológica de projeto de pesquisa científica analisado e autorizado pelo ICMBio, por meio do Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade - Sisbio, seguindo as determinações da legislação e atos normativos vigentes.
- Pesquisas com potencial de bioprospecção somente serão autorizadas como pesquisa básica, e terão coleta de exemplares limitada a quantidades que comprovadamente não impactem as populações locais, de acordo com características de cada espécie, observadas as normas e demais dispositivos federais específicos de acesso ao patrimônio genético.
 - Novas coletas das mesmas espécies para aprofundamento de estudos ficam condicionadas à apresentação de estudos populacionais e de distribuição geográfica.
- Os pesquisadores devidamente autorizados poderão utilizar, de acordo com a disponibilidade, as estruturas de apoio à pesquisa.
- Toda e qualquer marcação ou armadilha e demais materiais não biodegradáveis, utilizados para pesquisa dentro da Unidade, deverão ser retirados e o local reconstituído após a finalização dos estudos.
- O pesquisador deverá sempre evitar que sua metodologia de coleta interfira em outras pesquisas em andamento ou na sobrevivência de organismos que não sejam alvo de sua pesquisa.
- Os dados resultantes da utilização de imagens de satélite deverão ser disponibilizados para o Parque, que poderá utilizar os mesmos no SIG ou na divulgação da UC, com a devida identificação da fonte.
- O pesquisador responsável pela pesquisa não deverá admitir na equipe pessoas não autorizadas em sua licença de pesquisa e nem realizar atividades em áreas não autorizadas.
- Quaisquer publicações oriundas de pesquisas realizadas no Parque deverão mencionar o número da licença e o nome da Unidade.
- O pesquisador deverá fazer uma apresentação do seu projeto de pesquisa antes do início das atividades de campo aos funcionários da Unidade e convidados interessados.
- O pesquisador deverá enviar ao Parque cópia de qualquer material produzido como resultado da pesquisa para compor o acervo da biblioteca da UC.

- Deverá ser elaborado um conjunto de normas (regimento interno) para a utilização dos alojamentos de pesquisa no interior do Parque, devendo o mesmo ser respeitado pelos seus usuários.

4.4.8. Normas para utilização da imagem da UC

- A utilização comercial da imagem da Unidade de Conservação dependerá de prévia autorização do chefe da UC, respeitando-se a legislação vigente.
- É proibida a vinculação da imagem da UC a qualquer manifestação de caráter político-partidário ou manifestações religiosas, ou que envolva produtos tóxicos, bebidas alcoólicas, cigarros, ou demonstrem o uso inadequado de uma Unidade de Conservação.

4.4.9. Normas para atividades de treinamento militar

- Conforme o Decreto nº 4.411, de 07 de outubro de 2002, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas Unidades de Conservação e dá outras providências, estabelece-se que no exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal, na UC, estão compreendidas em toda sua extensão:
 - I. a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamento, estacionamentos, patrulhamento e demais operações ou atividades, indispensáveis à segurança e integridade do território nacional;
 - II. a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infraestrutura e logística necessárias, compatibilizadas com o Plano de Manejo da Unidade, quando fora da faixa de fronteira;
- As atividades de treinamento militar deverão ser previamente autorizadas pela administração da unidade de conservação e respeitar as demais normas da Unidade, na forma do Decreto nº 4.411, de 7 de outubro de 2002.
- O pedido para a realização de atividades de treinamento deverá ser feito com antecedência mínima de 10 (dez) dias à Administração do Parque.
- As atividades de treinamento deverão ser realizadas preferencialmente nos dias úteis de semana, evitando-se sábados, domingos e feriados.
- Antes da realização do exercício, a unidade militar, deverá instruir seus subordinados ou integrantes quanto às normas do PND.

4.4.10. Normas sobre atividades didáticas

- O desenvolvimento de atividades didáticas na Unidade de Conservação depende de prévia autorização pela administração da Unidade.
- O coordenador do grupo visitante é responsável por orientar e fazer cumprir as normas de uso da UC.
- Para cada grupo de 10 (dez) alunos, deve ser designado um monitor, previamente capacitado para a atividade; e para cada 40 (quarenta) alunos deve haver pelo menos um professor responsável pelo grupo.

4.4.11. Normas sobre eventos

- As atividades religiosas, reuniões de associações ou outros eventos, só serão autorizados pela direção dos Parques Nacionais, quando não trouxer prejuízo ao patrimônio natural, conforme dispõe Art. 37 do Decreto 84.017/1979 que regulamenta a categoria Parque Nacional.
- Serão permitidos eventos desportivos nas zonas de uso extensivo e intensivo da UC, desde que não acarretem impacto ambiental e sejam autorizados pelo Chefe do PND.

4.4.12. Normas sobre uso público / visitação

Para as atividades de visitação no P.N. do Descobrimento, deverão ser observadas as normas que na ocasião serão implementadas, além das que se seguem:

- É proibido fazer marcações em pedras, árvores ou qualquer outra estrutura do Parque, exceto quando necessário para realização de pesquisa (com autorização prévia da administração da unidade) ou no interesse da administração.
- É proibido andar fora das trilhas, abrir e utilizar atalhos.
- Não é permitido alimentar os animais silvestres.
- Não é permitido usar aparelhos de som no interior do Parque ou produzir sons e estampidos que incomodem os outros visitantes e alterem os hábitos dos animais silvestres.
- Não é permitido o uso de produtos de higiene (sabonete, xampu, detergente, etc.) e/ou bronzeadores dentro dos cursos d'água no interior do Parque.
- Todo o lixo produzido deve ser colocado nas latas de lixo disponíveis na área de uso público ou recolhido em sacos plásticos e trazido de volta das trilhas.
- Não é permitido fazer churrasco na área do Parque Nacional do Descobrimento.
- O consumo de bebida alcoólica e de quaisquer outras substâncias consideradas entorpecentes no interior do Parque é proibido.

ZONEAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



PARQUE NACIONAL DO
DESCOBRIMENTO

4.5. Zoneamento da Unidade de Conservação

De acordo com a Lei nº 9.985/00, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, que estabelece normas e usos diferenciados para cada zona, de modo que os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

Visando atender aos objetivos do Parque Nacional do Descobrimento (PND), foram definidas, com base no Roteiro Metodológico (Ibama, 2002³) e de acordo com as características das diferentes áreas presentes na Unidade, 7 (sete) zonas internas de manejo: *Zona Intangível*, *Zona Primitiva*, *Zona de Uso Extensivo*, *Zona de Uso Intensivo*, *Zona de Recuperação*, *Zona de Uso Especial* e *Zona de Ocupação Temporária*. Além das zonas internas estabelecidas, foi ainda normatizada a chamada a *Zona de Amortecimento* (ZA) do Parque, delimitada conforme o Art. 4º. do Decreto de 5 de Junho de 2012, que dispõe sobre a criação e a ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, no Município de Prado, Estado da Bahia. Os limites da ZA foram identificados a partir da base cartográfica da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, Cartas Prado (SE-24-V-DIII) e Monte Pascoal (SE-24-V-BVI), na escala 1:100.0000, publicada em Projeção Universal Transversa de Mercator, Fuso 24, datum Horizontal Córrego Alegre.

Os critérios utilizados para a definição das zonas do PND incluíram os atributos do meio físico, biótico e de uso e ocupação do solo. Os estudos realizados no Parque, bem como o conhecimento e a vivência dos seus gestores, comunidades vizinhas e lideranças locais, permitiram a identificação das unidades de paisagem presentes na Unidade, que associadas às diferentes formas de usos e graus de conservação, resultaram na identificação e delimitação das 7 zonas internas, conforme descrito no Quadro 1.

Nas Zonas Intangível e Primitiva, que implicam em maior proteção, foram incluídas áreas com atributos bióticos e abióticos no nível de espécies e ecossistemas que apontavam para maiores índices de riqueza e/ou diversidade de espécies de fauna e flora, englobando ainda áreas com ocorrência (real ou potencial) de espécies endêmicas, raras, migratórias, novas ou ameaçadas de extinção. Áreas ambientalmente sensíveis tais como áreas úmidas, lagoas formadoras de drenagens significativas, locais de nidificação das aves, dentre outros, também foram incluídas nessas zonas.

Áreas antropizadas pelo efeito de incêndios ou exploração ilegal de madeira e que requerem ações de manejo visando sua recuperação, foram incluídas em Zonas de Recuperação.

Algumas áreas identificadas como estratégicas para as atividades de gestão da Unidade, como as estradas que cortam o Parque, ou para atividades de uso público pelos atrativos e facilidades que comportam, foram incluídas nas Zonas de Uso Extensivo, Intensivo ou Especial.

A existência de áreas invadidas dentro da Unidade condicionou a categorização das mesmas como Zona de Ocupação Temporária.

4.5.1. Zonas de manejo: definição, objetivos, atividades permitidas e normas específicas

Esse item é dedicado à caracterização das diferentes zonas internas consideradas para o manejo adequado do Parque Nacional do Descobrimento, tomando por base o Regulamento de Parques Nacionais (Decreto nº 84.017/79) e o resultado dos estudos e discussões que embasaram o presente Plano de Manejo. A Zona de Amortecimento, situada no entorno da UC e definida pelo SNUC (Lei nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso XVIII) como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”, é também um dos objetos de descrição neste item.

³ Ministério do Meio Ambiente -MMA/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. 2002. *Roteiro Metodológico de Planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica*. Ministério do Meio Ambiente/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 136 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/roteiroparna.pdf>. Acesso em: dez. 2013

4.5.1.1. Zona intangível

Definição

- Zona onde a primitividade da natureza permanece a mais preservada possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas.

Objetivo geral

- Preservação dos ecossistemas, dos recursos genéticos e base para o monitoramento ambiental, garantindo a evolução natural dos ambientes protegidos.

Atividades permitidas

- Pesquisa;
- Proteção (monitoramento e fiscalização).

Descrição dos limites

- Localizada na porção nordeste do PND (coordenada central: 471.210, 8.115.950) (Figuras 2 e 3), na bacia do rio do Queimado, possuindo uma área aproximada de 435,27 ha, correspondendo a 1,91% da área total da UC.

Normas

- A pesquisa deverá ocorrer exclusivamente com fins científicos, e utilizando métodos de baixo impacto que não comprometam a integridade das populações e ecossistemas.
- O monitoramento deverá ser constante e utilizar, *a priori*, técnicas remotas de mensuração (SIG/Geoprocessamento) e o apoio do Veículo Aéreo Não tripulado - VANT.
- Avaliações em campo deverão ser esporádicas e com mínima intervenção sobre o ambiente.
- A fiscalização será eventual, em casos de necessidade de proteção da Unidade contra quaisquer formas de degradação ambiental.
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura.
- O tráfego de veículos motorizados nesta zona é restrito às atividades de proteção da Unidade e às situações de emergência.
- Qualquer resíduo gerado por atividades desenvolvidas nesta zona deverão ser imediatamente retirados pelo executor/responsável pela mesma e transportados para um destino adequado fora da UC.

4.5.1.2. Zona Primitiva

Definição

- Zona contendo pequena ou mínima intervenção humana, na qual ocorrem espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico.

Objetivo geral

- Manutenção da integridade do ambiente natural, facilitando as atividades de pesquisa científica e interpretação ambiental, permitindo-se atividades de visitação de baixo impacto.

Objetivos específicos

- Proteger espécies de fauna e flora com grande valor científico e funcionalidade ecológica, remanescentes significativos de floresta ombrófila densa em bom estado de conservação, mananciais e nascentes de corpos d'água presentes nesta zona.

Atividades permitidas

- Pesquisa;
- Proteção (monitoramento e fiscalização);
- Educação Ambiental; e
- Visitação de baixa intensidade e de baixo impacto (apenas caminhadas em número reduzido de visitantes)

Descrição dos limites

- Ocorre na maior parte da área do Parque (Figura 2), mantendo uma maior continuidade e integridade na sua porção central. Engloba aproximadamente 16.323,78 ha, correspondendo a 71,76% da área total da UC.

Normas

- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- A implantação de infraestrutura deverá ser evitada ao máximo, ficando restrita apenas à abertura de trilhas (fundamentais às ações de manejo, proteção, pesquisa, monitoramento e atividades de visitação) e à implantação de instalações rústicas mínimas em casos em que seja necessário minimizar os impactos da visitação, como pinguelas para reduzir o impacto da travessia de córregos, ou trechos suspensos para evitar o pisoteio de brejos, por exemplo.
- O tráfego de veículos motorizados nesta zona é restrito às atividades de proteção e manejo da UC e em situações de emergência.
- A fiscalização deverá ser constante nesta zona.
- Os resíduos sólidos gerados por ocasião das atividades desenvolvidas nesta zona deverão ser retirados, preferencialmente, pelos próprios usuários e transportados para um destino adequado.

4.5.1.3. Zona de Uso Extensivo

Definição

- Zona constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar intervenções humanas moderadas.

Objetivo geral

- Manutenção do ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade públicos para fins educativos e de visitação.

Objetivos específicos

- Possibilitar o deslocamento de visitantes em número maior que o permitido na Zona Primitiva e com maior facilidade;
- Conciliar preservação de recursos naturais com atividades de ecoturismo no Parque;
- Propiciar atividades de uso público (conscientização ambiental, interpretação e recreação) de média intensidade, tanto no que se refere ao número de pessoas, quanto na presença de infraestrutura e outras facilidades;
- Proporcionar a abertura de trilhas interpretativas para uso público em geral e para educação ambiental, através dos ecossistemas e belezas cênicas existentes no Parque;
- Favorecer as ações de prevenção e combate a incêndios através da manutenção de aceiros e estradas internas;

Atividades permitidas

- Pesquisa;
- Proteção (monitoramento e fiscalização);
- Visitação menos restritiva, com o apoio de infraestrutura simples;

Descrição dos limites

- Representada por algumas estradas internas ao Parque de acesso aos atrativos de uso público e por outras duas áreas com potencial para o uso público (Figura 2): a trilha das corredeiras e as corredeiras, localizadas aproximadamente na porção oeste do Parque (coordenada central: 459.764, 8.113.302); Há ainda uma outra área com possibilidade de construção de trilhas suspensas para fins científicos e de visitação (coordenada central: 462.262, 8.107.770). Ocupa aproximadamente 647,81 há, correspondendo a 2,85% da área total da UC.

Normas

- Poderão ser instalados equipamentos simples para a interpretação dos recursos naturais e atividades de visitação, sempre em harmonia com a paisagem.
- Poderão ser instalados, nas áreas de visitação, acampamento e mirantes (com infraestrutura simples), trilhas, sinalização e pontos de descanso, locais para banhos e sanitários (sem quaisquer tipos de vendas de alimentos ou outros).
- As atividades de interpretação terão em conta facilitar a compreensão e a apreciação dos recursos naturais das áreas pelos visitantes, podendo para isso serem instaladas placas interpretativas, além das indicativas.
- Esta zona será constantemente fiscalizada.
- Os resíduos sólidos gerados por ocasião das atividades desenvolvidas nesta zona deverão ser retirados pelos próprios usuários e transportados para um destino adequado.

4.5.1.4. Zona de Uso Intensivo

Definição

- Zona constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, com o ambiente mantido o mais próximo possível do natural, onde serão implantadas as infraestruturas (Centro de Visitantes, Alojamento de Pesquisadores, etc.) e outras facilidades e serviços de apoio ao uso público (pesquisa, interpretação ambiental e visitação).

Objetivo geral

- Facilitar a realização das atividades de pesquisa, interpretação ambiental ou visitação intensiva. Deve-se, sempre que possível, buscar minimizar o impacto da implantação das infraestruturas ou os efeitos de suas atividades sobre ambiente natural ou cultural da UC.

Objetivos específicos

- Ordenar, ampliar e diversificar as atividades de uso público, em áreas específicas e de fácil acesso;
- Propiciar o desenvolvimento de atividades recreativas, de conscientização ambiental e interpretativa.

Atividades Permitidas

- Pesquisa;
- Proteção (monitoramento e fiscalização);
- Visitação intensiva, com apoio de infraestrutura completa

Descrição dos limites

- Tratam-se de três áreas localizadas na porção a sudoeste da UC (Figura 2), onde está prevista a construção de um centro de visitantes, distante cerca de 4 km do acesso principal, que juntas somam aproximadamente 21,63 ha, correspondendo a 0,095% da área total da UC.

Normas

- Nesta zona deverão estar localizados os serviços, estruturas e locais de apoio ao uso público, tais como: Centro de Visitantes, lanchonete, sinalização (educativa, interpretativa ou indicativa), camping com estrutura completa, estacionamentos, instalações para serviços de guias e condutores, mirantes, piquenique, lixeiras e outros.
- A fiscalização será permanente nesta zona.
- Os esgotos deverão receber tratamento adequado para não contaminarem rios, riachos ou nascentes. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto, considerando o tipo de solo e a profundidade do lençol freático.
- Os resíduos sólidos gerados nas infra-estruturas previstas deverão ser acondicionados separadamente, recolhidos periodicamente e depositado em local destinado para tal.

4.5.1.5. Zona de Uso Especial

Definição

- Zona constituída preferencialmente por áreas antropizadas já existentes na UC, onde serão implantadas as infraestruturas administrativas (oficinas, escritórios, laboratórios, alojamento de pesquisadores e outras de interesse da Unidade) para a gestão e o manejo da Unidade.

Objetivo geral

- Facilitar a gestão da Unidade, com foco nas atividades administrativas, buscando-se, sempre que possível, minimizar o impacto da implantação das infraestruturas ou os efeitos de suas atividades sobre ambiente natural ou cultural da UC.

Objetivos específicos

- Apoiar as atividades da UC (administração, manejo, fiscalização, etc.) e servir de apoio ao visitante do Parque.

Atividades permitidas

- Atividades administrativas;
- Atividades de manutenção de equipamentos em geral;
- Proteção (monitoramento e fiscalização);
- Pesquisa.

Descrição dos limites

- Essa zona, Figura 2, inclui áreas que serão utilizadas apenas para as atividades de gestão da UC (algumas estradas internas ou limítrofes ao Parque, adjacentes a áreas antropizadas ou de uso agropastoril, externas à UC; área de acesso principal da UC onde será instalada o centro administrativo, Centro de Visitantes, estacionamento e estruturas existentes de combate a incêndios; quatro áreas de acessos ao Parque, além do acesso principal, onde serão instaladas as portarias de entrada à UC e outras estruturas destinadas às atividades de gestão da UC. Ocupa aproximadamente 710,79 ha, correspondendo a 3,13% do total da área da UC.

Normas

- Nesta zona deverão estar localizados as infraestruturas e locais de apoio necessários à administração, manutenção e serviços da Unidade de Conservação, conforme Tabela 1.
- A fiscalização deverá ser permanente nesta zona.
- Esgotos deverão receber tratamento adequado para não contaminarem rios, riachos ou nascentes, sendo que o seu tratamento dos esgotos deve utilizar tecnologias de baixo impacto ambiental, considerando o tipo de solo e a profundidade do lençol freático.

- Eventuais resíduos sólidos gerados nas infraestruturas previstas deverão ser acondicionados separadamente, fora do alcance da fauna silvestre, recolhidos periodicamente e depositados em local destinado para tal.
- Esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na Unidade, os quais deverão ser removidos para o aterro sanitário ou vazadouro público mais próximo, fora da UC.

4.5.1.6. Zona de Recuperação

Definição

- Zona contendo áreas com alto grau de antropização. Por se tratar de uma zona provisória, uma vez restaurada, deverá ser incorporada a uma das zonas permanentes.

Objetivo geral

- Deter a degradação dos recursos e restaurar a área, priorizando a recuperação natural dos ecossistemas degradados ou, conforme o caso, promovendo a recuperação induzida.

Objetivos específicos

- Proporcionar oportunidades da realização de pesquisas científicas comparativas e monitoramentos que sirvam de resposta às ameaças às quais o Parque está submetido;
- Assegurar a integridade das zonas com as quais faz limite.

Atividades permitidas

- Pesquisa;
- Proteção;
- Interpretação Ambiental;
- Recuperação natural ou induzida.

Descrição dos limites

- Localizada em vários trechos do Parque (Figura 2), abrangendo desde áreas muito degradadas até áreas em estágios iniciais de sucessão, que devem ser restauradas e futuramente incorporadas a outras zonas. Engloba aproximadamente 4.194,66 ha do Parque, correspondendo a 18,44% da área total da UC.

Normas

- As espécies exóticas deverão ser removidas conforme indicarem estudos específicos.
- A recuperação induzida dos ecossistemas deverá ser condicionada a um projeto específico, aprovado pelo órgão gestor da Unidade.
- Os trabalhos de recuperação das áreas degradadas poderão ser interpretados para o público no Centro de Visitantes.
- As pesquisas sobre os processos de regeneração natural deverão ser incentivadas.
- Poderão ser instaladas nesta zona, apenas as infraestruturas necessárias aos trabalhos de recuperação. Tais instalações serão provisórias e os resíduos sólidos gerados nestas instalações deverão ser retirados pelos próprios usuários e transportados para um destino adequado.

4.5.1.7. Zona de Ocupação Temporária

Definição

- São áreas dentro da UC onde ocorrem concentrações de ocupações humanas irregulares e as respectivas áreas de uso. Zona provisória, uma vez realocada a população, será incorporada a uma das zonas permanentes.

Objetivo geral

- Viabilizar uma gestão adequada do conflito existente, estabelecendo procedimentos para a adequada realocação dos ocupantes para fora da UC, e buscando ainda a reintegração e recuperação das áreas degradadas.

Objetivos específicos

- Monitorar e fiscalizar as atividades realizadas pelas comunidades, visando minimizar os impactos sobre a UC e a ocorrência de novas ocupações.
- Participar ativamente das negociações relativas à busca de alternativas para realocação das comunidades.

Atividades permitidas

- Proteção e educação ambiental. Qualquer outra atividade só poderá ser realizada mediante determinação judicial até a regularização das áreas ocupadas.

Descrição dos limites

- Zona composta por cinco⁴ áreas ocupadas a partir de duas invasões ocorridas em abril e maio de 2003 (Figura 2), tendo sido criadas em função de dissidência entre os ocupantes destes locais, outras quatro áreas atualmente denominadas: Comunidade Monte Dourado, Comunidades Alegria Nova, Comunidade Cahy, Comunidade Gurita e Comunidade Tibá e Pequi, conforme mapa da Figura 3

Tabela 1: Comunidades indígenas ocupantes do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA) (Figura 2).

Comunidade	área	%	Observação
1. Monte Dourado	14,1 ha	0,062	Convém salientar que a área plotada de cada comunidade é apenas aproximada, uma vez que algumas delas coincidem com áreas de recuperação, sem uma fronteira definida com as mesmas
2. Alegria Nova	10,3 ha	0,045	
3. Cahy	194,2 ha	0,85	
4. Gurita	20,5 ha	0,09	
5. Pequi e Tibá	175,4 ha	0,77	
Total	414,5 ha	1,82	

Normas

- As seis comunidades que utilizam as áreas que compõem esta zona deverão ser realocadas para fora dos limites do P.N. do Descobrimento, face à incompatibilidade entre essas ocupações e a categoria de Manejo da UC, aliada à fragilidade e características deste fragmento de Mata Atlântica.
- Cada área desocupada deverá ser automaticamente convertida em Zona de Recuperação e Uso Especial (portarias 2 “Aldeia Alegria Nova”, 3 “Aldeia Monte Dourado e 4 “Aldeia Gurita”).

⁴ As famílias ocupantes dessas áreas em sua grande maioria já residem no distrito de Cumuruxatiba, fora da UC, mantendo pequenas casas de pau-a-pique e roças de subsistência dentro do PND.

4.5.1.8. Zona de Amortecimento

Definição

- Zona de entorno da Unidade de Conservação (Figura2), onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade (Lei n.º 9.985/2000 Art. 2º inciso XVIII, Decreto Federal ds/ nº de 05/06/2012, que regularizou a ZA do Parque).

Objetivo geral

- Minimizar os impactos negativos (em andamento e potenciais) sobre a Unidade de Conservação, compatibilizando atividades econômicas desenvolvidas ou pretendidas nas áreas do seu entorno, apoiando usos sustentáveis compatíveis com a valorização ambiental da região, frente às potencialidades existentes,

Objetivos específicos

- Normatizar o uso e a ocupação do solo.
- Normatizar o uso de produtos químicos em atividades agrossilvopastoris e de mineração.
- Contribuir para o estabelecimento de critérios ambientais para o ordenamento do crescimento urbano dos municípios localizados na zona de amortecimento.

Descrição dos limites

- A Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Descobrimento, Figura 2, tem seus limites descritos a partir da base cartográfica da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, Cartas Prado (SE-24-V-DIII) e Monte Pascoal (SE-24-V-BVI), na escala 1:100.0000, publicada em Projeção Universal Transversa de Mercator, Fuso 24, datum Horizontal Córrego Alegre, conforme o seguinte memorial descritivo: do ponto 1, de C.P.A. 473255 E e 8123814 N, localizado na confluência do Rio Queimado com o Córrego dos Palmares, segue em linha reta numa distância de 3039 metros até o ponto 2, localizado na nascente de curso d'água sem denominação; do ponto 2, de C.P.A. 475357 E e 8126009 N, segue a jusante pelo curso d'água sem denominação até o ponto 3, localizado em sua foz; do ponto 3, de C.P.A. 483536 E e 8124510 N, segue pela linha de preamar média até o ponto 4, localizado na foz do Rio do Queimado; do ponto 4, de C.P.A. 481631 E e 8118901 N, segue pela linha de preamar média até o ponto 5, localizado na foz do Rio Embaçuaba (localmente conhecido por Imbassuaba); do ponto 5, de C.P.A. 481507 E e 8114578 N, segue pela linha de preamar média até o ponto 6, localizado na foz do Rio do Peixe; do ponto 6, de C.P.A. 482360 E e 8113560 N, segue pela linha de preamar média até o ponto 7, localizado na Ponta do Corumbau; do ponto 7, de C.P.A. 480885 E e 8111393 N, segue pela linha de preamar média até o ponto 8; do ponto 8, de C.P.A. 480812 E e 8108653 N, segue em linha reta numa distância de 864 metros até o ponto 9; do ponto 9, de C.P.A. 479949 E e 8108705 N, segue em linha reta numa distância de 366 metros até o ponto 10; do ponto 10, de C.P.A. 479621 E e 8108541 N, segue em linha reta numa distância de 1413 metros até o ponto 11; do ponto 11, de C.P.A. 479325 E e 8107159 N, segue em linha reta numa distância de 785 metros até o ponto 12; do ponto 12, de C.P.A. 478552 E e 8107019 N, segue em linha reta numa distância de 783 metros até o ponto 13, localizado na linha de preamar média; do ponto 13, de C.P.A. 479050 E e 8106414 N, segue pela linha de preamar média até o ponto 14, localizado na foz do Rio do Ouro; do ponto 14, de C.P.A. 478693 E e 8105766 N, segue pela linha de preamar média até o ponto 15, localizado na foz do Rio Japarú; do ponto 15, de C.P.A. 477556 E e 8102895 N, segue pela linha de preamar média até o ponto 16, localizado na foz do Rio Japarú Grande; do ponto 16, de C.P.A. 477357 E e 8101809 N, segue pela linha de preamar média até o ponto 17; do ponto 17, de C.P.A. 476475 E e 8088476 N, segue em linha reta numa distância de 2424 metros até o ponto 18; do ponto 18, de C.P.A. 475892 E e 8086123 N, segue em linha reta numa distância de 1619 metros até o ponto 19; do ponto 19, de C.P.A. 475842 E e 8084504 N, segue em linha reta numa distância de 2041 metros até o ponto 20, localizado na margem esquerda do Rio Jucuruçu; do ponto 20, de C.P.A. 473812 E e 8084719 N, segue a montante por esse rio até o ponto 21, localizado na confluência dos braços norte e sul do Rio Jucuruçu; do ponto 21, de C.P.A. 458743 E e 8093905 N, segue a montante pelo braço norte do Rio Jucuruçu até o ponto 22, localizado na confluência deste com o Córrego Palmeira; do ponto 22, de C.P.A. 456083 E e 8097458 N, segue a montante pelo

braço norte do Rio Jucuruçu até o ponto 23, localizado na confluência desse com o Córrego do Furado; do ponto 23, de C.P.A. 449229 E e 8109352 N, segue a montante pelo braço norte do Rio Jucuruçu até o ponto 24, localizado na confluência desse com afluente sem denominação de sua margem esquerda; do ponto 24, de C.P.A. 446257 E e 8112674 N, segue por esse afluente sem denominação até o ponto 25; do ponto 25, de C.P.A. 449400 E e 8125648 N, segue em linha reta numa distância de 2446 metros até o ponto 26; do ponto 26, de C.P.A. 451828 E e 8125946 N, segue em linha reta numa distância de 2005 metros até o ponto 27, localizado na nascente do Córrego dos Palmares; do ponto 27, de C.P.A. 453332 E e 8127272 N, segue a jusante por esse córrego até o ponto 1, marco inicial da descrição deste perímetro, medindo aproximadamente trezentos e trinta e três mil, oitocentos e dezoito metros.

Normas

- O transporte de produtos perigosos nessa zona deverá ter anuência prévia da Unidade e outras autoridades competentes, conforme o tipo de produto transportado;
- Ficam permitidas nesta zona atividades minerárias autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e licenciadas pelo órgão ambiental competente, respeitadas a legislação ambiental vigente.
- Fica assegurado o traçado do gasoduto Cacimbas-Catu na zona de amortecimento do Parque, respeitados, em caso de ampliação, o licenciamento ambiental e as disposições do plano de manejo da Unidade (Decreto Federal de 05/06/2012).
- Toda atividade passível de significativo impacto ambiental deverá ser licenciada pelo órgão competente, conforme a legislação vigente, ouvida a chefia do Parque do Descobrimento, através de parecer técnico, quando afetar direta ou indiretamente o Parque;
- No processo de licenciamento de empreendimentos novos para o entorno da UC deverão ser observados o grau de comprometimento da conectividade dos fragmentos de vegetação nativa e a instalação de atividades compatíveis com os objetivos da UC, observadas ainda as legislações estaduais e municipais correlatas;
- Todo empreendimento que não esteja de acordo com o estabelecido para esta ZA terá o prazo de dois anos para efetuar os procedimentos de adequação determinados;
- Nas propriedades, os agrotóxicos, seus componentes e afins deverão ser armazenados em local adequado, evitando que eventuais acidentes, derrames ou vazamentos, possam comprometer o solo e cursos d'água superficiais e subterrâneos em especial à montante da UC;
- O uso de equipamentos de proteção adequados à atividade de aplicação do agrotóxico fica obrigatório, bem como a destinação apropriada dos recipientes e embalagens de tais produtos, conforme legislação vigente;
- O cultivo da terra deverá ser feito de acordo com as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão rural;
- Quando necessário, a vegetação nativa deverá ser recuperada e/ou reabilitada com espécies nativas da região;
- Fica proibido o estabelecimento de empreendimentos para aquicultura, com fins comerciais ou esportivos, utilizando espécies exóticas. Os tanques existentes que não estiverem em conformidade com esta regra terão um prazo máximo de três anos para se adequarem à mesma;
- As indústrias presentes na ZA deverão possuir sistemas adequados de tratamento e disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos por ventura produzidos pelas mesmas;
- A instalação de apiários com abelhas exóticas somente será permitida com afastamento mínimo de 3 km dos limites do Parque. Os apiários já existentes em distâncias menores às estabelecidas deverão ser desativados ou realocados num prazo máximo de um ano;
- Todo empreendimento turístico implantado, ou a ser implantado, deverá ser licenciado pelos órgãos competentes e atender às normas sanitárias, bem como as de proteção dos recursos naturais;
- As atividades de turismo não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais da região;

- As Reservas Legais das propriedades, quando possível, deverão ser localizadas junto aos limites do P.N. do Descobrimento ou das RPPN contíguas à UC, objetivando a manutenção da conectividade entre os ambientes;
- As averbações de Reservas Legais das propriedades inseridas na ZA deverão ser realizadas pelos proprietários com a anuência do ICMBio, estando prevista a possibilidade de regularização fundiária das áreas ampliadas do Parque através do mecanismo de compensação de Reserva Legal.
- Toda a queima controlada nas propriedades confrontantes com a UC deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada por brigadistas do PND.

4.5.2. Infraestruturas de apoio

- Para auxiliar a gestão da UC, seguem relacionados na Tabela 1 os atrativos potenciais para uso público e as benfeitorias existentes e projetadas, para apoio, descritos em seguida:

Tabela 2: Atrativos potenciais para uso público e benfeitorias existentes e projetadas para a gestão do Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA) (ver Figura 3).

Item	Situação	Prioridade de implantação	Observação
1. Corredeiras (atrativo)	existente	média	Local de uso público a ser normatizado
2. Lagoa Só Não Vou (atrativo)	existente	alta	Local estratégico dentro da UC
3. Trilha histórica (atrativo)	existente	baixa	Futuro local de uso público
4. Entrada da trilha das corredeiras (atrativo)	existente	média	Local de uso público a ser normatizado
5. Trilhas suspensas (atrativo)	projetada	baixa	Futuro local de uso público
6. Porteira	existente	alta	Importante para a gestão da UC
7. Torre de observação de incêndios (benfeitoria)	existente	alta	Importante para a gestão da UC
8. Casa de alvenaria	existente	alta	Reformar para apoio na Serra Delta.
9. Casa de madeira	existente	média	Depende de desocupação indígena
10. Casa de alvenaria	existente	média	Depende de desocupação indígena
11. Acesso principal	existente	alta	Apoio para gestão da UC
12. Centro administrativo (sede administrativa, alojamento de pesquisadores e estacionamento) (benfeitoria)	projetado	alta	Presença institucional e gestão dentro da UC e base de combate a incêndios
13. Centro de visitantes (benfeitoria)	projetado	alta	Necessidade urgente de atividade de educação ambiental
14. Portaria 01 (benfeitoria)	projetado	alta	Proteção da UC e monitoramento de acesso. Depende de desocupação indígena.
15. Portaria 02 (benfeitoria)	projetado	alta	Proteção da UC e monitoramento de acesso. Depende de desocupação indígena
16. Portaria 03 (benfeitoria)	projetado	alta	Proteção da UC e futuro centro de visitantes na porção leste da UC. Depende de desocupação indígena
17. Portaria 04 (benfeitoria)	projetado	alta	Proteção da UC e monitoramento de acesso

Na criação do PND em 20/04/1999, existiam na área do parque as seguintes estruturas físicas, que passaram a pertencer ao IBAMA à época, e hoje ICMBio (ver Figura 3):

- a. Casa de Alvenaria, localizada na porção sudoeste do PND, junto à portaria principal da UC, à margem da BA-489, no km 35 (sentido Prado-Itamarajú). Trata-se da Base Avançada de Combate a Incêndios do ICMBio. Esta casa possui as seguintes características: 02 quartos pequenos, 01 banheiro; 01 sala, cozinha e 01 varanda. Além disso, no ano de 2010 foi construído defronte à casa supracitada, com apoio de empresários locais e proprietários do entorno do PND, um pequeno cômodo que serve de depósito para os materiais da Base Avançada de Incêndios, também de alvenaria, de dimensão 6x4mts (24m²).
- b. Casa de alvenaria, localizada na porção noroeste do PND, que dá acesso ao distrito de Cumuruxatiba, ocupada, desde 2005, por indígenas oriundos de invasão iniciada em abril de 2003 na comunidade Alegria Nova. A área é também conhecida por “Comunidade Gurita”, numa alusão à antiga guarita da empresa Bralanda, que era dona da propriedade, quando da criação do PND.
- c. Casa grande de madeira e telhas de fibrocimento, localizada no contorno do parque, em sua porção nordeste, à aproximadamente 33 km contornando o PND no sentido horário, partido do distrito de Guarani, sendo aproximadamente 24 km de distância do distrito Guarani até a bifurcação do Bar do Sr Antônio de Paula e depois por mais 9 km no sentido de Cumuruxatiba, convergindo à direita por mais 1,5 km. Possui 3 quartos, 1 Sala, 1 Banheiro e 1 cozinha externa. Atualmente a casa encontra-se ocupada por outra comunidade indígena, oriunda da mesma invasão de 2003, autodenominada “Comunidade Alegria Nova”. Era a antiga “Casa do Guarda” da empresa Bralanda.

Infraestrutura a ser construída ou reformada na Base Avançada Sierra Delta, localizado na área do acesso principal - Km 35 da BA-489 (Ver Figura 3):

A. Construção do Centro Administrativo, contendo:

- a. Sede própria, conforme planta baixa existente;
- b. Alojamento de pesquisadores;
- c. Calçamento das vias e estacionamento;
- d. Galpão para ferramentas e oficina.

A construção do Centro Administrativo terá uma importância estratégica para a UC, pois representará a efetiva ocupação da unidade pela equipe do ICMBio, uma vez que a sede estará inserida dentro da própria UC, poderá propiciar pesquisas imprescindíveis para a conservação e o correto manejo da área, além de oferecer uma infraestrutura de funcionamento da Base avançada de Combate a Incêndios, atividades imprescindíveis para o cumprimento dos objetivos estratégicos do ICMBio e do PND. O Alojamento de pesquisadores constará de uma estrutura para acomodação de 14 beliches, para alojar 28 estudantes e professores, e terá uma estrutura de apoio aos trabalhos de campo, devendo ser a obra priorizada junto com a construção da sede. O calçamento das vias, estacionamento, a construção e reforma do galpão de ferramentas e da oficina, também deverão ser priorizados. De acordo com a disponibilidade de recursos, uma vez que nesta área já foi instalado um poço artesiano e a extensão de luz elétrica, indispensáveis para o início das obras, desde o ano de 2014.

B. Quatro Portarias:

- a. **Portaria 01:** a ser construída no limite da UC, na sua porção noroeste, na margem da estrada de terra que liga o distrito de Guarani ao povoado de Corumbau, a aproximadamente a 14 km do distrito de Guarani, na região conhecida como “futura”, hoje acesso à “Comunidade Monte Dourado”, oriunda de dissidências da invasão indígena ocorrida em 2003;
- b. **Portaria 02:** a ser construída no limite do UC, na porteira de acesso à “Comunidade Alegria Nova”, na sua porção nordeste, a aproximadamente 33 km do distrito de Guarani,

sendo 24 km de Guarani até a bifurcação do Bar do Sr Antônio de Paula e depois por mais 9 km no sentido Cumuruxatiba, virando então à direita, até a porteira de divisa do PND, hoje acesso à “aldeia Alegria Nova, invasão indígena ocorrida em 2003;

- c. **Portaria 03:** a ser construída na divisa do PND com a Fazenda Portuguesa, onde existe uma casa de alvenaria do PND, localizada na porção leste do PND, a 5 km do Distrito de Cumuruxatiba, onde hoje encontra-se ocupada pela “Comunidade Gurita”, dissidência da “Comunidade Tibá”, oriunda da invasão indígena ocorrida em 2003. Esta área possui uma localização estratégica e grande potencial para construção de um segundo Centro de Visitantes para se trabalhar o turismo do distrito de Cumuruxatiba e praias da região, em especial no verão, quando o fluxo de turistas aumenta significativamente;
- d. **Portaria 04:** a ser construída próxima à estrada de acesso aos assentamentos Guaíra e Riacho das Ostras, a aproximadamente 17 km partindo da BA-489, até o limite do PND, cortado por uma estrada de terra de acesso secundário ao distrito de Cumuruxatiba, utilizada como atalho por alguns moradores locais. Essa estrada já foi fechada duas vezes para interromper tal acesso, mas sem uma portaria nesse local, fica praticamente impraticável a fiscalização.

A construção destas portarias depende da conclusão e do resultado do Processo Comexatiba, de criação das Terras Indígena Cahy/Pequi, pela segunda vez em tramitação na Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal da Advocacia geral da União – AGU, ainda sem conclusão. Mas sua construção, equipagem, instalação de luz elétrica e água e contratação de vigilância 24 horas são fundamentais como medidas necessárias de comando e controle da UC.

C. Centro de Visitantes

O longo e triste histórico de ocupação local e regional, pautado na exploração desenfreada dos recursos naturais, torna extremamente necessário um trabalho maciço de educação e interpretação ambiental com a população de entorno, afim de promover uma mudança de paradigma no que se refere à divulgação deste importante fragmento de Mata Atlântica, que é o PND. Nesta linha, a construção do Centro de Visitantes deve ser priorizada, tão logo sejam construídos a Sede Administrativa e o Alojamento de Pesquisadores, na Base Avançada Sierra Delta. O Centro de Visitantes deverá ser localizado distante 4 km da Base Sierra Delta e atenderá aos visitantes do PND, escolas e eventualmente reuniões do Conselho Consultivo da UC. Nesta área será necessário a instalação de uma infra estrutura de água, luz e saneamento básico, além de um projeto arquitetônico da construção.

4.5.3. Quadro-Síntese dos Critérios de Zoneamento

O Quadro-Síntese dos Critérios de Zoneamento (Quadro 01) registra quais os critérios usados para a delimitação das diferentes zonas estabelecidas para a Unidade de Conservação. Busca sintetizar as principais características de cada zona que constituirão o ponto de partida para a organização do zoneamento nos planejamentos posteriores.

Quadro 21: Quadro-Síntese dos critérios de Zoneamento.

ZONA INTANGÍVEL				
Critérios de Zoneamento	Valores			Principais conflitos identificados
	Alto	Médio	Baixo	
Área de floresta com o melhor estado de conservação de toda a UC.	X			

ZONA PRIMITIVA				
Critérios de Zoneamento	Valores			Principais conflitos identificados
	Alto	Médio	Baixo	
Remanescentes contínuos e significativos de floresta em bom estado de conservação;	X			Presença de muitas estradas que dão acesso aos limites da zona; proximidade com zonas antropizadas, áreas de cultivo e pastagens.
Espécies da fauna e flora com grande valor científico.	X			Presença de caçadores e extração ilegal de madeira.

ZONA DE USO EXTENSIVO				
Critérios de Zoneamento	Valores			Principais conflitos identificados
	Alto	Médio	Baixo	
Estradas para monitoramento, fiscalização e áreas destinadas ao uso público.		X		Falta de controle do tráfego de veículos e de pessoas

ZONA DE USO INTENSIVO				
Critérios de Zoneamento	Valores			Principais conflitos identificados
	Alto	Médio	Baixo	
Área degradada composta por três subáreas que serão utilizadas para instalação de infraestrutura física;			X	
Proximidade da área degradada a uma área com boa vegetação, que poderá ser utilizada para visitação;			X	
Áreas de corredeiras, onde serão instalados equipamentos para uso público.		X		

ZONA DE USO ESPECIAL				
Critérios de Zoneamento	Valores			Principais conflitos identificados
	Alto	Médio	Baixo	
Áreas adjacentes ao limite do Parque, de fácil acesso, consideradas áreas estratégicas para ações de monitoramento e fiscalização;			X	Facilidade de acesso; vulneráveis aos incêndios; proximidade com áreas com uso intenso de defensivos agrícolas.
Estradas no interior do Parque;		X		Facilidade de acesso a áreas de grande integridade biológica.
Áreas onde se localizam as estruturas administrativas no Parque.			X	Falta de controle de resíduos e presença de lixo; uso desordenado; equipamentos e infraestruturas precárias.

ZONA DE RECUPERAÇÃO				
Critérios de Zoneamento	Valores			Principais conflitos identificados
	Alto	Médio	Baixo	
Áreas degradadas em vários trechos do Parque.			X	Facilidade de acesso; fiscalização deficiente; dificuldade de combate ao fogo; falta de controle e monitoramento.

ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA				
Critérios de Zoneamento	Valores			Principais conflitos identificados
	Alto	Médio	Baixo	
Áreas invadidas por algumas famílias indígenas.	X			Ocupação temporária de habitações no Parque para a prática da caça (arma de fogo e trabucos); incêndios florestais; desmatamento; retirada de madeira para venda ilegal e produção de estacas; alteração do uso do solo (subsistência); introdução de espécies exóticas (animais domésticos – cães, porcos e gatos), utilização de agrotóxicos; contaminação do solo por lixo e do lençol freático por dejetos. Pela ausência de água e luz, estas famílias não residem de forma permanente nesta zona.

ZONA DE AMORTECIMENTO				
Critérios de Zoneamento	Valores			Principais conflitos identificados
	Alto	Médio	Baixo	
Microbacias dos rios que fluem para a unidade de conservação;		X		
Áreas de recarga de aquíferos;	X			
Locais de nidificação ou de pouso de aves, migratórias ou não;	X			
Projetos e programas federais, estaduais e municipais (assentamentos, projetos agrícolas, pólos industriais, grandes projetos privados e outros);	X			
Áreas úmidas com importância ecológica para a UC;	X			
Unidades de Conservação em áreas contíguas;	X			
Áreas naturais preservadas, com potencial de conectividade com a Unidade de Conservação (APP, RL, RPPN e outras);	X			
Remanescentes de ambientes naturais próximos à UC que possam funcionar ou não como corredores ecológicos;	X			
Áreas sujeitas a processos de erosão, de escorregamento de massa, que possam vir a afetar a			X	

ZONA DE AMORTECIMENTO				
Critérios de Zoneamento	Valores			Principais
integridade da UC;				
Áreas com risco de expansão urbana ou presença de construção que afetem aspectos paisagísticos notáveis junto aos limites da UC;			X	
Ocorrência de acidentes geográficos e geológicos notáveis ou aspectos cênicos próximos à UC;		X		
Sítios arqueológicos.	X			

4.5.4. Cálculo das Zonas

A Tabela 1 abaixo apresenta a área ocupada por cada uma das 7 (sete) zonas internas estabelecidas para o P.N. do Descobrimento.

Tabela 3: Tamanho e representatividade de cada zona estabelecida para o Parque Nacional do Descobrimento – Prado (BA).

Categoria	Área (ha)	% da área ocupada
Zona Intangível	435,27	1,91
Zona Primitiva	16.323,78	71,76
Zona de Uso Extensivo	647,81	2,85
Zona de Uso Intensivo	21,63	0,096
Zona de Recuperação	4.194,66	18,44
Zona de Uso Especial	710,79	3,13
Zona de Ocupação Temporária	414,54	1,82
Total	22.748,48	100

Cerca de 76,5% da área do Parque foram categorizados como Zona Intangível, Zona Primitiva e Zona de Uso Extensivo, categorias que privilegiam a manutenção da diversidade biológica e a integridade dos sistemas naturais.

Destaca-se a porcentagem alcançada pela Zona de Recuperação, que correspondeu a aproximadamente 18% da área total da UC e ocupa trechos com distintas localizações, tanto em partes mais internas da Unidade quanto nos seus limites. Esses locais deverão ser alvo de reabilitação, sendo ainda possível a sua utilização para o desenvolvimento de programas de educação ambiental voltados para fortalecer o relacionamento entre o Parque e as comunidades do entorno. A Zona de Ocupação Temporária, local atualmente ocupado pelas comunidades indígenas, corresponde atualmente a 1,82% da área do Parque.

A Zona de Uso Especial corresponde a 3,13% da área total da UC, e deverá receber as infraestruturas necessárias à gestão da Unidade, tais como portarias de acesso ao Parque, estruturas de fiscalização e de combate a incêndios e a maior parte das infraestruturas de apoio à visitação. A Zona de Uso Intensivo engloba apenas 0,096% do Parque, onde será instalada o centro de visitantes. Juntas, as Zonas de Uso Especial e de Uso Intensivo ocupam 3,23% da Unidade, que indica que a conformação dessas zonas, que implicam em maior intervenção sobre o ambiente, não compromete a integridade do sistema natural do Parque.

O mapa com o zoneamento proposto para o PND está apresentado na Figura 2 e Figura 3.

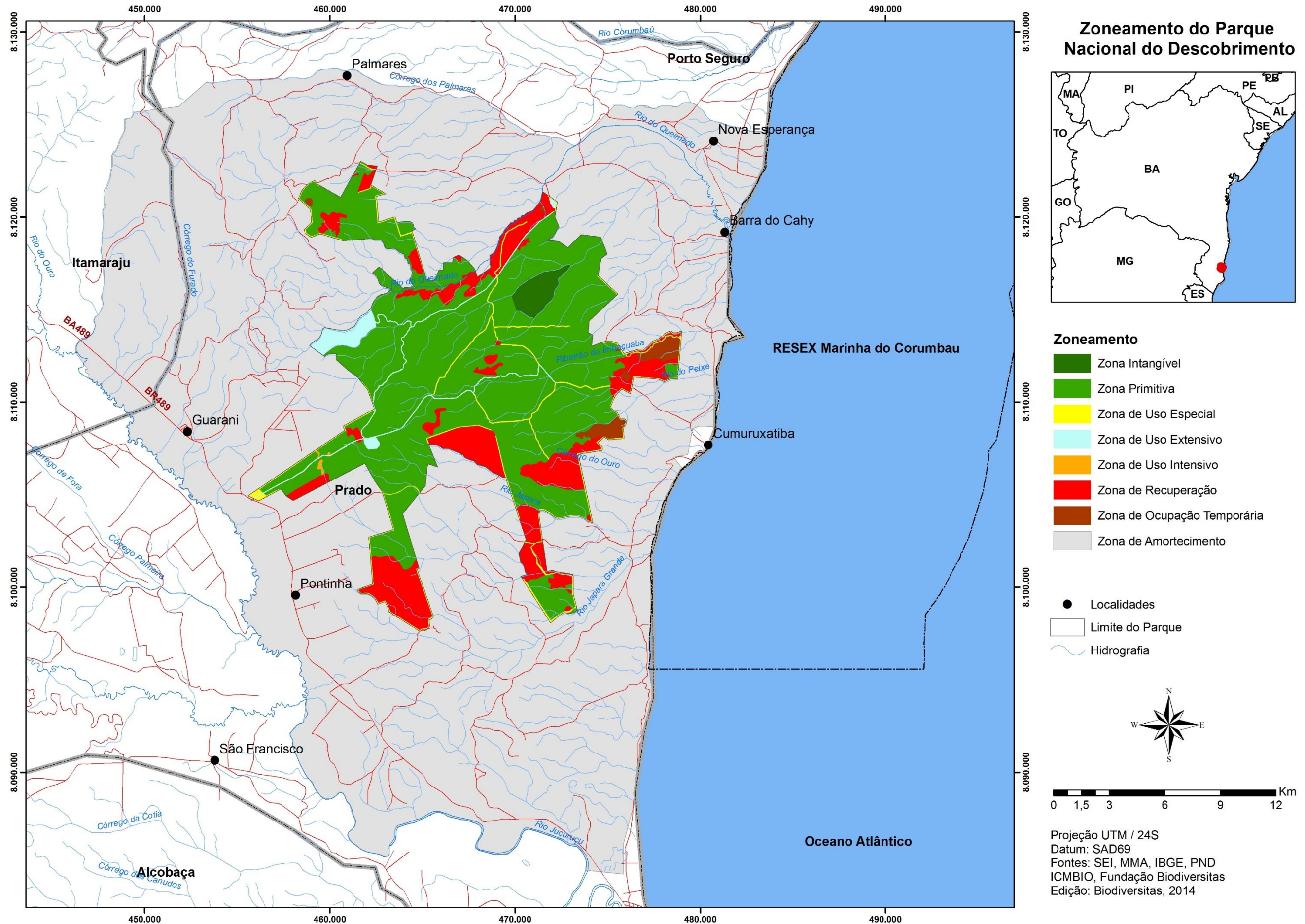


Figura 2: Zoneamento do Parque Nacional do Descobrimento (com Zona de Amortecimento)– Prado (BA).

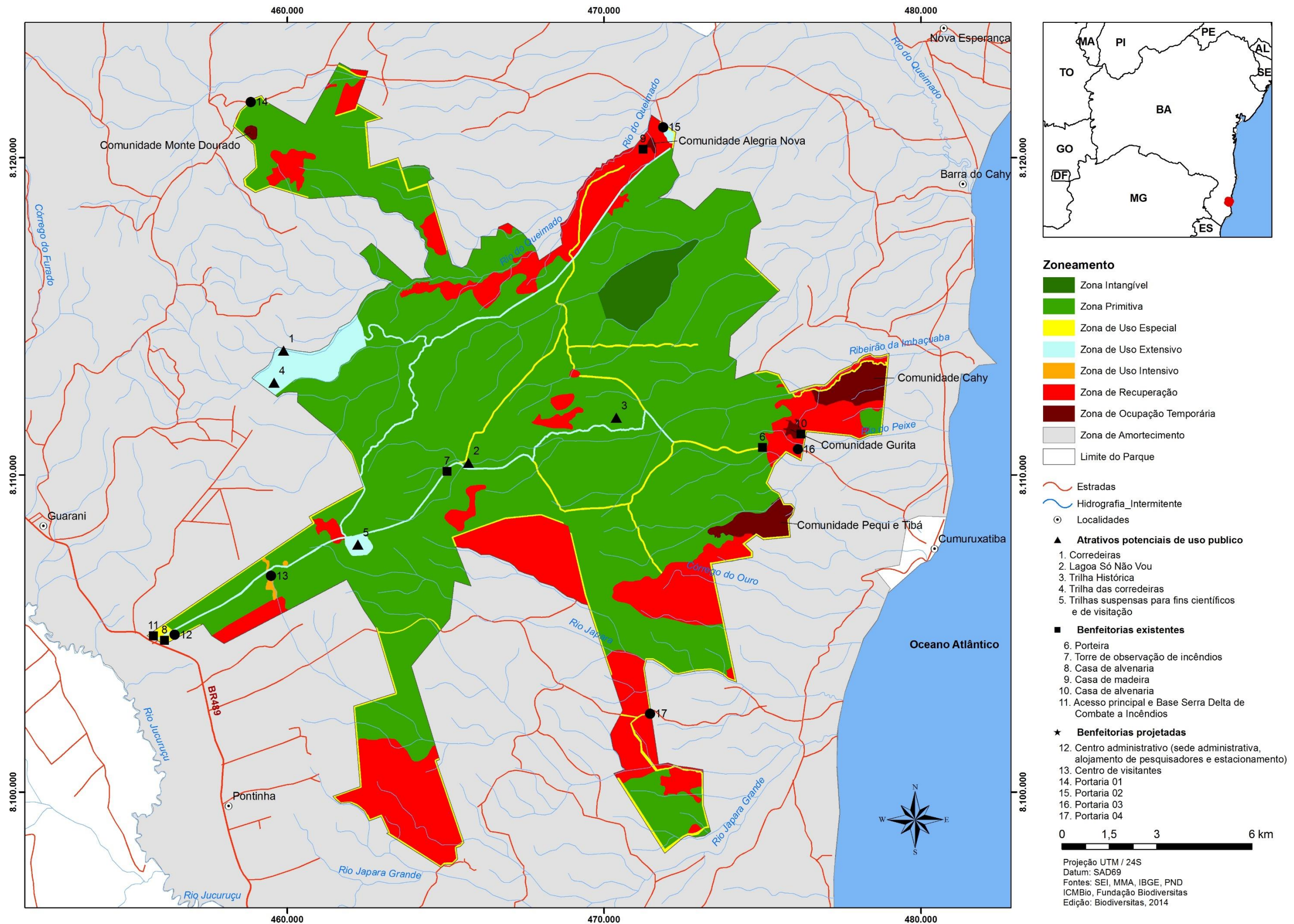


Figura 3: Zoneamento do Parque Nacional do Descobrimento (com atrativos de uso público e benefícios existentes e projetadas) – Prado (BA).